ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 158 Brasília - DF, terça-feira, 18 de agosto de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 4
Atos do Poder Executivo 5
Presidência da República 108
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 108
Ministério da Cidadania 110
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 113
Ministério das Comunicações 114
Ministério da Defesa 116
Ministério do Desenvolvimento Regional 116
Ministério da Economia 117
Ministério da Educação 198
Ministério da Infraestrutura 201
Ministério da Justiça e Segurança Pública 203
Ministério do Meio Ambiente 205
Ministério de Minas e Energia 209
Ministério da Saúde 214
Ministério do Turismo 270
Ministério Público da União 274
Poder Judiciário 276
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 287

..... Esta edição completa do DOU é composta de 290 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.186 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 113 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDSEMP/MG
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ASSEMPMG
ADV.(A/S)	: PEDRO GORDILHO (138/DF)
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077DF/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente prejudicada a ação direta e, na parte remanescente, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 15 da Lei nº 11.181/1993 do Estado de Minas Gerais, com efeitos *ex nunc* a partir do trânsito em julgado, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio apenas quanto à modulação dos efeitos da decisão. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 8º, PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 15, ARTS. 50 E 51 DA LEI N. 11.181/1993 DE MINAS GERAIS. REMANEJAMENTO SELETIVO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA O QUADRO ESPECIAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, JULGADA PROCEDENTE. DEFINIÇÃO DE EFEITOS* EX NUNC *DA DECISÃO.*

1. *Impossibilidade de alegação genérica de inconstitucionalidade de dispositivos legais. O inc. I do art. 3º da Lei n. 9.868/1999 impõe que a impugnação do dispositivo de lei seja fundamentada. Ação direta conhecida para exame da constitucionalidade das normas impugnadas por alegada contrariedade ao inc. II do art. 37 da Constituição da República. Precedentes.*

2. *Arts. 8º, 50 e 51 da Lei n. 11.181/1993 revogados pelo art. 14 da Lei n. 17.681, de 23.7.2008. Perda superveniente do objeto. Precedentes.*

3. *O parágrafo único do art. 15 da Lei n. 11.181/1993, pelo qual previsto o remanejamento seletivo, para o Quadro Especial dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, de servidores que até 18.1.1993 estivessem prestando serviços para essa instituição, configura afronta à norma constitucional da exigência de concurso público para os cargos públicos (inc. II do art. 37 da Constituição da República). Precedentes.*

4. *Ação direta de inconstitucionalidade prejudicada quanto aos artigos revogados e procedente quanto ao parágrafo único do art. 15 da Lei n. 11.181/1993 de Minas Gerais.*

5. *Efeitos* ex nunc *da declaração de inconstitucionalidade.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.878 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 52738 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC
ADV.(A/S)	: ARY JORGE ALMEIDA SOARES (64904/RJ)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: DIANA COELHO BARBOSA (0126835/SP)
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE ISSA KIMURA (123101/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator) e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta e, no mérito, julgavam procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos: (a) o § 2º do art. 2º; (b) a locução "e Agente de Segurança Comunitária para Guardas de Rua", constante do *caput* do art. 4º, *in fine*; (c) o item 8 do § 1º do art. 4º; e (d) a expressão "e, no caso do Agente de Segurança Comunitária, deverá ser de propriedade do próprio agente", esta integrante do art. 5º, *in fine* , da Lei 11.275/2002 de São Paulo; e do voto do Ministro Edson Fachin, que acompanhava o Relator com ressalvas, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 6.3.2020 a 12.3.2020.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e, no mérito, julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos: (a) o § 2º do art. 2º; (b) a locução "e Agente de Segurança Comunitária para Guardas de Rua", constante do *caput* do art. 4º, *in fine*; (c) o item 8 do § 1º do art. 4º; e (d) a expressão "e, no caso do Agente de Segurança Comunitária, deverá ser de propriedade do próprio agente", esta integrante do art. 5º, *in fine*, da Lei nº 11.275/2002 de São Paulo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 12.6.2020 a 19.6.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei 11.275/2002 do Estado de São Paulo. Profissional autônomo de segurança comunitária. 3. Norma que institui registro de pessoas que exerçam determinada ocupação, sob condições, dispõe sobre direito do trabalho. Competência legislativa privativa da União. Precedentes. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos: (a) o § 2º do art. 2º; (b) a locução "*e Agente de Segurança Comunitária para Guardas de Rua",* constante do *caput* do art. 4º, *in fine;* (c) o item 8 do § 1º do art. 4º; e (d) a expressão ..."*e, no caso de Agente de Segurança Comunitária, deverá ser de propriedade do próprio agente",* esta integrante do art. 5º, *in fine*, da Lei 11.725/2002 de São Paulo.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.446 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 31235 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S)	: WLADIMIR SÉRGIO REALE (003803/RJ)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: CONECTAS DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S)	: RAFAEL CARLSSON CUSTÓDIO (262284/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: AMAR - ASSOCIAÇÃO DE MÃES E AMIGOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO
AM. CURIAE.	: FUNDACAO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
AM. CURIAE.	: INSTITUTO PRO BONO
AM. CURIAE.	: FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
ADV.(A/S)	: RUBENS NAVES (19379/SP)
ADV.(A/S)	: GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA (130183/SP)
AM. CURIAE.	: SOCIEDADE DE APOIO AOS DIREITOS HUMANOS - MNDH
ADV.(A/S)	: CLIMENE QUIRIDO (06064/DF)
AM. CURIAE.	: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ADV.(A/S)	: MARTA MARÍLIA TONIN (15000/PR)
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB
ADV.(A/S)	: ROBERTO ANTONIO BUSATO (0007680/PR)
AM. CURIAE.	: CENTRO DE DIREITOS HUMANOS - CDH
ADV.(A/S)	: ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA (201790/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
AM. CURIAE.	: NÚCLEO ESPECIALIZADO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - NEIJ
ADV.(A/S)	: DÉBORA NACHMANOWICZ DE LIMA (389553/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE.	: INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S)	: THAÍS NASCIMENTO DANTAS (377516/SP)
ADV.(A/S)	: MAYARA SILVA DE SOUZA (388920/SP)
ADV.(A/S)	: PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG (329833/SP)
ADV.(A/S)	: ISABELLA HENRIQUES

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale; pelos *amici curiae* Conectas Direitos Humanos, AMAR - Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto *Pro Bono* e Fundação Projeto Travessia, o Dr. Guilherme Amorim Campos da Silva; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, a Dra. Mariana Chies Santiago Santos; pelo *amicus curiae* Instituto Alana, a Dra. Thaís Nascimento Dantas; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado do Paraná, o Dr. Marcelo Lucena Diniz, Defensor Público do Estado do Paraná; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo

AVISO

Foi publicada em 17/8/2020 a edição extra nº 157-A do *DOU.*
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Zortéa da Silva, Defensor Público da União; pelo *amicus curiae* Núcleo Especializado de Infância e Juventude - NEIJ, o Dr. Rafael Muneratti, Defensor Público do Estado de São Paulo; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Isadora Cartaxo, Advogada da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 07.08.2019.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 08.08.2019.

Ação direta de inconstitucionalidade. Direito Constitucional. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Art. 16, I, consagra o direito de ir e vir da criança e do adolescente, e art. 230 tipifica criminalmente a apreensão de menor fora das hipóteses de flagrante ou de cumprimento de mandado de apreensão. Alegação de ofensa ao devido processo legal e à proteção integral - art. 5º, LV, e 227 da CF. "*A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana*" - art. 3º do ECA. Reconhecimento da aplicabilidade à criança e ao adolescente da garantia contra a prisão arbitrária - art. 5º, LXI, CF. Inexistência de violação à proporcionalidade ou ao dever de proteção. 3. Art. 105 comina medidas protetivas como sanção ao ato infracional praticado por criança, e os arts. 136 e 138 tratam do atendimento da criança infratora por conselho tutelar. Inexistência de cominação da aplicação de medidas socioeducativas para a criança que comete ato infracional. Suposta violação à inafastabilidade da jurisdição - art. 5º, XXXV, da CF. A decisão do legislador, de não aplicar medidas mais severas, é compatível com a percepção de que a criança é um ser em desenvolvimento, a ser, acima de tudo, protegida e educada. O legislador dispõe de considerável margem de discricionariedade para definir o tratamento adequado a ser dado à criança em situação de risco criada por seu próprio comportamento. A opção pela exclusividade das medidas protetivas não é desproporcional. 4. Art. 122, II e III, exigem, para aplicação da medida de internação, a reiteração de atos infracionais ou o descumprimento injustificado de outras medidas. Alegação de ofensa à proporcionalidade. Deve ser reconhecida uma margem larga de conformação ao legislador para estabelecer as medidas aplicáveis ao adolescente infrator. A norma, fora das infrações violentas, restringe o poder do magistrado de aplicar a internação. Opção perfeitamente proporcional do legislador, em razão do caráter estigmatizando e traumatizante da internação de uma pessoa em desenvolvimento. Situação de superlotação das unidades de acolhimento e internação que está sendo inclusive apreciada pelo STF. Sugestão do encaminhamento da decisão do Tribunal ao CNJ, a fim de que este órgão amplie suas ações na promoção de políticas periódicas de monitoramento do cumprimento das medidas socioeducativas previstas no art. 112 da Lei nº 8.069/1990. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.567 **(4)**

ORIGEM	: ADI - 98483 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MARANHÃO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: JOSE ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA (19255/DF, 2132/MA)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE
ADV.(A/S)	: PAULO LEMGRUBER (DF020647/)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA
ADV.(A/S)	: LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA (3827/MA)
ADV.(A/S)	: FERNANDA MEDEIROS PESTANA (10551/MA) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que reconhecia a prejudicialidade do artigo 54 da Lei nº 6.110/94, com a redação da Lei nº 7.885/2003, e, no mais, julgando improcedente a ação, no que foi acompanhado pelo Senhor Ministro Eros Grau e pelo Senhor Ministro Joaquim Barbosa, que propunha interpretação conforme, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) e o Senhor Ministro Carlos Britto. Falaram, pela requerida, Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, o Dr. José Antônio Almeida; pelos *amici curiae*, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão-SINPROESEMMA, respectivamente, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas e o Dr. Luiz Henrique Falcão Teixeira. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 07.05.2007.

Decisão: Após o voto-vista da Senhora Ministra Cármen Lúcia, julgando parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 40, 41 e 42, da Lei nº 6.110/94, do Estado do Maranhão, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Ausentes a Senhora Ministra Ellen Gracie, em representação do Tribunal na 10ª Conferência Bienal da *International Association of Women Judges - IAWJ*, em Seul, Coréia do Sul, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado e, neste julgamento, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 12.05.2010.

Decisão: O Tribunal, por maioria, resolvendo questão de ordem levantada pelo Ministro Roberto Barroso, julgou prejudicada a ação direta, vencida a Ministra Cármen Lúcia, que proferiu voto de mérito na assentada anterior. O Ministro Ricardo Lewandowski (Relator) reajustou seu voto. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2019.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. QUESTÃO DE ORDEM. REVOGAÇÃO INTEGRAL DA LEI 6.110/94. AÇÃO PREJUDICADA.

I - Acompanhando questão de ordem suscitada pelo Ministro Roberto Barroso, que substituiu o Ministro Ayres Britto e devolveu os autos para retomada de julgamento, é o caso de declarar a prejudicialidade desta ação em razão da perda superveniente de seu objeto.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.811 **(5)**

ORIGEM	: ADI - 153274 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S)	: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade para declarar a inconstitucionalidade da Lei 4.735, do Estado do Rio de Janeiro, de 29 de março de 2006, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Edson Fachin e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ação Direta de Constitucionalidade. 2. Lei 4.735 do Estado do Rio de Janeiro. 3. . 4. Usurpação de competência da União. Direito do Trabalho. 5. Violação ao art. 20, I, da Constituição Federal. Inconstitucionalidade formal. 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.841 **(6)**

ORIGEM	: ADI - 200826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, nessa parte, julgou procedente o pedido, para declarar a nulidade da expressão "de um (1) membro do Ministério Público", constante do art. 26, § 6º, e das expressões "26, § 6º, e" constantes dos arts. 56, V e § 5º; 87, § 1º; 88; e 89, § 1º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, e para conferir interpretação conforme à Constituição à norma do art. 26, § 6º, do mesmo diploma, para que só tenha aplicação aos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Legislativo Estadual, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Artigos 26, § 6º; 56, V e § 5º; 72, IV; 87, § 1º; 88; 89, § 1º; e 135, V, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, que tratam da composição de bancas de concurso para cargos e empregos públicos. 3. Declaração de nulidade do art. 72, IV, na ADI 170, e alteração do art. 135, V, por emenda superveniente. Perda de objeto. 4. Não pode a Constituição Estadual, mesmo em seu texto originário, dispor a respeito de matéria cuja iniciativa legislativa seja reservada a órgão de outro Poder, por inibir o futuro exercício desta prerrogativa por seu titular. Precedentes. 5. A participação de membro do *Parquet* em bancas de concursos para cargos externos a esse órgão é incompatível com as funções institucionais do Ministério Público. Precedente. 6. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada procedente, para declarar a nulidade da expressão de "um (1) membro do Ministério Público e", constante do art. 26, § 6º, e das expressões "26, § 6º, e" constantes dos arts. 56, V e § 5º; 87, § 1º; 88; e 89, § 1º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, e para conferir interpretação conforme à Constituição à norma do art. 26, § 6º, do mesmo diploma, para que só tenha aplicação aos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Legislativo Estadual.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.931 **(7)**

ORIGEM	: ADI - 115758 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S)	: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (91152/RJ)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (002525/PI) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO - ANPT
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (5939/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S)	: MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES (DF020389/) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram: pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, o Dr. Mauro de Azevedo Menezes; e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, a Dra. Isabel Bueno. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 21-A DA LEI N. 8.213/1991 E §§ 3º E 5º A 13 DO ART. 337 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. ESTABELECIMENTO DE NEXO ENTRE O TRABALHO E O AGRAVO PELA CONSTATAÇÃO DE RELEVÂNCIA ESTATÍSTICA ENTRE A ATIVIDADE DA EMPRESA E A DOENÇA. PRESUNÇÃO DA NATUREZA ACIDENTÁRIA DA INCAPACIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO INC. XIII DO ART. 5º, AO INC. XXVIII DO ART. 7º, AO INC. I E AO § 1º DO ART. 201 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. *É constitucional a previsão legal de presunção de vínculo entre a incapacidade do segurado e suas atividades profissionais quando constatada pela Previdência Social a presença do nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, podendo ser elidida pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social se demonstrada a inexistência.*

2. *Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.951 **(8)**

ORIGEM	: ADI - 144420 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta para: i) declarar a constitucionalidade da expressão "imediata", presente no art. 218, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro; ii) declarar a constitucionalidade da locução "apreensão do documento de habilitação", também constante do art. 218, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ART. 218, INCISO III, DA LEI N.º 9.503/1997, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI N.º 11.334/2006. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SUSPENSÃO IMEDIATA DO DIREITO DE DIRIGIR. APREENSÃO DO DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO. POSSIBILIDADE. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE NATUREZA ACAUTELATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. A suspensão imediata do direito de dirigir e a apreensão do documento de habilitação previstas no artigo 218, III, do Código de Trânsito Brasileiro, serão aplicadas pela autoridade competente, em caso de cometimento de infração classificada como gravíssima, de maneira conforme ao procedimento previsto no art. 281 e seguintes do mesmo diploma legal, asseguradas as garantias constitucionais inerentes ao devido processo legal.

2. Trata-se de providências administrativas de natureza acautelatória que objetivam assegurar a eficiência da fiscalização de trânsito em casos de flagrante de prática de ato classificado como de gravíssimo risco para a segurança pública.

3. Ação direta julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.596 **(9)**

ORIGEM	: ADI - 4596 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE.	: CAMARA BRASILEIRA DE DIAGNOSTICO LABORATORIAL-CBDL
ADV.(A/S)	: JOÃO PAULO MORELLO (112569/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade do art. 11 da Lei nº 14.237/2008 do Estado do Ceará. Em seguida, o julgamento foi suspenso para votar-se, na sessão seguinte, a modulação dos efeitos da decisão. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Luiz Fux e Roberto Barroso. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 6.6.2018.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, modulou a decisão de declaração de inconstitucionalidade para que tenha efeitos a partir do mês seguinte ao do julgamento da presente ação direta, ressalvadas as ações judiciais em curso. Vencidos os Ministros Marco Aurélio e Luiz Fux. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 6.6.2018.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigos. 6-A, 6-B e 6-C do Decreto nº 29.560/2008. Revogação. Aditamento à petição inicial. Ausência de prejudicialidade. ICMS. Cobrança pelo Estado de destino. Mercadoria adquirida em outra unidade federada. Consumidor final não contribuinte do imposto. Artigo 155, § 2º, VII, b, da CF. Redação original. Emenda Constitucional nº 87/2015. Convalidação. Impossibilidade. Lei nº 14.237/2008. Artigo 1º, caput e §§ 1º; 2º, incisos I e II; 3º, 4º e 5º; e art. 2º, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto nº 30.542, de 23 de maio de 2011. Inconstitucionalidade. Modulação temporal.

1. Ausência de prejuízo do pedido em relação aos arts. 6-A, 6-B e 6-C do Decreto nº 29.560/08 do Estado do Ceará em razão da revogação dos referidos dispositivos pelo Decreto nº 30.542/2011 do mesmo Estado, deferido que foi o aditamento à petição inicial para se substituir o pedido de declaração de inconstitucionalidade das disposições revogadas pela declaração de inconstitucionalidade do art. 1º, **caput** e §§ 1º; 2º, incisos I e II; 3º, 4º e 5º; e do art. 2º, **caput** e §§ 1º e 2º, do Decreto nº 30.542, de 23 de maio de 2011, publicado no DOE de 24/05/2011.

2. O Plenário da Corte já definiu que ofende o sistema constitucional de repartição interestadual de receitas previsto para o ICMS a instituição de diferença de alíquotas em favor do estado destinatário das mercadorias na hipótese de venda direta ao consumidor. O art. 155, § 2º, VII, g, da CF, em sua redação original, previa a incidência de alíquota interna devida ao estado de origem.

3. O ICMS incidente na aquisição de mercadorias ou bens por consumidor final não contribuinte do tributo decorrente de operação interestadual não pode ter regime jurídico fixado por estados-membros não favorecidos, sob pena de se contrariarem os arts. 155, § 2º, inciso VII, *b*, na sua redação original e o art. 150, IV e V, da CRFB/88.

4. A pretexto de corrigir desequilíbrio econômico, os entes federados não podem utilizar sua competência legislativa concorrente ou privativa para retaliar outros entes federados, como pretendeu o legislador estadual ao editar a Lei nº 14.237/08. No caso, a Constituição adotou como critério de partilha da competência tributária o estado de origem das mercadorias ou bens, de modo que o deslocamento da sujeição ativa para o estado de destino depende de alteração do próprio texto constitucional, opção política legítima que não pode ser substituída pela ação do Judiciário.

5. A orientação na jurisprudência da Corte vai no sentido de que o sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente. Dessa forma, mesmo que a mudança do texto constitucional perpetrada pela Emenda Constitucional nº 87/2015 pudesse ser conciliada com a lei inconstitucional, não poderia haver convalidação, nem recepção da lei, já que eivada de nulidade original insanável, decorrente de sua frontal incompatibilidade com o texto constitucional vigente no momento de sua edição.

6. O art. 11 da Lei Estadual nº 14.237/2008 e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 30.542/2011, por serem inconstitucionais ao tempo de sua edição, não poderiam ser, como não foram, convalidados pela Emenda Constitucional nº 87/2015. E, se a norma não foi convalidada, isso significa que sua inconstitucionalidade persiste e é atual, ainda que se refira a dispositivos da Constituição que não se encontram mais em vigor, alterados que foram pela referida emenda constitucional.

7. Ação direta julgada procedente, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 11 da Lei nº 14.237/2008 e dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 30.542/2011, ambos do Estado do Ceará, com a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade para o mês seguinte ao do julgamento da presente ação direta, ressalvadas as ações judiciais em curso.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.011 **(10)**

ORIGEM	: ADI - 5011 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - ADPESE
ADV.(A/S)	: RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA (00018676/BA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S)	: ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR)
ADV.(A/S)	: ISABELA MARRAFON (37798/DF)
AM. CURIAE.	: ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Sergipe, ressalvando, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99, os servidores que já estejam aposentados (ou seus dependentes que estejam em gozo de pensão por morte) ou que, até a data desse julgamento, tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio apenas quanto à modulação dos efeitos da decisão. Falou, pelo *amicus curiae* Associação dos Defensores Públicos do Estado de Sergipe - ADPESE, o Dr. João Vitor Santos Cunha; e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 29.5.2020 a 5.6.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO DE OPÇÃO AO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO. ADCT. PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS. APOSENTADOS. POSSIBILIDADE.

1. O entendimento firmado em Plenário é no sentido de que servidores investidos na função de defensor público até a data em que foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte têm direito à opção pela carreira, independentemente da forma da investidura originária, desde que cumpridos os requisitos definidos pelo texto constitucional.

2. O dispositivo impugnado estabeleceu o marco temporal da instalação da Assembleia Constituinte do Estado de Sergipe, posterior àquele da Assembleia Nacional Constituinte, para facultar o direito de opção pela carreira da Defensoria Pública, dilatando os efeitos de norma constitucional de eficácia transitória e restrita. Inconstitucionalidade. Precedentes.

3. É certo, porém, que dessa norma inconstitucional derivaram atos de nomeação que já contavam com cerca de 25 anos na data da propositura desta ADI, estando os defensores prestando o serviço público e, inclusive, recolhendo as respectivas contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração do cargo.

4. Nestes casos, o art. 27 da lei n.º 9.868/99 autoriza, por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social, a restrição dos efeitos da declaração de sua inconstitucionalidade, devendo-se preservar as aposentadorias e pensões dos defensores nomeados pelos atos derivados da norma inconstitucional. Precedente da ADI 4876, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 26/03/2014.

5. Pedido na ação direta de inconstitucionalidade julgado procedente com modulação de efeitos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.311 **(11)**

ORIGEM	: ADI - 5311 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS
ADV.(A/S)	: EZIKELLY BARROS (0031903/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Falou, pelo requerente, a Dra. Ezikelly Barros**.** Ausente, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 04.03.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI NACIONAL N. 13.107, DE 24.3.2015. ALTERAÇÃO DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DA LEI ELEITORAL (LEI N. 9.096/1995 E 9.504/1997). NOVAS CONDIÇÕES LEGAIS PARA CRIAÇÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS. APOIO DE ELEITORES NÃO FILIADOS E PRAZO MÍNIMO DE CINCO ANOS DE EXISTÊNCIA DOS PARTIDOS. FORTALECIMENTO DO MODELO REPRESENTATIVO E DENSIFICAÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO. FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. FIDELIDADE PARTIDÁRIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. *Pela Constituição da República se assegura a livre criação, fusão e incorporação de partidos políticos, condicionadas aos princípios do sistema democrático representativo e do pluripartidarismo.*

2. *São constitucionais as normas pelas quais se fortaleça o controle quantitativo e qualitativo dos partidos, sem afronta ao princípio da igualdade ou ingerência no funcionamento interno.*

3. *A determinação constitucional de caráter nacional dos partidos políticos objetiva impedir a proliferação de agremiações sem expressão política, que podem atuar como "legendas de aluguel", fraudando a representação, base do regime democrático.*

4. *Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.051 **(12)**

ORIGEM	: 6051 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MARANHÃO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: ALCEBIADES TAVARES DANTAS (12369/MA) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTICA DO ESTADO DO MARANHAO - SINDJUS/MA
ADV.(A/S)	: NATHAN LUIS SOUSA CHAVES (11284/MA)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido formulado para reconhecer constitucional o § 11 do art. 81 da Lei Complementar nº 14/1991, alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 200/2017 do Maranhão, nos termos do voto da Relatora. O Ministro Luiz Fux acompanhou a Relatora com ressalvas. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 20.3.2020 a 26.3.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. § 11 DO ART. 81 DA LEI COMPLEMENTAR N. 14, DE 17.12.1991, DO MARANHÃO (CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DO MARANHÃO) ALTERADA PELO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR DO MARANHÃO, DE 10.11.2017. ALEGADA OFENSA AO § 8º DO ART. 19 DA CONSTITUIÇÃO DO MARANHÃO E AO INC. I DO ART. 8º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR. VÍCIO SANÁVEL. LEGITIMIDADE ATIVA CONFIGURADA. OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONDIÇÃO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDOR PÚBLICO DIRIGENTE DE CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO DE CLASSE À INEXISTÊNCIA DE SINDICATO REPRESENTATIVO DA CATEGORIA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À AUTONOMIA SINDICAL. PRECEDENTES. AÇÃO DIRETA CONHECIDA E JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. *É sanável o vício na representação processual consistente na ausência de procuração com poderes específicos com expressa referência ao ato normativo questionado. Precedentes.*

2. *A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB é parte legítima para a propositura da ação direta, considerada a natureza jurídica de confederação sindical, registrada e composta por entidades sindicais e presente o requisito da pertinência temática consistente nas atribuições estatutárias e o objeto desta ação. Precedentes.*

3. *Não contraria a autonomia sindical norma que trata de organização administrativa do Poder Judiciário do Maranhão estabelecendo as condições para a concessão de licença a servidor público para exercício de mandato de representação classista. Precedentes.*

4. *Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.066 **(13)**

ORIGEM	: 6066 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL
ADV.(A/S)	: CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS, SOCIEDADE (1.713/2010 OAB/DF)
ADV.(A/S)	: ADEMIR COELHO ARAUJO (0018463/DF)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: ANTONIO SILVIO MAGALHAES JUNIOR (119231/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Celso de Mello, Dias Toffoli (Presidente) e Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 24.4.2020 a 30.4.2020.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL Nº 16.725/2018, DE SÃO PAULO. FIXAÇÃO DE TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL POR EMPRESAS DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. ARTIGOS 21, XI, 22, IV, E 175, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.

1. Nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recai sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria.

2. Porque o federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma necessária, adequada e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores (*clear statement rule*), é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente maior.

3. Legislação que fixa tempo máximo de atendimento presencial a consumidores por parte de empresas de telefonia fixa e móvel constitui norma reguladora de obrigações e responsabilidades referentes a relação de consumo, inserindo-se na competência concorrente do artigo 24, V e VIII, da Constituição da República. Precedente: ADI 5833, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 23/08/2019.

4. A Lei nº 9.472/1997 não afasta de forma clara *(clear statement rule*) a possibilidade de que os Estados, no exercício de sua atribuição concorrente, normatizem a respeito da prestação de atendimento a consumidores de serviços de telecomunicações.

5. Não havendo regulação específica contrastante com a norma estadual aqui impugnada, inexiste extrapolação do espaço legislativo ocupado de forma suplementar pelo estado-membro.

6. A necessidade do tratamento legislativo uniforme só é realidade em se tratando de competência constitucional privativa da União para legislar sobre o tema.

7. Na hipótese, tratando-se de lei estadual que se enquadra na competência concorrente para legislar sobre prestação de atendimento e consumo, não viola o princípio da igualdade que a matéria seja tutelada diferentemente no âmbito de cada ente federal.

8. Pedido julgado improcedente.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 671 (14)

ORIGEM : 671 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)
ADV.(A/S) : PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO (19586/DF, 90846/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AGDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AGDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AGDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AGDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AGDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AGDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AGDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITOS À SAÚDE, À VIDA, À IGUALDADE E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ALEGADAMENTE VIOLADOS. ATINGIMENTO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA COMO META CONSTITUCIONAL. PANDEMIA ACARRETADA PELA COVID-19. PRETENÇÃO DE REQUISITAR ADMINISTRATIVAMENTE BENS E SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADOS. ADPF QUE CONFIGURA VIA PROCESSUAL INADEQUADA. INSTRUMENTO JÁ PREVISTO EM LEIS AUTORIZATIVAS. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS INSTRUMENTOS APTOS A SANAR A ALEGADA LESIVIDADE. DEFERIMENTO DA MEDIDA QUE VIOLARIA A SEPARAÇÃO DOS PODERES. ATUAÇÃO PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. MEDIDA QUE PRESSUPÕE EXAME DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER ESTRATÉGICO. OMISSÃO NÃO EVIDENCIADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - O princípio da subsidiariedade, previsto no art. 4°, § 1°, da Lei 9.882/1999, pressupõe, para a admissibilidade da ADPF, a inexistência de qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com real efetividade, o estado de lesividade eventualmente causado pelo ato impugnado.

II - O sistema jurídico nacional dispõe de outros instrumentos judiciais capazes de reparar de modo eficaz e adequado a alegada ofensa a preceito fundamental, especialmente quando os meios legais apropriados para viabilizar a requisição administrativa de bens e serviços já estão postos (art. 5°, XXV, da Constituição Federal; art. 15, XIII, da Lei 8.080/1990; art. 1.228, § 3°, do Código Civil; e art. 3°, VII, da Lei 13.979/2020).

III - A presente ação não constitui meio processual hábil para acolher a pretensão nela veiculada, pois não cabe ao Supremo Tribunal Federal substituir os administradores públicos dos distintos entes federados na tomada de medidas de competência privativa destes, até porque não dispõe de instrumentos adequados para sopesar os diversos desafios que cada um deles enfrenta no combate à Covid-19.

IV - Vulneraria frontalmente o princípio da separação dos poderes a incursão do Judiciário numa seara de atuação, por todos os títulos, privativa do Executivo, substituindo-o na deliberação de cunho político-administrativo, submetidas a critérios de conveniência e oportunidade, sobretudo tendo em conta a magnitude das providências pretendidas nesta ADPF, cujo escopo é a requisição compulsória e indiscriminada de todos os bens e serviços privados voltados à saúde, antes mesmo de esgotadas outras alternativas cogitáveis pelas autoridades federais, estaduais e municipais para enfrentar a pandemia.

V - O § 1° do art. 3° da Lei 13.979/2020 dispõe que as requisições e outras medidas de emergência para combater a Covid-19 "somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública".

VI - Essa apreciação, à toda a evidência, compete exclusivamente às autoridades públicas, caso a caso, em face das situações concretas com as quais são defrontadas, inclusive à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem prejuízo do posterior controle de constitucionalidade e legalidade por parte do Judiciário.

VII - Não está evidenciada a ocorrência de omissão dos gestores públicos, de modo que não é possível concluir pelo descumprimento dos preceitos fundamentais apontados na inicial da ADPF ou no presente recurso.

VIII - Agravo regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de Historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é assegurado aos:

I - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;

II - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III - portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

IV - portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V - profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei.

Art. 4º São atribuições dos historiadores:

I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;

II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;

III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;

VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, é obrigatória a comprovação de registro profissional nos termos do art. 7º desta Lei.

Art. 6º As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados.

Art. 7º O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

LEI Nº 14.039, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3°-A:

"Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Art. 2º O art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 25. .....

.....

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020, observado o seguinte:

I - compete aos Estados e ao Distrito Federal distribuir a renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura, em observância ao disposto no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

II - compete aos Municípios e ao Distrito Federal distribuir os subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020; e

III - compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º Do valor previsto no **caput** pelo menos vinte por cento serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do **caput**.

§ 2º Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei nº 14.017, de 2020, e neste Decreto deverão residir e estar domiciliados no território nacional.

§ 3º Para a execução das ações emergenciais previstas no inciso III do **caput**, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão, em conjunto, o âmbito em que cada ação emergencial será realizada, de modo a garantir que não haja sobreposição entre os entes federativos.

§ 4º O Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios editará regulamento com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos na forma prevista neste artigo, no âmbito de cada ente federativo, observado o disposto na Lei nº 14.017, de 2020, e neste Decreto.

§ 5º O pagamento dos recursos destinados ao cumprimento do disposto nos incisos I e II do **caput** fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, realizada por meio de consulta prévia a base de dados em âmbito federal disponibilizada pelo Ministério do Turismo.

§ 6º A verificação de elegibilidade do beneficiário de que trata o § 5º não dispensa a realização de outras consultas a bases de dados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que se façam necessárias.

§ 7º As informações obtidas de base de dados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser homologadas pelo Ministério do Turismo.

§ 8º Na hipótese de inexistência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios informarão o número ou o código de identificação único que vincule o solicitante à organização ou ao espaço beneficiário.

§ 9º O agente público responsável pelo pagamento em desacordo com o disposto nos § 5º ao § 8º poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

CAPÍTULO II
DA RENDA EMERGENCIAL

Art. 3º A renda emergencial de que trata o inciso I do **caput** do art. 2º terá o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), será paga mensalmente, em três parcelas sucessivas, e estará limitada a:

I - dois membros da mesma unidade familiar; e

II - duas cotas, quando se tratar de mulher provedora de família monoparental.

§ 1º O benefício referido no **caput** será concedido, retroativamente, desde 1º de junho de 2020.

§ 2º O benefício referido no **caput** será prorrogado pelo mesmo prazo que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, limitado ao valor da parcela entregue pela União, ressalvada a faculdade dos entes federativos de suplementá-lo por meio de outras fontes próprias de recursos.

Art. 4º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do **caput** do art. 2º os trabalhadores da cultura com atividades interrompidas que comprovem:

I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020, comprovada a atuação por meio da apresentação de:

a) autodeclaração, conforme modelo constante do Anexo II; ou

b) documentação, conforme lista exemplificativa constante do Anexo II;

II - não terem emprego formal ativo;

III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;

IV - terem renda familiar mensal **per capita** de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos, o que for maior;

V - não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros a que se refere o art. 6º; e

VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2020.

§ 1º Entende-se como trabalhador e trabalhadora da cultura as pessoas que participam da cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º, incluídos artistas, contadores de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira.

§ 2º São considerados empregados formais, para efeitos deste artigo, os empregados com contrato de trabalho formalizado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e todos os agentes públicos, independentemente da relação jurídica, inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração e os titulares de mandato eletivo.

CAPÍTULO III
DO SUBSÍDIO MENSAL

Art. 5º O subsídio mensal de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º terá valor mínimo de R$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

§ 1º Previamente à concessão do benefício de que trata o **caput**, os critérios estabelecidos pelo gestor local deverão ser publicados em ato formal.

§ 2º Os critérios estabelecidos pelo gestor local serão informados detalhadamente no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I, disponível para preenchimento na Plataforma +Brasil.

Art. 6º Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros:

I - Cadastros Estaduais de Cultura;

II - Cadastros Municipais de Cultura;

III - Cadastro Distrital de Cultura;

IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;

VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;

VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro; e

VIII - outros cadastros referentes a atividades culturais existentes no âmbito do ente federativo, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º As entidades de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º deverão apresentar autodeclaração, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação, quando for o caso.

§ 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, cada ente federativo deverá adotar medidas que garantam inclusões e alterações nas inscrições ou nos cadastros, por meio de autodeclaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 3º O subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro ou seja responsável por mais de um espaço cultural.

§ 4º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública cultural do local.

§ 5º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis.

§ 6º Incumbe ao responsável pela distribuição do subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º verificar o cumprimento da contrapartida de que trata este artigo.

§ 7º Fica vedada a concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 8º A lista de cadastros federais homologados será publicada em canal oficial do Governo federal.

Art. 7º O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de cento e vinte dias após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.

§ 1º A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 2º Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas com:

I - internet;

II - transporte;

III - aluguel;

IV - telefone;

V - consumo de água e luz; e

VI - outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 3º O ente federativo responsável pela concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do **caput** do art. 2º discriminará no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I os subsídios concedidos, de modo a especificar se as prestações de contas referidas no **caput** deste artigo foram aprovadas ou não e quais as providências adotadas em caso de terem sido rejeitadas.

Art. 8º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se espaços culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

I - pontos e pontões de cultura;

II - teatros independentes;

III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;

IV - circos;

V - cineclubes;

VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;

VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;

VIII - bibliotecas comunitárias;

IX - espaços culturais em comunidades indígenas;

X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;

XI - comunidades quilombolas;

XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;

XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;

XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;

XV - livrarias, editoras e sebos;

XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;

XVII - estúdios de fotografia;

XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;

XIX - ateliês de pintura, moda, **design** e artesanato;

XX - galerias de arte e de fotografias;

XXI - feiras de arte e de artesanato;

XXII - espaços de apresentação musical;

XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;

XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares; e

XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros a que se refere o art. 6º.

CAPÍTULO IV
DOS EDITAIS, DAS CHAMADAS PÚBLICAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis, de que trata o inciso III do **caput** do art. 2º, por intermédio de seus programas de apoio e financiamento à cultura já existentes ou por meio da criação de programas específicos.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão desempenhar, em conjunto, esforços para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I:

I - os tipos de instrumentos realizados;

II - a identificação do instrumento;

III - o total dos valores repassados por meio do instrumento;

IV - o quantitativo de beneficiários;

V - para fins de transparência e verificação, a publicação em Diário Oficial dos resultados dos certames em formato PDF;

VI - a comprovação do cumprimento dos objetos pactuados nos instrumentos; e

VII - na hipótese de não cumprimento integral dos objetos pactuados nos instrumentos, a identificação dos beneficiários e as providências adotadas para recomposição do dano.

§ 3º A comprovação de que trata o inciso VI do **caput** deverá ser fundamentada nos pareceres de cumprimento do objeto pactuado com cada beneficiário, atestados pelo gestor do ente federativo responsável pela distribuição dos recursos.

§ 4º O agente público responsável pelas informações apresentadas no relatório de gestão final, a que se refere o Anexo I, poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão dar ampla publicidade às iniciativas apoiadas pelos recursos recebidos na forma prevista no inciso III do **caput** do art. 2º e transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, preferencialmente por meio da divulgação no sítio eletrônico oficial do ente federativo, cujo endereço eletrônico deverá ser informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

CAPÍTULO V
DA OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E DOS PRAZOS

Art. 10. Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no art. 2º deste Decreto serão executados de forma descentralizada, por meio de transferências da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por intermédio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, cujos valores serão repassados da seguinte forma:

I - cinquenta por cento aos Estados e ao Distrito Federal, dos quais:

a) vinte por cento serão repassados de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; e

b) oitenta por cento serão repassados proporcionalmente à população de cada Estado; e

II - cinquenta por cento aos Municípios e ao Distrito Federal, dos quais:

a) vinte por cento serão repassados de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM; e

b) oitenta por cento serão repassados proporcionalmente à população de cada Município.

§ 1º Os valores repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios são aqueles constantes do Anexo III, calculados a partir dos coeficientes de FPM e FPE encaminhados pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e de acordo com a estimativa de população considerada pelo Tribunal de Contas da União.

§ 2º Os valores repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a que se refere o § 1º serão cadastrados na Plataforma +Brasil.

§ 3º O prazo para publicação da programação ou destinação dos recursos de que trata o art. 2º será de sessenta dias para os Municípios e de cento e vinte dias para os Estados e o Distrito Federal, contado da data de recebimento dos recursos.

§ 4º Para cumprimento do disposto neste artigo, considera-se como publicada a programação constante de dotação destinada a esse fim na lei orçamentária vigente divulgada em Diário Oficial ou em meio de comunicação oficial.

§ 5º A publicação a que se refere o § 4º deverá ser informada no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

Art. 11. A União fará a transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios em conta específica em agência de relacionamento do Banco do Brasil, de acordo com o cronograma de pagamentos a ser publicado em canal oficial do Governo federal.

§ 1º O Ministério do Turismo disponibilizará, pelo prazo de sessenta dias, contado da data da publicação deste Decreto, na Plataforma +Brasil, os programas para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios indiquem a agência de relacionamento do Banco do Brasil para a qual serão transferidos os recursos e o plano de ação para a sua execução, observado o disposto no art. 2º.

§ 2º A conta específica de que trata o **caput** será criada automaticamente pela Plataforma +Brasil.

§ 3º Os recursos transferidos na forma prevista neste artigo serão geridos, exclusivamente, na conta específica de que trata o **caput**.

§ 4º Além da conta específica a que se refere o **caput**, será criada automaticamente pela Plataforma +Brasil uma conta adicional aos Estados destinada exclusivamente à distribuição dos recursos objetos de reversão.

§ 5º As movimentações de saída de recursos das contas bancárias serão classificadas e identificadas conforme o disposto no art. 2º e as informações a elas referentes serão disponibilizadas no sistema BB Ágil do Banco do Brasil.

§ 6º O montante dos recursos indicado no plano de ação poderá ser remanejado de acordo com a demanda local, desde que a divisão dos recursos prevista no art. 2º seja respeitada e que o remanejamento seja informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS REVERTIDOS

Art. 12. Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de sessenta dias após a descentralização aos Municípios serão objeto de reversão ao fundo estadual de cultura do Estado onde o Município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 1º Os Municípios transferirão os recursos objeto de reversão diretamente da sua conta bancária criada na Plataforma +Brasil para a conta do Estado de que trata o § 4º do art. 11 no prazo de dez dias, contado da data a que se refere o **caput**.

§ 2º Ao receber recursos objeto de reversão, o Estado terá o prazo de sessenta dias para publicar a sua programação ou destinar os referidos recursos.

§ 3º Os recursos objeto de reversão somente poderão ser utilizados para atendimento ao disposto nos incisos II e III do **caput** do art. 2º.

CAPÍTULO VII
DAS DEVOLUÇÕES

Art. 13. Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de cento e vinte dias após a descentralização aos Estados serão restituídos no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Art. 14. Os recursos revertidos pelos Municípios aos Estados que não tenham sido programados ou destinados no prazo previsto no § 2º do art. 12 serão restituídos no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Art. 15. Encerrado o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o saldo remanescente das contas específicas de que trata o art. 11 será restituído no prazo de dez dias à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão o relatório de gestão final a que se refere o Anexo I à Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo no prazo de cento e oitenta dias, contado da data em que se encerrar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 1º O não envio do relatório de gestão final no prazo estabelecido no **caput** ensejará em responsabilização do gestor responsável e as devidas providências para recomposição do dano.

§ 2º A apresentação do relatório de gestão final a que se refere o Anexo I não implicará a regularidade das contas.

§ 3º A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo poderá solicitar informações adicionais que permitam verificar a aplicação regular dos recursos repassados, caso entenda necessário, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial.

Art. 17. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal darão ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei nº 14.017, de 2020.

Art. 18. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão manter a documentação apresentada pelos beneficiários dos recursos a que se refere o art. 2º pelo prazo de dez anos.

CAPÍTULO IX
DOS EMPRÉSTIMOS E DA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Art. 19. As instituições financeiras federais poderão disponibilizar às pessoas físicas que comprovem ser trabalhadores da cultura e às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tenham finalidade cultural em seus respectivos estatutos, o seguinte:

I - linhas de crédito específicas para fomento de atividades e aquisição de equipamentos; e

II - condições especiais para renegociação de débitos.

§ 1º Os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I do **caput** deverão ser pagos no prazo de até trinta e seis meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, a partir de cento e oitenta dias, contados do final do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 2º O acesso às linhas de crédito e às con'dições especiais de que tratam os incisos I e II do **caput** fica condicionado ao compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes na data de entrada em vigor do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§ 3º As condições especiais para renegociação de débitos a que se refere o inciso II do **caput** deverão ser negociadas diretamente pelos interessados junto às instituições financeiras federais.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. As prorrogações de prazos para projetos culturais já aprovados no âmbito dos órgãos da administração pública federal responsáveis pela área de cultura obedecerão ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.017, de 2020, os quais deverão adotar as medidas previstas em lei.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Marcelo Henrique Teixeira Dias

ANEXO I

MODELO DE RELATÓRIO DE GESTÃO FINAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FINAL

Ente recebedor: _____

CNPJ: _____

Fundo recebedor: _____

CNPJ: _____

Número da transferência bancária: _____

Número do processo: _____

Valor recebido: _____

Data do recebimento: _____

Instituição financeira: _____

Conta bancária: _____

Agência bancária: _____

Objeto da transferência bancária: _____

PLANO DE AÇÃO

(Hipótese prevista no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020)

Descrição: Informar neste campo os parâmetros utilizados para definição do valor aportado na meta, tais como a quantidade prevista de beneficiários.

Valor previsto: _____

Valor realizado: _____

Justificativa: _____

_____

_____

(Hipótese prevista no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Descrição: Informar neste campo os parâmetros utilizados para definição do valor aportado na meta, tais

como a quantidade prevista de beneficiários, a metodologia empregada para definição do valor dos subsídios e o ato por meio do qual o gestor local estabeleceu os critérios de que trata o art. 7º da Lei nº 14.017, de 2020.

Valor previsto: _____

Valor realizado: _____

Justificativa: _____

_____

_____

(Hipótese prevista no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Descrição: Informar neste campo os parâmetros utilizados para definição do valor aportado na meta, tais como os planos, os programas e os projetos previstos.

Valor previsto: _____

Valor realizado: _____

Justificativa: _____

_____

_____

Ato publicado no Diário Oficial: _____

Data da publicação do ato: _____

PLANO DE AÇÃO: REVERSÃO

(Hipótese prevista no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Descrição: Informar neste campo os parâmetros utilizados para definição do valor aportado na meta, tais como a quantidade prevista de beneficiários, a metodologia empregada para definição do valor dos subsídios e o ato por meio do qual o gestor local estabeleceu os critérios de que trata o art. 7º da Lei nº 14.017, de 2020.

Valor realizado: _____

Justificativa: _____

_____

_____

(Hipótese prevista no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Descrição: Informar neste campo os parâmetros utilizados para definição do valor aportado na meta, tais

como os planos, os programas e os projetos previstos.

Valor realizado: _____

Justificativa: _____

_____

_____

Ato publicado no Diário Oficial: _____

Data da publicação do ato: _____

CONTRAPARTIDA PREVISTA/REALIZADA

(Em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020)

Valor total de contrapartida previsto: Informar neste campo o valor da contrapartida sobre o valor total repassado na meta.

Valor total de contrapartida entregue: Informar neste campo o somatório de todas as contrapartidas entregues.

Justificativa (na hipótese de não realização de contrapartida): _____

_____

_____

RESULTADOS ALCANÇADOS: RENDA EMERGENCIAL

(Hipótese prevista no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Quantitativo de trabalhadores culturais beneficiados diretamente: _____

RESULTADOS ALCANÇADOS: SUBSÍDIO MENSAL

(Hipótese prevista no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Quantitativo de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias beneficiados diretamente: _____

Quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras culturais beneficiados indiretamente: Informar neste campo o quantitativo de empregos mantidos em razão do recebimento do subsídio mensal.

LISTAGEM INDIVIDUALIZADA DOS BENEFICIÁRIOS

( ) CNPJ

( ) CPF

Número de identificação: _____

Valor total recebido: _____

Prestação de contas: _____

( ) Aprovada

( ) Reprovada

( ) Em análise

( ) Pendente de apresentação

( ) Providências adotadas em caso de reprovação

Contrapartida realizada? ( ) Sim ( ) Não

( ) CNPJ

( ) CPF

Número de identificação: _____

Valor total recebido: _____

Prestação de contas: _____

( ) Aprovada

( ) Reprovada

( ) Em análise

( ) Pendente de apresentação

( ) Providências adotadas em caso de reprovação

Contrapartida realizada? ( ) Sim ( ) Não

( ) CNPJ

( ) CPF

Número de identificação: _____

Valor total recebido: _____

Prestação de contas: _____

( ) Aprovada

( ) Reprovada

( ) Em análise

( ) Pendente de apresentação

( ) Providências adotadas em caso de reprovação

Contrapartida realizada? ( ) Sim ( ) Não

RESULTADOS ALCANÇADOS: EDITAIS, CHAMADAS PÚBLICAS OU OUTROS INSTRUMENTOS APLICÁVEIS
(Hipótese prevista no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020)

Quantitativo de trabalhadores culturais beneficiados indiretamente: _____

Quantitativo de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias beneficiados diretamente: _____

INSTRUMENTOS RELATIVOS À HIPÓTESE PREVISTA NO INCISO III DO CAPUT DO ART. 2º DA LEI Nº 14.017, DE 2020

Tipo de instrumento: _____

Identificação do instrumento: _____

Total repassado por meio do instrumento: _____

Quantidade de beneficiários: _____

Publicação do resultado em Diário Oficial (Em anexo)

Comprovação do cumprimento dos objetos pactuados no instrumento

Objetos pactuados no instrumento não cumpridos e providências adotadas para reparação do dano

Edital nº X, de XX/XX/XXXX – "Artistas de Circo" R$ 100.000,00

Anexado: ( ) Sim ( ) Não

Edital nº X, de XX/XX/XXXX – "Artistas de Teatro" R$ 100.000,00

Anexado: ( ) Sim ( ) Não

Chamada pública nº X, de XX/XX/XXXX – "OSCs" R$ 1.000.000,00

Anexado: ( ) Sim ( ) Não

Prêmio: ( ) Sim ( ) Não

Aquisição de bens e serviços: ( ) Sim ( ) Não

Outros instrumentos: ( ) Sim ( ) Não

Endereço eletrônico disponibilizado para dar ampla publicidade às atividades transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais: _____

_____

Local e data: _____

Responsável pela execução: _____

ASSINATURA DO CONVENENTE

Nome

Cargo

ANEXO II

FORMAS DE COMPROVAÇÃO DE ATUAÇÃO SOCIAL OU PROFISSIONAL NAS ÁREAS ARTÍSTICA E CULTURAL DE QUE TRATA O INCISO I DO **CAPUT** DO ART. 4º

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO

(OPÇÃO 1)

DADOS DO REQUERENTE

Nome completo: _____

Apelido ou nome artístico: _____

Data de nascimento: _____

Local de nascimento: _____

Endereço residencial: _____

_____

Município: _____ Unidade da Federação: _____

CPF: _____ RG:_____ Data/Local de expedição: _____

Declaro, para os devidos fins, que atuei social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conforme lista de atividades apresentada a seguir:

FORMULÁRIO DE ATIVIDADES REALIZADAS

(Mês/Ano)

Junho/2019

_____

Julho/2019

_____

Agosto/2019

_____

Setembro/2019

_____

Outubro/2019

_____

Novembro/2019

_____

Dezembro/2019

_____

Janeiro/2020

_____

Fevereiro/2020

_____

Março/2020

_____

Abril/2020

_____

Maio/2020

_____

Observação: caso não tenha desenvolvido atividades em um ou mais meses relacionados no formulário acima, preencha o campo com um traço (------) e com a expressão “Atividades interrompidas” a partir do momento em que tenham ocorrido as interrupções.

Declaro, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*.

Local e data: _____

ASSINATURA DO REQUERENTE

(Igual à do documento de identificação)

*Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -do Código Penal: “Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA COMPROVAÇÃO DE ATUAÇÃO NAS ÁREAS ARTÍSTICA E CULTURAL (OPÇÃO 2)

Para fins de comprovação de atuação social ou profissional nas áreas artística e cultural nos vinte quatro meses anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, poderão ser apresentados os seguintes documentos:

I - imagens:

a) fotografias;

b) vídeos;

c) mídias digitais;

II - cartazes;

III - catálogos;

IV - reportagens;

V - material publicitário; ou

VI - contratos anteriores.

Os documentos deverão ser apresentados em formato digital e, preferencialmente, incluir o endereço eletrônico de portais ou redes sociais em que os seus conteúdos estejam disponíveis.

ANEXO III

VALORES REPASSADOS AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS

a) VALORES REPASSADOS AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL:

UF	ESTADO	VALOR TOTAL
AC	Acre	R$ 16.460.345,70
AL	Alagoas	R$ 33.755.339,69
AP	Amapá	R$ 16.774.874,17
AM	Amazonas	R$ 38.145.611,98
BA	Bahia	R$ 110.761.683,10
CE	Ceará	R$ 71.554.051,89
DF	Distrito Federal	R$ 19.203.291,76
ES	Espírito Santo	R$ 30.210.120,28
GO	Goiás	R$ 49.164.493,05
MA	Maranhão	R$ 61.466.556,42
MT	Mato Grosso	R$ 25.594.825,31
MS	Mato Grosso do Sul	R$ 20.514.887,18
MG	Minas Gerais	R$ 135.732.701,38
PA	Pará	R$ 68.000.813,74
PB	Paraíba	R$ 36.164.540,30
PR	Paraná	R$ 71.915.814,94
PE	Pernambuco	R$ 74.297.673,60
PI	Piauí	R$ 31.944.403,45
RJ	Rio de Janeiro	R$ 104.738.326,44
RN	Rio Grande do Norte	R$ 32.128.654,90
RS	Rio Grande do Sul	R$ 69.750.722,74
RO	Rondônia	R$ 18.554.506,33
RR	Roraima	R$ 10.747.615,59
SC	Santa Catarina	R$ 44.986.857,87
SP	São Paulo	R$ 264.155.074,63
SE	Sergipe	R$ 24.577.545,76
TO	Tocantins	R$ 18.698.667,80
	TOTAL	R$ 1.500.000.000,00

b) VALORES REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS:

UF	IBGE	SIAFI	NOME DO MUNICÍPIO	VALOR TOTAL
AC	1200013	0643	Acrelândia	R$ 114.369,36
AC	1200054	0157	Assis Brasil	R$ 58.706,79
AC	1200104	0105	Brasiléia	R$ 188.204,71
AC	1200138	0645	Bujari	R$ 80.426,24
AC	1200179	0647	Capixaba	R$ 88.801,82
AC	1200203	0107	Cruzeiro do Sul	R$ 580.917,57
AC	1200252	0651	Epitaciolândia	R$ 137.835,86
AC	1200302	0113	Feijó	R$ 242.198,99
AC	1200328	0653	Jordão	R$ 63.845,19
AC	1200336	0109	Mâncio Lima	R$ 141.067,34
AC	1200344	0155	Manoel Urbano	R$ 70.365,24
AC	1200351	0655	Marechal Thaumaturgo	R$ 140.439,31
AC	1200385	0151	Plácido de Castro	R$ 145.543,45
AC	1200393	0657	Porto Walter	R$ 90.223,45
AC	1200401	0139	Rio Branco	R$ 3.254.550,21
AC	1200427	0659	Rodrigues Alves	R$ 140.799,00
AC	1200435	0661	Santa Rosa do Purus	R$ 53.699,71
AC	1200450	0153	Senador Guiomard	R$ 164.172,99
AC	1200500	0145	Sena Madureira	R$ 316.296,98
AC	1200609	0147	Tarauacá	R$ 292.111,10
AC	1200708	0149	Xapuri	R$ 143.042,76

AC	1200807	0649	Porto Acre	R$ 138.366,82
AL	2700102	2701	Água Branca	R$ 170.165,81
AL	2700201	2703	Anadia	R$ 155.030,38
AL	2700300	2705	Arapiraca	R$ 1.617.012,52
AL	2700409	2707	Atalaia	R$ 360.828,34
AL	2700508	2709	Barra de Santo Antônio	R$ 136.677,86
AL	2700607	2711	Barra de São Miguel	R$ 74.943,14
AL	2700706	2713	Batalha	R$ 158.952,68
AL	2700805	2715	Belém	R$ 52.231,43
AL	2700904	2717	Belo Monte	R$ 65.705,44
AL	2701001	2719	Boca da Mata	R$ 219.759,77
AL	2701100	2721	Branquinha	R$ 96.487,16
AL	2701209	2723	Cacimbinhas	R$ 98.565,36
AL	2701308	2725	Cajueiro	R$ 176.263,37
AL	2701357	0560	Campestre	R$ 67.030,01
AL	2701407	2727	Campo Alegre	R$ 426.368,46
AL	2701506	2729	Campo Grande	R$ 81.999,87
AL	2701605	2731	Canapi	R$ 156.040,93
AL	2701704	2733	Capela	R$ 152.221,39
AL	2701803	2735	Carneiros	R$ 79.276,52
AL	2701902	2737	Chã Preta	R$ 69.171,00
AL	2702009	2739	Coité do Nóia	R$ 97.623,32
AL	2702108	2741	Colônia Leopoldina	R$ 178.741,22
AL	2702207	2743	Coqueiro Seco	R$ 60.801,13
AL	2702306	2745	Coruripe	R$ 425.626,25
AL	2702355	2889	Craíbas	R$ 202.277,80
AL	2702405	2747	Delmiro Gouveia	R$ 397.553,48
AL	2702504	2749	Dois Riachos	R$ 99.804,28
AL	2702553	2643	Estrela de Alagoas	R$ 158.798,53
AL	2702603	2751	Feira Grande	R$ 181.413,18
AL	2702702	2753	Feliz Deserto	R$ 54.572,25
AL	2702801	2755	Flexeiras	R$ 109.595,78
AL	2702900	2757	Girau do Ponciano	R$ 315.898,91
AL	2703007	2759	Ibateguara	R$ 134.873,71
AL	2703106	2761	Igaci	R$ 210.339,37
AL	2703205	2763	Igreja Nova	R$ 203.876,41
AL	2703304	2765	Inhapi	R$ 159.826,21
AL	2703403	2767	Jacaré dos Homens	R$ 57.421,21
AL	2703502	2769	Jacuípe	R$ 67.515,30
AL	2703601	2771	Japaratinga	R$ 75.165,80
AL	2703700	2773	Jaramataia	R$ 60.372,93
AL	2703759	0562	Jequiá da Praia	R$ 102.687,50
AL	2703809	2775	Joaquim Gomes	R$ 200.987,49
AL	2703908	2777	Jundiá	R$ 51.152,36
AL	2704005	2779	Junqueiro	R$ 205.178,14
AL	2704104	2781	Lagoa da Canoa	R$ 156.783,14
AL	2704203	2783	Limoeiro de Anadia	R$ 227.490,20
AL	2704302	2785	Maceió	R$ 7.107.831,43
AL	2704401	2787	Major Isidoro	R$ 167.927,75
AL	2704500	2789	Maragogi	R$ 259.864,82
AL	2704609	2791	Maravilha	R$ 79.744,68
AL	2704708	2793	Marechal Deodoro	R$ 396.896,91
AL	2704807	2795	Maribondo	R$ 112.302,00
AL	2704906	2797	Mar Vermelho	R$ 47.492,68
AL	2705002	2799	Mata Grande	R$ 207.970,00
AL	2705101	2801	Matriz de Camaragibe	R$ 204.692,85
AL	2705200	2803	Messias	R$ 156.805,98
AL	2705309	2805	Minador do Negrão	R$ 57.855,11

AL	2705408	2807	Monteirópolis	R$ 68.303,19
AL	2705507	2809	Murici	R$ 225.212,17
AL	2705606	2811	Novo Lino	R$ 109.024,85
AL	2705705	2813	Olho d'Água das Flores	R$ 178.684,12
AL	2705804	2815	Olho d'Água do Casado	R$ 80.943,64
AL	2705903	2817	Olho d'Água Grande	R$ 56.678,99
AL	2706000	2819	Olivença	R$ 102.938,71
AL	2706109	2821	Ouro Branco	R$ 102.207,91
AL	2706208	2823	Palestina	R$ 56.039,55
AL	2706307	2825	Palmeira dos Índios	R$ 536.889,40
AL	2706406	2827	Pão de Açúcar	R$ 203.305,48
AL	2706422	2645	Pariconha	R$ 96.709,83
AL	2706448	2641	Paripueira	R$ 111.799,58
AL	2706505	2829	Passo de Camaragibe	R$ 132.755,55
AL	2706604	2831	Paulo Jacinto	R$ 70.615,46
AL	2706703	2833	Penedo	R$ 473.307,58
AL	2706802	2835	Piaçabuçu	R$ 156.640,41
AL	2706901	2837	Pilar	R$ 273.607,18
AL	2707008	2839	Pindoba	R$ 44.032,83
AL	2707107	2841	Piranhas	R$ 206.959,45
AL	2707206	2843	Poço das Trincheiras	R$ 127.851,24
AL	2707305	2845	Porto Calvo	R$ 219.097,48
AL	2707404	2847	Porto de Pedras	R$ 71.882,94
AL	2707503	2849	Porto Real do Colégio	R$ 169.423,59
AL	2707602	2851	Quebrangulo	R$ 101.054,63
AL	2707701	2853	Rio Largo	R$ 547.748,54
AL	2707800	2855	Roteiro	R$ 65.477,07
AL	2707909	2857	Santa Luzia do Norte	R$ 69.085,36
AL	2708006	2859	Santana do Ipanema	R$ 363.506,02
AL	2708105	2861	Santana do Mundaú	R$ 97.891,66
AL	2708204	2863	São Brás	R$ 67.172,74
AL	2708303	2865	São José da Laje	R$ 200.610,68
AL	2708402	2867	São José da Tapera	R$ 257.329,88
AL	2708501	2869	São Luís do Quitunde	R$ 270.432,79
AL	2708600	2871	São Miguel dos Campos	R$ 459.422,50
AL	2708709	2873	São Miguel dos Milagres	R$ 72.824,97
AL	2708808	2875	São Sebastião	R$ 268.131,93
AL	2708907	2877	Satuba	R$ 124.665,43
AL	2708956	2891	Senador Rui Palmeira	R$ 124.905,23
AL	2709004	2879	Tanque d'Arca	R$ 62.610,99
AL	2709103	2881	Taquarana	R$ 168.932,59
AL	2709152	0971	Teotônio Vilela	R$ 343.609,01
AL	2709202	2883	Traipu	R$ 222.237,61
AL	2709301	2885	União dos Palmares	R$ 484.315,17
AL	2709400	2887	Viçosa	R$ 210.921,73
AM	1300029	0289	Alvarães	R$ 126.818,69
AM	1300060	0291	Amaturá	R$ 94.051,10
AM	1300086	0293	Anamã	R$ 112.962,15
AM	1300102	0203	Anori	R$ 162.235,42
AM	1300144	0969	Apuí	R$ 167.733,50
AM	1300201	0205	Atalaia do Norte	R$ 156.017,96
AM	1300300	0207	Autazes	R$ 289.313,22
AM	1300409	0209	Barcelos	R$ 206.347,45
AM	1300508	0211	Barreirinha	R$ 239.309,16
AM	1300607	0213	Benjamin Constant	R$ 308.833,42
AM	1300631	0295	Beruri	R$ 154.636,30
AM	1300680	0297	Boa Vista do Ramos	R$ 151.941,50
AM	1300706	0215	Boca do Acre	R$ 252.252,21

AM	1300805	0217	Borba	R$ 298.425,31
AM	1300839	0299	Caapiranga	R$ 109.919,08
AM	1300904	0219	Canutama	R$ 124.466,45
AM	1301001	0221	Carauari	R$ 210.869,24
AM	1301100	0223	Careiro	R$ 279.630,20
AM	1301159	0965	Careiro da Várzea	R$ 221.893,95
AM	1301209	0225	Coari	R$ 584.505,72
AM	1301308	0227	Codajás	R$ 212.827,54
AM	1301407	0229	Eirunepé	R$ 257.761,71
AM	1301506	0231	Envira	R$ 156.657,40
AM	1301605	0233	Fonte Boa	R$ 142.817,99
AM	1301654	0967	Guajará	R$ 130.455,54
AM	1301704	0235	Humaitá	R$ 391.987,60
AM	1301803	0239	Ipixuna	R$ 218.833,75
AM	1301852	9835	Iranduba	R$ 346.208,44
AM	1301902	0241	Itacoatiara	R$ 684.272,29
AM	1301951	9837	Itamarati	R$ 65.965,15
AM	1302009	0243	Itapiranga	R$ 73.370,15
AM	1302108	0245	Japurá	R$ 36.870,41
AM	1302207	0247	Juruá	R$ 119.231,00
AM	1302306	0249	Jutaí	R$ 124.022,88
AM	1302405	0251	Lábrea	R$ 333.493,77
AM	1302504	0253	Manacapuru	R$ 661.663,35
AM	1302553	9839	Manaquiri	R$ 230.882,19
AM	1302603	0255	Manaus	R$ 14.087.917,97
AM	1302702	0257	Manicoré	R$ 395.818,56
AM	1302801	0259	Maraã	R$ 146.329,23
AM	1302900	0261	Maués	R$ 449.419,49
AM	1303007	0263	Nhamundá	R$ 163.166,04
AM	1303106	0265	Nova Olinda do Norte	R$ 276.826,92
AM	1303205	0201	Novo Airão	R$ 153.351,70
AM	1303304	0267	Novo Aripuanã	R$ 195.739,52
AM	1303403	0269	Parintins	R$ 765.175,24
AM	1303502	0271	Pauini	R$ 153.191,84
AM	1303536	9841	Presidente Figueiredo	R$ 263.505,30
AM	1303569	9843	Rio Preto da Eva	R$ 246.765,55
AM	1303601	0237	Santa Isabel do Rio Negro	R$ 185.057,36
AM	1303700	0273	Santo Antônio do Içá	R$ 172.662,41
AM	1303809	0283	São Gabriel da Cachoeira	R$ 330.610,55
AM	1303908	0275	São Paulo de Olivença	R$ 287.794,54
AM	1303957	9845	São Sebastião do Uatumã	R$ 115.280,14
AM	1304005	0277	Silves	R$ 73.501,46
AM	1304062	9847	Tabatinga	R$ 460.489,88
AM	1304104	0279	Tapauá	R$ 140.231,67
AM	1304203	0281	Tefé	R$ 426.262,45
AM	1304237	9851	Tonantins	R$ 149.360,88
AM	1304260	9849	Uarini	R$ 112.539,66
AM	1304302	0285	Urucará	R$ 139.232,53
AM	1304401	0287	Urucurituba	R$ 173.968,09
AP	1600055	0665	Serra do Navio	R$ 43.699,19
AP	1600105	0601	Amapá	R$ 64.892,22
AP	1600154	0663	Pedra Branca do Amapari	R$ 115.691,91
AP	1600204	0603	Calçoene	R$ 80.651,86
AP	1600212	0667	Cutias	R$ 47.044,86
AP	1600238	0611	Ferreira Gomes	R$ 57.304,52
AP	1600253	0669	Itaubal	R$ 44.304,38
AP	1600279	0613	Laranjal do Jari	R$ 330.760,40
AP	1600303	0605	Macapá	R$ 3.699.465,62

AP	1600402	0607	Mazagão	R$ 149.276,08
AP	1600501	0609	Oiapoque	R$ 185.760,59
AP	1600535	0671	Porto Grande	R$ 151.211,54
AP	1600550	0673	Pracuúba	R$ 42.117,71
AP	1600600	0615	Santana	R$ 765.927,30
AP	1600709	0617	Tartarugalzinho	R$ 124.628,91
AP	1600808	0070	Vitória do Jari	R$ 112.431,88
BA	2900108	3301	Abaíra	R$ 76.839,48
BA	2900207	3303	Abaré	R$ 168.568,89
BA	2900306	3305	Acajutiba	R$ 131.457,14
BA	2900355	3253	Adustina	R$ 151.178,27
BA	2900405	3307	Água Fria	R$ 150.778,62
BA	2900504	3309	Érico Cardoso	R$ 96.503,52
BA	2900603	3311	Aiquara	R$ 52.329,33
BA	2900702	3313	Alagoinhas	R$ 1.136.090,10
BA	2900801	3315	Alcobaça	R$ 182.179,93
BA	2900900	3317	Almadina	R$ 58.141,43
BA	2901007	3319	Amargosa	R$ 294.120,36
BA	2901106	3321	Amélia Rodrigues	R$ 206.188,77
BA	2901155	3071	América Dourada	R$ 136.795,36
BA	2901205	3323	Anagé	R$ 179.525,09
BA	2901304	3325	Andaraí	R$ 119.947,13
BA	2901353	3255	Andorinha	R$ 128.237,08
BA	2901403	3327	Angical	R$ 124.708,71
BA	2901502	3329	Anguera	R$ 99.991,92
BA	2901601	3331	Antas	R$ 164.029,97
BA	2901700	3333	Antônio Cardoso	R$ 102.629,63
BA	2901809	3335	Antônio Gonçalves	R$ 103.286,20
BA	2901908	3337	Aporá	R$ 155.123,42
BA	2901957	3257	Apuarema	R$ 68.795,04
BA	2902005	3339	Aracatu	R$ 119.901,46
BA	2902054	3259	Araçás	R$ 105.450,04
BA	2902104	3341	Araci	R$ 409.268,32
BA	2902203	3343	Aramari	R$ 100.996,76
BA	2902252	3073	Arataca	R$ 98.838,63
BA	2902302	3345	Aratuípe	R$ 77.330,48
BA	2902401	3347	Aurelino Leal	R$ 101.761,81
BA	2902500	3349	Baianópolis	R$ 124.137,78
BA	2902609	3351	Baixa Grande	R$ 170.749,85
BA	2902658	3261	Banzaê	R$ 120.438,14
BA	2902708	3353	Barra	R$ 404.695,15
BA	2902807	3355	Barra da Estiva	R$ 171.492,06
BA	2902906	3357	Barra do Choça	R$ 252.287,00
BA	2903003	3359	Barra do Mendes	R$ 124.069,27
BA	2903102	3361	Barra do Rocha	R$ 59.568,76
BA	2903201	3363	Barreiras	R$ 1.167.012,93
BA	2903235	3075	Barro Alto	R$ 130.155,41
BA	2903276	1110	Barrocas	R$ 136.133,08
BA	2903300	3365	Barro Preto	R$ 58.866,51
BA	2903409	3367	Belmonte	R$ 196.060,42
BA	2903508	3369	Belo Campo	R$ 152.154,57
BA	2903607	3371	Biritinga	R$ 136.138,79
BA	2903706	3373	Boa Nova	R$ 117.035,38
BA	2903805	3375	Boa Vista do Tupim	R$ 159.947,80
BA	2903904	3377	Bom Jesus da Lapa	R$ 502.571,28
BA	2903953	3263	Bom Jesus da Serra	R$ 92.335,71
BA	2904001	3379	Boninal	R$ 126.941,06
BA	2904050	3265	Bonito	R$ 149.602,50

BA	2904100	3381	Boquira	R$ 176.687,55
BA	2904209	3383	Botuporã	R$ 94.225,50
BA	2904308	3385	Brejões	R$ 126.524,28
BA	2904407	3387	Brejolândia	R$ 96.200,92
BA	2904506	3389	Brotas de Macaúbas	R$ 94.339,68
BA	2904605	3391	Brumado	R$ 491.420,96
BA	2904704	3393	Buerarema	R$ 158.651,78
BA	2904753	3079	Buritirama	R$ 174.780,64
BA	2904803	3395	Caatiba	R$ 65.529,30
BA	2904852	3267	Cabaceiras do Paraguaçu	R$ 161.266,66
BA	2904902	3397	Cachoeira	R$ 262.946,31
BA	2905008	3399	Caculé	R$ 195.158,34
BA	2905107	3401	Caém	R$ 79.545,70
BA	2905156	3269	Caetanos	R$ 127.934,48
BA	2905206	3403	Caetité	R$ 389.833,77
BA	2905305	3405	Cafarnaum	R$ 159.154,20
BA	2905404	3407	Cairu	R$ 157.664,07
BA	2905503	3409	Caldeirão Grande	R$ 120.997,65
BA	2905602	3411	Camacan	R$ 254.485,09
BA	2905701	3413	Camaçari	R$ 1.987.403,48
BA	2905800	3415	Camamu	R$ 273.485,73
BA	2905909	3417	Campo Alegre de Lourdes	R$ 227.290,44
BA	2906006	3419	Campo Formoso	R$ 523.302,96
BA	2906105	3421	Canápolis	R$ 82.388,95
BA	2906204	3423	Canarana	R$ 212.320,58
BA	2906303	3425	Canavieiras	R$ 249.409,49
BA	2906402	3427	Candeal	R$ 74.093,29
BA	2906501	3429	Candeias	R$ 622.891,89
BA	2906600	3431	Candiba	R$ 126.661,30
BA	2906709	3433	Cândido Sales	R$ 206.685,48
BA	2906808	3435	Cansanção	R$ 270.733,84
BA	2906824	3085	Canudos	R$ 149.054,40
BA	2906857	3081	Capela do Alto Alegre	R$ 102.367,00
BA	2906873	3083	Capim Grosso	R$ 246.914,52
BA	2906899	3271	Caraíbas	R$ 78.049,86
BA	2906907	3437	Caravelas	R$ 179.587,89
BA	2907004	3439	Cardeal da Silva	R$ 80.013,87
BA	2907103	3441	Carinhanha	R$ 228.546,50
BA	2907202	3443	Casa Nova	R$ 527.659,18
BA	2907301	3445	Castro Alves	R$ 212.823,00
BA	2907400	3447	Catolândia	R$ 47.367,93
BA	2907509	3449	Catu	R$ 411.123,85
BA	2907558	3273	Caturama	R$ 80.207,98
BA	2907608	3451	Central	R$ 152.468,58
BA	2907707	3453	Chorrochó	R$ 99.740,71
BA	2907806	3455	Cícero Dantas	R$ 257.493,90
BA	2907905	3457	Cipó	R$ 152.662,70
BA	2908002	3459	Coaraci	R$ 150.909,93
BA	2908101	3461	Cocos	R$ 161.095,38
BA	2908200	3463	Conceição da Feira	R$ 182.813,66
BA	2908309	3465	Conceição do Almeida	R$ 152.360,10
BA	2908408	3467	Conceição do Coité	R$ 488.092,42
BA	2908507	3469	Conceição do Jacuípe	R$ 261.136,46
BA	2908606	3471	Conde	R$ 210.385,12
BA	2908705	3473	Condeúba	R$ 152.360,10
BA	2908804	3475	Contendas do Sincorá	R$ 50.159,79
BA	2908903	3477	Coração de Maria	R$ 191.932,57
BA	2909000	3479	Cordeiros	R$ 76.125,81

BA	2909109	3481	Coribe	R$ 125.947,64
BA	2909208	3483	Coronel João Sá	R$ 153.359,24
BA	2909307	3485	Correntina	R$ 255.335,78
BA	2909406	3487	Cotegipe	R$ 123.595,39
BA	2909505	3489	Cravolândia	R$ 57.484,86
BA	2909604	3491	Crisópolis	R$ 174.375,27
BA	2909703	3493	Cristópolis	R$ 124.326,19
BA	2909802	3495	Cruz das Almas	R$ 468.834,86
BA	2909901	3497	Curaçá	R$ 269.968,79
BA	2910008	3499	Dário Meira	R$ 97.074,45
BA	2910057	3087	Dias d'Ávila	R$ 579.728,26
BA	2910107	3501	Dom Basílio	R$ 105.575,64
BA	2910206	3503	Dom Macedo Costa	R$ 50.114,11
BA	2910305	3505	Elísio Medrado	R$ 73.316,82
BA	2910404	3507	Encruzilhada	R$ 150.984,16
BA	2910503	3509	Entre Rios	R$ 319.372,72
BA	2910602	3511	Esplanada	R$ 293.435,24
BA	2910701	3513	Euclides da Cunha	R$ 453.682,30
BA	2910727	3117	Eunápolis	R$ 791.033,84
BA	2910750	3089	Fátima	R$ 156.031,20
BA	2910776	3275	Feira da Mata	R$ 59.289,00
BA	2910800	3515	Feira de Santana	R$ 3.790.066,89
BA	2910859	3091	Filadélfia	R$ 147.392,99
BA	2910909	3517	Firmino Alves	R$ 59.014,96
BA	2911006	3519	Floresta Azul	R$ 96.612,00
BA	2911105	3521	Formosa do Rio Preto	R$ 208.980,63
BA	2911204	3523	Gandu	R$ 256.854,46
BA	2911253	3093	Gavião	R$ 52.426,39
BA	2911303	3525	Gentio do Ouro	R$ 100.060,43
BA	2911402	3527	Glória	R$ 131.811,12
BA	2911501	3529	Gongogi	R$ 67.641,75
BA	2911600	3531	Governador Mangabeira	R$ 172.200,02
BA	2911659	3095	Guajeru	R$ 66.551,27
BA	2911709	3533	Guanambi	R$ 608.076,19
BA	2911808	3535	Guaratinga	R$ 172.890,85
BA	2911857	3097	Heliópolis	R$ 119.307,69
BA	2911907	3537	Iaçu	R$ 201.638,43
BA	2912004	3539	Ibiassucê	R$ 94.099,89
BA	2912103	3541	Ibicaraí	R$ 177.720,94
BA	2912202	3543	Ibicoara	R$ 165.628,58
BA	2912301	3545	Ibicuí	R$ 137.389,13
BA	2912400	3547	Ibipeba	R$ 157.863,90
BA	2912509	3551	Ibipitanga	R$ 129.989,84
BA	2912608	3553	Ibiquera	R$ 50.034,18
BA	2912707	3555	Ibirapitanga	R$ 196.328,75
BA	2912806	3557	Ibirapuã	R$ 76.257,13
BA	2912905	3559	Ibirataia	R$ 141.312,55
BA	2913002	3561	Ibitiara	R$ 138.194,15
BA	2913101	3563	Ibititá	R$ 151.595,05
BA	2913200	3565	Ibotirama	R$ 216.608,29
BA	2913309	3567	Ichu	R$ 62.377,75
BA	2913408	3569	Igaporã	R$ 134.203,33
BA	2913457	3277	Igrapiúna	R$ 120.421,01
BA	2913507	3571	Iguaí	R$ 216.545,49
BA	2913606	3573	Ilhéus	R$ 1.206.338,79
BA	2913705	3575	Inhambupe	R$ 308.787,62
BA	2913804	3577	Ipecaetá	R$ 127.620,47
BA	2913903	3579	Ipiaú	R$ 351.722,89

BA	2914000	3581	Ipirá	R$ 448.030,06
BA	2914109	3583	Ipupiara	R$ 83.268,18
BA	2914208	3585	Irajuba	R$ 68.395,38
BA	2914307	3587	Iramaia	R$ 75.686,19
BA	2914406	3589	Iraquara	R$ 206.839,63
BA	2914505	3591	Irará	R$ 228.637,85
BA	2914604	3593	Irecê	R$ 533.357,09
BA	2914653	3279	Itabela	R$ 246.469,19
BA	2914703	3595	Itaberaba	R$ 475.971,52
BA	2914802	3597	Itabuna	R$ 1.496.920,78
BA	2914901	3599	Itacaré	R$ 224.424,36
BA	2915007	3601	Itaeté	R$ 136.578,41
BA	2915106	3603	Itagi	R$ 106.443,46
BA	2915205	3605	Itagibá	R$ 128.145,73
BA	2915304	3607	Itagimirim	R$ 66.163,03
BA	2915353	3281	Itaguaçu da Bahia	R$ 127.289,33
BA	2915403	3609	Itaju do Colônia	R$ 65.095,39
BA	2915502	3611	Itajuípe	R$ 170.881,17
BA	2915601	3613	Itamaraju	R$ 475.954,39
BA	2915700	3615	Itamari	R$ 72.820,11
BA	2915809	3617	Itambé	R$ 194.467,51
BA	2915908	3619	Itanagra	R$ 63.719,44
BA	2916005	3621	Itanhém	R$ 164.680,83
BA	2916104	3623	Itaparica	R$ 180.798,27
BA	2916203	3625	Itapé	R$ 76.965,08
BA	2916302	3627	Itapebi	R$ 94.499,54
BA	2916401	3629	Itapetinga	R$ 551.512,76
BA	2916500	3631	Itapicuru	R$ 274.970,16
BA	2916609	3633	Itapitanga	R$ 94.807,85
BA	2916708	3635	Itaquara	R$ 74.441,56
BA	2916807	3637	Itarantim	R$ 166.633,42
BA	2916856	3283	Itatim	R$ 127.620,47
BA	2916906	3639	Itiruçu	R$ 107.728,06
BA	2917003	3641	Itiúba	R$ 286.880,93
BA	2917102	3643	Itororó	R$ 170.258,85
BA	2917201	3645	Ituaçu	R$ 162.151,60
BA	2917300	3647	Ituberá	R$ 226.171,42
BA	2917334	3285	Iuiu	R$ 98.695,90
BA	2917359	9859	Jaborandi	R$ 74.818,38
BA	2917409	3649	Jacaraci	R$ 129.647,28
BA	2917508	3651	Jacobina	R$ 585.450,12
BA	2917607	3653	Jaguaquara	R$ 409.519,53
BA	2917706	3655	Jaguarari	R$ 263.517,25
BA	2917805	3657	Jaguaripe	R$ 161.158,18
BA	2917904	3659	Jandaíra	R$ 97.068,74
BA	2918001	3661	Jequié	R$ 1.170.021,75
BA	2918100	3663	Jeremoabo	R$ 311.853,53
BA	2918209	3665	Jiquiriçá	R$ 127.905,94
BA	2918308	3667	Jitaúna	R$ 99.677,91
BA	2918357	3099	João Dourado	R$ 206.679,77
BA	2918407	3669	Juazeiro	R$ 1.516.812,08
BA	2918456	3287	Jucuruçu	R$ 79.048,99
BA	2918506	3671	Jussara	R$ 132.170,81
BA	2918555	3069	Jussari	R$ 60.248,17
BA	2918605	3673	Jussiape	R$ 62.263,56
BA	2918704	3675	Lafaiete Coutinho	R$ 48.207,20
BA	2918753	3289	Lagoa Real	R$ 134.346,06
BA	2918803	3677	Laje	R$ 198.983,59

BA	2918902	3679	Lajedão	R$ 49.526,05
BA	2919009	3681	Lajedinho	R$ 48.544,05
BA	2919058	3291	Lajedo do Tabocal	R$ 75.828,93
BA	2919108	3683	Lamarão	R$ 74.373,05
BA	2919157	3973	Lapão	R$ 218.298,25
BA	2919207	3685	Lauro de Freitas	R$ 1.412.519,77
BA	2919306	3687	Lençóis	R$ 101.065,27
BA	2919405	3689	Licínio de Almeida	R$ 106.654,70
BA	2919504	3691	Livramento de Nossa Senhora	R$ 350.917,87
BA	2919553	1112	Luís Eduardo Magalhães	R$ 625.421,13
BA	2919603	3693	Macajuba	R$ 100.717,00
BA	2919702	3695	Macarani	R$ 160.969,77
BA	2919801	3697	Macaúbas	R$ 383.273,75
BA	2919900	3699	Macururé	R$ 71.615,44
BA	2919926	3293	Madre de Deus	R$ 174.318,18
BA	2919959	3975	Maetinga	R$ 44.992,84
BA	2920007	3701	Maiquinique	R$ 93.660,27
BA	2920106	3703	Mairi	R$ 160.518,73
BA	2920205	3705	Malhada	R$ 150.064,95
BA	2920304	3707	Malhada de Pedras	R$ 74.864,05
BA	2920403	3709	Manoel Vitorino	R$ 120.500,94
BA	2920452	3977	Mansidão	R$ 122.801,80
BA	2920502	3711	Maracás	R$ 172.839,47
BA	2920601	3713	Maragogipe	R$ 344.894,53
BA	2920700	3715	Maraú	R$ 171.332,20
BA	2920809	3717	Marcionílio Souza	R$ 95.338,82
BA	2920908	3719	Mascote	R$ 123.823,77
BA	2921005	3721	Mata de São João	R$ 355.776,51
BA	2921054	3295	Matina	R$ 105.587,06
BA	2921104	3723	Medeiros Neto	R$ 183.424,56
BA	2921203	3725	Miguel Calmon	R$ 211.447,06
BA	2921302	3727	Milagres	R$ 98.444,69
BA	2921401	3729	Mirangaba	R$ 158.588,98
BA	2921450	3297	Mirante	R$ 76.279,96
BA	2921500	3731	Monte Santo	R$ 380.944,34
BA	2921609	3733	Morpará	R$ 75.583,43
BA	2921708	3735	Morro do Chapéu	R$ 274.039,54
BA	2921807	3737	Mortugaba	R$ 104.679,28
BA	2921906	3739	Mucugê	R$ 78.683,59
BA	2922003	3741	Mucuri	R$ 319.190,02
BA	2922052	3299	Mulungu do Morro	R$ 98.096,42
BA	2922102	3743	Mundo Novo	R$ 215.746,18
BA	2922201	3745	Muniz Ferreira	R$ 69.320,29
BA	2922250	3005	Muquém do São Francisco	R$ 100.717,00
BA	2922300	3747	Muritiba	R$ 239.703,64
BA	2922409	3749	Mutuípe	R$ 180.758,30
BA	2922508	3751	Nazaré	R$ 225.731,80
BA	2922607	3753	Nilo Peçanha	R$ 124.822,90
BA	2922656	3979	Nordestina	R$ 119.872,91
BA	2922706	3755	Nova Canaã	R$ 147.878,28
BA	2922730	3007	Nova Fátima	R$ 71.546,93
BA	2922755	3009	Nova Ibiá	R$ 64.575,84
BA	2922805	3757	Nova Itarana	R$ 73.910,59
BA	2922854	3011	Nova Redenção	R$ 79.003,31
BA	2922904	3759	Nova Soure	R$ 216.722,48
BA	2923001	3761	Nova Viçosa	R$ 328.484,81
BA	2923035	3013	Novo Horizonte	R$ 106.637,58
BA	2923050	3015	Novo Triunfo	R$ 133.061,46

BA	2923100	3763	Olindina	R$ 224.041,84
BA	2923209	3765	Oliveira dos Brejinhos	R$ 178.497,41
BA	2923308	3767	Ouriçangas	R$ 75.840,35
BA	2923357	3017	Ourolândia	R$ 153.524,81
BA	2923407	3769	Palmas de Monte Alto	R$ 178.069,21
BA	2923506	3771	Palmeiras	R$ 78.438,09
BA	2923605	3773	Paramirim	R$ 177.252,78
BA	2923704	3775	Paratinga	R$ 254.553,60
BA	2923803	3777	Paripiranga	R$ 228.380,93
BA	2923902	3779	Pau Brasil	R$ 92.055,95
BA	2924009	3781	Paulo Afonso	R$ 825.148,19
BA	2924058	3981	Pé de Serra	R$ 122.430,69
BA	2924108	3783	Pedrão	R$ 68.892,09
BA	2924207	3785	Pedro Alexandre	R$ 149.048,69
BA	2924306	3787	Piatã	R$ 151.652,15
BA	2924405	3789	Pilão Arcado	R$ 271.955,63
BA	2924504	3791	Pindaí	R$ 137.743,11
BA	2924603	3793	Pindobaçu	R$ 168.934,28
BA	2924652	3983	Pintadas	R$ 95.515,80
BA	2924678	3019	Piraí do Norte	R$ 93.152,14
BA	2924702	3795	Piripá	R$ 97.057,32
BA	2924801	3797	Piritiba	R$ 204.207,63
BA	2924900	3799	Planaltino	R$ 80.168,02
BA	2925006	3801	Planalto	R$ 212.828,71
BA	2925105	3803	Poções	R$ 357.420,80
BA	2925204	3805	Pojuca	R$ 306.463,93
BA	2925253	3021	Ponto Novo	R$ 130.058,35
BA	2925303	3807	Porto Seguro	R$ 1.119.475,95
BA	2925402	3809	Potiraguá	R$ 68.189,85
BA	2925501	3811	Prado	R$ 223.727,82
BA	2925600	3813	Presidente Dutra	R$ 131.360,08
BA	2925709	3815	Presidente Jânio Quadros	R$ 106.369,24
BA	2925758	3023	Presidente Tancredo Neves	R$ 221.130,08
BA	2925808	3817	Queimadas	R$ 208.112,81
BA	2925907	3819	Quijingue	R$ 220.336,48
BA	2925931	3025	Quixabeira	R$ 78.169,75
BA	2925956	3985	Rafael Jambeiro	R$ 183.042,04
BA	2926004	3821	Remanso	R$ 314.965,12
BA	2926103	3823	Retirolândia	R$ 127.100,92
BA	2926202	3825	Riachão das Neves	R$ 181.432,00
BA	2926301	3827	Riachão do Jacuípe	R$ 262.752,20
BA	2926400	3829	Riacho de Santana	R$ 274.085,21
BA	2926509	3831	Ribeira do Amparo	R$ 128.219,95
BA	2926608	3833	Ribeira do Pombal	R$ 406.002,58
BA	2926657	3027	Ribeirão do Largo	R$ 60.128,27
BA	2926707	3835	Rio de Contas	R$ 119.067,90
BA	2926806	3837	Rio do Antônio	R$ 132.667,52
BA	2926905	3839	Rio do Pires	R$ 102.469,77
BA	2927002	3841	Rio Real	R$ 313.389,34
BA	2927101	3843	Rodelas	R$ 94.099,89
BA	2927200	3845	Ruy Barbosa	R$ 247.782,34
BA	2927309	3847	Salinas da Margarida	R$ 134.357,48
BA	2927408	3849	Salvador	R$ 18.721.753,61
BA	2927507	3851	Santa Bárbara	R$ 172.593,96
BA	2927606	3853	Santa Brígida	R$ 126.056,12
BA	2927705	3855	Santa Cruz Cabrália	R$ 221.466,93
BA	2927804	3857	Santa Cruz da Vitória	R$ 63.000,07
BA	2927903	3859	Santa Inês	R$ 96.623,41

BA	2928000	3861	Santaluz	R$ 294.068,97
BA	2928059	3987	Santa Luzia	R$ 107.847,95
BA	2928109	3863	Santa Maria da Vitória	R$ 308.325,17
BA	2928208	3865	Santana	R$ 214.821,27
BA	2928307	3867	Santanópolis	R$ 78.004,18
BA	2928406	3549	Santa Rita de Cássia	R$ 224.664,15
BA	2928505	3869	Santa Terezinha	R$ 95.333,11
BA	2928604	3871	Santo Amaro	R$ 450.736,29
BA	2928703	3873	Santo Antônio de Jesus	R$ 723.275,53
BA	2928802	3875	Santo Estêvão	R$ 400.538,76
BA	2928901	3877	São Desidério	R$ 264.499,25
BA	2928950	3029	São Domingos	R$ 78.660,76
BA	2929008	3879	São Félix	R$ 129.064,93
BA	2929057	3031	São Félix do Coribe	R$ 132.781,70
BA	2929107	3881	São Felipe	R$ 174.209,70
BA	2929206	3883	São Francisco do Conde	R$ 308.079,67
BA	2929255	3989	São Gabriel	R$ 161.186,73
BA	2929305	3885	São Gonçalo dos Campos	R$ 295.222,26
BA	2929354	3035	São José da Vitória	R$ 59.243,33
BA	2929370	3033	São José do Jacuípe	R$ 95.658,54
BA	2929404	3887	São Miguel das Matas	R$ 102.583,95
BA	2929503	3889	São Sebastião do Passé	R$ 342.742,11
BA	2929602	3891	Sapeaçu	R$ 153.222,21
BA	2929701	3893	Sátiro Dias	R$ 152.508,55
BA	2929750	3037	Saubara	R$ 104.684,99
BA	2929800	3895	Saúde	R$ 109.652,10
BA	2929909	3897	Seabra	R$ 341.548,86
BA	2930006	3899	Sebastião Laranjeiras	R$ 101.208,01
BA	2930105	3901	Senhor do Bonfim	R$ 567.887,11
BA	2930154	3039	Serra do Ramalho	R$ 251.539,07
BA	2930204	3903	Sento Sé	R$ 313.115,29
BA	2930303	3905	Serra Dourada	R$ 153.153,70
BA	2930402	3907	Serra Preta	R$ 129.852,82
BA	2930501	3909	Serrinha	R$ 587.408,42
BA	2930600	3911	Serrolândia	R$ 121.397,30
BA	2930709	3913	Simões Filho	R$ 928.876,39
BA	2930758	3041	Sítio do Mato	R$ 110.217,33
BA	2930766	3043	Sítio do Quinto	R$ 92.940,90
BA	2930774	3045	Sobradinho	R$ 186.296,35
BA	2930808	3915	Souto Soares	R$ 150.841,42
BA	2930907	3917	Tabocas do Brejo Velho	R$ 107.396,92
BA	2931004	3919	Tanhaçu	R$ 170.378,74
BA	2931053	3991	Tanque Novo	R$ 153.039,51
BA	2931103	3921	Tanquinho	R$ 72.152,12
BA	2931202	3923	Taperoá	R$ 174.209,70
BA	2931301	3925	Tapiramutá	R$ 151.006,99
BA	2931350	3993	Teixeira de Freitas	R$ 1.195.833,62
BA	2931400	3927	Teodoro Sampaio	R$ 69.337,42
BA	2931509	3929	Teofilândia	R$ 182.453,97
BA	2931608	3931	Teolândia	R$ 130.223,92
BA	2931707	3933	Terra Nova	R$ 110.337,22
BA	2931806	3935	Tremedal	R$ 147.490,05
BA	2931905	3937	Tucano	R$ 388.189,48
BA	2932002	3939	Uauá	R$ 201.267,32
BA	2932101	3941	Ubaíra	R$ 167.478,41
BA	2932200	3943	Ubaitaba	R$ 162.688,28
BA	2932309	3945	Ubatã	R$ 217.224,90
BA	2932408	3947	Uibaí	R$ 124.194,87

BA	2932457	3047	Umburanas	R$ 163.636,03
BA	2932507	3949	Una	R$ 162.379,98
BA	2932606	3951	Urandi	R$ 148.997,31
BA	2932705	3953	Uruçuca	R$ 171.041,03
BA	2932804	3955	Utinga	R$ 163.384,82
BA	2932903	3957	Valença	R$ 686.032,47
BA	2933000	3959	Valente	R$ 225.434,91
BA	2933059	3997	Várzea da Roça	R$ 125.433,80
BA	2933109	3961	Várzea do Poço	R$ 79.300,20
BA	2933158	3995	Várzea Nova	R$ 108.418,89
BA	2933174	3049	Varzedo	R$ 77.404,70
BA	2933208	3963	Vera Cruz	R$ 341.880,00
BA	2933257	3051	Vereda	R$ 62.372,04
BA	2933307	3965	Vitória da Conquista	R$ 2.212.054,14
BA	2933406	3967	Wagner	R$ 80.299,33
BA	2933455	3999	Wanderley	R$ 105.798,31
BA	2933505	3969	Wenceslau Guimarães	R$ 174.363,86
BA	2933604	3971	Xique-Xique	R$ 355.205,58
CE	2300101	1301	Abaiara	R$ 102.603,05
CE	2300150	1231	Acarape	R$ 129.725,39
CE	2300200	1303	Acaraú	R$ 464.416,03
CE	2300309	1305	Acopiara	R$ 407.725,08
CE	2300408	1307	Aiuaba	R$ 152.725,60
CE	2300507	1309	Alcântaras	R$ 102.471,74
CE	2300606	1311	Altaneira	R$ 70.005,46
CE	2300705	1313	Alto Santo	R$ 151.281,14
CE	2300754	1587	Amontada	R$ 328.165,23
CE	2300804	1315	Antonina do Norte	R$ 68.675,19
CE	2300903	1317	Apuiarés	R$ 127.847,02
CE	2301000	1319	Aquiraz	R$ 573.969,66
CE	2301109	1321	Aracati	R$ 541.289,47
CE	2301208	1323	Aracoiaba	R$ 213.407,38
CE	2301257	0989	Ararendá	R$ 98.024,17
CE	2301307	1325	Araripe	R$ 176.710,49
CE	2301406	1327	Aratuba	R$ 103.231,08
CE	2301505	1329	Arneiroz	R$ 71.455,63
CE	2301604	1331	Assaré	R$ 187.084,34
CE	2301703	1333	Aurora	R$ 203.044,94
CE	2301802	1335	Baixio	R$ 62.594,75
CE	2301851	1233	Banabuiú	R$ 157.281,64
CE	2301901	1337	Barbalha	R$ 444.898,52
CE	2301950	1235	Barreira	R$ 181.420,68
CE	2302008	1339	Barro	R$ 182.876,56
CE	2302057	1237	Barroquinha	R$ 130.227,81
CE	2302107	1341	Baturité	R$ 275.293,82
CE	2302206	1343	Beberibe	R$ 403.745,68
CE	2302305	1345	Bela Cruz	R$ 257.258,05
CE	2302404	1347	Boa Viagem	R$ 408.866,95
CE	2302503	1349	Brejo Santo	R$ 371.462,10
CE	2302602	1351	Camocim	R$ 470.239,55
CE	2302701	1353	Campos Sales	R$ 218.871,20
CE	2302800	1355	Canindé	R$ 555.277,32
CE	2302909	1357	Capistrano	R$ 154.661,06
CE	2303006	1359	Caridade	R$ 182.117,22
CE	2303105	1361	Cariré	R$ 158.714,69
CE	2303204	1363	Caririaçu	R$ 216.239,20
CE	2303303	1365	Cariús	R$ 160.147,73
CE	2303402	1367	Carnaubal	R$ 153.907,43

CE	2303501	1369	Cascavel	R$ 525.280,51
CE	2303600	1371	Catarina	R$ 171.560,67
CE	2303659	0983	Catunda	R$ 94.638,54
CE	2303709	1373	Caucaia	R$ 2.352.340,06
CE	2303808	1375	Cedro	R$ 208.200,47
CE	2303907	1377	Chaval	R$ 110.207,88
CE	2303931	0993	Choró	R$ 112.788,49
CE	2303956	1239	Chorozinho	R$ 169.082,83
CE	2304004	1381	Coreaú	R$ 185.480,02
CE	2304103	1383	Crateús	R$ 544.298,28
CE	2304202	1385	Crato	R$ 914.500,59
CE	2304236	1241	Croatá	R$ 156.516,59
CE	2304251	1589	Cruz	R$ 204.032,66
CE	2304269	1243	Deputado Irapuan Pinheiro	R$ 81.646,78
CE	2304277	1245	Ereré	R$ 67.790,24
CE	2304285	1247	Eusébio	R$ 404.002,60
CE	2304301	1387	Farias Brito	R$ 164.435,43
CE	2304350	1591	Forquilha	R$ 200.555,68
CE	2304400	1389	Fortaleza	R$ 17.820.796,16
CE	2304459	0987	Fortim	R$ 138.580,56
CE	2304509	1391	Frecheirinha	R$ 124.832,50
CE	2304608	1393	General Sampaio	R$ 70.188,16
CE	2304657	1249	Graça	R$ 126.699,45
CE	2304707	1395	Granja	R$ 410.454,14
CE	2304806	1397	Granjeiro	R$ 54.350,48
CE	2304905	1399	Groaíras	R$ 98.783,51
CE	2304954	1251	Guaiúba	R$ 211.095,10
CE	2305001	1401	Guaraciaba do Norte	R$ 312.122,02
CE	2305100	1403	Guaramiranga	R$ 56.343,04
CE	2305209	1405	Hidrolândia	R$ 167.449,96
CE	2305233	1253	Horizonte	R$ 491.227,04
CE	2305266	1255	Ibaretama	R$ 111.829,33
CE	2305308	1407	Ibiapina	R$ 205.003,24
CE	2305332	1257	Ibicuitinga	R$ 107.102,00
CE	2305357	1593	Icapuí	R$ 167.198,75
CE	2305407	1409	Icó	R$ 495.115,09
CE	2305506	1411	Iguatu	R$ 727.565,40
CE	2305605	1413	Independência	R$ 211.745,96
CE	2305654	1259	Ipaporanga	R$ 101.780,91
CE	2305704	1415	Ipaumirim	R$ 106.748,02
CE	2305803	1417	Ipu	R$ 319.669,75
CE	2305902	1419	Ipueiras	R$ 297.985,72
CE	2306009	1421	Iracema	R$ 126.117,10
CE	2306108	1423	Irauçuba	R$ 200.201,70
CE	2306207	1425	Itaiçaba	R$ 71.381,41
CE	2306256	0991	Itaitinga	R$ 296.923,79
CE	2306306	1427	Itapajé	R$ 398.618,70
CE	2306405	1429	Itapipoca	R$ 898.714,30
CE	2306504	1431	Itapiúna	R$ 169.756,53
CE	2306553	1595	Itarema	R$ 318.881,86
CE	2306603	1433	Itatira	R$ 176.978,83
CE	2306702	1435	Jaguaretama	R$ 157.081,82
CE	2306801	1437	Jaguaribara	R$ 100.684,72
CE	2306900	1439	Jaguaribe	R$ 269.196,26
CE	2307007	1441	Jaguaruana	R$ 263.618,24
CE	2307106	1443	Jardim	R$ 217.432,45
CE	2307205	1445	Jati	R$ 73.002,86
CE	2307254	0985	Jijoca de Jericoacoara	R$ 166.525,05

CE	2307304	1447	Juazeiro do Norte	R$ 1.854.526,57
CE	2307403	1449	Jucás	R$ 204.066,91
CE	2307502	1451	Lavras da Mangabeira	R$ 251.074,85
CE	2307601	1453	Limoeiro do Norte	R$ 437.813,24
CE	2307635	1261	Madalena	R$ 165.811,38
CE	2307650	1585	Maracanaú	R$ 1.590.064,76
CE	2307700	1455	Maranguape	R$ 887.646,59
CE	2307809	1457	Marco	R$ 218.500,10
CE	2307908	1459	Martinópole	R$ 99.725,55
CE	2308005	1461	Massapê	R$ 301.245,75
CE	2308104	1463	Mauriti	R$ 362.812,47
CE	2308203	1465	Meruoca	R$ 130.456,19
CE	2308302	1467	Milagres	R$ 219.362,20
CE	2308351	1597	Milhã	R$ 110.698,88
CE	2308377	1263	Miraíma	R$ 123.382,33
CE	2308401	1469	Missão Velha	R$ 273.255,59
CE	2308500	1471	Mombaça	R$ 330.134,95
CE	2308609	1473	Monsenhor Tabosa	R$ 151.783,56
CE	2308708	1475	Morada Nova	R$ 460.128,33
CE	2308807	1477	Moraújo	R$ 76.502,68
CE	2308906	1479	Morrinhos	R$ 182.043,00
CE	2309003	1481	Mucambo	R$ 127.487,34
CE	2309102	1483	Mulungu	R$ 97.384,72
CE	2309201	1485	Nova Olinda	R$ 133.356,53
CE	2309300	1487	Nova Russas	R$ 255.756,50
CE	2309409	1489	Novo Oriente	R$ 225.613,92
CE	2309458	1265	Ocara	R$ 209.034,03
CE	2309508	1491	Orós	R$ 175.722,78
CE	2309607	1493	Pacajus	R$ 527.906,80
CE	2309706	1495	Pacatuba	R$ 600.915,02
CE	2309805	1497	Pacoti	R$ 105.594,74
CE	2309904	1499	Pacujá	R$ 63.993,54
CE	2310001	1501	Palhano	R$ 80.282,25
CE	2310100	1503	Palmácia	R$ 111.652,34
CE	2310209	1505	Paracuru	R$ 271.445,73
CE	2310258	1599	Paraipaba	R$ 258.131,58
CE	2310308	1507	Parambu	R$ 251.149,07
CE	2310407	1509	Paramoti	R$ 105.394,91
CE	2310506	1511	Pedra Branca	R$ 327.057,62
CE	2310605	1513	Penaforte	R$ 78.518,07
CE	2310704	1515	Pentecoste	R$ 295.616,35
CE	2310803	1517	Pereiro	R$ 137.592,85
CE	2310852	1267	Pindoretama	R$ 170.812,75
CE	2310902	1519	Piquet Carneiro	R$ 141.315,33
CE	2310951	1269	Pires Ferreira	R$ 98.115,52
CE	2311009	1521	Poranga	R$ 106.022,94
CE	2311108	1523	Porteiras	R$ 130.107,92
CE	2311207	1525	Potengi	R$ 98.652,20
CE	2311231	1271	Potiretama	R$ 63.342,68
CE	2311264	9917	Quiterianópolis	R$ 173.764,48
CE	2311306	1527	Quixadá	R$ 625.442,29
CE	2311355	9853	Quixelô	R$ 136.856,34
CE	2311405	1529	Quixeramobim	R$ 578.599,93
CE	2311504	1531	Quixeré	R$ 179.844,91
CE	2311603	1533	Redenção	R$ 228.160,28
CE	2311702	1535	Reriutaba	R$ 158.960,19
CE	2311801	1537	Russas	R$ 562.111,39
CE	2311900	1539	Saboeiro	R$ 134.806,70

CE	2311959	1273	Salitre	R$ 139.003,05
CE	2312007	1541	Santana do Acaraú	R$ 256.464,45
CE	2312106	1543	Santana do Cariri	R$ 154.444,11
CE	2312205	1545	Santa Quitéria	R$ 329.598,27
CE	2312304	1547	São Benedito	R$ 362.475,62
CE	2312403	1549	São Gonçalo do Amarante	R$ 365.438,76
CE	2312502	1551	São João do Jaguaribe	R$ 70.342,31
CE	2312601	1553	São Luís do Curu	R$ 109.813,93
CE	2312700	1555	Senador Pompeu	R$ 207.852,20
CE	2312809	1557	Senador Sá	R$ 70.216,71
CE	2312908	1559	Sobral	R$ 1.481.867,28
CE	2313005	1561	Solonópole	R$ 158.006,73
CE	2313104	1563	Tabuleiro do Norte	R$ 246.444,58
CE	2313203	1565	Tamboril	R$ 212.162,74
CE	2313252	1275	Tarrafas	R$ 75.749,05
CE	2313302	1567	Tauá	R$ 433.925,19
CE	2313351	1277	Tejuçuoca	R$ 162.933,88
CE	2313401	1569	Tianguá	R$ 549.276,82
CE	2313500	1571	Trairi	R$ 417.134,05
CE	2313559	1279	Tururu	R$ 137.387,31
CE	2313609	1573	Ubajara	R$ 269.824,28
CE	2313708	1575	Umari	R$ 70.844,73
CE	2313757	9855	Umirim	R$ 166.576,43
CE	2313807	1577	Uruburetama	R$ 178.137,82
CE	2313906	1579	Uruoca	R$ 123.507,93
CE	2313955	9857	Varjota	R$ 158.554,82
CE	2314003	1581	Várzea Alegre	R$ 312.573,06
CE	2314102	1583	Viçosa do Ceará	R$ 445.515,13
DF	5300108	9701	Brasília	R$ 17.731.284,76
ES	3200102	5601	Afonso Cláudio	R$ 240.246,01
ES	3200136	5733	Águia Branca	R$ 79.657,03
ES	3200169	5717	Água Doce do Norte	R$ 95.721,34
ES	3200201	5603	Alegre	R$ 237.379,93
ES	3200300	5605	Alfredo Chaves	R$ 124.374,71
ES	3200359	5719	Alto Rio Novo	R$ 69.345,98
ES	3200409	5607	Anchieta	R$ 224.490,01
ES	3200508	5609	Apiacá	R$ 67.810,17
ES	3200607	5611	Aracruz	R$ 700.936,66
ES	3200706	5613	Atílio Vivacqua	R$ 100.956,79
ES	3200805	5615	Baixo Guandu	R$ 242.598,26
ES	3200904	5617	Barra de São Francisco	R$ 336.947,13
ES	3201001	5619	Boa Esperança	R$ 126.863,98
ES	3201100	5621	Bom Jesus do Norte	R$ 89.538,13
ES	3201159	0758	Brejetuba	R$ 103.628,76
ES	3201209	5623	Cachoeiro de Itapemirim	R$ 1.423.756,30
ES	3201308	5625	Cariacica	R$ 2.407.547,83
ES	3201407	5627	Castelo	R$ 288.116,99
ES	3201506	5629	Colatina	R$ 838.830,58
ES	3201605	5631	Conceição da Barra	R$ 242.969,36
ES	3201704	5633	Conceição do Castelo	R$ 105.450,03
ES	3201803	5635	Divino de São Lourenço	R$ 49.180,63
ES	3201902	5637	Domingos Martins	R$ 258.881,26
ES	3202009	5639	Dores do Rio Preto	R$ 63.139,94
ES	3202108	5641	Ecoporanga	R$ 188.292,87
ES	3202207	5643	Fundão	R$ 172.017,32
ES	3202256	1114	Governador Lindenberg	R$ 105.370,10
ES	3202306	5645	Guaçuí	R$ 241.850,33
ES	3202405	5647	Guarapari	R$ 852.304,60

ES	3202454	5709	Ibatiba	R$ 206.328,64
ES	3202504	5649	Ibiraçu	R$ 104.056,96
ES	3202553	6011	Ibitirama	R$ 75.357,91
ES	3202603	5651	Iconha	R$ 120.144,10
ES	3202652	2931	Irupi	R$ 109.183,93
ES	3202702	5653	Itaguaçu	R$ 121.320,22
ES	3202801	5655	Itapemirim	R$ 261.724,51
ES	3202900	5657	Itarana	R$ 93.072,21
ES	3203007	5659	Iúna	R$ 223.907,66
ES	3203056	5713	Jaguaré	R$ 231.421,14
ES	3203106	5661	Jerônimo Monteiro	R$ 102.418,38
ES	3203130	5721	João Neiva	R$ 144.378,46
ES	3203163	5723	Laranja da Terra	R$ 95.310,26
ES	3203205	5663	Linhares	R$ 1.221.549,01
ES	3203304	5665	Mantenópolis	R$ 128.651,00
ES	3203320	0760	Marataízes	R$ 293.626,49
ES	3203346	2929	Marechal Floriano	R$ 136.324,34
ES	3203353	5707	Marilândia	R$ 106.078,06
ES	3203403	5667	Mimoso do Sul	R$ 206.734,00
ES	3203502	5669	Montanha	R$ 156.739,15
ES	3203601	5671	Mucurici	R$ 56.146,01
ES	3203700	5673	Muniz Freire	R$ 148.928,79
ES	3203809	5675	Muqui	R$ 129.216,22
ES	3203908	5677	Nova Venécia	R$ 376.322,63
ES	3204005	5679	Pancas	R$ 181.580,44
ES	3204054	5715	Pedro Canário	R$ 206.910,99
ES	3204104	5681	Pinheiros	R$ 211.838,14
ES	3204203	5683	Piúma	R$ 173.170,60
ES	3204252	0762	Ponto Belo	R$ 69.500,13
ES	3204302	5685	Presidente Kennedy	R$ 98.890,01
ES	3204351	5711	Rio Bananal	R$ 158.497,63
ES	3204401	5687	Rio Novo do Sul	R$ 99.164,06
ES	3204500	5689	Santa Leopoldina	R$ 102.601,08
ES	3204559	5725	Santa Maria de Jetibá	R$ 304.656,91
ES	3204609	5691	Santa Teresa	R$ 192.100,99
ES	3204658	2933	São Domingos do Norte	R$ 73.924,86
ES	3204708	5693	São Gabriel da Palha	R$ 290.474,94
ES	3204807	5695	São José do Calçado	R$ 93.077,92
ES	3204906	5697	São Mateus	R$ 893.347,22
ES	3204955	0764	São Roque do Canaã	R$ 103.691,56
ES	3205002	5699	Serra	R$ 3.185.301,12
ES	3205010	0766	Sooretama	R$ 229.097,44
ES	3205036	5727	Vargem Alta	R$ 171.406,42
ES	3205069	5729	Venda Nova do Imigrante	R$ 201.732,63
ES	3205101	5701	Viana	R$ 553.325,45
ES	3205150	2935	Vila Pavão	R$ 77.179,18
ES	3205176	0768	Vila Valério	R$ 121.400,15
ES	3205200	5703	Vila Velha	R$ 3.050.149,89
ES	3205309	5705	Vitória	R$ 2.686.685,55
GO	5200050	1050	Abadia de Goiás	R$ 73.699,39
GO	5200100	9201	Abadiânia	R$ 161.649,27
GO	5200134	9645	Acreúna	R$ 174.917,75
GO	5200159	9769	Adelândia	R$ 37.976,12
GO	5200175	9771	Água Fria de Goiás	R$ 56.354,45
GO	5200209	9203	Água Limpa	R$ 34.173,71
GO	5200258	1052	Águas Lindas de Goiás	R$ 1.436.914,72
GO	5200308	9205	Alexânia	R$ 212.973,46
GO	5200506	9209	Aloândia	R$ 35.001,56

GO	5200555	0085	Alto Horizonte	R$ 60.231,09
GO	5200605	9211	Alto Paraíso de Goiás	R$ 67.139,37
GO	5200803	9215	Alvorada do Norte	R$ 73.054,24
GO	5200829	1054	Amaralina	R$ 45.375,41
GO	5200852	9661	Americano do Brasil	R$ 58.501,16
GO	5200902	9217	Amorinópolis	R$ 41.458,82
GO	5201108	9221	Anápolis	R$ 2.433.095,50
GO	5201207	9223	Anhanguera	R$ 30.171,47
GO	5201306	9225	Anicuns	R$ 171.971,74
GO	5201405	9227	Aparecida de Goiânia	R$ 3.525.038,84
GO	5201454	0071	Aparecida do Rio Doce	R$ 37.736,33
GO	5201504	9229	Aporé	R$ 47.579,22
GO	5201603	9231	Araçu	R$ 43.719,71
GO	5201702	9233	Aragarças	R$ 162.083,18
GO	5201801	9235	Aragoiânia	R$ 90.333,70
GO	5202155	9669	Araguapaz	R$ 67.972,94
GO	5202353	9671	Arenópolis	R$ 38.524,22
GO	5202502	9249	Aruanã	R$ 79.991,07
GO	5202601	9251	Aurilândia	R$ 41.424,56
GO	5202809	9255	Avelinópolis	R$ 37.410,90
GO	5203104	9261	Baliza	R$ 52.945,98
GO	5203203	9263	Barro Alto	R$ 95.238,01
GO	5203302	9265	Bela Vista de Goiás	R$ 226.230,52
GO	5203401	9267	Bom Jardim de Goiás	R$ 74.087,63
GO	5203500	9269	Bom Jesus de Goiás	R$ 199.059,82
GO	5203559	9775	Bonfinópolis	R$ 79.026,20
GO	5203575	1056	Bonópolis	R$ 48.761,05
GO	5203609	9271	Brazabrantes	R$ 44.753,10
GO	5203807	9275	Britânia	R$ 56.605,66
GO	5203906	9277	Buriti Alegre	R$ 77.615,99
GO	5203939	0063	Buriti de Goiás	R$ 37.816,26
GO	5203962	0061	Buritinópolis	R$ 42.406,56
GO	5204003	9279	Cabeceiras	R$ 69.246,12
GO	5204102	9281	Cachoeira Alta	R$ 102.757,20
GO	5204201	9283	Cachoeira de Goiás	R$ 31.324,76
GO	5204250	9673	Cachoeira Dourada	R$ 69.668,61
GO	5204300	9285	Caçu	R$ 130.753,06
GO	5204409	9287	Caiapônia	R$ 155.203,44
GO	5204508	9289	Caldas Novas	R$ 630.660,60
GO	5204557	0031	Caldazinha	R$ 45.329,74
GO	5204607	9291	Campestre de Goiás	R$ 44.336,32
GO	5204656	9687	Campinaçu	R$ 44.393,41
GO	5204706	9293	Campinorte	R$ 103.567,92
GO	5204805	9295	Campo Alegre de Goiás	R$ 66.939,55
GO	5204854	1070	Campo Limpo de Goiás	R$ 68.081,41
GO	5204904	9297	Campos Belos	R$ 160.764,33
GO	5204953	9781	Campos Verdes	R$ 35.835,13
GO	5205000	9299	Carmo do Rio Verde	R$ 81.172,90
GO	5205059	0081	Castelândia	R$ 43.223,00
GO	5205109	9301	Catalão	R$ 747.234,02
GO	5205208	9303	Caturaí	R$ 52.557,75
GO	5205307	9305	Cavalcante	R$ 79.043,32
GO	5205406	9307	Ceres	R$ 173.918,62
GO	5205455	9785	Cezarina	R$ 72.745,94
GO	5205471	0073	Chapadão do Céu	R$ 81.658,20
GO	5205497	0077	Cidade Ocidental	R$ 509.825,34
GO	5205513	0055	Cocalzinho de Goiás	R$ 162.779,72
GO	5205521	9791	Colinas do Sul	R$ 42.920,40

GO	5205703	9315	Córrego do Ouro	R$ 36.897,06
GO	5205802	9317	Corumbá de Goiás	R$ 94.912,58
GO	5205901	9319	Corumbaíba	R$ 79.123,26
GO	5206206	9325	Cristalina	R$ 423.408,59
GO	5206305	9327	Cristianópolis	R$ 40.545,32
GO	5206404	9329	Crixás	R$ 136.119,83
GO	5206503	9331	Cromínia	R$ 43.514,17
GO	5206602	9333	Cumari	R$ 39.905,88
GO	5206701	9335	Damianópolis	R$ 42.515,04
GO	5206800	9337	Damolândia	R$ 40.385,46
GO	5206909	9339	Davinópolis	R$ 35.566,79
GO	5207105	9343	Diorama	R$ 37.793,43
GO	5207253	9675	Doverlândia	R$ 65.415,16
GO	5207352	9795	Edealina	R$ 44.730,26
GO	5207402	9349	Edéia	R$ 102.117,75
GO	5207501	9351	Estrela do Norte	R$ 42.309,50
GO	5207535	9797	Faina	R$ 61.447,17
GO	5207600	9353	Fazenda Nova	R$ 55.794,94
GO	5207808	9357	Firminópolis	R$ 107.370,33
GO	5207907	9359	Flores de Goiás	R$ 133.881,78
GO	5208004	9361	Formosa	R$ 828.149,65
GO	5208103	9363	Formoso	R$ 47.864,68
GO	5208152	1072	Gameleira de Goiás	R$ 45.409,67
GO	5208301	9309	Divinópolis de Goiás	R$ 51.039,07
GO	5208400	9367	Goianápolis	R$ 95.603,41
GO	5208509	9369	Goiandira	R$ 55.583,69
GO	5208608	9371	Goianésia	R$ 494.578,40
GO	5208707	9373	Goiânia	R$ 9.739.858,18
GO	5208806	9375	Goianira	R$ 331.565,30
GO	5208905	9377	Goiás	R$ 184.381,14
GO	5209101	9379	Goiatuba	R$ 257.623,43
GO	5209150	9799	Gouvelândia	R$ 57.285,07
GO	5209200	9381	Guapó	R$ 120.476,27
GO	5209291	0065	Guaraíta	R$ 35.007,27
GO	5209408	9383	Guarani de Goiás	R$ 45.837,87
GO	5209457	9993	Guarinos	R$ 33.853,99
GO	5209606	9387	Heitoraí	R$ 44.872,99
GO	5209705	9389	Hidrolândia	R$ 171.149,59
GO	5209804	9391	Hidrolina	R$ 43.959,50
GO	5209903	9393	Iaciara	R$ 118.980,43
GO	5209937	0069	Inaciolândia	R$ 58.975,04
GO	5209952	9681	Indiara	R$ 128.480,75
GO	5210000	9395	Inhumas	R$ 388.404,70
GO	5210109	9397	Ipameri	R$ 209.159,62
GO	5210158	1074	Ipiranga de Goiás	R$ 40.128,54
GO	5210208	9399	Iporá	R$ 242.984,72
GO	5210307	9401	Israelândia	R$ 39.597,57
GO	5210406	9403	Itaberaí	R$ 315.764,56
GO	5210562	9919	Itaguari	R$ 50.308,27
GO	5210604	9407	Itaguaru	R$ 53.511,21
GO	5210802	9411	Itajá	R$ 49.526,10
GO	5210901	9413	Itapaci	R$ 178.428,99
GO	5211008	9415	Itapirapuã	R$ 52.140,97
GO	5211206	9419	Itapuranga	R$ 202.211,37
GO	5211305	9421	Itarumã	R$ 64.593,01
GO	5211404	9423	Itauçu	R$ 74.641,43
GO	5211503	9425	Itumbiara	R$ 723.934,25
GO	5211602	9427	Ivolândia	R$ 37.142,56

GO	5211701	9429	Jandaia	R$ 58.141,47
GO	5211800	9431	Jaraguá	R$ 367.088,74
GO	5211909	9433	Jataí	R$ 694.025,75
GO	5212006	9435	Jaupaci	R$ 40.048,61
GO	5212055	0049	Jesúpolis	R$ 37.827,68
GO	5212105	9437	Joviânia	R$ 65.786,26
GO	5212204	9439	Jussara	R$ 152.719,88
GO	5212253	1076	Lagoa Santa	R$ 32.677,87
GO	5212303	9443	Leopoldo de Bulhões	R$ 67.270,69
GO	5212501	9445	Luziânia	R$ 1.413.272,39
GO	5212600	9447	Mairipotaba	R$ 37.131,14
GO	5212709	9449	Mambaí	R$ 74.321,71
GO	5212808	9451	Mara Rosa	R$ 85.737,69
GO	5212907	9453	Marzagão	R$ 36.377,51
GO	5212956	9927	Matrinchã	R$ 48.452,74
GO	5213004	9457	Maurilândia	R$ 119.739,77
GO	5213053	9931	Mimoso de Goiás	R$ 38.438,58
GO	5213087	9647	Minaçu	R$ 228.934,06
GO	5213103	9459	Mineiros	R$ 475.834,67
GO	5213400	9465	Moiporá	R$ 32.341,02
GO	5213509	9467	Monte Alegre de Goiás	R$ 72.745,94
GO	5213707	9471	Montes Claros de Goiás	R$ 69.600,10
GO	5213756	9933	Montividiu	R$ 107.964,10
GO	5213772	0079	Montividiu do Norte	R$ 49.183,54
GO	5213806	9473	Morrinhos	R$ 342.110,43
GO	5213855	9935	Morro Agudo de Goiás	R$ 36.446,02
GO	5213905	9475	Mossâmedes	R$ 48.104,47
GO	5214002	9477	Mozarlândia	R$ 128.754,80
GO	5214051	9651	Mundo Novo	R$ 51.512,94
GO	5214101	9479	Mutunópolis	R$ 45.181,30
GO	5214408	9485	Nazário	R$ 75.806,14
GO	5214507	9487	Nerópolis	R$ 225.516,85
GO	5214606	9489	Niquelândia	R$ 343.549,18
GO	5214705	9491	Nova América	R$ 37.039,79
GO	5214804	9493	Nova Aurora	R$ 36.229,07
GO	5214838	9653	Nova Crixás	R$ 104.955,29
GO	5214861	9655	Nova Glória	R$ 70.222,41
GO	5214879	0087	Nova Iguaçu de Goiás	R$ 40.334,08
GO	5214903	9495	Nova Roma	R$ 42.246,70
GO	5215009	9497	Nova Veneza	R$ 79.865,47
GO	5215207	9501	Novo Brasil	R$ 40.242,73
GO	5215231	1058	Novo Gama	R$ 794.430,36
GO	5215256	9735	Novo Planalto	R$ 49.274,89
GO	5215306	9503	Orizona	R$ 128.503,59
GO	5215405	9505	Ouro Verde de Goiás	R$ 45.072,82
GO	5215504	9507	Ouvidor	R$ 61.675,55
GO	5215603	9509	Padre Bernardo	R$ 256.139,01
GO	5215652	9737	Palestina de Goiás	R$ 43.388,57
GO	5215702	9511	Palmeiras de Goiás	R$ 219.853,20
GO	5215801	9513	Palmelo	R$ 37.205,37
GO	5215900	9515	Palminópolis	R$ 44.079,40
GO	5216007	9517	Panamá	R$ 38.541,35
GO	5216304	9455	Paranaiguara	R$ 81.030,17
GO	5216403	9523	Paraúna	R$ 94.216,04
GO	5216452	0075	Perolândia	R$ 41.475,94
GO	5216809	9531	Petrolina de Goiás	R$ 90.179,55
GO	5216908	9535	Pilar de Goiás	R$ 36.474,57
GO	5217104	9539	Piracanjuba	R$ 195.108,97

GO	5217203	9541	Piranhas	R$ 90.773,32
GO	5217302	9543	Pirenópolis	R$ 197.301,35
GO	5217401	9545	Pires do Rio	R$ 242.567,94
GO	5217609	9595	Planaltina	R$ 623.558,19
GO	5217708	9549	Pontalina	R$ 148.957,43
GO	5218003	9555	Porangatu	R$ 337.874,11
GO	5218052	1060	Porteirão	R$ 45.769,36
GO	5218102	9557	Portelândia	R$ 46.511,57
GO	5218300	9561	Posse	R$ 273.638,10
GO	5218391	0051	Professor Jamil	R$ 42.012,62
GO	5218508	9563	Quirinópolis	R$ 364.542,38
GO	5218607	9565	Rialma	R$ 93.816,39
GO	5218706	9567	Rianápolis	R$ 51.021,94
GO	5218789	9995	Rio Quente	R$ 49.263,47
GO	5218805	9571	Rio Verde	R$ 1.569.411,11
GO	5218904	9573	Rubiataba	R$ 160.735,78
GO	5219001	9575	Sanclerlândia	R$ 67.213,60
GO	5219100	9577	Santa Bárbara de Goiás	R$ 61.064,65
GO	5219209	9579	Santa Cruz de Goiás	R$ 39.911,59
GO	5219258	9743	Santa Fé de Goiás	R$ 54.778,68
GO	5219308	9581	Santa Helena de Goiás	R$ 291.488,49
GO	5219357	9689	Santa Isabel	R$ 45.358,29
GO	5219407	9583	Santa Rita do Araguaia	R$ 73.602,33
GO	5219456	1062	Santa Rita do Novo Destino	R$ 42.697,74
GO	5219506	9585	Santa Rosa de Goiás	R$ 36.851,39
GO	5219605	9587	Santa Tereza de Goiás	R$ 42.766,25
GO	5219704	9589	Santa Terezinha de Goiás	R$ 73.533,82
GO	5219712	0083	Santo Antônio da Barra	R$ 51.136,13
GO	5219738	0053	Santo Antônio de Goiás	R$ 59.483,17
GO	5219753	9677	Santo Antônio do Descoberto	R$ 529.054,36
GO	5219803	9591	São Domingos	R$ 105.412,03
GO	5219902	9593	São Francisco de Goiás	R$ 59.374,69
GO	5220009	9597	São João d'Aliança	R$ 117.798,60
GO	5220058	9747	São João da Paraúna	R$ 31.496,04
GO	5220108	9599	São Luís de Montes Belos	R$ 256.036,24
GO	5220157	9749	São Luiz do Norte	R$ 53.111,55
GO	5220207	9601	São Miguel do Araguaia	R$ 172.788,17
GO	5220264	9751	São Miguel do Passa Quatro	R$ 46.774,20
GO	5220280	1064	São Patrício	R$ 35.235,65
GO	5220405	9605	São Simão	R$ 165.092,00
GO	5220454	9753	Senador Canedo	R$ 784.618,70
GO	5220504	9607	Serranópolis	R$ 72.391,96
GO	5220603	9609	Silvânia	R$ 165.377,46
GO	5220686	9755	Simolândia	R$ 62.754,61
GO	5220702	9611	Sítio d'Abadia	R$ 40.676,64
GO	5221007	9617	Taquaral de Goiás	R$ 43.759,67
GO	5221080	9759	Teresina de Goiás	R$ 43.354,31
GO	5221197	0057	Terezópolis de Goiás	R$ 69.531,58
GO	5221304	9623	Três Ranchos	R$ 39.785,98
GO	5221403	9625	Trindade	R$ 862.302,86
GO	5221452	9761	Trombas	R$ 43.594,10
GO	5221502	9631	Turvânia	R$ 49.862,95
GO	5221551	9765	Turvelândia	R$ 53.762,42
GO	5221577	0059	Uirapuru	R$ 39.905,88
GO	5221601	9633	Uruaçu	R$ 302.244,87
GO	5221700	9635	Uruana	R$ 118.386,66
GO	5221809	9637	Urutaí	R$ 41.150,51
GO	5221858	1066	Valparaíso de Goiás	R$ 1.185.864,12

GO	5221908	9639	Varjão	R$ 45.461,05
GO	5222005	9641	Vianópolis	R$ 118.500,85
GO	5222054	9657	Vicentinópolis	R$ 73.528,11
GO	5222203	0067	Vila Boa	R$ 58.843,72
GO	5222302	1068	Vila Propício	R$ 56.845,46
MA	2100055	0961	Açailândia	R$ 760.393,83
MA	2100105	0701	Afonso Cunha	R$ 59.449,23
MA	2100154	0104	Água Doce do Maranhão	R$ 101.374,06
MA	2100204	0703	Alcântara	R$ 170.562,17
MA	2100303	0705	Aldeias Altas	R$ 203.283,57
MA	2100402	0707	Altamira do Maranhão	R$ 68.606,99
MA	2100436	0106	Alto Alegre do Maranhão	R$ 206.258,13
MA	2100477	0108	Alto Alegre do Pindaré	R$ 241.440,25
MA	2100501	0709	Alto Parnaíba	R$ 93.489,48
MA	2100550	0110	Amapá do Maranhão	R$ 61.949,92
MA	2100600	0711	Amarante do Maranhão	R$ 303.170,74
MA	2100709	0713	Anajatuba	R$ 204.830,80
MA	2100808	0715	Anapurus	R$ 126.821,77
MA	2100832	0112	Apicum-Açu	R$ 142.826,26
MA	2100873	0114	Araguanã	R$ 125.074,72
MA	2100907	0717	Araioses	R$ 339.146,45
MA	2100956	1281	Arame	R$ 245.904,94
MA	2101004	0719	Arari	R$ 222.215,70
MA	2101103	0721	Axixá	R$ 98.856,25
MA	2101202	0723	Bacabal	R$ 717.596,70
MA	2101251	0116	Bacabeira	R$ 141.775,74
MA	2101301	0725	Bacuri	R$ 150.493,88
MA	2101350	0118	Bacurituba	R$ 54.425,02
MA	2101400	0727	Balsas	R$ 652.748,91
MA	2101509	0729	Barão de Grajaú	R$ 151.852,70
MA	2101608	0731	Barra do Corda	R$ 607.238,62
MA	2101707	0733	Barreirinhas	R$ 445.799,18
MA	2101731	0120	Belágua	R$ 64.844,55
MA	2101772	0122	Bela Vista do Maranhão	R$ 93.597,96
MA	2101806	0735	Benedito Leite	R$ 54.356,51
MA	2101905	0737	Bequimão	R$ 165.897,65
MA	2101939	0124	Bernardo do Mearim	R$ 56.703,04
MA	2101970	0126	Boa Vista do Gurupi	R$ 75.224,10
MA	2102002	0955	Bom Jardim	R$ 304.284,06
MA	2102036	0128	Bom Jesus das Selvas	R$ 253.481,22
MA	2102077	0130	Bom Lugar	R$ 130.030,42
MA	2102101	0739	Brejo	R$ 267.006,62
MA	2102150	0132	Brejo de Areia	R$ 74.658,88
MA	2102200	0741	Buriti	R$ 215.535,79
MA	2102309	0743	Buriti Bravo	R$ 188.165,27
MA	2102325	0134	Buriticupu	R$ 509.322,40
MA	2102358	0136	Buritirana	R$ 125.097,56
MA	2102374	0138	Cachoeira Grande	R$ 76.046,25
MA	2102408	0745	Cajapió	R$ 93.415,26
MA	2102507	0747	Cajari	R$ 155.044,22
MA	2102556	0140	Campestre do Maranhão	R$ 119.068,51
MA	2102606	0749	Cândido Mendes	R$ 159.605,97
MA	2102705	0751	Cantanhede	R$ 169.979,82
MA	2102754	0142	Capinzal do Norte	R$ 92.027,89
MA	2102804	0753	Carolina	R$ 190.665,95
MA	2102903	0755	Carutapera	R$ 187.725,65
MA	2103000	0757	Caxias	R$ 1.228.146,40
MA	2103109	0759	Cedral	R$ 90.549,18

MA	2103125	0144	Central do Maranhão	R$ 71.718,58
MA	2103158	0146	Centro do Guilherme	R$ 106.438,24
MA	2103174	0148	Centro Novo do Maranhão	R$ 167.850,24
MA	2103208	0761	Chapadinha	R$ 551.097,56
MA	2103257	0150	Cidelândia	R$ 120.912,62
MA	2103307	0763	Codó	R$ 827.251,30
MA	2103406	0765	Coelho Neto	R$ 356.245,89
MA	2103505	0767	Colinas	R$ 301.703,44
MA	2103554	0152	Conceição do Lago-Açu	R$ 129.704,98
MA	2103604	0769	Coroatá	R$ 461.602,60
MA	2103703	0771	Cururupu	R$ 245.870,68
MA	2103752	0154	Davinópolis	R$ 103.298,11
MA	2103802	0773	Dom Pedro	R$ 177.715,96
MA	2103901	0775	Duque Bacelar	R$ 94.397,26
MA	2104008	0777	Esperantinópolis	R$ 142.837,67
MA	2104057	0963	Estreito	R$ 306.088,21
MA	2104073	0156	Feira Nova do Maranhão	R$ 70.753,70
MA	2104081	0158	Fernando Falcão	R$ 88.750,74
MA	2104099	0160	Formosa da Serra Negra	R$ 153.388,51
MA	2104107	0779	Fortaleza dos Nogueiras	R$ 101.716,62
MA	2104206	0781	Fortuna	R$ 125.794,09
MA	2104305	0783	Godofredo Viana	R$ 97.080,65
MA	2104404	0785	Gonçalves Dias	R$ 146.794,24
MA	2104503	0787	Governador Archer	R$ 91.491,22
MA	2104552	0162	Governador Edison Lobão	R$ 148.861,02
MA	2104602	0789	Governador Eugênio Barros	R$ 133.079,20
MA	2104628	0164	Governador Luiz Rocha	R$ 66.774,30
MA	2104651	0166	Governador Newton Bello	R$ 80.322,54
MA	2104677	0168	Governador Nunes Freire	R$ 197.831,16
MA	2104701	0791	Graça Aranha	R$ 57.953,39
MA	2104800	0793	Grajaú	R$ 485.758,77
MA	2104909	0795	Guimarães	R$ 98.285,32
MA	2105005	0797	Humberto de Campos	R$ 215.758,45
MA	2105104	0799	Icatu	R$ 206.600,69
MA	2105153	0170	Igarapé do Meio	R$ 117.943,77
MA	2105203	0801	Igarapé Grande	R$ 94.231,69
MA	2105302	0803	Imperatriz	R$ 1.763.692,84
MA	2105351	0172	Itaipava do Grajaú	R$ 128.677,31
MA	2105401	0807	Itapecuru Mirim	R$ 478.199,62
MA	2105427	0174	Itinga do Maranhão	R$ 200.246,21
MA	2105450	0176	Jatobá	R$ 87.568,91
MA	2105476	0178	Jenipapo dos Vieiras	R$ 131.292,18
MA	2105500	0809	João Lisboa	R$ 179.325,99
MA	2105609	0811	Joselândia	R$ 129.311,04
MA	2105658	0180	Junco do Maranhão	R$ 41.795,99
MA	2105708	0813	Lago da Pedra	R$ 360.990,34
MA	2105807	0815	Lago do Junco	R$ 91.491,22
MA	2105906	0817	Lago Verde	R$ 129.819,17
MA	2105922	0182	Lagoa do Mato	R$ 93.832,04
MA	2105948	0184	Lago dos Rodrigues	R$ 72.860,44
MA	2105963	0186	Lagoa Grande do Maranhão	R$ 94.654,18
MA	2105989	0188	Lajeado Novo	R$ 65.307,00
MA	2106003	0819	Lima Campos	R$ 97.503,14
MA	2106102	0821	Loreto	R$ 99.010,40
MA	2106201	0823	Luís Domingues	R$ 61.887,11
MA	2106300	0825	Magalhães de Almeida	R$ 157.596,29
MA	2106326	0190	Maracaçumé	R$ 166.554,23
MA	2106359	0192	Marajá do Sena	R$ 66.688,66

MA	2106375	0194	Maranhãozinho	R$ 129.864,85
MA	2106409	0827	Mata Roma	R$ 133.084,91
MA	2106508	0829	Matinha	R$ 177.830,15
MA	2106607	0831	Matões	R$ 252.076,72
MA	2106631	0196	Matões do Norte	R$ 132.605,32
MA	2106672	0198	Milagres do Maranhão	R$ 70.525,33
MA	2106706	0833	Mirador	R$ 164.384,68
MA	2106755	1283	Miranda do Norte	R$ 213.840,12
MA	2106805	0835	Mirinzal	R$ 122.425,59
MA	2106904	0837	Monção	R$ 250.089,88
MA	2107001	0839	Montes Altos	R$ 74.499,02
MA	2107100	0841	Morros	R$ 155.352,52
MA	2107209	0843	Nina Rodrigues	R$ 119.525,25
MA	2107258	0200	Nova Colinas	R$ 52.940,60
MA	2107308	0845	Nova Iorque	R$ 48.938,36
MA	2107357	0202	Nova Olinda do Maranhão	R$ 163.887,97
MA	2107407	0847	Olho d'Água das Cunhãs	R$ 155.763,59
MA	2107456	0204	Olinda Nova do Maranhão	R$ 120.935,46
MA	2107506	0849	Paço do Lumiar	R$ 1.178.686,49
MA	2107605	0851	Palmeirândia	R$ 157.002,52
MA	2107704	0853	Paraibano	R$ 166.502,84
MA	2107803	0855	Parnarama	R$ 258.499,72
MA	2107902	0857	Passagem Franca	R$ 152.988,86
MA	2108009	0859	Pastos Bons	R$ 155.575,19
MA	2108058	0206	Paulino Neves	R$ 128.551,70
MA	2108108	0959	Paulo Ramos	R$ 164.527,41
MA	2108207	0861	Pedreiras	R$ 290.575,96
MA	2108256	0208	Pedro do Rosário	R$ 195.359,02
MA	2108306	0863	Penalva	R$ 286.242,58
MA	2108405	0865	Peri Mirim	R$ 118.748,78
MA	2108454	0210	Peritoró	R$ 176.836,73
MA	2108504	0867	Pindaré-Mirim	R$ 247.275,18
MA	2108603	0869	Pinheiro	R$ 579.691,11
MA	2108702	0871	Pio XII	R$ 167.068,06
MA	2108801	0873	Pirapemas	R$ 150.739,38
MA	2108900	0875	Poção de Pedras	R$ 146.445,97
MA	2109007	0877	Porto Franco	R$ 188.170,98
MA	2109056	0212	Porto Rico do Maranhão	R$ 56.314,81
MA	2109106	0879	Presidente Dutra	R$ 346.933,98
MA	2109205	0881	Presidente Juscelino	R$ 102.304,68
MA	2109239	0214	Presidente Médici	R$ 62.252,51
MA	2109270	0216	Presidente Sarney	R$ 152.412,22
MA	2109304	0883	Presidente Vargas	R$ 93.506,61
MA	2109403	0885	Primeira Cruz	R$ 124.440,98
MA	2109452	0218	Raposa	R$ 234.828,84
MA	2109502	0887	Riachão	R$ 159.703,03
MA	2109551	0220	Ribamar Fiquene	R$ 66.682,95
MA	2109601	0891	Rosário	R$ 310.621,41
MA	2109700	0893	Sambaíba	R$ 54.579,17
MA	2109759	0222	Santa Filomena do Maranhão	R$ 66.580,18
MA	2109809	0895	Santa Helena	R$ 307.138,72
MA	2109908	0957	Santa Inês	R$ 611.988,78
MA	2110005	0897	Santa Luzia	R$ 511.086,58
MA	2110039	1285	Santa Luzia do Paruá	R$ 195.987,05
MA	2110104	0899	Santa Quitéria do Maranhão	R$ 198.202,27
MA	2110203	0901	Santa Rita	R$ 282.731,34
MA	2110237	0224	Santana do Maranhão	R$ 106.027,17
MA	2110278	0226	Santo Amaro do Maranhão	R$ 127.472,64

MA	2110302	0903	Santo Antônio dos Lopes	R$ 119.947,74
MA	2110401	0905	São Benedito do Rio Preto	R$ 150.956,34
MA	2110500	0907	São Bento	R$ 332.129,69
MA	2110609	0909	São Bernardo	R$ 214.559,49
MA	2110658	0228	São Domingos do Azeitão	R$ 64.404,93
MA	2110708	0911	São Domingos do Maranhão	R$ 255.468,07
MA	2110807	0913	São Félix de Balsas	R$ 48.378,84
MA	2110856	0230	São Francisco do Brejão	R$ 96.960,75
MA	2110906	0915	São Francisco do Maranhão	R$ 99.313,00
MA	2111003	0917	São João Batista	R$ 162.386,42
MA	2111029	0232	São João do Carú	R$ 127.255,68
MA	2111052	0234	São João do Paraíso	R$ 93.415,26
MA	2111078	0236	São João do Soter	R$ 150.271,22
MA	2111102	0919	São João dos Patos	R$ 199.840,84
MA	2111201	0889	São José de Ribamar	R$ 1.301.265,77
MA	2111250	0238	São José dos Basílios	R$ 65.826,55
MA	2111300	0921	São Luís	R$ 7.903.921,01
MA	2111409	0805	São Luís Gonzaga do Maranhão	R$ 152.058,24
MA	2111508	0923	São Mateus do Maranhão	R$ 303.707,42
MA	2111532	0240	São Pedro da Água Branca	R$ 102.053,47
MA	2111573	0242	São Pedro dos Crentes	R$ 48.852,72
MA	2111607	0925	São Raimundo das Mangabeiras	R$ 152.126,75
MA	2111631	0244	São Raimundo do Doca Bezerra	R$ 52.101,32
MA	2111672	0246	São Roberto	R$ 60.562,55
MA	2111706	0927	São Vicente Ferrer	R$ 171.418,57
MA	2111722	0248	Satubinha	R$ 116.442,21
MA	2111748	0250	Senador Alexandre Costa	R$ 93.209,72
MA	2111763	0252	Senador La Rocque	R$ 118.606,05
MA	2111789	0254	Serrano do Maranhão	R$ 88.139,84
MA	2111805	0929	Sítio Novo	R$ 147.633,51
MA	2111904	0931	Sucupira do Norte	R$ 90.326,51
MA	2111953	0256	Sucupira do Riachão	R$ 54.516,37
MA	2112001	0933	Tasso Fragoso	R$ 70.850,76
MA	2112100	0935	Timbiras	R$ 218.082,15
MA	2112209	0937	Timon	R$ 1.252.279,73
MA	2112233	0258	Trizidela do Vale	R$ 169.996,95
MA	2112274	0260	Tufilândia	R$ 55.544,05
MA	2112308	0939	Tuntum	R$ 305.437,34
MA	2112407	0941	Turiaçu	R$ 262.479,12
MA	2112456	0262	Turilândia	R$ 198.070,95
MA	2112506	0943	Tutóia	R$ 417.456,84
MA	2112605	0945	Urbano Santos	R$ 248.308,57
MA	2112704	0947	Vargem Grande	R$ 404.039,91
MA	2112803	0949	Viana	R$ 380.808,66
MA	2112852	0264	Vila Nova dos Martírios	R$ 106.061,42
MA	2112902	0951	Vitória do Mearim	R$ 246.264,63
MA	2113009	0953	Vitorino Freire	R$ 239.179,35
MA	2114007	1287	Zé Doca	R$ 376.657,98
MG	3100104	4001	Abadia dos Dourados	R$ 65.849,20
MG	3100203	4003	Abaeté	R$ 184.561,08
MG	3100302	4005	Abre Campo	R$ 120.057,82
MG	3100401	4007	Acaiaca	R$ 48.749,76
MG	3100500	4009	Açucena	R$ 80.014,05
MG	3100609	4011	Água Boa	R$ 121.662,14
MG	3100708	4013	Água Comprida	R$ 37.359,65
MG	3100807	4015	Aguanil	R$ 51.558,75
MG	3100906	4017	Águas Formosas	R$ 161.552,49
MG	3101003	4019	Águas Vermelhas	R$ 111.894,21

MG	3101102	4021	Aimorés	R$ 204.228,99
MG	3101201	4023	Aiuruoca	R$ 60.219,81
MG	3101300	4025	Alagoa	R$ 41.213,45
MG	3101409	4027	Albertina	R$ 43.114,66
MG	3101508	4029	Além Paraíba	R$ 271.084,49
MG	3101607	4031	Alfenas	R$ 569.159,18
MG	3101631	2681	Alfredo Vasconcelos	R$ 65.381,04
MG	3101706	4033	Almenara	R$ 317.038,15
MG	3101805	4035	Alpercata	R$ 68.332,76
MG	3101904	4037	Alpinópolis	R$ 165.240,71
MG	3102001	4039	Alterosa	R$ 125.835,66
MG	3102050	0564	Alto Caparaó	R$ 59.329,15
MG	3102100	4041	Alto Rio Doce	R$ 97.398,22
MG	3102209	4043	Alvarenga	R$ 48.253,05
MG	3102308	4045	Alvinópolis	R$ 130.043,43
MG	3102407	4047	Alvorada de Minas	R$ 46.534,55
MG	3102506	4049	Amparo do Serra	R$ 52.854,77
MG	3102605	4051	Andradas	R$ 312.362,21
MG	3102704	4053	Cachoeira de Pajeú	R$ 79.682,91
MG	3102803	4055	Andrelândia	R$ 104.386,44
MG	3102852	0566	Angelândia	R$ 74.590,19
MG	3102902	4057	Antônio Carlos	R$ 99.938,87
MG	3103009	4059	Antônio Dias	R$ 79.146,23
MG	3103108	4061	Antônio Prado de Minas	R$ 35.070,21
MG	3103207	4063	Araçaí	R$ 39.346,50
MG	3103306	4065	Aracitaba	R$ 37.725,05
MG	3103405	4067	Araçuaí	R$ 287.418,15
MG	3103504	4069	Araguari	R$ 816.547,17
MG	3103603	4071	Arantina	R$ 41.904,28
MG	3103702	4073	Araponga	R$ 74.127,73
MG	3103751	2903	Araporã	R$ 65.164,08
MG	3103801	4075	Arapuá	R$ 42.126,94
MG	3103900	4077	Araújos	R$ 78.889,31
MG	3104007	4079	Araxá	R$ 744.878,70
MG	3104106	4081	Arceburgo	R$ 96.096,50
MG	3104205	4083	Arcos	R$ 306.738,52
MG	3104304	4085	Areado	R$ 129.284,09
MG	3104403	4087	Argirita	R$ 41.516,05
MG	3104452	0568	Aricanduva	R$ 55.812,20
MG	3104502	4089	Arinos	R$ 153.947,66
MG	3104601	4091	Astolfo Dutra	R$ 124.197,08
MG	3104700	4093	Ataléia	R$ 116.712,15
MG	3104809	4095	Augusto de Lima	R$ 53.745,43
MG	3104908	4097	Baependi	R$ 161.215,64
MG	3105004	4099	Baldim	R$ 70.627,91
MG	3105103	4101	Bambuí	R$ 196.589,91
MG	3105202	4103	Bandeira	R$ 53.322,94
MG	3105301	4105	Bandeira do Sul	R$ 58.752,51
MG	3105400	4107	Barão de Cocais	R$ 254.658,76
MG	3105509	4109	Barão de Monte Alto	R$ 56.759,95
MG	3105608	4111	Barbacena	R$ 939.645,27
MG	3105707	4113	Barra Longa	R$ 55.241,27
MG	3105905	4117	Barroso	R$ 170.704,54
MG	3106002	4119	Bela Vista de Minas	R$ 93.144,77
MG	3106101	4121	Belmiro Braga	R$ 45.523,99
MG	3106200	4123	Belo Horizonte	R$ 15.890.620,34
MG	3106309	4125	Belo Oriente	R$ 212.981,39
MG	3106408	4127	Belo Vale	R$ 69.994,18

MG	3106507	4129	Berilo	R$ 102.719,32
MG	3106606	4131	Bertópolis	R$ 52.232,46
MG	3106655	0570	Berizal	R$ 52.980,38
MG	3106705	4133	Betim	R$ 2.747.929,72
MG	3106804	4135	Bias Fortes	R$ 45.238,53
MG	3106903	4137	Bicas	R$ 125.995,52
MG	3107000	4139	Biquinhas	R$ 40.305,67
MG	3107109	4141	Boa Esperança	R$ 306.938,35
MG	3107208	4143	Bocaina de Minas	R$ 55.007,19
MG	3107307	4145	Bocaiúva	R$ 371.835,55
MG	3107406	4147	Bom Despacho	R$ 375.409,59
MG	3107505	4149	Bom Jardim de Minas	R$ 62.908,90
MG	3107604	4151	Bom Jesus da Penha	R$ 50.022,95
MG	3107703	4153	Bom Jesus do Amparo	R$ 60.676,55
MG	3107802	4155	Bom Jesus do Galho	R$ 128.513,33
MG	3107901	4157	Bom Repouso	R$ 94.811,90
MG	3108008	4159	Bom Sucesso	R$ 152.394,72
MG	3108107	4161	Bonfim	R$ 65.158,38
MG	3108206	4163	Bonfinópolis de Minas	R$ 57.308,05
MG	3108255	0572	Bonito de Minas	R$ 98.711,37
MG	3108305	4165	Borda da Mata	R$ 162.722,90
MG	3108404	4167	Botelhos	R$ 128.718,87
MG	3108503	4169	Botumirim	R$ 62.023,95
MG	3108552	0574	Brasilândia de Minas	R$ 137.665,39
MG	3108602	4171	Brasília de Minas	R$ 253.870,87
MG	3108701	4173	Brás Pires	R$ 50.685,23
MG	3108800	4175	Braúnas	R$ 53.357,19
MG	3108909	4177	Brazópolis	R$ 125.795,69
MG	3109006	4179	Brumadinho	R$ 306.801,32
MG	3109105	4181	Bueno Brandão	R$ 97.403,93
MG	3109204	4183	Buenópolis	R$ 93.772,80
MG	3109253	0576	Bugre	R$ 48.681,25
MG	3109303	4185	Buritis	R$ 202.367,75
MG	3109402	4187	Buritizeiro	R$ 220.723,24
MG	3109451	0578	Cabeceira Grande	R$ 65.620,83
MG	3109501	4189	Cabo Verde	R$ 123.603,31
MG	3109600	4191	Cachoeira da Prata	R$ 46.517,42
MG	3109709	4193	Cachoeira de Minas	R$ 100.521,23
MG	3109808	4195	Cachoeira Dourada	R$ 41.316,22
MG	3109907	4197	Caetanópolis	R$ 100.960,84
MG	3110004	4199	Caeté	R$ 341.798,78
MG	3110103	4201	Caiana	R$ 57.325,18
MG	3110202	4203	Cajuri	R$ 48.709,80
MG	3110301	4205	Caldas	R$ 125.915,59
MG	3110400	4207	Camacho	R$ 42.509,47
MG	3110509	4209	Camanducaia	R$ 176.185,50
MG	3110608	4211	Cambuí	R$ 229.258,68
MG	3110707	4213	Cambuquira	R$ 107.754,95
MG	3110806	4215	Campanário	R$ 47.191,12
MG	3110905	4217	Campanha	R$ 138.390,47
MG	3111002	4219	Campestre	R$ 172.103,33
MG	3111101	4221	Campina Verde	R$ 164.624,11
MG	3111150	0580	Campo Azul	R$ 47.739,21
MG	3111200	4223	Campo Belo	R$ 403.607,24
MG	3111309	4225	Campo do Meio	R$ 101.137,83
MG	3111408	4227	Campo Florido	R$ 72.483,44
MG	3111507	4229	Campos Altos	R$ 131.516,44
MG	3111606	4231	Campos Gerais	R$ 224.822,54

MG	3111705	4233	Canaã	R$ 51.998,37
MG	3111804	4235	Canápolis	R$ 103.963,95
MG	3111903	4237	Cana Verde	R$ 57.936,07
MG	3112000	4239	Candeias	R$ 128.233,58
MG	3112059	0582	Cantagalo	R$ 51.781,42
MG	3112109	4241	Caparaó	R$ 56.994,04
MG	3112208	4243	Capela Nova	R$ 52.512,21
MG	3112307	4245	Capelinha	R$ 293.561,39
MG	3112406	4247	Capetinga	R$ 65.455,26
MG	3112505	4249	Capim Branco	R$ 81.635,50
MG	3112604	4251	Capinópolis	R$ 135.581,48
MG	3112653	2651	Capitão Andrade	R$ 57.165,32
MG	3112703	4253	Capitão Enéas	R$ 130.220,42
MG	3112802	4255	Capitólio	R$ 75.229,63
MG	3112901	4257	Caputira	R$ 79.032,04
MG	3113008	4259	Caraí	R$ 195.767,76
MG	3113107	4261	Caranaíba	R$ 44.119,50
MG	3113206	4263	Carandaí	R$ 206.135,90
MG	3113305	4265	Carangola	R$ 257.599,06
MG	3113404	4267	Caratinga	R$ 655.345,74
MG	3113503	4269	Carbonita	R$ 79.642,94
MG	3113602	4271	Careaçu	R$ 64.524,64
MG	3113701	4273	Carlos Chagas	R$ 159.440,04
MG	3113800	4275	Carmésia	R$ 40.973,66
MG	3113909	4277	Carmo da Cachoeira	R$ 104.078,14
MG	3114006	4279	Carmo da Mata	R$ 100.115,86
MG	3114105	4281	Carmo de Minas	R$ 128.079,42
MG	3114204	4283	Carmo do Cajuru	R$ 180.227,70
MG	3114303	4285	Carmo do Paranaíba	R$ 242.349,44
MG	3114402	4287	Carmo do Rio Claro	R$ 173.073,91
MG	3114501	4289	Carmópolis de Minas	R$ 162.397,47
MG	3114550	2685	Carneirinho	R$ 83.194,14
MG	3114600	4291	Carrancas	R$ 49.052,36
MG	3114709	4293	Carvalhópolis	R$ 46.380,39
MG	3114808	4295	Carvalhos	R$ 51.513,08
MG	3114907	4297	Casa Grande	R$ 38.832,66
MG	3115003	4299	Cascalho Rico	R$ 43.502,89
MG	3115102	4301	Cássia	R$ 153.176,90
MG	3115201	4303	Conceição da Barra de Minas	R$ 48.521,39
MG	3115300	4305	Cataguases	R$ 541.337,62
MG	3115359	0584	Catas Altas	R$ 56.640,06
MG	3115409	4307	Catas Altas da Noruega	R$ 46.734,37
MG	3115458	2653	Catuji	R$ 61.978,28
MG	3115474	0586	Catuti	R$ 54.413,42
MG	3115508	4309	Caxambu	R$ 175.534,63
MG	3115607	4311	Cedro do Abaeté	R$ 32.592,36
MG	3115706	4313	Central de Minas	R$ 66.094,71
MG	3115805	4315	Centralina	R$ 93.687,16
MG	3115904	4317	Chácara	R$ 43.953,93
MG	3116001	4319	Chalé	R$ 58.512,72
MG	3116100	4321	Chapada do Norte	R$ 130.916,96
MG	3116159	0588	Chapada Gaúcha	R$ 121.348,13
MG	3116209	4323	Chiador	R$ 41.287,67
MG	3116308	4325	Cipotânea	R$ 64.695,92
MG	3116407	4327	Claraval	R$ 53.534,18
MG	3116506	4329	Claro dos Poções	R$ 69.057,85
MG	3116605	4331	Cláudio	R$ 223.926,17
MG	3116704	4333	Coimbra	R$ 69.086,39

MG	3116803	4335	Coluna	R$ 76.605,58
MG	3116902	4337	Comendador Gomes	R$ 43.708,43
MG	3117009	4339	Comercinho	R$ 65.506,64
MG	3117108	4341	Conceição da Aparecida	R$ 93.356,02
MG	3117207	4343	Conceição das Pedras	R$ 42.001,34
MG	3117306	4345	Conceição das Alagoas	R$ 219.792,62
MG	3117405	4347	Conceição de Ipanema	R$ 52.061,18
MG	3117504	4349	Conceição do Mato Dentro	R$ 153.759,25
MG	3117603	4351	Conceição do Pará	R$ 57.387,98
MG	3117702	4353	Conceição do Rio Verde	R$ 121.108,33
MG	3117801	4355	Conceição dos Ouros	R$ 101.040,77
MG	3117836	0590	Cônego Marinho	R$ 69.577,40
MG	3117876	0592	Confins	R$ 64.370,49
MG	3117900	4357	Congonhal	R$ 102.822,09
MG	3118007	4359	Congonhas	R$ 407.792,18
MG	3118106	4361	Congonhas do Norte	R$ 54.750,27
MG	3118205	4363	Conquista	R$ 65.563,74
MG	3118304	4365	Conselheiro Lafaiete	R$ 881.188,19
MG	3118403	4367	Conselheiro Pena	R$ 182.756,93
MG	3118502	4369	Consolação	R$ 36.126,44
MG	3118601	4371	Contagem	R$ 4.029.759,63
MG	3118700	4373	Coqueiral	R$ 78.238,45
MG	3118809	4375	Coração de Jesus	R$ 212.421,87
MG	3118908	4377	Cordisburgo	R$ 76.702,64
MG	3119005	4379	Cordislândia	R$ 46.146,31
MG	3119104	4381	Corinto	R$ 196.030,39
MG	3119203	4383	Coroaci	R$ 91.637,51
MG	3119302	4385	Coromandel	R$ 220.255,07
MG	3119401	4387	Coronel Fabriciano	R$ 765.580,73
MG	3119500	4389	Coronel Murta	R$ 78.598,13
MG	3119609	4391	Coronel Pacheco	R$ 43.565,69
MG	3119708	4393	Coronel Xavier Chaves	R$ 45.552,54
MG	3119807	4395	Córrego Danta	R$ 44.302,20
MG	3119906	4397	Córrego do Bom Jesus	R$ 47.094,06
MG	3119955	0594	Córrego Fundo	R$ 62.126,72
MG	3120003	4399	Córrego Novo	R$ 41.767,26
MG	3120102	4401	Couto de Magalhães de Minas	R$ 51.124,85
MG	3120151	0596	Crisólita	R$ 64.222,05
MG	3120201	4403	Cristais	R$ 107.663,60
MG	3120300	4405	Cristália	R$ 60.037,11
MG	3120409	4407	Cristiano Otoni	R$ 55.349,75
MG	3120508	4409	Cristina	R$ 93.070,55
MG	3120607	4411	Crucilândia	R$ 54.687,47
MG	3120706	4413	Cruzeiro da Fortaleza	R$ 46.648,73
MG	3120805	4415	Cruzília	R$ 131.265,23
MG	3120839	0598	Cuparaque	R$ 54.390,58
MG	3120870	0600	Curral de Dentro	R$ 70.074,11
MG	3120904	4417	Curvelo	R$ 569.918,52
MG	3121001	4419	Datas	R$ 56.834,17
MG	3121100	4421	Delfim Moreira	R$ 71.764,07
MG	3121209	4423	Delfinópolis	R$ 66.562,87
MG	3121258	0602	Delta	R$ 94.731,97
MG	3121308	4425	Descoberto	R$ 54.567,57
MG	3121407	4427	Desterro de Entre Rios	R$ 67.299,37
MG	3121506	4429	Desterro do Melo	R$ 42.509,47
MG	3121605	4431	Diamantina	R$ 358.955,31
MG	3121704	4433	Diogo de Vasconcelos	R$ 47.653,57
MG	3121803	4435	Dionísio	R$ 70.074,11

MG	3121902	4437	Divinésia	R$ 45.455,48
MG	3122009	4439	Divino	R$ 165.686,04
MG	3122108	4441	Divino das Laranjeiras	R$ 54.373,45
MG	3122207	4443	Divinolândia de Minas	R$ 69.172,03
MG	3122306	4445	Divinópolis	R$ 1.599.726,65
MG	3122355	0604	Divisa Alegre	R$ 64.690,21
MG	3122405	4447	Divisa Nova	R$ 60.265,48
MG	3122454	2657	Divisópolis	R$ 97.506,70
MG	3122470	0606	Dom Bosco	R$ 46.939,91
MG	3122504	4449	Dom Cavati	R$ 54.904,42
MG	3122603	4451	Dom Joaquim	R$ 49.897,34
MG	3122702	4453	Dom Silvério	R$ 55.846,46
MG	3122801	4455	Dom Viçoso	R$ 43.080,40
MG	3122900	4457	Dona Euzébia	R$ 63.468,41
MG	3123007	4459	Dores de Campos	R$ 83.913,52
MG	3123106	4461	Dores de Guanhães	R$ 55.458,23
MG	3123205	4463	Dores do Indaiá	R$ 120.223,39
MG	3123304	4465	Dores do Turvo	R$ 50.262,74
MG	3123403	4467	Doresópolis	R$ 34.664,85
MG	3123502	4469	Douradoquara	R$ 36.840,11
MG	3123528	2675	Durandé	R$ 70.713,55
MG	3123601	4471	Elói Mendes	R$ 220.837,42
MG	3123700	4473	Engenheiro Caldas	R$ 98.163,27
MG	3123809	4475	Engenheiro Navarro	R$ 67.293,66
MG	3123858	2663	Entre Folhas	R$ 56.605,80
MG	3123908	4477	Entre Rios de Minas	R$ 130.585,82
MG	3124005	4479	Ervália	R$ 159.771,18
MG	3124104	4481	Esmeraldas	R$ 506.591,38
MG	3124203	4483	Espera Feliz	R$ 202.995,77
MG	3124302	4485	Espinosa	R$ 249.703,06
MG	3124401	4487	Espírito Santo do Dourado	R$ 52.734,88
MG	3124500	4489	Estiva	R$ 99.419,33
MG	3124609	4491	Estrela Dalva	R$ 39.323,66
MG	3124708	4493	Estrela do Indaiá	R$ 45.929,36
MG	3124807	4495	Estrela do Sul	R$ 71.495,73
MG	3124906	4497	Eugenópolis	R$ 98.968,29
MG	3125002	4499	Ewbank da Câmara	R$ 48.287,31
MG	3125101	4501	Extrema	R$ 276.011,65
MG	3125200	4503	Fama	R$ 39.517,78
MG	3125309	4505	Faria Lemos	R$ 44.450,64
MG	3125408	4507	Felício dos Santos	R$ 53.083,15
MG	3125507	4509	São Gonçalo do Rio Preto	R$ 44.028,15
MG	3125606	4511	Felisburgo	R$ 68.521,17
MG	3125705	4513	Felixlândia	R$ 130.802,77
MG	3125804	4515	Fernandes Tourinho	R$ 45.535,41
MG	3125903	4517	Ferros	R$ 90.661,22
MG	3125952	2683	Fervedouro	R$ 97.432,48
MG	3126000	4519	Florestal	R$ 68.544,01
MG	3126109	4521	Formiga	R$ 490.211,31
MG	3126208	4523	Formoso	R$ 80.539,31
MG	3126307	4525	Fortaleza de Minas	R$ 51.136,26
MG	3126406	4527	Fortuna de Minas	R$ 42.772,10
MG	3126505	4529	Francisco Badaró	R$ 93.584,39
MG	3126604	4531	Francisco Dumont	R$ 55.720,86
MG	3126703	4533	Francisco Sá	R$ 210.566,34
MG	3126752	0608	Franciscópolis	R$ 56.725,70
MG	3126802	4535	Frei Gaspar	R$ 59.517,56
MG	3126901	4537	Frei Inocêncio	R$ 80.819,06

MG	3126950	0610	Frei Lagonegro	R$ 45.803,75
MG	3127008	4539	Fronteira	R$ 155.249,39
MG	3127057	4935	Fronteira dos Vales	R$ 52.101,14
MG	3127073	0612	Fruta de Leite	R$ 56.600,09
MG	3127107	4541	Frutal	R$ 434.820,14
MG	3127206	4543	Funilândia	R$ 50.776,58
MG	3127305	4545	Galiléia	R$ 64.867,20
MG	3127339	0614	Gameleiras	R$ 55.115,67
MG	3127354	0616	Glaucilândia	R$ 43.931,09
MG	3127370	0618	Goiabeira	R$ 45.090,09
MG	3127388	0620	Goianá	R$ 48.589,90
MG	3127404	4547	Gonçalves	R$ 50.782,29
MG	3127503	4549	Gonzaga	R$ 61.104,75
MG	3127602	4551	Gouveia	R$ 102.108,42
MG	3127701	4553	Governador Valadares	R$ 1.837.548,74
MG	3127800	4555	Grão Mogol	R$ 133.657,44
MG	3127909	4557	Grupiara	R$ 33.871,25
MG	3128006	4559	Guanhães	R$ 265.129,66
MG	3128105	4561	Guapé	R$ 124.573,90
MG	3128204	4563	Guaraciaba	R$ 93.538,72
MG	3128253	0622	Guaraciama	R$ 54.333,49
MG	3128303	4565	Guaranésia	R$ 160.490,55
MG	3128402	4567	Guarani	R$ 76.822,53
MG	3128501	4569	Guarará	R$ 47.619,32
MG	3128600	4571	Guarda-Mor	R$ 63.514,09
MG	3128709	4573	Guaxupé	R$ 391.549,14
MG	3128808	4575	Guidoval	R$ 66.357,33
MG	3128907	4577	Guimarânia	R$ 71.844,00
MG	3129004	4579	Guiricema	R$ 73.859,39
MG	3129103	4581	Gurinhatã	R$ 58.141,61
MG	3129202	4583	Heliodora	R$ 63.388,48
MG	3129301	4585	Iapu	R$ 97.421,06
MG	3129400	4587	Ibertioga	R$ 54.613,25
MG	3129509	4589	Ibiá	R$ 204.411,69
MG	3129608	4591	Ibiaí	R$ 73.876,52
MG	3129657	0624	Ibiracatu	R$ 56.777,08
MG	3129707	4593	Ibiraci	R$ 122.255,91
MG	3129806	4595	Ibirité	R$ 1.268.437,15
MG	3129905	4597	Ibitiúra de Minas	R$ 45.860,84
MG	3130002	4599	Ibituruna	R$ 43.011,89
MG	3130051	2693	Icaraí de Minas	R$ 103.050,46
MG	3130101	4601	Igarapé	R$ 323.598,17
MG	3130200	4603	Igaratinga	R$ 96.598,92
MG	3130309	4605	Iguatama	R$ 71.318,74
MG	3130408	4607	Ijaci	R$ 63.342,81
MG	3130507	4609	Ilicínea	R$ 105.248,55
MG	3130556	0626	Imbé de Minas	R$ 65.358,20
MG	3130606	4611	Inconfidentes	R$ 67.784,67
MG	3130655	0628	Indaiabira	R$ 67.915,98
MG	3130705	4613	Indianópolis	R$ 65.289,69
MG	3130804	4615	Ingaí	R$ 41.744,42
MG	3130903	4617	Inhapim	R$ 198.365,51
MG	3131000	4619	Inhaúma	R$ 61.749,91
MG	3131109	4621	Inimutaba	R$ 68.852,31
MG	3131158	2665	Ipaba	R$ 158.126,89
MG	3131208	4623	Ipanema	R$ 165.286,39
MG	3131307	4625	Ipatinga	R$ 1.743.487,55
MG	3131406	4627	Ipiaçu	R$ 50.045,78

MG	3131505	4629	Ipuiúna	R$ 83.491,03
MG	3131604	4631	Iraí de Minas	R$ 65.837,79
MG	3131703	4633	Itabira	R$ 832.493,33
MG	3131802	4635	Itabirinha	R$ 100.321,40
MG	3131901	4637	Itabirito	R$ 391.309,34
MG	3132008	4639	Itacambira	R$ 56.691,44
MG	3132107	4641	Itacarambi	R$ 155.534,85
MG	3132206	4643	Itaguara	R$ 110.860,82
MG	3132305	4645	Itaipé	R$ 107.446,64
MG	3132404	4647	Itajubá	R$ 682.790,48
MG	3132503	4649	Itamarandiba	R$ 267.504,75
MG	3132602	4651	Itamarati de Minas	R$ 50.810,83
MG	3132701	4653	Itambacuri	R$ 184.412,64
MG	3132800	4655	Itambé do Mato Dentro	R$ 37.827,82
MG	3132909	4657	Itamogi	R$ 92.785,09
MG	3133006	4659	Itamonte	R$ 132.190,14
MG	3133105	4661	Itanhandu	R$ 130.774,23
MG	3133204	4663	Itanhomi	R$ 104.409,28
MG	3133303	4665	Itaobim	R$ 172.143,29
MG	3133402	4667	Itapagipe	R$ 130.271,81
MG	3133501	4669	Itapecerica	R$ 176.139,82
MG	3133600	4671	Itapeva	R$ 81.801,07
MG	3133709	4673	Itatiaiuçu	R$ 98.231,79
MG	3133758	5731	Itaú de Minas	R$ 135.210,38
MG	3133808	4675	Itaúna	R$ 661.922,89
MG	3133907	4677	Itaverava	R$ 56.885,56
MG	3134004	4679	Itinga	R$ 128.827,35
MG	3134103	4681	Itueta	R$ 60.493,85
MG	3134202	4683	Ituiutaba	R$ 735.983,57
MG	3134301	4685	Itumirim	R$ 60.333,99
MG	3134400	4687	Iturama	R$ 302.005,49
MG	3134509	4689	Itutinga	R$ 47.573,64
MG	3134608	4691	Jaboticatubas	R$ 166.896,42
MG	3134707	4693	Jacinto	R$ 104.968,79
MG	3134806	4695	Jacuí	R$ 69.828,61
MG	3134905	4697	Jacutinga	R$ 208.864,96
MG	3135001	4699	Jaguaraçu	R$ 43.834,03
MG	3135050	2893	Jaíba	R$ 299.984,39
MG	3135076	2655	Jampruca	R$ 56.799,92
MG	3135100	4701	Janaúba	R$ 521.497,70
MG	3135209	4703	Januária	R$ 490.548,16
MG	3135308	4705	Japaraíba	R$ 50.782,29
MG	3135357	0630	Japonvar	R$ 71.444,35
MG	3135407	4707	Jeceaba	R$ 53.990,93
MG	3135456	0632	Jenipapo de Minas	R$ 69.862,86
MG	3135506	4709	Jequeri	R$ 105.311,35
MG	3135605	4711	Jequitaí	R$ 68.943,66
MG	3135704	4713	Jequitibá	R$ 55.698,02
MG	3135803	4715	Jequitinhonha	R$ 205.507,88
MG	3135902	4717	Jesuânia	R$ 53.277,26
MG	3136009	4719	Joaíma	R$ 131.350,87
MG	3136108	4721	Joanésia	R$ 52.055,47
MG	3136207	4723	João Monlevade	R$ 568.668,18
MG	3136306	4725	João Pinheiro	R$ 357.408,08
MG	3136405	4727	Joaquim Felício	R$ 52.752,00
MG	3136504	4729	Jordânia	R$ 96.324,87
MG	3136520	0634	José Gonçalves de Minas	R$ 51.644,39
MG	3136553	0636	José Raydan	R$ 54.464,80

MG	3136579	0638	Josenópolis	R$ 53.734,01
MG	3136603	4731	Nova União	R$ 58.632,61
MG	3136652	2691	Juatuba	R$ 214.385,88
MG	3136702	4733	Juiz de Fora	R$ 3.487.476,18
MG	3136801	4735	Juramento	R$ 50.673,81
MG	3136900	4737	Juruaia	R$ 94.903,25
MG	3136959	0640	Juvenília	R$ 58.626,90
MG	3137007	4739	Ladainha	R$ 155.295,06
MG	3137106	4741	Lagamar	R$ 69.411,82
MG	3137205	4743	Lagoa da Prata	R$ 392.965,05
MG	3137304	4745	Lagoa dos Patos	R$ 49.366,37
MG	3137403	4747	Lagoa Dourada	R$ 108.868,26
MG	3137502	4749	Lagoa Formosa	R$ 154.958,21
MG	3137536	2905	Lagoa Grande	R$ 80.368,03
MG	3137601	4751	Lagoa Santa	R$ 472.192,67
MG	3137700	4753	Lajinha	R$ 165.640,37
MG	3137809	4755	Lambari	R$ 170.727,38
MG	3137908	4757	Lamim	R$ 45.307,04
MG	3138005	4759	Laranjal	R$ 64.827,23
MG	3138104	4761	Lassance	R$ 63.125,85
MG	3138203	4763	Lavras	R$ 730.856,59
MG	3138302	4765	Leandro Ferreira	R$ 44.382,13
MG	3138351	0642	Leme do Prado	R$ 54.025,18
MG	3138401	4767	Leopoldina	R$ 395.374,39
MG	3138500	4769	Liberdade	R$ 54.887,29
MG	3138609	4771	Lima Duarte	R$ 138.578,88
MG	3138625	2687	Limeira do Oeste	R$ 68.972,21
MG	3138658	2695	Lontra	R$ 81.104,53
MG	3138674	0644	Luisburgo	R$ 61.721,36
MG	3138682	0646	Luislândia	R$ 64.193,50
MG	3138708	4773	Luminárias	R$ 57.039,71
MG	3138807	4775	Luz	R$ 155.888,83
MG	3138906	4777	Machacalis	R$ 66.545,74
MG	3139003	4779	Machado	R$ 318.391,26
MG	3139102	4781	Madre de Deus de Minas	R$ 55.052,86
MG	3139201	4783	Malacacheta	R$ 158.372,39
MG	3139250	2895	Mamonas	R$ 63.302,84
MG	3139300	4785	Manga	R$ 156.985,02
MG	3139409	4787	Manhuaçu	R$ 636.231,64
MG	3139508	4789	Manhumirim	R$ 181.535,14
MG	3139607	4791	Mantena	R$ 218.370,99
MG	3139706	4793	Maravilhas	R$ 71.484,31
MG	3139805	4795	Mar de Espanha	R$ 107.754,95
MG	3139904	4797	Maria da Fé	R$ 123.717,50
MG	3140001	4799	Mariana	R$ 441.831,19
MG	3140100	4801	Marilac	R$ 49.440,59
MG	3140159	0648	Mário Campos	R$ 131.259,52
MG	3140209	4803	Maripá de Minas	R$ 42.920,54
MG	3140308	4805	Marliéria	R$ 49.006,68
MG	3140407	4807	Marmelópolis	R$ 41.675,91
MG	3140506	4809	Martinho Campos	R$ 111.032,10
MG	3140530	0650	Martins Soares	R$ 74.002,13
MG	3140555	2659	Mata Verde	R$ 74.967,00
MG	3140605	4811	Materlândia	R$ 51.404,60
MG	3140704	4813	Mateus Leme	R$ 246.671,41
MG	3140803	4815	Matias Barbosa	R$ 125.847,08
MG	3140852	2897	Matias Cardoso	R$ 98.294,59
MG	3140902	4817	Matipó	R$ 159.845,40

MG	3141009	4819	Mato Verde	R$ 105.728,13
MG	3141108	4821	Matozinhos	R$ 293.766,93
MG	3141207	4823	Matutina	R$ 47.350,98
MG	3141306	4825	Medeiros	R$ 47.653,57
MG	3141405	4827	Medina	R$ 170.761,63
MG	3141504	4829	Mendes Pimentel	R$ 62.749,04
MG	3141603	4831	Mercês	R$ 95.908,09
MG	3141702	4833	Mesquita	R$ 57.947,49
MG	3141801	4835	Minas Novas	R$ 248.943,72
MG	3141900	4837	Minduri	R$ 48.178,83
MG	3142007	4839	Mirabela	R$ 120.828,58
MG	3142106	4841	Miradouro	R$ 95.993,73
MG	3142205	4843	Miraí	R$ 128.964,37
MG	3142254	0652	Miravânia	R$ 53.853,90
MG	3142304	4845	Moeda	R$ 54.030,89
MG	3142403	4847	Moema	R$ 68.863,73
MG	3142502	4849	Monjolos	R$ 38.621,42
MG	3142601	4851	Monsenhor Paulo	R$ 75.549,35
MG	3142700	4853	Montalvânia	R$ 128.182,19
MG	3142809	4855	Monte Alegre de Minas	R$ 172.474,43
MG	3142908	4857	Monte Azul	R$ 170.955,75
MG	3143005	4859	Monte Belo	R$ 109.764,63
MG	3143104	4861	Monte Carmelo	R$ 359.446,31
MG	3143153	0654	Monte Formoso	R$ 53.956,67
MG	3143203	4863	Monte Santo de Minas	R$ 174.781,00
MG	3143302	4865	Montes Claros	R$ 2.576.655,58
MG	3143401	4867	Monte Sião	R$ 196.441,46
MG	3143450	2697	Montezuma	R$ 73.042,96
MG	3143500	4869	Morada Nova de Minas	R$ 76.548,49
MG	3143609	4871	Morro da Garça	R$ 40.003,07
MG	3143708	4873	Morro do Pilar	R$ 44.113,79
MG	3143807	4875	Munhoz	R$ 60.368,25
MG	3143906	4877	Muriaé	R$ 759.346,14
MG	3144003	4879	Mutum	R$ 214.574,29
MG	3144102	4881	Muzambinho	R$ 169.328,59
MG	3144201	4883	Nacip Raydan	R$ 44.330,74
MG	3144300	4885	Nanuque	R$ 310.495,26
MG	3144359	0656	Naque	R$ 65.889,17
MG	3144375	0658	Natalândia	R$ 44.850,29
MG	3144409	4887	Natércia	R$ 52.951,83
MG	3144508	4889	Nazareno	R$ 75.092,61
MG	3144607	4891	Nepomuceno	R$ 213.375,33
MG	3144656	0660	Ninheira	R$ 93.373,15
MG	3144672	0662	Nova Belém	R$ 44.159,46
MG	3144706	4893	Nova Era	R$ 152.251,99
MG	3144805	4895	Nova Lima	R$ 671.486,01
MG	3144904	4897	Nova Módica	R$ 46.500,29
MG	3145000	4899	Nova Ponte	R$ 131.996,02
MG	3145059	0664	Nova Porteirinha	R$ 68.766,67
MG	3145109	4901	Nova Resende	R$ 138.721,61
MG	3145208	4903	Nova Serrana	R$ 724.690,51
MG	3145307	4905	Novo Cruzeiro	R$ 248.070,19
MG	3145356	0666	Novo Oriente de Minas	R$ 95.999,44
MG	3145372	0668	Novorizonte	R$ 56.200,44
MG	3145406	4907	Olaria	R$ 35.920,90
MG	3145455	0670	Olhos-d'Água	R$ 60.750,77
MG	3145505	4909	Olímpio Noronha	R$ 41.858,61
MG	3145604	4911	Oliveira	R$ 315.844,90

MG	3145703	4913	Oliveira Fortes	R$ 38.124,70
MG	3145802	4915	Onça de Pitangui	R$ 43.919,67
MG	3145851	0672	Oratórios	R$ 52.523,63
MG	3145877	0674	Orizânia	R$ 71.724,10
MG	3145901	4917	Ouro Branco	R$ 303.358,60
MG	3146008	4919	Ouro Fino	R$ 261.247,32
MG	3146107	4921	Ouro Preto	R$ 536.530,36
MG	3146206	4923	Ouro Verde de Minas	R$ 59.825,86
MG	3146255	0676	Padre Carvalho	R$ 62.360,80
MG	3146305	4925	Padre Paraíso	R$ 166.959,22
MG	3146404	4927	Paineiras	R$ 51.558,75
MG	3146503	4929	Pains	R$ 73.237,08
MG	3146552	0678	Pai Pedro	R$ 60.710,81
MG	3146602	4931	Paiva	R$ 34.676,27
MG	3146701	4933	Palma	R$ 63.719,62
MG	3146750	2661	Palmópolis	R$ 57.387,98
MG	3146909	4937	Papagaios	R$ 132.732,53
MG	3147006	4939	Paracatu	R$ 661.603,16
MG	3147105	4941	Pará de Minas	R$ 666.233,43
MG	3147204	4943	Paraguaçu	R$ 174.718,20
MG	3147303	4945	Paraisópolis	R$ 172.263,19
MG	3147402	4947	Paraopeba	R$ 200.649,24
MG	3147501	4949	Passabém	R$ 35.361,39
MG	3147600	4951	Passa Quatro	R$ 136.557,78
MG	3147709	4953	Passa Tempo	R$ 72.100,92
MG	3147808	4955	Passa Vinte	R$ 37.588,03
MG	3147907	4957	Passos	R$ 793.122,53
MG	3147956	0680	Patis	R$ 60.042,82
MG	3148004	4959	Patos de Minas	R$ 1.101.548,50
MG	3148103	4961	Patrocínio	R$ 639.246,16
MG	3148202	4963	Patrocínio do Muriaé	R$ 58.398,53
MG	3148301	4965	Paula Cândido	R$ 80.590,69
MG	3148400	4967	Paulistas	R$ 53.522,76
MG	3148509	4969	Pavão	R$ 74.190,53
MG	3148608	4971	Peçanha	R$ 152.040,75
MG	3148707	4973	Pedra Azul	R$ 199.416,02
MG	3148756	0682	Pedra Bonita	R$ 66.465,81
MG	3148806	4975	Pedra do Anta	R$ 43.371,58
MG	3148905	4977	Pedra do Indaiá	R$ 48.624,16
MG	3149002	4979	Pedra Dourada	R$ 40.242,87
MG	3149101	4981	Pedralva	R$ 98.511,54
MG	3149150	2899	Pedras de Maria da Cruz	R$ 103.718,45
MG	3149200	4983	Pedrinópolis	R$ 46.700,12
MG	3149309	4985	Pedro Leopoldo	R$ 470.656,86
MG	3149408	4987	Pedro Teixeira	R$ 36.263,46
MG	3149507	4989	Pequeri	R$ 44.901,68
MG	3149606	4991	Pequi	R$ 51.102,01
MG	3149705	4993	Perdigão	R$ 100.287,14
MG	3149804	4995	Perdizes	R$ 135.552,94
MG	3149903	4997	Perdões	R$ 174.015,95
MG	3149952	0684	Periquito	R$ 64.827,23
MG	3150000	4999	Pescador	R$ 50.222,77
MG	3150109	5001	Piau	R$ 41.635,94
MG	3150158	0686	Piedade de Caratinga	R$ 74.852,82
MG	3150208	5003	Piedade de Ponte Nova	R$ 49.583,33
MG	3150307	5005	Piedade do Rio Grande	R$ 51.621,56
MG	3150406	5007	Piedade dos Gerais	R$ 54.390,58
MG	3150505	5009	Pimenta	R$ 75.389,49

MG	3150539	0688	Pingo d'Água	R$ 54.156,50
MG	3150570	0690	Pintópolis	R$ 68.806,64
MG	3150604	5011	Piracema	R$ 62.537,79
MG	3150703	5013	Pirajuba	R$ 61.338,83
MG	3150802	5015	Piranga	R$ 152.526,04
MG	3150901	5017	Piranguçu	R$ 57.188,15
MG	3151008	5019	Piranguinho	R$ 75.024,10
MG	3151107	5021	Pirapetinga	R$ 95.982,31
MG	3151206	5023	Pirapora	R$ 417.303,92
MG	3151305	5025	Piraúba	R$ 96.182,14
MG	3151404	5027	Pitangui	R$ 220.340,71
MG	3151503	5029	Piumhi	R$ 267.253,54
MG	3151602	5031	Planura	R$ 103.866,89
MG	3151701	5033	Poço Fundo	R$ 139.109,85
MG	3151800	5035	Poços de Caldas	R$ 1.195.317,78
MG	3151909	5037	Pocrane	R$ 74.087,77
MG	3152006	5039	Pompéu	R$ 250.816,38
MG	3152105	5041	Ponte Nova	R$ 436.224,63
MG	3152131	0692	Ponto Chique	R$ 50.274,16
MG	3152170	0694	Ponto dos Volantes	R$ 103.798,38
MG	3152204	5043	Porteirinha	R$ 294.257,93
MG	3152303	5045	Porto Firme	R$ 98.991,13
MG	3152402	5047	Poté	R$ 137.762,45
MG	3152501	5049	Pouso Alegre	R$ 1.091.551,47
MG	3152600	5051	Pouso Alto	R$ 59.860,12
MG	3152709	5053	Prados	R$ 77.507,65
MG	3152808	5055	Prata	R$ 219.581,37
MG	3152907	5057	Pratápolis	R$ 75.064,06
MG	3153004	5059	Pratinha	R$ 46.517,42
MG	3153103	5061	Presidente Bernardes	R$ 56.600,09
MG	3153202	5063	Presidente Juscelino	R$ 46.734,37
MG	3153301	5065	Presidente Kubitschek	R$ 43.086,11
MG	3153400	5067	Presidente Olegário	R$ 163.642,10
MG	3153509	5069	Alto Jequitibá	R$ 73.431,19
MG	3153608	5071	Prudente de Morais	R$ 95.873,83
MG	3153707	5073	Quartel Geral	R$ 46.289,04
MG	3153806	5075	Queluzito	R$ 37.017,09
MG	3153905	5077	Raposos	R$ 136.614,87
MG	3154002	5079	Raul Soares	R$ 196.207,38
MG	3154101	5081	Recreio	R$ 94.640,62
MG	3154150	0696	Reduto	R$ 66.791,24
MG	3154200	5083	Resende Costa	R$ 100.252,89
MG	3154309	5085	Resplendor	R$ 151.218,60
MG	3154408	5087	Ressaquinha	R$ 53.397,16
MG	3154457	2901	Riachinho	R$ 72.397,80
MG	3154507	5089	Riacho dos Machados	R$ 80.076,85
MG	3154606	5091	Ribeirão das Neves	R$ 2.151.407,66
MG	3154705	5093	Ribeirão Vermelho	R$ 48.972,43
MG	3154804	5095	Rio Acima	R$ 93.470,20
MG	3154903	5097	Rio Casca	R$ 120.685,84
MG	3155009	5099	Rio Doce	R$ 40.848,05
MG	3155108	5101	Rio do Prado	R$ 55.349,75
MG	3155207	5103	Rio Espera	R$ 57.199,57
MG	3155306	5105	Rio Manso	R$ 59.243,51
MG	3155405	5107	Rio Novo	R$ 77.039,49
MG	3155504	5109	Rio Paranaíba	R$ 104.894,57
MG	3155603	5111	Rio Pardo de Minas	R$ 245.689,40
MG	3155702	5113	Rio Piracicaba	R$ 125.110,57

MG	3155801	5115	Rio Pomba	R$ 154.147,49
MG	3155900	5117	Rio Preto	R$ 57.210,99
MG	3156007	5119	Rio Vermelho	R$ 107.937,64
MG	3156106	5121	Ritápolis	R$ 52.232,46
MG	3156205	5123	Rochedo de Minas	R$ 39.106,71
MG	3156304	5125	Rodeiro	R$ 72.243,65
MG	3156403	5127	Romaria	R$ 46.117,76
MG	3156452	0698	Rosário da Limeira	R$ 52.175,36
MG	3156502	5129	Rubelita	R$ 60.174,13
MG	3156601	5131	Rubim	R$ 93.064,84
MG	3156700	5133	Sabará	R$ 934.112,93
MG	3156809	5135	Sabinópolis	R$ 131.567,82
MG	3156908	5137	Sacramento	R$ 210.041,08
MG	3157005	5139	Salinas	R$ 314.931,41
MG	3157104	5141	Salto da Divisa	R$ 65.963,39
MG	3157203	5143	Santa Bárbara	R$ 248.030,23
MG	3157252	2667	Santa Bárbara do Leste	R$ 72.460,61
MG	3157278	0700	Santa Bárbara do Monte Verde	R$ 43.931,09
MG	3157302	5145	Santa Bárbara do Tugúrio	R$ 51.239,03
MG	3157336	0702	Santa Cruz de Minas	R$ 75.069,77
MG	3157377	0704	Santa Cruz de Salinas	R$ 49.594,75
MG	3157401	5147	Santa Cruz do Escalvado	R$ 53.111,69
MG	3157500	5149	Santa Efigênia de Minas	R$ 51.119,14
MG	3157609	5151	Santa Fé de Minas	R$ 47.904,78
MG	3157658	0706	Santa Helena de Minas	R$ 62.292,29
MG	3157708	5153	Santa Juliana	R$ 123.192,24
MG	3157807	5155	Santa Luzia	R$ 1.490.701,32
MG	3157906	5157	Santa Margarida	R$ 135.781,31
MG	3158003	5159	Santa Maria de Itabira	R$ 96.524,70
MG	3158102	5161	Santa Maria do Salto	R$ 55.817,91
MG	3158201	5163	Santa Maria do Suaçuí	R$ 126.686,35
MG	3158300	5165	Santana da Vargem	R$ 66.482,94
MG	3158409	5167	Santana de Cataguases	R$ 48.053,23
MG	3158508	5169	Santana de Pirapama	R$ 69.577,40
MG	3158607	5171	Santana do Deserto	R$ 48.647,00
MG	3158706	5173	Santana do Garambéu	R$ 39.980,24
MG	3158805	5175	Santana do Jacaré	R$ 53.471,38
MG	3158904	5177	Santana do Manhuaçu	R$ 75.469,42
MG	3158953	2673	Santana do Paraíso	R$ 267.093,67
MG	3159001	5179	Santana do Riacho	R$ 50.468,27
MG	3159100	5181	Santana dos Montes	R$ 47.510,84
MG	3159209	5183	Santa Rita de Caldas	R$ 77.039,49
MG	3159308	5185	Santa Rita de Jacutinga	R$ 53.831,07
MG	3159357	2669	Santa Rita de Minas	R$ 67.122,38
MG	3159407	5187	Santa Rita de Ibitipoca	R$ 45.501,16
MG	3159506	5189	Santa Rita do Itueto	R$ 57.285,21
MG	3159605	5191	Santa Rita do Sapucaí	R$ 324.825,67
MG	3159704	5193	Santa Rosa da Serra	R$ 45.072,96
MG	3159803	5195	Santa Vitória	R$ 164.606,98
MG	3159902	5197	Santo Antônio do Amparo	R$ 157.658,72
MG	3160009	5199	Santo Antônio do Aventureiro	R$ 46.511,71
MG	3160108	5201	Santo Antônio do Grama	R$ 48.275,89
MG	3160207	5203	Santo Antônio do Itambé	R$ 47.859,11
MG	3160306	5205	Santo Antônio do Jacinto	R$ 101.052,19
MG	3160405	5207	Santo Antônio do Monte	R$ 221.790,88
MG	3160454	0708	Santo Antônio do Retiro	R$ 67.493,49
MG	3160504	5209	Santo Antônio do Rio Abaixo	R$ 36.023,67
MG	3160603	5211	Santo Hipólito	R$ 43.571,40

MG	3160702	5213	Santos Dumont	R$ 351.898,58
MG	3160801	5215	São Bento Abade	R$ 56.126,22
MG	3160900	5217	São Brás do Suaçuí	R$ 47.288,18
MG	3160959	0710	São Domingos das Dores	R$ 58.170,16
MG	3161007	5219	São Domingos do Prata	R$ 151.001,65
MG	3161056	0712	São Félix de Minas	R$ 45.181,43
MG	3161106	5221	São Francisco	R$ 416.704,44
MG	3161205	5223	São Francisco de Paula	R$ 63.211,49
MG	3161304	5225	São Francisco de Sales	R$ 61.561,50
MG	3161403	5227	São Francisco do Glória	R$ 53.602,69
MG	3161502	5229	São Geraldo	R$ 105.197,17
MG	3161601	5231	São Geraldo da Piedade	R$ 48.567,07
MG	3161650	0714	São Geraldo do Baixio	R$ 48.852,53
MG	3161700	5233	São Gonçalo do Abaeté	R$ 73.842,26
MG	3161809	5235	São Gonçalo do Pará	R$ 105.454,09
MG	3161908	5237	São Gonçalo do Rio Abaixo	R$ 96.941,48
MG	3162005	5239	São Gonçalo do Sapucaí	R$ 205.839,02
MG	3162104	5241	São Gotardo	R$ 271.695,39
MG	3162203	5243	São João Batista do Glória	R$ 68.498,33
MG	3162252	0716	São João da Lagoa	R$ 54.008,06
MG	3162302	5245	São João da Mata	R$ 41.641,65
MG	3162401	5247	São João da Ponte	R$ 204.217,57
MG	3162450	0718	São João das Missões	R$ 108.896,81
MG	3162500	5249	São João del Rei	R$ 635.392,37
MG	3162559	2677	São João do Manhuaçu	R$ 100.589,74
MG	3162575	2679	São João do Manteninha	R$ 59.397,66
MG	3162609	5251	São João do Oriente	R$ 68.755,25
MG	3162658	0720	São João do Pacuí	R$ 51.176,23
MG	3162708	5253	São João do Paraíso	R$ 186.736,34
MG	3162807	5255	São João Evangelista	R$ 133.303,46
MG	3162906	5257	São João Nepomuceno	R$ 211.045,93
MG	3162922	0722	São Joaquim de Bicas	R$ 249.480,40
MG	3162948	0724	São José da Barra	R$ 68.344,18
MG	3162955	2649	São José da Lapa	R$ 187.581,32
MG	3163003	5259	São José da Safira	R$ 50.314,12
MG	3163102	5261	São José da Varginha	R$ 54.516,19
MG	3163201	5263	São José do Alegre	R$ 49.903,05
MG	3163300	5265	São José do Divino	R$ 47.984,71
MG	3163409	5267	São José do Goiabal	R$ 56.891,27
MG	3163508	5269	São José do Jacuri	R$ 62.789,00
MG	3163607	5271	São José do Mantimento	R$ 41.881,44
MG	3163706	5273	São Lourenço	R$ 348.267,45
MG	3163805	5275	São Miguel do Anta	R$ 65.558,03
MG	3163904	5277	São Pedro da União	R$ 52.546,47
MG	3164001	5279	São Pedro dos Ferros	R$ 70.370,99
MG	3164100	5281	São Pedro do Suaçuí	R$ 55.897,84
MG	3164209	5283	São Romão	R$ 105.031,60
MG	3164308	5285	São Roque de Minas	R$ 66.203,18
MG	3164407	5287	São Sebastião da Bela Vista	R$ 57.370,85
MG	3164431	0726	São Sebastião da Vargem Alegre	R$ 43.114,66
MG	3164472	0728	São Sebastião do Anta	R$ 63.371,36
MG	3164506	5289	São Sebastião do Maranhão	R$ 91.940,10
MG	3164605	5291	São Sebastião do Oeste	R$ 64.627,41
MG	3164704	5293	São Sebastião do Paraíso	R$ 508.897,94
MG	3164803	5295	São Sebastião do Rio Preto	R$ 34.544,96
MG	3164902	5297	São Sebastião do Rio Verde	R$ 38.741,31
MG	3165008	5299	São Tiago	R$ 97.061,37
MG	3165107	5301	São Tomás de Aquino	R$ 66.031,90

MG	3165206	5303	São Tomé das Letras	R$ 66.420,14
MG	3165305	5305	São Vicente de Minas	R$ 70.211,13
MG	3165404	5307	Sapucaí-Mirim	R$ 65.512,35
MG	3165503	5309	Sardoá	R$ 61.915,48
MG	3165537	0730	Sarzedo	R$ 256.183,15
MG	3165552	0732	Setubinha	R$ 104.580,56
MG	3165560	0734	Sem-Peixe	R$ 40.979,37
MG	3165578	2689	Senador Amaral	R$ 56.525,87
MG	3165602	5311	Senador Cortes	R$ 37.393,91
MG	3165701	5313	Senador Firmino	R$ 70.547,98
MG	3165800	5315	Senador José Bento	R$ 34.522,12
MG	3165909	5317	Senador Modestino Gonçalves	R$ 49.674,68
MG	3166006	5319	Senhora de Oliveira	R$ 58.980,88
MG	3166105	5321	Senhora do Porto	R$ 46.060,67
MG	3166204	5323	Senhora dos Remédios	R$ 94.309,48
MG	3166303	5325	Sericita	R$ 67.773,25
MG	3166402	5327	Seritinga	R$ 36.514,67
MG	3166501	5329	Serra Azul de Minas	R$ 50.456,85
MG	3166600	5331	Serra da Saudade	R$ 30.405,69
MG	3166709	5333	Serra dos Aimorés	R$ 75.612,16
MG	3166808	5335	Serra do Salitre	R$ 100.721,05
MG	3166907	5337	Serrania	R$ 69.731,55
MG	3166956	0736	Serranópolis de Minas	R$ 53.243,01
MG	3167004	5339	Serranos	R$ 37.154,12
MG	3167103	5341	Serro	R$ 171.595,20
MG	3167202	5343	Sete Lagoas	R$ 1.607.771,10
MG	3167301	5345	Silveirânia	R$ 38.855,50
MG	3167400	5347	Silvianópolis	R$ 61.561,50
MG	3167509	5349	Simão Pereira	R$ 40.876,60
MG	3167608	5351	Simonésia	R$ 163.984,66
MG	3167707	5353	Sobrália	R$ 57.650,61
MG	3167806	5355	Soledade de Minas	R$ 61.064,79
MG	3167905	5357	Tabuleiro	R$ 47.356,69
MG	3168002	5359	Taiobeiras	R$ 264.062,02
MG	3168051	0738	Taparuba	R$ 43.702,72
MG	3168101	5361	Tapira	R$ 53.197,33
MG	3168200	5363	Tapiraí	R$ 36.651,70
MG	3168309	5365	Taquaraçu de Minas	R$ 49.223,64
MG	3168408	5367	Tarumirim	R$ 125.036,35
MG	3168507	5369	Teixeiras	R$ 101.172,09
MG	3168606	5371	Teófilo Otoni	R$ 958.366,16
MG	3168705	5373	Timóteo	R$ 634.022,13
MG	3168804	5375	Tiradentes	R$ 71.512,86
MG	3168903	5377	Tiros	R$ 62.943,16
MG	3169000	5379	Tocantins	R$ 138.356,22
MG	3169059	0740	Tocos do Moji	R$ 49.360,66
MG	3169109	5381	Toledo	R$ 61.675,68
MG	3169208	5383	Tombos	R$ 71.746,94
MG	3169307	5385	Três Corações	R$ 566.224,58
MG	3169356	4115	Três Marias	R$ 253.922,25
MG	3169406	5387	Três Pontas	R$ 419.119,48
MG	3169505	5389	Tumiritinga	R$ 64.381,91
MG	3169604	5391	Tupaciguara	R$ 205.142,48
MG	3169703	5393	Turmalina	R$ 165.874,45
MG	3169802	5395	Turvolândia	R$ 54.721,72
MG	3169901	5397	Ubá	R$ 806.755,67
MG	3170008	5399	Ubaí	R$ 106.150,62
MG	3170057	2671	Ubaporanga	R$ 105.796,65

MG	3170107	5401	Uberaba	R$ 2.145.270,13
MG	3170206	5403	Uberlândia	R$ 4.186.480,70
MG	3170305	5405	Umburatiba	R$ 40.853,76
MG	3170404	5407	Unaí	R$ 602.826,36
MG	3170438	0742	União de Minas	R$ 50.519,66
MG	3170479	0744	Uruana de Minas	R$ 44.581,96
MG	3170503	5409	Urucânia	R$ 93.732,83
MG	3170529	2699	Urucuia	R$ 139.532,34
MG	3170578	0746	Vargem Alegre	R$ 62.943,16
MG	3170602	5411	Vargem Bonita	R$ 38.238,89
MG	3170651	0748	Vargem Grande do Rio Pardo	R$ 54.533,31
MG	3170701	5413	Varginha	R$ 929.625,40
MG	3170750	0750	Varjão de Minas	R$ 66.117,54
MG	3170800	5415	Várzea da Palma	R$ 303.318,63
MG	3170909	5417	Varzelândia	R$ 162.197,64
MG	3171006	5419	Vazante	R$ 169.448,49
MG	3171030	0752	Verdelândia	R$ 79.357,48
MG	3171071	0754	Veredinha	R$ 58.604,07
MG	3171105	5423	Veríssimo	R$ 48.778,31
MG	3171154	0756	Vermelho Novo	R$ 53.574,15
MG	3171204	5425	Vespasiano	R$ 875.547,37
MG	3171303	5427	Viçosa	R$ 562.593,45
MG	3171402	5429	Vieiras	R$ 46.545,96
MG	3171501	5431	Mathias Lobato	R$ 44.233,69
MG	3171600	5433	Virgem da Lapa	R$ 121.759,20
MG	3171709	5435	Virgínia	R$ 75.469,42
MG	3171808	5437	Virginópolis	R$ 94.600,65
MG	3171907	5439	Virgolândia	R$ 56.662,89
MG	3172004	5441	Visconde do Rio Branco	R$ 320.851,98
MG	3172103	5443	Volta Grande	R$ 55.932,10
MG	3172202	5421	Wenceslau Braz	R$ 40.516,91
MS	5000203	9003	Água Clara	R$ 131.451,00
MS	5000252	0141	Alcinópolis	R$ 56.203,42
MS	5000609	9011	Amambai	R$ 302.020,15
MS	5000708	9013	Anastácio	R$ 203.467,10
MS	5000807	9015	Anaurilândia	R$ 77.282,26
MS	5000856	9169	Angélica	R$ 95.811,20
MS	5000906	9017	Antônio João	R$ 76.831,23
MS	5001003	9019	Aparecida do Taboado	R$ 206.949,79
MS	5001102	9021	Aquidauana	R$ 358.972,87
MS	5001243	9171	Aral Moreira	R$ 103.627,27
MS	5001508	9029	Bandeirantes	R$ 64.453,40
MS	5001904	9037	Bataguassu	R$ 182.848,54
MS	5002001	9039	Batayporã	R$ 98.945,62
MS	5002100	9041	Bela Vista	R$ 200.578,18
MS	5002159	9801	Bodoquena	R$ 70.659,44
MS	5002209	9043	Bonito	R$ 176.865,17
MS	5002308	9045	Brasilândia	R$ 102.045,79
MS	5002407	9055	Caarapó	R$ 232.236,40
MS	5002605	9049	Camapuã	R$ 121.111,41
MS	5002704	9051	Campo Grande	R$ 5.579.971,74
MS	5002803	9053	Caracol	R$ 60.616,73
MS	5002902	9057	Cassilândia	R$ 176.653,92
MS	5002951	9787	Chapadão do Sul	R$ 203.940,97
MS	5003108	9061	Corguinho	R$ 59.651,86
MS	5003157	9997	Coronel Sapucaia	R$ 129.915,19
MS	5003207	9063	Corumbá	R$ 773.277,60
MS	5003256	9803	Costa Rica	R$ 170.282,31

MS	5003306	9065	Coxim	R$ 260.037,29
MS	5003454	9175	Deodápolis	R$ 108.052,00
MS	5003488	9793	Dois Irmãos do Buriti	R$ 99.265,35
MS	5003504	9805	Douradina	R$ 59.520,54
MS	5003702	9073	Dourados	R$ 1.494.173,75
MS	5003751	9173	Eldorado	R$ 104.791,98
MS	5003801	9075	Fátima do Sul	R$ 160.953,27
MS	5003900	1178	Figueirão	R$ 43.117,64
MS	5004007	9079	Glória de Dourados	R$ 82.591,94
MS	5004106	9081	Guia Lopes da Laguna	R$ 82.192,29
MS	5004304	9085	Iguatemi	R$ 134.625,39
MS	5004403	9087	Inocência	R$ 69.146,47
MS	5004502	9089	Itaporã	R$ 201.777,14
MS	5004601	9807	Itaquiraí	R$ 172.103,59
MS	5004700	9093	Ivinhema	R$ 183.779,16
MS	5004809	0161	Japorã	R$ 77.710,46
MS	5004908	9097	Jaraguari	R$ 66.731,43
MS	5005004	9099	Jardim	R$ 208.959,47
MS	5005103	9101	Jateí	R$ 48.689,95
MS	5005152	9923	Juti	R$ 64.019,49
MS	5005202	9103	Ladário	R$ 184.601,31
MS	5005251	0163	Laguna Carapã	R$ 67.610,66
MS	5005400	9107	Maracaju	R$ 354.473,92
MS	5005608	9111	Miranda	R$ 219.898,54
MS	5005681	9179	Mundo Novo	R$ 156.254,49
MS	5005707	9113	Naviraí	R$ 407.544,30
MS	5005806	9115	Nioaque	R$ 122.361,75
MS	5006002	0143	Nova Alvorada do Sul	R$ 176.328,49
MS	5006200	9123	Nova Andradina	R$ 404.666,80
MS	5006259	0159	Novo Horizonte do Sul	R$ 47.473,86
MS	5006275	1196	Paraíso das Águas	R$ 57.413,80
MS	5006309	9125	Paranaíba	R$ 317.732,22
MS	5006358	9739	Paranhos	R$ 124.063,13
MS	5006408	9127	Pedro Gomes	R$ 69.511,87
MS	5006606	9131	Ponta Porã	R$ 656.753,74
MS	5006903	9137	Porto Murtinho	R$ 149.203,47
MS	5007109	9141	Ribas do Rio Pardo	R$ 200.498,25
MS	5007208	9143	Rio Brilhante	R$ 291.275,20
MS	5007307	9145	Rio Negro	R$ 53.280,25
MS	5007406	9147	Rio Verde de Mato Grosso	R$ 164.133,36
MS	5007505	9149	Rochedo	R$ 57.094,08
MS	5007554	9745	Santa Rita do Pardo	R$ 70.522,42
MS	5007695	9809	São Gabriel do Oeste	R$ 212.807,56
MS	5007703	9813	Sete Quedas	R$ 95.874,01
MS	5007802	9811	Selvíria	R$ 62.974,69
MS	5007901	9157	Sidrolândia	R$ 423.456,20
MS	5007935	9757	Sonora	R$ 161.438,56
MS	5007950	9815	Tacuru	R$ 100.218,81
MS	5007976	9817	Taquarussu	R$ 46.183,55
MS	5008008	9159	Terenos	R$ 175.894,58
MS	5008305	9165	Três Lagoas	R$ 838.668,70
MS	5008404	9187	Vicentina	R$ 60.536,80
MT	5100102	9001	Acorizal	R$ 51.232,90
MT	5100201	9191	Água Boa	R$ 194.468,84
MT	5100250	8987	Alta Floresta	R$ 370.470,63
MT	5100300	9005	Alto Araguaia	R$ 149.544,91
MT	5100359	0127	Alto Boa Vista	R$ 59.357,27
MT	5100409	9007	Alto Garças	R$ 95.894,20

MT	5100508	9009	Alto Paraguai	R$ 92.046,11
MT	5100607	9911	Alto Taquari	R$ 89.140,06
MT	5100805	9773	Apiacás	R$ 78.260,86
MT	5101001	9869	Araguaiana	R$ 38.107,15
MT	5101209	9023	Araguainha	R$ 25.746,45
MT	5101258	8989	Araputanga	R$ 130.056,04
MT	5101308	9025	Arenápolis	R$ 75.257,75
MT	5101407	9027	Aripuanã	R$ 168.442,79
MT	5101605	9031	Barão de Melgaço	R$ 69.302,92
MT	5101704	9033	Barra do Bugres	R$ 254.054,33
MT	5101803	9035	Barra do Garças	R$ 423.167,73
MT	5101852	1078	Bom Jesus do Araguaia	R$ 57.975,61
MT	5101902	9873	Brasnorte	R$ 153.261,69
MT	5102504	9047	Cáceres	R$ 640.864,75
MT	5102603	9863	Campinápolis	R$ 125.248,79
MT	5102637	9777	Campo Novo do Parecis	R$ 256.303,81
MT	5102678	9779	Campo Verde	R$ 312.669,23
MT	5102686	1032	Campos de Júlio	R$ 59.751,21
MT	5102694	0129	Canabrava do Norte	R$ 47.487,58
MT	5102702	9193	Canarana	R$ 164.018,06
MT	5102793	1034	Carlinda	R$ 86.045,60
MT	5102850	9783	Castanheira	R$ 70.244,96
MT	5103007	9059	Chapada dos Guimarães	R$ 153.587,12
MT	5103056	9789	Cláudia	R$ 96.573,61
MT	5103106	9865	Cocalinho	R$ 52.951,40
MT	5103205	8979	Colíder	R$ 245.330,48
MT	5103254	1080	Colniza	R$ 281.502,01
MT	5103304	9883	Comodoro	R$ 159.359,25
MT	5103353	0131	Confresa	R$ 231.028,61
MT	5103361	1082	Conquista D'Oeste	R$ 43.462,50
MT	5103379	0089	Cotriguaçu	R$ 153.575,70
MT	5103403	9067	Cuiabá	R$ 3.910.135,29
MT	5103437	1084	Curvelândia	R$ 50.205,22
MT	5103452	9833	Denise	R$ 74.429,90
MT	5103502	9069	Diamantino	R$ 166.655,77
MT	5103601	9071	Dom Aquino	R$ 67.099,12
MT	5103700	1036	Feliz Natal	R$ 115.040,51
MT	5103809	9881	Figueirópolis D'Oeste	R$ 40.356,62
MT	5103858	1038	Gaúcha do Norte	R$ 64.073,18
MT	5103908	9077	General Carneiro	R$ 52.037,91
MT	5103957	0135	Glória D'Oeste	R$ 37.684,66
MT	5104104	9887	Guarantã do Norte	R$ 258.907,26
MT	5104203	9083	Guiratinga	R$ 120.458,66
MT	5104500	9877	Indiavaí	R$ 36.120,30
MT	5104526	1184	Ipiranga do Norte	R$ 64.181,65
MT	5104542	1186	Itanhangá	R$ 58.871,98
MT	5104559	9901	Itaúba	R$ 42.115,10
MT	5104609	9091	Itiquira	R$ 103.401,96
MT	5104807	9095	Jaciara	R$ 206.201,52
MT	5104906	9861	Jangada	R$ 68.417,97
MT	5105002	8991	Jauru	R$ 70.610,36
MT	5105101	9819	Juara	R$ 254.100,01
MT	5105150	9831	Juína	R$ 295.290,04
MT	5105176	9921	Juruena	R$ 124.592,22
MT	5105200	9189	Juscimeira	R$ 91.275,35
MT	5105234	0137	Lambari D'Oeste	R$ 55.355,03
MT	5105259	9925	Lucas do Rio Verde	R$ 455.788,06
MT	5105309	9105	Luciara	R$ 32.266,51

MT	5105507	9109	Vila Bela da Santíssima Trindade	R$ 126.093,77
MT	5105580	9899	Marcelândia	R$ 87.153,21
MT	5105606	9929	Matupá	R$ 128.594,45
MT	5105622	9177	Mirassol d'Oeste	R$ 205.990,27
MT	5105903	9117	Nobres	R$ 121.571,98
MT	5106000	9119	Nortelândia	R$ 54.601,40
MT	5106109	9121	Nossa Senhora do Livramento	R$ 102.665,46
MT	5106158	0117	Nova Bandeirantes	R$ 121.297,93
MT	5106174	1086	Nova Nazaré	R$ 42.383,44
MT	5106182	1040	Nova Lacerda	R$ 58.318,17
MT	5106190	1088	Nova Santa Helena	R$ 41.635,51
MT	5106208	8981	Nova Brasilândia	R$ 42.269,25
MT	5106216	9889	Nova Canaã do Norte	R$ 100.216,16
MT	5106224	9937	Nova Mutum	R$ 327.105,35
MT	5106232	9893	Nova Olímpia	R$ 156.721,54
MT	5106240	1042	Nova Ubiratã	R$ 95.620,15
MT	5106257	9195	Nova Xavantina	R$ 162.847,65
MT	5106265	1044	Novo Mundo	R$ 72.808,45
MT	5106273	9903	Novo Horizonte do Norte	R$ 43.268,38
MT	5106281	9867	Novo São Joaquim	R$ 49.377,36
MT	5106299	9885	Paranaíta	R$ 91.298,19
MT	5106307	8983	Paranatinga	R$ 169.636,04
MT	5106315	1090	Novo Santo Antônio	R$ 35.480,86
MT	5106372	9181	Pedra Preta	R$ 141.449,09
MT	5106422	9891	Peixoto de Azevedo	R$ 254.111,42
MT	5106455	0091	Planalto da Serra	R$ 35.606,46
MT	5106505	9129	Poconé	R$ 241.933,43
MT	5106653	0095	Pontal do Araguaia	R$ 58.723,53
MT	5106703	9133	Ponte Branca	R$ 29.406,13
MT	5106752	8999	Pontes e Lacerda	R$ 327.436,49
MT	5106778	9895	Porto Alegre do Norte	R$ 98.674,64
MT	5106802	9135	Porto dos Gaúchos	R$ 51.295,70
MT	5106828	9875	Porto Esperidião	R$ 95.819,98
MT	5106851	0101	Porto Estrela	R$ 37.324,97
MT	5107008	9139	Poxoréu	R$ 126.613,32
MT	5107040	9871	Primavera do Leste	R$ 435.719,77
MT	5107065	0097	Querência	R$ 140.609,82
MT	5107107	8993	São José dos Quatro Marcos	R$ 148.757,03
MT	5107156	9879	Reserva do Cabaçal	R$ 36.006,12
MT	5107180	9741	Ribeirão Cascalheira	R$ 85.480,38
MT	5107198	0099	Ribeirãozinho	R$ 34.139,17
MT	5107206	8995	Rio Branco	R$ 49.845,53
MT	5107248	0123	Santa Carmem	R$ 46.242,94
MT	5107263	0115	Santo Afonso	R$ 38.369,78
MT	5107297	6087	São José do Povo	R$ 43.605,23
MT	5107305	9199	São José do Rio Claro	R$ 158.794,03
MT	5107354	0133	São José do Xingu	R$ 52.351,92
MT	5107404	0093	São Pedro da Cipa	R$ 47.396,23
MT	5107578	1092	Rondolândia	R$ 43.251,25
MT	5107602	9151	Rondonópolis	R$ 1.507.832,52
MT	5107701	9153	Rosário Oeste	R$ 138.737,16
MT	5107743	1094	Santa Cruz do Xingu	R$ 35.046,95
MT	5107750	8997	Salto do Céu	R$ 39.620,12
MT	5107768	1096	Santa Rita do Trivelato	R$ 39.985,52
MT	5107776	9197	Santa Terezinha	R$ 68.201,02
MT	5107792	1098	Santo Antônio do Leste	R$ 49.948,30
MT	5107800	9155	Santo Antônio do Leverger	R$ 135.751,18
MT	5107859	9183	São Félix do Araguaia	R$ 94.055,79

MT	5107875	1046	Sapezal	R$ 195.382,34
MT	5107883	1100	Serra Nova Dourada	R$ 29.828,62
MT	5107909	8985	Sinop	R$ 990.073,42
MT	5107925	9907	Sorriso	R$ 610.865,00
MT	5107941	0125	Tabaporã	R$ 74.584,05
MT	5107958	9185	Tangará da Serra	R$ 701.186,74
MT	5108006	9763	Tapurah	R$ 112.260,07
MT	5108055	9909	Terra Nova do Norte	R$ 75.600,31
MT	5108105	9161	Tesouro	R$ 42.132,23
MT	5108204	9163	Torixoréu	R$ 41.013,20
MT	5108303	1048	União do Sul	R$ 40.533,61
MT	5108352	1102	Vale de São Domingos	R$ 38.261,30
MT	5108402	9167	Várzea Grande	R$ 1.807.458,08
MT	5108501	9905	Vera	R$ 91.777,77
MT	5108600	9897	Vila Rica	R$ 196.272,99
MT	5108808	0121	Nova Guarita	R$ 46.208,69
MT	5108857	0103	Nova Marilândia	R$ 39.123,41
MT	5108907	0111	Nova Maringá	R$ 69.742,54
MT	5108956	0119	Nova Monte Verde	R$ 72.808,45
PA	1500107	0401	Abaetetuba	R$ 1.135.508,09
PA	1500131	0375	Abel Figueiredo	R$ 62.728,47
PA	1500206	0403	Acará	R$ 391.766,81
PA	1500305	0405	Afuá	R$ 284.764,42
PA	1500347	0383	Água Azul do Norte	R$ 203.939,31
PA	1500404	0407	Alenquer	R$ 398.606,58
PA	1500503	0409	Almeirim	R$ 248.833,69
PA	1500602	0411	Altamira	R$ 762.443,20
PA	1500701	0413	Anajás	R$ 214.484,44
PA	1500800	0415	Ananindeua	R$ 3.264.516,72
PA	1500859	0040	Anapu	R$ 206.565,60
PA	1500909	0417	Augusto Corrêa	R$ 330.235,44
PA	1500958	0389	Aurora do Pará	R$ 233.013,14
PA	1501006	0419	Aveiro	R$ 127.373,35
PA	1501105	0421	Bagre	R$ 229.216,43
PA	1501204	0423	Baião	R$ 338.502,55
PA	1501253	0042	Bannach	R$ 39.046,18
PA	1501303	0425	Barcarena	R$ 826.789,26
PA	1501402	0427	Belém	R$ 9.916.119,99
PA	1501451	0044	Belterra	R$ 141.808,46
PA	1501501	0429	Benevides	R$ 439.327,44
PA	1501576	0575	Bom Jesus do Tocantins	R$ 137.520,76
PA	1501600	0431	Bonito	R$ 126.791,00
PA	1501709	0433	Bragança	R$ 843.951,50
PA	1501725	0639	Brasil Novo	R$ 119.939,80
PA	1501758	0577	Brejo Grande do Araguaia	R$ 62.420,17
PA	1501782	0625	Breu Branco	R$ 458.219,61
PA	1501808	0435	Breves	R$ 694.542,15
PA	1501907	0437	Bujaru	R$ 213.656,58
PA	1501956	0046	Cachoeira do Piriá	R$ 247.640,44
PA	1502004	0439	Cachoeira do Arari	R$ 176.264,26
PA	1502103	0441	Cametá	R$ 908.971,26
PA	1502152	0048	Canaã dos Carajás	R$ 265.824,65
PA	1502202	0443	Capanema	R$ 475.239,12
PA	1502301	0445	Capitão Poço	R$ 384.413,19
PA	1502400	0447	Castanhal	R$ 1.381.551,61
PA	1502509	0449	Chaves	R$ 175.978,79
PA	1502608	0451	Colares	R$ 96.044,34
PA	1502707	0453	Conceição do Araguaia	R$ 340.889,05

PA	1502756	0579	Concórdia do Pará	R$ 244.317,61
PA	1502764	0385	Cumaru do Norte	R$ 103.968,88
PA	1502772	0581	Curionópolis	R$ 142.933,20
PA	1502806	0455	Curralinho	R$ 250.769,15
PA	1502855	0050	Curuá	R$ 115.983,24
PA	1502905	0457	Curuçá	R$ 289.605,93
PA	1502939	0583	Dom Eliseu	R$ 415.334,92
PA	1502954	0377	Eldorado do Carajás	R$ 247.115,18
PA	1503002	0459	Faro	R$ 61.358,23
PA	1503044	0052	Floresta do Araguaia	R$ 156.492,86
PA	1503077	0585	Garrafão do Norte	R$ 196.151,78
PA	1503093	0627	Goianésia do Pará	R$ 291.941,05
PA	1503101	0461	Gurupá	R$ 244.648,75
PA	1503200	0463	Igarapé-Açu	R$ 282.417,89
PA	1503309	0465	Igarapé-Miri	R$ 439.104,78
PA	1503408	0467	Inhangapi	R$ 93.909,05
PA	1503457	0621	Ipixuna do Pará	R$ 446.840,92
PA	1503507	0469	Irituia	R$ 239.932,84
PA	1503606	0471	Itaituba	R$ 679.479,01
PA	1503705	0473	Itupiranga	R$ 378.509,75
PA	1503754	0631	Jacareacanga	R$ 297.718,89
PA	1503804	0475	Jacundá	R$ 412.114,86
PA	1503903	0477	Juruti	R$ 405.195,15
PA	1504000	0479	Limoeiro do Ajuru	R$ 212.531,85
PA	1504059	0587	Mãe do Rio	R$ 219.051,90
PA	1504109	0481	Magalhães Barata	R$ 69.088,67
PA	1504208	0483	Marabá	R$ 1.830.053,62
PA	1504307	0485	Maracanã	R$ 215.603,46
PA	1504406	0487	Marapanim	R$ 209.111,96
PA	1504422	0054	Marituba	R$ 872.608,55
PA	1504455	0589	Medicilândia	R$ 234.491,85
PA	1504505	0489	Melgaço	R$ 205.218,20
PA	1504604	0491	Mocajuba	R$ 231.859,85
PA	1504703	0493	Moju	R$ 563.366,47
PA	1504752	1190	Mojuí dos Campos	R$ 125.637,71
PA	1504802	0495	Monte Alegre	R$ 405.703,28
PA	1504901	0497	Muaná	R$ 291.221,67
PA	1504950	0391	Nova Esperança do Piriá	R$ 162.567,58
PA	1504976	0056	Nova Ipixuna	R$ 129.029,06
PA	1505007	0499	Nova Timboteua	R$ 121.521,29
PA	1505031	0633	Novo Progresso	R$ 194.416,15
PA	1505064	0629	Novo Repartimento	R$ 521.349,59
PA	1505106	0501	Óbidos	R$ 372.046,79
PA	1505205	0503	Oeiras do Pará	R$ 239.715,89
PA	1505304	0505	Oriximiná	R$ 505.232,15
PA	1505403	0507	Ourém	R$ 142.436,49
PA	1505437	0591	Ourilândia do Norte	R$ 241.542,87
PA	1505486	0593	Pacajá	R$ 339.986,98
PA	1505494	0379	Palestina do Pará	R$ 63.613,42
PA	1505502	0509	Paragominas	R$ 754.170,38
PA	1505536	0595	Parauapebas	R$ 1.424.257,38
PA	1505551	0387	Pau D'Arco	R$ 51.589,57
PA	1505601	0511	Peixe-Boi	R$ 66.399,57
PA	1505635	0058	Piçarra	R$ 101.159,89
PA	1505650	0060	Placas	R$ 230.980,62
PA	1505700	0513	Ponta de Pedras	R$ 231.551,55
PA	1505809	0515	Portel	R$ 435.365,17
PA	1505908	0517	Porto de Moz	R$ 295.709,20

PA	1506005	0519	Prainha	R$ 217.847,23
PA	1506104	0521	Primavera	R$ 88.850,58
PA	1506112	0062	Quatipuru	R$ 111.501,42
PA	1506138	0567	Redenção	R$ 578.741,69
PA	1506161	0569	Rio Maria	R$ 144.440,46
PA	1506187	0573	Rondon do Pará	R$ 373.302,84
PA	1506195	0597	Rurópolis	R$ 355.995,93
PA	1506203	0523	Salinópolis	R$ 293.082,91
PA	1506302	0525	Salvaterra	R$ 176.178,62
PA	1506351	0369	Santa Bárbara do Pará	R$ 160.917,59
PA	1506401	0527	Santa Cruz do Arari	R$ 78.109,40
PA	1506500	0529	Santa Izabel do Pará	R$ 485.367,47
PA	1506559	0371	Santa Luzia do Pará	R$ 153.889,40
PA	1506583	0599	Santa Maria das Barreiras	R$ 163.030,04
PA	1506609	0531	Santa Maria do Pará	R$ 189.272,04
PA	1506708	0533	Santana do Araguaia	R$ 503.639,25
PA	1506807	0535	Santarém	R$ 1.974.157,07
PA	1506906	0537	Santarém Novo	R$ 58.589,21
PA	1507003	0539	Santo Antônio do Tauá	R$ 233.835,28
PA	1507102	0541	São Caetano de Odivelas	R$ 143.624,03
PA	1507151	0381	São Domingos do Araguaia	R$ 193.245,73
PA	1507201	0543	São Domingos do Capim	R$ 236.729,91
PA	1507300	0545	São Félix do Xingu	R$ 848.490,42
PA	1507409	0547	São Francisco do Pará	R$ 124.484,43
PA	1507458	0619	São Geraldo do Araguaia	R$ 189.192,11
PA	1507466	0064	São João da Ponta	R$ 55.334,89
PA	1507474	0393	São João de Pirabas	R$ 172.142,13
PA	1507508	0549	São João do Araguaia	R$ 113.716,64
PA	1507607	0551	São Miguel do Guamá	R$ 411.149,98
PA	1507706	0553	São Sebastião da Boa Vista	R$ 199.428,94
PA	1507755	0066	Sapucaia	R$ 54.141,64
PA	1507805	0555	Senador José Porfírio	R$ 93.606,45
PA	1507904	0557	Soure	R$ 192.200,93
PA	1507953	0395	Tailândia	R$ 715.312,69
PA	1507961	0373	Terra Alta	R$ 93.960,43
PA	1507979	0637	Terra Santa	R$ 147.729,04
PA	1508001	0559	Tomé-Açu	R$ 443.381,07
PA	1508035	0068	Tracuateua	R$ 230.849,30
PA	1508050	0635	Trairão	R$ 148.985,09
PA	1508084	0397	Tucumã	R$ 286.956,80
PA	1508100	0561	Tucuruí	R$ 757.104,97
PA	1508126	0623	Ulianópolis	R$ 412.428,87
PA	1508159	0399	Uruará	R$ 327.255,17
PA	1508209	0563	Vigia	R$ 380.890,54
PA	1508308	0565	Viseu	R$ 431.711,20
PA	1508357	0641	Vitória do Xingu	R$ 120.213,85
PA	1508407	0571	Xinguara	R$ 323.115,91
PB	2500106	1901	Água Branca	R$ 92.712,36
PB	2500205	1903	Aguiar	R$ 57.912,93
PB	2500304	1905	Alagoa Grande	R$ 222.688,44
PB	2500403	1907	Alagoa Nova	R$ 170.458,43
PB	2500502	1909	Alagoinha	R$ 125.576,33
PB	2500536	0440	Alcantil	R$ 57.067,95
PB	2500577	0442	Algodão de Jandaíra	R$ 40.368,16
PB	2500601	1911	Alhandra	R$ 163.258,96
PB	2500700	1913	São João do Rio do Peixe	R$ 154.386,67
PB	2500734	0444	Amparo	R$ 38.489,80
PB	2500775	0446	Aparecida	R$ 73.368,08

PB	2500809	1915	Araçagi	R$ 148.409,00
PB	2500908	1917	Arara	R$ 111.187,75
PB	2501005	1919	Araruna	R$ 167.392,52
PB	2501104	1921	Areia	R$ 181.705,80
PB	2501153	0448	Areia de Baraúnas	R$ 37.861,77
PB	2501203	1923	Areial	R$ 65.666,20
PB	2501302	1925	Aroeiras	R$ 160.775,41
PB	2501351	0450	Assunção	R$ 48.492,54
PB	2501401	1929	Baía da Traição	R$ 77.056,31
PB	2501500	1931	Bananeiras	R$ 173.136,10
PB	2501534	0452	Baraúna	R$ 53.642,35
PB	2501575	0454	Barra de Santana	R$ 73.436,60
PB	2501609	1933	Barra de Santa Rosa	R$ 130.686,17
PB	2501708	1935	Barra de São Miguel	R$ 60.173,83
PB	2501807	1937	Bayeux	R$ 681.681,34
PB	2501906	1939	Belém	R$ 152.342,73
PB	2502003	1941	Belém do Brejo do Cruz	R$ 67.630,21
PB	2502052	0456	Bernardino Batista	R$ 45.700,68
PB	2502102	1943	Boa Ventura	R$ 56.348,58
PB	2502151	0458	Boa Vista	R$ 65.968,79
PB	2502201	1945	Bom Jesus	R$ 40.333,91
PB	2502300	1947	Bom Sucesso	R$ 54.116,23
PB	2502409	1949	Bonito de Santa Fé	R$ 102.321,16
PB	2502508	1951	Boqueirão	R$ 153.073,52
PB	2502607	1953	Igaracy	R$ 60.636,28
PB	2502706	1955	Borborema	R$ 55.760,51
PB	2502805	1957	Brejo do Cruz	R$ 123.481,00
PB	2502904	1959	Brejo dos Santos	R$ 62.531,78
PB	2503001	1961	Caaporã	R$ 176.047,86
PB	2503100	1963	Cabaceiras	R$ 57.747,36
PB	2503209	1965	Cabedelo	R$ 489.576,35
PB	2503308	1967	Cachoeira dos Índios	R$ 92.769,45
PB	2503407	1969	Cacimba de Areia	R$ 46.734,07
PB	2503506	1971	Cacimba de Dentro	R$ 149.550,87
PB	2503555	0460	Cacimbas	R$ 66.665,33
PB	2503605	1973	Caiçara	R$ 66.825,19
PB	2503704	1975	Cajazeiras	R$ 456.787,68
PB	2503753	0462	Cajazeirinhas	R$ 43.942,20
PB	2503803	1977	Caldas Brandão	R$ 60.048,22
PB	2503902	1979	Camalaú	R$ 60.042,51
PB	2504009	1981	Campina Grande	R$ 2.621.729,76
PB	2504033	0464	Capim	R$ 62.954,27
PB	2504074	0466	Caraúbas	R$ 49.474,54
PB	2504108	1983	Carrapateira	R$ 40.893,42
PB	2504157	0468	Casserengue	R$ 68.349,58
PB	2504207	1985	Catingueira	R$ 53.870,73
PB	2504306	1987	Catolé do Rocha	R$ 234.392,56
PB	2504355	0470	Caturité	R$ 53.413,98
PB	2504405	1989	Conceição	R$ 159.799,11
PB	2504504	1991	Condado	R$ 63.702,19
PB	2504603	1993	Conde	R$ 200.844,54
PB	2504702	1995	Congo	R$ 53.037,16
PB	2504801	1997	Coremas	R$ 131.034,44
PB	2504850	0472	Coxixola	R$ 36.679,94
PB	2504900	1999	Cruz do Espírito Santo	R$ 150.304,50
PB	2505006	2001	Cubati	R$ 70.227,95
PB	2505105	2003	Cuité	R$ 167.540,96
PB	2505204	2005	Cuitegi	R$ 64.552,88

PB	2505238	0474	Cuité de Mamanguape	R$ 61.983,68
PB	2505279	0476	Curral de Cima	R$ 55.554,98
PB	2505303	2007	Curral Velho	R$ 40.076,99
PB	2505352	0478	Damião	R$ 56.143,04
PB	2505402	2009	Desterro	R$ 73.082,62
PB	2505501	2011	Vista Serrana	R$ 47.396,35
PB	2505600	2013	Diamante	R$ 63.119,84
PB	2505709	2015	Dona Inês	R$ 93.962,70
PB	2505808	2017	Duas Estradas	R$ 46.243,06
PB	2505907	2019	Emas	R$ 45.820,57
PB	2506004	2021	Esperança	R$ 257.013,99
PB	2506103	2023	Fagundes	R$ 98.530,17
PB	2506202	2025	Frei Martinho	R$ 42.777,50
PB	2506251	0480	Gado Bravo	R$ 73.191,09
PB	2506301	2027	Guarabira	R$ 430.175,43
PB	2506400	2029	Gurinhém	R$ 123.520,97
PB	2506509	2031	Gurjão	R$ 45.283,90
PB	2506608	2033	Ibiara	R$ 59.562,93
PB	2506707	2035	Imaculada	R$ 101.761,65
PB	2506806	2037	Ingá	R$ 154.780,61
PB	2506905	2039	Itabaiana	R$ 199.742,64
PB	2507002	2041	Itaporanga	R$ 200.970,15
PB	2507101	2043	Itapororoca	R$ 157.983,54
PB	2507200	2045	Itatuba	R$ 96.868,75
PB	2507309	2047	Jacaraú	R$ 125.245,18
PB	2507408	2049	Jericó	R$ 69.896,81
PB	2507507	2051	João Pessoa	R$ 5.651.190,46
PB	2507606	2053	Juarez Távora	R$ 71.021,55
PB	2507705	2055	Juazeirinho	R$ 155.168,85
PB	2507804	2057	Junco do Seridó	R$ 66.534,02
PB	2507903	2059	Juripiranga	R$ 95.692,63
PB	2508000	2061	Juru	R$ 82.046,26
PB	2508109	2063	Lagoa	R$ 52.352,05
PB	2508208	2065	Lagoa de Dentro	R$ 69.782,63
PB	2508307	2067	Lagoa Seca	R$ 217.019,07
PB	2508406	2069	Lastro	R$ 41.338,75
PB	2508505	2071	Livramento	R$ 67.139,21
PB	2508554	0482	Logradouro	R$ 50.445,13
PB	2508604	2073	Lucena	R$ 108.961,11
PB	2508703	2075	Mãe d'Água	R$ 48.601,02
PB	2508802	2077	Malta	R$ 58.592,34
PB	2508901	2079	Mamanguape	R$ 341.953,81
PB	2509008	2081	Manaíra	R$ 96.828,79
PB	2509057	0484	Marcação	R$ 74.572,75
PB	2509107	2083	Mari	R$ 176.099,24
PB	2509156	0486	Marizópolis	R$ 63.490,95
PB	2509206	2085	Massaranduba	R$ 122.316,30
PB	2509305	2087	Mataraca	R$ 73.864,80
PB	2509339	0488	Matinhas	R$ 51.404,30
PB	2509370	0490	Mato Grosso	R$ 42.315,05
PB	2509396	0492	Maturéia	R$ 63.216,90
PB	2509404	2089	Mogeiro	R$ 110.125,81
PB	2509503	2091	Montadas	R$ 58.078,50
PB	2509602	2093	Monte Horebe	R$ 53.208,44
PB	2509701	2095	Monteiro	R$ 258.241,50
PB	2509800	2097	Mulungu	R$ 82.246,09
PB	2509909	2099	Natuba	R$ 93.968,41
PB	2510006	2101	Nazarezinho	R$ 67.396,13

PB	2510105	2103	Nova Floresta	R$ 95.018,93
PB	2510204	2105	Nova Olinda	R$ 59.677,11
PB	2510303	2107	Nova Palmeira	R$ 53.722,28
PB	2510402	2109	Olho d'Água	R$ 62.971,40
PB	2510501	2111	Olivedos	R$ 48.161,40
PB	2510600	2113	Ouro Velho	R$ 43.062,97
PB	2510659	0494	Parari	R$ 35.823,54
PB	2510709	2115	Passagem	R$ 39.523,18
PB	2510808	2117	Patos	R$ 751.484,66
PB	2510907	2119	Paulista	R$ 104.776,17
PB	2511004	2121	Pedra Branca	R$ 47.413,48
PB	2511103	2123	Pedra Lavrada	R$ 70.490,58
PB	2511202	2125	Pedras de Fogo	R$ 222.471,48
PB	2511301	2127	Piancó	R$ 134.631,32
PB	2511400	2129	Picuí	R$ 158.206,21
PB	2511509	2131	Pilar	R$ 102.321,16
PB	2511608	2133	Pilões	R$ 63.593,71
PB	2511707	2135	Pilõezinhos	R$ 54.121,94
PB	2511806	2137	Pirpirituba	R$ 94.682,08
PB	2511905	2139	Pitimbu	R$ 160.272,99
PB	2512002	2141	Pocinhos	R$ 157.412,61
PB	2512036	0496	Poço Dantas	R$ 47.910,19
PB	2512077	0498	Poço de José de Moura	R$ 50.302,40
PB	2512101	2143	Pombal	R$ 255.837,87
PB	2512200	2145	Prata	R$ 49.742,88
PB	2512309	2147	Princesa Isabel	R$ 184.708,91
PB	2512408	2149	Puxinanã	R$ 120.957,48
PB	2512507	2151	Queimadas	R$ 336.729,78
PB	2512606	2153	Quixaba	R$ 36.879,76
PB	2512705	2155	Remígio	R$ 163.447,37
PB	2512721	0500	Pedro Régis	R$ 60.476,42
PB	2512747	0502	Riachão	R$ 46.197,39
PB	2512754	0504	Riachão do Bacamarte	R$ 51.524,19
PB	2512762	0506	Riachão do Poço	R$ 51.455,68
PB	2512788	0508	Riacho de Santo Antônio	R$ 36.834,09
PB	2512804	2157	Riacho dos Cavalos	R$ 74.390,05
PB	2512903	2159	Rio Tinto	R$ 198.024,14
PB	2513000	2161	Salgadinho	R$ 47.893,06
PB	2513109	2163	Salgado de São Félix	R$ 103.594,34
PB	2513158	0510	Santa Cecília	R$ 63.154,09
PB	2513208	2165	Santa Cruz	R$ 63.296,83
PB	2513307	2167	Santa Helena	R$ 59.334,55
PB	2513356	0512	Santa Inês	R$ 46.237,35
PB	2513406	2169	Santa Luzia	R$ 130.674,76
PB	2513505	2171	Santana de Mangueira	R$ 55.183,87
PB	2513604	2173	Santana dos Garrotes	R$ 65.854,61
PB	2513653	0514	Joca Claudino	R$ 40.762,11
PB	2513703	2175	Santa Rita	R$ 934.088,26
PB	2513802	2177	Santa Teresinha	R$ 51.821,08
PB	2513851	0516	Santo André	R$ 40.105,54
PB	2513901	2179	São Bento	R$ 262.860,34
PB	2513927	0518	São Bentinho	R$ 51.569,87
PB	2513943	0520	São Domingos do Cariri	R$ 40.642,21
PB	2513968	0522	São Domingos	R$ 43.257,08
PB	2513984	0524	São Francisco	R$ 45.078,36
PB	2514008	2181	São João do Cariri	R$ 49.685,79
PB	2514107	2183	São João do Tigre	R$ 50.958,97
PB	2514206	2185	São José da Lagoa Tapada	R$ 69.274,50

PB	2514305	2187	São José de Caiana	R$ 62.017,94
PB	2514404	2189	São José de Espinharas	R$ 52.443,39
PB	2514453	0526	São José dos Ramos	R$ 59.722,79
PB	2514503	2191	São José de Piranhas	R$ 167.044,25
PB	2514552	0528	São José de Princesa	R$ 48.566,76
PB	2514602	2193	São José do Bonfim	R$ 46.020,40
PB	2514651	0530	São José do Brejo do Cruz	R$ 35.994,82
PB	2514701	2195	São José do Sabugi	R$ 49.354,65
PB	2514800	2197	São José dos Cordeiros	R$ 46.425,76
PB	2514909	2199	São Mamede	R$ 69.811,17
PB	2515005	2201	São Miguel de Taipu	R$ 67.778,65
PB	2515104	2203	São Sebastião de Lagoa de Roça	R$ 100.859,57
PB	2515203	2205	São Sebastião do Umbuzeiro	R$ 45.632,17
PB	2515302	2207	Sapé	R$ 394.731,92
PB	2515401	2209	São Vicente do Seridó	R$ 95.801,11
PB	2515500	2211	Serra Branca	R$ 121.065,96
PB	2515609	2213	Serra da Raiz	R$ 43.685,28
PB	2515708	2215	Serra Grande	R$ 42.320,75
PB	2515807	2217	Serra Redonda	R$ 65.911,70
PB	2515906	2219	Serraria	R$ 60.533,51
PB	2515930	0532	Sertãozinho	R$ 54.395,98
PB	2515971	0534	Sobrado	R$ 70.148,02
PB	2516003	2221	Solânea	R$ 210.761,65
PB	2516102	2223	Soledade	R$ 128.430,99
PB	2516151	0536	Sossêgo	R$ 46.008,98
PB	2516201	2225	Sousa	R$ 499.327,89
PB	2516300	2227	Sumé	R$ 139.718,33
PB	2516409	2229	Tacima	R$ 96.577,57
PB	2516508	2231	Taperoá	R$ 130.640,50
PB	2516607	2233	Tavares	R$ 126.929,44
PB	2516706	2235	Teixeira	R$ 129.412,99
PB	2516755	0538	Tenório	R$ 43.171,44
PB	2516805	2237	Triunfo	R$ 79.694,02
PB	2516904	2239	Uiraúna	R$ 129.875,45
PB	2517001	2241	Umbuzeiro	R$ 82.274,64
PB	2517100	2243	Várzea	R$ 41.755,53
PB	2517209	0540	Vieirópolis	R$ 56.245,81
PB	2517407	0542	Zabelê	R$ 38.501,21
PE	2600054	2631	Abreu e Lima	R$ 705.877,48
PE	2600104	2301	Afogados da Ingazeira	R$ 284.724,79
PE	2600203	2303	Afrânio	R$ 166.103,35
PE	2600302	2305	Agrestina	R$ 205.077,44
PE	2600401	2307	Água Preta	R$ 281.938,64
PE	2600500	2309	Águas Belas	R$ 329.031,39
PE	2600609	2311	Alagoinha	R$ 128.562,31
PE	2600708	2313	Aliança	R$ 300.159,32
PE	2600807	2315	Altinho	R$ 185.155,38
PE	2600906	2317	Amaraji	R$ 184.338,95
PE	2601003	2319	Angelim	R$ 99.659,47
PE	2601052	0544	Araçoiaba	R$ 171.178,95
PE	2601102	2321	Araripina	R$ 607.971,71
PE	2601201	2323	Arcoverde	R$ 541.421,56
PE	2601300	2325	Barra de Guabiraba	R$ 127.129,27
PE	2601409	2327	Barreiros	R$ 333.555,39
PE	2601508	2329	Belém de Maria	R$ 104.929,18
PE	2601607	2331	Belém do São Francisco	R$ 172.349,36
PE	2601706	2333	Belo Jardim	R$ 553.416,86
PE	2601805	2335	Betânia	R$ 108.617,41

PE	2601904	2337	Bezerros	R$ 446.117,02
PE	2602001	2339	Bodocó	R$ 298.789,08
PE	2602100	2341	Bom Conselho	R$ 367.211,89
PE	2602209	2343	Bom Jardim	R$ 304.715,36
PE	2602308	2345	Bonito	R$ 298.720,57
PE	2602407	2347	Brejão	R$ 78.344,34
PE	2602506	2349	Brejinho	R$ 69.746,09
PE	2602605	2351	Brejo da Madre de Deus	R$ 379.703,90
PE	2602704	2353	Buenos Aires	R$ 111.106,68
PE	2602803	2355	Buíque	R$ 432.300,45
PE	2602902	2357	Cabo de Santo Agostinho	R$ 1.450.927,74
PE	2603009	2359	Cabrobó	R$ 267.379,85
PE	2603108	2361	Cachoeirinha	R$ 170.356,80
PE	2603207	2363	Caetés	R$ 227.081,20
PE	2603306	2365	Calçado	R$ 99.105,67
PE	2603405	2367	Calumbi	R$ 59.828,98
PE	2603454	2629	Camaragibe	R$ 1.169.914,59
PE	2603504	2369	Camocim de São Félix	R$ 161.136,24
PE	2603603	2371	Camutanga	R$ 75.820,81
PE	2603702	2373	Canhotinho	R$ 204.614,99
PE	2603801	2375	Capoeiras	R$ 168.461,31
PE	2603900	2377	Carnaíba	R$ 165.623,77
PE	2603926	2635	Carnaubeira da Penha	R$ 109.833,50
PE	2604007	2379	Carpina	R$ 603.535,56
PE	2604106	2381	Caruaru	R$ 2.330.564,00
PE	2604155	0546	Casinhas	R$ 126.878,05
PE	2604205	2383	Catende	R$ 325.885,55
PE	2604304	2385	Cedro	R$ 103.410,50
PE	2604403	2387	Chã de Alegria	R$ 113.179,16
PE	2604502	2389	Chã Grande	R$ 177.881,70
PE	2604601	2391	Condado	R$ 213.846,97
PE	2604700	2393	Correntes	R$ 157.950,43
PE	2604809	2395	Cortês	R$ 107.812,39
PE	2604908	2397	Cumaru	R$ 98.266,40
PE	2605004	2399	Cupira	R$ 200.635,59
PE	2605103	2401	Custódia	R$ 283.879,81
PE	2605152	2299	Dormentes	R$ 161.952,67
PE	2605202	2403	Escada	R$ 501.231,38
PE	2605301	2405	Exu	R$ 253.700,30
PE	2605400	2407	Feira Nova	R$ 180.353,84
PE	2605509	2409	Ferreiros	R$ 122.561,80
PE	2605608	2411	Flores	R$ 183.168,54
PE	2605707	2413	Floresta	R$ 259.683,68
PE	2605806	2415	Frei Miguelinho	R$ 133.249,67
PE	2605905	2417	Gameleira	R$ 249.286,99
PE	2606002	2419	Garanhuns	R$ 960.097,69
PE	2606101	2421	Glória do Goitá	R$ 246.729,21
PE	2606200	2423	Goiana	R$ 572.366,12
PE	2606309	2425	Granito	R$ 69.740,38
PE	2606408	2427	Gravatá	R$ 606.007,70
PE	2606507	2429	Iati	R$ 163.602,67
PE	2606606	2431	Ibimirim	R$ 229.913,02
PE	2606705	2433	Ibirajuba	R$ 71.316,15
PE	2606804	2435	Igarassu	R$ 821.101,87
PE	2606903	2437	Iguaracy	R$ 105.814,13
PE	2607000	2439	Inajá	R$ 186.725,45
PE	2607109	2441	Ingazeira	R$ 52.966,37
PE	2607208	2443	Ipojuca	R$ 684.261,97

PE	2607307	2445	Ipubi	R$ 248.156,54
PE	2607406	2447	Itacuruba	R$ 55.078,82
PE	2607505	2449	Itaíba	R$ 213.435,90
PE	2607604	2451	Ilha de Itamaracá	R$ 212.916,35
PE	2607653	2597	Itambé	R$ 280.088,82
PE	2607703	2453	Itapetim	R$ 122.738,79
PE	2607752	2633	Itapissuma	R$ 215.160,12
PE	2607802	2455	Itaquitinga	R$ 141.802,24
PE	2607901	2457	Jaboatão dos Guararapes	R$ 4.278.472,72
PE	2607950	0548	Jaqueira	R$ 102.548,39
PE	2608008	2459	Jataúba	R$ 151.915,67
PE	2608057	0550	Jatobá	R$ 129.475,80
PE	2608107	2461	João Alfredo	R$ 265.101,83
PE	2608206	2463	Joaquim Nabuco	R$ 136.481,15
PE	2608255	2295	Jucati	R$ 101.223,83
PE	2608305	2465	Jupi	R$ 129.704,17
PE	2608404	2467	Jurema	R$ 132.798,63
PE	2608453	2289	Lagoa do Carro	R$ 157.173,96
PE	2608503	2469	Lagoa de Itaenga	R$ 176.345,89
PE	2608602	2471	Lagoa do Ouro	R$ 111.049,58
PE	2608701	2473	Lagoa dos Gatos	R$ 138.005,54
PE	2608750	0552	Lagoa Grande	R$ 209.165,32
PE	2608800	2475	Lajedo	R$ 311.018,46
PE	2608909	2477	Limoeiro	R$ 420.150,99
PE	2609006	2479	Macaparana	R$ 207.880,72
PE	2609105	2481	Machados	R$ 136.852,25
PE	2609154	0554	Manari	R$ 176.374,44
PE	2609204	2483	Maraial	R$ 100.772,79
PE	2609303	2485	Mirandiba	R$ 132.867,14
PE	2609402	2487	Moreno	R$ 466.455,86
PE	2609501	2489	Nazaré da Mata	R$ 257.388,53
PE	2609600	2491	Olinda	R$ 2.509.631,38
PE	2609709	2493	Orobó	R$ 199.362,41
PE	2609808	2495	Orocó	R$ 130.589,12
PE	2609907	2497	Ouricuri	R$ 504.565,63
PE	2610004	2499	Palmares	R$ 469.116,41
PE	2610103	2501	Palmeirina	R$ 70.922,21
PE	2610202	2503	Panelas	R$ 214.149,57
PE	2610301	2505	Paranatama	R$ 101.789,05
PE	2610400	2507	Parnamirim	R$ 179.663,01
PE	2610509	2509	Passira	R$ 228.188,81
PE	2610608	2511	Paudalho	R$ 421.612,58
PE	2610707	2513	Paulista	R$ 2.163.029,46
PE	2610806	2515	Pedra	R$ 183.128,57
PE	2610905	2517	Pesqueira	R$ 492.781,58
PE	2611002	2519	Petrolândia	R$ 280.665,46
PE	2611101	2521	Petrolina	R$ 2.262.206,21
PE	2611200	2523	Poção	R$ 100.527,29
PE	2611309	2525	Pombos	R$ 217.672,22
PE	2611408	2527	Primavera	R$ 130.446,38
PE	2611507	2529	Quipapá	R$ 211.654,59
PE	2611533	2637	Quixaba	R$ 65.898,00
PE	2611606	2531	Recife	R$ 10.858.633,64
PE	2611705	2533	Riacho das Almas	R$ 171.304,55
PE	2611804	2535	Ribeirão	R$ 360.708,96
PE	2611903	2537	Rio Formoso	R$ 188.369,74
PE	2612000	2539	Sairé	R$ 83.705,40
PE	2612109	2541	Salgadinho	R$ 98.340,62

PE	2612208	2543	Salgueiro	R$ 446.870,65
PE	2612307	2545	Saloá	R$ 135.453,47
PE	2612406	2547	Sanharó	R$ 214.081,06
PE	2612455	2297	Santa Cruz	R$ 132.912,81
PE	2612471	2639	Santa Cruz da Baixa Verde	R$ 107.892,32
PE	2612505	2549	Santa Cruz do Capibaribe	R$ 760.249,63
PE	2612554	0556	Santa Filomena	R$ 127.654,52
PE	2612604	2551	Santa Maria da Boa Vista	R$ 320.398,89
PE	2612703	2553	Santa Maria do Cambucá	R$ 125.713,35
PE	2612802	2555	Santa Terezinha	R$ 103.456,18
PE	2612901	2557	São Benedito do Sul	R$ 135.750,35
PE	2613008	2559	São Bento do Una	R$ 438.729,15
PE	2613107	2561	São Caitano	R$ 284.644,86
PE	2613206	2563	São João	R$ 184.133,41
PE	2613305	2565	São Joaquim do Monte	R$ 175.929,11
PE	2613404	2567	São José da Coroa Grande	R$ 175.597,97
PE	2613503	2569	São José do Belmonte	R$ 265.884,01
PE	2613602	2571	São José do Egito	R$ 265.838,33
PE	2613701	2573	São Lourenço da Mata	R$ 790.469,11
PE	2613800	2575	São Vicente Férrer	R$ 156.871,37
PE	2613909	2577	Serra Talhada	R$ 619.002,13
PE	2614006	2579	Serrita	R$ 163.419,97
PE	2614105	2581	Sertânia	R$ 277.005,78
PE	2614204	2583	Sirinhaém	R$ 351.859,50
PE	2614303	2585	Moreilândia	R$ 100.344,59
PE	2614402	2587	Solidão	R$ 61.296,28
PE	2614501	2589	Surubim	R$ 479.615,86
PE	2614600	2591	Tabira	R$ 225.910,78
PE	2614709	2593	Tacaimbó	R$ 109.502,35
PE	2614808	2595	Tacaratu	R$ 210.101,65
PE	2614857	0558	Tamandaré	R$ 187.530,46
PE	2615003	2599	Taquaritinga do Norte	R$ 227.286,73
PE	2615102	2601	Terezinha	R$ 67.930,52
PE	2615201	2603	Terra Nova	R$ 93.641,84
PE	2615300	2605	Timbaúba	R$ 401.721,28
PE	2615409	2607	Toritama	R$ 348.171,28
PE	2615508	2609	Tracunhaém	R$ 123.612,32
PE	2615607	2611	Trindade	R$ 237.255,22
PE	2615706	2613	Triunfo	R$ 132.090,67
PE	2615805	2615	Tupanatinga	R$ 218.888,31
PE	2615904	2617	Tuparetama	R$ 73.828,26
PE	2616001	2619	Venturosa	R$ 159.520,50
PE	2616100	2621	Verdejante	R$ 81.433,08
PE	2616183	2291	Vertente do Lério	R$ 70.494,01
PE	2616209	2623	Vertentes	R$ 172.360,78
PE	2616308	2625	Vicência	R$ 258.370,53
PE	2616407	2627	Vitória de Santo Antão	R$ 954.211,37
PE	2616506	2293	Xexéu	R$ 129.070,44
PI	2200053	0266	Acauã	R$ 61.786,67
PI	2200103	1001	Agricolândia	R$ 50.682,03
PI	2200202	1003	Água Branca	R$ 142.088,69
PI	2200251	9767	Alagoinha do Piauí	R$ 65.023,86
PI	2200277	2269	Alegrete do Piauí	R$ 49.403,14
PI	2200301	1005	Alto Longá	R$ 117.235,88
PI	2200400	1007	Altos	R$ 295.390,19
PI	2200459	0268	Alvorada do Gurguéia	R$ 52.280,64
PI	2200509	1009	Amarante	R$ 143.156,34
PI	2200608	1011	Angical do Piauí	R$ 60.096,71

PI	2200707	1013	Anísio de Abreu	R$ 77.749,95
PI	2200806	1015	Antônio Almeida	R$ 39.406,10
PI	2200905	1017	Aroazes	R$ 54.655,72
PI	2200954	1188	Aroeiras do Itaim	R$ 35.906,28
PI	2201002	1019	Arraial	R$ 48.329,78
PI	2201051	0270	Assunção do Piauí	R$ 66.137,18
PI	2201101	1021	Avelino Lopes	R$ 92.908,33
PI	2201150	2245	Baixa Grande do Ribeiro	R$ 94.604,00
PI	2201176	0272	Barra D'Alcântara	R$ 43.899,34
PI	2201200	1023	Barras	R$ 339.854,55
PI	2201309	1025	Barreiras do Piauí	R$ 40.456,62
PI	2201408	1027	Barro Duro	R$ 61.489,79
PI	2201507	1029	Batalha	R$ 203.132,94
PI	2201556	0274	Bela Vista do Piauí	R$ 44.264,74
PI	2201572	0276	Belém do Piauí	R$ 41.701,25
PI	2201606	1031	Beneditinos	R$ 88.215,26
PI	2201705	1033	Bertolínia	R$ 52.748,80
PI	2201739	0278	Betânia do Piauí	R$ 56.768,17
PI	2201770	0280	Boa Hora	R$ 60.056,74
PI	2201804	1035	Bocaina	R$ 47.033,77
PI	2201903	1037	Bom Jesus	R$ 193.552,69
PI	2201919	2287	Bom Princípio do Piauí	R$ 53.485,31
PI	2201929	2251	Bonfim do Piauí	R$ 53.713,68
PI	2201945	0282	Boqueirão do Piauí	R$ 57.921,46
PI	2201960	2283	Brasileira	R$ 68.894,79
PI	2201988	0284	Brejo do Piauí	R$ 43.465,44
PI	2202000	1039	Buriti dos Lopes	R$ 155.619,80
PI	2202026	1297	Buriti dos Montes	R$ 68.409,49
PI	2202059	1299	Cabeceiras do Piauí	R$ 88.894,67
PI	2202075	0286	Cajazeiras do Piauí	R$ 41.661,29
PI	2202083	0288	Cajueiro da Praia	R$ 64.972,48
PI	2202091	2271	Caldeirão Grande do Piauí	R$ 54.318,87
PI	2202109	1041	Campinas do Piauí	R$ 53.388,25
PI	2202117	0290	Campo Alegre do Fidalgo	R$ 50.145,35
PI	2202133	0292	Campo Grande do Piauí	R$ 55.272,33
PI	2202174	0294	Campo Largo do Piauí	R$ 62.899,99
PI	2202208	1043	Campo Maior	R$ 338.524,28
PI	2202251	2247	Canavieira	R$ 43.893,64
PI	2202307	1045	Canto do Buriti	R$ 163.647,12
PI	2202406	1047	Capitão de Campos	R$ 93.639,12
PI	2202455	0296	Capitão Gervásio Oliveira	R$ 44.750,03
PI	2202505	1049	Caracol	R$ 90.778,75
PI	2202539	0298	Caraúbas do Piauí	R$ 54.844,13
PI	2202554	0300	Caridade do Piauí	R$ 50.270,96
PI	2202604	1051	Castelo do Piauí	R$ 155.248,70
PI	2202653	0302	Caxingó	R$ 52.309,19
PI	2202703	1053	Cocal	R$ 208.442,62
PI	2202711	0304	Cocal de Telha	R$ 49.266,11
PI	2202729	0306	Cocal dos Alves	R$ 56.471,29
PI	2202737	0995	Coivaras	R$ 44.293,29
PI	2202752	2249	Colônia do Gurguéia	R$ 58.361,07
PI	2202778	2253	Colônia do Piauí	R$ 65.052,41
PI	2202802	1055	Conceição do Canindé	R$ 48.763,69
PI	2202851	2255	Coronel José Dias	R$ 48.072,86
PI	2202901	1057	Corrente	R$ 201.916,85
PI	2203008	1059	Cristalândia do Piauí	R$ 68.694,96
PI	2203107	1061	Cristino Castro	R$ 87.964,05
PI	2203206	1063	Curimatá	R$ 93.473,55

PI	2203230	0308	Currais	R$ 49.625,80
PI	2203255	0310	Curralinhos	R$ 46.708,33
PI	2203271	0312	Curral Novo do Piauí	R$ 51.846,73
PI	2203305	1065	Demerval Lobão	R$ 114.455,44
PI	2203354	1229	Dirceu Arcoverde	R$ 61.369,89
PI	2203404	1067	Dom Expedito Lopes	R$ 60.758,99
PI	2203420	1141	Domingos Mourão	R$ 46.205,91
PI	2203453	1289	Dom Inocêncio	R$ 75.900,13
PI	2203503	1069	Elesbão Veloso	R$ 118.937,26
PI	2203602	1071	Eliseu Martins	R$ 49.403,14
PI	2203701	1073	Esperantina	R$ 290.896,95
PI	2203750	2257	Fartura do Piauí	R$ 51.641,19
PI	2203800	1075	Flores do Piauí	R$ 46.822,52
PI	2203859	0314	Floresta do Piauí	R$ 35.946,25
PI	2203909	1077	Floriano	R$ 420.441,83
PI	2204006	1079	Francinópolis	R$ 51.875,28
PI	2204105	1081	Francisco Ayres	R$ 46.165,95
PI	2204154	0316	Francisco Macedo	R$ 39.520,29
PI	2204204	1083	Francisco Santos	R$ 74.547,02
PI	2204303	1085	Fronteiras	R$ 94.826,66
PI	2204352	0318	Geminiano	R$ 52.411,95
PI	2204402	1087	Gilbués	R$ 89.488,44
PI	2204501	1089	Guadalupe	R$ 88.397,96
PI	2204550	0320	Guaribas	R$ 47.387,74
PI	2204600	1091	Hugo Napoleão	R$ 43.476,85
PI	2204659	0322	Ilha Grande	R$ 75.157,92
PI	2204709	1093	Inhuma	R$ 122.968,05
PI	2204808	1095	Ipiranga do Piauí	R$ 77.356,01
PI	2204907	1097	Isaías Coelho	R$ 70.150,84
PI	2205003	1099	Itainópolis	R$ 94.284,28
PI	2205102	1101	Itaueira	R$ 91.366,81
PI	2205151	2273	Jacobina do Piauí	R$ 54.119,04
PI	2205201	1103	Jaicós	R$ 151.754,59
PI	2205250	0997	Jardim do Mulato	R$ 47.056,60
PI	2205276	0324	Jatobá do Piauí	R$ 49.117,67
PI	2205300	1105	Jerumenha	R$ 46.759,72
PI	2205359	0326	João Costa	R$ 38.515,45
PI	2205409	1107	Joaquim Pires	R$ 117.521,35
PI	2205458	0328	Joca Marques	R$ 52.417,66
PI	2205508	1109	José de Freitas	R$ 287.876,72
PI	2205516	0330	Juazeiro do Piauí	R$ 52.617,49
PI	2205524	0332	Júlio Borges	R$ 53.468,18
PI	2205532	0334	Jurema	R$ 48.535,32
PI	2205540	0336	Lagoinha do Piauí	R$ 37.584,83
PI	2205557	0999	Lagoa Alegre	R$ 70.110,87
PI	2205565	2259	Lagoa do Barro do Piauí	R$ 47.918,71
PI	2205573	0338	Lagoa de São Francisco	R$ 59.925,43
PI	2205581	0340	Lagoa do Piauí	R$ 44.544,50
PI	2205599	0342	Lagoa do Sítio	R$ 50.898,98
PI	2205607	1111	Landri Sales	R$ 51.572,68
PI	2205706	1113	Luís Correia	R$ 222.852,96
PI	2205805	1115	Luzilândia	R$ 195.305,45
PI	2205854	0344	Madeiro	R$ 68.786,31
PI	2205904	1117	Manoel Emídio	R$ 51.880,99
PI	2205953	2275	Marcolândia	R$ 69.825,41
PI	2206001	1119	Marcos Parente	R$ 47.313,52
PI	2206050	0346	Massapê do Piauí	R$ 58.115,57
PI	2206100	1121	Matias Olímpio	R$ 90.892,93

PI	2206209	1123	Miguel Alves	R$ 249.658,37
PI	2206308	1125	Miguel Leão	R$ 28.455,61
PI	2206357	0348	Milton Brandão	R$ 59.097,58
PI	2206407	1127	Monsenhor Gil	R$ 88.769,06
PI	2206506	1129	Monsenhor Hipólito	R$ 65.583,37
PI	2206605	1131	Monte Alegre do Piauí	R$ 89.048,82
PI	2206654	0350	Morro Cabeça no Tempo	R$ 47.216,46
PI	2206670	0352	Morro do Chapéu do Piauí	R$ 60.142,38
PI	2206696	0354	Murici dos Portelas	R$ 73.633,53
PI	2206704	1133	Nazaré do Piauí	R$ 63.242,55
PI	2206720	1180	Nazária	R$ 70.270,73
PI	2206753	0356	Nossa Senhora de Nazaré	R$ 49.146,22
PI	2206803	1135	Nossa Senhora dos Remédios	R$ 70.967,27
PI	2206902	1137	Novo Oriente do Piauí	R$ 58.823,53
PI	2206951	0358	Novo Santo Antônio	R$ 38.418,39
PI	2207009	1139	Oeiras	R$ 268.322,16
PI	2207108	0360	Olho D'Água do Piauí	R$ 35.381,03
PI	2207207	1143	Padre Marcos	R$ 60.553,46
PI	2207306	1145	Paes Landim	R$ 44.915,61
PI	2207355	0362	Pajeú do Piauí	R$ 40.690,70
PI	2207405	1147	Palmeira do Piauí	R$ 50.133,93
PI	2207504	1149	Palmeirais	R$ 118.577,57
PI	2207553	0364	Paquetá	R$ 43.865,09
PI	2207603	1151	Parnaguá	R$ 90.065,08
PI	2207702	1153	Parnaíba	R$ 1.147.919,09
PI	2207751	1293	Passagem Franca do Piauí	R$ 45.966,12
PI	2207777	2277	Patos do Piauí	R$ 57.835,82
PI	2207793	1104	Pau D'Arco do Piauí	R$ 44.436,02
PI	2207801	1155	Paulistana	R$ 159.856,13
PI	2207850	0366	Pavussu	R$ 42.334,99
PI	2207900	1157	Pedro II	R$ 285.216,17
PI	2207934	0368	Pedro Laurentino	R$ 35.820,64
PI	2207959	0370	Nova Santa Rita	R$ 46.314,39
PI	2208007	1159	Picos	R$ 539.076,18
PI	2208106	1161	Pimenteiras	R$ 97.692,74
PI	2208205	1163	Pio IX	R$ 147.877,95
PI	2208304	1165	Piracuruca	R$ 214.174,78
PI	2208403	1167	Piripiri	R$ 449.291,17
PI	2208502	1169	Porto	R$ 100.210,56
PI	2208551	0372	Porto Alegre do Piauí	R$ 36.814,07
PI	2208601	1171	Prata do Piauí	R$ 39.331,88
PI	2208650	2279	Queimada Nova	R$ 72.680,07
PI	2208700	1173	Redenção do Gurguéia	R$ 71.458,27
PI	2208809	1175	Regeneração	R$ 145.325,88
PI	2208858	0374	Riacho Frio	R$ 45.960,41
PI	2208874	0376	Ribeira do Piauí	R$ 46.902,45
PI	2208908	1177	Ribeiro Gonçalves	R$ 63.253,97
PI	2209005	1179	Rio Grande do Piauí	R$ 58.064,19
PI	2209104	1181	Santa Cruz do Piauí	R$ 56.968,00
PI	2209153	1295	Santa Cruz dos Milagres	R$ 44.287,58
PI	2209203	1183	Santa Filomena	R$ 57.042,22
PI	2209302	1185	Santa Luz	R$ 54.798,45
PI	2209351	2281	Santana do Piauí	R$ 47.798,82
PI	2209377	2261	Santa Rosa do Piauí	R$ 51.355,73
PI	2209401	1187	Santo Antônio de Lisboa	R$ 57.967,13
PI	2209450	0378	Santo Antônio dos Milagres	R$ 33.679,65
PI	2209500	1189	Santo Inácio do Piauí	R$ 43.025,82
PI	2209559	2263	São Braz do Piauí	R$ 46.736,88

PI	2209609	1191	São Félix do Piauí	R$ 38.138,63
PI	2209658	0380	São Francisco de Assis do Piauí	R$ 54.198,97
PI	2209708	1193	São Francisco do Piauí	R$ 58.012,80
PI	2209757	0382	São Gonçalo do Gurguéia	R$ 38.703,86
PI	2209807	1195	São Gonçalo do Piauí	R$ 49.974,07
PI	2209856	1291	São João da Canabrava	R$ 47.650,37
PI	2209872	0384	São João da Fronteira	R$ 55.837,55
PI	2209906	1197	São João da Serra	R$ 56.391,36
PI	2209955	0386	São João da Varjota	R$ 48.974,94
PI	2209971	0388	São João do Arraial	R$ 66.953,61
PI	2210003	1199	São João do Piauí	R$ 160.301,45
PI	2210052	2285	São José do Divino	R$ 51.863,86
PI	2210102	1201	São José do Peixe	R$ 42.723,22
PI	2210201	1203	São José do Piauí	R$ 59.622,84
PI	2210300	1205	São Julião	R$ 57.670,25
PI	2210359	2265	São Lourenço do Piauí	R$ 47.450,55
PI	2210375	0390	São Luis do Piauí	R$ 36.437,25
PI	2210383	0392	São Miguel da Baixa Grande	R$ 35.341,06
PI	2210391	0394	São Miguel do Fidalgo	R$ 38.692,44
PI	2210409	1207	São Miguel do Tapuio	R$ 143.521,74
PI	2210508	1209	São Pedro do Piauí	R$ 117.161,66
PI	2210607	1211	São Raimundo Nonato	R$ 255.082,23
PI	2210623	0396	Sebastião Barros	R$ 41.147,45
PI	2210631	0398	Sebastião Leal	R$ 45.857,64
PI	2210656	1379	Sigefredo Pacheco	R$ 78.669,16
PI	2210706	1213	Simões	R$ 119.114,25
PI	2210805	1215	Simplício Mendes	R$ 101.026,99
PI	2210904	1217	Socorro do Piauí	R$ 47.427,71
PI	2210938	0400	Sussuapara	R$ 59.765,57
PI	2210953	0402	Tamboril do Piauí	R$ 38.007,32
PI	2210979	0404	Tanque do Piauí	R$ 37.128,08
PI	2211001	1219	Teresina	R$ 6.550.587,47
PI	2211100	1221	União	R$ 325.118,77
PI	2211209	1223	Uruçuí	R$ 165.765,28
PI	2211308	1225	Valença do Piauí	R$ 162.111,31
PI	2211357	2267	Várzea Branca	R$ 49.585,84
PI	2211407	1227	Várzea Grande	R$ 46.411,45
PI	2211506	0406	Vera Mendes	R$ 38.909,39
PI	2211605	0408	Vila Nova do Piauí	R$ 38.304,20
PI	2211704	0410	Wall Ferraz	R$ 46.816,81
PR	4100103	7401	Abatiá	R$ 69.746,46
PR	4100202	7403	Adrianópolis	R$ 60.965,51
PR	4100301	7405	Agudos do Sul	R$ 80.674,11
PR	4100400	7407	Almirante Tamandaré	R$ 831.232,30
PR	4100459	8455	Altamira do Paraná	R$ 38.259,51
PR	4100509	7951	Altônia	R$ 180.268,94
PR	4100608	7409	Alto Paraná	R$ 129.613,44
PR	4100707	7411	Alto Piquiri	R$ 92.386,28
PR	4100806	7413	Alvorada do Sul	R$ 101.349,92
PR	4100905	7415	Amaporã	R$ 62.895,26
PR	4101002	7417	Ampére	R$ 163.689,04
PR	4101051	5463	Anahy	R$ 43.163,82
PR	4101101	7419	Andirá	R$ 168.707,54
PR	4101150	5509	Ângulo	R$ 43.888,91
PR	4101200	7421	Antonina	R$ 162.707,04
PR	4101309	7423	Antônio Olinto	R$ 69.615,14
PR	4101408	7425	Apucarana	R$ 933.768,47
PR	4101507	7427	Arapongas	R$ 856.376,19

PR	4101606	7429	Arapoti	R$ 223.919,09
PR	4101655	0830	Arapuã	R$ 44.688,21
PR	4101705	7431	Araruna	R$ 125.045,97
PR	4101804	7435	Araucária	R$ 1.043.297,68
PR	4101853	0832	Ariranha do Ivaí	R$ 39.207,26
PR	4101903	7437	Assaí	R$ 131.605,99
PR	4102000	7953	Assis Chateaubriand	R$ 262.933,27
PR	4102109	7439	Astorga	R$ 212.477,59
PR	4102208	7441	Atalaia	R$ 49.392,70
PR	4102307	7443	Balsa Nova	R$ 110.113,74
PR	4102406	7445	Bandeirantes	R$ 251.543,15
PR	4102505	7447	Barbosa Ferraz	R$ 102.274,84
PR	4102604	7449	Barracão	R$ 94.892,67
PR	4102703	7451	Barra do Jacaré	R$ 43.049,63
PR	4102752	0834	Bela Vista da Caroba	R$ 47.217,44
PR	4102802	7453	Bela Vista do Paraíso	R$ 133.193,19
PR	4102901	7455	Bituruna	R$ 138.856,84
PR	4103008	7457	Boa Esperança	R$ 50.608,79
PR	4103024	5471	Boa Esperança do Iguaçu	R$ 41.462,44
PR	4103040	0836	Boa Ventura de São Roque	R$ 63.637,47
PR	4103057	7981	Boa Vista da Aparecida	R$ 70.511,51
PR	4103107	7459	Bocaiúva do Sul	R$ 110.130,87
PR	4103156	0838	Bom Jesus do Sul	R$ 47.388,72
PR	4103206	7461	Bom Sucesso	R$ 67.319,99
PR	4103222	9979	Bom Sucesso do Sul	R$ 45.807,24
PR	4103305	7463	Borrazópolis	R$ 64.807,89
PR	4103354	7983	Braganey	R$ 58.156,52
PR	4103370	5521	Brasilândia do Sul	R$ 42.307,42
PR	4103404	7465	Cafeara	R$ 43.923,16
PR	4103453	7985	Cafelândia	R$ 157.797,02
PR	4103479	5491	Cafezal do Sul	R$ 50.260,52
PR	4103503	7467	Califórnia	R$ 76.100,94
PR	4103602	7469	Cambará	R$ 208.189,89
PR	4103701	7471	Cambé	R$ 753.149,19
PR	4103800	7473	Cambira	R$ 72.075,86
PR	4103909	7475	Campina da Lagoa	R$ 126.370,54
PR	4103958	0840	Campina do Simão	R$ 49.364,15
PR	4104006	7477	Campina Grande do Sul	R$ 328.661,39
PR	4104055	8475	Campo Bonito	R$ 49.055,85
PR	4104105	7479	Campo do Tenente	R$ 72.681,05
PR	4104204	7481	Campo Largo	R$ 916.674,74
PR	4104253	0842	Campo Magro	R$ 230.787,41
PR	4104303	7483	Campo Mourão	R$ 677.441,16
PR	4104402	7485	Cândido de Abreu	R$ 131.029,35
PR	4104428	5499	Candói	R$ 136.516,01
PR	4104451	8451	Cantagalo	R$ 112.260,45
PR	4104501	7487	Capanema	R$ 163.529,18
PR	4104600	7489	Capitão Leônidas Marques	R$ 135.379,86
PR	4104659	0844	Carambeí	R$ 188.027,91
PR	4104709	7491	Carlópolis	R$ 127.044,24
PR	4104808	7493	Cascavel	R$ 2.106.359,87
PR	4104907	7495	Castro	R$ 525.870,94
PR	4105003	7497	Catanduvas	R$ 94.401,67
PR	4105102	7499	Centenário do Sul	R$ 98.044,22
PR	4105201	7501	Cerro Azul	R$ 155.850,14
PR	4105300	7957	Céu Azul	R$ 103.399,57
PR	4105409	7503	Chopinzinho	R$ 164.271,40
PR	4105508	7505	Cianorte	R$ 598.507,36

PR	4105607	7507	Cidade Gaúcha	R$ 108.463,75
PR	4105706	7509	Clevelândia	R$ 148.884,76
PR	4105805	7513	Colombo	R$ 1.622.619,88
PR	4105904	7515	Colorado	R$ 200.493,71
PR	4106001	7517	Congonhinhas	R$ 77.516,85
PR	4106100	7519	Conselheiro Mairinck	R$ 49.210,00
PR	4106209	7521	Contenda	R$ 160.446,15
PR	4106308	7523	Corbélia	R$ 151.807,93
PR	4106407	7525	Cornélio Procópio	R$ 363.736,13
PR	4106456	0846	Coronel Domingos Soares	R$ 69.974,83
PR	4106506	7527	Coronel Vivida	R$ 172.721,20
PR	4106555	8479	Corumbataí do Sul	R$ 45.550,32
PR	4106571	5473	Cruzeiro do Iguaçu	R$ 51.448,06
PR	4106605	7529	Cruzeiro do Oeste	R$ 173.851,65
PR	4106704	7531	Cruzeiro do Sul	R$ 52.686,98
PR	4106803	7533	Cruz Machado	R$ 161.154,10
PR	4106852	0848	Cruzmaltina	R$ 44.014,51
PR	4106902	7535	Curitiba	R$ 11.965.763,82
PR	4107009	7537	Curiúva	R$ 131.503,22
PR	4107108	7539	Diamante do Norte	R$ 56.215,35
PR	4107124	5465	Diamante do Sul	R$ 46.806,37
PR	4107157	9915	Diamante D'Oeste	R$ 57.163,10
PR	4107207	7541	Dois Vizinhos	R$ 313.548,80
PR	4107256	8465	Douradina	R$ 77.111,49
PR	4107306	7543	Doutor Camargo	R$ 61.308,07
PR	4107405	7545	Enéas Marques	R$ 61.205,30
PR	4107504	7547	Engenheiro Beltrão	R$ 125.217,25
PR	4107520	0850	Esperança Nova	R$ 36.866,43
PR	4107538	5529	Entre Rios do Oeste	R$ 53.086,63
PR	4107546	0852	Espigão Alto do Iguaçu	R$ 50.677,30
PR	4107553	5511	Farol	R$ 44.808,11
PR	4107603	7549	Faxinal	R$ 152.835,61
PR	4107652	9983	Fazenda Rio Grande	R$ 707.986,07
PR	4107702	7551	Fênix	R$ 54.359,81
PR	4107736	0854	Fernandes Pinheiro	R$ 59.406,86
PR	4107751	8457	Figueira	R$ 71.533,48
PR	4107801	7553	Floraí	R$ 55.313,27
PR	4107850	5475	Flor da Serra do Sul	R$ 53.571,93
PR	4107900	7555	Floresta	R$ 65.846,98
PR	4108007	7557	Florestópolis	R$ 96.451,32
PR	4108106	7559	Flórida	R$ 42.524,38
PR	4108205	7561	Formosa do Oeste	R$ 64.727,96
PR	4108304	7563	Foz do Iguaçu	R$ 1.707.152,20
PR	4108320	7977	Francisco Alves	R$ 61.690,59
PR	4108403	7565	Francisco Beltrão	R$ 646.882,50
PR	4108452	0856	Foz do Jordão	R$ 53.720,37
PR	4108502	7567	General Carneiro	R$ 123.561,55
PR	4108551	9947	Godoy Moreira	R$ 43.991,67
PR	4108601	7569	Goioerê	R$ 228.309,56
PR	4108650	0858	Goioxim	R$ 67.771,03
PR	4108700	7959	Grandes Rios	R$ 59.247,00
PR	4108809	7571	Guaíra	R$ 261.545,90
PR	4108908	7573	Guairaçá	R$ 64.745,08
PR	4108957	0860	Guamiranga	R$ 77.065,81
PR	4109005	7575	Guapirama	R$ 48.878,86
PR	4109104	7577	Guaporema	R$ 39.978,02
PR	4109203	7579	Guaraci	R$ 58.584,72
PR	4109302	7581	Guaraniaçu	R$ 116.493,40

PR	4109401	7583	Guarapuava	R$ 1.267.374,03
PR	4109500	7585	Guaraqueçaba	R$ 70.768,42
PR	4109609	7587	Guaratuba	R$ 284.086,33
PR	4109658	9981	Honório Serpa	R$ 56.923,30
PR	4109708	7589	Ibaiti	R$ 251.526,03
PR	4109757	9949	Ibema	R$ 63.437,65
PR	4109807	7591	Ibiporã	R$ 411.120,19
PR	4109906	7593	Icaraíma	R$ 72.298,52
PR	4110003	7595	Iguaraçu	R$ 52.315,88
PR	4110052	5467	Iguatu	R$ 40.052,24
PR	4110078	0862	Imbaú	R$ 111.084,33
PR	4110102	7597	Imbituva	R$ 258.377,22
PR	4110201	7599	Inácio Martins	R$ 99.745,60
PR	4110300	7601	Inajá	R$ 44.922,29
PR	4110409	7961	Indianópolis	R$ 52.618,47
PR	4110508	7603	Ipiranga	R$ 131.908,59
PR	4110607	7605	Iporã	R$ 124.794,76
PR	4110656	5485	Iracema do Oeste	R$ 40.234,94
PR	4110706	7607	Irati	R$ 446.341,03
PR	4110805	7609	Iretama	R$ 94.287,48
PR	4110904	7611	Itaguajé	R$ 52.669,85
PR	4110953	5525	Itaipulândia	R$ 100.036,78
PR	4111001	7613	Itambaracá	R$ 64.750,79
PR	4111100	7615	Itambé	R$ 62.044,57
PR	4111209	7617	Itapejara d'Oeste	R$ 104.535,73
PR	4111258	5451	Itaperuçu	R$ 226.882,23
PR	4111308	7619	Itaúna do Sul	R$ 43.529,22
PR	4111407	7621	Ivaí	R$ 124.526,42
PR	4111506	7623	Ivaiporã	R$ 255.065,81
PR	4111555	9955	Ivaté	R$ 73.902,85
PR	4111605	7625	Ivatuba	R$ 45.778,69
PR	4111704	7627	Jaboti	R$ 57.282,99
PR	4111803	7629	Jacarezinho	R$ 306.337,92
PR	4111902	7631	Jaguapitã	R$ 123.047,71
PR	4112009	7633	Jaguariaíva	R$ 271.468,71
PR	4112108	7635	Jandaia do Sul	R$ 175.244,73
PR	4112207	7637	Janiópolis	R$ 57.117,42
PR	4112306	7639	Japira	R$ 55.684,38
PR	4112405	7641	Japurá	R$ 80.982,41
PR	4112504	7643	Jardim Alegre	R$ 100.904,60
PR	4112603	7645	Jardim Olinda	R$ 34.771,11
PR	4112702	7647	Jataizinho	R$ 108.098,35
PR	4112751	7997	Jesuítas	R$ 75.198,86
PR	4112801	7649	Joaquim Távora	R$ 104.216,01
PR	4112900	7651	Jundiaí do Sul	R$ 45.967,10
PR	4112959	8463	Juranda	R$ 69.078,46
PR	4113007	7653	Jussara	R$ 67.211,51
PR	4113106	7655	Kaloré	R$ 50.580,24
PR	4113205	7657	Lapa	R$ 365.551,70
PR	4113254	5501	Laranjal	R$ 60.582,98
PR	4113304	7659	Laranjeiras do Sul	R$ 255.573,94
PR	4113403	7661	Leópolis	R$ 49.746,68
PR	4113429	5507	Lidianópolis	R$ 46.069,87
PR	4113452	9959	Lindoeste	R$ 53.868,81
PR	4113502	7663	Loanda	R$ 186.149,54
PR	4113601	7665	Lobato	R$ 54.502,55
PR	4113700	7667	Londrina	R$ 3.483.900,96
PR	4113734	8481	Luiziana	R$ 68.633,14

PR	4113759	8459	Lunardelli	R$ 54.542,51
PR	4113809	7669	Lupionópolis	R$ 55.261,89
PR	4113908	7671	Mallet	R$ 123.104,80
PR	4114005	7673	Mamborê	R$ 120.261,56
PR	4114104	7675	Mandaguaçu	R$ 184.625,15
PR	4114203	7677	Mandaguari	R$ 268.859,55
PR	4114302	7679	Mandirituba	R$ 216.805,26
PR	4114351	0864	Manfrinópolis	R$ 41.850,68
PR	4114401	7511	Mangueirinha	R$ 149.769,70
PR	4114500	7681	Manoel Ribas	R$ 122.374,01
PR	4114609	7683	Marechal Cândido Rondon	R$ 401.905,33
PR	4114708	7685	Maria Helena	R$ 59.583,85
PR	4114807	7687	Marialva	R$ 275.116,97
PR	4114906	7433	Marilândia do Sul	R$ 77.619,62
PR	4115002	7975	Marilena	R$ 67.571,20
PR	4115101	7689	Mariluz	R$ 95.292,33
PR	4115200	7691	Maringá	R$ 2.649.956,46
PR	4115309	7693	Mariópolis	R$ 64.910,65
PR	4115358	5487	Maripá	R$ 59.161,36
PR	4115408	7695	Marmeleiro	R$ 127.312,58
PR	4115457	0866	Marquinho	R$ 52.321,58
PR	4115507	7697	Marumbi	R$ 53.885,94
PR	4115606	7699	Matelândia	R$ 156.786,47
PR	4115705	7963	Matinhos	R$ 270.686,53
PR	4115739	5503	Mato Rico	R$ 45.852,92
PR	4115754	5459	Mauá da Serra	R$ 96.753,91
PR	4115804	7701	Medianeira	R$ 354.332,87
PR	4115853	5531	Mercedes	R$ 58.778,83
PR	4115903	7703	Mirador	R$ 39.806,74
PR	4116000	7705	Miraselva	R$ 37.483,04
PR	4116059	8469	Missal	R$ 97.330,56
PR	4116109	7707	Moreira Sales	R$ 105.432,09
PR	4116208	7709	Morretes	R$ 138.953,90
PR	4116307	7711	Munhoz de Melo	R$ 49.917,96
PR	4116406	7713	Nossa Senhora das Graças	R$ 50.054,98
PR	4116505	7715	Nova Aliança do Ivaí	R$ 35.981,49
PR	4116604	7717	Nova América da Colina	R$ 46.840,63
PR	4116703	7965	Nova Aurora	R$ 96.017,41
PR	4116802	7719	Nova Cantu	R$ 57.442,85
PR	4116901	7721	Nova Esperança	R$ 222.714,42
PR	4116950	5477	Nova Esperança do Sudoeste	R$ 55.981,26
PR	4117008	7723	Nova Fátima	R$ 73.720,15
PR	4117057	5479	Nova Laranjeiras	R$ 102.194,90
PR	4117107	7725	Nova Londrina	R$ 111.666,68
PR	4117206	7967	Nova Olímpia	R$ 60.320,35
PR	4117214	5457	Nova Santa Bárbara	R$ 51.430,93
PR	4117222	7979	Nova Santa Rosa	R$ 74.096,96
PR	4117255	7995	Nova Prata do Iguaçu	R$ 96.451,32
PR	4117271	9913	Nova Tebas	R$ 59.423,99
PR	4117297	5517	Novo Itacolomi	R$ 43.409,32
PR	4117305	7727	Ortigueira	R$ 180.754,23
PR	4117404	7729	Ourizona	R$ 46.743,57
PR	4117453	9965	Ouro Verde do Oeste	R$ 61.405,13
PR	4117503	7731	Paiçandu	R$ 317.202,77
PR	4117602	7733	Palmas	R$ 390.726,46
PR	4117701	7735	Palmeira	R$ 265.873,57
PR	4117800	7737	Palmital	R$ 120.489,93
PR	4117909	7739	Palotina	R$ 254.277,92

PR	4118006	7741	Paraíso do Norte	R$ 124.246,67
PR	4118105	7743	Paranacity	R$ 101.726,74
PR	4118204	7745	Paranaguá	R$ 1.106.631,26
PR	4118303	7747	Paranapoema	R$ 45.458,97
PR	4118402	7749	Paranavaí	R$ 631.358,83
PR	4118451	5533	Pato Bragado	R$ 59.201,33
PR	4118501	7751	Pato Branco	R$ 599.997,49
PR	4118600	7753	Paula Freitas	R$ 60.702,88
PR	4118709	7755	Paulo Frontin	R$ 69.158,39
PR	4118808	7757	Peabiru	R$ 125.194,42
PR	4118857	0868	Perobal	R$ 62.153,05
PR	4118907	7969	Pérola	R$ 100.367,92
PR	4119004	7759	Pérola d'Oeste	R$ 63.409,10
PR	4119103	7761	Piên	R$ 109.000,42
PR	4119152	5453	Pinhais	R$ 917.559,69
PR	4119202	7763	Pinhalão	R$ 63.289,20
PR	4119251	5495	Pinhal de São Bento	R$ 42.764,17
PR	4119301	7765	Pinhão	R$ 257.389,51
PR	4119400	7767	Piraí do Sul	R$ 208.777,95
PR	4119509	7769	Piraquara	R$ 790.276,96
PR	4119608	7771	Pitanga	R$ 245.508,39
PR	4119657	5461	Pitangueiras	R$ 45.578,87
PR	4119707	7773	Planaltina do Paraná	R$ 51.510,86
PR	4119806	7775	Planalto	R$ 122.242,69
PR	4119905	7777	Ponta Grossa	R$ 2.239.284,46
PR	4119954	0870	Pontal do Paraná	R$ 219.174,64
PR	4120002	7779	Porecatu	R$ 119.016,92
PR	4120101	7781	Porto Amazonas	R$ 54.850,82
PR	4120150	0872	Porto Barreiro	R$ 45.653,09
PR	4120200	7783	Porto Rico	R$ 41.782,16
PR	4120309	7785	Porto Vitória	R$ 50.380,41
PR	4120333	0874	Prado Ferreira	R$ 48.599,10
PR	4120358	7991	Pranchita	R$ 56.615,00
PR	4120408	7787	Presidente Castelo Branco	R$ 57.465,69
PR	4120507	7789	Primeiro de Maio	R$ 99.734,18
PR	4120606	7791	Prudentópolis	R$ 397.891,67
PR	4120655	0876	Quarto Centenário	R$ 52.932,48
PR	4120705	7793	Quatiguá	R$ 69.700,78
PR	4120804	7795	Quatro Barras	R$ 188.850,06
PR	4120853	5535	Quatro Pontes	R$ 50.094,95
PR	4120903	7955	Quedas do Iguaçu	R$ 267.163,88
PR	4121000	7797	Querência do Norte	R$ 105.917,39
PR	4121109	7799	Quinta do Sol	R$ 53.280,75
PR	4121208	7801	Quitandinha	R$ 163.100,98
PR	4121257	5527	Ramilândia	R$ 52.584,21
PR	4121307	7803	Rancho Alegre	R$ 48.913,12
PR	4121356	5513	Rancho Alegre D'Oeste	R$ 42.330,26
PR	4121406	7805	Realeza	R$ 150.957,24
PR	4121505	7807	Rebouças	R$ 130.349,94
PR	4121604	7809	Renascença	R$ 66.006,84
PR	4121703	7811	Reserva	R$ 215.926,03
PR	4121752	0878	Reserva do Iguaçu	R$ 72.903,71
PR	4121802	7813	Ribeirão Claro	R$ 97.136,44
PR	4121901	7815	Ribeirão do Pinhal	R$ 110.616,16
PR	4122008	7817	Rio Azul	R$ 132.273,98
PR	4122107	7819	Rio Bom	R$ 45.458,97
PR	4122156	5481	Rio Bonito do Iguaçu	R$ 111.986,40
PR	4122172	0880	Rio Branco do Ivaí	R$ 50.557,40

PR	4122206	7821	Rio Branco do Sul	R$ 257.423,76
PR	4122305	7823	Rio Negro	R$ 267.546,40
PR	4122404	7825	Rolândia	R$ 488.815,06
PR	4122503	7827	Roncador	R$ 92.460,50
PR	4122602	7829	Rondon	R$ 81.861,65
PR	4122651	8473	Rosário do Ivaí	R$ 54.496,84
PR	4122701	7831	Sabáudia	R$ 66.149,58
PR	4122800	7833	Salgado Filho	R$ 47.611,39
PR	4122909	7835	Salto do Itararé	R$ 55.347,53
PR	4123006	7837	Salto do Lontra	R$ 129.699,08
PR	4123105	7839	Santa Amélia	R$ 46.149,80
PR	4123204	7841	Santa Cecília do Pavão	R$ 46.206,89
PR	4123303	7843	Santa Cruz de Monte Castelo	R$ 71.704,75
PR	4123402	7845	Santa Fé	R$ 104.952,51
PR	4123501	7971	Santa Helena	R$ 214.641,43
PR	4123600	7847	Santa Inês	R$ 36.284,08
PR	4123709	7849	Santa Isabel do Ivaí	R$ 76.055,26
PR	4123808	7851	Santa Izabel do Oeste	R$ 128.979,70
PR	4123824	5469	Santa Lúcia	R$ 48.941,66
PR	4123857	5505	Santa Maria do Oeste	R$ 91.124,52
PR	4123907	7853	Santa Mariana	R$ 103.165,49
PR	4123956	5519	Santa Mônica	R$ 49.900,83
PR	4124004	7855	Santana do Itararé	R$ 55.672,96
PR	4124020	9969	Santa Tereza do Oeste	R$ 96.011,70
PR	4124053	8467	Santa Terezinha de Itaipu	R$ 188.313,38
PR	4124103	7859	Santo Antônio da Platina	R$ 353.162,46
PR	4124202	7861	Santo Antônio do Caiuá	R$ 42.250,33
PR	4124301	7863	Santo Antônio do Paraíso	R$ 39.195,84
PR	4124400	7857	Santo Antônio do Sudoeste	R$ 169.478,30
PR	4124509	7865	Santo Inácio	R$ 58.219,32
PR	4124608	7867	São Carlos do Ivaí	R$ 66.440,75
PR	4124707	7869	São Jerônimo da Serra	R$ 100.002,52
PR	4124806	7871	São João	R$ 94.698,56
PR	4124905	7873	São João do Caiuá	R$ 60.600,11
PR	4125001	7875	São João do Ivaí	R$ 94.572,95
PR	4125100	7877	São João do Triunfo	R$ 131.611,70
PR	4125209	7881	São Jorge d'Oeste	R$ 78.841,42
PR	4125308	7879	São Jorge do Ivaí	R$ 58.864,47
PR	4125357	7999	São Jorge do Patrocínio	R$ 59.378,31
PR	4125407	7883	São José da Boa Vista	R$ 62.604,09
PR	4125456	8471	São José das Palmeiras	R$ 48.033,88
PR	4125506	7885	São José dos Pinhais	R$ 2.077.162,36
PR	4125555	5515	São Manoel do Paraná	R$ 39.504,14
PR	4125605	7887	São Mateus do Sul	R$ 354.692,56
PR	4125704	7889	São Miguel do Iguaçu	R$ 220.133,80
PR	4125753	5489	São Pedro do Iguaçu	R$ 60.839,90
PR	4125803	7891	São Pedro do Ivaí	R$ 98.923,46
PR	4125902	7893	São Pedro do Paraná	R$ 40.377,67
PR	4126009	7895	São Sebastião da Amoreira	R$ 77.716,68
PR	4126108	7897	São Tomé	R$ 59.840,77
PR	4126207	7899	Sapopema	R$ 65.630,03
PR	4126256	8461	Sarandi	R$ 687.883,52
PR	4126272	5493	Saudade do Iguaçu	R$ 58.573,30
PR	4126306	7901	Sengés	R$ 164.688,18
PR	4126355	0882	Serranópolis do Iguaçu	R$ 52.835,42
PR	4126405	7903	Sertaneja	R$ 57.340,08
PR	4126504	7905	Sertanópolis	R$ 138.742,65
PR	4126603	7907	Siqueira Campos	R$ 174.331,23

PR	4126652	8477	Sulina	R$ 44.191,50
PR	4126678	0884	Tamarana	R$ 129.767,59
PR	4126702	7909	Tamboara	R$ 56.403,75
PR	4126801	7911	Tapejara	R$ 137.806,32
PR	4126900	7973	Tapira	R$ 58.795,96
PR	4127007	7913	Teixeira Soares	R$ 106.836,59
PR	4127106	7915	Telêmaco Borba	R$ 568.633,81
PR	4127205	7917	Terra Boa	R$ 151.939,25
PR	4127304	7919	Terra Rica	R$ 141.140,57
PR	4127403	7921	Terra Roxa	R$ 154.148,76
PR	4127502	7923	Tibagi	R$ 171.510,82
PR	4127601	7925	Tijucas do Sul	R$ 141.591,61
PR	4127700	7927	Toledo	R$ 965.963,38
PR	4127809	7929	Tomazina	R$ 72.378,46
PR	4127858	7987	Três Barras do Paraná	R$ 104.969,64
PR	4127882	5455	Tunas do Paraná	R$ 77.237,09
PR	4127908	7931	Tuneiras do Oeste	R$ 76.078,10
PR	4127957	7993	Tupãssi	R$ 73.554,58
PR	4127965	8453	Turvo	R$ 120.735,43
PR	4128005	7933	Ubiratã	R$ 174.314,11
PR	4128104	7935	Umuarama	R$ 781.832,86
PR	4128203	7937	União da Vitória	R$ 428.014,09
PR	4128302	7939	Uniflor	R$ 42.044,79
PR	4128401	7941	Uraí	R$ 100.824,67
PR	4128500	7943	Wenceslau Braz	R$ 165.184,89
PR	4128534	5497	Ventania	R$ 104.124,66
PR	4128559	7989	Vera Cruz do Oeste	R$ 75.821,18
PR	4128609	7945	Verê	R$ 68.604,59
PR	4128625	5523	Alto Paraíso	R$ 42.821,26
PR	4128633	5449	Doutor Ulysses	R$ 59.030,05
PR	4128658	5483	Virmond	R$ 50.140,62
PR	4128708	7947	Vitorino	R$ 66.212,38
PR	4128807	7949	Xambrê	R$ 59.595,27
RJ	3300100	5801	Angra dos Reis	R$ 1.352.126,25
RJ	3300159	2919	Aperibé	R$ 95.984,11
RJ	3300209	5803	Araruama	R$ 885.731,63
RJ	3300225	2925	Areal	R$ 100.625,80
RJ	3300233	0770	Armação dos Búzios	R$ 251.071,19
RJ	3300258	5927	Arraial do Cabo	R$ 223.756,62
RJ	3300308	5805	Barra do Piraí	R$ 681.248,59
RJ	3300407	5807	Barra Mansa	R$ 1.241.519,43
RJ	3300456	2909	Belford Roxo	R$ 3.105.580,95
RJ	3300506	5809	Bom Jardim	R$ 207.182,44
RJ	3300605	5811	Bom Jesus do Itabapoana	R$ 269.489,49
RJ	3300704	5813	Cabo Frio	R$ 1.481.956,38
RJ	3300803	5815	Cachoeiras de Macacu	R$ 415.823,02
RJ	3300902	5817	Cambuci	R$ 124.583,29
RJ	3300936	0772	Carapebus	R$ 129.127,91
RJ	3300951	2927	Comendador Levy Gasparian	R$ 70.513,65
RJ	3301009	5819	Campos dos Goytacazes	R$ 3.086.409,03
RJ	3301108	5821	Cantagalo	R$ 158.440,75
RJ	3301157	2915	Cardoso Moreira	R$ 102.058,84
RJ	3301207	5823	Carmo	R$ 151.149,94
RJ	3301306	5825	Casimiro de Abreu	R$ 324.381,27
RJ	3301405	5827	Conceição de Macabu	R$ 175.888,46
RJ	3301504	5829	Cordeiro	R$ 168.454,91
RJ	3301603	5831	Duas Barras	R$ 94.459,72
RJ	3301702	5833	Duque de Caxias	R$ 5.438.926,45

RJ	3301801	5835	Engenheiro Paulo de Frontin	R$ 116.002,17
RJ	3301850	2907	Guapimirim	R$ 424.843,76
RJ	3301876	0774	Iguaba Grande	R$ 212.115,30
RJ	3301900	5837	Itaboraí	R$ 1.562.269,51
RJ	3302007	5839	Itaguaí	R$ 889.265,70
RJ	3302056	5929	Italva	R$ 122.881,91
RJ	3302106	5841	Itaocara	R$ 175.922,72
RJ	3302205	5843	Itaperuna	R$ 704.732,20
RJ	3302254	6003	Itatiaia	R$ 239.281,43
RJ	3302270	2913	Japeri	R$ 713.547,40
RJ	3302304	5845	Laje do Muriaé	R$ 63.628,20
RJ	3302403	5847	Macaé	R$ 1.654.075,51
RJ	3302452	0776	Macuco	R$ 53.602,62
RJ	3302502	5849	Magé	R$ 1.587.841,59
RJ	3302601	5851	Mangaratiba	R$ 326.002,72
RJ	3302700	5853	Maricá	R$ 1.109.034,46
RJ	3302809	5855	Mendes	R$ 149.545,62
RJ	3302858	1116	Mesquita	R$ 1.194.080,62
RJ	3302908	5857	Miguel Pereira	R$ 196.289,04
RJ	3303005	5859	Miracema	R$ 205.629,50
RJ	3303104	5861	Natividade	R$ 123.509,93
RJ	3303203	5863	Nilópolis	R$ 1.116.330,98
RJ	3303302	5865	Niterói	R$ 3.120.870,53
RJ	3303401	5867	Nova Friburgo	R$ 1.277.025,74
RJ	3303500	5869	Nova Iguaçu	R$ 4.876.740,28
RJ	3303609	5871	Paracambi	R$ 377.684,71
RJ	3303708	5873	Paraíba do Sul	R$ 324.957,91
RJ	3303807	5875	Paraty	R$ 311.351,43
RJ	3303856	6005	Paty do Alferes	R$ 209.026,55
RJ	3303906	5877	Petrópolis	R$ 1.936.795,75
RJ	3303955	0778	Pinheiral	R$ 194.108,07
RJ	3304003	5879	Piraí	R$ 217.636,22
RJ	3304102	5881	Porciúncula	R$ 150.875,89
RJ	3304110	0780	Porto Real	R$ 155.648,89
RJ	3304128	2923	Quatis	R$ 117.714,96
RJ	3304144	2911	Queimados	R$ 1.039.659,26
RJ	3304151	6007	Quissamã	R$ 191.504,62
RJ	3304201	5883	Resende	R$ 879.685,45
RJ	3304300	5885	Rio Bonito	R$ 423.039,61
RJ	3304409	5887	Rio Claro	R$ 149.060,32
RJ	3304508	5889	Rio das Flores	R$ 74.641,49
RJ	3304524	2921	Rio das Ostras	R$ 1.041.686,07
RJ	3304557	6001	Rio de Janeiro	R$ 39.392.682,90
RJ	3304607	5891	Santa Maria Madalena	R$ 88.247,97
RJ	3304706	5893	Santo Antônio de Pádua	R$ 307.434,83
RJ	3304755	0782	São Francisco de Itabapoana	R$ 305.870,48
RJ	3304805	5895	São Fidélis	R$ 285.682,29
RJ	3304904	5897	São Gonçalo	R$ 6.382.353,03
RJ	3305000	5899	São João da Barra	R$ 263.814,41
RJ	3305109	5901	São João de Meriti	R$ 2.885.771,80
RJ	3305133	0784	São José de Ubá	R$ 62.577,68
RJ	3305158	6009	São José do Vale do Rio Preto	R$ 167.706,99
RJ	3305208	5903	São Pedro da Aldeia	R$ 711.880,28
RJ	3305307	5905	São Sebastião do Alto	R$ 75.058,28
RJ	3305406	5907	Sapucaia	R$ 147.341,82
RJ	3305505	5909	Saquarema	R$ 610.069,24
RJ	3305554	0786	Seropédica	R$ 570.914,66
RJ	3305604	5911	Silva Jardim	R$ 167.587,10

RJ	3305703	5913	Sumidouro	R$ 125.256,99
RJ	3305752	0788	Tanguá	R$ 253.577,59
RJ	3305802	5915	Teresópolis	R$ 1.231.139,87
RJ	3305901	5917	Trajano de Moraes	R$ 89.515,44
RJ	3306008	5919	Três Rios	R$ 568.014,32
RJ	3306107	5921	Valença	R$ 530.651,33
RJ	3306156	2917	Varre-Sai	R$ 91.650,73
RJ	3306206	5923	Vassouras	R$ 268.347,62
RJ	3306305	5925	Volta Redonda	R$ 1.747.365,94
RN	2400109	1601	Acari	R$ 97.890,82
RN	2400208	1603	Açu	R$ 425.595,38
RN	2400307	1605	Afonso Bezerra	R$ 97.314,17
RN	2400406	1607	Água Nova	R$ 44.300,54
RN	2400505	1609	Alexandria	R$ 120.405,22
RN	2400604	1611	Almino Afonso	R$ 52.767,47
RN	2400703	1613	Alto do Rodrigues	R$ 125.840,50
RN	2400802	1615	Angicos	R$ 101.190,81
RN	2400901	1617	Antônio Martins	R$ 66.526,95
RN	2401008	1619	Apodi	R$ 273.274,35
RN	2401107	1621	Areia Branca	R$ 218.616,42
RN	2401206	1623	Arês	R$ 124.567,32
RN	2401305	1625	Campo Grande	R$ 80.857,37
RN	2401404	1627	Baía Formosa	R$ 78.664,98
RN	2401453	3003	Baraúna	R$ 222.042,02
RN	2401503	1629	Barcelona	R$ 48.559,69
RN	2401602	1631	Bento Fernandes	R$ 57.117,98
RN	2401651	0412	Bodó	R$ 38.425,64
RN	2401701	1633	Bom Jesus	R$ 92.603,98
RN	2401800	1635	Brejinho	R$ 106.814,50
RN	2401859	0414	Caiçara do Norte	R$ 63.124,19
RN	2401909	1637	Caiçara do Rio do Vento	R$ 46.766,97
RN	2402006	1639	Caicó	R$ 490.895,49
RN	2402105	1641	Campo Redondo	R$ 98.353,27
RN	2402204	1643	Canguaretama	R$ 264.316,41
RN	2402303	1645	Caraúbas	R$ 168.468,87
RN	2402402	1647	Carnaúba dos Dantas	R$ 72.436,11
RN	2402501	1649	Carnaubais	R$ 95.738,40
RN	2402600	1651	Ceará-Mirim	R$ 531.131,65
RN	2402709	1653	Cerro Corá	R$ 98.136,32
RN	2402808	1655	Coronel Ezequiel	R$ 57.169,36
RN	2402907	1657	Coronel João Pessoa	R$ 53.778,02
RN	2403004	1659	Cruzeta	R$ 71.397,01
RN	2403103	1661	Currais Novos	R$ 341.477,32
RN	2403202	1663	Doutor Severiano	R$ 66.133,01
RN	2403251	1779	Parnamirim	R$ 1.764.293,99
RN	2403301	1665	Encanto	R$ 57.922,99
RN	2403400	1667	Equador	R$ 60.246,69
RN	2403509	1669	Espírito Santo	R$ 94.288,23
RN	2403608	1671	Extremoz	R$ 223.235,27
RN	2403707	1673	Felipe Guerra	R$ 59.904,13
RN	2403756	0416	Fernando Pedroza	R$ 43.170,09
RN	2403806	1675	Florânia	R$ 77.780,04
RN	2403905	1677	Francisco Dantas	R$ 41.856,94
RN	2404002	1751	Frutuoso Gomes	R$ 48.959,35
RN	2404101	1679	Galinhos	R$ 41.639,99
RN	2404200	1681	Goianinha	R$ 210.360,73
RN	2404309	1683	Governador Dix-Sept Rosado	R$ 108.744,25
RN	2404408	1685	Grossos	R$ 93.591,69

RN	2404507	1687	Guamaré	R$ 132.292,04
RN	2404606	1689	Ielmo Marinho	R$ 121.484,28
RN	2404705	1691	Ipanguaçu	R$ 131.332,87
RN	2404804	1693	Ipueira	R$ 38.528,40
RN	2404853	0418	Itajá	R$ 68.827,81
RN	2404903	1695	Itaú	R$ 59.293,23
RN	2405009	1697	Jaçanã	R$ 77.877,10
RN	2405108	1699	Jandaíra	R$ 65.002,56
RN	2405207	1701	Janduís	R$ 55.810,54
RN	2405306	1703	Januário Cicco	R$ 83.860,47
RN	2405405	1705	Japi	R$ 54.594,46
RN	2405504	1707	Jardim de Angicos	R$ 40.646,57
RN	2405603	1709	Jardim de Piranhas	R$ 127.598,97
RN	2405702	1711	Jardim do Seridó	R$ 105.084,57
RN	2405801	1713	João Câmara	R$ 268.193,04
RN	2405900	1715	João Dias	R$ 40.886,36
RN	2406007	1717	José da Penha	R$ 59.710,01
RN	2406106	1719	Jucurutu	R$ 155.919,76
RN	2406155	1108	Jundiá	R$ 47.988,76
RN	2406205	1723	Lagoa d'Anta	R$ 64.380,24
RN	2406304	1725	Lagoa de Pedras	R$ 68.804,97
RN	2406403	1727	Lagoa de Velhos	R$ 41.331,68
RN	2406502	1729	Lagoa Nova	R$ 132.035,12
RN	2406601	1731	Lagoa Salgada	R$ 72.807,21
RN	2406700	1733	Lajes	R$ 98.695,83
RN	2406809	1735	Lajes Pintadas	R$ 52.904,49
RN	2406908	1737	Lucrécia	R$ 48.548,28
RN	2407005	1739	Luís Gomes	R$ 92.067,30
RN	2407104	1741	Macaíba	R$ 572.781,20
RN	2407203	1743	Macau	R$ 250.260,04
RN	2407252	0420	Major Sales	R$ 48.685,30
RN	2407302	1745	Marcelino Vieira	R$ 73.389,56
RN	2407401	1747	Martins	R$ 75.547,69
RN	2407500	1749	Maxaranguape	R$ 104.941,84
RN	2407609	1721	Messias Targino	R$ 52.002,42
RN	2407708	1753	Montanhas	R$ 98.547,39
RN	2407807	1755	Monte Alegre	R$ 179.647,73
RN	2407906	1757	Monte das Gameleiras	R$ 37.751,94
RN	2408003	1759	Mossoró	R$ 1.969.310,27
RN	2408102	1761	Natal	R$ 5.976.775,20
RN	2408201	1763	Nísia Floresta	R$ 217.634,42
RN	2408300	1765	Nova Cruz	R$ 290.404,85
RN	2408409	1767	Olho d'Água do Borges	R$ 50.044,12
RN	2408508	1769	Ouro Branco	R$ 53.207,09
RN	2408607	1771	Paraná	R$ 50.021,28
RN	2408706	1773	Paraú	R$ 47.246,55
RN	2408805	1775	Parazinho	R$ 55.633,55
RN	2408904	1777	Parelhas	R$ 174.086,85
RN	2408953	0422	Rio do Fogo	R$ 96.246,53
RN	2409100	1781	Passa e Fica	R$ 110.114,49
RN	2409209	1783	Passagem	R$ 43.369,92
RN	2409308	1785	Patu	R$ 107.134,22
RN	2409332	0424	Santa Maria	R$ 57.426,28
RN	2409407	1787	Pau dos Ferros	R$ 233.574,86
RN	2409506	1789	Pedra Grande	R$ 44.214,90
RN	2409605	1791	Pedra Preta	R$ 39.767,33
RN	2409704	1793	Pedro Avelino	R$ 64.077,65
RN	2409803	1795	Pedro Velho	R$ 127.421,98

RN	2409902	1797	Pendências	R$ 129.266,10
RN	2410009	1799	Pilões	R$ 47.646,20
RN	2410108	1801	Poço Branco	R$ 130.887,55
RN	2410207	1803	Portalegre	R$ 70.649,09
RN	2410256	0426	Porto do Mangue	R$ 62.484,75
RN	2410306	1805	Serra Caiada	R$ 93.660,20
RN	2410405	1807	Pureza	R$ 80.663,25
RN	2410504	1809	Rafael Fernandes	R$ 54.839,96
RN	2410603	1893	Rafael Godeiro	R$ 44.009,36
RN	2410702	1811	Riacho da Cruz	R$ 46.167,49
RN	2410801	1813	Riacho de Santana	R$ 49.735,82
RN	2410900	1815	Riachuelo	R$ 72.139,22
RN	2411007	1817	Rodolfo Fernandes	R$ 51.237,37
RN	2411056	0428	Tibau	R$ 49.176,30
RN	2411106	1819	Ruy Barbosa	R$ 46.287,38
RN	2411205	1823	Santa Cruz	R$ 303.713,30
RN	2411403	1827	Santana do Matos	R$ 107.339,75
RN	2411429	1825	Santana do Seridó	R$ 41.034,80
RN	2411502	1829	Santo Antônio	R$ 197.845,89
RN	2411601	1831	São Bento do Norte	R$ 41.417,32
RN	2411700	1833	São Bento do Trairí	R$ 51.134,60
RN	2411809	1835	São Fernando	R$ 46.196,03
RN	2411908	1821	São Francisco do Oeste	R$ 49.872,84
RN	2412005	1837	São Gonçalo do Amarante	R$ 718.919,03
RN	2412104	1839	São João do Sabugi	R$ 61.091,67
RN	2412203	1841	São José de Mipibu	R$ 327.835,21
RN	2412302	1843	São José do Campestre	R$ 107.710,86
RN	2412401	1845	São José do Seridó	R$ 52.190,83
RN	2412500	1847	São Miguel	R$ 185.745,30
RN	2412559	0430	São Miguel do Gostoso	R$ 93.015,05
RN	2412609	1849	São Paulo do Potengi	R$ 151.831,89
RN	2412708	1851	São Pedro	R$ 59.824,20
RN	2412807	1853	São Rafael	R$ 72.561,71
RN	2412906	1855	São Tomé	R$ 97.428,36
RN	2413003	1857	São Vicente	R$ 62.410,53
RN	2413102	1859	Senador Elói de Souza	R$ 60.480,77
RN	2413201	1861	Senador Georgino Avelino	R$ 51.083,22
RN	2413300	1863	Serra de São Bento	R$ 58.630,95
RN	2413359	1927	Serra do Mel	R$ 102.469,70
RN	2413409	1865	Serra Negra do Norte	R$ 71.853,76
RN	2413508	1867	Serrinha	R$ 61.297,21
RN	2413557	0432	Serrinha dos Pintos	R$ 53.138,58
RN	2413607	1869	Severiano Melo	R$ 39.664,56
RN	2413706	1871	Sítio Novo	R$ 57.260,71
RN	2413805	1873	Taboleiro Grande	R$ 40.383,94
RN	2413904	1875	Taipu	R$ 104.416,58
RN	2414001	1877	Tangará	R$ 132.680,28
RN	2414100	1879	Tenente Ananias	R$ 95.892,55
RN	2414159	0434	Tenente Laurentino Cruz	R$ 59.715,72
RN	2414209	1881	Tibau do Sul	R$ 123.847,94
RN	2414308	1883	Timbaúba dos Batistas	R$ 39.516,12
RN	2414407	1885	Touros	R$ 258.669,88
RN	2414456	0436	Triunfo Potiguar	R$ 44.214,90
RN	2414506	1887	Umarizal	R$ 94.573,70
RN	2414605	1889	Upanema	R$ 126.582,71
RN	2414704	1891	Várzea	R$ 57.135,11
RN	2414753	0438	Venha-Ver	R$ 49.581,66
RN	2414803	1895	Vera Cruz	R$ 105.569,86

RN	2414902	1897	Viçosa	R$ 35.542,43
RN	2415008	1899	Vila Flor	R$ 43.832,37
RO	1100015	0033	Alta Floresta D'Oeste	R$ 174.130,10
RO	1100023	0007	Ariquemes	R$ 714.407,16
RO	1100031	0037	Cabixi	R$ 48.812,05
RO	1100049	0009	Cacoal	R$ 573.601,70
RO	1100056	0027	Cerejeiras	R$ 130.161,56
RO	1100064	0023	Colorado do Oeste	R$ 127.643,75
RO	1100072	0981	Corumbiara	R$ 60.681,74
RO	1100080	0021	Costa Marques	R$ 141.625,90
RO	1100098	0025	Espigão D'Oeste	R$ 234.124,73
RO	1100106	0001	Guajará-Mirim	R$ 325.236,19
RO	1100114	0015	Jaru	R$ 363.375,51
RO	1100122	0005	Ji-Paraná	R$ 847.230,98
RO	1100130	0039	Machadinho D'Oeste	R$ 283.774,05
RO	1100148	0041	Nova Brasilândia D'Oeste	R$ 153.860,99
RO	1100155	0017	Ouro Preto do Oeste	R$ 261.187,95
RO	1100189	0011	Pimenta Bueno	R$ 264.756,28
RO	1100205	0003	Porto Velho	R$ 3.543.063,14
RO	1100254	0019	Presidente Médici	R$ 145.365,51
RO	1100262	0687	Rio Crespo	R$ 39.974,01
RO	1100288	0029	Rolim de Moura	R$ 382.119,23
RO	1100296	0043	Santa Luzia D'Oeste	R$ 55.566,19
RO	1100304	0013	Vilhena	R$ 662.519,78
RO	1100320	0045	São Miguel do Guaporé	R$ 174.472,66
RO	1100338	0047	Nova Mamoré	R$ 223.899,32
RO	1100346	0035	Alvorada D'Oeste	R$ 113.083,96
RO	1100379	0002	Alto Alegre dos Parecis	R$ 106.404,05
RO	1100403	0675	Alto Paraíso	R$ 159.307,69
RO	1100452	0004	Buritis	R$ 281.850,01
RO	1100502	0689	Novo Horizonte do Oeste	R$ 67.230,34
RO	1100601	0677	Cacaulândia	R$ 54.053,21
RO	1100700	0679	Campo Novo de Rondônia	R$ 111.531,02
RO	1100809	0681	Candeias do Jamari	R$ 195.528,67
RO	1100908	0691	Castanheiras	R$ 35.908,97
RO	1100924	0006	Chupinguaia	R$ 88.487,17
RO	1100940	0008	Cujubim	R$ 187.090,28
RO	1101005	0693	Governador Jorge Teixeira	R$ 62.828,45
RO	1101104	0683	Itapuã do Oeste	R$ 84.353,62
RO	1101203	0695	Ministro Andreazza	R$ 79.797,58
RO	1101302	0697	Mirante da Serra	R$ 87.145,48
RO	1101401	0685	Monte Negro	R$ 121.311,10
RO	1101435	0010	Nova União	R$ 58.278,12
RO	1101450	0012	Parecis	R$ 53.162,56
RO	1101468	0014	Pimenteiras do Oeste	R$ 30.867,63
RO	1101476	0016	Primavera de Rondônia	R$ 34.789,94
RO	1101484	0018	São Felipe D'Oeste	R$ 48.012,74
RO	1101492	0020	São Francisco do Guaporé	R$ 152.673,45
RO	1101500	0699	Seringueiras	R$ 92.335,26
RO	1101559	0022	Teixeirópolis	R$ 43.079,88
RO	1101609	0975	Theobroma	R$ 84.273,69
RO	1101708	0977	Urupá	R$ 90.114,33
RO	1101757	0024	Vale do Anari	R$ 88.612,78
RO	1101807	0979	Vale do Paraíso	R$ 57.450,26
RR	1400027	0026	Amajari	R$ 86.630,67
RR	1400050	0305	Alto Alegre	R$ 105.519,32
RR	1400100	0301	Boa Vista	R$ 3.569.560,69
RR	1400159	0307	Bonfim	R$ 84.421,16

RR	1400175	0028	Cantá	R$ 125.041,70
RR	1400209	0303	Caracaraí	R$ 145.543,90
RR	1400233	0030	Caroebe	R$ 68.238,74
RR	1400282	0032	Iracema	R$ 81.800,58
RR	1400308	0309	Mucajaí	R$ 122.289,80
RR	1400407	0311	Normandia	R$ 78.032,42
RR	1400456	0034	Pacaraima	R$ 119.709,18
RR	1400472	0036	Rorainópolis	R$ 195.965,16
RR	1400506	0313	São João da Baliza	R$ 57.002,78
RR	1400605	0315	São Luiz	R$ 55.775,28
RR	1400704	0038	Uiramutã	R$ 73.858,91
RS	4300034	1118	Aceguá	R$ 51.568,19
RS	4300059	8499	Água Santa	R$ 44.985,33
RS	4300109	8501	Agudo	R$ 141.154,80
RS	4300208	8503	Ajuricaba	R$ 63.689,09
RS	4300307	8505	Alecrim	R$ 57.557,27
RS	4300406	8507	Alegrete	R$ 522.353,11
RS	4300455	8497	Alegria	R$ 43.363,88
RS	4300471	1120	Almirante Tamandaré do Sul	R$ 34.799,89
RS	4300505	8509	Alpestre	R$ 59.315,75
RS	4300554	8495	Alto Alegre	R$ 32.938,65
RS	4300570	6045	Alto Feliz	R$ 40.874,62
RS	4300604	8511	Alvorada	R$ 1.402.355,61
RS	4300638	8493	Amaral Ferrador	R$ 63.729,06
RS	4300646	5969	Ametista do Sul	R$ 65.887,18
RS	4300661	8491	André da Rocha	R$ 31.197,30
RS	4300703	8513	Anta Gorda	R$ 57.734,26
RS	4300802	8515	Antônio Prado	R$ 105.955,76
RS	4300851	5779	Arambaré	R$ 44.031,87
RS	4300877	0952	Araricá	R$ 56.118,52
RS	4300901	8517	Aratiba	R$ 59.184,43
RS	4301008	8519	Arroio do Meio	R$ 165.956,12
RS	4301057	8489	Arroio do Sal	R$ 81.051,16
RS	4301073	1122	Arroio do Padre	R$ 40.355,07
RS	4301107	8521	Arroio dos Ratos	R$ 120.103,99
RS	4301206	8523	Arroio do Tigre	R$ 107.799,88
RS	4301305	8525	Arroio Grande	R$ 151.614,29
RS	4301404	8527	Arvorezinha	R$ 90.963,07
RS	4301503	8529	Augusto Pestana	R$ 61.616,61
RS	4301552	8487	Áurea	R$ 43.877,72
RS	4301602	8531	Bagé	R$ 825.303,55
RS	4301636	0954	Balneário Pinhal	R$ 119.630,12
RS	4301651	8485	Barão	R$ 58.819,04
RS	4301701	8533	Barão de Cotegipe	R$ 61.399,65
RS	4301750	5771	Barão do Triunfo	R$ 66.332,51
RS	4301800	8535	Barracão	R$ 53.703,48
RS	4301859	6069	Barra do Guarita	R$ 42.130,67
RS	4301875	0956	Barra do Quaraí	R$ 47.651,59
RS	4301909	8537	Barra do Ribeiro	R$ 108.473,58
RS	4301925	5959	Barra do Rio Azul	R$ 33.235,53
RS	4301958	5943	Barra Funda	R$ 38.082,75
RS	4302006	8539	Barros Cassal	R$ 95.387,80
RS	4302055	0958	Benjamin Constant do Sul	R$ 34.971,17
RS	4302105	8541	Bento Gonçalves	R$ 821.369,82
RS	4302154	5981	Boa Vista das Missões	R$ 35.564,94
RS	4302204	8543	Boa Vista do Buricá	R$ 61.907,78
RS	4302220	1124	Boa Vista do Cadeado	R$ 37.688,81
RS	4302238	1126	Boa Vista do Incra	R$ 38.448,15

RS	4302253	0960	Boa Vista do Sul	R$ 39.475,83
RS	4302303	8545	Bom Jesus	R$ 96.244,20
RS	4302352	9823	Bom Princípio	R$ 119.555,90
RS	4302378	6071	Bom Progresso	R$ 34.674,29
RS	4302402	8547	Bom Retiro do Sul	R$ 101.833,63
RS	4302451	8483	Boqueirão do Leão	R$ 67.628,53
RS	4302501	8549	Bossoroca	R$ 59.435,64
RS	4302584	1128	Bozano	R$ 35.707,67
RS	4302600	8551	Braga	R$ 42.730,15
RS	4302659	8449	Brochier	R$ 52.555,90
RS	4302709	8553	Butiá	R$ 166.732,59
RS	4302808	8555	Caçapava do Sul	R$ 254.868,52
RS	4302907	8557	Cacequi	R$ 103.163,90
RS	4303004	8559	Cachoeira do Sul	R$ 579.384,11
RS	4303103	8561	Cachoeirinha	R$ 885.406,16
RS	4303202	8563	Cacique Doble	R$ 52.504,52
RS	4303301	8565	Caibaté	R$ 51.254,18
RS	4303400	8567	Caiçara	R$ 50.666,11
RS	4303509	8569	Camaquã	R$ 472.652,90
RS	4303558	8447	Camargo	R$ 39.190,36
RS	4303608	8571	Cambará do Sul	R$ 60.303,46
RS	4303673	6013	Campestre da Serra	R$ 42.929,97
RS	4303707	8573	Campina das Missões	R$ 54.839,63
RS	4303806	8575	Campinas do Sul	R$ 54.725,45
RS	4303905	8577	Campo Bom	R$ 475.227,80
RS	4304002	8579	Campo Novo	R$ 49.187,40
RS	4304101	8445	Campos Borges	R$ 42.541,74
RS	4304200	8581	Candelária	R$ 241.971,14
RS	4304309	8583	Cândido Godói	R$ 58.973,19
RS	4304358	6083	Candiota	R$ 78.304,97
RS	4304408	8585	Canela	R$ 335.530,93
RS	4304507	8587	Canguçu	R$ 406.464,14
RS	4304606	8589	Canoas	R$ 2.180.599,90
RS	4304614	1130	Canudos do Vale	R$ 33.383,98
RS	4304622	1132	Capão Bonito do Sul	R$ 33.030,00
RS	4304630	8915	Capão da Canoa	R$ 389.358,99
RS	4304655	1134	Capão do Cipó	R$ 44.431,53
RS	4304663	8973	Capão do Leão	R$ 199.790,11
RS	4304671	0962	Capivari do Sul	R$ 50.192,24
RS	4304689	8443	Capela de Santana	R$ 99.618,41
RS	4304697	6025	Capitão	R$ 39.327,39
RS	4304705	8591	Carazinho	R$ 448.953,47
RS	4304713	0964	Caraá	R$ 70.802,92
RS	4304804	8593	Carlos Barbosa	R$ 225.362,19
RS	4304853	5961	Carlos Gomes	R$ 31.448,51
RS	4304903	8595	Casca	R$ 75.147,72
RS	4304952	8441	Caseiros	R$ 41.868,04
RS	4305009	8597	Catuípe	R$ 73.680,42
RS	4305108	8599	Caxias do Sul	R$ 3.118.585,49
RS	4305116	5963	Centenário	R$ 40.092,44
RS	4305124	0966	Cerrito	R$ 58.362,29
RS	4305132	8439	Cerro Branco	R$ 50.369,23
RS	4305157	8437	Cerro Grande	R$ 36.781,03
RS	4305173	8435	Cerro Grande do Sul	R$ 101.325,50
RS	4305207	8601	Cerro Largo	R$ 120.001,22
RS	4305306	8603	Chapada	R$ 76.506,54
RS	4305355	8693	Charqueadas	R$ 303.638,11
RS	4305371	5965	Charrua	R$ 42.307,66

RS	4305405	8605	Chiapetta	R$ 45.031,01
RS	4305439	0968	Chuí	R$ 61.862,11
RS	4305447	0970	Chuvisca	R$ 54.651,23
RS	4305454	8433	Cidreira	R$ 132.110,71
RS	4305504	8607	Ciríaco	R$ 50.688,95
RS	4305587	6029	Colinas	R$ 37.506,11
RS	4305603	8609	Colorado	R$ 41.713,89
RS	4305702	8611	Condor	R$ 62.141,87
RS	4305801	8613	Constantina	R$ 80.171,92
RS	4305835	1136	Coqueiro Baixo	R$ 32.156,47
RS	4305850	5945	Coqueiros do Sul	R$ 36.752,48
RS	4305871	6055	Coronel Barros	R$ 37.968,57
RS	4305900	8615	Coronel Bicaco	R$ 65.407,60
RS	4305934	1138	Coronel Pilar	R$ 32.881,56
RS	4305959	8977	Cotiporã	R$ 45.584,81
RS	4305975	5797	Coxilha	R$ 39.321,68
RS	4306007	8617	Crissiumal	R$ 116.090,33
RS	4306056	8431	Cristal	R$ 69.312,78
RS	4306072	0972	Cristal do Sul	R$ 39.841,23
RS	4306106	8619	Cruz Alta	R$ 438.613,88
RS	4306130	1140	Cruzaltense	R$ 34.051,97
RS	4306205	8621	Cruzeiro do Sul	R$ 101.947,81
RS	4306304	8623	David Canabarro	R$ 50.648,99
RS	4306320	6073	Derrubadas	R$ 39.601,44
RS	4306353	8429	Dezesseis de Novembro	R$ 37.443,31
RS	4306379	0974	Dilermando de Aguiar	R$ 40.794,69
RS	4306403	8625	Dois Irmãos	R$ 249.427,53
RS	4306429	5971	Dois Irmãos das Missões	R$ 35.153,87
RS	4306452	8427	Dois Lajeados	R$ 42.998,49
RS	4306502	8627	Dom Feliciano	R$ 127.314,87
RS	4306551	0976	Dom Pedro de Alcântara	R$ 38.054,21
RS	4306601	8629	Dom Pedrito	R$ 290.346,79
RS	4306700	8631	Dona Francisca	R$ 40.948,84
RS	4306734	8425	Doutor Maurício Cardoso	R$ 49.558,50
RS	4306759	0978	Doutor Ricardo	R$ 34.908,37
RS	4306767	8423	Eldorado do Sul	R$ 306.469,94
RS	4306809	8633	Encantado	R$ 176.809,55
RS	4306908	8635	Encruzilhada do Sul	R$ 202.776,09
RS	4306924	5947	Engenho Velho	R$ 29.490,22
RS	4306932	8419	Entre-Ijuís	R$ 71.973,33
RS	4306957	8421	Entre Rios do Sul	R$ 39.527,21
RS	4306973	8417	Erebango	R$ 40.663,37
RS	4307005	8637	Erechim	R$ 730.197,04
RS	4307054	8415	Ernestina	R$ 41.673,92
RS	4307104	8639	Herval	R$ 62.530,10
RS	4307203	8641	Erval Grande	R$ 51.328,40
RS	4307302	8643	Erval Seco	R$ 63.049,65
RS	4307401	8645	Esmeralda	R$ 42.324,79
RS	4307450	0980	Esperança do Sul	R$ 40.292,26
RS	4307500	8647	Espumoso	R$ 128.308,30
RS	4307559	7301	Estação	R$ 57.602,95
RS	4307609	8649	Estância Velha	R$ 364.214,60
RS	4307708	8651	Esteio	R$ 585.099,15
RS	4307807	8653	Estrela	R$ 257.677,51
RS	4307815	0982	Estrela Velha	R$ 44.454,37
RS	4307831	8413	Eugênio de Castro	R$ 37.266,32
RS	4307864	8411	Fagundes Varela	R$ 39.178,95
RS	4307906	8655	Farroupilha	R$ 515.170,78

RS	4308003	8657	Faxinal do Soturno	R$ 61.707,96
RS	4308052	8409	Faxinalzinho	R$ 36.803,86
RS	4308078	0984	Fazenda Vilanova	R$ 49.467,16
RS	4308102	8659	Feliz	R$ 108.793,30
RS	4308201	8661	Flores da Cunha	R$ 238.431,36
RS	4308250	0986	Floriano Peixoto	R$ 33.669,44
RS	4308300	8663	Fontoura Xavier	R$ 90.277,95
RS	4308409	8665	Formigueiro	R$ 61.633,73
RS	4308433	1142	Forquetinha	R$ 37.357,67
RS	4308458	9827	Fortaleza dos Valos	R$ 48.251,07
RS	4308508	8667	Frederico Westphalen	R$ 241.674,26
RS	4308607	8669	Garibaldi	R$ 263.124,20
RS	4308656	6081	Garruchos	R$ 40.280,85
RS	4308706	8671	Gaurama	R$ 55.182,19
RS	4308805	8673	General Câmara	R$ 71.459,49
RS	4308854	5799	Gentil	R$ 32.915,81
RS	4308904	8677	Getúlio Vargas	R$ 131.870,92
RS	4309001	8679	Giruá	R$ 138.545,63
RS	4309050	8407	Glorinha	R$ 69.820,91
RS	4309100	8681	Gramado	R$ 269.758,44
RS	4309126	5949	Gramado dos Loureiros	R$ 35.473,59
RS	4309159	5763	Gramado Xavier	R$ 48.279,62
RS	4309209	8683	Gravataí	R$ 1.808.939,74
RS	4309258	8405	Guabiju	R$ 32.167,89
RS	4309308	8685	Guaíba	R$ 678.264,48
RS	4309407	8687	Guaporé	R$ 201.919,69
RS	4309506	8689	Guarani das Missões	R$ 66.617,98
RS	4309555	8403	Harmonia	R$ 51.368,36
RS	4309571	0988	Herveiras	R$ 40.817,52
RS	4309605	8691	Horizontina	R$ 157.529,15
RS	4309654	6085	Hulha Negra	R$ 62.273,18
RS	4309704	8695	Humaitá	R$ 50.774,59
RS	4309753	8401	Ibarama	R$ 48.742,07
RS	4309803	8697	Ibiaçá	R$ 50.472,00
RS	4309902	8699	Ibiraiaras	R$ 65.047,91
RS	4309951	7299	Ibirapuitã	R$ 46.498,30
RS	4310009	8701	Ibirubá	R$ 163.358,38
RS	4310108	8703	Igrejinha	R$ 273.566,57
RS	4310207	8705	Ijuí	R$ 586.657,79
RS	4310306	8707	Ilópolis	R$ 46.869,41
RS	4310330	7297	Imbé	R$ 177.346,23
RS	4310363	7295	Imigrante	R$ 41.399,87
RS	4310405	8709	Independência	R$ 58.796,20
RS	4310413	6051	Inhacorá	R$ 36.295,73
RS	4310439	8399	Ipê	R$ 61.496,71
RS	4310462	7399	Ipiranga do Sul	R$ 34.371,69
RS	4310504	8711	Iraí	R$ 64.928,02
RS	4310538	0990	Itaara	R$ 54.982,37
RS	4310553	7397	Itacurubi	R$ 43.369,59
RS	4310579	6027	Itapuca	R$ 35.542,10
RS	4310603	8713	Itaqui	R$ 285.545,25
RS	4310652	1144	Itati	R$ 37.397,64
RS	4310702	8715	Itatiba do Sul	R$ 42.564,58
RS	4310751	7395	Ivorá	R$ 34.491,59
RS	4310801	8717	Ivoti	R$ 193.732,51
RS	4310850	7393	Jaboticaba	R$ 45.339,31
RS	4310876	1146	Jacuizinho	R$ 38.956,28
RS	4310900	8719	Jacutinga	R$ 43.917,69

RS	4311007	8721	Jaguarão	R$ 207.360,68
RS	4311106	8723	Jaguari	R$ 93.383,82
RS	4311122	7391	Jaquirana	R$ 44.802,63
RS	4311130	0992	Jari	R$ 43.586,55
RS	4311155	9829	Jóia	R$ 72.458,62
RS	4311205	8725	Júlio de Castilhos	R$ 157.323,61
RS	4311239	1148	Lagoa Bonita do Sul	R$ 40.160,95
RS	4311254	7389	Lagoão	R$ 60.423,36
RS	4311270	5951	Lagoa dos Três Cantos	R$ 32.773,08
RS	4311304	8727	Lagoa Vermelha	R$ 213.795,09
RS	4311403	8729	Lajeado	R$ 589.735,12
RS	4311429	5983	Lajeado do Bugre	R$ 38.225,49
RS	4311502	8731	Lavras do Sul	R$ 66.292,55
RS	4311601	8733	Liberato Salzano	R$ 53.383,76
RS	4311627	6017	Lindolfo Collor	R$ 58.151,04
RS	4311643	6047	Linha Nova	R$ 33.372,56
RS	4311700	8735	Machadinho	R$ 54.674,06
RS	4311718	0994	Maçambará	R$ 49.775,46
RS	4311734	0996	Mampituba	R$ 40.606,28
RS	4311759	6079	Manoel Viana	R$ 65.259,16
RS	4311775	5783	Maquiné	R$ 61.919,20
RS	4311791	6039	Maratá	R$ 38.950,57
RS	4311809	8737	Marau	R$ 330.752,22
RS	4311908	8739	Marcelino Ramos	R$ 48.719,23
RS	4311981	5759	Mariana Pimentel	R$ 45.767,51
RS	4312005	8741	Mariano Moro	R$ 35.182,42
RS	4312054	0998	Marques de Souza	R$ 46.475,47
RS	4312104	8743	Mata	R$ 51.122,86
RS	4312138	5931	Mato Castelhano	R$ 38.088,46
RS	4312153	6031	Mato Leitão	R$ 49.364,39
RS	4312179	1150	Mato Queimado	R$ 32.995,74
RS	4312203	8745	Maximiliano de Almeida	R$ 48.576,50
RS	4312252	5773	Minas do Leão	R$ 69.689,60
RS	4312302	8747	Miraguaí	R$ 51.705,21
RS	4312351	7387	Montauri	R$ 31.882,42
RS	4312377	1000	Monte Alegre dos Campos	R$ 42.005,06
RS	4312385	5993	Monte Belo do Sul	R$ 38.134,14
RS	4312401	8749	Montenegro	R$ 466.960,70
RS	4312427	5933	Mormaço	R$ 41.200,05
RS	4312443	5775	Morrinhos do Sul	R$ 40.423,58
RS	4312450	7385	Morro Redondo	R$ 61.085,64
RS	4312476	6019	Morro Reuter	R$ 60.166,44
RS	4312500	8751	Mostardas	R$ 104.551,27
RS	4312609	8753	Muçum	R$ 51.870,78
RS	4312617	1002	Muitos Capões	R$ 41.639,67
RS	4312625	5935	Muliterno	R$ 34.394,53
RS	4312658	8755	Não-Me-Toque	R$ 147.794,75
RS	4312674	5937	Nicolau Vergueiro	R$ 33.189,86
RS	4312708	8757	Nonoai	R$ 98.219,62
RS	4312757	7383	Nova Alvorada	R$ 44.283,09
RS	4312807	8759	Nova Araçá	R$ 50.757,46
RS	4312906	8761	Nova Bassano	R$ 80.200,47
RS	4312955	5953	Nova Boa Vista	R$ 33.720,83
RS	4313003	8763	Nova Bréscia	R$ 42.598,83
RS	4313011	1004	Nova Candelária	R$ 38.990,54
RS	4313037	7381	Nova Esperança do Sul	R$ 54.143,10
RS	4313060	7379	Nova Hartz	R$ 170.580,68
RS	4313086	5991	Nova Pádua	R$ 38.162,69

RS	4313102	8765	Nova Palma	R$ 60.765,92
RS	4313201	8767	Nova Petrópolis	R$ 169.084,83
RS	4313300	8769	Nova Prata	R$ 210.654,96
RS	4313334	1006	Nova Ramada	R$ 36.387,08
RS	4313359	7377	Nova Roma do Sul	R$ 44.648,48
RS	4313375	5757	Nova Santa Rita	R$ 222.319,12
RS	4313391	1008	Novo Cabrais	R$ 47.543,11
RS	4313409	8771	Novo Hamburgo	R$ 1.610.420,68
RS	4313425	6057	Novo Machado	R$ 42.558,87
RS	4313441	5973	Novo Tiradentes	R$ 36.210,09
RS	4313466	1152	Novo Xingu	R$ 33.401,11
RS	4313490	5985	Novo Barreiro	R$ 47.360,41
RS	4313508	8773	Osório	R$ 341.217,42
RS	4313607	8775	Paim Filho	R$ 45.442,08
RS	4313656	8967	Palmares do Sul	R$ 96.067,21
RS	4313706	8777	Palmeira das Missões	R$ 253.035,82
RS	4313805	8779	Palmitinho	R$ 63.877,50
RS	4313904	8781	Panambi	R$ 320.069,56
RS	4313953	7375	Pantano Grande	R$ 75.964,15
RS	4314001	8783	Paraí	R$ 67.303,10
RS	4314027	7373	Paraíso do Sul	R$ 67.040,47
RS	4314035	6041	Pareci Novo	R$ 45.493,46
RS	4314050	9825	Parobé	R$ 419.178,82
RS	4314068	1010	Passa Sete	R$ 56.141,36
RS	4314076	5765	Passo do Sobrado	R$ 60.897,23
RS	4314100	8785	Passo Fundo	R$ 1.362.219,03
RS	4314134	1154	Paulo Bento	R$ 36.678,26
RS	4314159	7371	Paverama	R$ 72.041,84
RS	4314175	1156	Pedras Altas	R$ 34.902,66
RS	4314209	8787	Pedro Osório	R$ 67.719,88
RS	4314308	8789	Pejuçara	R$ 45.704,71
RS	4314407	8791	Pelotas	R$ 2.156.557,92
RS	4314423	6021	Picada Café	R$ 56.369,73
RS	4314456	7369	Pinhal	R$ 38.311,13
RS	4314464	1158	Pinhal da Serra	R$ 34.668,58
RS	4314472	5787	Pinhal Grande	R$ 48.422,35
RS	4314498	5975	Pinheirinho do Vale	R$ 51.396,91
RS	4314506	8793	Pinheiro Machado	R$ 101.508,20
RS	4314548	1160	Pinto Bandeira	R$ 40.731,88
RS	4314555	7367	Pirapó	R$ 36.741,06
RS	4314605	8795	Piratini	R$ 165.145,39
RS	4314704	8797	Planalto	R$ 89.021,90
RS	4314753	7365	Poço das Antas	R$ 35.564,94
RS	4314779	5939	Pontão	R$ 45.875,99
RS	4314787	5967	Ponte Preta	R$ 32.419,10
RS	4314803	8799	Portão	R$ 274.594,25
RS	4314902	8801	Porto Alegre	R$ 9.284.239,27
RS	4315008	8803	Porto Lucena	R$ 50.295,01
RS	4315057	6065	Porto Mauá	R$ 37.140,72
RS	4315073	6067	Porto Vera Cruz	R$ 31.351,46
RS	4315107	8805	Porto Xavier	R$ 89.946,81
RS	4315131	7363	Pouso Novo	R$ 32.944,36
RS	4315149	6023	Presidente Lucena	R$ 40.149,53
RS	4315156	7361	Progresso	R$ 59.235,82
RS	4315172	7359	Protásio Alves	R$ 34.702,83
RS	4315206	8807	Putinga	R$ 45.961,63
RS	4315305	8809	Quaraí	R$ 176.701,08
RS	4315313	1162	Quatro Irmãos	R$ 34.143,32

RS	4315321	5789	Quevedos	R$ 39.504,38
RS	4315354	7357	Quinze de Novembro	R$ 45.259,38
RS	4315404	8811	Redentora	R$ 97.386,06
RS	4315453	7355	Relvado	R$ 35.519,27
RS	4315503	8813	Restinga Sêca	R$ 129.455,87
RS	4315552	5955	Rio dos Índios	R$ 39.298,84
RS	4315602	8815	Rio Grande	R$ 1.406.352,14
RS	4315701	8817	Rio Pardo	R$ 289.284,86
RS	4315750	7353	Riozinho	R$ 50.152,28
RS	4315800	8819	Roca Sales	R$ 96.495,41
RS	4315909	8821	Rodeio Bonito	R$ 57.083,40
RS	4315958	1164	Rolador	R$ 36.849,54
RS	4316006	8823	Rolante	R$ 169.061,99
RS	4316105	8825	Ronda Alta	R$ 91.973,62
RS	4316204	8827	Rondinha	R$ 52.875,62
RS	4316303	8829	Roque Gonzales	R$ 62.678,54
RS	4316402	8831	Rosário do Sul	R$ 295.833,46
RS	4316428	5987	Sagrada Família	R$ 38.482,41
RS	4316436	7339	Saldanha Marinho	R$ 38.716,49
RS	4316451	8975	Salto do Jacuí	R$ 102.524,46
RS	4316477	6061	Salvador das Missões	R$ 39.190,36
RS	4316501	8833	Salvador do Sul	R$ 68.113,82
RS	4316600	8835	Sananduva	R$ 132.202,06
RS	4316709	8837	Santa Bárbara do Sul	R$ 69.227,14
RS	4316733	1166	Santa Cecília do Sul	R$ 32.944,36
RS	4316758	6033	Santa Clara do Sul	R$ 61.285,47
RS	4316808	8839	Santa Cruz do Sul	R$ 886.108,41
RS	4316907	8841	Santa Maria	R$ 1.812.388,17
RS	4316956	7337	Santa Maria do Herval	R$ 59.732,53
RS	4316972	1168	Santa Margarida do Sul	R$ 38.214,07
RS	4317004	8843	Santana da Boa Vista	R$ 69.820,91
RS	4317103	8845	Sant'Ana do Livramento	R$ 549.844,04
RS	4317202	8847	Santa Rosa	R$ 520.440,49
RS	4317251	5995	Santa Tereza	R$ 33.458,20
RS	4317301	8849	Santa Vitória do Palmar	R$ 232.328,09
RS	4317400	8851	Santiago	R$ 360.806,13
RS	4317509	8853	Santo Ângelo	R$ 545.213,27
RS	4317558	5941	Santo Antônio do Palma	R$ 35.736,22
RS	4317608	8855	Santo Antônio da Patrulha	R$ 315.656,25
RS	4317707	8857	Santo Antônio das Missões	R$ 89.541,44
RS	4317756	5957	Santo Antônio do Planalto	R$ 35.113,90
RS	4317806	8859	Santo Augusto	R$ 118.585,31
RS	4317905	8861	Santo Cristo	R$ 120.709,18
RS	4317954	5977	Santo Expedito do Sul	R$ 36.855,25
RS	4318002	8863	São Borja	R$ 438.516,82
RS	4318051	7351	São Domingos do Sul	R$ 41.137,25
RS	4318101	8865	São Francisco de Assis	R$ 151.854,08
RS	4318200	8867	São Francisco de Paula	R$ 171.123,06
RS	4318309	8869	São Gabriel	R$ 448.924,93
RS	4318408	8871	São Jerônimo	R$ 193.475,59
RS	4318424	7349	São João da Urtiga	R$ 50.175,11
RS	4318432	5791	São João do Polêsine	R$ 38.156,98
RS	4318440	7347	São Jorge	R$ 39.709,91
RS	4318457	5989	São José das Missões	R$ 38.071,34
RS	4318465	7345	São José do Herval	R$ 34.839,86
RS	4318481	7343	São José do Hortêncio	R$ 51.014,38
RS	4318499	6059	São José do Inhacorá	R$ 35.422,21
RS	4318507	8873	São José do Norte	R$ 212.430,57

RS	4318606	8875	São José do Ouro	R$ 63.169,54
RS	4318614	1170	São José do Sul	R$ 37.334,83
RS	4318622	6015	São José dos Ausentes	R$ 43.723,57
RS	4318705	8877	São Leopoldo	R$ 1.553.824,10
RS	4318804	8879	São Lourenço do Sul	R$ 327.446,52
RS	4318903	8881	São Luiz Gonzaga	R$ 253.977,86
RS	4319000	8883	São Marcos	R$ 170.243,83
RS	4319109	8885	São Martinho	R$ 54.565,59
RS	4319125	5793	São Martinho da Serra	R$ 42.050,74
RS	4319158	7341	São Miguel das Missões	R$ 67.394,45
RS	4319208	8887	São Nicolau	R$ 53.646,38
RS	4319307	8889	São Paulo das Missões	R$ 56.643,78
RS	4319356	6043	São Pedro da Serra	R$ 45.287,93
RS	4319364	1172	São Pedro das Missões	R$ 35.056,81
RS	4319372	6063	São Pedro do Butiá	R$ 40.412,16
RS	4319406	8891	São Pedro do Sul	R$ 131.790,99
RS	4319505	8893	São Sebastião do Caí	R$ 201.679,90
RS	4319604	8895	São Sepé	R$ 189.895,85
RS	4319703	8897	São Valentim	R$ 42.421,84
RS	4319711	5997	São Valentim do Sul	R$ 36.387,08
RS	4319737	6075	São Valério do Sul	R$ 39.156,11
RS	4319752	7293	São Vendelino	R$ 36.392,79
RS	4319802	8675	São Vicente do Sul	R$ 73.377,82
RS	4319901	8899	Sapiranga	R$ 576.717,85
RS	4320008	8901	Sapucaia do Sul	R$ 946.964,14
RS	4320107	8903	Sarandi	R$ 194.851,54
RS	4320206	8905	Seberi	R$ 92.824,31
RS	4320230	7335	Sede Nova	R$ 40.183,79
RS	4320263	7317	Segredo	R$ 65.955,70
RS	4320305	8907	Selbach	R$ 52.704,34
RS	4320321	1012	Senador Salgado Filho	R$ 39.452,99
RS	4320354	5781	Sentinela do Sul	R$ 55.450,53
RS	4320404	8909	Serafina Corrêa	R$ 147.098,21
RS	4320453	6035	Sério	R$ 34.788,47
RS	4320503	8911	Sertão	R$ 54.502,78
RS	4320552	5761	Sertão Santana	R$ 60.617,47
RS	4320578	1014	Sete de Setembro	R$ 34.834,15
RS	4320602	8913	Severiano de Almeida	R$ 44.465,78
RS	4320651	7315	Silveira Martins	R$ 37.197,81
RS	4320677	5767	Sinimbu	R$ 89.524,32
RS	4320701	8917	Sobradinho	R$ 124.762,80
RS	4320800	8919	Soledade	R$ 239.898,66
RS	4320859	1016	Tabaí	R$ 50.529,09
RS	4320909	8921	Tapejara	R$ 192.693,42
RS	4321006	8923	Tapera	R$ 91.876,56
RS	4321105	8925	Tapes	R$ 145.944,92
RS	4321204	8927	Taquara	R$ 414.577,10
RS	4321303	8929	Taquari	R$ 208.399,78
RS	4321329	7313	Taquaruçu do Sul	R$ 41.125,83
RS	4321352	8971	Tavares	R$ 54.879,60
RS	4321402	8931	Tenente Portela	R$ 116.301,58
RS	4321436	7333	Terra de Areia	R$ 95.416,34
RS	4321451	9821	Teutônia	R$ 252.630,46
RS	4321469	1174	Tio Hugo	R$ 40.886,03
RS	4321477	6077	Tiradentes do Sul	R$ 56.152,78
RS	4321493	1018	Toropi	R$ 39.607,15
RS	4321501	8933	Torres	R$ 291.894,02
RS	4321600	8935	Tramandaí	R$ 381.742,75

RS	4321626	6037	Travesseiro	R$ 36.923,76
RS	4321634	7331	Três Arroios	R$ 38.819,26
RS	4321667	7329	Três Cachoeiras	R$ 94.554,23
RS	4321709	8937	Três Coroas	R$ 216.153,05
RS	4321808	8939	Três de Maio	R$ 191.523,00
RS	4321832	5777	Três Forquilhas	R$ 38.984,83
RS	4321857	7327	Três Palmeiras	R$ 47.971,31
RS	4321907	8941	Três Passos	R$ 191.523,00
RS	4321956	7325	Trindade do Sul	R$ 56.712,29
RS	4322004	8943	Triunfo	R$ 223.677,94
RS	4322103	8945	Tucunduva	R$ 56.004,34
RS	4322152	7323	Tunas	R$ 49.672,69
RS	4322186	5979	Tupanci do Sul	R$ 31.990,90
RS	4322202	8947	Tupanciretã	R$ 191.762,80
RS	4322251	7321	Tupandi	R$ 51.305,56
RS	4322301	8949	Tuparendi	R$ 68.650,50
RS	4322327	1020	Turuçu	R$ 43.215,44
RS	4322343	1022	Ubiretama	R$ 35.091,07
RS	4322350	5999	União da Serra	R$ 30.175,33
RS	4322376	1024	Unistalda	R$ 36.935,18
RS	4322400	8951	Uruguaiana	R$ 866.434,06
RS	4322509	8953	Vacaria	R$ 472.407,40
RS	4322525	1026	Vale Verde	R$ 43.552,29
RS	4322533	5769	Vale do Sol	R$ 98.710,63
RS	4322541	6049	Vale Real	R$ 57.346,03
RS	4322558	7319	Vanini	R$ 35.650,58
RS	4322608	8955	Venâncio Aires	R$ 510.734,63
RS	4322707	8957	Vera Cruz	R$ 208.405,49
RS	4322806	8959	Veranópolis	R$ 204.854,29
RS	4322855	1028	Vespasiano Corrêa	R$ 33.949,20
RS	4322905	8961	Viadutos	R$ 50.740,34
RS	4323002	8963	Viamão	R$ 1.658.812,94
RS	4323101	8965	Vicente Dutra	R$ 50.249,33
RS	4323200	8969	Victor Graeff	R$ 40.041,05
RS	4323309	7311	Vila Flores	R$ 42.912,85
RS	4323358	1030	Vila Lângaro	R$ 35.524,98
RS	4323408	7309	Vila Maria	R$ 48.468,02
RS	4323457	5795	Vila Nova do Sul	R$ 48.022,70
RS	4323507	7307	Vista Alegre	R$ 39.298,84
RS	4323606	7305	Vista Alegre do Prata	R$ 32.499,03
RS	4323705	7303	Vista Gaúcha	R$ 39.864,06
RS	4323754	6053	Vitória das Missões	R$ 41.474,10
RS	4323770	1176	Westfália	R$ 40.794,69
RS	4323804	5785	Xangri-lá	R$ 132.989,95
SC	4200051	9939	Abdon Batista	R$ 36.346,35
SC	4200101	8001	Abelardo Luz	R$ 145.646,50
SC	4200200	8003	Agrolândia	R$ 90.977,27
SC	4200309	8005	Agronômica	R$ 52.817,76
SC	4200408	8007	Água Doce	R$ 62.506,50
SC	4200507	8009	Águas de Chapecó	R$ 58.744,05
SC	4200556	5577	Águas Frias	R$ 35.221,61
SC	4200606	8011	Águas Mornas	R$ 58.646,99
SC	4200705	8013	Alfredo Wagner	R$ 79.012,16
SC	4200754	0886	Alto Bela Vista	R$ 32.772,31
SC	4200804	8015	Anchieta	R$ 53.902,54
SC	4200903	8017	Angelina	R$ 49.123,83
SC	4201000	8019	Anita Garibaldi	R$ 62.437,98
SC	4201109	8021	Anitápolis	R$ 40.165,89

SC	4201208	8023	Antônio Carlos	R$ 70.316,86
SC	4201257	9941	Apiúna	R$ 90.286,44
SC	4201273	5597	Arabutã	R$ 46.075,05
SC	4201307	8025	Araquari	R$ 282.831,02
SC	4201406	8027	Araranguá	R$ 476.389,44
SC	4201505	8029	Armazém	R$ 71.236,06
SC	4201604	8031	Arroio Trinta	R$ 41.981,46
SC	4201653	5599	Arvoredo	R$ 34.502,24
SC	4201703	8033	Ascurra	R$ 67.011,16
SC	4201802	8035	Atalanta	R$ 40.040,29
SC	4201901	8037	Aurora	R$ 54.136,62
SC	4201950	0888	Balneário Arroio do Silva	R$ 103.577,76
SC	4202008	8039	Balneário Camboriú	R$ 942.688,97
SC	4202057	5549	Balneário Barra do Sul	R$ 90.583,33
SC	4202073	0890	Balneário Gaivota	R$ 91.633,84
SC	4202081	0892	Bandeirante	R$ 37.002,92
SC	4202099	0894	Barra Bonita	R$ 31.287,89
SC	4202107	8041	Barra Velha	R$ 217.194,16
SC	4202131	0896	Bela Vista do Toldo	R$ 57.893,36
SC	4202156	5745	Belmonte	R$ 37.162,79
SC	4202206	8043	Benedito Novo	R$ 95.476,22
SC	4202305	8045	Biguaçu	R$ 477.833,90
SC	4202404	8047	Blumenau	R$ 2.228.532,22
SC	4202438	0898	Bocaina do Sul	R$ 41.547,55
SC	4202453	5537	Bombinhas	R$ 156.294,40
SC	4202503	8389	Bom Jardim da Serra	R$ 48.792,69
SC	4202537	0900	Bom Jesus	R$ 38.898,42
SC	4202578	0902	Bom Jesus do Oeste	R$ 33.942,72
SC	4202602	8049	Bom Retiro	R$ 78.612,51
SC	4202701	8051	Botuverá	R$ 51.664,48
SC	4202800	8053	Braço do Norte	R$ 248.879,29
SC	4202859	5557	Braço do Trombudo	R$ 43.083,36
SC	4202875	0904	Brunópolis	R$ 35.529,92
SC	4202909	8055	Brusque	R$ 899.457,93
SC	4203006	8057	Caçador	R$ 542.815,83
SC	4203105	8059	Caibi	R$ 56.814,29
SC	4203154	5553	Calmon	R$ 40.816,76
SC	4203204	8061	Camboriú	R$ 575.140,40
SC	4203253	0906	Capão Alto	R$ 36.129,40
SC	4203303	8063	Campo Alegre	R$ 97.337,46
SC	4203402	8065	Campo Belo do Sul	R$ 61.769,99
SC	4203501	8067	Campo Erê	R$ 70.391,08
SC	4203600	8069	Campos Novos	R$ 264.831,15
SC	4203709	8071	Canelinha	R$ 98.833,31
SC	4203808	8073	Canoinhas	R$ 390.208,77
SC	4203907	8075	Capinzal	R$ 173.873,42
SC	4203956	5545	Capivari de Baixo	R$ 192.661,18
SC	4204004	8077	Catanduvas	R$ 90.960,14
SC	4204103	8079	Caxambu do Sul	R$ 42.506,72
SC	4204152	9943	Celso Ramos	R$ 37.288,39
SC	4204178	5567	Cerro Negro	R$ 39.549,28
SC	4204194	0908	Chapadão do Lageado	R$ 38.772,82
SC	4204202	8081	Chapecó	R$ 1.447.313,37
SC	4204251	5543	Cocal do Sul	R$ 131.443,34
SC	4204301	8083	Concórdia	R$ 520.241,15
SC	4204350	5579	Cordilheira Alta	R$ 47.136,98
SC	4204400	8085	Coronel Freitas	R$ 78.698,15
SC	4204459	5735	Coronel Martins	R$ 36.266,42

SC	4204509	8087	Corupá	R$ 127.018,61
SC	4204558	8395	Correia Pinto	R$ 102.001,98
SC	4204608	8089	Criciúma	R$ 1.417.733,34
SC	4204707	8091	Cunha Porã	R$ 92.244,74
SC	4204756	0910	Cunhataí	R$ 32.915,05
SC	4204806	8093	Curitibanos	R$ 292.057,29
SC	4204905	8095	Descanso	R$ 68.815,30
SC	4205001	8097	Dionísio Cerqueira	R$ 124.672,08
SC	4205100	8099	Dona Emma	R$ 45.384,22
SC	4205159	9945	Doutor Pedrinho	R$ 44.916,05
SC	4205175	0912	Entre Rios	R$ 40.000,32
SC	4205191	0914	Ermo	R$ 33.491,69
SC	4205209	8101	Erval Velho	R$ 46.902,90
SC	4205308	8103	Faxinal dos Guedes	R$ 89.852,53
SC	4205357	0916	Flor do Sertão	R$ 30.745,50
SC	4205407	8105	Florianópolis	R$ 3.273.122,66
SC	4205431	5581	Formosa do Sul	R$ 36.043,76
SC	4205456	0973	Forquilhinha	R$ 203.634,51
SC	4205506	8107	Fraiburgo	R$ 265.967,31
SC	4205555	0918	Frei Rogério	R$ 33.263,31
SC	4205605	8109	Galvão	R$ 38.116,24
SC	4205704	8113	Garopaba	R$ 175.186,57
SC	4205803	8115	Garuva	R$ 147.022,45
SC	4205902	8117	Gaspar	R$ 484.445,30
SC	4206009	8111	Governador Celso Ramos	R$ 118.808,60
SC	4206108	8119	Grão Pará	R$ 59.217,92
SC	4206207	8121	Gravatal	R$ 94.614,11
SC	4206306	8123	Guabiruba	R$ 186.729,18
SC	4206405	8125	Guaraciaba	R$ 86.558,25
SC	4206504	8127	Guaramirim	R$ 328.264,21
SC	4206603	8129	Guarujá do Sul	R$ 51.173,48
SC	4206652	5583	Guatambú	R$ 48.570,02
SC	4206702	8131	Herval d'Oeste	R$ 172.491,77
SC	4206751	0920	Ibiam	R$ 32.886,50
SC	4206801	8133	Ibicaré	R$ 39.994,61
SC	4206900	8135	Ibirama	R$ 151.618,46
SC	4207007	8137	Içara	R$ 401.741,62
SC	4207106	8139	Ilhota	R$ 117.170,02
SC	4207205	8141	Imaruí	R$ 86.815,17
SC	4207304	8143	Imbituba	R$ 328.458,32
SC	4207403	8145	Imbuia	R$ 57.094,05
SC	4207502	8147	Indaial	R$ 483.223,51
SC	4207577	0922	Iomerê	R$ 38.527,32
SC	4207601	8149	Ipira	R$ 47.097,02
SC	4207650	9951	Iporã do Oeste	R$ 73.074,46
SC	4207684	5737	Ipuaçu	R$ 64.613,24
SC	4207700	8151	Ipumirim	R$ 65.064,27
SC	4207759	9953	Iraceminha	R$ 44.413,63
SC	4207809	8153	Irani	R$ 88.436,62
SC	4207858	5585	Irati	R$ 32.732,35
SC	4207908	8155	Irineópolis	R$ 93.021,21
SC	4208005	8157	Itá	R$ 56.934,19
SC	4208104	8159	Itaiópolis	R$ 167.142,13
SC	4208203	8161	Itajaí	R$ 1.442.568,92
SC	4208302	8163	Itapema	R$ 459.741,04
SC	4208401	8165	Itapiranga	R$ 132.516,70
SC	4208450	9985	Itapoá	R$ 160.901,83
SC	4208500	8167	Ituporanga	R$ 193.888,68

SC	4208609	8169	Jaborá	R$ 44.185,26
SC	4208708	8171	Jacinto Machado	R$ 88.419,49
SC	4208807	8173	Jaguaruna	R$ 157.750,28
SC	4208906	8175	Jaraguá do Sul	R$ 1.203.696,32
SC	4208955	5587	Jardinópolis	R$ 30.676,99
SC	4209003	8177	Joaçaba	R$ 222.618,02
SC	4209102	8179	Joinville	R$ 3.560.330,16
SC	4209151	9957	José Boiteux	R$ 50.242,86
SC	4209177	0924	Jupiá	R$ 33.708,64
SC	4209201	8181	Lacerdópolis	R$ 34.536,49
SC	4209300	8183	Lages	R$ 1.088.636,22
SC	4209409	8185	Laguna	R$ 333.944,99
SC	4209458	5739	Lajeado Grande	R$ 29.860,55
SC	4209508	8187	Laurentino	R$ 61.507,36
SC	4209607	8189	Lauro Müller	R$ 123.221,91
SC	4209706	8191	Lebon Régis	R$ 98.073,96
SC	4209805	8193	Leoberto Leal	R$ 39.075,41
SC	4209854	9961	Lindóia do Sul	R$ 47.765,01
SC	4209904	8195	Lontras	R$ 98.205,28
SC	4210001	8197	Luiz Alves	R$ 102.367,38
SC	4210035	0926	Luzerna	R$ 54.170,88
SC	4210050	5575	Macieira	R$ 31.847,40
SC	4210100	8199	Mafra	R$ 401.005,11
SC	4210209	8201	Major Gercino	R$ 41.364,85
SC	4210308	8203	Major Vieira	R$ 67.976,03
SC	4210407	8391	Maracajá	R$ 63.351,48
SC	4210506	8205	Maravilha	R$ 197.748,19
SC	4210555	9963	Marema	R$ 31.973,01
SC	4210605	8207	Massaranduba	R$ 132.767,91
SC	4210704	8209	Matos Costa	R$ 36.100,85
SC	4210803	8211	Meleiro	R$ 61.764,28
SC	4210852	5559	Mirim Doce	R$ 34.896,18
SC	4210902	8213	Modelo	R$ 45.743,91
SC	4211009	8215	Mondaí	R$ 95.990,06
SC	4211058	5561	Monte Carlo	R$ 78.041,58
SC	4211108	8217	Monte Castelo	R$ 68.958,04
SC	4211207	8219	Morro da Fumaça	R$ 145.029,90
SC	4211256	5539	Morro Grande	R$ 38.230,43
SC	4211306	8221	Navegantes	R$ 559.258,70
SC	4211405	8223	Nova Erechim	R$ 50.368,46
SC	4211454	5589	Nova Itaberaba	R$ 46.440,44
SC	4211504	8225	Nova Trento	R$ 119.253,93
SC	4211603	8227	Nova Veneza	R$ 122.776,58
SC	4211652	5591	Novo Horizonte	R$ 35.655,52
SC	4211702	8229	Orleans	R$ 174.238,82
SC	4211751	8397	Otacílio Costa	R$ 150.442,34
SC	4211801	8231	Ouro	R$ 63.362,89
SC	4211850	5741	Ouro Verde	R$ 34.370,92
SC	4211876	0928	Paial	R$ 30.305,88
SC	4211892	0930	Painel	R$ 35.181,65
SC	4211900	8233	Palhoça	R$ 1.170.011,28
SC	4212007	8235	Palma Sola	R$ 64.093,69
SC	4212056	0932	Palmeira	R$ 36.711,75
SC	4212106	8237	Palmitos	R$ 128.503,04
SC	4212205	8239	Papanduva	R$ 153.730,91
SC	4212239	5747	Paraíso	R$ 41.336,30
SC	4212254	5541	Passo de Torres	R$ 72.086,75
SC	4212270	5743	Passos Maia	R$ 45.389,93

SC	4212304	8241	Paulo Lopes	R$ 64.499,05
SC	4212403	8243	Pedras Grandes	R$ 44.413,63
SC	4212502	8245	Penha	R$ 243.632,41
SC	4212601	8247	Peritiba	R$ 37.625,24
SC	4212650	1194	Pescaria Brava	R$ 79.326,18
SC	4212700	8249	Petrolândia	R$ 55.609,63
SC	4212809	8251	Balneário Piçarras	R$ 175.580,51
SC	4212908	8253	Pinhalzinho	R$ 159.400,28
SC	4213005	8255	Pinheiro Preto	R$ 42.010,01
SC	4213104	8257	Piratuba	R$ 43.717,09
SC	4213153	5593	Planalto Alegre	R$ 38.099,12
SC	4213203	8259	Pomerode	R$ 248.862,16
SC	4213302	8261	Ponte Alta	R$ 48.444,42
SC	4213351	5569	Ponte Alta do Norte	R$ 41.204,99
SC	4213401	8263	Ponte Serrada	R$ 95.139,37
SC	4213500	8265	Porto Belo	R$ 165.537,80
SC	4213609	8267	Porto União	R$ 260.001,06
SC	4213708	8269	Pouso Redondo	R$ 143.071,60
SC	4213807	8271	Praia Grande	R$ 63.499,92
SC	4213906	8273	Presidente Castello Branco	R$ 30.665,57
SC	4214003	8275	Presidente Getúlio	R$ 143.174,36
SC	4214102	8277	Presidente Nereu	R$ 34.770,58
SC	4214151	0934	Princesa	R$ 38.407,42
SC	4214201	8279	Quilombo	R$ 78.161,47
SC	4214300	8281	Rancho Queimado	R$ 38.144,79
SC	4214409	8283	Rio das Antas	R$ 57.139,73
SC	4214508	8285	Rio do Campo	R$ 55.626,75
SC	4214607	8287	Rio do Oeste	R$ 64.470,50
SC	4214706	8289	Rio dos Cedros	R$ 95.613,24
SC	4214805	8291	Rio do Sul	R$ 492.563,97
SC	4214904	8293	Rio Fortuna	R$ 48.039,06
SC	4215000	8295	Rio Negrinho	R$ 306.656,05
SC	4215059	5571	Rio Rufino	R$ 35.889,61
SC	4215075	5749	Riqueza	R$ 47.964,84
SC	4215109	8297	Rodeio	R$ 94.899,58
SC	4215208	8299	Romelândia	R$ 49.038,19
SC	4215307	8301	Salete	R$ 65.344,03
SC	4215356	0936	Saltinho	R$ 43.300,31
SC	4215406	8303	Salto Veloso	R$ 48.649,95
SC	4215455	5547	Sangão	R$ 101.333,99
SC	4215505	8305	Santa Cecília	R$ 132.276,90
SC	4215554	5751	Santa Helena	R$ 34.405,18
SC	4215604	8307	Santa Rosa de Lima	R$ 33.942,72
SC	4215653	9967	Santa Rosa do Sul	R$ 69.431,91
SC	4215679	5555	Santa Terezinha	R$ 71.881,21
SC	4215687	0938	Santa Terezinha do Progresso	R$ 35.575,59
SC	4215695	0940	Santiago do Sul	R$ 28.907,10
SC	4215703	8309	Santo Amaro da Imperatriz	R$ 176.140,03
SC	4215752	0942	São Bernardino	R$ 35.050,33
SC	4215802	8311	São Bento do Sul	R$ 583.807,16
SC	4215901	8313	São Bonifácio	R$ 37.916,42
SC	4216008	8315	São Carlos	R$ 93.358,06
SC	4216057	5573	São Cristóvão do Sul	R$ 53.394,41
SC	4216107	8317	São Domingos	R$ 75.637,95
SC	4216206	8319	São Francisco do Sul	R$ 380.617,10
SC	4216255	5753	São João do Oeste	R$ 58.144,57
SC	4216305	8321	São João Batista	R$ 278.805,94
SC	4216354	5551	São João do Itaperiú	R$ 43.026,27

SC	4216404	8323	São João do Sul	R$ 63.374,31
SC	4216503	8325	São Joaquim	R$ 204.542,29
SC	4216602	8327	São José	R$ 1.597.006,25
SC	4216701	8329	São José do Cedro	R$ 115.143,21
SC	4216800	8331	São José do Cerrito	R$ 69.072,22
SC	4216909	8333	São Lourenço do Oeste	R$ 188.122,26
SC	4217006	8335	São Ludgero	R$ 105.513,22
SC	4217105	8337	São Martinho	R$ 39.869,01
SC	4217154	5755	São Miguel da Boa Vista	R$ 32.104,32
SC	4217204	8339	São Miguel do Oeste	R$ 296.265,07
SC	4217253	0944	São Pedro de Alcântara	R$ 54.958,76
SC	4217303	8341	Saudades	R$ 77.350,75
SC	4217402	8343	Schroeder	R$ 165.406,49
SC	4217501	8345	Seara	R$ 143.574,02
SC	4217550	9989	Serra Alta	R$ 40.342,88
SC	4217600	8347	Siderópolis	R$ 116.159,47
SC	4217709	8349	Sombrio	R$ 224.079,61
SC	4217758	5595	Sul Brasil	R$ 35.764,00
SC	4217808	8351	Taió	R$ 148.449,78
SC	4217907	8353	Tangará	R$ 71.247,48
SC	4217956	0946	Tigrinhos	R$ 31.036,68
SC	4218004	8355	Tijucas	R$ 284.418,21
SC	4218103	8393	Timbé do Sul	R$ 52.246,83
SC	4218202	8357	Timbó	R$ 324.947,09
SC	4218251	9971	Timbó Grande	R$ 66.685,72
SC	4218301	8359	Três Barras	R$ 153.473,99
SC	4218350	0948	Treviso	R$ 44.145,29
SC	4218400	8361	Treze de Maio	R$ 62.141,10
SC	4218509	8363	Treze Tílias	R$ 66.474,48
SC	4218608	8365	Trombudo Central	R$ 63.734,00
SC	4218707	8367	Tubarão	R$ 719.200,59
SC	4218756	9991	Tunápolis	R$ 47.650,82
SC	4218806	8369	Turvo	R$ 102.595,75
SC	4218855	9973	União do Oeste	R$ 35.781,13
SC	4218905	8371	Urubici	R$ 93.095,43
SC	4218954	9975	Urupema	R$ 35.786,84
SC	4219002	8373	Urussanga	R$ 164.852,69
SC	4219101	8375	Vargeão	R$ 42.112,77
SC	4219150	5563	Vargem	R$ 35.855,35
SC	4219176	5565	Vargem Bonita	R$ 47.359,65
SC	4219200	8377	Vidal Ramos	R$ 57.899,07
SC	4219309	8379	Videira	R$ 382.581,11
SC	4219358	9977	Vitor Meireles	R$ 50.140,09
SC	4219408	8381	Witmarsum	R$ 44.350,83
SC	4219507	8383	Xanxerê	R$ 370.688,58
SC	4219606	8385	Xavantina	R$ 44.168,13
SC	4219705	8387	Xaxim	R$ 214.556,45
SC	4219853	0950	Zortéa	R$ 40.913,81
SC	4220000	1192	Balneário Rincão	R$ 101.802,16
SE	2800100	3101	Amparo de São Francisco	R$ 38.553,32
SE	2800209	3103	Aquidabã	R$ 173.109,00
SE	2800308	3105	Aracaju	R$ 4.680.135,30
SE	2800407	3107	Arauá	R$ 90.745,50
SE	2800506	3109	Areia Branca	R$ 155.861,11
SE	2800605	3111	Barra dos Coqueiros	R$ 231.935,42
SE	2800670	3115	Boquim	R$ 211.433,22
SE	2800704	3113	Brejo Grande	R$ 72.438,18
SE	2801009	3119	Campo do Brito	R$ 153.388,97

SE	2801108	3121	Canhoba	R$ 47.882,36
SE	2801207	3123	Canindé de São Francisco	R$ 229.040,79
SE	2801306	3125	Capela	R$ 261.998,25
SE	2801405	3127	Carira	R$ 176.072,14
SE	2801504	3129	Carmópolis	R$ 136.634,59
SE	2801603	3131	Cedro de São João	R$ 58.667,28
SE	2801702	3133	Cristinápolis	R$ 152.047,28
SE	2801900	3137	Cumbe	R$ 47.762,46
SE	2802007	3139	Divina Pastora	R$ 54.333,90
SE	2802106	3141	Estância	R$ 494.991,67
SE	2802205	3143	Feira Nova	R$ 56.880,26
SE	2802304	3145	Frei Paulo	R$ 129.709,18
SE	2802403	3149	Gararu	R$ 99.583,54
SE	2802502	3147	General Maynard	R$ 44.102,78
SE	2802601	3151	Gracho Cardoso	R$ 58.216,25
SE	2802700	3153	Ilha das Flores	R$ 73.642,85
SE	2802809	3155	Indiaroba	R$ 152.521,16
SE	2802908	3157	Itabaiana	R$ 669.820,96
SE	2803005	3159	Itabaianinha	R$ 314.378,84
SE	2803104	3161	Itabi	R$ 52.992,21
SE	2803203	3163	Itaporanga d'Ajuda	R$ 262.814,68
SE	2803302	3165	Japaratuba	R$ 157.008,69
SE	2803401	3167	Japoatã	R$ 110.031,62
SE	2803500	3169	Lagarto	R$ 729.429,56
SE	2803609	3171	Laranjeiras	R$ 228.618,30
SE	2803708	3173	Macambira	R$ 64.502,22
SE	2803807	3175	Malhada dos Bois	R$ 46.021,12
SE	2803906	3177	Malhador	R$ 105.372,80
SE	2804003	3179	Maruim	R$ 148.273,42
SE	2804102	3181	Moita Bonita	R$ 98.047,73
SE	2804201	3183	Monte Alegre de Sergipe	R$ 127.482,54
SE	2804300	3185	Muribeca	R$ 68.533,00
SE	2804409	3187	Neópolis	R$ 156.871,66
SE	2804458	3135	Nossa Senhora Aparecida	R$ 75.218,63
SE	2804508	3189	Nossa Senhora da Glória	R$ 277.476,24
SE	2804607	3191	Nossa Senhora das Dores	R$ 210.365,58
SE	2804706	3193	Nossa Senhora de Lourdes	R$ 62.012,95
SE	2804805	3195	Nossa Senhora do Socorro	R$ 1.314.977,96
SE	2804904	3197	Pacatuba	R$ 124.039,81
SE	2805000	3199	Pedra Mole	R$ 43.617,49
SE	2805109	3201	Pedrinhas	R$ 79.820,34
SE	2805208	3203	Pinhão	R$ 62.543,92
SE	2805307	3205	Pirambu	R$ 77.981,94
SE	2805406	3207	Poço Redondo	R$ 265.206,89
SE	2805505	3209	Poço Verde	R$ 185.469,69
SE	2805604	3211	Porto da Folha	R$ 221.595,83
SE	2805703	3213	Propriá	R$ 227.476,44
SE	2805802	3215	Riachão do Dantas	R$ 163.072,00
SE	2805901	3217	Riachuelo	R$ 91.641,87
SE	2806008	3219	Ribeirópolis	R$ 156.489,14
SE	2806107	3221	Rosário do Catete	R$ 95.307,26
SE	2806206	3223	Salgado	R$ 164.173,90
SE	2806305	3225	Santa Luzia do Itanhy	R$ 121.796,05
SE	2806404	2647	Santana do São Francisco	R$ 69.417,95
SE	2806503	3229	Santa Rosa de Lima	R$ 47.339,97
SE	2806602	3231	Santo Amaro das Brotas	R$ 102.426,79
SE	2806701	3233	São Cristóvão	R$ 630.914,38
SE	2806800	3235	São Domingos	R$ 96.917,29

SE	2806909	3237	São Francisco	R$ 46.260,91
SE	2807006	3239	São Miguel do Aleixo	R$ 47.437,03
SE	2807105	3241	Simão Dias	R$ 306.134,57
SE	2807204	3243	Siriri	R$ 75.772,43
SE	2807303	3245	Telha	R$ 43.423,37
SE	2807402	3247	Tobias Barreto	R$ 389.639,93
SE	2807501	3249	Tomar do Geru	R$ 110.613,97
SE	2807600	3251	Umbaúba	R$ 202.743,62
SP	3500105	6101	Adamantina	R$ 265.441,21
SP	3500204	6103	Adolfo	R$ 44.796,56
SP	3500303	6105	Aguaí	R$ 272.503,65
SP	3500402	6107	Águas da Prata	R$ 71.162,24
SP	3500501	6109	Águas de Lindóia	R$ 155.712,85
SP	3500550	7019	Águas de Santa Bárbara	R$ 59.144,10
SP	3500600	6111	Águas de São Pedro	R$ 44.162,82
SP	3500709	6113	Agudos	R$ 277.693,43
SP	3500758	2995	Alambari	R$ 58.858,63
SP	3500808	6115	Alfredo Marcondes	R$ 48.244,99
SP	3500907	6117	Altair	R$ 48.210,73
SP	3501004	6119	Altinópolis	R$ 133.166,32
SP	3501103	6121	Alto Alegre	R$ 47.862,47
SP	3501152	3065	Alumínio	R$ 155.273,23
SP	3501202	6123	Álvares Florence	R$ 45.464,55
SP	3501301	6125	Álvares Machado	R$ 199.321,09
SP	3501400	6127	Álvaro de Carvalho	R$ 54.302,59
SP	3501509	6129	Alvinlândia	R$ 42.855,38
SP	3501608	6131	Americana	R$ 1.569.863,12
SP	3501707	6133	Américo Brasiliense	R$ 304.630,43
SP	3501806	6135	Américo de Campos	R$ 58.538,91
SP	3501905	6137	Amparo	R$ 518.178,00
SP	3502002	6139	Analândia	R$ 52.978,02
SP	3502101	6141	Andradina	R$ 416.014,49
SP	3502200	6143	Angatuba	R$ 201.108,11
SP	3502309	6145	Anhembi	R$ 62.849,45
SP	3502408	6147	Anhumas	R$ 47.953,81
SP	3502507	6149	Aparecida	R$ 271.658,67
SP	3502606	6151	Aparecida d'Oeste	R$ 48.416,27
SP	3502705	6153	Apiaí	R$ 196.232,34
SP	3502754	3067	Araçariguama	R$ 176.603,28
SP	3502804	6155	Araçatuba	R$ 1.326.754,20
SP	3502903	6157	Araçoiaba da Serra	R$ 260.177,21
SP	3503000	6159	Aramina	R$ 56.546,35
SP	3503109	6161	Arandu	R$ 60.754,13
SP	3503158	2991	Arapeí	R$ 38.556,26
SP	3503208	6163	Araraquara	R$ 1.549.737,74
SP	3503307	6165	Araras	R$ 913.157,00
SP	3503356	0790	Arco-Íris	R$ 34.685,34
SP	3503406	6167	Arealva	R$ 73.331,78
SP	3503505	6169	Areias	R$ 46.646,38
SP	3503604	6171	Areiópolis	R$ 96.152,35
SP	3503703	6173	Ariranha	R$ 79.657,72
SP	3503802	6175	Artur Nogueira	R$ 400.319,55
SP	3503901	6177	Arujá	R$ 626.981,06
SP	3503950	2981	Aspásia	R$ 34.862,32
SP	3504008	6179	Assis	R$ 726.426,92
SP	3504107	6181	Atibaia	R$ 1.008.841,27
SP	3504206	6183	Auriflama	R$ 127.485,54
SP	3504305	6185	Avaí	R$ 55.307,43

SP	3504404	6187	Avanhandava	R$ 118.693,17
SP	3504503	6189	Avaré	R$ 631.725,51
SP	3504602	6191	Bady Bassitt	R$ 148.844,52
SP	3504701	6193	Balbinos	R$ 57.202,93
SP	3504800	6195	Bálsamo	R$ 76.232,12
SP	3504909	6197	Bananal	R$ 95.101,84
SP	3505005	6201	Barão de Antonina	R$ 44.265,59
SP	3505104	6199	Barbosa	R$ 66.720,38
SP	3505203	6203	Bariri	R$ 266.560,24
SP	3505302	6205	Barra Bonita	R$ 271.481,68
SP	3505351	2997	Barra do Chapéu	R$ 57.140,12
SP	3505401	6207	Barra do Turvo	R$ 68.187,68
SP	3505500	6209	Barretos	R$ 835.703,86
SP	3505609	6211	Barrinha	R$ 252.560,96
SP	3505708	6213	Barueri	R$ 1.767.320,25
SP	3505807	6215	Bastos	R$ 168.547,42
SP	3505906	6217	Batatais	R$ 454.718,42
SP	3506003	6219	Bauru	R$ 2.353.302,90
SP	3506102	6221	Bebedouro	R$ 548.443,15
SP	3506201	6223	Bento de Abreu	R$ 41.473,73
SP	3506300	6225	Bernardino de Campos	R$ 96.260,83
SP	3506359	2965	Bertioga	R$ 458.949,03
SP	3506409	6227	Bilac	R$ 70.328,67
SP	3506508	6229	Birigui	R$ 844.496,22
SP	3506607	6231	Biritiba Mirim	R$ 251.339,17
SP	3506706	6233	Boa Esperança do Sul	R$ 125.966,86
SP	3506805	6235	Bocaina	R$ 103.003,55
SP	3506904	6237	Bofete	R$ 99.583,66
SP	3507001	6239	Boituva	R$ 437.938,32
SP	3507100	6241	Bom Jesus dos Perdões	R$ 202.364,16
SP	3507159	3059	Bom Sucesso de Itararé	R$ 47.034,61
SP	3507209	6243	Borá	R$ 29.238,64
SP	3507308	6245	Boracéia	R$ 51.996,02
SP	3507407	6247	Borborema	R$ 132.378,43
SP	3507456	7247	Borebi	R$ 39.606,78
SP	3507506	6249	Botucatu	R$ 1.030.171,32
SP	3507605	6251	Bragança Paulista	R$ 1.164.906,16
SP	3507704	6255	Braúna	R$ 56.923,17
SP	3507753	0792	Brejo Alegre	R$ 40.817,15
SP	3507803	6257	Brodowski	R$ 199.458,11
SP	3507902	6259	Brotas	R$ 196.397,91
SP	3508009	6261	Buri	R$ 162.409,89
SP	3508108	6263	Buritama	R$ 146.800,58
SP	3508207	6265	Buritizal	R$ 50.043,43
SP	3508306	6267	Cabrália Paulista	R$ 48.804,50
SP	3508405	6269	Cabreúva	R$ 365.326,69
SP	3508504	6271	Caçapava	R$ 660.478,08
SP	3508603	6273	Cachoeira Paulista	R$ 255.501,27
SP	3508702	6275	Caconde	R$ 157.311,46
SP	3508801	6277	Cafelândia	R$ 150.357,50
SP	3508900	6279	Caiabu	R$ 48.387,72
SP	3509007	6281	Caieiras	R$ 701.625,21
SP	3509106	6283	Caiuá	R$ 57.996,52
SP	3509205	6285	Cajamar	R$ 544.475,16
SP	3509254	2967	Cajati	R$ 220.068,79
SP	3509304	6287	Cajobi	R$ 92.800,98
SP	3509403	6289	Cajuru	R$ 206.469,17
SP	3509452	2999	Campina do Monte Alegre	R$ 58.852,92

SP	3509502	6291	Campinas	R$ 7.086.088,22
SP	3509601	6293	Campo Limpo Paulista	R$ 597.440,99
SP	3509700	6295	Campos do Jordão	R$ 387.073,91
SP	3509809	6297	Campos Novos Paulista	R$ 52.806,74
SP	3509908	6299	Cananéia	R$ 104.208,22
SP	3509957	0794	Canas	R$ 53.794,46
SP	3510005	6301	Cândido Mota	R$ 243.814,27
SP	3510104	6303	Cândido Rodrigues	R$ 40.406,08
SP	3510153	2947	Canitar	R$ 54.239,79
SP	3510203	6305	Capão Bonito	R$ 350.659,42
SP	3510302	6307	Capela do Alto	R$ 167.137,21
SP	3510401	6309	Capivari	R$ 408.084,24
SP	3510500	6311	Caraguatatuba	R$ 832.472,38
SP	3510609	6313	Carapicuíba	R$ 2.490.949,10
SP	3510708	6315	Cardoso	R$ 102.986,42
SP	3510807	6317	Casa Branca	R$ 230.522,57
SP	3510906	6319	Cássia dos Coqueiros	R$ 38.864,56
SP	3511003	6321	Castilho	R$ 168.850,01
SP	3511102	6323	Catanduva	R$ 834.356,46
SP	3511201	6325	Catiguá	R$ 69.015,53
SP	3511300	6327	Cedral	R$ 77.197,00
SP	3511409	6329	Cerqueira César	R$ 163.020,79
SP	3511508	6331	Cerquilho	R$ 360.999,02
SP	3511607	6333	Cesário Lange	R$ 152.532,75
SP	3511706	6335	Charqueada	R$ 147.063,21
SP	3511904	6339	Clementina	R$ 73.657,21
SP	3512001	6341	Colina	R$ 154.359,74
SP	3512100	6343	Colômbia	R$ 59.914,86
SP	3512209	6345	Conchal	R$ 217.219,83
SP	3512308	6347	Conchas	R$ 151.094,00
SP	3512407	6349	Cordeirópolis	R$ 197.111,58
SP	3512506	6351	Coroados	R$ 59.047,04
SP	3512605	6353	Coronel Macedo	R$ 51.185,29
SP	3512704	6355	Corumbataí	R$ 47.611,26
SP	3512803	6357	Cosmópolis	R$ 518.503,43
SP	3512902	6359	Cosmorama	R$ 66.177,99
SP	3513009	6361	Cotia	R$ 1.624.746,90
SP	3513108	6363	Cravinhos	R$ 266.720,10
SP	3513207	6365	Cristais Paulista	R$ 73.737,14
SP	3513306	6367	Cruzália	R$ 36.295,37
SP	3513405	6369	Cruzeiro	R$ 583.670,09
SP	3513504	6371	Cubatão	R$ 892.997,36
SP	3513603	6373	Cunha	R$ 171.938,76
SP	3513702	6375	Descalvado	R$ 257.733,61
SP	3513801	6377	Diadema	R$ 2.622.018,16
SP	3513850	7249	Dirce Reis	R$ 34.696,75
SP	3513900	6379	Divinolândia	R$ 96.249,41
SP	3514007	6381	Dobrada	R$ 75.438,52
SP	3514106	6383	Dois Córregos	R$ 213.023,47
SP	3514205	6385	Dolcinópolis	R$ 36.535,16
SP	3514304	6387	Dourado	R$ 75.118,80
SP	3514403	6389	Dracena	R$ 348.689,70
SP	3514502	6391	Duartina	R$ 103.665,83
SP	3514601	6393	Dumont	R$ 80.799,58
SP	3514700	6395	Echaporã	R$ 59.298,25
SP	3514809	6397	Eldorado	R$ 129.226,88
SP	3514908	6399	Elias Fausto	R$ 150.386,04
SP	3514924	2975	Elisiário	R$ 45.304,69

SP	3514957	7251	Embaúba	R$ 38.459,20
SP	3515004	6401	Embu das Artes	R$ 1.764.716,80
SP	3515103	6403	Embu-Guaçu	R$ 493.981,47
SP	3515129	2961	Emilianópolis	R$ 42.809,71
SP	3515152	2949	Engenheiro Coelho	R$ 167.519,74
SP	3515186	6865	Espírito Santo do Pinhal	R$ 334.627,63
SP	3515194	7253	Espírito Santo do Turvo	R$ 52.030,28
SP	3515202	6405	Estrela d'Oeste	R$ 72.526,76
SP	3515301	6407	Estrela do Norte	R$ 40.251,93
SP	3515350	7255	Euclides da Cunha Paulista	R$ 77.962,05
SP	3515400	6409	Fartura	R$ 132.321,34
SP	3515509	6411	Fernandópolis	R$ 492.445,66
SP	3515608	6413	Fernando Prestes	R$ 57.476,97
SP	3515657	0796	Fernão	R$ 34.257,14
SP	3515707	6415	Ferraz de Vasconcelos	R$ 1.311.110,64
SP	3515806	6417	Flora Rica	R$ 32.818,38
SP	3515905	6419	Floreal	R$ 41.114,04
SP	3516002	6421	Flórida Paulista	R$ 124.351,12
SP	3516101	6423	Florínea	R$ 39.738,09
SP	3516200	6425	Franca	R$ 2.218.385,76
SP	3516309	6427	Francisco Morato	R$ 1.205.876,30
SP	3516408	6429	Franco da Rocha	R$ 1.075.800,28
SP	3516507	6431	Gabriel Monteiro	R$ 40.309,02
SP	3516606	6433	Gália	R$ 61.844,61
SP	3516705	6435	Garça	R$ 334.970,19
SP	3516804	6437	Gastão Vidigal	R$ 51.910,38
SP	3516853	0798	Gavião Peixoto	R$ 51.801,90
SP	3516903	6439	General Salgado	R$ 94.667,93
SP	3517000	6441	Getulina	R$ 97.750,97
SP	3517109	6443	Glicério	R$ 51.950,34
SP	3517208	6445	Guaiçara	R$ 102.084,35
SP	3517307	6447	Guaimbê	R$ 57.374,21
SP	3517406	6449	Guaíra	R$ 306.263,30
SP	3517505	6451	Guapiaçu	R$ 171.407,79
SP	3517604	6453	Guapiara	R$ 146.874,81
SP	3517703	6455	Guará	R$ 170.071,81
SP	3517802	6457	Guaraçaí	R$ 71.978,67
SP	3517901	6459	Guaraci	R$ 96.489,20
SP	3518008	6461	Guarani d'Oeste	R$ 35.878,58
SP	3518107	6463	Guarantã	R$ 62.506,89
SP	3518206	6465	Guararapes	R$ 253.286,05
SP	3518305	6467	Guararema	R$ 227.199,74
SP	3518404	6469	Guaratinguetá	R$ 833.991,06
SP	3518503	6471	Guareí	R$ 154.656,62
SP	3518602	6473	Guariba	R$ 302.352,41
SP	3518701	6475	Guarujá	R$ 2.031.530,85
SP	3518800	6477	Guarulhos	R$ 8.085.843,04
SP	3518859	7257	Guatapará	R$ 68.170,55
SP	3518909	6479	Guzolândia	R$ 54.530,96
SP	3519006	6481	Herculândia	R$ 78.846,99
SP	3519055	2953	Holambra	R$ 126.006,82
SP	3519071	2951	Hortolândia	R$ 1.519.929,34
SP	3519105	6483	Iacanga	R$ 99.469,47
SP	3519204	6485	Iacri	R$ 60.548,59
SP	3519253	7259	Iaras	R$ 77.214,12
SP	3519303	6487	Ibaté	R$ 265.646,74
SP	3519402	6489	Ibirá	R$ 103.368,95
SP	3519501	6491	Ibirarema	R$ 68.724,35

SP	3519600	6493	Ibitinga	R$ 432.434,52
SP	3519709	6495	Ibiúna	R$ 556.333,44
SP	3519808	6497	Icém	R$ 71.521,92
SP	3519907	6499	Iepê	R$ 71.042,34
SP	3520004	6501	Igaraçu do Tietê	R$ 197.945,14
SP	3520103	6503	Igarapava	R$ 230.819,45
SP	3520202	6505	Igaratá	R$ 78.892,67
SP	3520301	6507	Iguape	R$ 241.399,23
SP	3520400	6509	Ilhabela	R$ 264.881,69
SP	3520426	2969	Ilha Comprida	R$ 96.363,60
SP	3520442	2943	Ilha Solteira	R$ 209.432,31
SP	3520509	6511	Indaiatuba	R$ 1.638.546,35
SP	3520608	6513	Indiana	R$ 52.350,00
SP	3520707	6515	Indiaporã	R$ 46.709,18
SP	3520806	6517	Inúbia Paulista	R$ 47.245,86
SP	3520905	6519	Ipaussu	R$ 126.240,90
SP	3521002	6521	Iperó	R$ 277.230,97
SP	3521101	6523	Ipeúna	R$ 67.542,52
SP	3521150	0800	Ipiguá	R$ 55.244,63
SP	3521200	6525	Iporanga	R$ 48.541,88
SP	3521309	6527	Ipuã	R$ 134.450,92
SP	3521408	6529	Iracemápolis	R$ 195.438,74
SP	3521507	6531	Irapuã	R$ 70.094,59
SP	3521606	6533	Irapuru	R$ 71.813,10
SP	3521705	6535	Itaberá	R$ 149.152,83
SP	3521804	6537	Itaí	R$ 211.938,70
SP	3521903	6539	Itajobi	R$ 127.902,32
SP	3522000	6541	Itaju	R$ 46.355,20
SP	3522109	6543	Itanhaém	R$ 703.600,64
SP	3522158	3053	Itaoca	R$ 43.460,57
SP	3522208	6545	Itapecerica da Serra	R$ 1.205.014,19
SP	3522307	6547	Itapetininga	R$ 1.137.689,79
SP	3522406	6549	Itapeva	R$ 660.997,63
SP	3522505	6551	Itapevi	R$ 1.559.032,53
SP	3522604	6553	Itapira	R$ 532.896,65
SP	3522653	3055	Itapirapuã Paulista	R$ 48.673,19
SP	3522703	6555	Itápolis	R$ 319.566,03
SP	3522802	6557	Itaporanga	R$ 127.257,16
SP	3522901	6559	Itapuí	R$ 120.651,47
SP	3523008	6561	Itapura	R$ 52.469,89
SP	3523107	6563	Itaquaquecetuba	R$ 2.319.064,06
SP	3523206	6565	Itararé	R$ 369.871,31
SP	3523305	6567	Itariri	R$ 148.467,71
SP	3523404	6569	Itatiba	R$ 828.624,29
SP	3523503	6571	Itatinga	R$ 167.085,83
SP	3523602	6573	Itirapina	R$ 152.584,13
SP	3523701	6575	Itirapuã	R$ 61.564,85
SP	3523800	6577	Itobi	R$ 69.226,77
SP	3523909	6579	Itu	R$ 1.195.000,03
SP	3524006	6581	Itupeva	R$ 447.547,50
SP	3524105	6583	Ituverava	R$ 312.166,74
SP	3524204	6585	Jaborandi	R$ 64.019,87
SP	3524303	6587	Jaboticabal	R$ 547.112,87
SP	3524402	6589	Jacareí	R$ 1.535.978,26
SP	3524501	6591	Jaci	R$ 64.807,75
SP	3524600	6593	Jacupiranga	R$ 150.922,72
SP	3524709	6595	Jaguariúna	R$ 417.904,28
SP	3524808	6597	Jales	R$ 361.901,09

SP	3524907	6599	Jambeiro	R$ 62.152,91
SP	3525003	6601	Jandira	R$ 851.912,64
SP	3525102	6603	Jardinópolis	R$ 334.913,09
SP	3525201	6605	Jarinu	R$ 228.604,23
SP	3525300	6607	Jaú	R$ 1.051.609,85
SP	3525409	6609	Jeriquara	R$ 42.495,70
SP	3525508	6611	Joanópolis	R$ 108.090,56
SP	3525607	6613	João Ramalho	R$ 50.283,22
SP	3525706	6615	José Bonifácio	R$ 276.557,27
SP	3525805	6617	Júlio Mesquita	R$ 51.727,68
SP	3525854	0802	Jumirim	R$ 43.683,24
SP	3525904	6619	Jundiaí	R$ 2.593.916,84
SP	3526001	6621	Junqueirópolis	R$ 166.983,06
SP	3526100	6623	Juquiá	R$ 156.323,74
SP	3526209	6625	Juquitiba	R$ 244.750,60
SP	3526308	6627	Lagoinha	R$ 52.412,80
SP	3526407	6629	Laranjal Paulista	R$ 219.880,38
SP	3526506	6631	Lavínia	R$ 101.010,99
SP	3526605	6633	Lavrinhas	R$ 65.909,65
SP	3526704	6635	Leme	R$ 720.746,14
SP	3526803	6637	Lençóis Paulista	R$ 488.540,48
SP	3526902	6639	Limeira	R$ 1.949.630,53
SP	3527009	6641	Lindóia	R$ 70.020,37
SP	3527108	6643	Lins	R$ 551.394,87
SP	3527207	6645	Lorena	R$ 620.598,03
SP	3527256	2937	Lourdes	R$ 37.528,58
SP	3527306	6647	Louveira	R$ 360.633,62
SP	3527405	6649	Lucélia	R$ 173.080,62
SP	3527504	6651	Lucianópolis	R$ 38.128,06
SP	3527603	6653	Luís Antônio	R$ 126.103,88
SP	3527702	6655	Luiziânia	R$ 57.516,94
SP	3527801	6657	Lupércio	R$ 50.631,49
SP	3527900	6659	Lutécia	R$ 39.583,94
SP	3528007	6661	Macatuba	R$ 146.909,06
SP	3528106	6663	Macaubal	R$ 70.819,68
SP	3528205	6665	Macedônia	R$ 45.573,02
SP	3528304	6667	Magda	R$ 42.267,32
SP	3528403	6669	Mairinque	R$ 350.727,93
SP	3528502	6671	Mairiporã	R$ 694.254,47
SP	3528601	6673	Manduri	R$ 80.673,98
SP	3528700	6675	Marabá Paulista	R$ 57.876,63
SP	3528809	6677	Maracaí	R$ 120.708,56
SP	3528858	2977	Marapoama	R$ 41.764,90
SP	3528908	6679	Mariápolis	R$ 47.776,83
SP	3529005	6681	Marília	R$ 1.565.780,95
SP	3529104	6683	Marinópolis	R$ 36.518,03
SP	3529203	6685	Martinópolis	R$ 208.147,71
SP	3529302	6687	Matão	R$ 588.991,19
SP	3529401	6689	Mauá	R$ 2.901.935,12
SP	3529500	6691	Mendonça	R$ 55.804,14
SP	3529609	6693	Meridiano	R$ 46.360,91
SP	3529658	2983	Mesópolis	R$ 35.353,33
SP	3529708	6695	Miguelópolis	R$ 175.815,39
SP	3529807	6697	Mineiros do Tietê	R$ 106.309,25
SP	3529906	6699	Miracatu	R$ 161.844,67
SP	3530003	6701	Mira Estrela	R$ 42.078,92
SP	3530102	6703	Mirandópolis	R$ 225.863,75
SP	3530201	6705	Mirante do Paranapanema	R$ 153.166,49

SP	3530300	6707	Mirassol	R$ 431.241,27
SP	3530409	6709	Mirassolândia	R$ 52.270,07
SP	3530508	6711	Mococa	R$ 491.126,81
SP	3530607	6713	Mogi das Cruzes	R$ 2.747.383,60
SP	3530706	6715	Mogi Guaçu	R$ 1.060.950,31
SP	3530805	6717	Mogi Mirim	R$ 654.346,26
SP	3530904	6719	Mombuca	R$ 44.402,61
SP	3531001	6721	Monções	R$ 37.357,30
SP	3531100	6723	Mongaguá	R$ 413.416,75
SP	3531209	6725	Monte Alegre do Sul	R$ 70.351,51
SP	3531308	6727	Monte Alto	R$ 369.842,77
SP	3531407	6729	Monte Aprazível	R$ 200.303,09
SP	3531506	6731	Monte Azul Paulista	R$ 157.442,77
SP	3531605	6733	Monte Castelo	R$ 48.244,99
SP	3531704	6735	Monteiro Lobato	R$ 51.025,43
SP	3531803	6737	Monte Mor	R$ 430.944,39
SP	3531902	6739	Morro Agudo	R$ 253.451,62
SP	3532009	6741	Morungaba	R$ 118.539,02
SP	3532058	7263	Motuca	R$ 51.624,91
SP	3532108	6743	Murutinga do Sul	R$ 50.071,98
SP	3532157	0804	Nantes	R$ 42.392,93
SP	3532207	6745	Narandiba	R$ 52.190,14
SP	3532306	6747	Natividade da Serra	R$ 62.489,77
SP	3532405	6749	Nazaré Paulista	R$ 154.679,46
SP	3532504	6751	Neves Paulista	R$ 75.444,23
SP	3532603	6753	Nhandeara	R$ 98.144,91
SP	3532702	6755	Nipoã	R$ 54.222,66
SP	3532801	6757	Nova Aliança	R$ 64.271,08
SP	3532827	3061	Nova Campina	R$ 80.154,43
SP	3532843	2985	Nova Canaã Paulista	R$ 35.199,17
SP	3532868	0806	Nova Castilho	R$ 31.693,65
SP	3532900	6759	Nova Europa	R$ 96.477,79
SP	3533007	6761	Nova Granada	R$ 171.670,42
SP	3533106	6763	Nova Guataporanga	R$ 37.682,73
SP	3533205	6765	Nova Independência	R$ 47.120,25
SP	3533254	2979	Novais	R$ 57.745,31
SP	3533304	6767	Nova Luzitânia	R$ 47.873,88
SP	3533403	6769	Nova Odessa	R$ 433.239,54
SP	3533502	6771	Novo Horizonte	R$ 307.759,14
SP	3533601	6773	Nuporanga	R$ 66.891,66
SP	3533700	6775	Ocauçu	R$ 48.947,24
SP	3533809	6777	Óleo	R$ 38.710,41
SP	3533908	6779	Olímpia	R$ 402.397,75
SP	3534005	6781	Onda Verde	R$ 49.472,50
SP	3534104	6783	Oriente	R$ 61.656,20
SP	3534203	6785	Orindiúva	R$ 64.802,04
SP	3534302	6787	Orlândia	R$ 324.750,10
SP	3534401	6789	Osasco	R$ 4.189.422,97
SP	3534500	6791	Oscar Bressane	R$ 39.321,31
SP	3534609	6793	Osvaldo Cruz	R$ 252.943,49
SP	3534708	6795	Ourinhos	R$ 778.701,53
SP	3534757	0808	Ouroeste	R$ 91.767,59
SP	3534807	6797	Ouro Verde	R$ 73.343,20
SP	3534906	6799	Pacaembu	R$ 121.821,88
SP	3535002	6801	Palestina	R$ 106.589,01
SP	3535101	6803	Palmares Paulista	R$ 108.404,57
SP	3535200	6805	Palmeira d'Oeste	R$ 77.459,62
SP	3535309	6807	Palmital	R$ 175.786,85

SP	3535408	6809	Panorama	R$ 130.842,62
SP	3535507	6811	Paraguaçu Paulista	R$ 342.466,54
SP	3535606	6813	Paraibuna	R$ 152.955,24
SP	3535705	6815	Paraíso	R$ 61.307,93
SP	3535804	6817	Paranapanema	R$ 164.231,16
SP	3535903	6819	Paranapuã	R$ 47.742,57
SP	3536000	6821	Parapuã	R$ 95.210,32
SP	3536109	6823	Pardinho	R$ 61.199,46
SP	3536208	6825	Pariquera-Açu	R$ 161.096,74
SP	3536257	2989	Parisi	R$ 36.797,79
SP	3536307	6827	Patrocínio Paulista	R$ 124.522,40
SP	3536406	6829	Paulicéia	R$ 66.514,84
SP	3536505	6831	Paulínia	R$ 755.190,52
SP	3536570	0810	Paulistânia	R$ 34.925,13
SP	3536604	6833	Paulo de Faria	R$ 75.529,87
SP	3536703	6835	Pederneiras	R$ 348.084,52
SP	3536802	6837	Pedra Bela	R$ 59.246,87
SP	3536901	6839	Pedranópolis	R$ 38.698,99
SP	3537008	6841	Pedregulho	R$ 136.363,54
SP	3537107	6843	Pedreira	R$ 355.118,41
SP	3537156	2963	Pedrinhas Paulista	R$ 42.118,88
SP	3537206	6845	Pedro de Toledo	R$ 97.305,64
SP	3537305	6847	Penápolis	R$ 459.851,11
SP	3537404	6849	Pereira Barreto	R$ 203.625,92
SP	3537503	6851	Pereiras	R$ 73.948,39
SP	3537602	6853	Peruíbe	R$ 487.695,50
SP	3537701	6855	Piacatu	R$ 58.601,71
SP	3537800	6857	Piedade	R$ 405.686,32
SP	3537909	6859	Pilar do Sul	R$ 223.699,92
SP	3538006	6861	Pindamonhangaba	R$ 1.162.964,98
SP	3538105	6863	Pindorama	R$ 146.258,20
SP	3538204	6867	Pinhalzinho	R$ 127.588,31
SP	3538303	6869	Piquerobi	R$ 45.538,77
SP	3538501	6871	Piquete	R$ 118.738,85
SP	3538600	6873	Piracaia	R$ 212.954,96
SP	3538709	6875	Piracicaba	R$ 2.509.304,59
SP	3538808	6877	Piraju	R$ 227.245,41
SP	3538907	6879	Pirajuí	R$ 202.615,37
SP	3539004	6881	Pirangi	R$ 97.796,64
SP	3539103	6883	Pirapora do Bom Jesus	R$ 156.797,62
SP	3539202	6885	Pirapozinho	R$ 214.233,85
SP	3539301	6887	Pirassununga	R$ 542.237,11
SP	3539400	6889	Piratininga	R$ 118.618,95
SP	3539509	6891	Pitangueiras	R$ 300.148,60
SP	3539608	6893	Planalto	R$ 54.359,68
SP	3539707	6895	Platina	R$ 44.728,04
SP	3539806	6897	Poá	R$ 809.178,32
SP	3539905	6899	Poloni	R$ 59.052,75
SP	3540002	6901	Pompéia	R$ 174.605,01
SP	3540101	6903	Pongaí	R$ 43.962,99
SP	3540200	6905	Pontal	R$ 366.776,86
SP	3540259	2987	Pontalinda	R$ 50.882,70
SP	3540309	6907	Pontes Gestal	R$ 39.172,87
SP	3540408	6909	Populina	R$ 48.262,12
SP	3540507	6911	Porangaba	R$ 81.125,01
SP	3540606	6913	Porto Feliz	R$ 392.840,33
SP	3540705	6915	Porto Ferreira	R$ 410.265,20
SP	3540754	2993	Potim	R$ 197.768,15

SP	3540804	6917	Potirendaba	R$ 148.039,51
SP	3540853	0812	Pracinha	R$ 47.828,21
SP	3540903	6919	Pradópolis	R$ 171.647,58
SP	3541000	6921	Praia Grande	R$ 2.057.873,69
SP	3541059	0814	Pratânia	R$ 54.496,71
SP	3541109	6923	Presidente Alves	R$ 47.833,92
SP	3541208	6925	Presidente Bernardes	R$ 107.439,70
SP	3541307	6927	Presidente Epitácio	R$ 333.885,42
SP	3541406	6929	Presidente Prudente	R$ 1.507.894,07
SP	3541505	6931	Presidente Venceslau	R$ 298.989,61
SP	3541604	6933	Promissão	R$ 304.219,36
SP	3541653	0816	Quadra	R$ 46.178,21
SP	3541703	6935	Quatá	R$ 121.319,46
SP	3541802	6937	Queiroz	R$ 43.905,90
SP	3541901	6939	Queluz	R$ 109.232,43
SP	3542008	6941	Quintana	R$ 62.358,45
SP	3542107	6943	Rafard	R$ 76.277,79
SP	3542206	6945	Rancharia	R$ 226.680,19
SP	3542305	6947	Redenção da Serra	R$ 46.446,55
SP	3542404	6949	Regente Feijó	R$ 164.596,56
SP	3542503	6951	Reginópolis	R$ 79.389,38
SP	3542602	6953	Registro	R$ 411.247,21
SP	3542701	6955	Restinga	R$ 67.810,86
SP	3542800	6957	Ribeira	R$ 43.529,09
SP	3542909	6959	Ribeirão Bonito	R$ 108.084,85
SP	3543006	6961	Ribeirão Branco	R$ 142.804,05
SP	3543105	6963	Ribeirão Corrente	R$ 51.396,54
SP	3543204	6965	Ribeirão do Sul	R$ 50.385,99
SP	3543238	0818	Ribeirão dos Índios	R$ 37.163,18
SP	3543253	3057	Ribeirão Grande	R$ 68.267,61
SP	3543303	6967	Ribeirão Pires	R$ 843.097,44
SP	3543402	6969	Ribeirão Preto	R$ 4.217.255,95
SP	3543501	6971	Riversul	R$ 55.998,26
SP	3543600	6973	Rifaina	R$ 45.179,08
SP	3543709	6975	Rincão	R$ 94.268,28
SP	3543808	6977	Rinópolis	R$ 81.444,74
SP	3543907	6979	Rio Claro	R$ 1.380.467,57
SP	3544004	6981	Rio das Pedras	R$ 266.354,70
SP	3544103	6983	Rio Grande da Serra	R$ 371.829,61
SP	3544202	6985	Riolândia	R$ 104.082,61
SP	3544251	7265	Rosana	R$ 143.940,21
SP	3544301	6987	Roseira	R$ 93.771,56
SP	3544400	6989	Rubiácea	R$ 42.318,71
SP	3544509	6991	Rubinéia	R$ 42.432,89
SP	3544608	6993	Sabino	R$ 56.375,07
SP	3544707	6995	Sagres	R$ 38.345,01
SP	3544806	6997	Sales	R$ 60.605,69
SP	3544905	6999	Sales Oliveira	R$ 100.497,15
SP	3545001	7001	Salesópolis	R$ 146.772,04
SP	3545100	7003	Salmourão	R$ 54.719,37
SP	3545159	5445	Saltinho	R$ 71.767,42
SP	3545209	7005	Salto	R$ 816.092,31
SP	3545308	7007	Salto de Pirapora	R$ 340.862,21
SP	3545407	7009	Salto Grande	R$ 77.733,67
SP	3545506	7011	Sandovalina	R$ 49.021,46
SP	3545605	7013	Santa Adélia	R$ 129.146,95
SP	3545704	7015	Santa Albertina	R$ 58.761,57
SP	3545803	7017	Santa Bárbara d'Oeste	R$ 1.306.537,47

SP	3546009	7021	Santa Branca	R$ 125.196,10
SP	3546108	7023	Santa Clara d'Oeste	R$ 36.535,16
SP	3546207	7025	Santa Cruz da Conceição	R$ 50.169,03
SP	3546256	0820	Santa Cruz da Esperança	R$ 36.672,18
SP	3546306	7027	Santa Cruz das Palmeiras	R$ 261.404,71
SP	3546405	7029	Santa Cruz do Rio Pardo	R$ 353.713,91
SP	3546504	7031	Santa Ernestina	R$ 56.426,46
SP	3546603	7033	Santa Fé do Sul	R$ 249.763,39
SP	3546702	7035	Santa Gertrudes	R$ 210.642,68
SP	3546801	7037	Santa Isabel	R$ 417.321,93
SP	3546900	7039	Santa Lúcia	R$ 74.799,08
SP	3547007	7041	Santa Maria da Serra	R$ 59.703,61
SP	3547106	7043	Santa Mercedes	R$ 41.239,64
SP	3547205	7045	Santana da Ponte Pensa	R$ 32.949,70
SP	3547304	7047	Santana de Parnaíba	R$ 942.908,31
SP	3547403	7049	Santa Rita d'Oeste	R$ 38.721,83
SP	3547502	7051	Santa Rita do Passa Quatro	R$ 214.405,13
SP	3547601	7053	Santa Rosa de Viterbo	R$ 208.598,74
SP	3547650	0822	Santa Salete	R$ 33.280,84
SP	3547700	7055	Santo Anastácio	R$ 168.119,22
SP	3547809	7057	Santo André	R$ 4.305.636,35
SP	3547908	7059	Santo Antônio da Alegria	R$ 64.019,87
SP	3548005	7061	Santo Antônio de Posse	R$ 182.004,30
SP	3548054	2939	Santo Antônio do Aracanguá	R$ 72.532,47
SP	3548104	7063	Santo Antônio do Jardim	R$ 58.453,27
SP	3548203	7065	Santo Antônio do Pinhal	R$ 63.346,16
SP	3548302	7067	Santo Expedito	R$ 42.221,65
SP	3548401	7069	Santópolis do Aguapeí	R$ 51.733,39
SP	3548500	7071	Santos	R$ 2.675.840,00
SP	3548609	7073	São Bento do Sapucaí	R$ 94.719,31
SP	3548708	7075	São Bernardo do Campo	R$ 4.991.686,40
SP	3548807	7077	São Caetano do Sul	R$ 1.121.852,11
SP	3548906	7079	São Carlos	R$ 1.640.578,87
SP	3549003	7081	São Francisco	R$ 40.565,94
SP	3549102	7083	São João da Boa Vista	R$ 634.899,90
SP	3549201	7085	São João das Duas Pontes	R$ 39.121,48
SP	3549250	2941	São João de Iracema	R$ 35.433,26
SP	3549300	7087	São João do Pau d'Alho	R$ 36.478,06
SP	3549409	7089	São Joaquim da Barra	R$ 385.932,04
SP	3549508	7091	São José da Bela Vista	R$ 75.432,81
SP	3549607	7093	São José do Barreiro	R$ 48.136,51
SP	3549706	7095	São José do Rio Pardo	R$ 403.391,17
SP	3549805	7097	São José do Rio Preto	R$ 2.832.047,23
SP	3549904	7099	São José dos Campos	R$ 4.323.740,63
SP	3549953	5447	São Lourenço da Serra	R$ 131.116,67
SP	3550001	7101	São Luiz do Paraitinga	R$ 93.628,83
SP	3550100	7103	São Manuel	R$ 307.199,63
SP	3550209	7105	São Miguel Arcanjo	R$ 253.240,37
SP	3550308	7107	São Paulo	R$ 70.854.050,80
SP	3550407	7109	São Pedro	R$ 268.781,17
SP	3550506	7111	São Pedro do Turvo	R$ 68.227,64
SP	3550605	7113	São Roque	R$ 633.786,58
SP	3550704	7115	São Sebastião	R$ 622.162,39
SP	3550803	7117	São Sebastião da Grama	R$ 102.164,28
SP	3550902	7119	São Simão	R$ 128.244,88
SP	3551009	7121	São Vicente	R$ 2.290.386,10
SP	3551108	7123	Sarapuí	R$ 91.333,68
SP	3551207	7125	Sarutaiá	R$ 45.230,46

SP	3551306	7127	Sebastianópolis do Sul	R$ 44.516,80
SP	3551405	7129	Serra Azul	R$ 124.476,72
SP	3551504	7131	Serrana	R$ 339.063,78
SP	3551603	7133	Serra Negra	R$ 223.951,13
SP	3551702	7135	Sertãozinho	R$ 856.925,43
SP	3551801	7137	Sete Barras	R$ 105.875,34
SP	3551900	7139	Severínia	R$ 148.810,27
SP	3552007	7141	Silveiras	R$ 60.440,12
SP	3552106	7143	Socorro	R$ 307.490,80
SP	3552205	7145	Sorocaba	R$ 4.080.717,35
SP	3552304	7147	Sud Mennucci	R$ 68.524,53
SP	3552403	7149	Sumaré	R$ 1.814.473,60
SP	3552502	7151	Suzano	R$ 1.901.232,55
SP	3552551	2945	Suzanápolis	R$ 47.086,00
SP	3552601	7153	Tabapuã	R$ 103.448,88
SP	3552700	7155	Tabatinga	R$ 134.947,63
SP	3552809	7157	Taboão da Serra	R$ 1.855.712,08
SP	3552908	7159	Taciba	R$ 60.343,06
SP	3553005	7161	Taguaí	R$ 119.892,13
SP	3553104	7163	Taiaçu	R$ 60.400,15
SP	3553203	7165	Taiúva	R$ 56.238,05
SP	3553302	7167	Tambaú	R$ 181.416,24
SP	3553401	7169	Tanabi	R$ 205.327,30
SP	3553500	7171	Tapiraí	R$ 69.032,66
SP	3553609	7173	Tapiratiba	R$ 106.606,14
SP	3553658	0824	Taquaral	R$ 40.508,85
SP	3553708	7175	Taquaritinga	R$ 416.128,68
SP	3553807	7177	Taquarituba	R$ 181.479,05
SP	3553856	3063	Taquarivaí	R$ 57.870,92
SP	3553906	7179	Tarabai	R$ 67.097,19
SP	3553955	7267	Tarumã	R$ 126.406,47
SP	3554003	7181	Tatuí	R$ 833.808,36
SP	3554102	7183	Taubaté	R$ 1.999.929,72
SP	3554201	7185	Tejupá	R$ 50.334,60
SP	3554300	7187	Teodoro Sampaio	R$ 181.079,39
SP	3554409	7189	Terra Roxa	R$ 77.956,34
SP	3554508	7191	Tietê	R$ 313.605,49
SP	3554607	7193	Timburi	R$ 39.635,32
SP	3554656	3227	Torre de Pedra	R$ 38.230,83
SP	3554706	7195	Torrinha	R$ 81.610,31
SP	3554755	0826	Trabiju	R$ 34.302,81
SP	3554805	7197	Tremembé	R$ 350.927,76
SP	3554904	7199	Três Fronteiras	R$ 57.614,00
SP	3554953	2955	Tuiuti	R$ 63.820,04
SP	3555000	7201	Tupã	R$ 471.937,76
SP	3555109	7203	Tupi Paulista	R$ 129.232,59
SP	3555208	7205	Turiúba	R$ 35.969,93
SP	3555307	7207	Turmalina	R$ 34.319,94
SP	3555356	2971	Ubarana	R$ 60.480,08
SP	3555406	7209	Ubatuba	R$ 632.547,65
SP	3555505	7211	Ubirajara	R$ 51.750,52
SP	3555604	7213	Uchoa	R$ 82.181,24
SP	3555703	7215	União Paulista	R$ 34.987,93
SP	3555802	7217	Urânia	R$ 76.494,75
SP	3555901	7219	Uru	R$ 31.111,30
SP	3556008	7221	Urupês	R$ 119.606,66
SP	3556107	7223	Valentim Gentil	R$ 108.695,75
SP	3556206	7225	Valinhos	R$ 884.364,85

SP	3556305	7227	Valparaíso	R$ 208.256,19
SP	3556354	2957	Vargem	R$ 92.772,43
SP	3556404	7231	Vargem Grande do Sul	R$ 317.995,97
SP	3556453	7273	Vargem Grande Paulista	R$ 389.979,96
SP	3556503	7233	Várzea Paulista	R$ 834.219,43
SP	3556602	7235	Vera Cruz	R$ 94.519,49
SP	3556701	7237	Vinhedo	R$ 555.477,04
SP	3556800	7239	Viradouro	R$ 156.814,75
SP	3556909	7241	Vista Alegre do Alto	R$ 74.759,11
SP	3556958	0828	Vitória Brasil	R$ 34.965,09
SP	3557006	7243	Votorantim	R$ 837.884,82
SP	3557105	7245	Votuporanga	R$ 662.099,53
SP	3557154	2973	Zacarias	R$ 39.977,88
SP	3557204	6337	Chavantes	R$ 103.511,68
SP	3557303	2959	Estiva Gerbi	R$ 97.151,49
TO	1700251	0337	Abreulândia	R$ 34.751,81
TO	1700301	0072	Aguiarnópolis	R$ 58.468,36
TO	1700350	9441	Aliança do Tocantins	R$ 50.800,73
TO	1700400	9207	Almas	R$ 60.306,76
TO	1700707	9213	Alvorada	R$ 68.054,32
TO	1701002	9219	Ananás	R$ 74.545,83
TO	1701051	0165	Angico	R$ 39.627,58
TO	1701101	9713	Aparecida do Rio Negro	R$ 47.403,68
TO	1701309	0167	Aragominas	R$ 52.901,77
TO	1701903	9237	Araguacema	R$ 60.483,75
TO	1702000	9239	Araguaçu	R$ 68.653,80
TO	1702109	9241	Araguaína	R$ 1.241.596,43
TO	1702158	0169	Araguanã	R$ 52.736,19
TO	1702208	9243	Araguatins	R$ 257.577,84
TO	1702307	9245	Arapoema	R$ 57.954,52
TO	1702406	9247	Arraias	R$ 87.033,74
TO	1702554	9685	Augustinópolis	R$ 145.175,06
TO	1702703	9253	Aurora do Tocantins	R$ 41.477,40
TO	1702901	9257	Axixá do Tocantins	R$ 75.727,66
TO	1703008	9259	Babaçulândia	R$ 87.587,55
TO	1703057	0074	Bandeirantes do Tocantins	R$ 40.312,70
TO	1703073	0076	Barra do Ouro	R$ 46.238,98
TO	1703107	9693	Barrolândia	R$ 52.182,39
TO	1703206	9695	Bernardo Sayão	R$ 45.485,35
TO	1703305	0341	Bom Jesus do Tocantins	R$ 47.968,91
TO	1703602	0339	Brasilândia do Tocantins	R$ 32.593,68
TO	1703701	9273	Brejinho de Nazaré	R$ 51.411,63
TO	1703800	9715	Buriti do Tocantins	R$ 91.492,73
TO	1703826	0171	Cachoeirinha	R$ 33.016,17
TO	1703842	0173	Campos Lindos	R$ 77.783,02
TO	1703867	0327	Cariri do Tocantins	R$ 45.045,73
TO	1703883	0175	Carmolândia	R$ 34.757,52
TO	1703891	0177	Carrasco Bonito	R$ 43.407,15
TO	1703909	9717	Caseara	R$ 50.680,84
TO	1704105	0343	Centenário	R$ 36.613,05
TO	1704600	0078	Chapada de Areia	R$ 28.054,77
TO	1705102	0080	Chapada da Natividade	R$ 39.056,64
TO	1705508	9311	Colinas do Tocantins	R$ 255.653,79
TO	1705557	9697	Combinado	R$ 47.729,11
TO	1705607	9313	Conceição do Tocantins	R$ 43.464,25
TO	1706001	9321	Couto Magalhães	R$ 51.931,18
TO	1706100	9323	Cristalândia	R$ 61.642,75
TO	1706258	0082	Crixás do Tocantins	R$ 29.858,92

TO	1706506	0179	Darcinópolis	R$ 54.837,23
TO	1707009	9341	Dianópolis	R$ 166.453,73
TO	1707108	9719	Divinópolis do Tocantins	R$ 59.421,82
TO	1707207	9345	Dois Irmãos do Tocantins	R$ 61.123,20
TO	1707306	9347	Dueré	R$ 46.781,36
TO	1707405	0181	Esperantina	R$ 89.483,05
TO	1707553	9683	Fátima	R$ 41.922,73
TO	1707652	9667	Figueirópolis	R$ 50.075,65
TO	1707702	9355	Filadélfia	R$ 70.589,27
TO	1708205	9365	Formoso do Araguaia	R$ 145.334,92
TO	1708254	0345	Tabocão	R$ 34.808,90
TO	1708304	9699	Goianorte	R$ 49.276,34
TO	1709005	9533	Goiatins	R$ 101.033,02
TO	1709302	9627	Guaraí	R$ 194.733,64
TO	1709500	9385	Gurupi	R$ 588.157,63
TO	1709807	0084	Ipueiras	R$ 31.531,75
TO	1710508	9405	Itacajá	R$ 62.464,89
TO	1710706	9409	Itaguatins	R$ 53.506,95
TO	1710904	0347	Itapiratins	R$ 41.591,59
TO	1711100	9417	Itaporã do Tocantins	R$ 33.883,99
TO	1711506	0329	Jaú do Tocantins	R$ 42.002,66
TO	1711803	0349	Juarina	R$ 32.548,01
TO	1711902	0367	Lagoa da Confusão	R$ 102.962,77
TO	1711951	0353	Lagoa do Tocantins	R$ 44.668,91
TO	1712009	0351	Lajeado	R$ 37.920,49
TO	1712157	0086	Lavandeira	R$ 31.006,49
TO	1712405	9569	Lizarda	R$ 41.380,34
TO	1712454	0088	Luzinópolis	R$ 37.772,04
TO	1712504	9711	Marianópolis do Tocantins	R$ 49.573,23
TO	1712702	0317	Mateiros	R$ 35.351,29
TO	1712801	0183	Maurilândia do Tocantins	R$ 39.587,61
TO	1713205	9461	Miracema do Tocantins	R$ 144.238,73
TO	1713304	9463	Miranorte	R$ 103.402,39
TO	1713601	9469	Monte do Carmo	R$ 65.399,49
TO	1713700	0090	Monte Santo do Tocantins	R$ 33.039,01
TO	1713809	0185	Palmeiras do Tocantins	R$ 58.040,16
TO	1713957	0187	Muricilândia	R$ 40.301,28
TO	1714203	9481	Natividade	R$ 72.804,48
TO	1714302	9483	Nazaré	R$ 42.282,41
TO	1714880	9663	Nova Olinda	R$ 94.181,82
TO	1715002	9721	Nova Rosalândia	R$ 44.349,19
TO	1715101	9499	Novo Acordo	R$ 44.817,36
TO	1715150	9703	Novo Alegre	R$ 33.341,61
TO	1715259	0321	Novo Jardim	R$ 35.568,24
TO	1715507	0092	Oliveira de Fátima	R$ 26.376,22
TO	1715705	0189	Palmeirante	R$ 54.431,87
TO	1715754	9649	Palmeirópolis	R$ 63.755,20
TO	1716109	9519	Paraíso do Tocantins	R$ 366.048,50
TO	1716208	9521	Paranã	R$ 86.360,04
TO	1716307	0191	Pau D'Arco	R$ 47.711,99
TO	1716505	9525	Pedro Afonso	R$ 104.224,53
TO	1716604	9527	Peixe	R$ 93.782,17
TO	1716653	9705	Pequizeiro	R$ 51.297,44
TO	1716703	9529	Colméia	R$ 66.872,49
TO	1717008	9537	Pindorama do Tocantins	R$ 45.416,84
TO	1717206	0355	Piraquê	R$ 37.315,30
TO	1717503	9547	Pium	R$ 63.726,65
TO	1717800	9551	Ponte Alta do Bom Jesus	R$ 46.267,53

TO	1717909	9553	Ponte Alta do Tocantins	R$ 65.924,74
TO	1718006	9723	Porto Alegre do Tocantins	R$ 37.949,03
TO	1718204	9559	Porto Nacional	R$ 376.085,50
TO	1718303	9725	Praia Norte	R$ 68.168,51
TO	1718402	9629	Presidente Kennedy	R$ 41.060,62
TO	1718451	0094	Pugmil	R$ 35.374,13
TO	1718501	0357	Recursolândia	R$ 44.537,60
TO	1718550	0193	Riachinho	R$ 46.547,28
TO	1718659	0323	Rio da Conceição	R$ 32.188,32
TO	1718709	0359	Rio dos Bois	R$ 36.207,69
TO	1718758	9679	Rio Sono	R$ 57.012,48
TO	1718808	9727	Sampaio	R$ 46.924,10
TO	1718840	0331	Sandolândia	R$ 39.296,44
TO	1718865	0195	Santa Fé do Araguaia	R$ 62.915,93
TO	1718881	0361	Santa Maria do Tocantins	R$ 39.633,29
TO	1718899	0096	Santa Rita do Tocantins	R$ 33.530,01
TO	1718907	9729	Santa Rosa do Tocantins	R$ 47.597,80
TO	1719004	9731	Santa Tereza do Tocantins	R$ 36.390,39
TO	1720002	0098	Santa Terezinha do Tocantins	R$ 34.466,34
TO	1720101	0197	São Bento do Tocantins	R$ 50.423,92
TO	1720150	0363	São Félix do Tocantins	R$ 29.076,74
TO	1720200	0199	São Miguel do Tocantins	R$ 96.008,81
TO	1720259	0333	São Salvador do Tocantins	R$ 37.623,60
TO	1720309	9603	São Sebastião do Tocantins	R$ 47.460,78
TO	1720499	9691	São Valério	R$ 42.636,39
TO	1720655	9659	Silvanópolis	R$ 50.874,95
TO	1720804	9613	Sítio Novo do Tocantins	R$ 71.576,98
TO	1720853	0335	Sucupira	R$ 31.251,99
TO	1720903	9615	Taguatinga	R$ 128.627,81
TO	1720937	0325	Taipas do Tocantins	R$ 32.291,09
TO	1720978	0100	Talismã	R$ 35.973,61
TO	1721000	9733	Palmas	R$ 2.430.394,93
TO	1721109	9619	Tocantínia	R$ 63.104,34
TO	1721208	9621	Tocantinópolis	R$ 170.627,25
TO	1721257	0102	Tupirama	R$ 30.823,79
TO	1721307	0365	Tupiratins	R$ 35.277,07
TO	1722081	9665	Wanderlândia	R$ 93.405,35
TO	1722107	9643	Xambioá	R$ 92.588,92
			TOTAL	R$ 1.500.000.000,00

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 448, de 14 de agosto de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.140.

Nº 449, de 14 de agosto de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.047.

Nº 450, de 17 de agosto de 2020. Solicito à Câmara dos Deputados dispensar o Senhor Deputado Ubiratan Antunes Sanderson da função de Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Nº 451, de 17 de agosto de 2020. Solicito à Câmara dos Deputados dispensar a Senhora Deputada Fabiana Silva de Souza Poubel da função de Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Nº 452, de 17 de agosto de 2020. Indicação à Câmara dos Deputados, do Senhor Deputado Ricardo José Magalhães Barros para exercer a função de Líder do Governo na Câmara dos Deputados em substituição ao Senhor Deputado Vitor Hugo de Araujo Almeida.

Nº 453, de 17 de agosto de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 71.

Nº 454, de 17 de agosto de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 715.

Nº 456, de 17 de agosto de 2020. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto total ao Projeto de Lei nº 368, de 2009 (nº 4.699/12, na Câmara dos Deputados), acaba de promulgá-lo, que se transforma na Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 457, de 17 de agosto de 2020. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto total ao Projeto de Lei nº 4.489, de 2019 (nº 10.980/18, na Câmara dos Deputados), acaba de promulgá-lo, que se transforma na Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 458, de 17 de agosto de 2020. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul - PROFISCO II - RS".

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 9, de 4 de agosto de 2020, publicada no DOU nº 154, de 12/8/2020, Seção 1, página 12, onde se lê: CNPJ n.º 61.142.550/0001-30, leia-se: CNPJ n.º 61.142.550/0017-05.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 142, DE 24 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Revogar a Portaria 81 de 2016, do(a) médico(a) veterinário(a) Kassio Adilton Wentz, inscrito(a) no CRMV/SC 4134, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.005720/2017-01, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 143, DE 27 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Revogar a Portaria 125 de 2020, conforme Processo SEI 21050.003573/2020-21, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 146, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Revogar a Portaria 255 de 2017, do(a) médico(a) veterinário(a) Jonas Signor, inscrito(a) no CRMV/SC 7510, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.006746/2017-68, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 148, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Gabriela Debortoli, inscrito(a) no CRMV/SC 7709, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21000.050556/2020-79, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 149 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) André Filipe Dal Mago, inscrito(a) no CRMV/SC 4840, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.007098/2019-29, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria 4337 de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 151 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Talita Nádia Bortoli, inscrito(a) no CRMV/SC 4794, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.006532/2019-53, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria 3999 de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 152 - Revogar a Portaria 73 de 2020, do(a) médico(a) veterinário(a) Adaélcio Camuzzato, inscrito(a) no CRMV/SC 3762, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.003005/2020-21, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de material de propagação *in vitro* e mudas com ou sem folhas, com ou sem raiz nua de gérberas (*Gerbera jamesonii*) (Categoria 4, Classe 1) provenientes da Itália.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21000.036619/2020-84, resolve:

Art. 1º Atualizar os requisitos fitossanitários para a importação de material de propagação *in vitro* e mudas com ou sem folhas, com ou sem raiz nua de gérberas (*Gerbera jamesonii*) (Categoria 4, Classe 1) provenientes da Itália.

Art. 2º O envio dos materiais especificados no art 1º devem apresentar-se livres de terra e materiais orgânicos.

Art. 3º O envio de material de propagação *in vitro* de gérbera deve estar acompanhado do Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Itália.

Art. 4º O envio de mudas de gérbera com folhas, com ou sem raiz nua, deve estar acompanhado do Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Itália, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio foi inspecionado e se encontra livre de *Liriomyza bryoniae*" ou "O lugar de produção foi submetido à inspeção oficial durante a produção das mudas e não foi detectada a praga *Liriomyza bryoniae*"; e

II - "O lugar de produção foi submetido à inspeção oficial durante a produção das mudas e não foi detectada a praga *Podosphaera fusca*".

Art. 5º O envio de mudas de gérbera sem folhas, com ou sem raiz nua, deve estar acompanhado do Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Itália, com a seguinte Declaração Adicional:

I - "O lugar de produção foi submetido à inspeção oficial durante a produção das mudas e não foi detectada a praga *Podosphaera fusca*".

Art. 6º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 7º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a ONPF da Itália será notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações dos materiais propagativos de gérbera especificados no art. 1º até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 8º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 9º Fica revogada a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 85, de 10 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. nº 240, de 15/12/2004, Seção I, pág. 89.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1° de setembro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 125, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Obter subsídios para fomentar abertura de discussão sobre a regulamentação de Prestadores de Serviço do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei n° 9.712, de 20 de novembro de 1998,

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo III, seção XI e XII do Decreto n° 5.741, de 30 março de 2006, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.033646/2020-03 resolve:

Art. 1° Convidar o público a participar da Tomada Pública de Subsídios por um período de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 2° O objetivo da presente tomada pública de subsídios é permitir a ampla divulgação e a participação de órgãos, entidades ou pessoas interessadas em contribuir com a discussão sobre a regulamentação de Prestadores de Serviço do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

§ 1° O formulário para participação da tomada pública de subsídios encontra-se disponível no LINK: http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/899879?lang=pt-BR

§ 2° Os participantes responderão ao questionário presente no formulário.

Art. 3° Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, o Departamento de Suporte e Normas consolidará as contribuições.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 141, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o Projeto de Instrução Normativa que fixa os requisitos mínimos exigidos para o funcionamento de estabelecimentos que realizam a manipulação e dispensação de preparações magistrais e oficinais para uso veterinário, bem como estabelece requisitos de boas práticas de manipulação.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934, e no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o que consta do Processo nº 21000.090518/2019-15, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o Projeto de Instrução Normativa que fixa os requisitos mínimos exigidos para o funcionamento de estabelecimentos que realizam a manipulação e dispensação de preparações magistrais e oficinais para uso veterinário, bem como estabelece requisitos de boas práticas de manipulação.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR(01)/N.º 53, de 17 de julho de 1995, publicada no Diário Oficial da União nº 136, na data de 18 de julho do ano de 1995, na Seção 1, página 10599, que criou o Projeto de Assentamento denominado Jovencrelândia I e Jovencrelândia II, localizado no município de Itupiranga no Estado do Pará, código SIPRA MB0059000, onde se lê: "...com área de 5.785,1344 ha (cinco mil, setecentos e oitenta e cinco hectares, treze ares e quarenta e quatro centiares)... leia-se: "...com área de 3.082,8795 ha (Três mil e oitenta e dois hectares, oitenta e sete ares e noventa e cinco centiares)..." e, onde se lê: "...e que prevêm a criação 140 (cento e quarenta) unidades agrícolas familiares...", leia-se: "...que prevê a criação de 64 (sessenta e quatro) unidades agrícolas familiares..."

Ministério da Cidadania

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 288ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União na Edição 155 - Seção 1 - página 11, em 13 de agosto de 2020, onde se lê: PL 383/2017, leia-se: PEC 383/2017.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 110, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre as programações financeiras com fonte orçamentária própria executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício financeiro de 2020, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, pela Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social, e na Portaria/MC n° 305, de 10 de março e 2020, e

Considerando a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO), que aprova as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2020 e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (LOA), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando a Portaria Ministerial nº 2.601, de 6 de novembro de 2018, que dispõe sobre a utilização de recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Cidadania para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as programações financeiras com fonte orçamentária própria executadas pela Unidade Gestora nº 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício financeiro de 2020, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º Fica habilitado o estado, município ou o Distrito Federal descrito no Anexo desta Portaria a receber recursos destinados:

I - à estruturação da rede socioassistencial dos estados, municípios e do Distrito Federal, para fins de investimento; ou

II - ao incremento temporário às transferências automáticas e regulares para fins de custeio.

Parágrafo único. Os recursos de que trata esta Portaria serão transferidos na modalidade fundo a fundo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos fundos de assistência social, em conformidade com os procedimentos e condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 4º Esta Minuta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

ANEXO I

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	PROCESSO
AP	AMAPA	2020	21C0	160010520200001	355.357,00	3	71000.041954/2020-72
AP	CALCOENE	2020	21C0	160020420200001	70.000,00	3	71000.041951/2020-39
AP	CALCOENE	2020	21C0	160020420200002	150.000,00	3	71000.041952/2020-83
AP	CALCOENE	2020	21C0	160020420200003	280.000,00	3	71000.041953/2020-28
AP	CUTIAS	2020	21C0	160021220200001	355.357,00	3	71000.041138/2020-69
AP	FERREIRA GOMES	2020	21C0	160023820200001	355.357,00	3	71000.043833/2020-65
AP	ITAUBAL	2020	21C0	160025320200001	355.357,00	3	71000.042076/2020-11
AP	LARANJAL DO JARI	2020	21C0	160027920200006	1.200.000,00	3	71000.041191/2020-60
AP	MAZAGAO	2020	21C0	160040220200001	800.000,00	3	71000.040629/2020-92
AP	OIAPOQUE	2020	21C0	160050120200002	800.000,00	3	71000.043503/2020-70
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	2020	21C0	160015420200002	500.000,00	3	71000.040627/2020-01
AP	PORTO GRANDE	2020	21C0	160053520200001	500.000,00	3	71000.040626/2020-59
AP	PRACUUBA	2020	21C0	160055020200001	355.357,00	3	71000.041133/2020-36
AP	SERRA DO NAVIO	2020	21C0	160005520200002	355.357,00	3	71000.043224/2020-14
AP	TARTARUGALZINHO	2020	21C0	160070920200001	500.000,00	3	71000.042808/2020-64
AP	VITORIA DO JARI	2020	21C0	160080820200001	500.000,00	3	71000.040625/2020-12

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA ANTIDOPAGEM

PORTARIA Nº 30, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA ANTIDOPAGEM, no uso da atribuição que lhe conferem o Art. 55-A, § 12, da Lei nº 9.615/98, o Art. 62, § 11, do Código Brasileiro Antidopagem, resolve:

Art. 1º Tornar pública a Resolução Plenária nº 1/2020, que aprova o novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD.

Art. 2º Revoga-se a Resolução Plenária nº 1/2017, que aprovou o Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

Art. 3º Esta Resolução entre em vigor na data da sua publicação.

TATIANA MESQUITA NUNES

ANEXO

RESOLUÇÃO PLENÁRIA Nº 1/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

O Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, reunido em sessão plenária, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62, §11, do Código Brasileiro Antidopagem,

CONSIDERANDO o disposto no art. 55-A, § 12, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nos arts. 6º, 7º e 8º do Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016;

CONSIDERANDO que a necessidade de complementação e alteração dos procedimentos previstos na Resolução Plenária nº 1/2017, que aprovou o Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem;

CONSIDERANDO que atualmente a legislação que regula os procedimentos perante o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD) está distribuída entre a Lei 9.615/98, o Código Brasileiro Antidopagem (CBA) e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 134, inciso I, do Código Brasileiro Antidopagem, que atribui ao Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem competência para regular os seus procedimentos através de Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55-A da Lei 13.322, de 28 de julho de 2016, que confere ao TJD-AD a atribuição para homologar decisões proferidas por organismos internacionais, decorrentes ou relacionadas ao controle de dopagem;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos perante o Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD);, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA ANTIDOPAGEM

LIVRO I

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Competência

Art. 1º O Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD tem competência exclusiva para processar e julgar as violações a regras antidopagem e às infrações a elas conexas, assim como para homologar decisões proferidas por organismos internacionais, decorrentes ou relacionadas a violações às regras antidopagem, conforme o disposto no caput do artigo 55-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 2º A competência do TJD-AD abrange todos os esportes, competições e ligas esportivas, nos níveis profissionais e não profissionais, na forma do § 4º do artigo 55-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Seção II

Sede

Art. 3º O TJD-AD possui sede em Brasília, funcionando junto ao Conselho Nacional do Esporte - CNE, exercendo sua competência em âmbito nacional e tem como idioma oficial a língua portuguesa.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Seção I

Auditores

Art. 4º Os Auditores serão nomeados para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução, observado o disposto no § 6º do artigo 55-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e no § 3º do art. 7º do Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016.

Art. 5º O mandato dos Auditores poderá ser interrompido nas seguintes hipóteses:

I - renúncia, apresenta por escrito ao Presidente;

II - morte;

III - incapacidade de exercer suas funções;

IV - perda de independência ou ocorrência de fato que resulte em incompatibilidade com suas funções;

V - qualquer causa que possa impedir o exercício de funções públicas;

VI - violação das obrigações previstas no art. 8º;

VII - violação material de obrigações;

VIII - violação de quaisquer disposições do Código de Conduta; e

IX - não recondução.

§ 1º Antes de aceitar a renúncia de que trata o inciso I, o Presidente poderá solicitar a oitiva do renunciante.

§ 2º Na hipótese dos incisos I e II, a interrupção do mandato será efetivada por declaração do Presidente, na primeira sessão seguinte à ocorrência do fato, procedendo-se à substituição na forma do art. 6º.

§ 3º Na hipótese dos incisos III a VI, será instaurado procedimento apuratório, a cargo do Vice-Presidente, e submetida ao Plenário a indicação de interrupção do mandato, que deverá ser aprovada por maioria absoluta.

§ 4º Havendo decisão do Plenário pela interrupção do mandato nos termos do § 3º, o Auditor será provisoriamente afastado, devendo-se encaminhar o processo ao CNE para confirmação da decisão de interrupção e regular substituição.

§ 5º O afastamento de que trata o § 4º perdurará até decisão definitiva do CNE.

Art. 6º Havendo a vacância do mandato, a nomeação do novo Auditor observará o procedimento previsto na Resolução CNE nº 61/2020.

Art. 7º São deveres do Auditor:

I - comparecer às sessões e audiências pelo menos vinte minutos antes do seu início, quando regularmente convocado, exceto mediante justificativa, a qual deverá ser apresentada por escrito à Secretaria do Tribunal;

II - manter conduta compatível com a função de Auditor;

III - cumprir a legislação antidopagem;

IV - manifestar-se dentro dos prazos processuais;

V - apreciar a prova dos autos, tendo em vista, sobretudo, o interesse do esporte limpo, indicando claramente os fundamentos de sua decisão;

VI - abster-se de aceitar quaisquer ordens ou instruções que possam interferir na sua liberdade de ação, nas suas funções ou nas suas decisões; e

VII - manter a confidencialidade, não divulgando a terceiros quaisquer fatos ou informações relacionadas a processos em tramitação no TJD-AD.

Seção II

Presidente

Art. 8º O Presidente do TJD-AD:

I - será escolhido entre os membros do Plenário; e

II - será considerado eleito se obtiver a maioria dos votos dos membros do Plenário, em escrutínio secreto ou, em caso de apenas um candidato, por aclamação.

§ 1º A eleição será realizada em sessão extraordinária exclusivamente convocada para esse fim, observado o quórum de instalação de 7 (sete) Auditores.

§ 2º Não alcançado o quórum de que trata o § 1º, será convocada nova sessão extraordinária, que será instalada com o quórum de que trata o art. 63.

§ 3º O Auditor que obtiver número de votos superior à metade do número de Auditores votantes será considerado eleito.

§ 4º Se nenhum Auditor atingir o número necessário de votos, os Auditores com o maior número de votos competirão entre si em segundo turno de votação durante a mesma sessão.

Art. 9º O Auditor eleito tomará posse durante sessão solene perante o Presidente em exercício ou o Auditor mais antigo, em dia e hora definidos na sessão extraordinária em que a eleição tenha ocorrido.

Art. 10. Em caso de não comparecimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, pelo Auditor mais antigo ou pelo de maior idade, sucessivamente.

Art. 11. Em caso de vacância da Presidência, o Vice-Presidente a assumirá pelo restante do mandato.

Parágrafo único. Em caso de vacância da Vice-Presidência, serão realizadas novas eleições, na forma do art. 8º, para o cumprimento do restante do mandato.

Art. 12. O mandato do Presidente será de 3 (três) anos, permitida uma recondução na forma do artigo 62, § 5º, do Código Brasileiro Antidopagem.

§ 1º Expirado o mandato, o Presidente permanecerá em exercício provisório e deverá designar sessão extraordinária de eleição na data mais próxima possível, podendo conduzir os trabalhos até sua efetiva realização.

§ 2º O exercício provisório de que trata o parágrafo anterior se estenderá até a escolha do novo Presidente.

§ 3º Os atos praticados durante o exercício provisório da Presidência deverão ser submetidos ao Plenário para ratificação, considerando-se ratificados, para todos os fins, os aprovados pela maioria dos membros.

Art. 13. O Presidente do TJD-AD terá poderes de direção, com competência para:

I - assegurar o perfeito funcionamento do TJD-AD;

II - adotar providências com vistas a assegurar que os Auditores cumpram com os deveres de que trata o art. 7º;

III - representar o TJD-AD em atos e solenidades oficiais, permitida a delegação da função a qualquer Auditor;

IV - designar dia e hora para as sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e dirigir seus trabalhos;

V - presidir as sessões de posse;

VI - informar ao CNE quanto à necessidade de substituição dos Auditores nas hipóteses previstas neste Regimento;

VII - assinar ofícios e demais documentos do TJD-AD, permitida a delegação ao Vice-Presidente ou à Secretaria;

VIII - despachar o expediente do TJD-AD, elaborando a sua ordem do dia;

IX - apresentar anualmente relatório das atividades ao CNE;

X - praticar qualquer ato administrativo de interesse do TJD-AD;

XI - decidir sobre as suspensões preventivas, nos termos do Código Brasileiro Antidopagem - CBA;

XII - receber, processar e examinar os requisitos de admissibilidade de recursos em face de decisões das Câmaras;

XIII - distribuir os processos de competência das Câmaras e do Plenário, observadas as disposições relativas à distribuição;

XIV - decidir questões de ordem, ad referendum do Plenário ou da respectiva Câmara;

XV - resolver questões processuais, incluindo a adoção, ad referendum do Plenário ou da respectiva Câmara, de medidas acautelatórias necessárias à garantia da eficácia do provimento jurisdicional;

XVI - ordenar a restauração de autos ou a recuperação de registros;

XVII - despachar a petição inicial do Mandado de Garantia, nos limites do art. 93 do CBJD, ad referendum do Plenário; e

XVIII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo TJD-AD e por este Regimento Interno.

§ 1º Nos casos em que o Presidente decidir ad referendum, os Auditores do respectivo órgão julgador deverão ser convocados para deliberarem e decidirem no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O Presidente não participará da distribuição regular de processos, podendo relatar extraordinariamente.

Art. 14. Após sua eleição, o Presidente assinará declaração oficial assumindo o compromisso de exercer suas funções pessoalmente, com total objetividade, independência e imparcialidade, e em conformidade com este Regimento Interno e com o Código de Conduta do TJD-AD.

Seção III

Vice-Presidente

Art. 15. O Vice-Presidente do TJD-AD será eleito dentre Auditores oriundos de representações diversas de seu Presidente.

Parágrafo único. A eleição do Vice-Presidente seguirá o procedimento previsto no art. 8º e deverá ocorrer na primeira sessão presidida pelo Presidente eleito para o novo mandato, vedada qualquer deliberação do Plenário antes de sua conclusão.

Art. 16. O mandato do Vice-Presidente será de 3 (três) anos, autorizada uma recondução, na forma do § 5º do artigo 62 do Código Brasileiro Antidopagem.

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos ocasionais e, definitivamente, em caso de vacância.

§ 1º Compete ao Vice-Presidente decidir sobre pedidos de Mandados de Garantia contra atos praticados pelo Presidente e atuar como Corregedor dos trabalhos do TJD-AD.

§ 2º No caso de vacância, doença ou ausência do Vice-Presidente, por qualquer motivo, ele será substituído pelo Auditor mais antigo no Tribunal e, em caso de igual antiguidade, pelo mais idoso.

Art. 18. Após eleito, o Vice-Presidente assinará declaração oficial assumindo o compromisso de exercer as suas funções pessoalmente, com total objetividade, independência e imparcialidade, e em conformidade com este Regimento Interno e com o Código de Conduta do TJD-AD.

Seção IV

Relator

Art. 19. São atribuições do Relator:

I - receber, apreciar e relatar as denúncias, recursos e pedidos de homologação a ele distribuídos pelo Presidente da Câmara ou do TJD-AD;

II - analisar pedidos liminares e medidas acautelatórias necessárias à garantia da eficácia do provimento jurisdicional; e

III - solicitar a inclusão em pauta dos processos de sua relatoria, quando maduros para julgamento.

Seção V

Secretaria

Art. 20. A Secretaria auxiliará administrativamente o Tribunal e será dirigida por um Secretário-Geral.

Art. 21. São atribuições da Secretaria:

I - enviar avisos de sessões ou outras reuniões administrativas;

II - expedir citações, notificações, comunicações e intimações de que tratam o presente Regimento Interno ou o Código Brasileiro Antidopagem - CBA;

III - receber, registrar, protocolar e autuar os termos da Denúncia, recursos e outros documentos enviados ao TJD-AD, remetendo-os imediatamente ao Presidente para providências;

IV - auxiliar administrativamente as atividades da Procuradoria da Justiça Desportiva Antidopagem PROC-JAD, na forma de seu Regimento;

V - fornecer informações sobre o andamento de processos para as partes interessadas, observadas as disposições relativas ao sigilo;

VI - manter e conservar os arquivos do TJD-AD;

VII - emitir certidões sob ordem do Presidente, Vice-Presidente ou Relator;

VIII - gerir o cadastro de advogados profissionais especializados em Direito Desportivo, dispostos a atuarem como defensores dativos;

IX - sortear, de forma aleatória, o advogado dativo que atuará no feito em defesa do interessado; e

X - praticar outros atos administrativos determinados pelo Presidente, Vice-Presidente, Relator ou membro da Procuradoria.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS DO TJD-AD

Seção I

Órgãos do TJD-AD

Art. 22. O TJD-AD é composto do Plenário e de três Câmaras.

Parágrafo único. Novas Câmaras poderão ser criadas por decisão do Plenário, cabendo ao Presidente do TJD-AD o encaminhamento de ofício ao Conselho Nacional do Esporte, solicitando as indicações pertinentes conforme a legislação vigente.

Art. 23. Compete ao Plenário:

I - o julgamento de casos de sua competência originária e dos recursos em face das decisões das Câmaras;

II - a homologação de decisões proferidas por organismos internacionais, decorrentes ou relacionadas a violações às regras antidopagem;

III - exercer outras atribuições previstas neste Regimento; e

VI - julgamento de procedimentos especiais previstos no CBJD, para casos de competência da Justiça Desportiva Antidopagem.

Art. 24. Compete às Câmaras:

I - o julgamento, em primeira instância, dos casos envolvendo violações das regras antidopagem em atividades esportivas e infrações conexas de que trata o art. 1º deste Regimento;

II - a homologação do acordo de aceitação de consequências e do despacho decisório encaminhados pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD; e

III - exercer outras atribuições previstas neste Regimento.

Art. 25. As sessões de julgamento deverão ocorrer mensalmente, ou de acordo com as necessidades do próprio Tribunal.

Seção II

Plenário

Art. 26. O Plenário é composto por nove Auditores do TJD-AD, conforme o disposto no § 5º do art. 7º do Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016.

§ 1º Na vacância de cadeira do Plenário do TJD-AD, os membros remanescentes elegerão, em votação secreta, o membro da Câmara que passará a compor a nova configuração do Plenário, respeitada a paridade de indicações, na forma do art. 7º, § 1º, do Decreto nº 8.629, de 16 de março de 2016.

§ 2º Em caso de ausência ou afastamento temporário de um dos membros do TJD-AD, sua suplência será exercida por membro da Câmara especialmente designado, observados os critérios de mesma representação e economicidade.

Seção III

Câmaras

Art. 27. As Câmaras são compostas de 3 (três) membros, indicados na forma do § 3º do art. 62 do Código Brasileiro Antidopagem pelo CNE.

Parágrafo único. Além dos membros efetivos, o CNE indicará três suplentes para a substituição em caso de ausência, afastamentos ou vacância dos membros.

Art. 28. A indicação dos membros que comporão cada uma das Câmaras será objeto de deliberação do Plenário, observada a paridade de representações em cada uma delas.

Parágrafo único. Na medida do possível, na composição das Câmaras será observado o disposto no § 2º do art. 55-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 29. Cada Câmara elegerá o seu Presidente, que exercerá, no que couber, as competências previstas no art. 13, com auxílio da Secretaria.

Art. 30. A composição das Câmaras poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante proposta de qualquer Auditor, por voto da maioria dos membros do Plenário.

CAPÍTULO IV

INDEPENDÊNCIA, INCOMPATIBILIDADES, IMPEDIMENTOS, SUSPEIÇÃO E CONFLITO DE INTERESSES

Seção I

Independência e Incompatibilidades

Art. 31. O Auditor deve manter conduta compatível com os preceitos deste Regimento Interno, norteando-se pela independência, imparcialidade, cortesia, transparência, segredo profissional, prudência, diligência, integridade profissional e pessoal, dignidade, honra e decoro.

Art. 32. Após a nomeação, os Auditores assinarão declaração oficial assumindo o compromisso de exercer suas funções pessoalmente, com total objetividade, independência e imparcialidade, e em conformidade com este Regimento Interno e com o Código de Conduta do TJD-AD.

Parágrafo único. Os auditores deverão divulgar imediatamente ao Presidente quaisquer circunstâncias que possam afetar sua independência em relação a qualquer das partes.

Art. 33. Não poderão ocupar o cargo de Auditor:

I - pessoas que estejam no exercício de mandato em outros órgãos da Justiça Desportiva de que trata o art. 50 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, independentemente da modalidade; e

II - pessoas que ocupem cargos ou funções no âmbito da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD ou que para ela prestem serviços de forma exclusiva.

Seção II

Impedimento, Suspeição e Conflito de Interesses

Art. 34. Há impedimento do Auditor, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como procurador ou prestou depoimento como testemunha;

II - em que estiver postulando como defensor, advogado ou procurador, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

III - em que for parte ou julgador ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

IV - em que figure como parte pessoa jurídica da qual for sócio ou membro de direção ou de administração;

Vem que figure como parte pessoa de quem seja herdeiro presuntivo, donatário ou empregador;

VI - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

VII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia ou assessoria técnica, inclusive jurídica, com o qual tenha vínculo profissional, ainda que licenciado, ou com escritório de advocacia ou assessoria técnica, inclusive jurídica, de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório; ou

VIII - quando tiver relações profissionais de qualquer natureza com a entidade de administração ou de prática desportiva, ou com a entidade associativa ou sindical à qual a parte acusada no processo estiver vinculada.

Art. 35. Há suspeição do auditor:

I - que seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;

II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;

III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;

IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes; ou

V - nas hipóteses de conflitos de interesse de que trata a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Art. 36. O impedimento e a suspeição devem ser declarados pelo próprio Auditor assim que tomar conhecimento do processo.

Art. 37. Caso o Auditor não declare seu próprio impedimento, as partes, a ABCD ou o Procurador poderão argui-lo em qualquer fase do processo.

Parágrafo único. Arguido o impedimento, a questão será submetida à respectiva Câmara ou ao Plenário, que decidirão por maioria simples, prevalecendo, em caso de empate, a decisão pelo impedimento.

Art. 38. Independentemente das hipóteses de impedimento e suspeição, os Auditores divulgarão imediatamente quaisquer conflitos de interesse potenciais ou reais, na forma do disposto na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Art. 39. Ocorrida qualquer das situações descritas nesta Seção, o Auditor será imediatamente afastado do caso pelo Presidente do órgão julgador, sendo-lhe vedada a prática de qualquer ato no processo que deu causa ao afastamento.

§ 1º Os atos já praticados no processo pelo Auditor afastado poderão ser anulados ou convalidados pelo Auditor que o substituir.

§ 2º Se, no caso da situação descrita no caput, o órgão julgador deixar de ter número suficiente de auditores aptos para julgarem o processo, este será adiado para a sessão seguinte.

LIVRO II

DOS PROCEDIMENTOS

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS A TODOS OS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Art. 40. Os atendimentos serão efetuados pela Secretaria no endereço da sede da Secretaria Especial do Esporte, das 09h às 12h e das 14 às 18h, de segunda a sexta-feira, por telefone ou por meio eletrônico, através do e-mail secretaria.tjdad@cidadania.gov.br.

CAPÍTULO II

DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

Seção I

Da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Art. 41. Caberá à Secretaria o registro dos processos submetidos ao Tribunal, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Parágrafo único. O processo poderá, excepcionalmente, tramitar em meio físico nos casos em que o SEI esteja indisponível, devendo ser digitalizados tão logo o sistema tenha seu funcionamento restabelecido.

Art. 42. Os advogados e as partes que não sejam usuários do SEI encaminharão suas petições e a documentação que a acompanha ao e-mail da Secretaria, com confirmação de recebimento, que providenciará a juntada do documento ao SEI.

§1º Os arquivos enviados deverão estar em PDF.

§2º A Secretaria deverá certificar o dia e o horário em que procedeu a juntada da documentação no SEI.

§3º Na impossibilidade, devidamente comprovada, de utilização do meio eletrônico, as petições deverão ser protocoladas na Secretaria Especial do Esporte, aos cuidados da Secretaria do TJD-AD.

§4º O interessado se responsabilizará pela comprovação de que as informações foram devidamente recebidas pelo Tribunal, seja por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR), seja por meio de resposta de recebimento dos e-mails enviados.

§ 5º No caso do acesso externo ao processo não ser possível, caberá ao interessado solicitar junto à Secretaria a sua liberação, restituindo-se o prazo porventura transcorrido.

Art. 43. A Procuradoria e a ABCD poderão apresentar suas petições e respectiva documentação diretamente no SEI, cabendo-lhes adotar os procedimentos necessários à cientificação da Secretaria do TJD-AD quanto à sua juntada.

Seção II

Das Comunicações

Art. 44. As citações, notificações e comunicações do TJD-AD às partes - usuárias ou não usuárias do SEI - deverão ser realizadas a partir do e-mail da Secretaria do Tribunal e serão endereçadas ao e-mail da parte, com solicitação para confirmação de recebimento.

§ 1º Acaso não recebida confirmação de recebimento do e-mail, a Secretaria do Tribunal deverá confirmar por telefone o recebimento da comunicação, devendo certificar a atividade realizada nos autos do processo, atestando o dia e o horário da comunicação.

§ 2º Para fins de comunicação com o atleta, na impossibilidade de utilização do meio eletrônico ou na não confirmação de sua efetividade, as comunicações serão realizadas por carta com aviso de recebimento ou qualquer outro meio que comprove a comunicação pessoal ao atleta.

§ 3º Caso não seja possível a citação do atleta, será realizada a citação ficta, com fundamento no art. 150, § 2º, do CBA.

Seção III

Dos Prazos

Art. 45. Os prazos correrão da intimação ou citação e serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, salvo disposição em contrário.

§ 1º Os prazos serão contados a partir da confirmação do recebimento do email ou da juntada da certidão que atestará a confirmação telefônica do recebimento da comunicação.

§ 2º Na impossibilidade de utilização do meio eletrônico, o prazo será contado da juntada do aviso de recebimento da carta, da juntada da certidão que comprove a comunicação pessoal do interessado ou da juntada da comunicação à entidade de administração da modalidade.

Art. 46. Os prazos são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo no sábado, domingo e feriado.

Parágrafo único. Ressalvada disposição em contrário, no CBA ou neste Regimento, os prazos são contados em dias úteis.

Art. 47. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o início ou vencimento cair em sábado, domingo, feriado ou em dia em que não houver expediente normal na sede do órgão judicante.

Art. 48. Decorrido o prazo, extingue-se para a parte e para a Procuradoria, exceto em caso de oferecimento de Denúncia, o direito de praticar o ato.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS AO JULGAMENTO DAS VIOLAÇÕES DA REGRA ANTIDOPAGEM

CAPÍTULO I

DA PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO TJD-AD NA FASE DE GESTÃO DE RESULTADOS

Art. 49. A ABCD notificará o Presidente, tão logo recebida a defesa do atleta ou logo após não conseguir contatá-lo, para que avalie a necessidade ou não de suspensão preventiva de que trata o artigo 78 do Código Brasileiro Antidopagem, excetuadas as situações previstas nos seus inciso I e II, a cargo da ABCD.

§ 1º Notificado da decisão que aplicou a suspensão preventiva, o atleta poderá requerer audiência especial, na forma do CBA.

§ 2º Caso solicitada audiência especial antes do término da gestão de resultados, será o processo distribuído, para inclusão urgente em sessão de julgamento.

§ 3º Caso a gestão de resultados seja finalizada antes da realização da audiência especial, o relator poderá decidir, em atenção ao interesse do atleta de um julgamento célere, por sua continuidade ou pelo encaminhamento dos autos à Presidência para os procedimentos necessários à instrução e julgamento.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DAS VIOLAÇÕES A REGRA ANTIDOPAGEM

Seção I

Da fase preliminar à audiência de instrução e julgamento

Art. 50. Os processos remetidos à Secretaria do Tribunal, pela ABCD, ao final da fase de gestão de resultados, por meio do sistema SEI, serão imediatamente encaminhados ao Presidente do TJD-AD.

Art. 51. O Presidente do TJD-AD avaliará, se for o caso, a imposição de suspensão preventiva e imediatamente citará o Atleta ou outra Pessoa, dando-lhe prazo de cinco dias para oferecer defesa prévia escrita e as provas que tiver.

§ 1º A Secretaria procederá a abertura de acesso externo dos autos ao atleta ou seu defensor, à ABCD e à respectiva Confederação, cabendo a esta última a designação de representante e prévia assinatura de Termo de Sigilo.

§ 2º A Secretaria diligenciará para a manutenção do acesso externo aberto durante todo o ínterim processual, observada eventual substituição dos mandatários do atleta.

Art. 52. Se o Atleta ou outra Pessoa não se manifestar dentro do prazo legal, deverá ser nomeado advogado dativo para apresentação de defesa prévia escrita no prazo de dois dias, renováveis.

Parágrafo único. Não será apresentada defesa sempre que o atleta, devidamente citado, negar-se a apresenta-la ou, ainda que não negando-se expressamente, deixar de colaborar com o defensor dativo sorteado.

Art. 53. Após a apresentação de defesa, serão os autos remetidos para o Procurador-Geral, para analisar o oferecimento da competente Denúncia no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. A Secretaria deverá intimar a ABCD para ciência da defesa apresentada.

Art. 54. Oferecida a Denúncia, o Presidente do TJD-AD sorteará, de forma aleatória, a Câmara e respectivo Relator, ao qual incumbirá a análise do feito, eventual adoção de diligências e, alcançada sua maturidade, solicitar a inclusão em pauta para audiência de Instrução e Julgamento.

Parágrafo único. Acaso realizada Audiência Especial, a Secretaria poderá encaminhar os autos, instruídos com a Denúncia, imediatamente para o relator prevento.

Subseção I

Da Defesa

Art. 55. Qualquer pessoa maior e capaz é livre para postular em causa própria ou fazer-se representar por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), observados os impedimentos legais.

§ 1º O estagiário de advocacia regularmente inscrito na OAB poderá sustentar oralmente, desde que instruído por advogado regularmente inscrito.

§ 2º A instrução a que se refere o § 1º deverá ser comprovada mediante declaração por escrito do advogado, que assumirá a responsabilidade pela sustentação oral do estagiário.

Art. 56. Até a criação de uma Defensoria específica, o Tribunal manterá em seus cadastros o nome de pelo menos 3 (três) profissionais especializados em Direito Desportivo, dispostos a atuarem como defensores dativos e sem quaisquer custos para as partes, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Compete à Secretaria a gestão do cadastro de que trata o caput.

§ 2º Portaria do Presidente disporá sobre a formação do cadastro, a forma de distribuição dos casos e as hipóteses de exclusão, de ofício ou a pedido.

§ 3º É vedado funcionar na defesa do Atleta ou outra Pessoa, advogado com qualquer relação profissional ou funcional com entidade de administração nacional da administração desportiva relativamente à antidopagem.

Seção II

Da sessão de instrução e julgamento

Art. 57. O procedimento da sessão de instrução e julgamento observará o disposto no CBA e nos arts. 120 e seguintes do CBJD, observadas as regras especiais estabelecidas nos artigos seguintes e em outras normas e enunciados do TJD-AD.

Art. 58. A Secretaria do Tribunal deverá informar os interessados com no mínimo dez dias de antecedência da data da realização da sessão de instrução e julgamento.

§ 1º A intimação deve ser realizada na forma deste Regimento Interno devendo ser disponibilizado às partes e a seus representantes - caso ainda não o possuam ou em caso de sua expiração - o link do SEI que conferirá acesso integral do processo.

§ 2º As partes, a Procuradoria e a ABCD deverão informar, com antecedência de oito dias, caso pretendam produzir prova pericial, informando o nome do perito convidado, eventual estudo já realizado e os respectivos quesitos.

§ 3º Solicitada a produção de prova pericial na forma do § 2º, serão intimados os demais interessados, os quais poderão, em até três dias, apresentar quesitos complementares.

§ 4º Os auditores poderão formular, em audiência, outros quesitos a serem respondidos pelo perito.

§ 5º A prova pericial será indeferida caso o perito não compareça, presencialmente ou virtualmente, à sessão de julgamento, cabendo à parte requisitante garantir o seu comparecimento.

Art. 59. As sessões de instrução e julgamento observarão a pauta previamente elaborada pela Secretaria, de acordo com a ordem numérica dos processos, respeitados os pedidos de preferência.

Art. 60. As audiências das Câmaras e do Plenário do TJD-AD serão conduzidas a portas fechadas, limitando-se a presença às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em observância ao direito à intimidade de que trata o art. 93, inc. IX, da Constituição Federal de 1988.

§ 1º A limitação de que trata o caput não se aplica à presença às audiências, na qualidade de observadores, de representantes da Agência Mundial Antidopagem - AMA, da Federação Internacional, dos Comitês Olímpico e Paralímpico e das entidades esportivas de origem da parte, conforme artigo 85, VII, e artigo 133, II, do Código Brasileiro Antidopagem, os quais deverão observar o sigilo previsto no caput.

§ 2º Os observadores de que trata o § 1º poderão manifestar-se a qualquer momento da instrução, por provocação, abrindo-se a oportunidade de apresentação de questões por qualquer das partes e seus advogados, pela Procuradoria, pela ABCD ou pelos auditores.

§ 3º A violação do sigilo por representante das entidades previstas no § 1º ensejará a suspensão do direito de presença como observadora da respectiva entidade, conforme período definido pelo Plenário.

§ 4º A audiência poderá ser aberta ao público, a pedido de qualquer interessado, mediante autorização por escrito do atleta ou outra Pessoa.

Subseção I

Das provas

Art. 61. As provas a serem produzidas no âmbito do TJD-AD respeitarão o disposto na Seção III do CBA e nos artigos 56 a 71 do CBJD, respeitadas as regras estabelecidas na presente Seção.

Art. 62. O TJD-AD poderá determinar que certas partes ou pessoas sejam ouvidas por teleconferência ou videoconferência e poderá decidir consolidar um ou mais processos relacionados.

Subseção II

Deliberação

Art. 63. O quórum de instalação é de pelo menos 2 (dois) membros das Câmaras e 5 (cinco) membros do Plenário.

§ 1º As deliberações dar-se-ão por maioria simples de votos durante as sessões.

§ 2º Os votos serão fundamentados.

§ 3º É vedado o voto por procuração.

§ 4º Em caso de empate, prevalecerá o voto mais favorável ao atleta.

Art. 64. A publicidade das decisões proferidas pelo TJD-AD deverá observar o disposto nos artigos 86 e 135 do CBA.

Seção III

Do Recurso ao Plenário

Art. 65. Após a decisão da Câmara serão os interessados intimados do prazo para interposição de recurso ao Plenário.

Art. 66. O recurso deverá ser encaminhado para a Secretaria do Tribunal, acompanhado do comprovante de recolhimento das custas, e dentro do prazo legal.

Parágrafo único. A Secretaria intimará as outras partes para contrarrazões tão logo recebido o recurso.

Art. 67. Após esgotados os prazos de contrarrazões, com ou sem sua apresentação, e se o Presidente considerar presentes os requisitos recursais, sorteará relator, o qual ficará responsável por informar o preparo de seu voto para inclusão do recurso em pauta de julgamento.

Art. 68. Em instância recursal, não será admitida nova produção de provas, exceto as relativas a fato novo.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AOS DEMAIS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE ACEITAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS

Art. 69. Encaminhado, pela ABCD, acordo de aceitação de consequências, os autos serão imediatamente distribuídos para relatoria na Câmara e encaminhados à Procuradoria para eventual manifestação sobre os termos do acordo.

§ 1º O relator irá incluir o processo na sessão de julgamento seguinte, comunicando o Presidente da Câmara.

§ 2º Fica dispensada a formalização de Acórdão da decisão de homologação de acordo de aceitação de consequências, sendo bastante a fundamentação na respectiva Ata da Sessão de Julgamento.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DE DESPACHO DECISÓRIO

Art. 70. Encaminhado, pela ABCD, após regular gestão de resultados, despacho decisório em razão de ausência de apresentação de defesa ou esclarecimentos pelo atleta ou outra Pessoa, na forma do art. art. 82, §§ 1º e 2º, do CBA, os autos serão imediatamente distribuídos para relatoria na Câmara.

§ 1º No mesmo despacho, será determinada a citação do atleta ou outra Pessoa para, querendo, manifestar-se nesta fase processual.

§ 2º Encerrados os trâmites citatórios, sem manifestação do atleta, será a Procuradoria intimada para manifestação opinativa.

§ 3º Com o retorno dos autos da Procuradoria, o relator incluirá o processo na sessão de julgamento seguinte, comunicando o Presidente da Câmara.

§ 4º Caso o atleta, citado, manifeste-se nesta fase processual, oferecendo defesa, o procedimento retornará à tramitação regular, procedendo-se na forma do Capítulo II do Título II.

§ 5º Fica dispensada a formalização de Acórdão da decisão de homologação de despacho decisório, sendo bastante a fundamentação na respectiva Ata da Sessão de Julgamento.

§ 6º Da decisão que homologar o despacho decisório caberá recurso, no prazo previsto no CBA.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO DAS DECISÕES PROFERIDAS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Art. 71. Serão homologadas pelo Plenário do TJD-AD as decisões proferidas por organismos internacionais antidopagem decorrentes ou relacionadas a violações a regra antidopagem.

Parágrafo único. Para os fins deste Regimento, entende-se por organizações internacionais antidopagem as entidades responsáveis pela adoção de regras para iniciar, programar ou executar qualquer etapa do processo de controle de Dopagem, por ato de um signatário do Código Mundial Antidopagem ou da Convenção Internacional Contra o Doping nos Esportes, como o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional, ou outras entidades organizadoras de eventos que realizam testes Antidopagem em seus eventos, bem como a Agência Mundial Antidopagem - AMA, as Federações Internacionais e as Organizações Nacionais Antidopagem.

Seção I

Da Legitimidade para Requerer a Homologação

Art. 72. Tem legitimidade para requerer a homologação:

I - o Comitê Olímpico Internacional - COI;

II - o Comitê Paralímpico Internacional - CPI;

III - o Comitê Olímpico Brasileiro - COB;

IV - o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB;

V - as federações internacionais e suas respectivas associações nacionais;

VI - a Agência Mundial Antidopagem - AMA;

VII - a ABCD;

VIII - as organizadoras de grandes eventos, tais como a FIFA;

IX - qualquer dos signatários da Convenção Internacional Contra o Doping nos Esportes; e

X - a Procuradoria da Justiça Desportiva Antidopagem - PROC-JAD.

Seção II

Dos Requisitos para Homologação

Art. 73. A petição que encaminhar a decisão para homologação deverá demonstrar o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

I - ter o requerimento sido apresentado por um legitimados de que trata o art. 3º, quando não for instaurado de ofício;

II - ter sido proferida por autoridade competente;

III - ter observado, sob o aspecto formal, o disposto no Código Mundial Antidopagem;

IV - ter transitado em julgado; e

V - não ferir a ordem pública brasileira.

Seção III

Das Fases do Processo de Homologação

Subseção I

Do Pedido de Homologação

Art. 74. O pedido deve ser apresentado por meio de documento, em língua portuguesa, dirigido ao Presidente do TJD-AD, que ordenará à Secretaria que instaure processo administrativo específico.

Parágrafo único. Os anexos deverão ser traduzidos para a língua portuguesa.

Art. 75. Autuado o documento, o Presidente sorteará o Relator do Plenário, o qual deverá adotar as seguintes providências:

I - verificação da documentação apresentada, especialmente no que se refere à tradução juramentada de todos os documentos produzidos em língua estrangeira; e

II - conferência formal dos documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos a que se refere o art. 76.

§ 1º Havendo necessidade de complementação da documentação por parte do requerente, o Relator, em decisão fundamentada, ordenará ao requerente a adoção de diligências, concedendo prazo para cumprimento, não superior a 10 (dez) dias.

§ 2º O desatendimento por parte do requerente às diligências determinadas importará no arquivamento do processo.

§3º O requerente poderá solicitar ao TJD-AD o desarquivamento do processo, desde que apresente os documentos que ensejaram a diligência cujo descumprimento motivou o arquivamento.

Subseção II

Das diligências

Art. 76. Persistindo dúvida a respeito do atendimento dos requisitos exigidos para homologação, o Relator ordenará a realização de outras diligências que reputar necessárias.

Parágrafo único. As diligências de que trata o caput poderão incluir a notificação do atleta e/ou Confederação de que o Atleta faz parte para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça esclarecimentos.

Subseção III

Do julgamento

Art. 77. Instruídos os autos com os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos de que trata o art. 73 e, não havendo outras diligências a realizar, o Relator levará ao Plenário o seu voto a respeito do pedido de homologação da decisão.

Art. 78. A homologação se dará por Ato Declaratório do Plenário do TJD-AD, constituído por:

I - relatório, contendo número do processo administrativo, nome do requerente, nome do atleta, nome da entidade que prolatou a sentença homologada e trâmite processual;

II - fundamentação, contendo avaliação expressa de que foram ou não cumpridos os requisitos do art. 73; e

III - dispositivo, contendo a homologação ou não da decisão, esclarecendo, se for o caso, o período da pena imposta, com data de início e de fim, e outras observações que reputar relevantes para a fiscalização do cumprimento da penalidade em território nacional, especialmente no que se refere às vedações de recebimento de recursos públicos federais.

Parágrafo único. Extrato do ato declaratório será publicado no Diário Oficial da União.

Art. 79. A Secretaria do TJD-AD intimará, da decisão de homologação, as entidades de prática e de administração do desporto às quais for vinculado o atleta, encaminhando cópia da declaração de que trata o artigo anterior.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80. A Secretaria do TJD-AD manterá arquivo específico contendo:

I - o cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que sofrerem qualquer tipo de punição antidopagem, constando nome completo, entidade responsável (quando o caso), penalidade imposta, data do julgamento que impôs tal penalidade e data do cumprimento da penalidade; e

II - o registro de todos os requerimentos de homologação de decisões estrangeiras, deferidos ou não.

Art. 81. No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da aprovação deste Regimento Interno será aprovado o Código de Conduta do TJD-AD, o qual, a partir de sua publicação, integrará este Regimento Interno.

Parágrafo único. Enquanto não aprovado o Código de Conduta do TJD-AD aplicam-se aos seus membros, no que couberem, os deveres e proibições de que tratam os artigos 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2016, bem como outras normas éticas aplicáveis àqueles que exercem função pública.

Art. 82. Em caso de dúvidas acerca da legalidade ou aplicabilidade de legislação administrativa, o TJD-AD poderá apresentar consulta à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cidadania.

Art. 83. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta de qualquer Auditor, aprovada pela maioria de 2/3 de seus membros.

Art. 84. As situações omissas serão resolvidas por deliberação da maioria absoluta do Plenário do TJD-AD.

Art. 85. A versão em língua portuguesa deste Regimento é considerada o texto autêntico, devendo prevalecer em caso de conflitos com quaisquer outras versões.

Art. 86. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 3.080, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.019705/2017-78, de 4 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica TCS Indústria de Componentes de Comunicação e Sistemas de Segurança Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.139.853/0001-58, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.139.853/0001-58, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Conversor estático de corrente alternada para corrente contínua, baseado em técnica digital;

II - Módulo de alerta de farol automotivo, baseado em técnica digital; e

III - Sirene para central de alarme residencial, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.019705/2017-78, de 4 de abril de 2017.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Nº 394 - Processo nº 53524.003443/2011-71
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0003-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 114/2020/MM (SEI nº 5551297), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) rever, de ofício, a sanção de multa aplicada, alterando o seu valor de R$ 64.634,87 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos) para R$ 380.850,62 (trezentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos); e,

c) em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação Judicial do GRUPO OI (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001), determinar a suspensão da eficácia da multa referente ao art. 98, parágrafo único, do RSTFC, correspondente ao montante de R$ 336.337,46 (trezentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos), enquanto o r. decisum estiver em vigor.

Nº 395 - Processo nº 53500.005235/2020-75
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A., ALGAR TELECOM S/A, TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI S.A., OI MOVEL S.A.
CNPJs nº 40.432.544/0001-47, nº 02.558.157/0001-62, nº 71.208.516/0001-74, nº 33.000.118/0001-79, nº 76.535.764/0001-43 e nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 176/2020/MM (SEI nº 5740825), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 396 - Processo nº 53500.016930/2020-62
Recorrente/Interessado: EUTV CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS S.A., TIM S A, OI MOVEL S.A., OI S.A.
CNPJs nº 10.455.746/0001-43, nº 04.206.050/0001-80, nº 76.535.764/0001-43 e nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 177/2020/MM (SEI nº 5741115), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 397 - Processo nº 53500.016874/2020-66
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A., EUTV CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS S.A. CNPJs nº 40.432.544/0001-47, nº 02.558.157/0001-62 e nº 10.455.746/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da 178/2020/MM (SEI nº 5741384), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 398 - Processo nº 53500.005218/2020-38
Recorrente/Interessado: DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CLARO S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A., TIM S A, OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI MOVEL S.A. CNPJs nº 18.384.930/0001-51, nº 0.432.544/0001-47, nº 02.558.157/0001-62, nº 02.421.421/0001-11, nº 76.535.764/0001-43, nº 33.000.118/0001-79 e nº 05.423.963/0001-11.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 175/2020/MM (SEI nº 5740121), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 399 - Processo nº 53500.005161/2020-77
Recorrente/Interessado: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CLARO S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A., TIM S A, OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A., OI MOVEL S.A. CNPJs nº 66.970.229/0001-67, nº 40.432.544/0001-47, nº 02.558.157/0001-62, nº 02.421.421/0001-11, nº 76.535.764/0001-43, nº 33.000.118/0001-79 e nº 05.423.963/0001-11.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 171/2020/MM (SEI nº 5730584), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 400 - Processo nº 53500.005242/2020-77
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES, TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJs nº 01.371.416/0001-89 e nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 196/2020/MM (SEI nº 5795310), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo objeto dos presentes autos, por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 401 - Processo nº 53500.031454/2019-76
Recorrente/Interessado: A. P. DE BARROS - INFORMÁTICA. CNPJ nº 08.205.469/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 108/2020/MM (SEI nº 5541083), integrante deste acórdão, aplicar à A. P. DE BARROS - INFORMÁTICA - ME a sanção de caducidade, exclusivamente para o município de Jesuítas/PR, referente aos lotes H-4112751 e I-4112751, extinguindo, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos do Ato nº 2.427 (SEI nº 0675281) e do Termo de Autorização nº 80/2016 (SEI nº 0651227), por não ter entrado em operação no prazo estipulado pela Anatel.

Nº 402 - Processo nº 53500.032691/2019-54
Recorrente/Interessado: BR27 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. CNPJ nº 12.640.188/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 67/2020/MM (SEI nº 5394467), integrante deste acórdão, aplicar à BR27 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. a sanção de multa, no valor de R$ 84.340,50 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos), por não ter entrado em operação no prazo estipulado pela Anatel.

Nº 403 - Processo nº 53504.010062/2013-48
Recorrente/Interessado: IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM UTINGA. CNPJ nº 43.342.617/0001-06

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 166/2020/MM (SEI nº 5717111), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 404- Processo nº 53528.003599/2018-98
Recorrente/Interessado: GLOBAL AMERICA SYSTEM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA LTDA. CNPJ nº 17.804.883/0001-95

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 168/2020/MM (SEI nº 5722966), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 405 - Processo nº 53500.026634/2011-89
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 130/2020/VA (SEI nº 5518440), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) retificar, de ofício, a sanção de multa aplicada de R$ 1.309.313,98 (um milhão, trezentos e nove mil, trezentos e treze reais e noventa e oito centavos) para R$ 1.295.256,34 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos), diante da aplicação de antecedentes infracionais anteriormente não computados e da incidência da atenuante prevista no inciso III do art. 20 do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas (RASA/2012), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012.

Nº 407 - Processo nº 53500.003621/2020-22
Recorrente/Interessado: TIM S A, CLARO S.A. CNPJ nº 02.421.421/0001-11 e nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 173/2020/VA (SEI nº 5749991), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TIM S.A. em face do Despacho Decisório nº 387/2019/CPRP/SCP, de 10 de janeiro de 2020 (SEI nº 5070565), para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 408 - Processo nº 53500.049024/2017-49
Recorrente/Interessado: ALGAR TELECOM S/A. CNPJ nº 71.208.516/0001-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 179/2020/VA (SEI nº 5786819), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) não conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o nº 5816148, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017.

Nº 409 - Processo nº 53500.033885/2019-77
Recorrente/Interessado: MEGA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. CNPJ nº 09.363.864/0001-42

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 180/2020/VA (SEI nº 5792689), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, extinguindo-se, portanto, a autorização de uso da radiofrequência outorgada por meio do Ato nº 2.422, de 21 de julho de 2016 (SEI nº 0675266), e do Termo de Autorização nº 40, de 25 de julho de 2016 (SEI nº 0642364), em virtude do não atendimento do prazo previsto no item 4.5 do Anexo II - B do Anexo (Faixa de radiofrequências de 2.500 MHz - Lote C) do Edital de Licitação nº 2/2015-SOR/SPR/CD-Anatel radiofrequências nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz c/c o art. 45 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUER), aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016.

Nº 410 - Processo nº 53500.021662/2019-67
Recorrente/Interessado: TIM S A CNPJ nº 02.421.421/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 175/2020/VA (SEI nº 5768645), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TIM S.A. em face do Despacho Decisório nº 69/2019/CPRP/SCP, de 20 de janeiro de 2020 (SEI nº 4036331), para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 411 - Processo nº 53500.013069/2014-32
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 171/2020/VA (SEI nº 5746506), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, o valor da multa de R$ 4.133.443,28 (quatro milhões, cento e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos) para R$ 3.946.537,32 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), em virtude da concessão da atenuante prevista no inciso III do art. 20 do RASA, exclusivamente quanto às multas relativas aos itens 4.12.2 e 4.12.3 do Edital de Licitação nº 002/2007/SPV-ANATEL;

c) converter a sanção de multa em sanção de obrigação de fazer, nos termos do art. 68 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e dos arts. 15 e 16 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, em juízo discricionário, e considerando as peculiaridades do caso concreto, o contexto fático e socioeconômico da presente data e a pertinência para o interesse público, no tocante ao valor de R$ 4.029.740,01 (quatro milhões, vinte e nove mil, setecentos e quarenta reais e um centavo), referente à implantação de ERBs com tecnologia 4G nas 5 (cinco) localidades descritas no item 5.85 da referida análise;

c.1) a infraestrutura deverá ser mantida pelo prazo mínimo de 3 (três) anos; e,

c.2) o cumprimento da obrigação não poderá decorrer de acordos de RAN sharing, swap, aluguel de redes, contratos de exploração industrial ou outros meios contratuais;

d) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da presente decisão, para a Recorrente declarar que irá cumprir a obrigação de fazer, no presente caso;

e) determinar à CLARO S.A. que apresente a comprovação do cumprimento da sanção de obrigação de fazer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do término do prazo previsto na alínea "d", na forma do § 2º do art. 16 do RASA, sob pena de conversão da obrigação de fazer em multa;

f) aplicar à CLARO S.A. sanção de multa no valor de R$ 3.946.537,32 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), nos termos do disposto no § 2º do art. 16 do RASA/2012, caso não observe os prazos previstos nas alíneas "d" ou "e", bem como as demais providências associadas, cujo montante será atualizado a partir da presente deliberação;

f.1) caso se evidencie a adoção de conduta protelatória por parte da CLARO S.A., tal fato poderá ensejar eventual aplicação de sanção decorrente de má-fé a ser apurada em autos próprios, mediante instauração de Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado), que não comportará qualquer discussão a respeito da autoria, materialidade ou valor da

multa ora aplicada; e,

g) determinar à CLARO S.A. que comunique à população dos Municípios listados no item 5.85 da referida análise sobre a disponibilidade do sinal 4G para voz e dados, mediante a adoção dos mesmos procedimentos previstos nos editais para outorga de direito de uso de radiofrequência que preveem compromissos de cobertura.

Nº 412 - Processo nº 53500.032896/2019-30
Recorrente/Interessado: CONECTLAN INTERNET EIRELI. CNPJ nº 09.473.770/0001-26

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 189/2020/EC (SEI nº 5794851), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 413 - Processo nº 53500.016934/2020-41
Recorrente/Interessado: AMÉRICA NET LTDA., TIM S.A., TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 01.778.972/0001-74, nº 02.421.421/0001-11 e nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 179/2020/MM (SEI nº 5742609), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 414 - Processo nº 53500.005205/2020-69
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., PORTO SEGURO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., TELEFÔNICA BRASIL S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47, nº 11.281.004/0001-01, nº 02.558.157/0001-62 e nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 197/2020/MM (SEI nº 5795662), integrante deste acórdão, não conhecer dos Recursos Administrativos por perda de objeto, e declarar extintos os presentes autos, com base no disposto no art. 53 do Regimento Interno da Anatel.

Nº 415 - Processo nº 53500.000407/2016-38
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 178/2020/EC (SEI nº 5753393), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, a sanção de multa de R$ 4.164.506,78 (quatro milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais e setenta e oito centavos) para R$ 2.821.161,51 (dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos); e,

c) não conhecer do Memorial PNBL (SEI nº 5813925) e da Petição Manifestação Complementar (SEI nº 5833412), nos termos da Súmula 21, de 10 de outubro de 2017.

Nº 416 - Processo nº 53500.021050/2016-21
Recorrente/Interessado: ALGAR TELECOM S/A. CNPJ nº 71.208.516/0001-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 181/2020/VA (SEI nº 5795308), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; e,

b) reformar a sanção pecuniária aplicada, reduzindo-a de R$ 1.829.824,53 (um milhão, oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos) para R$ 193.394,96 (cento e noventa e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

Nº 418 - Processo nº 53500.010008/2009-56
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 184/2020/MM (SEI nº 5751337), integrante deste acórdão, atestar o cumprimento do item 9.3 do Ato nº 7.828/2008 para o ano de 2019.

Nº 419 - Processo nº 53542.000288/2012-01
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0328-51

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 200/2020/MM (SEI nº 5804564), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 420 - Processo nº 53500.002285/2010-29
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0328-51

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 188/2020/MM (SEI nº 5766461), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, a decisão, para afastar a infração ao art. 11 na localidade de Companhia Bioenergética Brasileira (CBB); e,

c) reformar, de ofício, a decisão, para reduzir a sanção de multa de R$ 2.080.287,21 (dois milhões, oitenta mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos) para R$ 1.670.303,06 (um milhão, seiscentos e setenta mil, trezentos e três reais e seis centavos).

Nº 421 - Processo nº 53504.011827/2005-57
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 190/2020/MM (SEI nº 5779358), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) conhecer do Memorial SEI nº 5812178 para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 422 - Processo nº 53504.004116/2009-50
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 192/2020/MM (SEI nº 5788918), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) conhecer do Memorial SEI nº 5812163 para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 423 - Processo nº 53500.005867/2016-52
Recorrente/Interessado: MULTITEL COMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ nº 02.681.202/0001-71

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 162/2020/MM (SEI nº 5676302), integrante deste acórdão:

a) aplicar, em substituição à sanção de caducidade, pena de multa no valor de R$ 15.858,97 (quinze mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos), pelo descumprimento da 1ª meta do cronograma de implantação de infraestrutura de atendimento a domicílios urbanos (Home Passed) na localidade de Cachoeirinha/RS; e,

b) descaracterizar as infrações inicialmente apontadas em relação às Áreas de Prestação de Serviço (APS) de Esteio e Sapucaia do Sul, ambas no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 424 - Processo nº 53500.038704/2018-18
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 7/2020/RG (SEI nº 5795790), integrante deste acórdão:

a) conhecer da Petição extemporânea SEI nº 5811965 para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 425 - Processo nº 53500.015459/2015-28
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ nº 01.371.416/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 1/2020/RG (SEI nº 5795231), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 426 - Processo nº 53560.002086/2011-97
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0322-66

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 8/2020/RG (SEI nº 5795976), integrante deste acórdão:

a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado protocolizado sob o SEI nº 1286145, em observância ao direito de petição previsto no art. 5º, inciso XXXIV, "a", da Constituição da República, e julgá-lo prejudicado, por perda de seu objeto;

b) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

c) reformar, de ofício, o valor da multa contida na alínea "b" do Despacho Decisório nº 654/2019/FIGF/SFI (SEI nº 4930858) de R$ 25.759,45 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) para R$ 395.026,50 (trezentos e noventa e cinco mil, vinte e seis reais e cinquenta centavos).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Nº 427 - Processo nº 53581.000946/2011-18
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0323-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 14/2020/RG (SEI nº 5805453), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por OI S.A. contra decisão proferida pelo Superintendente de Controle de Obrigações por meio do Despacho Decisório nº 49/2017/SEI/COUN/SCO (SEI 1965452), de 6 de outubro de 2017, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Nº 428 - Processo nº 53516.007586/2010-70
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0321-85

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 176/2020/VA (SEI nº 5774177), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, o valor final da sanção aplicada, retificando-o de R$ 1.650.531,81 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos) para R$ 1.594.887,15 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quinze centavos), em virtude dos seguintes ajustes:

b.1) art. 4º, inciso I, do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU II), aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003:

b.1.1) correção do erro material no preenchimento do fator "PL" referente à localidade de Alagados, alterando-o de 137 para 564;

b.1.2) exclusão da hipótese de agravamento prevista no art. 19, inciso III, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA/2012); e,

b.1.3) correção do número de casos de reincidência específica, de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento);

b.2) art. 8º, caput, do PGMU II:

b.2.1) exclusão da hipótese de agravamento prevista no art. 19, inciso III, do RASA/2012;

b.2.2) aplicação da hipótese de atenuação de pena prevista no art. 20, inciso III, do RASA/2012 para todas as localidades identificadas no Relatório de Fiscalização, exceto para Cerro Azul; e,

b.2.3) correção do número de casos de reincidência específica, de 30% (trinta por cento) para 20% (vinte por cento);

b.3) art. 11, caput, do PGMU II:

b.3.1) correção do erro material no preenchimento do fator "PL" referente às localidades de Vila Rural Nossa Senhora Aparecida e Vila Rural Santa Fé, alterando-os de 1 para 108 e de 1 para 115, respectivamente;

b.3.2) aplicação da hipótese de atenuação de pena prevista no art. 20, inciso III, do RASA/2012 para as localidades de Barra Bonita, Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, Vila Rural Santa Fé e São Paulo; e,

b.3.3) correção do número de casos de reincidência específica, de 40% (quarenta por cento) para 10% (dez por cento);

b.4) art. 12 do PGMU II:

b.4.1) exclusão da hipótese de agravamento prevista no art. 19, inciso III, do RASA/2012;

b.4.2) aplicação da hipótese de atenuação de pena prevista no art. 20, inciso III, do RASA/2012 para todas as localidades de Linha Nova Bélgica, Flor Cerra do Sul e Barreiro; e,

b.4.3) correção do número de casos de reincidência específica, de 20% (vinte por cento) para 10% (dez por cento);

b.5) retificação de erros materiais no percentual de atenuação de pena identificados no preenchimento das planilhas de multa SEI nº 2191362, 2191397 e 2191407 referentes às localidades de Chevedoski, São Paulo e Barreiro, respectivamente; e,

b.6) retificação de erro material referente aos valores do Fator "PL - população local" em relação às seguintes localidades: Alagados; Vila Rural Nossa Senhora Aparecida e Vila Rural Santa Fé.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 438, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 53557.000271/2017-91
Recorrente/Interessado: ROBERTO FERREIRA LIMA. CPF nº 032.740.055-25

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 193/2020/MM (SEI nº 5790594), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, a sanção aplicada, para converter a pena de multa, pelo uso de equipamento não homologado que utilize o espectro radioelétrico, em advertência, nos termos do art. 12 c/c o art. 24 do RASA, e reduzir o valor da multa aplicada a ROBERTO FERREIRA LIMA, CPF nº 032.740.055-25, para R$ 2.392,08 (dois mil, trezentos e noventa e dois reais e oito centavos).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.374, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 53500.011808/2005-61. Confere à INTELSAT LICENSE LLC., empresa constituída sob as leis do Estado de Delaware - EUA, o Direito de Exploração, no Brasil, do satélite estrangeiro GALAXY 28, ocupando a posição orbital 89°O, a partir de 9 de agosto de 2020 até 29 de julho de 2025, e autoriza o uso de radiofrequências associadas ao direito. O representante legal da INTELSAT LICENSE LLC. no Brasil, no que se refere ao satélite GALAXY 28, será a INTELSAT BRASIL LTDA., CNPJ nº 03.804.764/0001-28, empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.388, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 53500.002155/2015-09. Transfere o Direito de Exploração de satélite estrangeiro conferido à ABS GLOBAL, LTD., empresa constituída sob as leis de Bermudas, para a ABS SINGAPORE SATELLITE PTE. LTD., empresa constituída sob as leis de Singapura, com relação à exploração, no Brasil, do satélite ABS-3A, ocupando a posição orbital 3°W, conferido por meio do Ato nº 6.683, de 11 de dezembro de 2015, e ratificado por meio do Termo de Autorização nº 192/2016, de 14 de outubro de 2016, com prazo de vigência até 24 de dezembro de 2020.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Outorga às entidades abaixo identificadas autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 4.371 - Processo nº 53516.001595/2020-29: COPEL DISTRIBUICAO S.A., CNPJ 04.368.898/0001-06.

Nº 4.372 - Processo nº 53516.001669/2020-27: L.C. BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 75.113.886/0001-89.

Nº 4.373 - Processo nº 53516.005488/2019-36: PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ nº 76.416.932/0001-81.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 4.285, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequências a VICENTE BRETZ DA SILVA, CPF nº 300.299.026-49, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

OTAVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Nº 4.320 - Expedir autorização à ELVONEUTON BOMFIM FRAGA, CPF nº 530.023.695-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.324 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à EÓLICA SERRA DA BABILÔNIA II S.A., CNPJ 24.263.234/0002-70, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 4.333 - Expedir autorização à CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ nº 02.036.483/0006-14, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.336 - RADIO ELDORADO DE LAGARTO LTDA, CNPJ nº 13.002.084/0001-44, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 4.259, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo n. 53584.000099/2020-44. Outorga autorização de uso de radiofrequência à A. C. D. A. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 84.308.980/0001-84, visando execução do Serviço Limitado Privado, até 19/11/2039.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 4.262, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Outorgar autorização de uso de radiofrequências à Geremia Madeiras Eireli, CNPJ 10325883000163, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Nº 4.167 Processo nº 53578.001630/2018-61. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à L. S. N. FERREIRA & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 17.149.900/0001-06, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 4.169 Processo nº 53504.012088/2019-16. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ATL - COMERCIO E LOCACAO LTDA, CNPJ/MF nº 00.245.222/0001-74, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Nº 4.378 Autoriza PY2 RADIOSOM INSTALAÇOES COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA ME, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 21/08/2020 a 19/10/2020.

Nº 4.379 Autoriza WOGEL MOTORSPORTS, CNPJ nº 04.388.367/0001-85, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 22/08/2020 a 23/08/2020.

Nº 4.380 Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 22/08/2020 a 23/08/2020.

Nº 4.381 Autoriza BASF S.A, CNPJ nº 48.539.407/0073-92, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Bernardo do Campo/SP, no período de 16/08/2020 a 14/10/2020.

Nº 4.382 Processo nº 53500.032273/2020-09. Expede autorização à DRAMMEN RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 35.980.592/0001-30, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 266/DPC, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Cancelamento de Portarias.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA) e o contido na Portaria nº 156, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha, resolve:

Art. 1º Cancelar a Portaria nº 194, de 16 de maio de 2019, em razão da expedição do Certificado DPC-253 nº 0011/2020, atendendo ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

Art. 2º Cancelar a Portaria nº 356, de 2 de outubro de 2019, em razão da expedição do Certificado DPC-253 nº 0010/2020, atendendo ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 268/DPC, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 120, de 8 de abril de 2020.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, por 120 dias, o prazo do credenciamento, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 120, de 8 de abril de 2020, da empresa Acqua Marine Rescue Consultoria e Treinamento LTDA-ME, CNPJ 17.013.979/0001-35, para ministrar os cursos a seguir relacionados, no município de Icacuruçá-RJ, sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Itacuruçá (Delltacuruca), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

- Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC);
- Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Máquinas (CFAQ-MOM);
- Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (CFAQ-MAC/MAM); e
- Curso de Adaptação para Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CT/S).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 269/DPC, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga o prazo estabelecido no art. 5º da Portaria nº 246, de 24 de julho de 2018.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, por 120 dias, o prazo do credenciamento, estabelecido no art. 5º da Portaria nº 246, de 24 de julho de 2018, da empresa BRAM Offshore Transportes Marítimos LTDA, CNPJ 07.864.634/0007-27, para ministrar os cursos a seguir relacionados, no município de São Gonçalo-RJ, sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA, fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

- Curso Especial de Gerenciamento de Passadiço para Oficiais (EGPO); e
- Curso Especial para Operador de ECDIS (EPOE).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 25 de julho de 2020

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.195, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Caparaó - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Caparaó - MG, no valor de R$ 116.649,93 (cento e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003597/2020-23.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000339, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.198, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de reconstrução previstos no art. 4º da Portaria n. 207, de 20 de agosto de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Governador Valadares - MG, para ações de Defesa Civil, para até 30/11/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.199, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4° da Portaria n. 810, de 9 de novembro de 2011, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado do Mato Grosso, para ações de Defesa Civil, para até 22/02/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.200, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5° da Portaria n. 670, de 14 de dezembro de 2017, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Não-Me-Toque - RS, para ações de Defesa Civil, para até 02/03/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.201, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5° da Portaria n. 1990, de 19 de agosto de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Governador Celso Ramos - SC, para ações de Defesa Civil, para até 17/12/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.202, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 378, de 28 de fevereiro de 2020, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Caparaó - MG, para ações de Defesa Civil, para até 25/10/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.203, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 375, de 28 de fevereiro de 2020, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Espera Feliz - MG, para ações de Defesa Civil, para até 25/10/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.204, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Itaparica - BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Itaparica-BA, no valor de R$ 90.034,31 (noventa mil trinta e quatro reais e trinta e um centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004427/2020-76.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.205, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Alto Rio Doce - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Alto Rio Doce-MG, no valor de R$ 79.659,07 (setenta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sete centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004242/2020-61.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 303, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor das empresas CDC, Codesa, Codeba, CDP, CDRJ, Codern e Infraero, crédito suplementar no valor de R$ 119.569.349,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA tendo em vista a autorização constante do art. 7 º, inciso II, da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e a delegação de competência de que trata o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 10.202, de 15 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020) crédito suplementar no valor de R$ 119.569.349,00 (cento e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais), em favor das empresas Companhia Docas do Ceará - CDC, Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, Companhia Docas do Estado da Bahia - Codeba, Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, para atender às programações constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

ANEXOS

ANEXO	Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26- Transporte	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
781- Transporte Aéreo	9.999.803
784- Transporte Hidroviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26- Transporte	119.569.349
781- Transporte Aéreo	9.999.803
784- Transporte Hidroviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
3004- Aviação Civil	9.999.803
3005- Transporte Aquaviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO	
39000- Ministério da Infraestrutura	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495- Recursos do Orçamento de Investimento	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.569.349
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	119.569.349
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.569.349
6.2.1.1.00.00 - Direto	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.569.349

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura

ANEXO	Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO	
26 - Transporte	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO	
781 - Transporte Aéreo	9.999.803
784 - Transporte Hidroviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
26 - Transporte	119.569.349
781- Transporte Aéreo	9.999.803
784- Transporte Hidroviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA	
3004 - Aviação Civil	9.999.803
3005 - Transporte Aquaviário	109.569.546
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC	5.500.000
39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	9.869.398
39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	4.239.286
39215 - Companhia Docas do Pará - CDP	2.809.995
39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	19.520.444
39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	67.630.423
39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	9.999.803
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS	
495 - Recursos do Orçamento de Investimento	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.569.349
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	119.569.349
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.569.349
6.2.1.1.00.00 - Direto	119.569.349
TOTAL GERAL	119.569.349
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.569.349

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	5.500.000
784- Transporte Hidroviário	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	5.500.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	5.500.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	5.500.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	5.500.000
TOTAL GERAL	5.500.000

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	5.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							5.500.000
		Projetos							
26 784	3005 12LM	Construção de Terminal de Conteineres, no Porto de Fortaleza (CE)							1.500.000
26 784	3005 12LM 0023	Construção de Terminal de Conteineres, no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará							1.500.000
			I	4-INV	2	90	0	495	1.500.000
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							4.000.000
26 784	3005 14RC 0023	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado do Ceará							4.000.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 40	I	4-INV	2	90	0	495	4.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									5.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	9.869.398
784- Transporte Hidroviário	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	9.869.398
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	9.869.398
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	9.869.398
6.2.1.1.00.00 - Direto	9.869.398
TOTAL GERAL	9.869.398

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	9.869.398

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							9.869.398
		Projetos							
26 784	3005 143D	Construção de Cais na Região dos Dolfins do Atalaia, no Porto de Vitória (ES)							4.494.398
26 784	3005 143D 0032	Construção de Cais na Região dos Dolfins do Atalaia, no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo							4.494.398
		Obra executada (percentual de execução física): 17	I	4-INV	2	90	0	495	4.494.398

26 784	3005 14KM	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística							5.000.000
26 784	3005 14KM 0032	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística - No Estado do Espírito Santo							5.000.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	5.000.000
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							375.000
26 784	3005 14RC 0032	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado do Espírito Santo							375.000
			I	4-INV	2	90	0	495	375.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									9.869.398

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	4.239.286
784- Transporte Hidroviário	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	4.239.286
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	4.239.286
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	4.239.286
6.2.1.1.00.00 - Direto	4.239.286
TOTAL GERAL	4.239.286

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	4.239.286

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							4.239.286
		Projetos							
26 784	3005 143L	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)							2.600.000
26 784	3005 143L 0029	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia							2.600.000
		Obra executada (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	2.600.000
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							1.639.286
26 784	3005 14RC 0029	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado da Bahia							1.639.286
		Implantação realizada (percentual de execução física): 52	I	4-INV	2	90	0	495	1.639.286
TOTAL - INVESTIMENTOS									4.239.286

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	2.809.995
784- Transporte Hidroviário	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.809.995

6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.809.995
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	2.809.995
6.2.1.1.00.00 - Direto	2.809.995
TOTAL GERAL	2.809.995

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	2.809.995

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39215 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							2.809.995
		Atividades							
26 784	3005 20HL	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária							1.000.000
26 784	3005 20HL 0001	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional							1.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	1.000.000
		Projetos							
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							1.809.995
26 784	3005 14RC 0015	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado do Pará							1.809.995
		Implantação realizada (percentual de execução física): 18	I	4-INV	2	90	0	495	1.809.995
TOTAL - INVESTIMENTOS									2.809.995

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	19.520.444
784- Transporte Hidroviário	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	19.520.444
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	19.520.444
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	19.520.444
6.2.1.1.00.00 - Direto	19.520.444
TOTAL GERAL	19.520.444

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	19.520.444

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							19.520.444
		Projetos							
26 784	3005 12LG	Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)							14.482.000
26 784	3005 12LG 0033	Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							14.482.000
		Obra executada (percentual de execução física): 24	I	4-INV	2	90	0	495	14.482.000
26 784	3005 14KJ	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios							4.988.444
26 784	3005 14KJ 0033	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios - No Estado do Rio de Janeiro							4.988.444
		Sistema implantado (percentual de execução física): 9	I	4-INV	2	90	0	495	4.988.444
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							50.000
26 784	3005 14RC 0033	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado do Rio de Janeiro							50.000
			I	4-INV	2	90	0	495	50.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									19.520.444

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	67.630.423
784- Transporte Hidroviário	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3005 - Transporte Aquaviário	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	67.630.423
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	67.630.423
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	67.630.423
6.2.1.1.00.00 - Direto	67.630.423
TOTAL GERAL	67.630.423
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	67.630.423

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39217 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3005	Transporte Aquaviário							67.630.423
		Atividades							
26 784	3005 20HL	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária							250.000
26 784	3005 20HL 0001	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional							250.000
		Estudo realizado (unidade): 33	I	4-INV	2	90	0	495	250.000
		Projetos							
26 784	3005 145U	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)							66.405.783
26 784	3005 145U 0024	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							66.405.783
		Obra executada (percentual de execução física): 99	I	4-INV	2	90	0	495	66.405.783
26 784	3005 14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos							974.640
26 784	3005 14RC 0024	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos - No Estado do Rio Grande do Norte							974.640
		Implantação realizada (percentual de execução física): 99	I	4-INV	2	90	0	495	974.640
TOTAL - INVESTIMENTOS									67.630.423

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	9.999.803
781- Transporte Aéreo	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3004 - Aviação Civil	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	9.999.803
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	9.999.803
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	9.999.803
6.2.1.1.00.00 - Direto	9.999.803
TOTAL GERAL	9.999.803
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	9.999.803

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3004	Aviação Civil							9.999.803
		Projetos							
26 781	3004 157L	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária							9.999.803
26 781	3004 157L 0001	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							9.999.803
		Aeroporto adequado (unidade): 5	I	4-INV	2	90	0	495	9.999.803
TOTAL - INVESTIMENTOS									9.999.803

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 19.385, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Institui padrão de ocupação e parâmetros para dimensionamento de ambientes em imóveis ocupados por órgãos do Ministério da Economia.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e de acordo com o que consta do Processo SEI nº 10199.103785/2020-15, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos padrão de ocupação e parâmetros para o dimensionamento de ambientes em imóveis ocupados por órgãos do Ministério da Economia, objetos de obras de construção, reforma ou ampliação, de contratos de locação e suas prorrogações, de permuta e de compartilhamentos sob sua gestão e, quando aplicável, de outros órgãos.

Parágrafo único. O conteúdo desta Portaria não dispensa a observância às legislações locais e às normas técnicas relativas a edificações.

Conceitos

Art. 2° Para efeitos desta Portaria, consideram-se:

I - órgãos do Ministério da Economia: referem-se aos diversos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Economia e órgãos específicos singulares integrantes da estrutura do Ministério da Economia;

II - área construída: somatório das áreas cobertas totais de uma edificação, que inclui as áreas de projeção de paredes e exclui as áreas de projeção de coberturas em balanço com até 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de afastamento;

II - área útil: área construída efetivamente aproveitada do imóvel, correspondente à soma das áreas de piso, das quais se excluem as áreas de projeção das paredes;

IV - área para o trabalho individual: área útil destinada ao expediente contínuo, composta por estações de trabalho exclusivas, além de equipamentos e mobiliários de apoio;

V- área para o trabalho coletivo: área útil destinada ao expediente de caráter transitório, composta por estações de trabalho compartilhadas, além de equipamentos e mobiliários de apoio, que pode compor salas de reunião e ambientes de cotrabalho ou estar associada a áreas para o trabalho individual;

VI - programa de necessidades: conjunto de características e condições fundamentais ao desenvolvimento das atividades dos usuários de uma edificação, do qual resulta relação sistematizada de ambientes cujas áreas somadas representam a estimativa da área útil necessária para compor a construção ou a intervenção em determinado imóvel;

VII - ambiente de cotrabalho: sala equipada com estações de trabalho dispostas de maneira a atender ao expediente de caráter transitório e eventuais ações de capacitação;

VIII - escritório aberto: área de escritório amplo que contempla a atividade de múltiplas equipes, não compartimentalizadas, reunidas de forma a otimizar instalações elétricas e lógicas, bem como viabilizar o compartilhamento de equipamentos e mobiliários;

VIII - escritório fechado: área de escritório para atividades de chefia, que exigem maior sigilo ou privacidade, exige maior área construída e desfavorece compartilhamento de mobiliário e equipamentos;

IX - espaço multiuso: ambientes destinados a auditórios, oficinas de trabalho, treinamentos, eventos e outras atividades;

X - espaço de convivência: ambiente voltado à convivência e ao diálogo, que propicia interação, relaxamento e bem-estar à população do imóvel e, por se destinarem às práticas institucionais de valorização e qualidade de vida no trabalho, é desejável que conste dentro o conjunto de ambientes que constituem o imóvel;

XI - arquivo corrente: é o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração presente, também chamado de arquivo comum; e

XII - arquivo permanente: é o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor secundário, objeto de consultas eventuais, também chamado de arquivo histórico.

Art. 3º Quanto ao tipo de utilização, as áreas dos imóveis objetos desta Portaria são classificadas como:

I - Área Computável: área útil passível de contabilização para fins de análise do padrão de ocupação do imóvel, dividindo-se em:

a) Áreas de Escritório: aquelas destinadas ao trabalho de servidores, empregados, colaboradores, estagiários e terceirizados, que reúnem as áreas para o trabalho individual e coletivo, necessárias ao desempenho das atividades administrativas às quais se destina o imóvel; e

b) Áreas de Apoio: aquelas que dão suporte às atividades desenvolvidas no imóvel, tais como auditórios, copas, sanitários, vestiários, guaritas, salas de motoristas, espaços multiuso, espaços de convivência, refeitórios, salas de arquivos correntes, estações de autoatendimento voltado ao público, reprografia, depósitos voltados à atividade administrativa e à manutenção predial etc.

II - Área Não Computável: área útil que, por atender demanda específica do órgão, legislação ou norma atinente à edificação, não é contabilizada para fins de análise do padrão de ocupação do imóvel, dividindo-se em:

a) Áreas Técnicas: aquelas destinadas à circulação vertical ou horizontal que conectam os ambientes e pavimentos que compõem a edificação e à infraestrutura do imóvel, tais como hall, foyers, corredores, escadas, saídas de incêndio, elevadores, reservatórios, barriletes, shafts, switchs, medidores, subestação, gerador, quadros técnicos, sala cofre, garagens etc; e

b) Áreas Específicas: aquelas necessárias para atender demandas específicas do órgão, para além de suas atividades administrativas, tais como Depósito de Mercadoria Apreendidas (DMA), área de espera para atendimento ao público, restaurante, edificações voltadas majoritariamente para abrigar garagens, arquivos permanentes, laboratórios e arsenais.

Art. 4º Para fins de análise quanto à adequação de imóveis nos termos desta Portaria, consideram-se:

I - posto de trabalho integral: aquele representado por servidores, empregados, colaboradores e terceirizados que realizem expediente contínuo no imóvel, cuja carga horária diária média seja igual ou superior a seis horas e que demande estação de trabalho exclusiva;

II - posto de trabalho reduzido: aquele representado por servidores, empregados, colaboradores, estagiários e terceirizados que realizam expediente parcial ou transitório no imóvel, cuja carga horária diária média seja inferior a seis horas ou realizada em teletrabalho e que demande estação de trabalho que, neste caso, deverá ser compartilhada;

III - população principal: aquela resultante da soma de postos de trabalho integrais e reduzidos, aplicados os devidos pesos especificados nesta Portaria;

IV - dimensionamento preliminar: cálculo de estimativas referentes a áreas e população principal para subsidiar análise de ocupação em imóveis;

V - índice de ocupação do imóvel: é o resultado da divisão entre a área computável e a população principal do imóvel;

VI - Índice de ocupação dos escritórios: é o resultado da divisão entre a área de escritórios e a população principal do órgão que a utiliza;

VII - órgão demandante: aquele de demanda área para compartilhamento; e

VIII - órgão ofertante: aquele que oferta área para compartilhamento.

Art. 5º Quanto ao modo de utilização, as áreas de imóveis objetos desta Portaria, quando compartilhados, são classificadas como:

I - privativas: áreas de uso exclusivo por parte de um único órgão ocupante do imóvel; e

II - comuns: áreas de uso comum pelos diferentes órgãos que ocupam o imóvel.

Parágrafo único. Com vistas à eficaz racionalização de recursos, o rateio de despesas referentes a imóveis compartilhados entre órgãos distintos, do Ministério da Economia, de outros ministérios ou autônomos, se sujeitará, no que couber, a esta Portaria, bem como à Portaria SE nº 4.951, de 7 de outubro 2019.

Da população principal

Art. 6° A População Principal do imóvel será mensurada pela soma dos postos de trabalho integrais e reduzidos do(s) órgão(s) ocupante(s), aplicando-se os seguintes pesos:

I - a quantidade total de postos de trabalho integrais será contabilizada de forma absoluta; e,

II - a quantidade total de postos de trabalho reduzidos será contabilizada multiplicada pelo índice de 50% (cinquenta por cento).

Art. 7º Para dimensionamento preliminar, o cálculo da População Principal do imóvel deve se fundamentar em informações prestadas pelo setor de gestão de pessoas do órgão, que esclareçam o quantitativo de servidores, empregados, colaboradores, estagiários e pela sua respectiva área de administração e logística quanto ao quantitativo de terceirizados, que atuam em atividades administrativas do órgão, com o uso de estações de trabalho, bem como de suas respectivas lotação e jornada de trabalho.

Art. 8º Para dimensionamento preliminar e elaboração do programa de necessidades em caso de construção, reforma com ampliação, permuta, contrato de locação e suas prorrogações, deverá ser considerada a População Principal do(s) órgão(s) envolvido(s), mensurada durante a fase de elaboração dos respectivos termo de referência ou projeto.

Da área computável

Art. 9º A área computável do imóvel resultará da soma da área de escritório com a área de apoio que, por sua vez, deverão respeitar os limites mínimos e máximos estabelecidos pelos índices abaixo:

I - a área de escritório resultará de, no mínimo, 7m² (sete metros quadrados) e, no máximo, 9 m² (nove metros quadrados) multiplicados pela população principal; e

II - a área de apoio resultará de, no mínimo, 2 m² (dois metros quadrados) e, no máximo, 3 m² (três metros quadrados) multiplicados pela população principal.

Art. 10 Áreas de escritório poderão representar de 70 a 82% (setenta a oitenta e dois por cento) da área computável total, enquanto áreas de apoio, de 18 a 30% (dezoito a trinta por cento), desde que respeitados os índices mínimos e máximos para as respectivas categorias de área, conforme estabelecido nos parâmetros de cálculos de áreas computáveis.

Programa de necessidades

Art. 11 A área construída estimada em programa de necessidades resultará da soma das áreas computáveis e não computáveis de todos os ambientes demandados e restringir-se-á aos limites determinados pelos cálculos de dimensionamento preliminar.

Parágrafo único. A solicitação de áreas específicas deverá ser justificada conforme demanda específica do órgão.

Art. 12 São vedados no programa de necessidades ambientes que não estejam vinculados às atividades fundamentais do órgão e que extrapolam às condições básicas para a qualidade do ambiente de trabalho, tais como churrasqueira, espaço gourmet, estúdio, academia, dentre outros que configuram desvio da finalidade do imóvel.

Parágrafo único. A criação de espaços de convivência e de qualidade de vida que reúnam múltiplas atividades e que estejam alinhados a programas institucionais para o tema não se aplicam ao disposto no caput.

Art. 13 O programa de necessidades relativo a obras de construção, reforma ou ampliação deverá ser aprovado pelas equipes técnicas de engenharia e arquitetura responsáveis nos respectivos órgãos a partir de análise técnica que comprove sua conformidade ao disposto nesta Portaria.

Dimensionamento preliminar

Art. 14 Para fins de dimensionamento preliminar, consideram-se:

I - a área útil bruta do imóvel existente poderá ser calculada sem análise prévia das plantas de leiaute do imóvel existente e resultará da divisão da sua área construída por 1,1 (um vírgula um);

II - a área técnica bruta do imóvel poderá ser calculada sem análise prévia das plantas de leiaute do imóvel existente e representará 30% da área útil bruta;

III - a área computável bruta do imóvel poderá ser calculada sem análise prévia das plantas de leiaute do imóvel existente e representará 70% da área útil bruta;

IV - a área computável estimada corresponderá ao resultado da subtração da área computável bruta do imóvel pelas áreas específicas existentes no imóvel;

V - o índice de ocupação máximo do imóvel será de 12m² de área computável por posto de trabalho, enquanto que, o mínimo, de 9m² de área computável por posto de trabalho;

VI - o índice de ocupação bruto de imóvel existente servirá de referência para seleção de imóveis com potencial de compartilhamento sem a necessidade de consulta prévia às suas plantas de leiaute e corresponderá ao resultado da divisão da área computável bruta pela população principal do(s) órgão(s) ocupante(s);

VII - o índice de ocupação estimado para o imóvel existente representa uma referência mais precisa que o índice de ocupação bruto para fins de seleção de imóveis com potencial de compartilhamento e corresponderá ao resultado da divisão da área computável estimada pela população principal do(s) órgão(s) ocupante(s);

VIII - a população principal mínima bruta resultará da divisão da área computável bruta do imóvel pelo índice de ocupação máximo;

IX - a população principal máxima bruta resultará da divisão da área computável bruta do imóvel pelo índice de ocupação mínimo;

X - a população principal mínima estimada para o imóvel corresponderá ao resultado da divisão da área computável estimada pelo índice de ocupação máximo;

XI - a população principal máxima estimada para o imóvel corresponderá ao resultado da divisão da área computável estimada pelo índice de ocupação mínimo;

XII - a área de escritório mínima resultará da multiplicação da população principal do(s) órgão(s) pelo índice de ocupação do escritório mínimo de 7m² (sete metros quadrados);

XIII - a área de escritório máxima resultará da multiplicação da população principal do(s) órgão(s) pelo índice de ocupação do escritório máximo de 9m² (nove metros quadrados);

XIV - a área de apoio mínima resultará da multiplicação da população principal do(s) órgão(s) por 2m² (dois metros quadrados);

XV - a área de apoio máxima resultará da multiplicação da população principal do(s) órgão(s) por 3m² (três metros quadrados);

XVI - a área computável mínima resultará da multiplicação da população principal do imóvel pelo índice de ocupação mínima de 9m² (nove metros quadrados);

XVII - a área computável máxima resultará da multiplicação da população principal do imóvel pelo índice de ocupação máximo de 12m² (doze metros quadrados);

XVIII - a área construída mínima representará 110% do resultado da divisão da Área computável mínima por 0,7 (zero vírgula sete); e

XIX - a área construída máxima representará 110% do resultado da divisão da Área computável máxima por 0,7 (zero vírgula sete).

Art. 15 O dimensionamento preliminar deverá ser realizado nos seguintes casos:

I - compartilhamento;

II - locação;

III - reformas;

IV - construção; e

V - permuta.

Do compartilhamento

Art. 16 Em iniciativas de compartilhamento de imóveis, o órgão cuja população principal seja maior que a população principal máxima, bruta ou estimada, será classificado como órgão demandante, enquanto aquele cuja população principal seja inferior à população principal mínima, será classificado como órgão ofertante.

Parágrafo único. A competência como órgão setorial em todos os casos de compartilhamentos entre as unidades integrantes do Ministério da Economia será da Secretaria de Gestão Corporativa - SGC.

Art. 17 Para a análise de viabilidade de iniciativas de compartilhamento de imóvel, o órgão demandante deverá informar a sua população principal, para fins de cálculo da área computável máxima demandada, bem como, se for o caso, a sua necessidade de áreas específicas.

Art. 18 O incremento populacional em iniciativas de compartilhamento de imóveis será, no mínimo, igual ao resultado da subtração da população principal estimada mínima pela população principal do órgão ofertante, e, no máximo, o igual ao resultado da subtração da população principal estimada máxima pela população principal do órgão ofertante.

Art. 19 A área de escritório requerida por órgão demandante deverá ater-se às áreas de escritório mínima e máxima calculadas em função da sua população principal.

Art. 20 A área de apoio requerida por órgão demandante deverá ater-se à área de apoio máxima.

Parágrafo único. A soma da área de apoio requerida à área de apoio já existente no imóvel a ser compartilhado não poderá superar 30% (trinta por cento) da área computável efetiva do referido imóvel.

Art. 21 Realizados os devidos dimensionamentos preliminares, a formalização de iniciativas de compartilhamento aprofundará o estudo de viabilidade a partir da análise das plantas de leiaute do imóvel a ser compartilhado, que contará com os seguintes procedimentos:

I - aferir e classificar as áreas úteis do imóvel nos termos desta Portaria;

II - contabilizar as áreas computáveis, que resultam da subtração das áreas úteis levantadas pelas áreas não computáveis, referentes às áreas técnicas e específicas identificadas;

III - calcular a proporção de áreas de escritório e apoio que compõem efetivamente a área computável analisada;

IV - nos casos em que a área de apoio superar 30% da área computável do imóvel analisado, avaliar a possibilidade de conversão de áreas de apoio em áreas de escritório, tais como auditórios planos, salas multiuso, dentre outros;

V - calcular a população principal mínima e máxima do imóvel a partir da divisão das áreas de escritório levantadas, somadas às eventuais áreas de apoio a serem convertidas, pelos índices de ocupação de escritórios máximo e mínimo respectivamente; e

VI - calcular o incremento populacional mínimo e máximo a partir da subtração dos resultados da população principal mínima e máxima pela população principal existente.

Art. 22 As áreas para o trabalho coletivo e de apoio, quando não justapostas a área para o trabalho individual, serão de uso comum pelos órgãos que utilizam o mesmo prédio e serão passíveis de rateio de despesas comuns do imóvel compartilhado proporcionalmente ao seu percentual de participação de área de escritório.

Parágrafo único. Mediante justificativa fundamentada, as áreas de trabalho coletivo e de apoio poderão ser de uso exclusivo de determinado órgão e, nesse caso, serão denominadas áreas de trabalho coletivo e de apoio privativas, o que implicará, necessariamente, em acréscimo de percentual sobre rateio de despesas comuns do imóvel compartilhado.

Art. 23 Os modelos de documentos necessários para efetivar o compartilhamento e o respectivo rateio das despesas serão aqueles constantes da Portaria SE nº 4.951/2019 e eventuais adequações e atualizações posteriores.

Da locação

Art. 24 No caso de contratos de locação e suas prorrogações, a faixa entre as áreas construídas mínima e máxima definidas conforme esta Portaria deverá ser utilizada como parâmetro para consulta prévia ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (SISREI) e pesquisas de mercado.

Art. 25 O órgão cujo imóvel seja objeto de contrato de locação em prorrogação na qual sua área construída total supere em mais de 30% (trinta por cento) a área construída máxima, deverá buscar, sucessivamente:

I - imóvel da União disponível para compartilhamento ou ocupação integral;

II - a diminuição do escopo do contrato;

III - o compartilhamento do referido imóvel com outros órgãos; ou

IV - a locação de outro imóvel

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplicará quando:

I - o limite estabelecido for ultrapassado em razão da existência justificada de áreas específicas;

II - a prorrogação do contrato de locação se justificar financeiramente, diante dos custos já aplicados na adaptação da infraestrutura do imóvel em questão somado às despesas com a mudança e adaptação de outro imóvel, objeto de contrato de nova locação; e

III - houver indisponibilidade de imóveis da União para compartilhamento ou ocupação integral e de terceiros que atendam aos requisitos desta Portaria.

Art. 26 A área construída total de imóvel objeto de novo contrato de locação não poderá ultrapassar a área construída máxima definida em dimensionamento preliminar, a menos que:

I - o limite estabelecido for ultrapassado em razão da existência justificada de áreas específicas;

II - o contrato de locação se justificar financeiramente; e

III - houver indisponibilidade de imóveis da União para compartilhamento ou ocupação integral e de terceiros que atendam aos requisitos desta Portaria.

Das reformas e construções

Art. 27 Reformas ou alterações de leiaute significativas em imóveis ocupados por órgão(s) do Ministério da Economia deverão ser precedidas de cálculo de índice de ocupação estimado do imóvel, exceto:

I - quando relacionadas à implementação de iniciativas de compartilhamento; ou

II - para as obras de reformas de pequeno porte, tais como de banheiros, alterações de leiaute pontuais ou de adequações às normas de acessibilidade.

§1º Caso o índice de ocupação estimado calculado seja superior ao índice de ocupação máximo, o(s) órgão(s) envolvido(s) deverá(ão):

I - dimensionar incremento populacional viável e ofertar por meio de ofício circular, área para o compartilhamento com outro(s) órgão(s);

II - emitir parecer de equipe técnica de engenharia e arquitetura do órgão gestor do imóvel que apresente os resultados de dimensionamento preliminar referente ao índice de ocupação atual, ao estudo de viabilidade de compartilhamento, ao índice de ocupação previsto após a reforma em caso de incremento populacional e justificativa para a reforma do imóvel; ou

III - emitir parecer informando de ausência de interessados no compartilhamento, desde que sejam atendidos os requisitos previstos nesta Portaria ou devidamente justificados, a reforma poderá ser realizada.

§2º O índice de ocupação estimado poderá ser aferido em estudo detalhado das plantas de leiaute para fundamentar pareceres emitidos por equipes técnicas de engenharia e arquitetura e subsidiar definições de programa de necessidades e estudos de viabilidade de compartilhamento.

§3º Caso a reforma pretendida vise à ampliação de área construída do imóvel existente, cuja área construída atual supere a área construída máxima nos termos desta Portaria, o parecer técnico previsto no inc. II do § 1º do caput deverá apresentar justificativa para a ampliação que será admitida somente nas seguintes hipóteses:

I - aumento justificado da população do imóvel; ou

II - existência justificada de áreas específicas.

Art. 28 Reforma de imóveis que servirão como novas sedes deverá ser precedido de cálculo do índice de ocupação bruto do futuro imóvel em função da população principal do(s) órgão(s) que virão a ocupa-lo.

Parágrafo único. Caso o índice de ocupação bruto calculado supere o índice de ocupação máximo nos termos desta Portaria, a equipe técnica de engenharia e arquitetura do órgão responsável pela reforma pretendida deverá emitir parecer técnico que apresente os resultados de dimensionamento preliminar referente ao índice de ocupação bruto da futura sede, justificativa de mudança de imóvel e da demanda de área a ser ocupada, bem como estudo de viabilidade de compartilhamento do imóvel a ser ocupado.

Art. 29 As propostas de leiaute necessárias para movimentação de equipes de trabalho dentro de um mesmo órgão deverão levar em consideração o índice médio de 7m² (sete metros quadrados) a 9m² (nove metros quadrados) de área de escritório por pessoa, resultante da soma de áreas para o trabalho individual e coletivo usufruídas por essas equipes.

Art. 30 Para construção de novas edificações, a área construída, prevista no programa de necessidades, não poderá ser superior à área construída máxima nos termos desta Portaria, salvo diante da demanda por áreas específicas devidamente justificadas.

Art. 31 A avaliação do dimensionamento preliminar e do cumprimento dos requisitos estabelecidos nos arts. 27 a 30 competirá às equipes de engenharia e arquitetura das áreas de logística dos respectivos órgãos.

Da permuta

Art. 32 A permuta de imóveis refere-se à aquisição de domínio pleno de imóvel construído para a União, havendo, como contrapartida, a transferência de imóveis da União ao terceiro.

Art. 33 Quando cabível, a permuta será formalizada pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 34 O programa de necessidades e o respectivo dimensionamento preliminar para proposta de permuta será elaborada nos termos desta portaria e será submetido à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

Art. 35 No caso de tratativas de permuta de imóveis da União, a faixa entre as áreas construídas mínima e máxima definidas conforme esta Portaria deverá ser utilizada como parâmetro de adequação dos imóveis de terceiros para atender às atividades administrativas do respectivo órgão.

Art. 36 O imóvel de terceiro, objeto de permuta, será considerado inadequado quando sua área construída total superar a área construída máxima calculada em função da população principal do órgão interessado.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplicará quando:

I - o limite estabelecido for ultrapassado em razão da demanda justificada por áreas específicas;

II - a permuta se justificar financeiramente, diante da redução de despesas relativas a imóveis ocupados atualmente; e

III - houver possibilidade de compartilhamento do imóvel em questão com outros órgãos da administração pública atuantes no mesmo município, desde que a população principal desses órgãos garanta o índice de ocupação mínimo determinado por esta Portaria.

Das áreas de escritório

Art. 37 A proporção entre a área para o trabalho individual e a área para o trabalho coletivo, que compõem a área de escritório do imóvel, poderá variar conforme a demanda e os processos de trabalho de cada órgão, respeitado os índices de ocupação para escritório mínimo e máximo estabelecido no inc. I do art. 9º.

Art. 38 A área para o trabalho individual deverá ser configurada, preferencialmente, como escritório aberto, de forma a otimizar a utilização do espaço disponível e proporcionar maior área para o trabalho coletivo.

Art. 39 É permitida a criação de escritório fechado para o trabalho individual e de uso exclusivo para atender a cargos e funções específicas conforme os seguintes limites:

I - para servidores com cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) 6, até 30m² (trinta metros quadrados);

II - para servidores com cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) 5, até 25m² (vinte e cinco metros quadrados); ou

III - para chefes de gabinete, chefes de unidades descentralizadas, chefes das áreas jurídicas das unidades vinculadas e chefes de equipes compostas por 20 (vinte) ocupantes de posto de trabalho integral ou mais, até 20m² (vinte metros quadrados).

§ 1º É vedada a criação de escritórios fechados para o trabalho individual de uso exclusivo por servidores ocupantes de cargos ou funções não relacionados no caput, ressalvadas as situações excepcionais motivadas e encaminhadas pelo gestor responsável da unidade demandante à consideração e manifestação do responsável pela gestão administrativa e/ou orçamentária do órgão ao qual pertence, respeitando as disposições do inc. I do art. 9º.

§ 2º Não se aplicam os limites estabelecidos nesta Portaria às salas de Ministros e ocupantes dos cargos de natureza especial em situações pré-existentes em edificações utilizadas quando a adequação aos parâmetros aqui definidos gere acréscimo de despesas.

Art. 40 As estruturas de gabinete poderão ser vinculadas às salas de chefia a cujo cargo ou função esteja vinculada, regimentalmente, à função de chefe de gabinete.

§1º Para os fins do caput, entende-se por gabinete a estrutura vinculada à sala de chefia que envolvem as áreas de escritório correspondentes às salas de assessores, de reunião e área de trabalho individual para secretárias.

§2º Apenas em caso de sala de reunião vinculada a gabinete, é dispensável a justificativa fundamentada para que a área seja considerada de uso privativo do órgão, limitada a uma sala de reunião privativa por gabinete.

Art. 41 É vedada a inclusão de copas e banheiros privativos em obras de reforma e construção de novos edifícios, salvo nos casos de salas de Ministros e ocupantes dos cargos de natureza especial.

Art. 42 A disposição das salas de reunião deverá favorecer o seu compartilhamento entre os setores que ocupam o imóvel e permitir a versatilidade de usos.

§1º O dimensionamento de salas de reunião deverá considerar a área máxima de 2,5m² (dois vírgula cinco metros quadrados) multiplicados pela quantidade de pessoas que visa comportar, incluída a circulação.

§2º Salas de reunião destinadas ao atendimento ao público deverão estar localizadas em área de fácil acesso, de forma a evitar a circulação do público externo nas áreas de trabalho individual.

§3º A inclusão de salas de reunião para mais de 20 (vinte) pessoas no programa de necessidades deverá ser justificada com estudo sobre a demanda do órgão e a relação com as atividades nela desenvolvidas.

§4º Sempre que possível, deve-se priorizar a localização adjacente de salas de reuniões, divididas por painéis móveis que permitam a integração desses ambientes.

Art. 43 O dimensionamento dos ambientes de cotrabalho deverá considerar a área máxima de 4m² (quatro metros quadrados) multiplicados pela quantidade de estações de trabalho que visa comportar, incluída a circulação, bem como a possibilidade de realização de eventos de capacitação e desenvolvimento.

Art. 44 Aqueles que representam os postos de trabalhos reduzidos deverão exercer suas atividades no imóvel em áreas para o trabalho coletivo, em salas de reunião ou utilizando estações de trabalho compartilhadas, dispostas em ambientes de cotrabalho ou associadas a áreas para o trabalho individual.

Das áreas de apoio

Art. 45 Espaços de convivência são áreas voltadas à socialização e ao diálogo, que propiciam interação, relaxamento e bem-estar à população do imóvel, e, por se destinarem às práticas institucionais de valorização e qualidade de vida no trabalho, poderão constar do programa de necessidades.

Art. 46 A inclusão de auditório no programa de necessidades deverá ser justificada com estudo sobre a demanda do órgão e a relação com as atividades nela desenvolvidas.

§1º O auditório deverá estar localizado em área de fácil acesso aos usuários externos e ser dimensionado de acordo com a população do imóvel.

§2º A inclusão de auditório deverá atender ainda aos seguintes requisitos:

I - órgãos com população principal de até 250 (duzentas e cinquenta) pessoas admitirão somente auditórios planos, com mobiliário flexível/removível, que favoreça seu caráter multiuso, e que comportem até 50 (cinquenta) pessoas;

II - órgãos com população principal entre 250 (duzentas e cinquenta) a 500 (quinhentas) pessoas admitirão auditórios com inclinação e mobiliário fixo que comportem até 20% (vinte por cento) da população do imóvel; ou

III - órgãos com população principal de mais de 500 (quinhentas) pessoas admitirão auditórios com inclinação e mobiliário fixo que comportem até 25% (vinte e cinco por cento) da população do imóvel.

§3º O dimensionamento dos auditórios deverá considerar a área máxima de 1,5 m² (um vírgula cinco metro quadrado) multiplicados pela quantidade de pessoas que visa comportar, no caso de auditórios planos, e de 2m² (dois metros quadrados), no caso de auditórios com inclinação, incluída a circulação e palco.

Art. 47 Para dimensionamento e projeto de arquivos correntes, deverão ser observados os manuais de boas práticas da gestão documental aplicadas pelo(s) respectivo(s) órgão(s), sendo prioritário o uso de arquivos do tipo deslizantes.

Art. 48 Os refeitórios, quando previstos, devem acomodar no máximo 20% (vinte por cento) da população a qual eles se destinam e seu dimensionamento deve considerar a área máxima de 2m² (dois metros quadrados) por pessoa.

Das áreas específicas

Art. 49 Para o dimensionamento da área de espera de espaços de atendimento ao público, deve ser adotado o índice de 1,5m² (um vírgula cinco metro quadrados) multiplicado por 25% (vinte e cinco por cento) da média diária de atendimentos presenciais realizados anualmente pelo(s) órgão(s) responsável.

Art. 50 As áreas de circulação poderão incorporar espaços ocupados por mobiliários destinado a estar ou espera, desde que respeitadas as normas de acessibilidade e saída de emergência.

Art. 51 No caso de locação ou construção de imóvel, a área de garagem deverá atender ao limite de 1 (uma) vaga para automóvel a cada 50m² (cinquenta metros) de área computável.

§1º O quantitativo de vagas para automóveis em garagens poderá sofrer adequações em decorrência de particularidades dos(s) órgão(s), além de normativos e legislação locais pertinentes.

§2º Em imóveis locados, a demanda por vagas de garagens se limitar-se-á aos veículos oficiais.

Art. 52 Para dimensionamento de Depósitos de Mercadoria Apreendida (DMA) e para a área de guarda de bens móveis, devem ser observados aspectos específicos de armazenamento, controle e segurança, conforme orientações do gestor do processo de trabalho e do chefe da unidade responsável.

Do comitê

Art. 53 Fica instituído o Comitê Técnico do Padrão de Ocupação e Parâmetros de Dimensionamento de Ambientes dos Órgãos do Ministério da Economia, órgão colegiado com a finalidade de propor às autoridades competentes:

I - a edição e atualização de manuais de procedimentos necessários à maior efetividade na aplicação desta Portaria;

II - a atualização dos parâmetros e diretrizes desta Portaria; e

III - o monitoramento das ações de otimização dos espaços públicos dos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Economia.

Art. 54 O Comitê Técnico do Padrão de Ocupação e Parâmetros de Dimensionamento de Ambientes dos Órgãos do Ministério da Economia será composto por representantes das Secretarias Especiais e dos órgãos de assistência direta ao Ministro, com indicação obrigatória da:

I - Secretaria de Gestão Corporativa - SGC;

II - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB;

IV - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRET; e

V - Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU.

§1º Os Órgãos que compõem o Comitê deverão indicar, por intermédio de seus representantes máximos ou, quando em exercício, pelos respectivos substitutos, o nome de um representante titular e um membro suplente de cada órgão, os quais serão encaminhados à SGC por meio de processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI em até 15 (quinze) dias da publicação desta portaria.

§2º A SGC deverá, por intermédio de seu titular, fazer publicar, em até 30 (trinta) dias da publicação desta portaria, a nomeação dos integrantes indicados pelos Órgãos que compõem o Comitê de Ocupação e Parâmetros de Dimensionamento de Ambientes dos Órgãos do Ministério da Economia e seus respectivos suplentes.

§3º Os membros do Comitê Técnico do Padrão de Ocupação e Parâmetros de Dimensionamento de Ambientes dos Órgãos do Ministério da Economia encaminharão à SCG, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da nomeação referida no §2º, o regimento interno do referido Comitê para publicação.

Disposições finais e transitórias

Art. 55 A variação da população principal do imóvel deverá ser monitorada anualmente, de forma que o seu padrão de ocupação possa ser reavaliado a partir do cálculo da área computável máxima necessária a atender ao(s) órgão(s) ocupante(s).

Art. 56 Sempre que o resultado da subtração da área computável bruta do imóvel pela área computável máxima for superior a 1000 m² (mil metros quadrados), o órgão gestor do imóvel deverá consultar as plantas de leiaute do imóvel e aferir as áreas específicas existentes, a fim de calcular a área computável estimada do imóvel.

Parágrafo único. Caso o resultado da subtração da área computável estimada do imóvel pela área computável máxima for superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), o órgão gestor do imóvel deverá informar à Superintendência do Patrimônio da União no Estado onde se localiza o imóvel.

Art. 57 Esta Portaria deve constar dos termos de referência e projetos básicos relativos à locação e permuta de imóveis e à contratação de obras e serviços de engenharia como complemento obrigatório às demais leis e normativos a serem observadas.

Art. 58 Qualquer situação que impossibilite o atendimento ao disposto nesta Portaria, seja por particularidades da edificação, das atividades ou da legislação local específica, deve ser submetida à análise e aprovação das equipes técnicas de engenharia e arquitetura do órgão, quando houver, preferencialmente ainda na etapa de definição do programa de necessidades.

Parágrafo único. Todas os parâmetros definidos nesta Portaria de padrão de ocupação e dimensionamento de ambientes dos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Economia deverão ser adotados nas futuras ações de compartilhamento, locação, reforma, adequação de leiaute, construção e permuta, exceto nos casos das situações pré-existentes nas edificações atualmente que incorra em acréscimo de despesas para sua adequação.

Art. 59 O requerimento de novo imóvel deverá ser feito no sítio da SPU na rede mundial de computadores (www.patrimoniodetodos.gov.br), em "Requerimentos Diversos", opção "Obter Imóvel da União para Uso da Administração Pública Federal e Entidades Sem Fins Lucrativos" ou https://sisrei.spu.planejamento.gov.br/sisrei/

Parágrafo único. A disponibilidade de área para compartilhamento em imóvel deverá ser informada à Superintendência do Patrimônio a União no Estado onde se localiza o imóvel.

Art. 60 Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VIII do art. 91 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e

Considerando ser de conhecimento público e notório que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS decretou situação de emergência em saúde pública de importância internacional em decorrência do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no Brasil, tal situação ensejou a declaração de emergência pública de importância nacional (Portaria MS nº 188 do Ministério da Saúde, de 3 de fevereiro de 2020), a declaração de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 (Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, atendendo à solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020) e a declaração de estado de transmissão comunitária em todo o território nacional do coronavírus (Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020);

Considerando que o surgimento da pandemia do COVID-19 representa condição superveniente absolutamente imprevisível e de consequências gravíssimas, bem como evidente motivo de força maior;

Considerando que, em decorrência dos efeitos da pandemia e das medidas tomadas a fim de debelá-la, muitos países vêm restringindo o ingresso de cidadãos estrangeiros em suas fronteiras para evitar a propagação do vírus, além de adotar medidas de isolamento social ou quarentena, e que companhias aéreas vêm anunciando a suspensão de voos internacionais, dificultando a locomoção de pessoas;

Considerando que as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19 têm impactado, sob determinados aspectos, os processos de defesa comercial e interesse público conduzidos pelo Brasil, em especial no tocante aos procedimentos de verificações in loco e aos prazos estabelecidos ao longo desses processos administrativos;

Considerando que, nos termos do art. 52 c/c arts. 175 a 178 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, a autoridade investigadora buscará, no curso das investigações, verificar a correção das informações fornecidas pelas partes interessadas por meio de procedimentos de verificação in loco; e

Considerando a necessidade de garantir a transparência quanto às adaptações que serão feitas aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pelo Brasil e que permanecerão sendo realizadas enquanto perdurarem as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19; informa:

Art. 1º Devido à pandemia do COVID-19 e às medidas de enfrentamento a essa pandemia, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia - SDCOM teve de suspender, por prazo indeterminado, a realização de tais verificações presenciais.

Art. 2º Dada a permanência da impossibilidade de realização dos procedimentos de verificação in loco, a SDCOM prosseguirá, excepcionalmente, apenas com a análise detalhada de todas as informações submetidas pelas partes interessadas no âmbito das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público, buscando verificar sua correção com base na análise cruzada das informações protocoladas por cada parte interessada com aquelas submetidas pelas demais partes, bem como com informações constantes de outras fontes disponíveis à Subsecretaria, se possível e quando aplicável.

Art. 3º Para esse fim, a SDCOM poderá solicitar informações complementares adicionais às previstas no §2º do art. 41 e no §2º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013. Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 179 do citado decreto, a SDCOM poderá solicitar elementos de prova, tais como amostras de operações constantes de petições e respostas a questionários e detalhamentos de despesas específicas, a fim de validar informações apresentadas pelas partes interessadas.

Art. 4º Como de praxe, é imprescindível que as partes interessadas submetam suas informações da forma mais completa, clara e precisa possível, atendendo a todos os requisitos e solicitações de dados constantes dos questionários e de outras comunicações enviados pela SDCOM. Ademais, como usualmente demandado, é essencial que as informações apresentadas pelas partes interessadas estejam acompanhadas de suas respectivas comprovações, justificativas, fontes e metodologias utilizadas. Recomenda-se, ainda, que as planilhas e documentos auxiliares utilizados na elaboração dessas informações também sejam apresentados à SDCOM.

Art. 5º Caso a SDCOM observe que as informações apresentadas por peticionárias demandem informações complementares, correções ou ajustes significativos, as respectivas petições poderão ser indeferidas, nos termos do § 2º do art. 42 do Decreto nº 8.058, de 2013. Da mesma forma, caso a SDCOM constate que os dados e informações apresentados pela peticionária não permitam a comprovação da existência de dano à indústria doméstica causado por prática desleal de comércio, o correspondente processo administrativo poderá ser encerrado, nos termos do inciso I do art. 74 do citado decreto.

Art. 6º Caso a SDCOM verifique que as demais partes interessadas negaram acesso a informação necessária, não a forneceram tempestivamente, criaram obstáculos à investigação ou não apresentaram os dados e as informações solicitados pela Subsecretaria, devidamente acompanhados dos respectivos elementos de prova, suas determinações poderão ser total ou parcialmente elaboradas com base na melhor informação disponível, nos termos dos arts. 179 a 184 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Art. 7º Tendo em vista as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19 e a impossibilidade de realização de verificações in loco, e considerando que o surgimento da pandemia do COVID-19 representa condição superveniente absolutamente imprevisível e de consequências gravíssimas, bem como evidente motivo de força maior, os prazos previstos no Decreto nº 8.058, de 2013, poderão ser suspensos, com base no art. 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, de forma a garantir tempo adequado para a coleta e análise das informações necessárias às determinações da SDCOM.

Art. 8º Eventual suspensão dos prazos será feita de forma parcimoniosa, levando-se em consideração as necessidades de cada processo administrativo individualmente, bem como os princípios constitucionais da razoabilidade e da eficiência.

Art. 9º As mudanças temporárias de procedimentos apresentadas nesta Circular aplicar-se-ão, no que couber, a avaliações de interesse público e a investigações de subsídios e de salvaguardas globais ou bilaterais conduzidas pelo Brasil.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 54, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SECEX nº 52272.003143/2019-95 e do Processo SEI ME nº 19972.100135/2019-23 (Público) e 12120.101563/2018-74 (Confidencial), referentes à revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 75, de 27 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2014, aplicada às importações brasileiras de resina de polipropileno, comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum

do Mercosul - NCM, originárias da República da África do Sul, da República da Coreia (Coreia do Sul) e da República da Índia, decide:

Considerando o disposto na Circular SECEX nº 36, de 5 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 8 de junho de 2020, que suspendeu por dois meses, a partir de 17 de junho de 2020, a revisão de resina de polipropileno mencionada no caput, tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida revisão, iniciada pela Circular SECEX nº 52, de 27 de agosto de 2019, publicada no D.O.U. de 28 de agosto de 2019. A contagem do prazo para o fim da fase probatória será retomada a partir do dia 18 de agosto de 2020.

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	25/09/2020
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	15/10/2020
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	30/10/2020
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	19/11/2020
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	30/11/2020

2. Devido à impossibilidade de realização dos procedimentos de verificação in loco no caso em tela, a SDCOM prosseguirá, excepcionalmente, apenas com a análise detalhada de todas as informações submetidas pelas partes interessadas no âmbito da revisão de final de período do direito antidumping (Processo SECEX nº 52272.003143/2019-95) e da avaliação de interesse público (Processo SEI ME nº 19972.100135/2019-23 - Público e 12120.101563/2018-74 - Confidencial), buscando verificar sua correção com base na análise cruzada das informações protocoladas por cada parte interessada com aquelas submetidas pelas demais partes, bem como com informações constantes de outras fontes disponíveis a esta Subsecretaria.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 59, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria Executiva do CONFAZ recebeu dos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS os seguintes laudos de análise funcional das empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Agro-Comercial Afubra Ltda Rua Júlio de Castilhos, 1021, Centro Santa Cruz do Sul/RS CEP: 96.810-156	74.072.513/0001-44	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0242020 Nome: PDV Afubra Versão: 02.09 Código MD5: 250a80d3ca25898f6cde352f3739fc44 caixa Data do término da análise: 12/08/2020

b) Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Alterdata Tecnologia em Informática Ltda. Rua Prefeito Sebastião Teixeira, 227, Centro Teresópolis/RJ CEP: 25.953-200	36.462.778/0001-60	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FSO0072020 Nome: PDV ALTERDATA Versão: 6.1353.89.1 Código MD5: 351506BF52CB3612673EF48B81BCA702 Data do término da análise: 06/08/2020

II - Constatado "não conformidade":

a) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
H&S Hardware e Software Ltda Rua Pio XII, 464 - D, Centro Chapecó/SC CEP: 89.801-010	79.821.559/0001-32	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3572020 Nome: HSPDV Versão: 9.08.20 Código MD5: 1B1800853E423AE2A8A9ED2C7C74E1D3 Data do término da análise: 14/08/2020

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 28713/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46285.002152/2014-11, de interesse do SINTRAMMCARIRI - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e dos Arrumadores de Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Mauriti, Barbalha, Crato, Iguatu, Lavras da Mangabeira, Santana do Cariri, Várzea Alegre, Caririaçu, Aurora, Barro, Nova Olinda, Jardim, Jati, Penaforte, Porteiras, Assaré, Abaiara e Missão Velha, CNPJ 19.896.895/0001-12, com base no art. 22, incisos I e XI c\c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade no processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 24834/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46224.004089/2014-63, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Natuba/PB, CNPJ nº 20.418.897/0001-85, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 26983/2020/ME resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao STIG-LAGES- Sindicato dos trabalhadores da indústria gráfica, da comunicação gráfica e dos serviços gráficos de Lages e Região, CNPJ 78.478.302/0001-67, Processo 46220.007334/2014-24, para representar a Categoria Profissional das gráficas e dos serviços gráficos e comunicação gráfica compreendendo: os Trabalhadores nas Indústrias da Gravura, da Tipografia, e da Encadernação;- Trabalhadores em Indústrias de Carimbos e Clicherias em Geral; - de Produtos Impressos em Serigrafia (Silk-screen);- de Formulários Contínuos Convencionais e Eletrônicos e em Dados Variáveis, plano, jato, contínuo emailer; - de Produtos Gráficos Editoriais; - de Etiquetas e Rótulos Impressos, e Impressos Adesivos em Geral; -Trabalhadores em Reprografia (reprodução xerográfica e heliográfica);Impressão Digitalizada Eletrônica (Gráficas Rápidas)(cópias em impressoras tipo xerox) - Impressão Digital e Eletrônica Híbrida e em dados Variáveis; - em Empresas de Serviços Gráficos em Brindes Promocionais, Impressos Comerciais, Promocionais, e Impressos para Fins Publicitários e Impresso de Identificação em Geral; - em Empresas de Impressos de Segurança em Geral - tendo como definição as etapas das atividades gráficas de Pré-impressão, Impressão e Acabamento Gráfico, usando os sistemas de impressão que se utilizam das tecnologias de reprodução: fotoquímica-termoquímica - eletroquímica- jato de tinta -transferência térmica- eletrostática-relevografia - planográfica - escavográfica- permeográfica-digital e eletrônica, híbrida com conteúdo variável, flexoffset, ploter, reprográfica, holografia, talho doce, jato de tinta, relevografia, flexografia, tipografia, letterset, litografia, off-set, rotogravura, calcografia, tampografia, serigrafia por estênceis(silk-screen) hot-stamping, transfer,alta.-freqüência, aplicação de alto e baixo relevo; - de Produtos Gráficos para Acondicionamento;- Embalagens Impressas por qualquer processo; -Embalagens cartotécnicas semi-rígidas convencionais, cartuchos, semi-rígidas com ou sem efeitos especiais. Embalagens Impressas Laminadas em papelão ondulado. Embalagens Impressas Sazonais e Impressas em Suportes Metálicos, Embalagens impressas em suportes rígidos não celulósicos. Embalagens Flexíveis Impressas em Geral, Embalagens Flexíveis impressas laminadas, embalagens flexíveis em laminados plásticos impressos por qualquer processo, polímeros, rótulos plásticos encolhíveis, laminados sacos e sacolas, embalagens impressas metálicas em processo litográfico, metal gráfica (folhas deflan, etiquetas metálicas em pano, alumínio, couro, plástico, pvc); Materiais Escolares e de Papelaria, Impressos de Segurança em Geral; cheques, cautelas, títulos ao portador, selos postais, fiscais, cartões magnéticos gravados, cartão telefônico (phone card); e todas as atividades gráficas descritas no Grupo 9.2 e do Grande Grupo sete da C.B.O. - Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, e as atividades e produtos gráficos impressos relacionados no CONCLA, PRODLIST do CNAE -IBGE - Indústria da Transformação, Impressão e Reprodução de Gravações, Atividades de Impressão, Serviços de Pré-impressão e Acabamentos Gráficos, Reprodução de Material Gravado em qualquer Suporte, da mesma forma e nas tecnologias acima os trabalhadores que desenvolvem suas atividades profissionais gráficas nas Oficinas e Departamentos Gráficos situados nas Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas classificadas no 3" Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, inclusive os que exercem atividades no processo convencional a quente; e nos processos computadorizados a frio como: pré-impressão, impressão, fotomecânica, fotocomposição e editoração eletrônica, scaner, past-up, processamento e. Tratamento de imagem, composição e diagramação em terminal de vídeo em processos gráficos, digitação de material redacional, formatação e diagramação por programas de computação gráfica, como: Pagemaker, Corel-draw, Macintosh, Quark, Indesign, acabamento, expedição, remessa, entregadores, encartes manual e automático e como Categoria Profissional Gráfica Diferenciada nos termos do artigo 511 da CLT, Processo MTPS 319.819/73, DOU de 03 de Outubro de 1974, página11.23, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Capão Alto, Correia Pinto, Curitibanos, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta do Sul, Ponte Alta do Norte, São Joaquim, São José do Cerrito e Urupema, Estado Santa de Categoria, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos de Concórdia, CNPJ 00.558.942/0001-90, Processo 46220.000032/2013-44, excluindo de sua base territorial o município Campos Novos, do Estado Santa Catarina, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 47, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna público o novo prazo para apresentação de manifestações relativas à proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de FONTE E CONVERSORES (CA/CC) PARA BENS DE INFORMÁTICA, contida na Consulta Pública nº 45, de 4 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2020, Seção 1, página 64.

O texto referente à Consulta Pública nº 45/2020 está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consulta-ppb-2020

As manifestações deverão ser encaminhadas até o dia 4 de setembro de 2020 a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria SPE nº 115, de 13 de abril de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10166.724250/2020-51, resolve:

Art. 1°. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE.

CNPJ: 00.357.038/0001-16

PROJETO: Reforços em instalações de transmissão de energia elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314, de 22 de outubro de 2019), aprovado pela Portaria SPE nº 115/2020;

SETOR FAVORECIDO: Energia;

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 29/10/2019 a 29/06/2022;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria MME nº 199, de 29 de maio de 2018, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.760, de 05 de maio de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 18274.720027/2020-10, resolve:

Art. 1°. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: HIDROELETRICA RIO CLARO LTDA.

CNPJ: 10.654.917/0001-63

PROJETO: PCH Rio Claro, aprovado pela Portaria MME nº 199/2018;

SETOR FAVORECIDO: Energia;

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 01/04/2020 a 01/01/2022;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria SFPP nº 5.116, de 11 de dezembro de 2019, e o que consta do processo administrativo n° 10140.725100/2020-53, resolve:

Art. 1°. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: EGELTE ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 03.684.669/0001-38

PROJETO: Projeto de implantação da Malha Central da Ferrovia Norte-Sul, aprovado pela Portaria SFPP nº 5.166, de 11 de dezembro de 2019;

SETOR FAVORECIDO: Transportes;

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 01/2020 a 12/2025;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria SPE nº 168, de 06 de maio de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10120.734340/2020-87, resolve:

Art. 1°. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.

CNPJ: 07.779.299/0001-73

PROJETO: Reforços na subestação Itapaci (Resolução Autorizativa ANEEL 8.614, de 27 de fevereiro de 2020);

SETOR FAVORECIDO: Energia;

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 12/03/2020 a 28/02/2022;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, a Portaria SFPP nº 1.290, de 16 de junho de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10140.727680/2020-13, resolve:

Art. 1°. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: CONCESSIONARIA DA RODOVIA MS 306 S.A

CNPJ: 36.128.741/0001-08

PROJETO: Projeto para Concessão para Exploração da Rodovia Estadual MS-306 (Contrato de Concessão nº 02/2020 - Edital de Concessão Pública nº 01/2019 - SEINFRA/MS)

SETOR FAVORECIDO: Transportes;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a entrada e saída de aeronave no país, conforme o art. 26 do Dec. Nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso da competência estabelecida pelo §3 do artigo 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, conforme o disposto no art. 26 do decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista a solicitação constante do processo administrativo nº 11522.720065/2020-54 autoriza:

Art. 1º Operação de decolagem no Aeroporto Internacional de

Rio Branco-AC (SBRB), alfandegado em caráter eventual e temporário, por meio deste ato, exclusivamente para que possam ocorrer as atividades e os controles aduaneiros necessários dos seguintes voos:

Pouso

Evento: Operação de Pouso da Aeronave Cessna C-208B Caravan, Operador: Concret Mix SA;

Prefixo: ZP-GOB;

Procedência: Aeroporto Internacional Gal. Alfredo Vásquez Cobo - SKLT (Letícia/Colômbia);

Destino: SBRB;

Data e horário previstos para pouso: 16/08/2020 às 08h25 (local);

Pessoas a Bordo: 03 (três) tripulantes.

Decolagem

Evento: Operação de Decolagem da Aeronave Cessna C-208B Caravan. Operador: Concret Mix SA;

Prefixo: ZP-GOB;

Procedência: SBRB;

Destino: Aeroporto Internacional Viru Viru - SLVR (Santa Cruz/Bolívia);

Data e horário previstos para decolagem: 17/08/2020 às 09h25 (local);

Pessoas a Bordo: 03 (três) tripulantes.

Art. 2º O Aeroporto ora alfandegado fica sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal de Rio Branco/AC, que exercerá o controle aduaneiro no local.

Art. 3º Este ADE entra em vigor em 16 de agosto de 2020.

JERRY GEORGE N. SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 366, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência aos chefes de Divisão, do Serviço de Monitoramento dos Maiores Contribuintes (Semac), do Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac), e do Serviço de Controle Processual (Secop) da Superintedência da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 243, 336, 359 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto n° 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos chefes de Divisão, do Serviço de Monitoramento dos Maiores Contribuintes (Semac), do Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac), e do Serviço de Controle Processual (Secop) desta Superintendência e, em suas faltas e impedimentos, aos respectivos substitutos eventuais, para a prática dos seguintes atos, pertinentes às suas áreas de competência:

I - assinar e/ou expedir ofícios sobre assuntos de sua competência originária ou delegada;

II - decidir sobre a destruição de documentos afetos à sua área de atuação, observando os prazos de arquivamento previstos na Tabela de Temporalidade aprovada pela Portaria AN (Arquivo Nacional) nº 291, de 23 de novembro de 2016; e

III - determinar o arquivamento e o desarquivamento de processos físicos e outros documentos, observando a Tabela de Temporalidade aprovada pela Portaria AN (Arquivo Nacional) nº 291, de 23 de novembro de 2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SRRF04 nº 508, de 14 de setembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

PORTARIA Nº 62, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora (UG) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal e Unidades Administrativas (UAs) Vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020, publicada no D.O.U. de 27/07/2020, considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020 e na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Chefe da Equipe de Gestão Corporativa da Agência da Receita Federal do Brasil em Mossoró para praticar os atos necessários ao encerramento da UG 170335, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos e a transferência de gestão patrimonial.

Art. 2 º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam o artigo 1º desta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 3º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 4 º Os atos praticados em virtude da delegação prevista nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.720260/2019-11, resolve:

Autorizar o fornecimento de 33.264 (trinta e três mil, duzentos e sessenta e quatro) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº. 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08124/080, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
William Lawsons	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	33.264

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATO SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.003, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

RETENÇÃO. CONSTRUÇÃO CIVIL. OBRA. SERVIÇO. ÓRGÃO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

A responsabilidade solidária na contratação de obra de construção civil executada por meio de empreitada total por construtora não se aplica aos órgãos públicos da administração pública direta, suas autarquias e fundações de direito público, e, portanto, não se aplica também a retenção de contribuição previdenciária para fins de elisão da solidariedade na forma do art. 30, inciso VI, da Lei nº 8.212, de 1991.

Nos casos em que a atividade não se classifique como execução de obra por empreitada total, e sim como contratação de prestação de serviço de construção civil, nos termos do ANEXO VII da IN RFB nº 971, de 2009, é devida a retenção da contribuição previdenciária na forma do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 64, DE 23 DE JUNHO DE 2020, E Nº 14, DE 7 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, inciso VI e art. 31; Decreto 3.048, de 1991, arts. 219 e 220, § 3º, III; IN RFB nº 1.845, de 2018, arts. 2º, 3º, 4º e 7º; IN RFB nº 971, de 2009, art.142, art.149, II e VII, art. 151, § 2º, IV, art. 152, VIII, art. 155, art. 157, art. 158, art. 160, art. 164, § 3º, art. 322, incisos I, X, XIX, e XXVII, e Anexo VII.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

PORTARIA Nº 33, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora 170094 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha e Unidades Administrativas (UAs) Vinculadas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020, publicada no D.O.U. de 27/07/2020, considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020 e na Nota Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Chefe da Equipe de Gestão Corporativa da Agência da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas para praticar os atos necessários ao encerramento da UG 170325, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos e a transferência de gestão patrimonial.

Art. 2º Fica delegada competência ao Chefe da Seção de Programação e Logística desta Delegacia para efetuar notas de empenho e realizar pagamentos, na condição de Gestor Financeiro no Siafi, e praticar os demais atos relativos à execução orçamentária e financeira, no âmbito desta UG e da UG 170325, extinta e transformada em UA.

Art. 4 º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam os artigos 1º e 2º desta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 5º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 6 º Os atos praticados em virtude da delegação prevista nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados, no uso das atribuições acima citadas, a partir do dia 27 de julho de 2020 até a publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.277148/2020-77, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso I, artigo 5º e artigo 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica PETRORIO O&G EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ (matriz) nº 11.058.804/0001-68 e as filiais de CNPJ nº 11.058.804/0008-34, 11.058.804/0009-15 e 11.058.804/0010-59, para atuar como operadora, até o termo final, consignado no Anexo, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo Digital re nº 13031.277148/2020-77			
NOME /CAMPO	LOCALIZAÇÃO	Nº DO CONTRATO CESSÃO (ANP)	TERMO FINAL
TUBARÃO MARTELO (BM -C-39)	BACIA DE CAMPOS	48610.204185/2020-20	19/04/2039

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Desalfandegamento de recinto.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, com fundamento na competência estabelecida no parágrafo 1º do art. 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011; e considerando o acórdão regional nos autos do Processo nº 0804667-19.2018.4.05.8300 da Seção Judiciária da Justiça Federal em Pernambuco, que reformou a sentença de 1º grau revogando a decisão que beneficiava a parte autora; e tendo em vista o que consta dos Processos nº 10480.009371/96-06 e nº 10480.720261/2013-71, declara:

Art. 1º Desalfandegado, em virtude do fim da vigência do contrato de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Estação Aduaneira Interior firmado com a União em 25/05/1998 e seus aditivos, o recinto 4.91.32.01-6 situado na Rodovia BR 101-Sul, s/nº, km 93,4, em Ponte dos Carvalhos, município do Cabo de Santo Agostinho-PE, administrado pela empresa Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda., CNPJ 01.994.008/0001-83.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

PORTARIA Nº 46, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora (UG) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em BLUMENAU/SC e Unidades Administrativas (UAs) Vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC no uso das atribuições que lhe confere o art. 364, caput e § 1º, inciso I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27/07/2020, publicada no D.O.U. de 27/07/2020, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria ME nº 284/2020 e na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Delegar ao Chefe da Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itajaí-SC a competência para a prática dos atos necessários ao encerramento da UG ITAJAI-SC, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos e a transferência de gestão patrimonial.

Art. 2º Delegar ao Chefe da Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itajaí-SC, no âmbito da UG Itajaí-SC, a competência para efetuar notas de empenho e realizar pagamentos, na condição de Gestor Financeiro no SIAFI, bem como praticar os demais atos relativos à execução orçamentária e financeira.

Art. 3º Fica delegada competência ao Chefe da Seção de Programação e Logística desta Delegacia para efetuar notas de empenho e realizar pagamentos, na condição de Gestor Financeiro no Siafi, e praticar os demais atos relativos à execução orçamentária e financeira, no âmbito desta UG e das UAs vinculadas.

Art. 4 º No caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam os artigos 1º e 2º desta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 5º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 6 º Os atos praticados em virtude da delegação prevista nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados, até a publicação desta Portaria, pelo Chefe da Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itajaí-SC, necessários ao encerramento da UG ITAJAI-SC, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos, transferência de gestão patrimonial, emissão de notas de empenho e pagamentos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR tendo em vista o disposto nos arts. 1° e 7° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 4º e 9° a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1° Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência do término do prazo de 180 (cento e oitenta) prestações mensais, fixado no art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e art. 4º da Portaria PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, sem a correspondente liquidação do parcelamento.

Art. 2° É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, na rua Marechal Deodoro, 555, Curitiba/PR.

Art. 3° Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4° Este ADE entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS VINÍCIUS RINALDI

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Término do prazo de 180 prestações mensais, fixado no art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e art. 4º da Portaria PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, sem a correspondente liquidação do parcelamento.

CNPJ de pessoas jurídicas excluídas

72.394.950/0001-59
01.963.999/0001-37

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, I do Decreto nº 6.641 de 10 de novembro de 2008, artigo 6º, I, "b" da Lei nº 10.593 de 06 de dezembro 2002 e anexo I da Portaria RFB nº 1.098 de 08 de agosto de 2013 com redação dada pela Portaria RFB nº 176 de 24 de janeiro de 2020, declara:

A empresa R. M. MORAIS INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELÉTRICA - EIRELI, CNPJ nº 11.205.516/0001-99, passa a ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) INAPTA em decorrência de fatos descritos no processo administrativo fiscal nº 10930-727.288/2020-78 cujos enquadramentos são dispostos pelo artigo 41, II e incisos I e II do artigo 43 da Instrução Normativa nº 1.863 de 27 de dezembro de 2018 que regulamentam o art. 81, § 5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Tornam-se inidôneos, em favor de terceiros interessados, os seus documentos emitidos conforme artigos 46 e 48 da citada Instrução Normativa que apresentam outras sanções.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor no dia de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS LEITE SALVADOR

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS E BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Anexo VIII da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS E BENEFÍCIOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 e o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º Fica aprovado o Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, que altera as orientações de inscrição e os itens 1.1.55, 1.1.56, 3.1.53 e 3.1.54 do Anexo VIII, da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLOVIS BELBUTE PERES

ANEXO ÚNICO

INSCRIÇÃO

1.1 Inscrição da Entidade (Matriz) - Eventos 101, 105, 106, 107 e 110

O nome empresarial a ser cadastrado no CNPJ deve corresponder fielmente ao que estiver consignado no ato constitutivo da entidade, admitindo-se abreviações somente quando ultrapassar 150 (cento e cinquenta) caracteres.

A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deve solicitar sua inscrição no CNPJ sem acrescentar a respectiva partícula (ME ou EPP, conforme o caso) ao final do seu nome empresarial, juntando ao Documento Básico de Entrada (DBE) ou Protocolo de Transmissão a correspondente Declaração de Enquadramento registrada no órgão competente, quando tal informação não constar do próprio ato constitutivo.

No caso de partido político, o nome empresarial a ser cadastrado no CNPJ para os órgãos de direção nacional, estadual, municipal, regional (DF) ou zonal (DF) deve ser formado pelo nome do partido político, observando-se o seguinte padrão:

- Órgão de Direção Nacional: NOME DO PARTIDO - BRASIL - BR - NACIONAL
- Órgão de Direção Regional: NOME DO PARTIDO - NOME DO ESTADO - UF - ESTADUAL
- Órgão de Direção Local: NOME DO PARTIDO - NOME DO MUNICÍPIO - UF - MUNICIPAL
- Órgão de Direção Regional (DF): NOME DO PARTIDO - DISTRITO FEDERAL - DF - ESTADUAL

- Órgão de Direção Zonal (DF): NOME DO PARTIDO - ZONA ELEITORAL - DF - REGIONAL

1.1.55	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência do mandato/exercício.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei 9.096/95, art. 10º §2 alterado pela Lei 13.877/2019; Resolução TSE 23.571/2018, art. 20.
1.1.56	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327-1.	Data de registro da ata de designação no RCPJ ou data do início da vigência do mandato/exercício.	Ata de designação dos dirigentes, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	CF, art. 17; Lei 9.096/95, art. 10º §2 alterado pela Lei 13.877/2019, Resolução TSE 23.571/2018, art. 20.

3.1.53	Órgão de Direção Regional de Partido Político: NJ 326-3.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência do mandato/exercício.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei 9.096/95, art. 10 § 2º, arts. 27 a 29; Resolução TSE 23.571/2018, arts. 35 a 42.
3.1.54	Órgão de Direção Local de Partido Político: NJ 327- 1.	Data de registro da ata de extinção no RCPJ ou data do final da vigência do mandato/exercício.	Ata de extinção do órgão partidário, registrada no RCPJ do local da sua sede ou certidão de composição partidária emitida pela Justiça Eleitoral.	Lei 9.096/95, art. 10 § 2º, arts. 27 a 29; Resolução TSE 23.571/2018, arts. 35 a 42.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.007, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Ementa: A remessa de valores para pagamentos de serviços técnicos e de assistência técnica prestados por pessoas jurídicas situadas na República da Finlândia, independentemente de pertencerem ao mesmo grupo econômico da contratante no País, não sofre retenção do Imposto sobre a Renda na Fonte, segundo o Acordo Fino-Brasileiro para Evitar a Dupla Tributação e os critérios estabelecidos pela RFB para classificação desses pagamentos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SC COSIT Nº 109, de 2 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei no 5.172, de 1966, art. 98; Decreto nº 2.465, de 1998, art. 7; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 2014; Ato Declaratório Interpretativo RFB no 5, de 2014.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS SILVA
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 465, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607260/2020-78, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ nº 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 27 de março de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 466, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606861/2020-63

resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de POTTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 467, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com a alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.610864/2020-00, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de filial da SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 28 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 468, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com a alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 15414.610865/2020-46, resolve:

Art. 1º Aprovar os encerramentos e alterações de endereços de filiais da SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.558.996/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 29 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 469, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 15414.610866/2020-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de filiais da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 20 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 470, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 15414.610860/2020-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de filiais da SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ n. 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 29 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 471, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607101/2020-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MAPFRE VIDA S.A., CNPJ nº 54.484.753/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 31 de março de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 472, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o art. 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo SUSEP nº 15414.607222/2020-15, resolve:

Art. 1° Aprovar a eleição de membros titulares do conselho de administração de IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 11 de maio de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 475, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep 15414.609511/2020-59, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 60.853.264/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral ordinária e extraordinária realizadas em 16 de março de 2020:

I - aumento de capital social em R$ 5.507.355,00, elevando-o para R$ 181.270.125,00, dividido em 204.825 ações ordinárias, nominativas no valor de R$ 885,00.

II - reforma e consolidação do estatuto social

III - reeleição dos membros da diretoria

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 476, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.609238/2020-62, , resolve:

Art. 1° Aprovar a reeleição e eleição de membros para a diretoria de VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 42.582.049/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 18 de maio de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 477, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto o disposto nas Resoluções nºs 19, de 1978 e 17, de 1992, e o que consta do processo Susep nº 15414.611010/2020-32, resolve:

Art. 1° Aprovar o encerramento de filial na cidade de Novo Hamburgo-RS da SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo-SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 8 de julho de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos, para período encerrado em 30 de junho de 2020, o Relatório da Administração do Sistema BNDES e as demais peças das Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO E O COVID-19

O primeiro semestre de 2020 (1S20) foi caracterizado pela mudança de prognósticos para a economia mundial pelo choque contracionista trazido pela pandemia do COVID-19. Em consequência da pandemia e das medidas de controle de propagação adotadas (quarentenas, fechamento de fronteiras e cancelamento de vôos, fechamento de lugares públicos e proibição de eventos), o mundo experimentou a interrupção do fluxo cotidiano das atividades. Com impactos negativos sobre a economia tanto do lado da oferta (fechamento de unidades produtivas, cortes na produção e disrupção da cadeia produtiva) como do lado da demanda (incerteza, queda no consumo de serviços, redução drástica de viagens), a pandemia levou a uma drástica redução na atividade econômica em todo o mundo. As projeções para o PIB mundial de 2020 despencaram de um crescimento da ordem de 3,5% estimados em janeiro para uma retração de 5,5% em junho (média das projeções de FMI, OCDE e Banco Mundial).

No Brasil não foi diferente. Até o início deste ano, as projeções para a economia brasileira para 2020 consideravam a continuidade do processo de retomada gradual no ritmo da atividade econômica, na esteira de ajustes já realizados, como a reforma trabalhista (2017) e a da previdência (2019) e da agenda de reformas, como a tributária e a administrativa. Em meados de março/20, as projeções do Banco Central do Brasil (BACEN) indicavam crescimento do PIB na casa de 1,7% em 2020 e 2,5% em 2021. Em junho, porém, com o cenário radicalmente modificado pelo COVID-19, é esperada uma forte contração do PIB, seguida por uma recuperação gradual a partir do terceiro trimestre. As projeções mais recentes do BACEN estimam uma retração de 6,5% do PIB em 2020, com retomada de 3,5% em 2021.

Com os movimentos de aperto de liquidez e nervosismo do mercado internacional de divisas, precipitados pela pandemização do novo COVID-19, o câmbio tem apresentado comportamento extremamente volátil. A expressiva depreciação do Real, de aproximadamente 35% ao longo do 1S20, acompanhou o movimento observado nos países emergentes, com a tendência de migração de capitais para títulos soberanos de risco mínimo e aplicações com maior liquidez. Não obstante, o repasse da variação do câmbio para a inflação foi inferior ao registrado em outros momentos, em parte também por conta da queda generalizada nos preços internacionais de commodities minerais (em especial o petróleo) e na queda da demanda doméstica e mundial.

Assim, de um modo geral, os efeitos da pandemia sobre os preços foram deflacionários, com variação negativa no nível de preços no mês de maio de 2020 em 0,38%, levando o acumulado no ano a -0,16% e em 12 meses a 1,88%. A expectativas mais recente para o IPCA no ano de 2020 está em 1,6%, ficando em 3,0% em 2021. Não há, dessa forma, projeção de pressões inflacionárias. Para mitigar os efeitos recessivos do cenário advindo da pandemia, a Selic foi reduzida em 0,75% em maio e novamente em 0,75% em junho, para 2,25% ao ano, valor que representa sua mínima histórica. Os analistas de mercado projetam uma SELIC em torno de 2% nos próximos meses.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego vinha em trajetória lenta de queda desde o primeiro trimestre de 2019, alcançando, no último trimestre de 2019, o menor valor dos últimos quatro anos (11,0%). Já sob os primeiros efeitos da pandemia, a taxa de desemprego atingiu 12,9% no trimestre encerrado em maio de 2020. A população ocupada, que também apresentava desempenho positivo desde 2017, apresentou queda de 8,3% no mesmo trimestre. Pela primeira vez desde 2012 (início da série histórica da Pnad contínua), menos da metade da população brasileira em idade de trabalhar estava ocupada.

Em vista do aumento nos gastos associados aos programas de compensação, auxílio e suporte a trabalhadores e à comunidade implantados pelo governo federal em resposta à epidemia do COVID-19, a dívida bruta do setor público encerrou maio em trajetória ascendente, atingindo 81,9% do PIB. De outro lado, em função da desvalorização cambial observada e da manutenção do nível de reservas internacionais, a dívida líquida do setor público teve alta menos expressiva ao longo dos últimos meses, passando a 55% do PIB (dados divulgados em 30/06/20 pelo BACEN O mercado projeta um aumento neste indicador para 66,2% do PIB até o final de 2020. Espera-se um déficit primário de 10,2% do PIB e nominal de 14,9% do PIB ao final deste ano.

Nas contas externas, o Brasil apresentou um déficit em transações correntes de US$ 11,3 bilhões nos cinco primeiros meses de 2020, contra US$ 18,3 bilhões de déficit observados no mesmo período de 2019, em grande medida pela redução dos déficits tradicionalmente registrados nas contas primária e de serviços a partir da pandemia do COVID-19. Com esses resultados, a necessidade de financiamento externo segue em terreno confortável: a expectativa para o saldo comercial no ano é da ordem de US$ 53 bilhões, com investimento externo direto na casa dos US$ 57 bilhões, patamar mais que suficiente para cobrir o déficit em conta corrente do país, estimado para 2020 em US$ 13,5 bilhões.

Embora as consequências da crise sejam inequívocas, observa-se um país com posição de equilíbrio no resultado em conta corrente com o exterior em 2020, posição de reservas internacionais muito forte, ausência de pressões inflacionárias e taxas de juros em níveis mínimos históricos. São condições que, se devidamente reforçadas pela implementação da agenda de reformas após o fim da situação de emergência, poderiam pavimentar o terreno para uma recuperação segura do nível de atividade, com preservação do equilíbrio macroeconômico, nos próximos anos.

Para a retomada consistente da economia, o nível de investimentos no Brasil e a demanda por recursos do BNDES deverá voltar a crescer, depois de vários anos em queda influenciada pelo baixo nível de atividade econômica.

Após um bom início de ano, o mercado de capitais sentiu os reflexos da pandemia em março, com retração nas emissões devido ao ambiente de incerteza. No 1S20, o mercado de capitais sofreu uma queda de 13,6%, com captação de R$ 150,1 bilhões contra R$ 173,8 bilhões no mesmo período do ano passado. Em abril houve busca por emissão de títulos com prazos mais curtos, mais especificamente notas promissórias e debêntures, reforçando a necessidade de caixa no curto prazo. Apesar da pandemia, no mercado de ações as emissões no 1S20 foram de R$ 36,9 bilhões, contra R$ 24,2 bilhões do mesmo período de 2019. Para o segundo semestre, com a retomada ainda que gradual da economia, melhora nas perspectivas de crescimento e a busca de investidores por diversificação, dadas às taxas de juros em patamares mínimos históricos, as ofertas deverão ser retomadas.

Desta forma, a atuação complementar do BNDES focada em alguns nichos de mercado e com prazos mais longos, se revelou ainda mais importante durante a crise. A estratégia de venda de parte da carteira da BNDESPAR, que ocorreu anteriormente a crise, se mostrou acertada em momento em que a bolsa de valores demonstrou excessiva volatilidade

Importante ressaltar a atuação do BNDES para ajudar o País a enfrentar os efeitos econômicos e impactos sociais do COVID-19, por meio de diversas ações anticíclicas, dentre elas:

- "**Programa BNDES de Apoio Emergencial ao Combate da Pandemia do COVID-19"** - com orçamento de R$ 2 bilhões, o programa é voltado o aumento da oferta de leitos emergenciais, materiais, insumos, peças, equipamentos, componentes e produtos críticos para saúde. Empresas de outros setores que buscam converter suas produções em equipamentos e insumos para saúde também podem ser contempladas.

- **Ampliação da atuação do produto "BNDES - Crédito Pequenas Empresas**" - disponibilização de R$ 5 bilhões para micro, pequenas e médias empresas, com 24 meses de carência e prazo total de 60 meses, sem necessidade de especificação da destinação dos recursos. Trata-se de uma linha ativa e de ampla utilização pelos agentes financeiros credenciados, com modo de operação simplificado e que oferece crédito livre (empréstimo), compatível com a necessidade dessas empresas, importantes geradoras de emprego, no atual momento.

- **Suspensão temporária, por prazo de até seis meses, de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES**, nas modalidades direta e indireta. Essas medidas são essenciais para dar fôlego financeiro às empresas, evitando, portanto, maior disrupção das atividades e preservando empregos.

(continua)

(continuação)

- **Transferência de R$ 20 bilhões para o FGTS** - Medida emergencial, aprovada em março de 2020, de transferência de recursos do PIS-PASEP para o FGTS para auxiliar os trabalhadores afetados pela crise do COVID-19. Visa a reforçar o fundo e possibilitar saques de acordo com os critérios estabelecidos pelo governo federal.

- **Operacionalização dos financiamentos do Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE**, sob supervisão do Banco Central, conectando Tesouro Nacional e bancos repassadores nos termos da MP Nº 944 de 03 de abril de 2020.

Mais informações sobre as medidas tomadas pelo BNDES no enfrentamento do COVID-19 podem ser encontradas em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-o-covid-19.

2. DESTAQUES DA GESTÃO

Apresentamos, abaixo os principais destaques de gestão no 1S20.

BNDES e Qualcomm Ventures selecionam gestor para fundo de Internet das Coisas

A Indicator Capital foi selecionada como gestora de fundo de investimento em participações focado em startups que desenvolvam produtos e serviços para Internet das Coisas (ou IoT, do inglês Internet of Things).

A expectativa é que o fundo levante R$ 160 milhões para investir no Brasil em empresas em estágio inicial de desenvolvimento, sendo que o BNDES e a Qualcomm Ventures já se comprometeram a aportar até R$ 40 milhões cada.

Medida Provisória e Emenda Constitucional permitiram ao Banco exigir menos documentos durante a crise

Em maio, o Banco suspendeu até setembro a exigência de uma série de certidões para obtenção de recursos das suas linhas de crédito automático, Finame e as emergenciais, em linha com a Medida Provisória (MP) N° 958, de 24 de abril de 2020, e a Emenda Constitucional (EC) N° 106, de 7 de maio de 2020. A suspensão desburocratiza e reduz obstáculos para aqueles que necessitam obter recursos do BNDES durante a pandemia do novo COVID-19.

Banco estruturará desestatização dos portos de Santos e São Sebastião

O Banco e o Ministério da Infraestrutura assinaram contrato para realização de estudos dos novos modelos de gestão e exploração dos portos de Santos (SP) e São Sebastião (SP). A previsão é que os resultados dos estudos sejam conhecidos no primeiro trimestre de 2021 e que o leilão ocorra em 2022.

BNDES fará estudos para concessão de mais de 7 mil km de rodovias em 13 estados

O Banco assinou contrato com o Ministério da Infraestrutura (MInfra) para a realização de estudos técnicos referentes à estruturação de concessões rodoviárias. Os estudos vão contemplar 15 trechos rodoviários em 13 estados brasileiros, localizados nas cinco regiões, num total de 7.213,7 km, o que representaria um incremento de até 71% na atual malha federal concedida. A previsão é de que os primeiros resultados sejam apresentados no 1º trimestre de 2021 e que os leilões ocorram a partir de 2022.

Oferta pública de ações Petrobras

Como parte de sua estratégia de desinvestimentos de participações societárias em empresas listas na bolsa de valores, o BNDES vendeu em fevereiro parte das ações da Petrobras de sua propriedade, arrecadando R$ 22,06 bilhões brutos de impostos.

O BNDES possui atualmente 0,24% das ações ordinárias e 18,48% das ações preferenciais da Petrobras.

Maiores informações sobre essa operação podem ser encontradas em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/informacoes-sobre-oferta-publica-de-acoes-da-petrobras-brasileiro-sa.

Unificação dos Conselhos de Administração e Fiscal do Sistema BNDES

Em março foi deliberado que as três empresas do Sistema – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações (BNDESPAR) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) –, que já compartilhavam a mesma diretoria e a mesma estrutura de pessoal, compartilhariam também os mesmos integrantes dos conselhos. Anteriormente, as três empresas possuíam conselheiros de administração e conselheiros fiscais distintos.

Com isso, o número total de assentos dos Conselhos de Administração e Fiscal do Sistema BNDES cai de 45 para 17.

A medida desonera os processos decisórios e promove uma economia de quase dois terços no potencial de gastos com esses honorários pelo Sistema. Nos estatutos sociais de FINAME e BNDESPAR, foi incorporada a previsão de que os seus conselheiros não receberão honorários referentes à atuação nestas empresas, ou seja, apenas pela atuação no BNDES. Isso significa, somente em pagamentos, uma redução de até R$ 2,1 milhões ao ano. Para maiores informações, consulte https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-unifica-conselhos-para-melhorar-gestao-e-economizar-gastos.

Cessão temporária de funcionários

Visando à troca de conhecimentos e experiência, no final de 2019 o BNDES iniciou processo de cessão temporária de funcionários para outras instituições.

Em fevereiro foi finalizado o processo de seleção de 26 funcionários para atuarem na CVM por prazo máximo de até 2 anos. Eles desempenharão atividades relativas a Relacionamento Internacional, Normatização e Supervisão, Gestão de Projetos, Tecnologia da Informação, entre outras.

Em maio, o BNDES cedeu de forma temporária 6 funcionários ao IBGE e à SUSEP. Ao IBGE foram selecionados para vagas na área de Economia e Análises Setoriais, Desenvolvimento de Projetos e Negócios, dentre outras. Para a SUSEP, houve vagas para atividades de regulação, tecnologia da informação, dentre outras.

Lançamento do novo Relatório de Atividades do Fundo Amazônia

O Banco publicou em junho a nova edição do Relatório de Atividades do Fundo Amazônia. O documento traz informações sobre o funcionamento do fundo, doações recebidas, projetos apoiados e resultados alcançados até o final de 2019, sendo peça importante de transparência. Ele pode ser lido em http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Relatorio-de-Atividades-do-Fundo-Amazonia-2019/ .

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Política Operacional

Alinhado aos objetivos estratégicos (financeiros e de desenvolvimento) do BNDES, foram aprovadas, no primeiro trimestre de 2020, uma série de ações de aprimoramento no portfólio de soluções financeiras e serviços do Banco, conforme resumido a seguir. No segundo trimestre, foram direcionados esforços nas iniciativas associadas ao pacote de medidas emergenciais para empresas afetadas pela crise decorrente da propagação do COVID-19.

- **BNDES Serviços Estruturação de Projetos:** alterações no Produto com o intuito de regular os critérios de remuneração do BNDES em Projetos de Estruturação Imobiliários;

- **BNDES FINAME Direto:** Permissão de apoio de forma mais eficiente, por meio de liberações parciais, aos Grandes Equipamentos e Sistemas - GES, em sincronia com eventos de produção; ampliação do portfólio de Itens Financiáveis e da participação máxima no apoio, incentivando o aumento da atividade industrial; e maior alinhamento com o Produto Finame (Indireto), trazendo simplificações e alinhamento estratégico entre as linhas de apoio do BNDES;

- **BNDES Crédito Rural:** Introdução de uma solução financeira para o atendimento contínuo ao setor agropecuário, evitando-se, assim, o esgotamento de recursos ao longo do Ano Agrícola, em caráter complementar ao crédito rural já operado com recursos equalizados; e

- **Apoio a DEFESA:** Implementação da proposta oriunda do Grupo de Trabalho de Defesa, com objetivo de dar mais clareza e transparência aos itens de apoio, bem como a inclusão do setor “Base Industrial de Defesa” na “Linha Incentivada A”, de modo a equipará-lo ao setor “Segurança Pública”.

No segundo trimestre de 2020, os esforços de desenvolvimento de soluções de apoio financeiro foram direcionados para o lançamento de seis iniciativas como parte do pacote de medidas emergenciais para empresas afetadas pela crise decorrente da propagação do COVID-19.

(continua)

(continuação)

- **Capital de Giro Emergencial para Médias Empresas:** ampliação da oferta de capital de giro para grupos econômicos com faturamento anual de até R$ 300 milhões por meio da Linha BNDES Crédito Pequenas Empresas.

- **Programa BNDES de Apoio Emergencial ao Combate da Pandemia do COVID-19:** empréstimo emergencial para empresas que produzam localmente produtos relevantes para combater a pandemia e tratar os pacientes afetados; bem como empresas que precisam escalar rapidamente para prover serviços de saúde, tais como hospitais que precisam aumentar a disponibilização de leitos, equipamentos de ventilação mecânica e medicamentos. O Programa também apoia empresas que pretendam adaptar sua atividade produtiva regular para atuar excepcionalmente no fornecimento de produtos e serviços destinados ao combate de epidemia.

- **Programa BNDES Crédito Direto Emergencial (BNDES CDE):** oferta de capital de giro para atendimento às necessidades de liquidez de grandes empresas de setores ligados à saúde humana.

- **Programa BNDES Crédito Cadeias Produtivas (BNDES CCP):** oferta de capital de giro para grandes "empresas-âncora" de todos os setores da economia visando suprir a necessidade de liquidez de empresas MPMEs de suas cadeias ("empresas ancoradas").

- **Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro – BNDES PASS:** reedição do programa para oferta de capital de giro às empresas do setor sucroalcooleiro afetadas pela crise econômica.

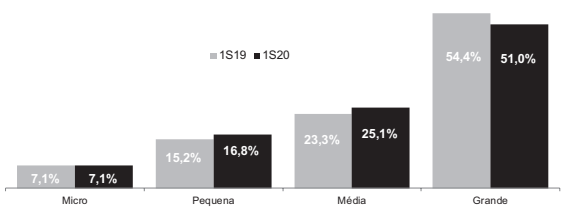
Desembolsos e impacto social estimado desses programas podem ser acompanhados em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-coronavirus/mais-informacoes/acompanhamento-medidas-emergenciais-contra-coronavirus.

Além das iniciativas do pacote de medidas emergenciais, vale destacar que no segundo trimestre de 2020 também foram renovados os programas agrícolas que fazem parte do Plano Safra 2020/2021.

3.2. Perfil dos Desembolsos

Apresentamos abaixo os desembolsos por porte, cuja classificação permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, considerado prioritário pelo BNDES, oferece condições especiais para facilitar o acesso destas empresas ao crédito.

Desembolsos por Porte (R$ milhões)



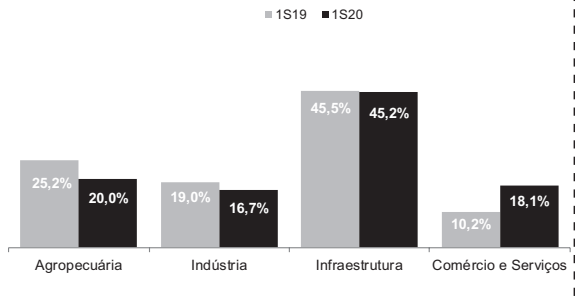
Classificação por porte*:
- Micro: menor ou igual a R$ 360 mil
- Pequena: maior que R$ 360 mil e menor ou igual a R$ 4,8 milhões
- Média: maior que R$ 4,8 milhões e menor ou igual a R$ 300 milhões
- Grande: maior que R$ 300 milhões

*Classificação conforme a receita operacional bruta anual de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.

Os desembolsos do Banco no 1S20 acumularam R$ 26 bilhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.

O número de operações alcançou 90.802 no 1S20, uma redução de 20,4% diante das 114.007 operações no 1S19. O número de operações com grandes empresas caiu 56,1% entre os períodos, seguido das quedas de 28,8% das operações com médias empresas, de 18,0% das operações com microempresas e de 15,6% das operações com pequenas empresas.

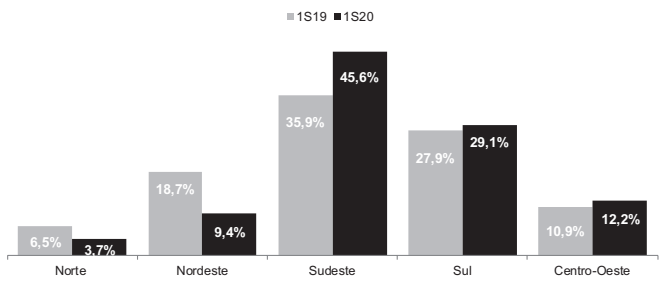
Desembolsos por Setor (R$ milhões)



No 1S20, destacam-se, no setor de infraestrutura, energia elétrica (52,0%) e os segmentos de transporte* (37,0%) e, no setor industrial, os desembolsos ao segmento de celulose e papel (21,7%).

*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Desembolsos por Região (R$ milhões)



No 1S20, destaque, em suas respectivas regiões, para os Estados de São Paulo (61,8%), Mato Grosso (51,9%), Paraná (44,4%), Bahia (41,0%) e Pará (41,0%).

Informações mais recentes e uma análise detalhada sobre a evolução dos desembolsos do BNDES podem ser consultados em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos.

4. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2015 divulgados pelo IBGE.[1] É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e

- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES (desembolsos e aumento de demanda final em R$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final [1]	Emprego		
			Direto	Indireto	Total
1S19	25.177	22.972	197	144	341
2019	55.314	51.517	470	323	793
1S20	26.030	24.511	216	152	368

Fontes: BNDES e IBGE
Autoria: BNDES, RJ, 2020
[1] Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

No 1S20, os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R$ 26 bilhões em valores correntes e representaram cerca de R$ 24,5 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 216 mil. O aumento de 9% desse indicador em relação ao resultado do 1S19 (197 mil) reflete a combinação do crescimento do volume desembolsado pelo BNDES no mesmo período de comparação (3% em termos nominais) com o aumento da participação da demanda final nos desembolsos totais (de 91% no 1S19 para 94% no 1S20).

Em relação à composição por tipo de emprego, a primeira metade de 2020 apresentou resultados próximos ao mesmo período de 2019, com 59% compostos por empregos diretos e 41% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia se manteve estável, passando de 14,9 em 2019 para 15 em 2020, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados não sofreu alterações significativas.

[1] Este relatório conta com estimativas da versão atualizada do MGE, que tem como referência o ano de 2015. Os resultados relativos a períodos anteriores a 2020 não substituem os informados em relatórios anteriores, mas servem de base de comparação para os números de 2020 gerados na nova metodologia.

(continua)

(continuação)

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) serviços prestados às empresas e às famílias e serviços de manutenção; (iii) comércio; (iv) agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca; e (v) máquinas e equipamentos e móveis e produtos das indústrias diversas. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, no 1S20, a cerca de 82% do total estimado para os recursos do BNDES.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R$ 4,962 bilhões no 1S20, o que representou uma queda de R$ 8,846 bilhões (64,1%) diante do mesmo período em 2019.

A redução do lucro entre os semestres foi influenciada, principalmente, pela queda do resultado com participações societárias (45,3%), com um menor volume de alienações no semestre, e pela redução de R$ 4,497 bilhões (49,3%) do resultado de intermediação financeira, em função da constituição de provisão para risco de crédito de R$ 2,271 bilhões, em virtude da pandemia do COVID-19.

Os ativos totais alcançaram R$ 747,872 bilhões em 30/06/20, um aumento de R$ 19,706 bilhões (2,7%) no semestre, explicado principalmente pelo ingresso de recursos do Tesouro Nacional para a execução do Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) e pelo efeito de variação cambial sobre a carteira de crédito e repasses. A carteira de crédito e repasses líquida, que representou 59,4% dos ativos totais em 30/06/20, registrou ligeiro crescimento de R$ 2,420 bilhões (0,5%) no semestre.

Em relação às fontes de recursos, FAT e Tesouro Nacional respondem por 40,6% e 28,2% do passivo total em 30/06/20, respectivamente. Destaques no semestre foram o ingresso de R$ 17 bilhões do Tesouro Nacional para a já mencionada execução do PESE, dos quais R$ 3,7 bilhões já aplicados, e a extinção e transferência integral de todos os recursos do PIS-PASEP (R$ 20,7 bilhões) para o FGTS.

A redução de R$ 6,316 bilhões (6,0%) do patrimônio líquido no exercício decorreu, principalmente, do ajuste negativo de avaliação patrimonial líquido de tributos, no valor de R$ 11,277 bilhões, atenuado pelo lucro líquido do semestre de R$ 4,962 bilhões.

5.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R$ milhões)	**1S20**	**1S19**	**Δ (%)**
Lucro Líquido	**4.962**	**13.808**	**(64,1)**
Produto da Intermediação Financeira	7.055	7.960	**(11,4)**
Provisão para Risco de Crédito	(2.271)	1.161	**295,6**
Participações Societárias	7.368	13.469	**(45,3)**
Despesas Tributárias [1]	(5.397)	(7.476)	**(27,8)**
Outras Despesas, líquidas	(1.793)	(1.306)	**37,3**

Posição Financeira (R$ milhões)	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**Δ (%)**	**30/06/2020**	**30/06/2019**	**Δ (%)**
Ativo Total	**747.872**	**728.166**	**2,7**	**747.872**	**799.345**	**(6,4)**
Carteira de Crédito e Repasses, líquida	444.261	441.841	**0,5**	444.261	470.643	**(5,6)**
Títulos e Valores Mobiliários [2]	68.414	81.338	**(15,9)**	68.414	80.406	**(14,9)**
Participações Societárias	77.328	114.430	**(32,4)**	77.328	105.323	**(26,6)**
Sociedades Não Coligadas	66.421	102.988	**(35,5)**	66.421	94.396	**(29,6)**
Sociedades Coligadas	8.715	8.948	**(2,6)**	8.715	8.890	**(2,0)**
Fundos de Investimentos em Participações	2.192	2.494	**(12,1)**	2.192	2.037	**7,6**
Disponibilidades	117.907	51.367	**129,5**	117.907	104.780	**12,5**
Outros Ativos	39.963	39.190	**2,0**	39.963	38.193	**4,6**
Passivo Total	**747.872**	**728.166**	**2,7**	**747.872**	**799.345**	**(6,4)**
Recursos de Terceiros	**649.377**	**623.355**	**4,2**	**649.377**	**699.727**	**(7,2)**
Tesouro Nacional [3]	211.122	199.747	**5,7**	211.122	272.928	**(22,6)**
FAT/PIS-PASEP	303.898	310.401	**(2,1)**	303.898	302.482	**0,5**
Outros Fontes Governamentais	36.185	31.807	**13,8**	36.185	32.297	**12,0**
Captações Externas	37.780	28.761	**31,4**	37.780	28.371	**33,2**
Letras Financeiras	637	2.499	**(74,5)**	637	2.430	**(73,8)**
Outras Obrigações	59.756	50.139	**19,2**	59.756	61.219	**(2,4)**
Patrimônio Líquido (PL)	**98.495**	**104.811**	**(6,0)**	**98.495**	**99.618**	**(1,1)**
PL/AT	13,2%	14,4%	**(8,5)**	13,2%	12,5%	**5,7**

Limites Prudenciais (%)	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**30/06/2019**
Índice de Basileia	37,0%	36,8%	37,0%	34,1%
Índice de Capital Principal	27,3%	26,7%	27,3%	24,4%
Índice de Capital Nível 1	27,3%	26,7%	27,3%	24,4%
Crédito (%)	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**30/06/2019**
Índice de Inadimplência (30 dias) [4]	0,94%	2,87%	0,94%	1,81%
Índice de Inadimplência (90 dias) [4]	0,46%	2,77%	0,46%	1,65%
Provisão / Carteira de Créd e Repasses	3,96%	3,15%	3,96%	2,96%
Índice de Cobertura (30 dias) [5]	4,24	1,10	4,24	1,63
Índice de Cobertura (90 dias) [5]	8,56	1,14	8,56	1,80
Índice de Renegociação [6]	37,99%	4,95%	37,99%	4,57%
Rentabilidade (%) [7]	**1S20**		**1S19**	
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio)	1,44%		3,64%	
Retorno s/ PL (LL / PLmédio)	13,83%		44,35%	

[1] Inclui tributos sobre o lucro.
[2] Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".
[3] Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.
[4] Créditos inadimplentes/carteira total
[5] Provisão/Créditos inadimplentes
[6] Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total. Considera renegociações no âmbito do standstill COVID-19.
[7] O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos o ajustes a valor jutos das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários no caso do retorno s/ PL.

5.2. Posição Financeira

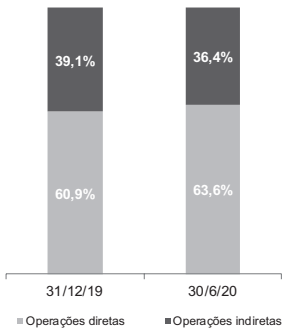
Operações de Crédito e Repasses

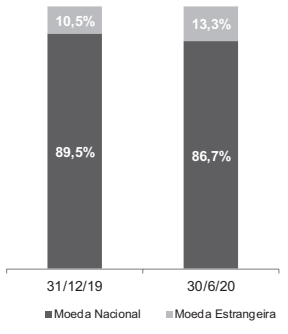
Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, denominadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, denominadas operações de repasses.

A carteira bruta de operações de crédito e repasses totalizou R$ 462,588 bilhões em 30/06/20, que líquida de provisão para risco de crédito no montante de R$ 18,327 bilhões, respondeu por 59,4% do ativo total na mesma data.

O ligeiro aumento de R$ 2,420 bilhões (0,5%) da carteira líquida no semestre foi influenciado sobretudo pela apropriação de juros e correção monetária, e pela variação cambial ocorrida no período, impactada pela instabilidade do atual cenário econômico, atenuado pelo retorno das operações de crédito e repasses continuarem superiores aos desembolsos, no montante de R$ 25,5 bilhões no período.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses





Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira mínima de 0,15% a.a. (operações contratadas após 09/05/2018).
Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

TJLP e o Dólar norte-americano são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 59,7% da carteira em moeda nacional* e 96,6% da carteira em moeda estrangeira em 30/06/20.
*Inclui operações equalizadas pelo TN.

Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 30/06/20, a provisão para risco de crédito atintigu R$ 18,327 bilhões, representando um aumento de 27,6% em relação ao fim de 2019. Isso decorreu sobretudo da necessidade de efetuar provisões devido ao cenário

(continua)

(continuação)

de incerteza causado pela pandemia.

O índice de cobertura, relação que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), apresentou crescimento no exercício, passando de 1,10 em 31/12/19 para 4,24 em 30/06/20.

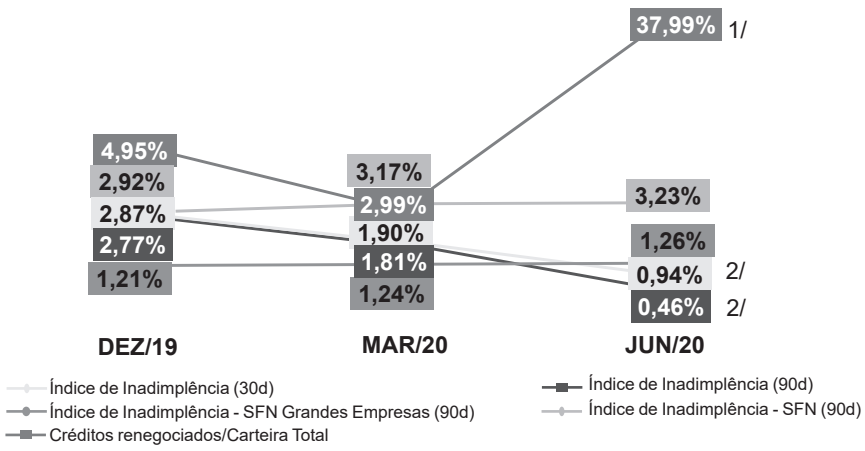
Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses 30/06/2020

Níveis de Risco	Sistema BNDES	SFN [1 2 3]	Instituições Financeiras Privadas [2 3]	Instituições Financeiras Públicas [2 3]
AA - C	92,2%	90,9%	91,1%	90,8%
D - G	5,9%	5,9%	5,7%	6,1%
H	1,9%	3,2%	3,2%	3,1%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

[1] Sistema Financeiro Nacional
[2] Fonte: BACEN
[3] Em 31 de março de 2020. Última informação disponivel.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 92,2% da carteira total em 30/06/20. Essa posição, superior à média do SFN, que foi de 90,9% em 31/03/20.

Inadimplência e Renegociação (%)



1/ Desconsiderando as renegociações no âmbito do Standstill COVID 19, o Indicador rm Jun/20 seria de 6,57%.
2/ Informação de Mar/20, ultima informação disponível

Ao final do 1S20, o índice de inadimplência do BNDES ficou abaixo do índice do SFN. A redução em relação ao fechamento do exercício de 2019 deve-se principalmente à adimplência de ente público.

O indicador de renegociação do Sistema BNDES foi fortemente impactado no 2º trimestre de 2020 pelas renegociações no âmbito do Programa Standstill – COVID-19 (R$ 145,4 bilhões), programa emergencial de suspensão temporária de amortizações pelo período de até seis meses. O indicador de 37,99% em junho de 2020 passa a 6,57% quando essas operações são desconsideradas.

Maiores informações sobre essa suspensão de pagamentos, conhecida no mercado como standstill, podem ser consultadas em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/suspensao-de-pagamentos.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos federais, que representavam 15,6% e 78,5%, respectivamente, da carteira de R$ 68,414 bilhões em 30/06/20.

A carteira de títulos públicos federais apresentou uma redução de R$ 8,807 bilhões (14,1%) no semestre em função de alienações realizadas no período e de ajuste negativo a valor justo. Também houve queda na carteira de debêntures, no montante de R$ 1,367 bilhão (11,3%), em função basicamente de ajuste negativo no valor justo, de resgate programado de uma operação e de uma conversão em ações, atenuada por novas aquisições.

Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

Do total da carteira em 30/06/20, 85,9% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 11,3% em sociedades coligadas, e os 2,8% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R$ 77,328 bilhões em 30/06/20, uma queda de R$ 37,102 bilhões (32,4%) no semestre tendo como principal razão a oferta pública de ações da Petrobras[2] e a desvalorização da carteira de participações em sociedades não coligadas, especialmente dos investimentos na Petrobras, Eletrobras e Suzano.

A carteira de participações em coligadas alcançou R$ 8,715 bilhões em 30/06/20, mantendo-se no mesmo patamar de 31/12/19.

Os fundos[3] de participações apresentaram variação negativa de 12,1% no semestre devido principalmente a desinvestimentos feitos no período.

Mais informações sobre as participações societárias do BNDES podem ser encontradas em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/carteira-acionaria.

Disponibilidades

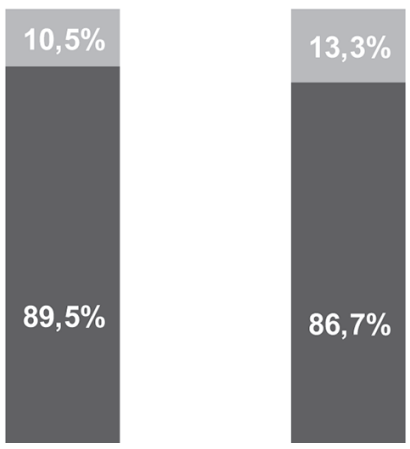
O crescimento de R$ 66,540 bilhões (129,5%) no semestre decorre principalmente do retorno das operações de crédito, superiores em R$ 25,5 bilhões aos desembolsos, do ingresso de R$ 17 bilhões de recursos do Tesouro Nacional para a execução do Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) e da alienação de investimentos no montante de R$ 23,8 bilhões no primeiro trimestre, notadamente referente à oferta pública de ações da Petrobras.

Outros Ativos

Composto, principalmente, por créditos tributários/tributos a recuperar (R$ 22,747 bilhões) e direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R$ 10,334 bilhões), com um montante de R$ 39,963 bilhões em 30/06/20, apresenta saldo estável em relação ao fim do exercício de 2019.

Fontes de Recursos

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 13,2% de recursos próprios e 86,8% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representam 73,6% do passivo total em 30/06/20. No segundo trimestre aconteceu a transferência integral dos recursos do PIS-PASEP, no montante de R$ 20,7 bilhões, para a Caixa Econômica Federal, conforme MP 946/20 de 07/04/20 que determinou a extinção do Fundo PIS-PASEP e a transferência de seus recursos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como uma das medidas do Governo Federal para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.



Mais informações sobre as fontes de recursos do BNDES podem ser encontradas em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/fontes-de-recursos

Fluxo de Caixa por Fontes de Recursos

No 1S20, o retorno das operações de crédito (recebimento de principal e juros da carteira de crédito) permanece como principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento dos compromissos do BNDES, incluindo o cumprimento do orçamento de desembolsos. A redução na importância relativa dessa rubrica, quando comparada ao observado no mesmo período de 2019, deveu-se à concessão de suspensão temporária de pagamentos de juros remuneratórios e principal (standstill) para parcela relevante dos clientes do Banco e também ao aumento

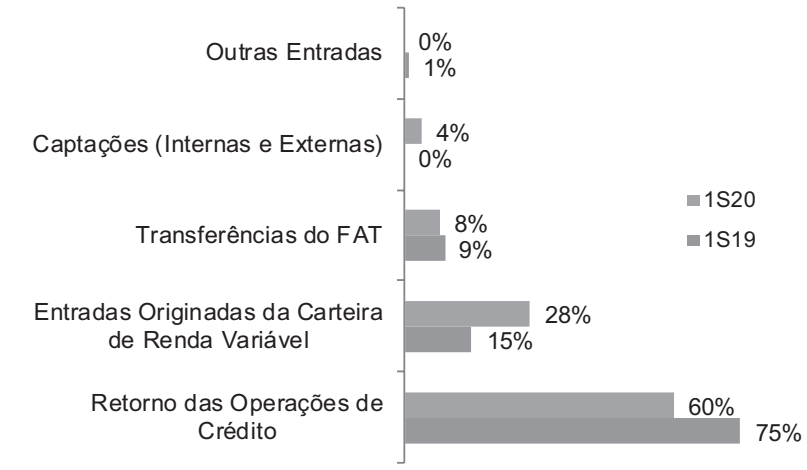
[2] Maiores informações sobre essa operação podem ser encontradas em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/informacoes-sobre-oferta-publica-de-acoes-da-petrobras-brasileiro-sa.

[3] Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.3 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao fim do segundo trimestre de 2020.

(continua)

(continuação)

nas entradas originadas da carteira de renda variável, decorrente especialmente da venda de participação acionária na Petrobras.



5.3. Resultado

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquido da provisão para risco de crédito.

A redução de R$ 4,497 bilhões (49,3%) do resultado da intermediação financeira ante o 1S19 decorreu, principalmente, da necessidade de constituição de provisão para risco de crédito em função do contexto da pandemia da COVID-19, que afetou diversos setores da economia.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R$ 7,055 bilhões no 1S20, uma redução de R$ 905 milhões (11,4%) em relação ao 1S19 como reflexo, principalmente, das menores receitas com operações compromissadas e títulos públicos federais, dada a queda significativa da taxa SELIC.

Provisão para Risco de Crédito

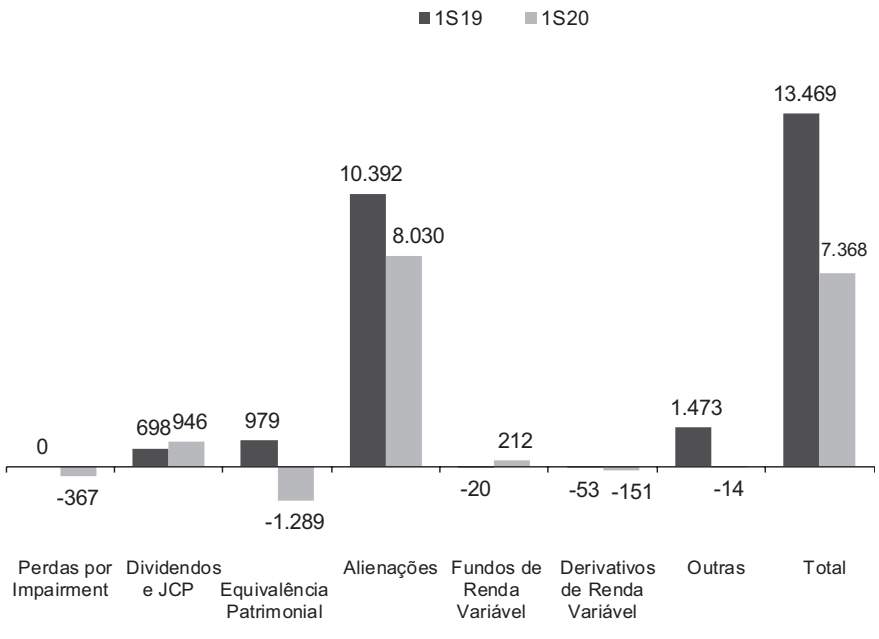
O BNDES constitui provisão para risco de crédito segundo os critérios previstos na Resolução CMN Nº 2.682/99.

A provisão para risco de crédito passou de uma receita de R$ 1,161 bilhão no 1S19 para uma despesa de R$ 2,271 bilhões no mesmo período de 2020, devido à maior necessidade de provisionamento dada a deterioração do ambiente econômico que foi amplamente impactado pela pandemia da COVID-19 em 2020.

Resultado com Participações Societárias

O Resultado com Participações Societárias compreende: receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (impairment) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

A queda de R$ 6,101 bilhões (54,8%) do resultado com participações societárias em relação ao mesmo período do exercício anterior foi provocada, principalmente, pela redução do resultado com alienações, pelo resultado negativo de equivalência patrimonial e de outros resultados com participações societárias, além de aumento nas perdas com impairment, atenuados pelo crescimento das receitas com dividendos e JCP



Alienação de investimentos

O resultado com alienações de investimentos alcançou R$ 8,030 bilhões no 1S20, uma redução de R$ 2,362 bilhões (22,7%) diante do mesmo período de 2019.

Os principais desinvestimentos realizados no período foram de participações de Petrobras e Light, que geraram resultado de R$ 7,834 bilhões, o equivalente a 97,6% do total. Em relação à participação no capital após essas alienações, o Sistema BNDES alterou sua participação no capital da Petrobras de 13,9% em 31/12/19 para 8,07% em 30/06/20.

Equivalência Patrimonial

O resultado com equivalência patrimonial foi uma despesa de R$ 1,289 bilhão no 1S20, uma redução de R$ 2,268 bilhões (231,7%) em relação ao 1S19, refletindo resultado negativo apurado por uma coligada.

Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

O crescimento de R$ 248 milhões (35,5%) da receita com dividendos e JCP entre os períodos é explicado principalmente pelo aumento dessa receita advinda da Vale e da Petrobras, num montante conjunto de R$ 906 milhões.

Resultado com fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. No 1S20, o resultado foi um ganho de R$ 212 milhões contra uma despesa de R$ 20 milhões no mesmo período de 2019, em função de maior valorização de cotas no resultado.

Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.3 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao período encerrado em 30/06/20.

Despesa com provisão para perdas em investimentos (impairment)

O reconhecimento das perdas com impairment é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes.

No 1S20, houve necessidade de constituição de provisão para perdas por impairment no montante de R$ 367 milhões, enquanto não houve necessidade de constituição de provisão no mesmo período de 2019.

Resultado com derivativos de renda variável

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

A piora de R$ 98 milhões (184,9%) do resultado com derivativos de renda variável entre os semestres decorreu da queda nos resultados dos derivativos embutidos em debêntures que passaram de um resultado positivo de R$ 260 milhões no 1S19 para um resultado negativo de R$ 157 milhões no mesmo período de 2020.

Outros resultados com participações societárias

Os outros resultados com participações societárias saíram de um ganho de R$ 1,473 bilhão no 1S19 para uma despesa de R$ 13 milhões no mesmo período de 2020. O resultado em 2019 foi positivamente impactado pelo valor de R$ 1,461 bilhão referente à diferença entre o custo das ações da Fibria e o valor de mercado das ações da Suzano, no âmbito do processo de incorporação da Fibria pela Suzano, ocorrida no primeiro trimestre de 2019.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

A queda de R$ 2,079 bilhões (27,8%) das despesas tributárias no 1S20 reflete o decréscimo no lucro tributável em relação ao 1S19.

(continua)

(continuação)

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

O aumento de R$ 487 milhões (37,3%) entre os semestres foi provocado principalmente por despesa, reconhecida no segundo trimestre de 2020, referente à provisão para redução a valor recuperável de direitos relacionados a processos contenciosos judiciais e administrativos, no valor de R$ 436 milhões.

5.4. Informação por Segmento

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "Financiamentos"; (ii) "Participações Societárias"; e (iii) "Tesouraria/ALM" (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management - ALM).

O apoio financeiro através de instrumentos de financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por financiamentos e repasses, além de Debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, a despeito de o primeiro trimestre de 2020 ter sido significativamente impactado por alienação de ações de Petrobras pelo BNDES.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de funding entre os segmentos de negócio.

A partir de junho de 2020, as despesas administrativas, com pessoal e tributárias, assim como os ativos corporativos, passaram a ser alocados integralmente aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES e com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Permanecem classificados como "Não Alocado" apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas. Para fins de comparabilidade, os mesmos critérios foram aplicados às informações de 2019.

Resultado e Ativos por Segmento

Segmento	1S19					1S20				
	Ativos		Resultado			Ativos		Resultado		
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	Retorno Médio	R$ milhões	%	R$ milhões	%	Retorno Médio
Financiamentos 1/	487.631	62,5%	2.743	20,1%	0,59%	459.502	63,3%	727	14,5%	0,16%
Participações Societárias 1/	108.256	13,9%	7.062	51,8%	6,46%	79.455	10,9%	2.503	49,7%	2,91%
Tesouraria/ALM	183.769	23,6%	3.840	28,1%	1,94%	186.923	25,8%	1.801	35,8%	1,07%
Alocado	**779.656**	**100,0%**	**13.645**	**100,0%**		**725.880**	**100,0%**	**5.031**	**100,0%**	
Não alocado	19.689		163			21.992		(69)		
Total	**799.345**		**13.808**			**747.872**		**4.962**		

1/ Inclui provisão para perdas.

O resultado do segmento de financiamentos apresentou decréscimo em relação ao 1S19, por conta de (i) provisão para risco de crédito reconhecida no 1S20, no montante de R$ 1,8 bilhão, já explicada, (ii) redução da carteira de crédito e repasses pela manutenção do cenário de menor demanda por financiamentos; e (iii) redução da taxa SELIC, que remunera parcela importante dos ativos do BNDES.

O resultado do segmento de participações societárias também apresentou decréscimo, apesar do ganho bruto com alienações de ações de R$ 8,0 bilhões no 1S20, inferior ao do 1S19, ao resultado negativo de equivalência patrimonial e às perdas por impairment registradas no 1S20 Este efeito foi atenuado pela menor despesa de captação alocada, principalmente em função de redução na taxa Selic.

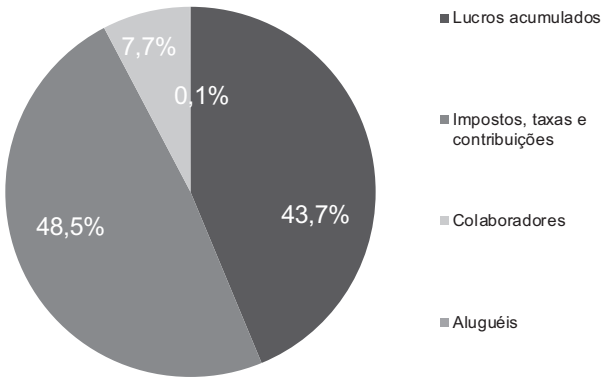
Já a redução no resultado do segmento de tesouraria[4] / ALM também decorre da redução na taxa (Selic média mensal de 0,29% no 1S20 ante 0,51% no 1S19) e do saldo médio dessa carteira.

O resultado não alocado é composto apenas dos efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

5.5. Geração e Distribuição de Valor

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES no 1S20 foi de R$ 11,344 bilhões, inferior aos R$ 22,327 bilhões gerados e distribuídos em no mesmo período em 2019 devido à queda do resultado com alienações e à constituição de provisão para risco de crédito já citadas.

O gráfico demonstra a distribuição da riqueza gerada pelo BNDES no 1S20. Desse total distribuído, 48,5% foram destinados à União, na forma de tributos federais.



[4] Nos termos da Política Financeira vigente, a gestão da carteira de tesouraria do Sistema BNDES visa: (i) assegurar a liquidez necessária para honrar os compromissos assumidos; (ii) administrar a exposição das aplicações do caixa aos riscos de mercado e crédito; e (iii) buscar atingir uma rentabilidade da carteira de tesouraria compatível com a meta de rentabilidade estabelecida para o Sistema BNDES. Esta carteira é composta principalmente por títulos públicos, aplicações em operações compromissadas, debêntures para negociação e aplicações em carteira de câmbio.

6. *RATING*

Em 2020, a S&P rebaixou a perspectiva para o rating de 15 instituições financeiras brasileiras ou que atuam no Brasil de "positiva" para "estável", incluindo o BNDES, como pode ser visto na figura abaixo:

Agência de Rating	Rating Escala Global	
	Longo Prazo	
	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
Moody's	Ba2 (Estável)	Ba2 (Estável)
S&P	BB- (Estável)	BB- (Estável)

7. CIRCULAR BACEN nº 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 30/06/20, no montante de R$ 5,732 bilhões, o equivalente a 8,4% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS, CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES no 1S20, destacaram-se:

a) Gestão Integrada

- Formalização do modelo interno para cálculo do capital econômico de risco operacional;
- Atualização do Relatório ICAAP, com o planejamento de capital para o período 2020-2022;
- Desenvolvimento de modelos de cálculo de risco de mercado e de risco de crédito para os segmentos econômicos de Tesouraria e Renda Variável do BNDES, que permitirão o aprimoramento dos cálculos de indicadores de retorno ajustados ao risco.

b) Compliance

- Implantação da Corregedoria no BNDES no 1S20;
- Aprimoramento das medidas de PLD/CFT, incluindo a realização de testes de integridade, e fortalecimento dos controles associados ao monitoramento contínuo reforçado sob a ótica de integridade;

(continua)

(continuação)

- Aprimoramento da solução para a gestão da captura de normas externas, com o apoio de software contratado;
- Incremento da meta de conformidade no âmbito do monitoramento continuo de aspectos normativos dos processos de negócio e de suporte ao negócio;
- Aprimoramento da solução para formulação e divulgação de normas internas, com o apoio de software contratado; e,
- Coordenação de Grupo de Trabalho para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

c) Processos

- No âmbito do CGPS (Comitê de Gestão do Processo de Concessão e Sistemas Associados), atendimento a recomendação do TCU para que o monitoramento da eficácia e da efetividade das operações ocorra desde o início do apoio financeiro, de forma articulada com o acompanhamento da implementação/execução do objeto financiado, bem como com a avaliação das entregas parciais estabelecidas no Quadro de Resultados;
- De forma a garantir a tempestividade do apoio às ações emergenciais no âmbito da Pandemia do COVID-19 e a efetividade dos Programas lançados pelo BNDES, desenvolvimento de novos processos para agilizar o fluxo operacional, sem prescindir de critérios de controle e governança, tais como a Esteira de Crédito Emergencial criada especificamente para as operações dos Programas Emergenciais protocoladas até 30/09/20; e,
- No que tange aos fluxos de concessão de crédito: (i) criação da Nova Esteira de Crédito para Operações Não Reembolsáveis; (ii) definição de condições transitórias para operacionalização dos Produtos Finame Direto e EXIM Pré-embarque Direto na Esteira Automática; e (iii) alocação do primeiro Produto na Esteira Simplificada do processo de concessão de crédito.

d) Segurança da Informação

- Implantação de serviços especializados para o monitoramento, detecção e correlação de eventos de segurança cibernética e para gestão de vulnerabilidades;
- Execução, por empresa especializada, de testes de invasão;
- Execução de ações de comunicação para orientação dos empregados sobre boas práticas de Segurança da Informação durante o trabalho remoto;
- Implantação de plataforma para apoiar o compartilhamento de indicadores de comprometimento (IOC) de segurança e de inteligência cibernética com equipes de tratamento de incidentes de outras instituições; e
- Revisão da Política Corporativa de Segurança da Informação e dos Planos Estratégico de Segurança da Informação para o ciclo 2020-2022 e de Resposta e Tratamento de Incidentes de SI.

Além das medidas acima, encontram-se em execução:

- Contratação de licenças para expansão da plataforma de gestão de identidades, com vistas à gestão integrada de acessos aos principais sistemas internos;
- Estudo para adoção de plataforma de treinamento em segurança da informação com uso de técnicas de gamificação;
- Implantação de uma solução tecnológica para facilitar o tratamento de casos de incidentes cibernéticos de forma integrada com as ferramentas de monitoração e de compartilhamento de indicadores de segurança; e,
- Desenvolvimento de casos de uso do sistema de revisão de acessos (RAC) para permitir também a concessão e a revogação de acessos aos principais sistemas internos.

e) Risco Operacional e Controles Internos

- Avaliação dos riscos operacionais relacionados às ações emergenciais promovidas pelo Sistema BNDES no combate à crise econômica decorrente do COVID-19;
- Realização das ações planejadas no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios, de modo a possibilitar o trabalho remoto de todos os empregados da Instituição, mantendo assim a continuidade dos processos no contexto da pandemia de COVID-19;
- Formalização do modelo interno para cálculo do capital econômico de risco operacional;
- Atualização da Matriz de Riscos Operacionais do Sistema BNDES considerando a conclusão da reavaliação dos riscos operacionais em todas as Áreas e a efetividade dos planos de ação realizados; e,
- Revisão de metodologias que apoiam o processo de gestão de risco operacional, dentre as quais destacam-se: identificação de riscos de fronteira e realização de testes de estresse.

f) Riscos de Mercado e de Liquidez

- Aprimoramentos diversos das metodologias de marcação a mercado de operações financeiras;
- Implantação de novo procedimento de classificação em hierarquia de valor justo e análise de sensibilidade dos inputs nas mensurações a valor justo;
- Implantação de procedimento de reporte de marcação a mercado para fundos exclusivos e Debêntures Mantidas a Custo;
- Apoio na revisão dos limites de risco de mercado (VaR) das carteiras gerenciais do BNDES; e,
- Aprimoramento na metodologia de cálculo de risco de taxa de juros para operações classificadas na carteira bancária.

g) Risco de Crédito

- Aprovação de metodologia que calcula a contribuição das exposições da carteira ao capital econômico em um modelo de simulação;
- Aprovação do aprimoramento da metodologia de estimativa do parâmetro de Perdas dado o Default (LGD), com aplicação para o cálculo do capital econômico e de calibração dos spreads de risco de crédito;
- Divulgação do primeiro relatório de requerimento de informações no padrão exigido pela Circular BACEN nº 3.930/19 (Relatório de Pilar 3);
- Auto-avaliações de necessidade de capital no âmbito do relatório ICAAP;e,
- Implementação de melhorias na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN.

Em 30/06/20, o BNDES se apresentou enquadrado nos requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 36,99%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 27,26%, todos acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

R$ milhões, exceto percentuais

Recursos próprios e Basileia	Basileia III		
	31/12/2018	31/12/2019	30/06/2020
Patrimônio de Referência - PR	**166.805**	**191.684**	**180.260**
= Capital Nível 1 (N1)	114.126	139.005	132.849
(+) Capital Principal (CP)	114.126	139.005	132.849
(+) Capital Nível 2	52.679	52.679	47.411
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**574.956**	**521.228**	**487.376**
= Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	468.555	450.484	429.649
(+) Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	70.110	26.847	19.457
(+) Risco Operacional (RWA_{OPAD})	36.291	43.896	38.269
Risco de Juros da Carteira Bancária (R_{ban})	3.784	5.882	2.670
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	**29,01%**	**36,78%**	**36,99%**
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	**19,85%**	**26,67%**	**27,26%**
Índice de Capital Nível 1 (N1/RWA)	**19,85%**	**26,67%**	**27,26%**

O aumento do Índice de Basileia é explicado pela redução dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) de R$ 33,8 bilhões (6,5%), a despeito da queda do Patrimônio de Referência, quando comparado a dezembro de 2019.

Informações adicionais serão divulgadas no Relatório de Pilar 3, disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3.

9. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e por sua Secretaria-Executiva (SECET/BNDES).

(continua)

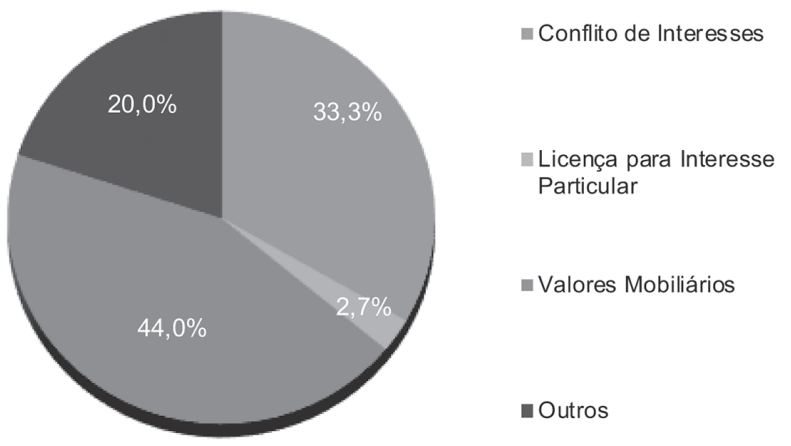
(continuação)

Em 2020, o BNDES, como coordenador do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, participou ativamente da elaboração do Guia de Boas Práticas para Gestão da Ética, em conjunto com as demais empresas estatais federais partícipes deste Fórum. Este Guia contempla princípios, práticas e orientações para contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da gestão da ética, tendo sido destacado pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), em seu Boletim Informativo n.º 21, de abril deste ano.

Vale destacar que a assunção da coordenação do Fórum, posição de relevo no Sistema da Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, fez parte do planejamento estratégico da CET/BNDES para que os temas que são relevantes e fazem parte da realidade da Instituição sejam inseridos na agenda das discussões perante a CEP, fortalecendo a gestão da ética no BNDES e a segurança na atuação da CET/BNDES.

No 1S20, a CET/BNDES procedeu à abertura de 75 (setenta e cinco) Procedimentos Preliminares, assim distribuídos:

Perfil dos Procedimentos Preliminares



10. OUVIDORIA

A Ouvidoria proporciona ao público um canal de comunicação ativo junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

Trata-se, portanto, de um importante instrumento para aprofundar e municiar o debate estratégico interno da Instituição a partir de um ponto de vista privilegiado, construído através da análise dos atendimentos prestados à sociedade, de forma geral, e ao público específico do BNDES.

O 1S20 foi naturalmente bastante atípico. A sociedade brasileira, diante da pandemia de COVID-19, fez legítimas cobranças de ações anticíclicas por parte do BNDES e procurou entender as importantes medidas desenvolvidas pelo Banco para tentar mitigar os efeitos da crise econômica decorrente do surto mundial de COVID-19.

O canal da Ouvidoria foi de extrema relevância para deixar claro à sociedade o árduo trabalho do BNDES para poder apoiar o trabalhador e o empreendedor direta e indiretamente, ajudando na manutenção de milhões de empregos com aumento da capacidade financeira e preservação de milhares de empresas.

Importante destacar que tão somente nos meses após a decretação da pandemia de COVID-19, quais sejam, março e abril de 2020[5], a Ouvidoria recebeu 731 manifestações, sendo 559 reclamações, um crescimento de mais de 469%, se comparado com igual período de 2019.

11. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

[5] Até 29 de Abril de 2020.

11.1. Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: telefônico, através do número 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br\faleconosco.

No 1S20 foram realizados cerca de 85 mil atendimentos, 70% por telefone, 26% via formulário web e os 4% restantes, por outros meios de atendimento. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento telefônico, 95% dos respondentes consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

A Central também realizou cerca de 1.400 contatos ativos no 1S20. Além de apoiar os processos de credenciamento e a ativação de produtos e captura de pedidos no Cartão BNDES, os atendimentos ativos da Central apoiaram principalmente operações referentes ao Cartão BNDES.

BOT – Assistente Virtual

Diante da crise da COVID-19, o projeto do ChatBot, previsto para ser implementado no final de 2020, foi acelerado. Desenvolvido pela ATI do BNDES com apoio de equipes da Comunicação, e da Central de Atendimento, o BOT – Assistente Virtual começou a funcionar no site do BNDES a partir de maio, com o escopo de responder dúvidas sobre as medidas emergenciais. Disponível 24hs por dia, o BOT já realizou cerca de 6.000 atendimentos nos dois primeiros meses de operação.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, o atendimento presencial é realizado por terceirizados da Central de Atendimento e supervisionado por técnicos do BNDES no Rio de Janeiro.

No 1S20 foram realizados 81 atendimentos presenciais, realizados entre janeiro e março. Os atendimentos presenciais foram suspensos quando o BNDES entrou em contingência, desde 13 de março.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), o SIC (www.bndes.gov.br/sic) oferece atendimento presencial, no escritório do Rio de Janeiro (Avenida República do Chile, 100, Centro), telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União (CGU), no website www.acessoainformacao.gov.br/sistema/.

No 1S20, o SIC do BNDES recebeu 396 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 5,05% (20) foram reapresentados como recursos em 1ª instância; 0,76% (3) em 2ª instância e nenhum recurso junto à CGU.

Sitio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, rating, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também há um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final do 1S20, o cadastro contava com 1.372 inscritos.

11.2. Ações de Marketing

Participação em Feiras e Congressos

As ações de marketing planejadas para o 1S20 foram afetadas pela pandemia do COVID-19. A participação do BNDES como expositor em feiras e exposições estava planejada para 8 eventos nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Gramado e Belo Horizonte, porém, todos os eventos foram cancelados ou adiados como consequência das restrições sanitárias impostas pela pandemia do COVID-19.

(continua)

(continuação)

Espera-se uma retomada dos eventos a partir do último trimestre de 2020 e, principalmente, no primeiro semestre de 2021.

11.3. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

O 1S20 apresentou um grande fluxo de novas informações no Portal do BNDES, como forma de tornar públicas e acessíveis as medidas do BNDES para apoiar o País no enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Uma nova seção, chamada "BNDES contra os efeitos do COVID-19" (www.bndes.gov.br/covid-19), reuniu as páginas sobre as ações emergenciais do Banco, como forma de dar destaque e facilitar o acesso às informações, além das últimas notícias relacionadas às medidas.

Destacamos a criação ou atualização do endereço https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-covid-19, que têm como objetivo disponibilizar informações sobre o que pode ser apoiado, condições financeiras de apoio e funcionamento das medidas emergenciais.

Ainda com foco no cliente e na transparência, foram desenvolvidas ações específicas em parceria com a Central de Atendimento do BNDES, com o objetivo de disponibilizar informações de forma mais ágil e direta ao público:

- **Página "Tire suas dúvidas sobre as medidas emergenciais do BNDES":** a página foi criada em uma ação integrada com a Central de Atendimento do BNDES, com foco nas dúvidas mais frequentes do público atendido pela Central, representado, em sua maioria pelo cidadão e pelas micro, pequenas e médias empresas. Explica de maneira objetiva e na forma de perguntas e respostas as medidas emergenciais mais procuradas por este público; e,

- **Assistente virtual:** pela primeira vez, o Portal do BNDES disponibilizou o atendimento virtual realizado por uma ferramenta de inteligência artificial (robô), iniciativa da Central de Atendimento em parceria com as equipes do Portal do BNDES e de Tecnologia de Informação do Banco. O robô responde exclusivamente mensagens relativas às medidas emergenciais, sendo um importante instrumento para esclarecer dúvidas dos usuários do site de forma mais imediata, aumentando o grau de transparência.

  Com o intuito de conferir mais transparência sobre resultados das medidas emergenciais, foram também elaborados:

- **Página "Acompanhamento das medidas emergenciais contra o COVID-19":** números atualizados diariamente sobre a evolução das medidas, impactos estimados na sociedade e volume de recursos liberados; e,

- **Consulta a operações:** foi criado um filtro especial na consulta a operações do BNDES, possibilitando o acompanhamento das operações contratadas no âmbito das linhas e programas emergenciais. O link para a consulta é disponibilizado na página principal de medidas contra o COVID-19.

O número de visitas ao site no 1S20 cresceu 27%, atingindo 4.467.017 de acessos. A marca reflete a grande procura pelas medidas emergenciais e por crédito, devido ao contexto de crise econômica da pandemia, além de ter sido estimulada por campanha publicitária iniciada em maio.

Este movimento pode ser notado pelas páginas mais visitadas, que foram, nesta ordem: Canal MPME; página inicial do site; BNDES Crédito Pequenas Empresas; Página inicial da seção Financiamento; e BNDES contra os efeitos do COVID-19.

É interessante também notar a queda na taxa de rejeição das páginas do site, que passou de 17,15% para 13,92%, mostrando que mais usuários progridem na navegação, não saindo imediatamente pela página que chegaram.

Redes Sociais

A atuação das redes sociais do BNDES no 1S20 também teve como foco a divulgação das medidas emergenciais, garantindo maior visibilidade às ações. Vale ressaltar que o Banco inaugurou, no fim de 2019, seu canal no Instagram, ampliando seus meios de divulgação e interação com a sociedade.

Destacam-se as lives de lançamento dos pacotes de medidas e de programas específicos no YouTube, que substituíram as coletivas de imprensa durante a quarentena. Valendo-se dos novos hábitos dos usuários, as lives deram repercussão a temas prioritários do BNDES no período, ganhando um grande público que extrapola os veículos de imprensa. Como resultado, o canal no YouTube ganhou 17 mil novos inscritos no período, 37,7% do número de inscritos ao fim do semestre.

O aumento expressivo de seguidores foi observado em todos os canais de redes sociais do BNDES, sendo de 22,9% no total, em relação ao semestre anterior e alcançando uma soma de 430.943 seguidores.

Os números bastante positivos expressam, além do momento de maior procura pelas ações do BNDES para apoio a empresas, sinal da maior receptividade do público, também o resultado da campanha Conte com o BNDES, focada na publicidade via redes sociais, de maio a julho.

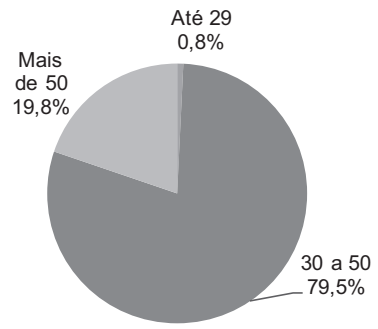
Pode-se também destacar o importante papel do impulsionamento avulso de posts, via publicidade, fora do escopo da campanha. O trabalho tomou corpo no 1S20 e se mostrou importante para a manutenção da audiência dos canais e para que as mensagens do BNDES atinjam novos usuários, fora do público habitual de seguidores.

12. GESTÃO DE PESSOAS

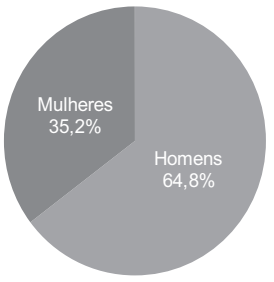
O BNDES encerrou o 1S20 com 2.642[6] colaboradores e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 0,2% dos empregados se desligaram no período.

12.1. Perfil do Corpo Funcional

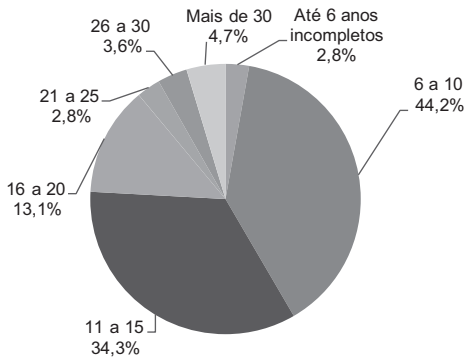
Faixa Etária (Em anos)



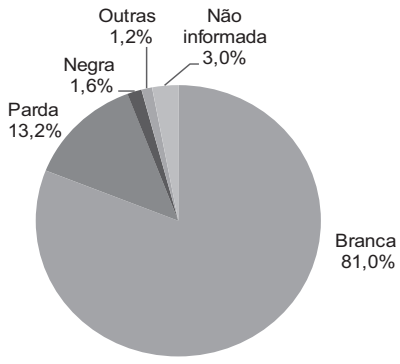
Gênero



Tempo de Serviço (Em anos)



Raça



12.2. Aprendizado e Conhecimento

No 1S20, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados, muito embora as medidas de restrição ao convívio social tomadas em virtude da pandemia de COVID-19 tenham impactado significativamente a agenda de treinamentos.

Ao longo desse período, o Banco investiu aproximadamente R$ 2,5 milhões em treinamentos de curta duração e em programas de certificação, totalizando 242 inscrições e 9.017 horas de treinamento (média de 3,4 horas por empregado).

Registramos 51 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação. No âmbito dos treinamentos internos customizados, foram ofertadas 21 turmas presenciais, com um custo total de aproximadamente R$ 933 mil. Ao todo, foram computadas nesse segmento 5.541 horas de treinamento, com 278 inscrições e uma média de 2,11 horas de treinamento por empregado.

O estímulo ao ensino a distância (EAD) permanece como um direcionador da aprendizagem corporativa no BNDES, agora ainda mais forte em função da crise ocasionada pelo COVID-19. Seguimos investindo em diversas plataformas externas de cursos online, com EF English First, Alura e Pluralsight, e preenchendo nossa plataforma interna, o BNDES EAD, com conteúdo adaptado às nossas necessidades.

[6] Composto por 2.625 funcionários de carreira, 16 transitórios e 1 cedido ao BNDES.

(continua)

(continuação)

12.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que contava com 196 estagiários em 30/06/20.

No 1S20, o processo de seleção do Programa de Estágio foi aperfeiçoado por meio de duas ações:

- criada e acrescida nova competência comportamental à seleção, chamada Senso de Propósito, que busca medir o alinhamento dos candidatos com os objetivos institucionais de longo prazo do BNDES; e,

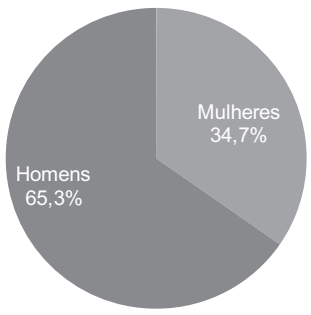
- o histórico socioeconômico passa a fazer parte do processo de seleção dos candidatos, buscando reduzir a desigualdade de oportunidades de estudantes que enfrentaram mais dificuldades nas etapas anteriores de ensino, contribuindo para maior diversidade no ambiente de trabalho e inclusão social destes estudantes.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Atualmente o Programa conta com 35 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, Financeiro e Recursos Humanos, dentre outros.

12.4. Valorização da Diversidade

O Sistema BNDES possui uma política corporativa de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade que reafirma o seu compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento.

Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade bem como induzir práticas dos beneficiários de apoio financeiro para promover um ambiente livre de discriminação são algumas das diretrizes da referida política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas no 1S20, destacam-se:

- Total de 16 (dezesseis) estagiários com deficiência ativos em 30/06/20, para adquirirem experiência no mercado de trabalho e aprender atividades práticas relacionadas ao seu curso; e,

- Acompanhamento do desenvolvimento socioeducativo e escolar de 35 jovens, com idades entre 14 e 19 anos, por meio de atividades teóricas e práticas de um programa de aprendizagem, que englobam aspectos emocional e comportamental do aprendiz adolescente. Além disso, começaram a ser oferecidas aulas de inglês de maneira complementar à escola. O aprendizado da língua inglesa contribui para a qualificação e aumenta a empregabilidade desses profissionais que estão iniciando suas carreiras. Inicialmente, foram 25 jovens inscritos de um total de 35, distribuídos em quatro turmas com horários na parte da manhã e na tarde e as aulas são lecionadas por empregadas do próprio Banco de maneira voluntária e gratuita.

12.5. Ações em função da pandemia do COVID-19

O BNDES, no âmbito de seus processos internos de segurança e saúde ocupacional e com o apoio da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (FAPES), que opera na modalidade autogestão o Plano de Assistência à Saúde (PAS) dos empregados do BNDES, implantou diversas medidas de prevenção ao COVID-19 em suas dependências, bem como de acompanhamento de saúde e suporte psicológico, social e emocional de toda sua força de trabalho. Com a decretação da pandemia, crescimento dos casos no mundo e aparecimento dos primeiros casos no Brasil, o BNDES elaborou estratégias de enfrentamento que se desdobraram em medidas práticas, tais como:

- Intensificação de higienização e distanciamento nas dependências do Banco;

- Controle de acesso às dependências, com medição de temperatura e avaliação clínica;

- Suspensão de viagens, visitas e eventos; e

- Colocação de empregados assintomáticos suspeitos de infecção para realização de trabalho remoto e dos sintomáticos em licença-médica, passando a serem imediatamente monitorados por equipe médica.

Estas medidas culminaram na colocação da quase totalidade dos empregados diretos e terceirizados no regime de homeoffice (exceto parte das equipes de segurança, limpeza, manutenção e protocolo). Após realização de testes de contingência na semana de 16 a 20 de março, a partir de 23 de março, o BNDES já conseguia operar remotamente, com toda a sua força de trabalho em casa, respeitando as recomendações de distanciamento social.

Nesta etapa, o BNDES passou a monitorar a saúde física, mental e emocional dos empregados do BNDES e respectivos dependentes no PAS. Desde então, vem sendo realizado o acompanhamento ativo de casos suspeitos e confirmados de COVID-19, incluindo realização de testes e suporte social, médico e psicológico, remotos e unificados numa central de regulação única.

O BNDES vem ainda planejando cuidadosamente ajustes ambientais e de procedimentos que serão necessários para retorno, seguindo normas e padrões estabelecidos, mais destacadamente a Portaria Conjunta dos Ministérios da Economia e Saúde, nº20 de 18/06/20.

13. SUSTENTABILIDADE

Como o Banco de desenvolvimento brasileiro, o BNDES reafirma seu trabalho pelo desenvolvimento sustentável do país e pela melhoria de vida de sua população. Da mesma forma que ao longo dos últimos anos, aprimorou sua gestão socioambiental e avançou em temas relevantes.

Neste primeiro semestre deu-se continuidade à parceria com a International Finance Corporation, organização membro do Banco Mundial, renovada nos últimos meses de 2019, com o objetivo de aprimorar o sistema de gestão socioambiental do BNDES e alinhar cada vez mais suas práticas a padrões internacionais.

Economia Verde

No 1S20 os projetos ligados à Economia Verde, somaram aproximadamente R$ 3,8 bilhões no período, com destaque para os relacionados a projetos do setor de transporte de cargas. Este montante é 13,7% superior ao mesmo período de 2019, e muito influenciado por estes mesmos projetos, que representaram um incremento de pouco mais de 130% em relação a 2019. Merecem destaque ainda os projetos relacionados a melhorias agrícolas e gestão de água e esgoto, com crescimento de aproximadamente 42% em relação ao mesmo período de 2019 e respondem por 25% do total de desembolsos no 1S20.

Desenvolvimento Social

Foram desembolsados aproximadamente R$ 3,3 bilhões em projetos ligados ao Desenvolvimento Social, com destaque para o setor de educação e saúde, que representaram pouco menos de 25% deste total.

No montante desembolsado já é possível verificar um primeiro reflexo das ações de combate à pandemia, com um aumento no indicador relacionado à Saúde, da ordem de 20%, em relação ao mesmo período de 2019.

14. AGRADECIMENTOS

A todos nossos empregados e colaboradores nossos sinceros agradecimentos pela dedicação e talento demonstrados nesse trimestre, que se mostrou ainda mais desafiador diante das dificuldades impostas pela pandemia. Agradecemos também aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		BNDES		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		**209.112.357**	**171.955.221**	**246.919.084**	**201.372.212**
DISPONIBILIDADES	**4**	**5.561**	**717**	**7.710**	**1.089**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**4**	**114.103.590**	**47.477.149**	**117.898.845**	**51.365.728**
Aplicações em moedas estrangeiras	4	2.455.839	49.543	2.455.839	49.543
Aplicações em operações compromissadas	4	111.647.751	47.427.606	115.443.006	51.316.185
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**6**	**43.534.192**	**65.871.502**	**54.244.460**	**68.911.050**
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	3.945.549	4.026.088	286.506	252.195
Títulos públicos	6.1	34.430.220	26.212.974	34.469.378	26.212.974
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	2.368.334	5.158.933	2.488.926	5.267.193
Ações	6.1 e 7.1	-	28.467.526	13.081.169	33.550.158
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	2.045.609	1.928.877	2.564.768	2.792.165
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	415.883	27.992	660.180	262.586
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(2.079)	(140)	(4.354)	(2.363)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	330.676	49.252	330.676	49.252
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	-	-	367.211	526.890
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**5**	**16.281.507**	**18.780.674**	**35.801.296**	**38.230.824**
Repasses interfinanceiros	5	16.390.136	18.882.443	35.995.278	38.409.073
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(108.629)	(101.769)	(193.982)	(178.249)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**27.878.327**	**29.607.828**	**30.307.539**	**31.773.235**
Operações de crédito	5	29.653.732	31.156.026	32.147.893	33.342.919
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.775.405)	(1.548.198)	(1.840.354)	(1.569.684)
OUTROS CRÉDITOS		**5.879.932**	**9.116.982**	**7.228.985**	**9.988.917**
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	48.564	920.821
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(5.013)	(800.899)
Direitos recebíveis	5.9.3	1.655	1.661	1.827	859.912
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(442)	(442)	(614)	(858.693)
Créditos tributários	15.2	-	2.160.484	-	4.201.288
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	1.563	69.360	755.306	756.417
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		-	2.875.209	572.773	563.254
Devedores por depósito em garantia		50.484	49.540	55.129	54.100
Pagamentos a ressarcir		196.808	190.840	58.244	49.477
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	4.180.471	3.407.074	4.180.471	3.407.074
Operações da carteira de câmbio		1.149.834	-	1.149.834	-
Diversos		299.559	363.256	412.464	836.166
OUTROS VALORES E BENS	**9**	**1.429.248**	**1.100.369**	**1.430.249**	**1.101.369**
Despesas antecipadas		1.427.254	1.098.322	1.427.256	1.098.324
Outros valores e bens		1.994	2.047	2.993	3.045
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**544.825.018**	**567.833.107**	**500.953.262**	**526.793.577**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**438.291.606**	**446.110.401**	**491.971.088**	**517.577.638**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**6**	**30.045.804**	**46.047.306**	**82.782.404**	**117.908.959**
Ações	6.1 e 7.1	5.998.009	3.647.483	53.339.726	69.437.520
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	3.646.059	4.174.105	4.142.629	4.730.041
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	1.029.564	1.827.003	3.334.326	4.287.809
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(6.335)	(10.446)	(20.470)	(25.409)
Títulos públicos	6.1	19.256.742	36.319.722	19.256.742	36.319.722
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	120.915	88.496	120.915	88.496
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	485	587	485	587
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	365	356	702.422	828.532
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	-	-	**1.905.629**	**2.241.661**
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**5**	**160.041.225**	**161.656.929**	**130.969.939**	**138.772.974**
Repasses interfinanceiros	5	161.109.011	162.532.921	132.231.365	139.823.590
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.067.786)	(875.992)	(1.261.426)	(1.050.616)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**5**	**227.962.100**	**218.486.736**	**247.182.320**	**233.063.526**
Operações de crédito	5	242.479.652	229.911.472	262.213.753	244.632.897
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(14.517.552)	(11.424.736)	(15.031.433)	(11.569.371)
OUTROS CRÉDITOS		**20.242.477**	**19.919.430**	**31.036.425**	**27.832.179**
Créditos tributários	15.2	13.251.332	11.022.429	21.991.649	16.930.836
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	150.412	112.970
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(15.526)	(98.257)
Direitos recebíveis	5.9.3	8.972	9.613	10.414	10.927
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(2.395)	(2.558)	(3.838)	(3.872)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	658.218	900.289	1.207.039	1.926.652
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	6.153.217	7.787.383	6.153.217	7.787.383
Incentivos fiscais		159.417	189.725	360.533	422.781
Devedores por depósitos em garantia		-	-	736.274	728.777
Cessão de direitos de capitalização		-	-	430.503	-
Diversos		13.716	12.549	15.748	13.982
INVESTIMENTOS	**7**	**106.411.581**	**121.599.980**	**8.860.343**	**9.093.213**
Participações em controladas e coligadas	7.2	106.266.435	121.454.834	8.715.197	8.948.067
Participações em outras empresas	7.3	103.000	103.000	103.000	103.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		**107.410**	**104.796**	**107.410**	**104.796**
INTANGÍVEL		**14.421**	**17.930**	**14.421**	**17.930**
TOTAL DO ATIVO		**753.937.375**	**739.788.328**	**747.872.346**	**728.165.789**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		BNDES		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		**85.494.126**	**83.305.555**	**62.044.399**	**55.148.341**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**1.166.422**	**1.200.943**	**1.166.422**	**1.200.943**
Depósitos especiais - FAT	11.2	1.165.915	1.200.443	1.165.915	1.200.443
Diversos		507	500	507	500
CAPTAÇÕES NO MERCADO		**46.265.072**	**38.360.327**	**21.711.291**	**4.767.842**
Obrigações por operações compromissadas	12	46.265.072	38.360.327	21.711.291	4.767.842
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	14	**1.129.117**	**3.013.799**	**1.129.117**	**3.013.799**
Debêntures	14.1	492.067	514.565	492.067	514.565
Letras Financeiras	14.2	637.050	2.499.234	637.050	2.499.234
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	**16.993.644**	**14.965.145**	**16.993.644**	**14.965.145**
Empréstimos no país	10.1	445.633	428.407	445.633	428.407
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	3.722.707	2.740.454	3.722.707	2.740.454
Repasses no país		9.757.806	9.524.149	9.757.806	9.524.149
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	7.824.087	7.679.901	7.824.087	7.679.901
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.933.719	1.844.248	1.933.719	1.844.248
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	10.1	3.067.498	2.272.135	3.067.498	2.272.135
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**13.450.349**	**18.542.014**	**14.554.403**	**23.977.285**
Fundos financeiros e de desenvolvimento		7.690.717	12.273.521	7.726.810	12.320.931
Fundo PIS/PASEP	13.1	-	4.601.302	-	4.601.302
Outros		7.690.717	7.672.219	7.726.810	7.719.629
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	2.268.744	1.799.479	3.049.654	2.333.074
Outros impostos e contribuições		253.499	180.758	277.472	223.364
Operações da carteira de câmbio		1.146.581	-	1.146.581	-
Provisões trabalhistas e cíveis	16	41	35	91	85
Passivo atuarial - FAPES	17	186.322	158.667	239.403	203.956
Vinculadas ao Tesouro Nacional		3.932	3.331	28.440	42.032
Impostos e contribuições diferidos	15.2	-	2.374.036	-	6.923.738
Passivo atuarial - FAMS	17	46.186	43.364	74.303	69.610
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	542.991	157.066	542.991	157.066
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	186.710	194.855	267.610	274.056
Diversas	13.3	1.124.626	1.356.902	1.201.048	1.429.373
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**5.155.804**	**5.912.709**	**5.155.804**	**5.912.709**
FAT constitucional	11.1	5.155.804	5.912.709	5.155.804	5.912.709
Outras dívidas subordinadas		5.155.804	5.912.709	5.155.804	5.912.709
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	**1.333.718**	**1.310.618**	**1.333.718**	**1.310.618**
Secretaria do Tesouro Nacional		1.333.718	1.310.618	1.333.718	1.310.618
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**569.947.919**	**551.672.182**	**587.332.617**	**568.206.857**
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		**5.855.312**	**6.609.130**	**5.855.312**	**6.609.130**
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.855.312	6.609.130	5.855.312	6.609.130
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	14	**1.306.083**	**1.539.734**	**1.306.083**	**1.539.734**
Debêntures	14.1	1.306.083	1.539.734	1.306.083	1.539.734
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	**226.214.650**	**203.038.935**	**226.214.650**	**203.038.935**
Empréstimos no país	10.1	3.016.246	2.956.263	3.016.246	2.956.263
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	8.711.588	6.412.308	8.711.588	6.412.308
Repasses no país		192.208.805	176.334.258	192.208.805	176.334.258
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	166.424.878	155.217.954	166.424.878	155.217.954
Fundo da Marinha Mercante	10.1	25.537.903	20.870.331	25.537.903	20.870.331
Outros		246.024	245.973	246.024	245.973
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	10.1	22.278.011	17.336.106	22.278.011	17.336.106
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**9.312.127**	**28.327.997**	**26.696.825**	**44.862.672**
Fundos financeiros e de desenvolvimento		322.585	15.753.037	507.193	15.883.866
Fundo PIS/PASEP	13.1	-	15.459.864	-	15.459.864
Outros		322.585	293.173	507.193	424.002
Passivo atuarial - FAPES	17	2.388.521	2.161.349	2.840.161	2.643.808
Provisões trabalhistas e cíveis	16	123.527	69.026	1.719.200	1.574.811
Passivo atuarial - FAMS	17	3.454.058	4.174.922	4.128.493	4.912.020
Impostos e contribuições diferidos	15.2	3.022.385	6.167.764	17.500.727	19.846.268
Diversas	13.3	1.051	1.899	1.051	1.899
DÍVIDAS SUBORDINADAS		**291.720.771**	**276.617.410**	**291.720.771**	**276.617.410**
FAT Constitucional	11.1	291.720.771	276.617.410	291.720.771	276.617.410
Outras dívidas subordinadas		243.663.070	223.219.965	244.309.686	223.938.427
Elegível a capital		48.057.701	53.397.445	47.411.085	52.678.983
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	**35.538.976**	**35.538.976**	**35.538.976**	**35.538.976**
Secretaria do Tesouro Nacional		35.538.976	35.538.976	35.538.976	35.538.976
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**98.495.330**	**104.810.591**	**98.495.330**	**104.810.591**
Capital social		53.983.180	47.249.176	53.983.180	47.249.176
Capital		47.249.176	47.249.176	47.249.176	47.249.176
Aumento de capital		6.734.004	-	6.734.004	-
Reservas de lucros		11.453.074	18.187.078	11.453.074	18.187.078
Reserva legal		4.700.159	4.700.159	4.700.159	4.700.159
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355	201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		-	6.734.004	-	6.734.004
Reserva de equalização de dividendos		6.551.560	6.551.560	6.551.560	6.551.560
Ajustes de avaliação patrimonial		28.097.352	39.374.337	28.097.352	39.374.337
De ativos próprios		26.082.837	38.947.272	26.082.837	38.947.272
De ativos de coligadas e controladas		2.014.515	427.065	2.014.515	427.065
Lucros Acumulados		4.961.724	-	4.961.724	-
TOTAL DO PASSIVO		**753.937.375**	**739.788.328**	**747.872.346**	**728.165.789**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES				Consolidado			
		Três meses findos		Seis meses findos		Três meses findos		Seis meses findos	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**10.242.084**	**12.610.870**	**29.752.128**	**24.937.155**	**10.992.786**	**13.398.377**	**31.140.206**	**26.476.555**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros									
. Moeda nacional		5.216.082	8.687.563	12.420.609	17.127.012	5.645.277	9.161.365	13.267.407	18.051.688
. Moeda estrangeira		2.570.825	(34.921)	12.331.949	432.271	2.742.704	60.300	12.643.015	617.802
Resultado com títulos e valores mobiliários		2.270.717	3.712.848	4.557.923	6.866.879	2.420.345	3.931.332	4.788.137	7.296.072
Rendas com administração de fundos e programas		184.460	245.380	441.647	510.993	184.460	245.380	441.647	510.993
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(8.835.377)**	**(8.684.443)**	**(26.457.524)**	**(17.415.123)**	**(8.596.751)**	**(9.074.657)**	**(26.355.583)**	**(17.355.782)**
Captação no mercado - financiamentos e repasses									
. Moeda nacional		(4.475.423)	(9.006.015)	(11.130.821)	(18.017.250)	(4.251.064)	(8.538.635)	(10.603.464)	(17.088.688)
. Moeda estrangeira		(4.203.752)	540.923	(20.667.643)	(246.195)	(4.203.752)	540.923	(20.667.643)	(246.195)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.10	(582.671)	926.775	(1.824.959)	2.023.094	(569.570)	76.998	(2.270.550)	1.160.967
Reversão (constituição) de provisão		(1.792.757)	328.051	(3.660.809)	49.301	(1.779.786)	(521.828)	(4.106.897)	(812.928)
Recuperação de créditos baixados		1.210.086	598.724	1.835.850	1.973.793	1.210.216	598.826	1.836.347	1.973.895
Resultado da carteira de câmbio		57.579	(114.042)	708.026	(137.281)	58.745	(121.859)	728.201	(144.375)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.11	**1.406.707**	**3.926.427**	**3.294.604**	**7.522.032**	**2.396.035**	**4.323.720**	**4.784.623**	**9.120.773**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(1.582.650)**	**11.005**	**6.069.315**	**8.815.168**	**(2.393.195)**	**69.361**	**5.065.327**	**11.558.674**
Resultado com equivalência patrimonial	7.2.1 e 7.2.3	(966.551)	332.525	(447.527)	9.657.215	(1.220.161)	(72.921)	(1.288.923)	978.738
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		395.154	305.748	672.476	534.117	242.640	250.594	503.696	453.994
Amortização de ágios		-	-	-	-	(6.875)	(31.497)	(13.602)	(40.307)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável	7	(36.614)	-	(36.614)	-	(364.610)	-	(366.714)	-
Receita de dividendos	7.1.4	39	89.017	39	89.017	27.437	509.109	33.324	517.738
Receita de juros sobre o capital próprio	7.1.4	-	89.580	67.871	89.580	1.524	178.567	912.239	180.441
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7.1.3 e 7.2.3	(68.826)	-	7.516.511	-	(68.826)	235.070	8.030.011	10.391.866
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	148	-	9	-	428.460	150.264	(150.954)	(52.514)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		5.262	(9.905)	(1.315)	(8.725)	96.514	(26.174)	211.567	(19.528)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	37.102	-	37.102	926	53.036	926	1.512.860
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(53.196)	(3.046)	(54.507)	(5.541)	(76.412)	(24.447)	(144.395)	(47.670)
Despesas tributárias		(114.807)	(153.914)	(300.516)	(327.459)	(166.939)	(241.933)	(509.095)	(604.034)
Despesas com pessoal		(262.892)	(324.870)	(533.355)	(599.533)	(478.309)	(548.427)	(970.059)	(1.021.976)
Despesas administrativas		(42.120)	(52.865)	(92.098)	(127.829)	(64.387)	(83.533)	(142.508)	(191.533)
Outras receitas operacionais		1.492	54.616	17.395	73.965	8.567	99.196	26.633	138.486
Outras despesas operacionais		(439.739)	(352.983)	(739.054)	(596.741)	(752.744)	(377.543)	(1.066.819)	(637.887)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**(175.943)**	**3.937.432**	**9.363.919**	**16.337.200**	**2.840**	**4.393.081**	**9.849.950**	**20.679.447**
Imposto de renda	15	(828.456)	(428.097)	(2.606.743)	(1.212.196)	(1.023.208)	(729.512)	(3.608.028)	(4.574.491)
Contribuição social	15	(670.532)	(266.582)	(1.868.997)	(755.910)	(792.690)	(400.032)	(2.316.479)	(2.018.039)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15	1.092.201	(512.953)	73.545	(561.510)	1.230.328	(533.737)	1.036.281	(279.333)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		**(582.730)**	**2.729.800**	**4.961.724**	**13.807.584**	**(582.730)**	**2.729.800**	**4.961.724**	**13.807.584**
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		**(0,092884)**	**0,435117**	**0,790875**	**2,200864**				

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDES e Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	**(582.730)**	**2.729.800**	**4.961.724**	**13.807.584**
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	**12.267.535**	**(1.850.487)**	**(12.069.592)**	**6.409.382**
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	16.621.244	(2.515.933)	(23.000.697)	11.605.973
Efeito fiscal	(5.884.961)	860.262	9.148.203	(4.374.774)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	28.376	(1.363)	31.846	(3.372)
Ajuste acumulado de conversão - ativos próprios	-	(48.068)	-	(42.062)
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	1.474.370	181.492	1.324.443	(474.233)
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	28.506	(326.877)	426.613	(302.150)
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	**1.409.323**	**(1.457.489)**	**792.607**	**(154.909)**
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	1.165.707	(1.473.700)	1.029.294	(226.198)
Efeito fiscal	(10.242)	16.211	(41.235)	33.698
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - de controladas	253.858	-	(195.452)	37.591
Total de Outros Resultados Abrangentes	**13.676.858**	**(3.307.976)**	**(11.276.985)**	**6.254.473**
Resultado Abrangente do período	**13.094.128**	**(578.176)**	**(6.315.261)**	**20.062.057**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019	**44.699.081**	**-**	**3.814.106**	**201.355**	**2.550.095**	**4.403.581**	**23.993.842**	**(105.789)**	**-**	**79.556.271**
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n. 18.2)	-	-	-	-	-	-	6.996.637	(742.164)	-	6.254.473
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	13.807.584	13.807.584
Em 30 de junho de 2019	**44.699.081**	**-**	**3.814.106**	**201.355**	**2.550.095**	**4.403.581**	**30.990.479**	**(847.953)**	**13.807.584**	**99.618.328**
Mutações no semestre	-	-	-	-	-	-	6.996.637	(742.164)	13.807.584	20.062.057
Em 1º de janeiro de 2020	**47.249.176**	**-**	**4.700.159**	**201.355**	**6.734.004**	**6.551.560**	**38.947.272**	**427.065**	**-**	**104.810.591**
Aumento de capital (Nota Explicativa n. 18.1)	-	6.734.004	-	-	(6.734.004)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n. 18.2)	-	-	-	-	-	-	(12.864.435)	1.587.450	-	(11.276.985)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	4.961.724	4.961.724
Em 30 de junho de 2020	**47.249.176**	**6.734.004**	**4.700.159**	**201.355**	**-**	**6.551.560**	**26.082.837**	**2.014.515**	**4.961.724**	**98.495.330**
Mutações no semestre	-	6.734.004	-	-	(6.734.004)	-	(12.864.435)	1.587.450	4.961.724	(6.315.261)

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	9.363.919	16.337.200	9.849.950	20.679.447
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	2.467.850	(11.507.911)	4.339.390	(1.747.473)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.824.959	(2.023.094)	2.270.550	(1.160.967)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	54.507	5.541	144.395	47.670
Resultado com equivalência patrimonial	447.527	(9.657.215)	1.288.923	(978.738)
Amortização de ágios	-	-	13.602	40.307
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures, letras financeiras e letras de crédito do agronegócio	94.006	154.918	94.006	239.802
Depreciação	10.246	11.939	10.246	11.939
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos – renda variável	36.614	-	366.714	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	(9)	-	150.954	52.514
Variação de ativos e obrigações	**30.522.342**	**4.356.786**	**39.902.716**	**(5.355.159)**
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(5.455.467)	27.566.226	(4.734.402)	28.027.890
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	25.980.491	6.705.348	26.374.092	6.270.259
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(257.332)	(544.827)	129.648	814.769
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	10.185.471	(36.351.737)	10.227.933	(36.270.599)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	7.904.745	17.189.741	16.943.449	11.534.221
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	1.044.064	(677.522)	758.044	(1.399.078)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(4.971.413)	(7.854.538)	(4.971.413)	(7.854.538)
. IR e CSLL pagos	(3.908.217)	(1.675.905)	(4.824.635)	(6.478.083)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	**42.354.111**	**9.186.075**	**54.092.056**	**13.576.815**
Atividades de investimentos				
. Redução de capital - BNDES Limited	-	243.305	-	-
. Adições ao imobilizado	(9.157)	(6.269)	(9.157)	(6.269)
. Adições ao intangível	(194)	(6.144)	(194)	(6.144)
. Baixas do imobilizado	-	43	-	43
. Adição em investimentos em coligadas	-	-	-	(5.946)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	-	-	2.062.441
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	12.152.408	4.115.058	322.916	51.894
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**12.143.057**	**4.345.993**	**313.565**	**2.096.019**
Atividades de financiamentos				
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	14.346.456	10.325.176	14.346.456	10.325.176
. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.628.312)	-	(1.628.312)
. Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	-	(647.484)	-	(647.484)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(310.739)	(341.262)	(310.739)	(2.389.073)
. Amortização das obrigações por emissão de letras financeiras	(1.901.600)	-	(1.901.600)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**12.134.117**	**7.708.118**	**12.134.117**	**5.660.307**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**66.631.285**	**21.240.186**	**66.539.738**	**21.333.141**
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	47.477.866	79.486.949	51.366.817	83.447.042
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	114.109.151	100.727.135	117.906.555	104.780.183
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**66.631.285**	**21.240.186**	**66.539.738**	**21.333.141**

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES				CONSOLIDADO			
	30/06/2020		30/06/2019		30/06/2020		30/06/2019	
RECEITAS	**36.293.420**		**27.596.707**		**37.639.108**		**40.083.455**	
Intermediação financeira	29.752.128		24.937.155		31.140.206		26.476.555	
Outras receitas	8.366.251		636.458		8.769.452		12.445.933	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	(1.824.959)		2.023.094		(2.270.550)		1.160.967	
DESPESAS	**(25.587.346)**		**(20.040.541)**		**(25.457.468)**		**(19.263.427)**	
Intermediação financeira	(24.793.741)		(19.438.217)		(24.246.208)		(18.516.749)	
Outras despesas	(793.605)		(602.324)		(1.211.260)		(746.678)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(111.381)**		**(105.760)**		**(483.804)**		**(158.073)**	
Materiais, energia e outros	(7.274)		(9.962)		(12.486)		(16.893)	
Serviços de terceiros	(67.493)		(95.798)		(104.604)		(141.180)	
Perda de valores ativos	(36.614)		-		(366.714)		-	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**10.594.693**		**7.450.406**		**11.697.836**		**20.661.955**	
RETENÇÕES	**(5.635)**		**(6.925)**		**(10.246)**		**(11.939)**	
Depreciação	(5.635)		(6.925)		(10.246)		(11.939)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**10.589.058**		**7.443.481**		**11.687.590**		**20.650.016**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**(379.617)**		**9.835.812**		**(343.360)**		**1.676.917**	
Resultado de equivalência patrimonial	(447.527)		9.657.215		(1.288.923)		978.738	
Dividendos e juros sobre capital próprio	67.910		178.597		945.563		698.179	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**10.209.441**		**17.279.293**		**11.344.230**		**22.326.933**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**10.209.441**	**100,0%**	**17.279.293**	**100,0%**	**11.344.230**	**100,0%**	**22.326.933**	**100,0%**
Pessoal e encargos	481.246	4,7%	545.834	3,2%	869.258	7,7%	924.831	4,1%
- Remuneração direta	315.370		371.233		567.960		624.038	
- Benefícios	126.235		137.178		229.519		236.514	
- FGTS	23.646		23.849		42.697		40.876	
- Outros	15.995		13.574		29.082		23.403	
Impostos, taxas e contribuições	4.762.905	46,7%	2.918.436	16,9%	5.506.763	48,5%	7.581.692	34,0%
- Federais	4.751.395		2.908.814		5.490.909		7.568.173	
- Estaduais	5		8		8		14	
- Municipais	11.505		9.614		15.846		13.505	
Aluguéis	3.566	0,0%	7.439	0,0%	6.485	0,1%	12.826	0,1%
Lucros retidos	4.961.724	48,6%	13.807.584	79,9%	4.961.724	43,7%	13.807.584	61,8%

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional. Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa nº 24 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 06 de agosto de 2020. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 12 de agosto de 2020.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei nº 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém a maioria ainda não foi homologada pelo CMN e não existe previsão de quando isso ocorrerá. Dessa forma, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;

b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;

d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;

e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;

f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;

g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;

h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;

i) CPC 24 – Eventos Subsequentes;

j) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

k) CPC 27 – Ativo Imobilizado

l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; e

m) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, os efeitos oriundos da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 foram incorporados às demonstrações financeiras do BNDES. Esses normativos dispõem sobre os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e têm por objetivo a aproximação das orientações e diretrizes de apresentação de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Os principais impactos foram: inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; apresentação integral do Imposto de Renda Diferido no longo prazo; comparativo do balanço da data-base com o balanço do exercício anterior, também para as demonstrações semestrais e intermediárias; nas Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente a apresentação dos saldos relativos ao período intermediário corrente e o saldo acumulado do exercício social corrente até a data-base, comparativos com os mesmos períodos anteriores. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro (Prejuízo) Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no período corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram aumento no semestre explicado, principalmente, pelo acréscimo nas disponibilidades. Esse efeito foi atenuado pela redução da carteira de participações societárias a valor justo, em função de queda dos preços das ações devido à guerra de preços do petróleo e à pandemia mundial da COVID-19.

O acréscimo nas disponibilidades decorreu do retorno das operações de crédito e repasses em volume superior às liberações no período, do ingresso de recursos oriundos de alienação de participações societárias realizadas no primeiro trimestre e do ingresso de recursos do Tesouro Nacional para a execução do Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE). Tais efeitos foram atenuados pela transferência integral de recursos do PIS-PASEP para o FGTS.

Apesar do impacto da Covid19, a carteira de crédito e repasses no semestre não apresentou variação significativa. O efeito do retorno em montante superior às liberações foi atenuado pela apropriação de encargos contratuais e, principalmente, pelo efeito de variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira.

A redução da carteira de participações societárias disponíveis para venda no semestre é explicada pela desvalorização do valor justo das ações e pela alienação de ações da Petrobras realizada no primeiro trimestre.

Em relação às fontes de recursos, o crescimento das obrigações por empréstimos e repasses se deu pelo efeito de variação cambial sobre os passivos em moeda estrangeira, inclusive FAT-Cambial, e pelo ingresso de recursos do Tesouro Nacional para execução do PESE, já mencionado.

(continua)

(continuação)

Em relação a Outras Obrigações, as obrigações com o PIS-PASEP foram liquidadas em função de sua extinção e transferência dos recursos para o FGTS. A redução nos tributos diferidos no semestre acompanhou a desvalorização da carteira de ações a valor justo.

Por fim, a redução do patrimônio líquido também reflete a desvalorização da carteira de ações supramencionada, líquida de tributos, atenuada pelo lucro líquido do semestre.

Variações de resultado

No trimestre e no acumulado, o lucro líquido apresentou redução em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado por: (i) menor produto da intermediação financeira em virtude da redução das carteiras de crédito e de tesouraria e de efeitos de variação cambial; (ii) constituição de provisão para risco de crédito, ante uma receita registrada em 2019, impactada pelo cenário atual de pandemia, e (iii) redução do resultado com participações societárias, devido principalmente ao resultado negativo de equivalência patrimonial, ao menor volume de alienações e às perdas por *impairment* realizadas.

2.4. Coronavirus ("COVID-19")

Desde janeiro de 2020, verifica-se a progressão da transmissão do novo coronavírus (Sars--Cov-2) em diversos territórios ao redor do mundo. Em 11 de março, foi decretada a situação de pandemia da doença por ele causada, a COVID-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A propagação da COVID-19 tem afetado os negócios e as atividades econômicas em diversos países.

Há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. As consequências de algumas medidas que estão sendo tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade impostas, sobretudo, pelos governos estaduais e municipais, podem gerar queda no fluxo de caixa e impactar negativamente as operações das companhias.

Embora a Administração avalie de forma permanente o impacto da COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira do Banco, as incertezas geradas por essa pandemia reduziram o nível de previsibilidade sobre as operações de maneira geral e sobre as estimativas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os principais impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras do BNDES no primeiro semestre de 2020 foram:

Carteira de operações de crédito e repasses

No período de março a junho de 2020, foi observado aumento de R$ 2.092.103 no BNDES individual e R$ 2.519.787 no consolidado (R$ 1.385.228 e R$ 1.623.692, respectivamente, líquidos dos efeitos tributários) na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (ou Provisão para Risco de Crédito), apresentada na Nota Explicativa nº 5, Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros, em decorrência da antecipação da revisão de classificações de risco de diversas empresas e entes com forte perspectiva de serem afetados pelas condições adversas geradas pela pandemia do novo coronavírus na economia.

Carteira de Ações disponíveis para venda

No período de fevereiro a junho de 2020, houve desvalorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa nº 7, Participações Societárias, de R$ 700.288 no BNDES individual e de R$ 1.812.313 no Consolidado (R$ 385.158 e R$ 1.118.999, respectivamente, líquidos dos efeitos tributários), com contrapartida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido do BNDES.

Ações do Sistema BNDES

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19, como a expansão da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, concessão de apoio emergencial à saúde e o programa *Matchfunding* Salvando Vidas, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES https://www.bndes.gov.br/.

Ainda na esteira das ações emergenciais anunciadas pelo Governo Federal, cabe destaque para a extinção do Fundo PIS-Pasep, que ocorreu em 31 de maio de 2020, com a transferência de seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

2.4.1. Avaliações de impacto da COVID-19 no BNDES

Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações. Os valores, por fator de risco, para operações marcadas a mercado no balanço e operações cambiais, apurados utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco, estão divulgados na Nota Explicativa nº 21.1.2, Riscos de Mercado.

A Administração do Banco não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

2.5. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

– O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das demonstrações financeiras;

– É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou

– Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.6. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 26.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

• BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
• Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME;
• Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
• Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
• Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

A subsidiária BNDES *Limited* – BNDES Ltd, empresa sediada em Londres, Inglaterra, teve seu processo de dissolução concluído em novembro de 2019, conforme Nota Explicativa nº 7.2.1 (item B).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	5.561	717	7.710	1.089
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	114.103.590	47.477.149	117.898.845	51.365.728
Aplicações em operações compromissadas	111.647.751	47.427.606	115.443.006	51.316.185
Aplicações em moedas estrangeiras	2.455.839	49.543	2.455.839	49.543
Total	**114.109.151**	**47.477.866**	**117.906.555**	**51.366.817**

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

(continua)

(continuação)

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizados por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa nº 26.5.

Conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN nº 2.682/1999, a Administração do BNDES, quando pertinente, constitui provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução, visando cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Operações de crédito	**272.133.384**	**261.067.498**	**294.361.646**	**277.975.816**
Circulante	29.653.732	31.156.026	32.147.893	33.342.919
Não circulante	242.479.652	229.911.472	262.213.753	244.632.897
Repasses Interfinanceiros	**177.499.147**	**181.415.364**	**168.226.643**	**178.232.663**
Circulante	16.390.136	18.882.443	35.995.278	38.409.073
Não circulante	161.109.011	162.532.921	132.231.365	139.823.590
Total	**449.632.531**	**442.482.862**	**462.588.289**	**456.208.479**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	**(16.292.957)**	**(12.972.934)**	**(16.871.787)**	**(13.139.055)**
Circulante	(1.775.405)	(1.548.198)	(1.840.354)	(1.569.684)
Não circulante	(14.517.552)	(11.424.736)	(15.031.433)	(11.569.371)
Repasses interfinanceiros	**(1.176.415)**	**(977.761)**	**(1.455.408)**	**(1.228.865)**
Circulante	(108.629)	(101.769)	(193.982)	(178.249)
Não circulante	(1.067.786)	(875.992)	(1.261.426)	(1.050.616)
Total	**(17.469.372)**	**(13.950.695)**	**(18.327.195)**	**(14.367.920)**

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	30/06/2020			31/12/2019		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	54.183.831	21.895.359	76.079.190	59.484.622	16.729.294	76.213.916
Outras	334.214.399	39.338.942	373.553.341	335.166.611	31.102.335	366.268.946
Total	**388.398.230**	**61.234.301**	**449.632.531**	**394.651.233**	**47.831.629**	**442.482.862**
	Consolidado					
	30/06/2020			**31/12/2019**		
	Moeda nacional	**Moeda estrangeira**	**Total**	**Moeda nacional**	**Moeda estrangeira**	**Total**
Controladas	-	-	-	-	-	-
Outras	401.297.181	61.291.108	462.588.289	408.356.826	47.851.653	456.208.479
Total	**401.297.181**	**61.291.108**	**462.588.289**	**408.356.826**	**47.851.653**	**456.208.479**

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Setor público				
Administração pública	44.477.227	45.414.021	44.481.365	45.418.188
Atividades empresariais				
Indústria	14.051.719	14.329.479	14.051.719	14.329.479
Intermediação financeira	134.168.882	139.197.292	72.840.634	79.701.910
Outros serviços	5.757.039	5.937.013	5.757.086	5.937.060
Subtotal	**198.454.867**	**204.877.805**	**137.130.804**	**145.386.637**
Setor privado				
Rural	1.731.050	1.857.111	1.764.607	1.857.111
Indústria	133.539.550	130.985.375	133.807.167	131.178.777
Comércio	4.464.876	2.667.126	4.464.876	2.667.126
Intermediação financeira	43.529.431	39.878.189	95.585.128	96.190.824
Outros serviços	67.912.757	62.217.256	89.835.707	78.928.004
Subtotal	**251.177.664**	**237.605.057**	**325.457.485**	**310.821.842**
Total	**449.632.531**	**442.482.862**	**462.588.289**	**456.208.479**

5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

BNDES			Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Vencidos:	1.989.826	664.516	Vencidos:	1.989.829	670.800
A vencer:			A vencer:		
Até 1 ano	44.054.042	49.373.953	Até 1 ano	66.153.342	71.081.192
Entre 1 e 2 anos	41.161.178	39.019.200	Entre 1 e 2 anos	61.148.185	56.931.052
Entre 2 e 3 anos	35.735.662	35.487.452	Entre 2 e 3 anos	51.940.892	50.081.172
Entre 3 e 5 anos	61.235.752	54.178.889	Entre 3 e 5 anos	74.087.547	66.001.398
Entre 5 e 10 anos	117.431.737	93.016.505	Entre 5 e 10 anos	110.018.967	102.837.358
Após 10 anos	148.024.334	170.742.347	Após 10 anos	97.249.527	108.605.507
Total	**449.632.531**	**442.482.862**	**Total**	**462.588.289**	**456.208.479**

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	30/06/2020				31/12/2019			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.098.078	5,9%	76.079.189	42,9%	16.180.689	6,2%	76.213.916	42,0%
10 seguintes maiores clientes	52.607.486	19,3%	88.523.331	49,8%	52.565.036	20,1%	90.321.188	49,8%
20 seguintes maiores clientes	48.646.966	17,9%	11.903.608	6,7%	44.554.821	17,1%	13.852.040	7,6%
50 seguintes maiores clientes	53.702.167	19,7%	993.019	0,6%	50.290.869	19,3%	1.028.220	0,6%
100 seguintes maiores clientes	46.082.049	16,9%	-	-	43.393.534	16,6%	-	-
Demais clientes	54.996.638	20,3%	-	-	54.082.549	20,7%	-	-
Total	**272.133.384**	**100,0%**	**177.499.147**	**100,0%**	**261.067.498**	**100,0%**	**181.415.364**	**100,0%**
	Consolidado							
	30/06/2020				**31/12/2019**			
	Operações de crédito	**%**	**Repasses Interfinanceiros**	**%**	**Operações de crédito**	**%**	**Repasses Interfinanceiros**	**%**
Maior cliente	16.098.078	5,5%	27.390.894	16,3%	16.180.689	5,8%	30.207.064	16,9%
10 seguintes maiores clientes	62.964.903	21,4%	107.298.369	63,8%	59.502.060	21,5%	111.766.121	62,8%
20 seguintes maiores clientes	53.391.157	18,1%	29.767.330	17,7%	47.936.232	17,2%	31.769.377	17,8%
50 seguintes maiores clientes	57.521.668	19,5%	3.769.912	2,2%	53.769.314	19,3%	4.488.474	2,5%
100 seguintes maiores clientes	48.150.325	16,4%	138	0,0%	45.326.593	16,3%	1.627	0,0%
Demais clientes	56.235.515	19,1%	-	-	55.260.928	19,9%	-	-
Total	**294.361.646**	**100,0%**	**168.226.643**	**100,0%**	**277.975.816**	**100,0%**	**178.232.663**	**100,0%**

(continua)

(continuação)

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

De acordo com a Resolução CMN nº 2.844/2001, o limite máximo de exposição por cliente foi fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência, sendo este apurado conforme metodologia consolidada na Resolução CMN nº 4.192/2013. Após a emissão da Resolução CMN nº 4.678/2018, revogando a Resolução CMN nº 4.430/2015, a partir de 1º de janeiro de 2019 o BNDES passou a reconhecer, para fins do cálculo do limite de exposição por cliente, as ações por ele adquiridas, de forma direta ou indireta, de empresas dos setores petrolífero e de mineração, em decorrência de (i) medidas ou programas instituídos por lei federal, (ii) execução de garantias de operações de crédito ou (iii) investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

Resoluções CMN nº 4.677/2018 e 4.678/2018

Em 31 de julho de 2018, o Conselho Monetário Nacional emitiu as Resoluções nº 4.677 e 4.678, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, cujos efeitos são os seguintes:

- A Resolução CMN nº 4.677/2018 – que revoga a Resolução CMN nº 2.844/2001 – estabelece o limite máximo de exposição por grupo econômico de 25% e altera o referencial para o limite de exposição, que passa a ser o Capital Nível I, e não mais o Patrimônio de Referência, reduzindo a base de cálculo do referido limite prudencial.

- A Resolução CMN nº 4.678/2018 – que revoga a Resolução CMN nº 3.963/2011, que possibilitava, para a apuração da exposição, considerar como cliente distinto cada uma das empresas atuantes nos setores petrolífero e de mineração controladas direta ou indiretamente pela União (e não o grupo econômico), e a Resolução CMN nº 4.430/2015, que estabelecia um cronograma de reenquadramento que se estendia até 2024, estabelecendo, por sua vez, novo cronograma de reenquadramento para eventual excesso de exposição a grupos econômicos dos setores de petróleo e mineração, conforme abaixo:

I – redução de 33% do excesso apurado em 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2021;

II – redução de 50% do excesso apurado em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2024; e

III – redução do excesso remanescente em 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027.

Em caso de descumprimento das reduções mínimas descritas acima, o excesso de exposição deverá ser deduzido da apuração do Capital Principal, cujo cálculo é previsto na Resolução CMN nº 4.192/2013.

Em 30 de junho de 2020, o BNDES não possui excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios acima referidos. Em 31 de dezembro de 2019, o BNDES apresentava excesso de exposição com um grupo econômico.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Estão apresentadas a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

a) Operações de crédito

			BNDES			
			30/06/2020		31/12/2019	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA	0,0	Adimplente	37.979.293	-	30.589.888	-
AA *	0,0	Inadimplente	-	-	8.818.505	-
A	0,5	Adimplente	94.401.459	(472.007)	92.034.671	(460.173)
B	1,0	Adimplente	78.511.263	(785.113)	83.639.226	(836.392)
C	3,0	Adimplente	26.756.153	(802.683)	25.904.116	(777.121)
C	3,0	Inadimplente	10.438	(313)	9.145	(274)
D	10,0	Adimplente	14.970.639	(1.497.063)	2.516.868	(251.687)
D	10,0	Inadimplente	21.801	(2.180)	-	-
E	30,0	Adimplente	6.759.734	(2.027.922)	3.860.819	(1.158.249)
E	30,0	Inadimplente	373.737	(112.121)	3.255.614	(976.684)
F	50,0	Adimplente	1.559.957	(779.978)	3.239.168	(1.619.584)
F	50,0	Inadimplente	1.937.177	(968.589)	613.417	(306.709)
G	70,0	Inadimplente	22.484	(15.739)	-	-
H	100,0	Adimplente	6.868.451	(6.868.451)	6.175.177	(6.175.177)
H	100,0	Inadimplente	1.960.798	(1.960.798)	410.884	(410.884)
Total			**272.133.384**	**(16.292.957)**	**261.067.498**	**(12.972.934)**
Circulante			29.653.732	(1.775.405)	31.156.026	(1.548.198)
Não circulante			242.479.652	(14.517.552)	229.911.472	(11.424.736)

			Consolidado			
			30/06/2020		31/12/2019	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA	0,0	Adimplente	37.979.293	-	30.591.268	-
AA *	0,0	Inadimplente	-	-	8.818.505	-
A	0,5	Adimplente	94.672.699	(473.363)	93.952.316	(469.761)
B	1,0	Adimplente	82.573.102	(825.731)	98.476.950	(984.769)
C	3,0	Adimplente	44.651.336	(1.339.540)	26.051.964	(781.556)
C	3,0	Inadimplente	10.438	(313)	9.145	(274)
D	10,0	Adimplente	14.970.639	(1.497.064)	2.516.868	(251.687)
D	10,0	Inadimplente	21.801	(2.180)	-	-
E	30,0	Adimplente	6.759.734	(2.027.920)	3.860.819	(1.158.249)
E	30,0	Inadimplente	373.737	(112.121)	3.255.614	(976.684)
F	50,0	Adimplente	1.559.957	(779.978)	3.239.168	(1.619.584)
F	50,0	Inadimplente	1.937.177	(968.589)	613.417	(306.709)
G	70,0	Inadimplente	22.484	(15.739)	-	-
H	100,0	Adimplente	6.868.451	(6.868.451)	6.175.181	(6.175.181)
H	100,0	Inadimplente	1.960.798	(1.960.798)	414.601	(414.601)
Total			**294.361.646**	**(16.871.787)**	**277.975.816**	**(13.139.055)**
Circulante			32.147.893	(1.840.354)	33.342.919	(1.569.684)
Não circulante			262.213.753	(15.031.433)	244.632.897	(11.569.371)

* Operações cujas prestações são honradas integralmente pelo garantidor. Os entes retornaram ao estágio de adimplência após a liquidação das parcelas em atraso.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN nº 2.682/1999.

(continua)

(continuação)

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.4, em decorrência das condições adversas geradas pela pandemia do Coronavirus na Economia, houve diversos rebaixamentos de risco, com destaque para empresas/entes que foram fortemente afetados.

b) Repasses interfinanceiros

			BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
AA	0,0	Adimplente	116.954.303	127.124.030	-	-	63.197.144	84.104.143	-	-
A	0,5	Adimplente	34.113.590	32.850.396	(170.568)	(164.252)	72.279.598	67.759.449	(361.399)	(338.797)
B	1,0	Adimplente	23.766.936	18.599.660	(237.670)	(185.997)	29.098.774	22.487.899	(290.987)	(224.879)
C	3,0	Adimplente	1.076.454	1.739.754	(32.294)	(52.193)	2.043.853	2.755.650	(61.316)	(82.670)
D	10,0	Adimplente	-	191	-	(19)	-	191	-	(19)
E	30,0	Adimplente	474.757	38.879	(142.427)	(11.664)	494.167	62.877	(148.250)	(18.864)
F	50,0	Adimplente	1.039.301	997.636	(519.650)	(498.818)	1.039.301	997.636	(519.650)	(498.818)
H	100,0	Adimplente	73.806	64.818	(73.806)	(64.818)	73.806	64.818	(73.806)	(64.818)
Total			**177.499.147**	**181.415.364**	**(1.176.415)**	**(977.761)**	**168.226.643**	**178.232.663**	**(1.455.408)**	**(1.228.865)**
Circulante			16.390.136	18.882.443	(108.629)	(101.769)	35.995.278	38.409.073	(193.982)	(178.249)
Não circulante			161.109.011	162.532.921	(1.067.786)	(875.992)	132.231.365	139.823.590	(1.261.426)	(1.050.616)

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN nº 2.682/1999.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência das condições adversas geradas pela pandemia do Coronavirus na Economia, houve diversos rebaixamentos de risco, com destaque para empresas/entes que foram fortemente afetados.

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES					
	30/06/2020			31/12/2019		
	Requerida	Complementar	Total	Requerida	Complementar	Total
Saldo no início do exercício	(12.972.934)	-	(12.972.934)	(20.898.219)	(905.711)	(21.803.930)
(Constituição) reversão líquida	(3.464.490)	-	(3.464.490)	(2.116.315)	905.711	(1.210.604)
Baixas contra provisão	144.467	-	144.467	10.041.600	-	10.041.600
Saldo no final do período	**(16.292.957)**	**-**	**(16.292.957)**	**(12.972.934)**	**-**	**(12.972.934)**

	Consolidado					
	30/06/2020			31/12/2019		
	Requerida	Complementar	Total	Requerida	Complementar	Total
Saldo no início do exercício	(13.139.055)	-	(13.139.055)	(21.065.415)	(905.711)	(21.971.126)
(Constituição) reversão líquida	(3.880.915)	-	(3.880.915)	(2.115.241)	905.711	(1.209.530)
Baixas contra provisão	148.183	-	148.183	10.041.601	-	10.041.601
Saldo no final do período	**(16.871.787)**	**-**	**(16.871.787)**	**(13.139.055)**	**-**	**(13.139.055)**

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(977.761)	(565.230)	(1.228.865)	(874.784)
(Constituição) reversão líquida	(198.654)	(425.825)	(226.543)	(367.375)
Baixas contra provisão	-	13.294	-	13.294
Saldo no final do período	**(1.176.415)**	**(977.761)**	**(1.455.408)**	**(1.228.865)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa nº 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de crédito

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Créditos transferidos para prejuízo	67.680	5.908.202	144.467	8.382.074
Créditos recuperados	1.210.086	598.724	1.835.850	1.973.793
Créditos renegociados	163.226.278	1.781.880	168.385.663	15.181.560

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Créditos transferidos para prejuízo	67.680	5.980.797	1.887.302	8.454.671
Créditos recuperados	1.210.216	598.826	1.836.347	1.973.895
Créditos renegociados	163.226.278	1.781.880	168.385.663	15.181.560

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999.

O BNDES aprovou, no período de março a junho de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*.

O saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial representa 29,9% no BNDES e 31,4% no Consolidado da carteira total de operações de crédito e repasses interfinanceiros em 30 de junho de 2020.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Venda a prazo de TVM	-	-	198.976	1.033.791
Provisão	-	-	(20.539)	(899.156)
	-	**-**	**178.437**	**134.635**
Direitos Recebíveis	10.627	11.274	12.241	870.839
Provisão	(2.837)	(3.000)	(4.452)	(862.565)
	7.790	**8.274**	**7.789**	**8.274**
Total	**7.790**	**8.274**	**186.226**	**142.909**
Circulante	1.213	1.219	44.764	121.141
Não circulante	6.577	7.055	141.462	21.768

(continua)

(continuação)

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Setor público	**10.627**	**11.274**	**10.627**	**11.274**
Setor privado				
Indústria	-	-	180.990	1.016.085
Intermediação financeira	-	-	19.600	19.260
Outros serviços	-	-	-	858.011
Total Setor privado	**-**	**-**	**200.590**	**1.893.356**
Total	**10.627**	**11.274**	**211.217**	**1.904.630**

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Vencidos:	-	-	-	1.737.182
A vencer:				
Até 1 ano	1.655	1.661	50.391	43.551
Entre 1 e 2 anos	1.619	1.619	22.824	17.721
Entre 2 e 3 anos	1.619	1.619	18.072	15.612
Entre 3 e 5 anos	3.237	3.238	36.208	27.645
Entre 5 e 10 anos	2.497	3.137	80.793	40.931
Após 10 anos	-	-	2.929	21.988
Total	**10.627**	**11.274**	**211.217**	**1.904.630**

5.9.3. Composição da carteira por nível de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa

a) Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários

			Consolidado*			
			30/06/2020		31/12/2019	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
A	0,5	Adimplente	170.889	(854)	125.784	(629)
B	1,0	Adimplente	8.487	(85)	9.576	(96)
H	100,0	Adimplente	19.600	(19.600)	19.260	(19.260)
H	100,0	Inadimplente	-	-	879.171	(879.171)
Total			**198.976**	**(20.539)**	**1.033.791**	**(899.156)**
Circulante			48.564	(5.013)	920.821	(800.899)
Não circulante			150.412	(15.526)	112.970	(98.257)

* O BNDES não realizou operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários no período e no exercício apresentados.

b) Direitos Recebíveis

			BNDES			
			30/06/2020		31/12/2019	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	1.212	(12)	1.316	(13)
E	30,0	Adimplente	9.415	(2.825)	9.958	(2.987)
Total			**10.627**	**(2.837)**	**11.274**	**(3.000)**
Circulante			1.655	(442)	1.661	(442)
Não circulante			8.972	(2.395)	9.613	(2.558)

			Consolidado			
			30/06/2020		31/12/2019	
Nível de Risco	% Provisão	Situação	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
B	1,0	Adimplente	1.212	(12)	1.316	(13)
E	30,0	Adimplente	9.415	(2.826)	9.957	(2.986)
H	100,0	Adimplente	1.614	(1.614)	1.555	(1.555)
H	100,0	Inadimplente	-	-	858.011	(858.011)
Total			**12.241**	**(4.452)**	**870.839**	**(862.565)**
Circulante			1.827	(614)	859.912	(858.693)
Não circulante			10.414	(3.838)	10.927	(3.872)

5.9.4. Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Consolidado *	
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(899.156)	(420.310)
(Constituição) reversão líquida	878.617	(551.444)
Baixas contra provisão	-	72.598
Saldo no final do período	**(20.539)**	**(899.156)**

* O BNDES não possui operações de Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários nos períodos apresentados.

	BNDES		Consolidado	
Direitos recebíveis	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(3.000)	(3.322)	(862.565)	(492.523)
(Constituição) reversão líquida	163	322	(22.995)	(370.054)
Baixas contra provisão	-	-	881.108	12
Saldo no final do período	**(2.837)**	**(3.000)**	**(4.452)**	**(862.565)**

5.10. Composição do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Reversão (constituição) líquida sobre:				
Operações de crédito	(1.643.927)	282.791	(3.464.490)	(1.449)
Operações de repasses interfinanceiros	(148.937)	43.499	(198.654)	48.590
Debêntures	26	1.743	2.172	2.072
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Direitos recebíveis	81	18	163	88
			-	
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.210.086	598.724	1.835.850	1.973.793
Receita (despesa) líquida apropriada	**(582.671)**	**926.775**	**(1.824.959)**	**2.023.094**

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Reversão (constituição) líquida sobre:				
Operações de crédito	(1.673.248)	286.303	(3.880.913)	(1.427)
Operações de repasses interfinanceiros	(107.063)	73.585	(226.543)	86.009
Debêntures	(857.355)	2.656	(855.063)	3.118
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	880.926	(446.688)	878.617	(455.628)
Direitos recebíveis	(23.046)	(437.684)	(22.995)	(445.000)
Recuperação de créditos baixados do ativo	1.210.216	598.826	1.836.347	1.973.895
Receita (despesa) líquida apropriada	**(569.570)**	**76.998**	**(2.270.550)**	**1.160.967**

(continua)

(continuação)

5.11. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira	**10.242.084**	**12.610.870**	**29.752.128**	**24.937.155**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	7.786.907	8.652.642	24.752.558	17.559.283
Moeda nacional	5.216.082	8.687.563	12.420.609	17.127.012
Juros/comissões	5.096.849	7.986.234	11.521.937	15.842.792
Atualização monetária	(49.640)	179.157	292.104	241.803
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	168.873	522.172	606.568	1.042.417
Moeda estrangeira	2.570.825	(34.921)	12.331.949	432.271
Juros/comissões	335.684	621.403	677.019	997.377
Variação cambial	2.235.141	(656.324)	11.654.930	(565.106)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	2.270.717	3.712.848	4.557.923	6.866.879
Moeda nacional	2.220.292	3.665.457	4.368.654	6.761.352
Juros/comissões	616.119	1.318.834	2.159.323	2.428.843
Atualização monetária	867.654	1.674.586	1.131.852	3.294.229
Resultados na alienação	516.720	368.931	995.315	1.039.242
Ajustes ao valor de mercado	219.799	303.106	82.164	(962)
Moeda estrangeira	50.425	47.391	189.269	105.527
Juros/comissões	4.214	2.779	8.180	5.789
Variação cambial	20.594	(11.780)	101.392	(5.517)
Ajustes ao valor de mercado	25.617	56.392	79.697	105.255
Rendas com administração de fundos e programas	184.460	245.380	441.647	510.993
Despesas da intermediação financeira	**(8.835.377)**	**(8.684.443)**	**(26.457.524)**	**(17.415.123)**
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(8.679.175)	(8.465.092)	(31.798.464)	(18.263.445)
Moeda nacional	(4.475.423)	(9.006.015)	(11.130.821)	(18.017.250)
Juros/comissões	(4.473.003)	(9.005.724)	(11.126.827)	(18.016.899)
Atualização monetária	(31)	(24)	(51)	(47)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.389)	(267)	(3.943)	(304)
Moeda estrangeira	(4.203.752)	540.923	(20.667.643)	(246.195)
Juros/comissões	(516.321)	(518.951)	(1.108.622)	(1.118.069)
Variação cambial	(3.687.431)	1.059.874	(19.559.021)	871.874
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)
Receitas	1.238.759	(200.253)	7.989.511	239.825
Despesas	(869.869)	(831.831)	(1.531.638)	(1.277.316)
Resultado de provisão para risco de crédito	(582.671)	926.775	(1.824.959)	2.023.094
Reversão (constituição) de provisão	(1.792.757)	328.051	(3.660.809)	49.301
Recuperação de créditos baixados	1.210.086	598.724	1.835.850	1.973.793
Resultado da carteira de câmbio	57.579	(114.042)	708.026	(137.281)
Resultado bruto da intermediação financeira	**1.406.707**	**3.926.427**	**3.294.604**	**7.522.032**

	CONSOLIDADO			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira	**10.992.786**	**13.398.377**	**31.140.206**	**26.476.555**
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.387.981	9.221.665	25.910.422	18.669.490
Moeda nacional	5.645.277	9.161.365	13.267.407	18.051.688
Juros/comissões	5.413.371	7.853.622	11.815.022	15.521.450
Atualização monetária	(47.529)	195.386	298.660	271.206
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	279.435	1.112.357	1.153.725	2.259.032
Moeda estrangeira	2.742.704	60.300	12.643.015	617.802
Juros/comissões	500.814	719.634	947.360	1.185.491
Variação cambial	2.241.890	(659.334)	11.695.655	(567.689)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	2.420.345	3.931.332	4.788.137	7.296.072
Moeda nacional	2.368.166	3.882.092	4.595.552	7.186.761
Juros/comissões	749.393	1.409.464	2.318.906	2.605.928
Atualização monetária	873.580	1.799.702	1.199.253	3.539.381
Resultados na alienação	516.720	368.931	995.315	1.039.242
Ajustes ao valor de mercado	228.473	303.995	82.078	2.210
Moeda estrangeira	52.179	49.240	192.585	109.311
Juros/comissões	5.968	4.628	11.496	9.573
Variação cambial	20.594	(11.780)	101.392	(5.517)
Ajustes ao valor de mercado	25.617	56.392	79.697	105.255
Rendas com administração de fundos e programas	184.460	245.380	441.647	510.993
Despesas da intermediação financeira	**(8.596.751)**	**(9.074.657)**	**(26.355.583)**	**(17.355.782)**
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(8.454.816)	(7.997.712)	(31.271.107)	(17.334.883)
Moeda nacional	(4.251.064)	(8.538.635)	(10.603.464)	(17.088.688)
Juros/comissões	(4.228.836)	(8.511.731)	(10.574.707)	(17.023.282)
Atualização monetária	(31)	(25.080)	(51)	(61.061)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(22.197)	(1.824)	(28.706)	(4.345)
Moeda estrangeira	(4.203.752)	540.923	(20.667.643)	(246.195)
Juros/comissões	(516.321)	(518.951)	(1.108.622)	(1.118.069)
Variação cambial	(3.687.431)	1.059.874	(19.559.021)	871.874
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)
Receitas	1.238.759	(200.253)	7.989.511	239.825
Despesas	(869.869)	(831.831)	(1.531.638)	(1.277.316)
Resultado de provisão para risco de crédito	(569.570)	76.998	(2.270.550)	1.160.967
Reversão (constituição) de provisão	(1.779.786)	(521.828)	(4.106.897)	(812.928)
Recuperação de créditos baixados	1.210.216	598.826	1.836.347	1.973.895
Resultado da carteira de câmbio	58.745	(121.859)	728.201	(144.375)
Resultado bruto da intermediação financeira	**2.396.035**	**4.323.720**	**4.784.623**	**9.120.773**

(continua)

(continuação)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES. O detalhamento de sua classificação e tratamento contábil pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Títulos para negociação:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.612.724	3.581.775	-	-
Títulos públicos	26.891.085	23.105.262	26.891.085	23.105.262
Títulos de renda fixa no exterior	345.427	550.405	466.019	658.665
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	27.621	28.937	286.506	252.195
	30.876.857	**27.266.379**	**27.643.610**	**24.016.122**
Títulos disponíveis para venda:				
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	305.204	415.376	-	-
Debêntures	5.691.668	6.102.982	6.707.397	7.522.206
Ações (Nota Explicativa nº 7.1)	5.998.009	32.115.009	66.420.895	102.987.678
Títulos públicos	26.776.948	39.427.434	26.776.948	39.427.434
Títulos de renda fixa no exterior	120.915	88.496	120.915	88.496
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	1.905.629	2.241.661
	38.892.744	**78.149.297**	**101.931.784**	**152.267.475**
Títulos mantidos até o vencimento:				
Títulos públicos	18.929	-	58.087	-
Títulos de renda fixa no exterior	2.022.907	4.608.528	2.022.907	4.608.528
Debêntures	1.445.447	1.854.995	3.994.506	4.550.395
(-) Provisão para risco de crédito – Debêntures	(8.414)	(10.586)	(24.824)	(27.772)
	3.478.869	**6.452.937**	**6.050.676**	**9.131.151**
Instrumentos financeiros derivativos (Nota Explicativa nº 6.5)	331.526	50.195	1.400.794	1.405.261
Total	**73.579.996**	**111.918.808**	**137.026.864**	**186.820.009**

6.1. Composição por natureza e prazo de vencimento

	BNDES									
	30/06/2020									31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.612.724	-	-	-	-	-	-	-	3.612.724	3.581.775
Títulos públicos	-	18.789.317	-	-	-	-	-	-	18.789.317	15.869.407
Títulos de renda fixa no exterior	-	345.427	-	-	-	-	-	-	345.427	550.405
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	27.621	-	-	-	-	-	-	27.621	28.937
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	4.013.418	-	-	-	-	-	-	4.013.418	3.652.925
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	4.088.350	-	-	-	-	-	-	4.088.350	3.582.930
	3.612.724	**27.264.133**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.876.857**	**27.266.379**
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	305.204	-	-	-	-	-	-	-	305.204	415.376
Debêntures	-	-	102.169	110.756	-	131.926	171.751	27.859	544.461	727.580
Ações	5.832.278	-	-	-	-	-	-	-	5.832.278	31.974.421
Títulos públicos	-	516.831	5.809.938	99.194	4.286.768	2.060.387	-	6.013.209	18.786.327	33.113.831
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	-	120.285	630	-	120.915	88.496
Debêntures	-	1.798.029	145.411	84.461	105.930	567.068	1.607.142	839.166	5.147.207	5.375.402
Ações	165.731	-	-	-	-	-	-	-	165.731	140.588
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	4.111	890.425	611.500	1.870.508	71.605	-	1.443.447	4.891.596	4.184.061
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	298.901	-	427.367	2.170.727	-	202.030	3.099.025	2.129.542
	6.303.213	**2.318.971**	**7.246.844**	**905.911**	**6.690.573**	**5.121.998**	**1.779.523**	**8.525.711**	**38.892.744**	**78.149.297**
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	15.987	2.942	-	-	-	-	-	18.929	-
Debêntures	-	-	28.905	69.304	135.973	265.864	235.048	323.375	1.058.469	1.139.805
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	(144)	(373)	(680)	(2.490)	(1.175)	(1.617)	(6.479)	(7.010)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	648.368	1.374.539	-	-	-	-	-	2.022.907	4.608.528
Debêntures	-	-	386.978	-	-	-	-	-	386.978	715.190
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	(1.935)	-	-	-	-	-	(1.935)	(3.576)
	-	**664.355**	**1.791.285**	**68.931**	**135.293**	**263.374**	**233.873**	**321.758**	**3.478.869**	**6.452.937**
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)	-	330.676	-	-	-	485	365	-	331.526	**50.195**
Total	**9.915.937**	**30.578.135**	**9.038.129**	**974.842**	**6.825.866**	**5.385.857**	**2.013.761**	**8.847.469**	**73.579.996**	**111.918.808**
Circulante									43.534.192	65.871.502
Não circulante									30.045.804	46.047.306

(continua)

(continuação)

	Consolidado									
	30/06/2020									31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	Entre 3 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Total
Títulos para negociação:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	22.141.043	-	-	-	-	-	-	22.141.043	13.691.649
Títulos de renda fixa no exterior	-	466.019	-	-	-	-	-	-	466.019	658.665
Privado:										
Cotas de fundos de investimento	-	286.506	-	-	-	-	-	-	286.506	252.195
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	661.692	-	-	-	-	-	-	661.692	5.830.683
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	4.088.350	-	-	-	-	-	-	4.088.350	3.582.930
	-	**27.643.610**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.643.610**	**24.016.122**
Títulos disponíveis para venda:										
Carteira própria										
Público:										
Debêntures	-	-	102.169	110.756	-	131.926	171.751	27.859	544.461	727.580
Ações	35.788.877	-	-	-	-	-	-	-	35.788.877	71.873.142
Títulos públicos	-	520.942	6.700.363	701.914	5.806.024	2.131.992	-	7.456.656	23.317.891	37.156.626
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	-	-	120.285	630	-	120.915	88.496
Debêntures	-	2.317.188	145.411	300.520	324.869	567.068	1.607.142	900.738	6.162.936	6.794.626
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.905.629	-	-	-	-	-	-	-	1.905.629	2.241.661
Ações	30.632.018	-	-	-	-	-	-	-	30.632.018	31.114.536
Vinculados a compromissos de recompra										
Títulos públicos	-	-	-	8.780	351.252	-	-	-	360.032	141.266
Vinculados à prestação de garantias										
Títulos públicos	-	-	298.901	-	427.367	2.170.727	-	202.030	3.099.025	2.129.542
	68.326.524	**2.838.130**	**7.246.844**	**1.121.970**	**6.909.512**	**5.121.998**	**1.779.523**	**8.587.283**	**101.931.784**	**152.267.475**
Títulos mantidos até o vencimento:										
Carteira própria										
Público:										
Títulos públicos	-	55.145	2.942	-	-	-	-	-	58.087	-
Debêntures	-	-	62.501	130.477	349.805	463.052	360.987	549.141	1.915.963	2.051.734
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	(312)	(705)	(1.749)	(3.954)	(1.805)	(2.746)	(11.271)	(12.128)
Privado:										
Títulos de renda fixa no exterior	-	648.368	1.374.539	-	-	-	-	-	2.022.907	4.608.528
Debêntures	-	210.701	386.978	332.273	210.701	-	937.890	-	2.078.543	2.498.661
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	(2.107)	(1.935)	(2.715)	(2.107)	-	(4.689)	-	(13.553)	(15.644)
	-	**912.107**	**1.824.713**	**459.330**	**556.650**	**459.098**	**1.292.383**	**546.395**	**6.050.676**	**9.131.151**
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)	-	683.187	14.700	-	350.356	351.591	365	595	1.400.794	1.405.261
Total	**68.326.524**	**32.077.034**	**9.086.257**	**1.581.300**	**7.816.518**	**5.932.687**	**3.072.271**	**9.134.273**	**137.026.864**	**186.820.009**
Circulante									54.244.460	68.911.050
Não circulante									82.782.404	117.908.959

(continua)

(continuação)

6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.612.724	3.612.724	3.581.775	3.581.775	-	-	-	-
Títulos públicos	18.513.674	18.789.317	15.614.836	15.869.407	21.753.469	22.141.043	13.468.567	13.691.649
Títulos de renda fixa no exterior	341.535	345.427	544.531	550.405	462.127	466.019	652.791	658.665
Privado:								
Cotas de fundos de investimento	80.591	27.621	44.761	28.937	423.377	286.506	263.094	252.195
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	3.890.528	4.013.418	3.593.449	3.652.925	650.733	661.692	5.739.718	5.830.683
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	4.089.349	4.088.350	3.582.974	3.582.930	4.089.349	4.088.350	3.582.974	3.582.930
	30.528.401	**30.876.857**	**26.962.326**	**27.266.379**	**27.379.055**	**27.643.610**	**23.707.144**	**24.016.122**
Títulos disponíveis para venda:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	305.204	305.204	415.376	415.376	-	-	-	-
Debêntures	513.985	544.461	677.801	727.580	513.985	544.461	677.801	727.580
Ações	3.693.524	5.832.278	18.895.871	31.974.421	19.909.052	35.788.877	35.060.423	71.873.142
Títulos públicos	17.306.457	18.786.327	30.019.869	33.113.831	21.334.126	23.317.891	33.849.102	37.156.626
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	112.774	120.915	83.025	88.496	112.774	120.915	83.025	88.496
Debêntures	3.336.297	5.147.207	3.349.016	5.375.402	7.163.380	6.162.936	4.768.241	6.794.626
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	-	-	1.586.306	1.905.629	1.801.744	2.241.661
Ações	162.187	165.731	168.493	140.588	11.506.160	30.632.018	11.266.368	31.114.536
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	4.356.518	4.891.596	3.994.807	4.184.061	328.849	360.032	165.574	141.266
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	2.769.053	3.099.025	1.886.578	2.129.542	2.769.053	3.099.025	1.886.578	2.129.542
	32.555.999	**38.892.744**	**59.490.836**	**78.149.297**	**65.223.685**	**101.931.784**	**89.558.856**	**152.267.475**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Carteira própria								
Público:								
Títulos públicos	18.929	18.929	-	-	58.087	58.087	-	-
Debêntures	1.058.469	1.034.630	1.139.805	1.139.805	1.915.963	1.974.271	2.051.734	2.051.734
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(6.479)	(6.479)	(7.010)	(7.010)	(11.271)	(11.271)	(12.128)	(12.128)
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	2.022.907	1.694.778	4.608.528	4.608.528	2.022.907	1.694.778	4.608.528	4.608.528
Debêntures	386.978	401.804	715.190	715.190	2.078.543	2.060.288	2.498.661	2.498.661
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(1.935)	(1.935)	(3.576)	(3.576)	(13.553)	(13.553)	(15.644)	(15.644)
	3.478.869	**3.141.727**	**6.452.937**	**6.452.937**	**6.050.676**	**5.762.600**	**9.131.151**	**9.131.151**
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)	**353.647**	**331.526**	**71.092**	**50.195**	**353.647**	**1.400.794**	**71.092**	**1.405.261**
Total	**66.916.916**	**73.242.854**	**92.977.191**	**111.918.808**	**99.007.063**	**136.738.788**	**122.468.243**	**186.820.009**
Resumo por tipo de carteira:								
Carteira própria	51.811.468	57.150.465	79.919.383	98.369.350	91.169.079	128.529.689	111.093.399	175.135.588
Vinculados								
Compromissos de recompra	8.247.046	8.905.014	7.588.256	7.836.986	979.582	1.021.724	5.905.292	5.971.949
Prestação de Garantias	6.858.402	7.187.375	5.469.552	5.712.472	6.858.402	7.187.375	5.469.552	5.712.472
Resumo por emissor:								
Público	60.463.470	65.355.207	83.940.662	100.915.048	73.773.522	92.488.477	97.123.134	137.831.689
Privado	6.453.446	7.887.647	9.036.529	11.003.760	25.233.541	44.250.311	25.345.109	48.988.320

(continua)

(continuação)

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fundos exclusivos	3.917.928	3.997.151	-	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	27.621	28.937	2.192.135	2.493.856
Total	**3.945.549**	**4.026.088**	**2.192.135**	**2.493.856**
Circulante	3.945.549	4.026.088	286.506	252.195
Não Circulante	-	-	1.905.629	2.241.661

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

		Consolidado *	
Fundo	Administrador	30/06/2020	31/12/2019
Bozano Educacional II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	325.101	423.734
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	210.183	178.557
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	176.516	255.737
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	153.108	144.426
Fundo BBI Financial I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	130.863	105.459
Brasil Sustentabilidade FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	126.637	125.999
Brasil Energia FIP	Banco Bradesco S.A	94.761	213.046
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	91.292	91.151
Performa Key De Inovação em Meio Ambiente FIP	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	79.218	107.534
Brasil Agronegócio FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	78.408	94.824
FMIEE Criatec	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	74.805	88.160
Fundo de Investimento em Participações AVANTI	BRL Trust Investimentos Ltda.	74.157	74.958
Subtotal		**1.615.049**	**1.903.585**
Outros		577.086	590.271
Total		**2.192.135**	**2.493.856**
Circulante		286.506	252.195
Não circulante		1.905.629	2.241.661

* Em 30/06/2020, o BNDES possuía cotas de participações no valor de R$ 27.621 (R$28.937 em 31/12/2019).

6.4. Debêntures

6.4.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa nº 26.6.

	30/06/2020	31/12/2019
Saldos do BNDES	5.691.668	6.102.982
Saldos da BNDESPAR	1.015.729	1.419.224
Total	**6.707.397**	**7.522.206**
Circulante	2.564.768	2.792.165
Não circulante	4.142.629	4.730.041

6.4.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme política estabelecida na Nota Explicativa nº 26.5.

6.4.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Valor bruto	1.445.447	1.854.995	3.994.506	4.550.395
Provisão para risco de crédito	(8.414)	(10.586)	(24.824)	(27.772)
Valor líquido	**1.437.033**	**1.844.409**	**3.969.682**	**4.522.623**
Circulante	413.804	27.852	655.826	260.223
Não circulante	1.023.229	1.816.557	3.313.856	4.262.400

6.4.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Setor público	1.058.152	1.139.806	1.837.910	2.051.735
Setor privado				
Indústria	387.295	715.189	1.524.494	1.868.482
Outros serviços (*)	-	-	632.102	630.178
Total Setor privado	387.295	715.189	2.156.596	2.498.660
Total	**1.445.447**	**1.854.995**	**3.994.506**	**4.550.395**

(*) Inclui mineração e telecomunicações

6.4.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

BNDES			Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Até 1 ano	415.883	27.992	Até 1 ano	660.180	262.586
Entre 1 e 2 anos	69.304	770.215	Entre 1 e 2 anos	462.752	1.038.295
Entre 2 e 3 anos	135.973	264.240	Entre 2 e 3 anos	560.506	910.877
Entre 3 e 5 anos	265.864	182.661	Entre 3 e 5 anos	463.052	352.635
Entre 5 e 10 anos	235.048	409.486	Entre 5 e 10 anos	1.298.876	1.563.904
Após 10 anos	323.375	200.401	Após 10 anos	549.140	422.098
Total	**1.445.447**	**1.854.995**	**Total**	**3.994.506**	**4.550.395**

6.4.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

			BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
Nível de risco	% Provisão	Situação	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
A	0,5	Adimplente	1.393.669	1.797.163	(6.967)	(8.986)	3.286.351	3.834.836	(16.430)	(19.173)
B	1,0	Adimplente	5.357	6.756	(54)	(68)	642.608	643.432	(6.427)	(6.435)
C	3,0	Adimplente	46.421	51.076	(1.393)	(1.532)	65.547	72.127	(1.967)	(2.164)
Total			**1.445.447**	**1.854.995**	**(8.414)**	**(10.586)**	**3.994.506**	**4.550.395**	**(24.824)**	**(27.772)**
Circulante			415.883	27.992	(2.079)	(140)	660.180	262.586	(4.354)	(2.363)
Não circulante			1.029.564	1.827.003	(6.335)	(10.446)	3.334.326	4.287.809	(20.470)	(25.409)

(continua)

(continuação)

6.4.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(10.586)	(12.982)	(27.772)	(32.154)
(Constituição) reversão líquida	2.172	2.396	2.948	4.382
Saldo no final do período	**(8.414)**	**(10.586)**	**(24.824)**	**(27.772)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa nº 5.10.

6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 26.10.

6.5.1. Composição

		BNDES				
		30/06/2020			31/12/2019	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
R$ x Libra esterlina	set/20 a dez/20	(195.727)	-	(202.415)	-	(98.466)
USD x Euro	jun/22	2.538	970	-	980	-
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(3.185)	-	(10.402)	-	(9.750)
Subtotal		**(196.374)**	**970**	**(212.817)**	**980**	**(108.216)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	out/20 a abr/21	4.940.867	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jul/20 a jan/29	(31.248.177)	-	-	-	-
USD (posição vendida)	jul/20	(2.231.470)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jul/20 a jan/25	31.303.239	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/20 a jan/24	6.216.419	-	-	-	-
Subtotal		**8.980.878**	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratos a termo						
Títulos públicos	jul/20	330.252	330.191	(330.174)	48.859	(48.850)
Subtotal		**330.252**	**330.191**	**(330.174)**	**48.859**	**(48.850)**
Opções	**Precificação**					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes		365	-	356	-
Subtotal			**365**	**-**	**356**	**-**
Total			**331.526**	**(542.991)**	**50.195**	**(157.066)**
Circulante			330.676	(542.991)	49.252	(157.066)
Não circulante			850	-	943	-

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos"

		Consolidado				
		30/06/2020			31/12/2019	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
	Vencimentos	Valor de referência	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos *swap*						
Cambiais:						
R$ x Libra esterlina	set/20 a dez/20	(195.727)	-	(202.415)	-	(98.466)
USD x Euro	jun/22	2.538	970	-	980	-
Taxas de juros em US$:						
Flutuante x Fixa	set/20 a ago/21	(3.185)	-	(10.402)	-	(9.750)
Subtotal		**(196.374)**	**970**	**(212.817)**	**980**	**(108.216)**
Contratos futuro (*)						
DI (posição comprada)	out/20 a abr/21	4.940.867	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jul/20 a jan/29	(31.248.177)	-	-	-	-
USD (posição vendida)	jul/20	(2.231.470)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jul/20 a jan/25	31.303.239	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/20 a jan/24	6.216.419	-	-	-	-
Subtotal		**8.980.878**	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratos a termo						
Títulos públicos	jul/20	330.252	330.191	(330.174)	48.859	(48.850)
Subtotal		**330.252**	**330.191**	**(330.174)**	**48.859**	**(48.850)**
Opções	**Precificação**					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes, Derivativo Isolado - Arvore Binomial e *Valuation* da Ação		25.006	-	19.252	-
Subtotal			**25.006**	**-**	**19.252**	**-**
Derivativos embutidos						
Bônus de subscrição de ações			1.044.627	-	1.336.170	-
Subtotal			**1.044.627**	**-**	**1.336.170**	**-**
Total			**1.400.794**	**(542.991)**	**1.405.261**	**(157.066)**
Circulante			697.887	(542.991)	576.142	(157.066)
Não circulante			702.907	-	829.119	-

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

(continua)

(continuação)

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos de *swaps*	485	485	393	587	485	485	393	587
Contratos a termo	330.191	-	48.859	-	330.191	-	48.859	-
Contratos de opções	-	-	-	-	24.046	960	9.345	9.907
Derivativos embutidos	-	365	-	356	343.165	701.462	517.545	818.625
Total	**330.676**	**850**	**49.252**	**943**	**697.887**	**702.907**	**576.142**	**829.119**
Passivo								
Contratos de *swaps*	(212.817)	-	(108.216)	-	(212.817)	-	(108.216)	-
Contratos a termo	(330.174)	-	(48.850)	-	(330.174)	-	(48.850)	-
Total	**(542.991)**	**-**	**(157.066)**	**-**	**(542.991)**	**-**	**(157.066)**	**-**

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.5.2. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 30 de junho de 2020. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US$ 31,3 milhões (1)	USD - Euro	jun/2022	Santander
R$ 51,7 milhões	R$ - GBP	entre set/2020 e dez/2020	Bradesco e Santander
US$ 59,9 milhões	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	entre set/2020 e ago/2021	Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Bradesco

(1) Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 30 de junho de 2020, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R$ 334.103, e não houve recebimento de títulos em garantia.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2019.

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US$ 39,2 milhões (1)	USD – Euro	jun/2022	Santander
R$ 282,9 milhões	R$ – GBP	entre set/2020 e dez/2020	Bradesco e Santander
US$ 85,5 milhões	USD (taxa de juros fixa – flutuante)	entre set/2020 e ago/2021	Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Bradesco

(1) Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R$ 129.334, e não houve recebimento de títulos em garantia.

6.5.3. Resultado com derivativos

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Receitas (despesas):	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Contratos de *swaps*	(25.707)	15.431	(111.123)	12.210
Contratos de futuro	394.580	(1.047.300)	6.568.989	(1.042.488)
Contratos a termo	17	(215)	7	(7.213)
Subtotal Câmbio e taxa de juros	**368.890**	**(1.032.084)**	**6.457.873**	**(1.037.491)**
Contratos de opções	148	-	9	-
Derivativos embutidos	-	-	-	-
Subtotal Renda variável	**148**	**-**	**9**	**-**
Total	**369.038**	**(1.032.084)**	**6.457.882**	**(1.037.491)**
Câmbio e taxa de juros	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)
Renda variável	148	-	9	-

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Receitas (despesas):	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Contratos de *swaps*	(25.707)	15.431	(111.123)	12.210
Contratos de futuro	394.580	(1.047.300)	6.568.989	(1.042.488)
Contratos a termo	17	(215)	7	(7.213)
Subtotal Câmbio e taxa de juros	**368.890**	**(1.032.084)**	**6.457.873**	**(1.037.491)**
Contratos de opções	12.243	22.308	5.753	(312.953)
Derivativos embutidos	416.217	127.956	(156.707)	260.439
Subtotal Renda variável	**428.460**	**150.264**	**(150.954)**	**(52.514)**
Total	**797.350**	**(881.820)**	**6.306.919**	**(1.090.005)**
Câmbio e taxa de juros	368.890	(1.032.084)	6.457.873	(1.037.491)
Renda variável	428.460	150.264	(150.954)	(52.514)

7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre as práticas contábeis dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa nº 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em “Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda” e “Investimentos Permanentes”. Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Títulos e Valores Mobiliários – Ações				
Circulante	-	28.467.526	13.081.169	33.550.158
Não circulante	5.998.009	3.647.483	53.339.726	69.437.520
Subtotal Títulos e Valores Mobiliários – Ações DPV	**5.998.009**	**32.115.009**	**66.420.895**	**102.987.678**
Investimentos				
Participações em Controladas	106.266.435	121.454.834	-	-
Participações em Coligadas	-	-	8.715.197	8.948.067
Outras participações societárias	103.000	103.000	103.000	103.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Subtotal Investimentos Permanentes	**106.411.581**	**121.599.980**	**8.860.343**	**9.093.213**
Total	**112.409.590**	**153.714.989**	**75.281.238**	**112.080.891**

(continua)

(continuação)

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	**30/06/2020**	**30/06/2019**	**30/06/2020**	**30/06/2019**
Disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 7.1.1)	(36.614)	-	(36.614)	-
Coligadas (Nota Explicativa nº 7.2.3)	-	-	-	-
Total	**(36.614)**	**-**	**(36.614)**	**-**

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	**30/06/2020**	**30/06/2019**	**30/06/2020**	**30/06/2019**
Disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 7.1.1)	(308.677)	-	(310.781)	-
Coligadas (Nota Explicativa nº 7.2.3)	(55.933)	-	(55.933)	-
Total	**(364.610)**	**-**	**(366.714)**	**-**

	BNDES		Consolidado	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Ações disponíveis para venda				
Dividendos	-	-	58.660	58.285
Juros sobre o capital próprio	-	152.285	509.084	501.927
Coligadas				
Dividendos	-	-	2.230	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.799	3.042
Controladas				
Dividendos	-	2.722.924	-	-
Total	**-**	**2.875.209**	**572.773**	**563.254**

7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa nº 26.7.2.

	30/06/2020			Valor contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	**Ordinárias**	**Preferenciais**		**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
NÍVEL 1							
PETROBRAS [1]	17.700	1.035.458	8,07	2.910.543	28.467.526	22.677.084	56.303.720
VALE	323.496	-	6,12	-	-	18.057.562	17.297.346
ELETROBRAS [2]	216.303	36.954	16,15	2.921.735	3.506.895	7.962.996	9.564.048
SUZANO	150.217	-	11,04	-	-	5.535.512	6.017.710
COPEL	38.299	27.282	23,96	-	-	3.967.150	4.505.735
AES TIETÊ ENERGIA - *UNITS*	113.392	453.554	28,41	-	-	1.777.945	1.808.562
KLABIN - *UNITS*	83.721	334.885	7,54	-	-	1.707.912	1.040.807
CEMIG	54.343	26.221	5,52	-	-	928.853	1.201.486
GERDAU	-	24.926	1,45	-	-	397.815	497.768
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	-	324.860	783.719
ENGIE BRASIL ENERGIA	7.781	-	0,95	-	-	329.777	396.776
COPASA	4.387	-	3,46	-	-	252.795	298.151
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	-	12,26	-	-	186.183	283.871
LIGHT [3]				-	-	-	431.452
Subtotal Nível 1				**5.832.278**	**31.974.421**	**64.106.444**	**100.431.151**
Outras empresas - Nível 1				-	-	548.314	841.393
Total Nível 1				**5.832.278**	**31.974.421**	**64.654.758**	**101.272.544**
NÍVEL 2				-	-	956.463	956.463
NÍVEL 3				165.731	140.588	809.674	758.671
TOTAL				**5.998.009**	**32.115.009**	**66.420.895**	**102.987.678**
Circulante				-	28.467.526	13.081.169	33.550.158
Não circulante				5.998.009	3.647.483	53.339.726	69.437.520

[1] Do total da participação de 8,07%, 1,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 7,04% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 11.700 mil ações ordinárias e 900.210 mil preferenciais). Em fevereiro de 2020 o BNDES alienou a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Petrobras e de sua titularidade (veja Nota Explicativa 7.1.3).

[2] Do total da participação de 16,15%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 10,23% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

[3] Ações alienadas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Durante os períodos de três meses e de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, não houve reclassificação de valores entres os Níveis 1 e 2.

(continua)

(continuação)

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	140.588	140.928	758.671	739.819
Aquisições	30.308	-	61.870	-
Vendas	-	-		(2.060)
Perda permanente (1)	(5.352)	-	(10.931)	-
Ajuste ao valor justo	187	(340)	64	20.912
Saldo no final do período	**165.731**	**140.588**	**809.674**	**758.671**

Em 30 de junho de 2020 o ajuste a valor justo negativo de determinado ativo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, no valor total de R$ 36.614 no BNDES e R$ 71.715 no consolidado, foi considerado como perda permanente e reconhecido no resultado do período. Desse montante, R$ 5.352 no BNDES e R$10.931 no consolidado referem-se ao ajuste a valor justo apurado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda – consolidado

Em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos com perda de caráter permanente. Para tal, baseou-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, entre outros indícios de perda permanente. Nos períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2020, três ativos tiveram o seu ajuste a valor justo negativo considerado como perda permanente e reconhecido no resultado do período, no valor de R$ 36.614 no BNDES e R$ 306.608 no consolidado. Nos períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2019 a Administração não identificou perdas de caráter permanente nas ações disponíveis para venda.

O quadro a seguir demonstra o efeito total no resultado, incluindo a perda com ações disponível para venda cujo caráter permanente foi identificado em anos anteriores:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Perda permanente identificada	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Em 2020	(36.614)	-	(36.614)	-
Em anos anteriores	-	-	-	-
Efeito total no resultado	**(36.614)**	**-**	**(36.614)**	**-**

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
Perda permanente identificada	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Em 2020	(306.608)	-	(306.608)	-
Em anos anteriores	(2.069)	-	(4.173)	-
Efeito total no resultado	**(308.677)**	**-**	**(310.781)**	**-**

7.1.2. Efeito da Resolução CMN nº 4.175/2012

A Resolução CMN nº 4.175/2012 estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, transitando pelo resultado apenas quando da venda ou transferência.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 parte das ações da Petrobras, Vale e Eletrobras detidas pelas empresas do Sistema BNDES estavam enquadradas pela Resolução nº 4.175/2012. O efeito da aplicação desta Resolução é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Valores Brutos – antes de tributos:		
Efeito no resultado do semestre(1)	(6.684.172)	(54.914)
Efeito no Patrimônio Líquido –		
Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado (2)	(5.409.407)	(12.093.579)
Valores Líquidos de Tributos:		
Efeito no resultado do semestre(1)	(3.676.295)	(36.243)
Efeito no Patrimônio Líquido –		
Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado (3)	(3.380.762)	(7.057.057)

(1) O efeito demonstrado no resultado refere-se a realização do saldo do Ajuste de Avaliação Patrimonial com a venda das ações ON da Petrobras pelo BNDES em fevereiro de 2020. A perda com tais ações (ajuste a valor justo negativo) apurada em exercícios anteriores não foi reconhecido no resultado do período em que foi apurada por conta da Resolução 4.175. Essa perda é mantida na patrimônio líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e realizada para o resultado quando da alienação das ações.

(2) Do total de R$ 5.409.407 em 30 de junho de 2020, R$ 3.687.181 refere-se ao efeito de ações detidas pela BNDESPAR e R$ 1.722.226 a ações detidas diretamente pelo BNDES.

(3) Do total de R$ 3.380.762, R$ 2.433.540 refere-se ao efeito de ações detidas pela BNDESPAR e R$ 947.222 a ações detidas diretamente pelo BNDES.

7.1.3. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda - Consolidado

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas, e inclui o resultado das alienações de (i) ações disponíveis para venda; (ii) participações em coligadas e (iii) bônus e direitos de subscrição de ações. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi apurado ganho de R$ 8.030.011 no resultado consolidado integralmente referente a venda de ações disponíveis para venda (R$ 10.391.866 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, dos quais R$3.557.582 referente a venda de ações disponíveis para venda).

Do ganho de R$ 8.030.011, R$ 7.044.447 é decorrente da venda pelo BNDES da totalidade das ações ordinárias (ON) de emissão pela Petrobras e de sua titularidade (734.203 mil ações ON, correspondente a 9,87% do total das ações ON e a 5,63% do capital total da Petrobras) por meio de Oferta Pública de Distribuição Secundária de ações realizada em fevereiro de 2020.

No período de três meses findo em 30 de junho de 2020 foi apurada perda de R$ 68.826 no resultado consolidado, referente ao reconhecimento de despesa incorrida na Oferta Pública de venda das ações ON da Petrobras citada acima, cujo valor foi conhecido apenas em junho de 2020 (ganho de R$ 235.070 no período de três meses findo em 30 de junho de 2019, integralmente referente a venda de ações disponíveis para venda).

7.1.4. Receita de Dividendos e JSCP de investimentos em ações disponíveis para venda - consolidado

A seguir estão demonstrados os proventos de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) referentes às empresas listadas em Bolsa, evidenciados nas Demonstrações dos Resultados:

	BNDES											
	Três meses findos						Seis meses findos					
	30/06/2020			30/06/2019			30/06/2020			30/06/2019		
Empresas investidas	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**
PETROBRAS	-	-	-	3.077	89.580	92.657	-	67.871	67.871	3.077	89.580	92.657
ELETROBRÁS	-	-	-	85.785	-	85.785	-	-	-	85.785	-	85.785
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**88.862**	**89.580**	**178.442**	**-**	**67.871**	**67.871**	**88.862**	**89.580**	**178.442**
Outras empresas	39	-	39	155	-	155	39	-	39	155	-	155
Total	**39**	**-**	**39**	**89.017**	**89.580**	**178.597**	**39**	**67.871**	**67.910**	**89.017**	**89.580**	**178.597**

	Consolidado											
	Três meses findos						Seis meses findos					
	30/06/2020			30/06/2019			30/06/2020			30/06/2019		
Empresas investidas	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**	**Dividendos**	**JSCP**	**Total**
Vale	-	-	-	-	-	-	-	457.542	457.542	-	-	-
Petrobras	-	-	-	20.324	181.319	201.643	-	448.262	448.262	20.324	181.319	201.643
Eletrobras (1)	(6.918)	-	(6.918)	226.645	-	226.645	(6.918)	-	(6.918)	226.645	-	226.645
AES Tietê	25.345	-	25.345	40.263	-	40.263	25.345	-	25.345	40.263	-	40.263
Naturgy Brasil (ex CEG)	8.803	-	8.803	88.292	-	88.292	8.803	-	8.803	88.292	-	88.292
Cemig	-	-	-	36.318	-	36.318	-	-	-	36.318	-	36.318
Suzano	-	-	-	33.757	-	33.757	-	-	-	33.757	-	33.757
Copel	-	-	-	21.030	-	21.030	-	-	-	23.523	-	23.523
Subtotal	**27.230**	**-**	**27.230**	**466.629**	**181.319**	**647.948**	**27.230**	**905.804**	**933.034**	**469.122**	**181.319**	**650.441**
Outras empresas (1)	207	1.524	1.731	42.480	(2.752)	39.728	6.094	6.435	12.529	48.616	(878)	47.738
Total	**27.437**	**1.524**	**28.961**	**509.109**	**178.567**	**687.676**	**33.324**	**912.239**	**945.563**	**517.738**	**180.441**	**698.179**

(1) Os valores negativos representam "despesa" com natureza de dividendos e/ou JSPC, reconhecida no resultado do período em função da necessidade de acerto do valor de alguma receita registrada anteriormente. Em geral, tais acertos decorrem de mudanças nas divulgações efetuados pela empresa investida relacionadas aos proventos distribuídos.

(continua)

(continuação)

7.2. Investimentos Permanentes

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Em controladas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	106.266.435	121.454.834	-	-
Em coligadas				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	-	8.715.197	8.948.067
Outras participações societárias	103.000	103.000	103.000	103.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Total	**106.411.581**	**121.599.980**	**8.860.343**	**9.093.213**

7.2.1. Controladas – BNDES

			Lucro	Resultado de equivalência patrimonial				Reflexos dos ajustes no patrimônio		Valor contábil	
		Patrimônio	líquido do	Três meses findos		Seis meses findos		líquido das controladas [1]		do investimento	
Controladas	Data-base	líquido	período	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	30/06/2020	14.591.461	57.100	88.631	260.579	57.100	508.026	(135.117)	(171.482)	14.591.461	15.222.189
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR [2]	30/06/2020	91.674.974	(504.627)	(1.055.182)	71.274	(504.627)	9.147.370	24.406.109	29.941.329	91.674.974	106.232.644
BNDES Limited [3]	30/06/2020			-	672	-	1.819	-	-	-	1
Total				**(966.551)**	**332.525**	**(447.527)**	**9.657.215**	**24.270.992**	**29.769.847**	**106.266.435**	**121.454.834**

[1] Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

[2] O patrimônio líquido, o resultado e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro do item (A) a seguir.

[3] Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital social de £1,00 (uma libra esterlina) em 31 de dezembro de 2019. Vide item (B) a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100% e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa nº 19.1.

(A) Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

	30/06/2020				31/12/2019
	Resultado do período	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Lucros Acumulados [1]	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR Padrão CVM	**(945.215)**	**30.532.097**	**1.344.733**	**92.356.979**	**107.021.418**
Ajustes de práticas contábeis:					
Ganho na compra vantajosa [2]	-	-	(181.062)	(181.062)	(181.062)
Equivalência patrimonial [3]	3.687	-	6.269	9.956	6.269
Perda por redução do valor recuperável					
. Participações em coligadas [4]	(3.687)	-	32.949	29.262	32.949
. Ações VJORA _ Res. CMN 4.175 [5]	-	(3.687.181)	3.687.181	-	-
. Ações VJORA _ Carta Circ. BC 3.068 [6]	(35.472)	(5.875.259)	5.910.731	-	-
. Debêntures mensuradas ao custo amortizado, vendas a prazo e recebíveis [7]	79.527	-	(1.054.079)	(974.552)	(1.054.079)
Ajuste a Valor Justo de debêntures [8]	76.518	(2.738.677)	2.662.159	-	-
Adoção CPC 48					
. Alienação de ações VJORA [9]	548.972	-	(548.972)	-	-
. Perda por redução do valor recuperável de ações e debêntures VJORA [10]	(264.986)	3.168.295	(2.903.309)	-	-
. Outros efeitos	203.133	(107.509)	(95.624)	-	-
Outros ajustes	315	-	(347)	(32)	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	(167.419)	3.114.343	(2.512.501)	434.423	407.149
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif	**(504.627)**	**24.406.109**	**6.348.128**	**91.674.974**	**106.232.644**

[1] Saldo de lucros acumulados sem considerar a destinação do resultado do exercício e ajustado pelo saldo inicial da reserva de equalização de prática contábil.

[2] A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 – Combinação de Negócios reconhece o "ganho por compra vantajosa" na aquisição de coligadas no resultado do período em que a operação ocorre. Já no Padrão Cosif, tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento e é baixado para o resultado quando da realização do investimento.

[3] Como consequência da diferença de prática descrita no item (2) acima, as participações societárias da BNDESPAR que apresentam deságio possuem valor do investimento de acordo com o Padrão Cosif inferior ao investimento apurado de acordo com o Padrão CVM. Dessa forma, o reconhecimento de perdas com equivalência patrimonial pode ocasionar que o seu saldo em determinada coligada se torne negativo no Padrão Cosif enquanto permanece positivo no Padrão CVM, sendo necessário realizar lançamento contábil de ajuste de prática para anular parte da perda reconhecida de acordo com o Padrão CVM. Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R$ 9.956 (R$6.269 em 31 de dezembro de 2019).

[4] Ainda em consequência da diferença de prática descrita no item (2), para os casos de coligada com deságio em que a BNDESPAR registrou provisão para perda por redução ao valor recuperável,l o valor da provisão foi ajustado para que no Padrão Cosif o investimento total corresponda ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R$ 29.262 (R$32.949 em 31 de dezembro de 2019).

[5] Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda pelo Padrão CVM (CPC 38- Instrumentos Financeiros) em comparação com a prática determinada pelo Padrão Cosif (Resolução CMN nº 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão CVM determinava o reconhecimento da Perda por redução ao valor recuperável no resultado (tendo sido alterado pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018), enquanto a Resolução CMN nº 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R$ 3.687.181. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 a BNDESPAR não realizou venda de ações enquadradas na Resolução 4.175, não havendo portanto realização dessa diferença de prática contábil com impacto no resultado. Para efeito da aplicação desta Resolução, vide Nota Explicativa nº 7.1.2.

[6] Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda determinadas pelo Padrão CVM no escopo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros (conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo) e pelo Padrão Cosif no escopo da Circular BACEN nº 3.068/2001 (conceito de perdas de caráter permanente). Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R$ 5.875.259 (R$ 5.910.730 em 31 de dezembro de 2019), equivalente ao valor de perda apurado a menor conforme o Padrão Cosif. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 a movimentação no resultado refere-se à realização de parte dessa diferença pela venda parcial de ações preferenciais da Petrobras.

[7] Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de "Perda por redução ao valor recuperável" determinadas pelo Padrão CVM (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e pelo Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/99). Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática devedor no Patrimônio Líquido totaliza R$ 974.552 (R$ 1.054.079 em 31 de dezembro de 2019), equivalente ao valor de perda apurado a maior em conforme o Padrão Cosif.

[8] A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica determinadas debêntures na categoria "Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado" e reconhece o Ajuste a Valor Justo ("AVJ") da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria "Disponível para Venda", sendo o AVJ reconhecido como ORA dado que a Circular BACEN nº 3.068/2001 não prevê a categoria "Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado". Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R$ 2.738.677 (R$ 2.662.159 em 31 de dezembro de 2019), equivalente ao AVJ negativo de tais debêntures.

[9] A partir de 1º de janeiro de 2018 a BNDESPAR adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, pronunciamento esse que não foi referendado pelo BACEN. Um dos principais efeitos desse pronunciamento na carteira de ações da BNDESPAR é que o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" não mais transita pelo resultado do período, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados.

[10] Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da perda com ações e debêntures disponíveis para venda. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN nº 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período, enquanto que de acordo com o Padrão CVM (CPC 48 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente não se aplica. Em 30 de junho de 2020 o ajuste acumulado de prática credor em ORA totaliza R$ 3.168.295 (R$ 2.903.309 em 31 de dezembro de 2019), equivalente ao AVJ negativo de tais ações e debêntures.

(continua)

(continuação)

(B) Dissolução da BNDES *Limited*

Em 04 de abril de 2019 a Administração do BNDES, na qualidade de acionista único da BNDES *Limited*, aprovou e autorizou:

(i) a dissolução da BNDES *Limited* com o cancelamento do seu registro no Reino Unido e a assunção pelo BNDES de eventuais obrigações remanescentes;

(ii) o pagamento de todos os seus passivos e a distribuição dos ativos remanescentes;

(iii) a distribuição do resultado de 2018 no valor de £1.257 mil (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil libras esterlinas); e

(iv) a redução do capital social da BNDES *Limited* no valor de £49.999 mil (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil libras esterlinas), equivalentes a 49.999 mil ações no valor de uma libra cada.

Em 28 de junho de 2019 a redução de capital citada no item (iv) acima e a distribuição do resultado de 2018 citada no item (iii) acima foram efetivados, e foi reconhecida a antecipação dos dividendos pela BNDES *Limited* referente ao resultado de 2019 no valor de £361 mil (trezentos e sessenta e um mil libras esterlinas). Tais valores foram recebidos em 3 de julho de 2019.

A partir de então, o único ativo da subsidiária passou a ser o valor de £1,00 (uma libra esterlina) depositado em conta corrente do Banco do Brasil de Londres, e a subsidiária entrou em período de "dormência", exigido pelas autoridades britânicas para o início da formalização do encerramento de empresas, não havendo qualquer tipo de movimentação ou registro contábil. O BNDES assumiu a condição de sucessor formal da subsidiária tanto para os direitos quanto para os deveres originalmente atribuídos à BNDES *Limited*.

Em 04 de novembro a autoridade britânica responsável por autorizar o fechamento da BNDES *Limited* publicou oficialmente informação sobre o fechamento da empresa. Tal publicação representou o início da última fase do processo requerido que foi concluído em 28 de janeiro de 2020 com a dissolução efetiva da empresa.

7.2.2. Participações em coligadas – consolidado

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa nº 26.7.1.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

	30/04/2020 (1)					01/11/2019 a 30/04/2020 - seis meses (1)				30/06/2020
Coligadas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado (2)
JBS	9.820.446	58.643.521	8.011.559	30.666.336	29.786.072	23.644.924	(3.800.856)	6.273.639	2.472.783	12.342.849
Tupy	1.724.088	3.744.825	928.601	2.169.865	2.370.447	1.278.705	(205.694)	250.002	44.308	776.733
Subtotal	**11.544.534**	**62.388.346**	**8.940.160**	**32.836.201**	**32.156.519**	**24.923.629**	**(4.006.550)**	**6.523.641**	**2.517.091**	
Outras coligadas	2.204.534	6.130.601	1.801.165	2.257.914	4.276.056	1.618.733	111.739	232.214	343.953	
Total	**13.749.068**	**68.518.947**	**10.741.325**	**35.094.115**	**36.432.575**	**26.542.362**	**(3.894.811)**	**6.755.855**	**2.861.044**	

(1) Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.
(2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam aproximadamente 88 % da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 30 de junho de 2020:

	30/06/2020 (1)									31/12/2019 (1)	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital (3)								
Coligadas (2)	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	(Provisão) / Reversão Perdas	Deságio	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
JBS	581.661	-	21,82%	21,82%	6.498.601	479.821	-	-	6.978.422	7.181.075	Setor de alimentos
Tupy	40.645	-	28,22%	28,22%	668.905	-	-	-	668.905	655.312	Setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal					**7.167.506**	**479.821**	**-**	**-**	**7.647.327**	**7.836.387**	
Outras coligadas					1.221.874	768.750	(741.692)	(181.062)	1.067.870	1.111.680	
Total					**8.389.380**	**1.248.571**	**(741.692)**	**(181.062)**	**8.715.197**	**8.948.067**	

(1) A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 30/04/2020. Em 31 de dezembro de 2019 a data-base foi 31/10/2019, exceto para a JBS onde foi utilizado o patrimônio na data-base de 30/09/2019 (informação mais recente divulgada no mercado pela coligada quando da preparação daquelas demonstrações financeiras).
(2) Empresas com sede no Brasil.
(3) % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

JBS

a) Estruturação de oferta pública secundária de ações

Conforme divulgado pela JBS em Fato Relevante de 19 de novembro de 2019, a BNDESPAR comunicou, naquela data, sua intenção de alienar ações de emissão da JBS de sua titularidade, potencialmente por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações. Na ocasião, a BNDESPAR informou ainda que iniciou estudos para detalhar as possíveis estruturas e características da Operação, inclusive no que se refere à definição do seu cronograma e volume da transação.

Em 30 de junho de 2020 a operação ainda está sob análise, considerando especialmente as condições de mercado deterioradas, provocadas pela pandemia da Covid-19.

b) Expiração do Acordo de Acionistas

Em 31 de dezembro de 2019 expirou o prazo de vigência do Acordo de Acionistas firmado pela BNDESPAR e pela J&F Participações S.A., acionista controlador da JBS. A Administração julga que, mesmo na ausência do Acordo de Acionistas, continua exercendo influência significativa na JBS dado sua participação relevante no capital social da coligada que lhe permite influenciar mediante votos nas Assembleias, incluindo a possibilidade de eleger membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal.

7.2.3. Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros a seguir mostram as principais movimentações ocorridas na carteira de coligadas da BNDESPAR para os períodos a seguir.

(continua)

(continuação)

Três meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Coligadas	Saldo em 01/04/2020	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/ (para) TVM	Alienação	Saldo em 30/06/2020
JBS (2) (3)	6.714.834	-	-	(1.141.107)	(380)	1.405.075	-	-	-	6.978.422
Tupy	688.821	-	-	(76.272)	135	56.221	-	-	-	668.905
Subtotal	**7.403.655**	**-**	**-**	**(1.217.379)**	**(245)**	**1.461.296**	**-**	**-**	**-**	**7.647.327**
Outras coligadas	1.142.504	-	(6.883)	(2.782)	(2.230)	40.363	(55.933)	(47.169)	-	1.067.870
Total	**8.546.159**	**-**	**(6.883)**	**(1.220.161)**	**(2.475)**	**1.501.659**	**(55.933)**	**(47.169)**	**-**	**8.715.197**

Coligadas	Saldo em 01/04/2019	Aquisições (4)	Dividendos/ JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Alienação	Saldo em 30/06/2019
JBS (2) (3)	6.315.785	-	-	(51.615)	(219)	59.178	-	-	-	6.323.129
Tupy	572.452	-	(7.048)	35.465	25	16.225	-	-	-	617.119
Marfrig (5)	481.111	-	-	(4.216)	(9.398)	5.029	-	-	-	472.526
Subtotal	**7.369.348**	**-**	**(7.048)**	**(20.366)**	**(9.592)**	**80.432**	**-**	**-**	**-**	**7.412.774**
Outras coligadas	1.514.217	18.407	(2.816)	(52.555)	(5.971)	5.950	-	-	-	1.477.232
Total	**8.883.565**	**18.407**	**(9.864)**	**(72.921)**	**(15.563)**	**86.382**	**-**	**-**	**-**	**8.890.006**

Seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Coligadas	Saldo em 01/01/2020	Aquisições	Dividendos/ JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Alienação	Saldo em 30/06/2020
JBS (2) (3)	7.181.075	-	(314.443)	(1.257.090)	(380)	1.369.260	-	-	-	6.978.422
Tupy	655.312	-	-	(57.044)	135	70.502	-	-	-	668.905
Subtotal	**7.836.387**	**-**	**(314.443)**	**(1.314.134)**	**(245)**	**1.439.762**	**-**	**-**	**-**	**7.647.327**
Outras coligadas	1.111.680	-	(8.473)	25.211	(8.956)	51.510	(55.933)	(47.169)	-	1.067.870
Total	**8.948.067**	**-**	**(322.916)**	**(1.288.923)**	**(9.201)**	**1.491.272**	**(55.933)**	**(47.169)**	**-**	**8.715.197**

Coligadas	Saldo em 01/01/2019	Aquisição (4)	Dividendos/ JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/(para) TVM e Outros Créditos	Alienação	Saldo em 30/06/2019
JBS (2) (3)	6.275.824	-	(1.306)	216.806	(570)	(167.625)	-	-	-	6.323.129
Tupy	602.386	-	(45.811)	49.273	42	11.229	-	-	-	617.119
Marfrig (5)	487.065	-	-	760.817	(14.747)	(760.609)	-	-	-	472.526
Fibria (6)	2.425.141	-	-	-	-	-	-	(1.212.571)	(1.212.570)	-
Subtotal	**9.790.416**	**-**	**(47.117)**	**1.026.896**	**(15.275)**	**(917.005)**	**-**	**(1.212.571)**	**(1.212.570)**	**7.412.774**
Outras coligadas	1.528.792	18.407	(4.777)	(48.158)	(10.141)	4.161	-	-	(11.002)	1.477.232
Total	**11.319.208**	**18.407**	**(51.894)**	**978.738**	**(25.416)**	**(912.844)**	**-**	**(1.212.571)**	**(1.223.572)**	**8.890.006**

(1) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.
(2) O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital. Adicionalmente, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 inclui o efeito devedor da adoção pela coligada do ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro no montante de R$ 414.606.
(3) A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.
(4) Deduzido de deságio no valor de R$28.349.
(5) Em dezembro de 2019 a BNDESPAR vendeu a totalidade de sua participação na Marfrig, apurando lucro de R$ 429.611 na operação.
(6) Em14 de janeiro de 2019 foi consumada a operação de reorganização societária que combinou as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano Papel e Celulose S.A., e culminou com a perda da participação da BNDESPAR na Fibria.

A alienação de participação societária em coligadas resultou em lucro de R$ 6.834.282 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, incluído na linha "Resultado com alienações de títulos de renda variável" da demonstração do resultado (juntamente com R$ 2 de ganho com venda de bônus de subscrição e R$ 3.558.582 de lucro na venda de ações disponíveis para venda), sendo a operação mais relevante, no valor de R$ 6.812.704, decorrente da alienação do investimento na Fibria. Não houve alienação de participação em coligadas nos períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2020, assim como no período de três meses findo em 30 de junho de 2019.

7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2020	30/06/2019
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR (1)	262.734	256.823
Perdas não reconhecidas no resultado do semestre (1)	4.935	-

(1) Apurado por coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No período de três meses findo em 30 de junho de 2020 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, tendo identificado a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável em suas demonstrações financeiras societárias no montante de R$ 55.933 (mesmo valor no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020). A mesma análise efetuada nos períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2019 não resultou na constituição ou reversão de provisão para redução ao valor recuperável.

7.3. Outras participações societárias

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias	Preferenciais	% de participação no capital	BNDES 30/06/2020	BNDES 31/12/2019	Consolidado 30/06/2020	Consolidado 31/12/2019
FGI (1)	84.344	-	14,80	103.000	103.000	103.000	103.000
Total				**103.000**	**103.000**	**103.000**	**103.000**

(1) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

(continua)

(continuação)

7.4. Outros investimentos

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Títulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118 (1)	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	**42.146**	**42.146**	**42.146**	**42.146**

(1) Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502.

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber – Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória nº 600, de mesma data, convertida na Lei nº 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março/2020 e fev/2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante	4.180.471	3.407.074	4.180.471	3.407.074
Não circulante	6.153.217	7.787.383	6.153.217	7.787.383
Total	**10.333.688**	**11.194.457**	**10.333.688**	**11.194.457**

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de Uso Próprio	**787**	**788**	**1.786**	**1.786**
Imóveis	479	479	479	479
Outros	786	813	1.785	1.811
Provisão para desvalorizações	(478)	(504)	(478)	(504)
Material em estoque	**1.207**	**1.259**	**1.207**	**1.259**
Subtotal	**1.994**	**2.047**	**2.993**	**3.045**
Despesas antecipadas	**1.427.254**	**1.098.322**	**1.427.256**	**1.098.324**
Prêmio de seguro	328.853	265.025	328.854	265.027
Comissão de agente	25.760	19.710	25.760	19.710
Prêmio de seguro financiado	1.072.641	813.587	1.072.642	813.587
Total	**1.429.248**	**1.100.369**	**1.430.249**	**1.101.369**

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos				
País	3.461.879	3.384.670	3.461.879	3.384.670
Exterior	12.434.295	9.152.762	12.434.295	9.152.762
	15.896.174	**12.537.432**	**15.896.174**	**12.537.432**
Repasses				
País				
Tesouro nacional	174.248.965	162.897.855	174.248.965	162.897.855
Fundo Marinha Mercante	27.471.622	22.714.579	27.471.622	22.714.579
Outros	246.024	245.973	246.024	245.973
Exterior - Instituições multilaterais	25.345.509	19.608.241	25.345.509	19.608.241
	227.312.120	**205.466.648**	**227.312.120**	**205.466.648**
Total	**243.208.294**	**218.004.080**	**243.208.294**	**218.004.080**
Circulante	16.993.644	14.965.145	16.993.644	14.965.145
Não circulante	226.214.650	203.038.935	226.214.650	203.038.935

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações por aquisição de títulos federais	2.382.894	2.566.194
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	1.078.985	818.476
Total	**3.461.879**	**3.384.670**
Circulante	445.633	428.407
Não circulante	3.016.246	2.956.263

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R$ 2.382.894 em 30 de junho de 2020 – R$ 374.350 no circulante e R$ 2.008.544 no não circulante – (R$ 2.566.194, sendo R$ 375.055 no circulante e R$ 2.191.139 no não circulante em 31 de dezembro de 2019) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior - Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
USD 1 bilhão	12/07/2020 (2) (3)	5,500%	Bank of New York	3.495.128	2.572.647
USD 1,75 bilhão (1)	26/09/2023 (2) (3)	5,750%	Bank of New York	6.002.086	4.419.019
USD 1 bilhão	09/05/2024 (4)	4,750%	Bank of New York	2.710.791	1.994.504
Juros provisionados				226.290	166.592
Total				**12.434.295**	**9.152.762**
Circulante				3.722.707	2.740.454
Não circulante				8.711.588	6.412.308

(1) Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.
(2) Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face: USD 165,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.
(3) Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados: USD 305,1 milhões do título com vencimento em 12/07/2020 e USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023. Em outubro de 2016 foram cancelados USD 56,6 milhões do título com vencimento em 12/07/2020.
(4) Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
US$	17,08	965.376	730.065
US$ + 3,02%	18,86	5.521.341	4.170.968
SELIC	14,42	37.080.369	10.170.485
TJLP	20,75	129.632.630	146.975.374
TLP	20,76	339.270	317.913
Juros provisionados		709.979	533.050
Total		**174.248.965**	**162.897.855**
Circulante		7.824.087	7.679.901
Não circulante		166.424.878	155.217.954

Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 30 de junho de 2020, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R$ 27.471.622 (R$ 22.714.579 em 31 de dezembro de 2019), sendo R$ 1.933.719 no circulante e R$ 25.537.903 no não circulante (R$ 1.844.248 no circulante e R$ 20.870.331 no não circulante em 31 de dezembro de 2019). O percentual atrelado à moeda

(continua)

(continuação)

estrangeira era de 75% em 30 de junho de 2020 (69% em 31 de dezembro de 2019).

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
Japan Bank for International Cooperation – JBIC	YEN/US$	5,52	2.576.002	2.164.128
Inter-American Development Bank - BID	US$	12,29	15.230.124	11.714.221
Nordic Investment Bank - NIB	US$	1,52	236.677	238.492
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US$	10,35	3.699.959	2.718.083
Agence Française de Développement - AFD	US$	6,47	814.707	645.808
El Instituto de Crédito Oficial - ICO	US$	9,85	1.040.623	804.266
New Development Bank - NDB	US$	8,88	1.642.800	1.209.210
Juros provisionados			104.617	114.033
Total			**25.345.509**	**19.608.241**
Circulante			3.067.498	2.272.135
Não circulante			22.278.011	17.336.106

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,17 e 4,31 % a.a. em 30 de junho de 2020 (1,65 e 4,29% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
Taxas de captação:		
Até 3%	23.263.276	13.804.037
De 3,1 a 5%	1.977.616	5.690.171
Juros provisionados	104.617	114.033
Total	**25.345.509**	**19.608.241**

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao Nordic Investment Bank – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation – JBIC, Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, Agence Française de Développement – AFD e El Instituto de Crédito Oficial – ICO, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral New Development Bank – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

10.2. Composição por vencimento

	BNDES e Consolidado 30/06/2020			BNDES e Consolidado 31/12/2019		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	10.203.439	6.790.205	16.993.644	9.952.556	5.012.589	14.965.145
Entre 1 e 2 anos	10.526.778	2.770.656	13.297.434	9.991.652	4.698.297	14.689.949
Entre 2 e 3 anos	10.430.906	2.749.176	13.180.082	9.972.350	2.059.746	12.032.096
Entre 3 e 5 anos	21.128.973	13.999.408	35.128.381	19.858.093	8.472.194	28.330.287
Entre 5 e 10 anos	50.022.148	8.603.906	58.626.054	47.425.021	6.929.074	54.354.095
Após 10 anos	103.116.246	2.866.453	105.982.699	92.043.405	1.589.103	93.632.508
Total	**205.428.490**	**37.779.804**	**243.208.294**	**189.243.077**	**28.761.003**	**218.004.080**

11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa nº 26.17.

11.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	264.494.695	255.855.429
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US$) (1)	27.226.076	20.761.981
	291.720.771	**276.617.410**
Juros provisionados	5.155.804	5.912.709
Total	**296.876.575**	**282.530.119**
Circulante	5.155.804	5.912.709
Não circulante	291.720.771	276.617.410

(1) Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada

Com relação à contabilização do FAT como dívida subordinada, o artigo 1º da Resolução CMN nº 4.679, de 31 de julho de 2018, estabelece que o montante dos recursos de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), reconhecido no Capital Nível II do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, fica limitado a 50% do Capital Nível I do PR apurado em 30 de junho de 2018, que correspondia a R$ 53.397.445 (BNDES Individual) e R$ 52.678.983 (BNDES Consolidado). Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.679/2018, sobre esses valores serão aplicados os seguintes percentuais para a apuração do Capital Nível II:

I - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2019;

II - 90% (noventa por cento), a partir de 1º de janeiro de 2020;

III - 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2021;

IV - 70% (setenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2022;

V - 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2023;

VI - 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2024;

VII - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2025;

VIII - 30% (trinta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2026;

IX - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 2027;

X - 10% (dez por cento), a partir de 1º de janeiro de 2028; e

XI - 0% (zero por cento), a partir de 1º de janeiro de 2029.

Assim sendo, para efeito de utilização dos recursos do FAT como Capital de Nível II, em 30 de junho de 2020, o montante foi equivalente a 90% (inciso II, art. 1º, da Resolução CMN nº 4.679/2018) do valor apurado em 30 de junho de 2018, ou seja, R$ 48.057.701 e R$ 47.411.085, no BNDES Individual e no Consolidado, respectivamente.

11.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT” pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	BNDES e Consolidado 30/06/2020	BNDES e Consolidado 31/12/2019
Fomentar	2.789.933	3.072.954
Pronaf	2.239.807	2.466.965
Infraestrutura	1.991.487	2.267.811
Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	-	1.843
Total	**7.021.227**	**7.809.573**
Circulante	1.165.915	1.200.443
Não circulante	5.855.312	6.609.130

(continua)

(continuação)

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	30/06/2020											
	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
	SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	**5.569**	**43.321**	**-**	**48.890**	**6.380**	**45.283**	**-**	**273.554**	**325.217**	**274.562**	**1.716.925**	**1.991.487**
Econômica-TADE nº 06/2005	5.569	43.321	-	48.890	6.380	45.283	-	273.554	325.217	274.562	1.716.925	1.991.487
PRONAF:	**876**	**33.284**	**24.859**	**59.019**	**906**	**35.132**	**31.265**	**218.870**	**286.173**	**45.937**	**2.193.870**	**2.239.807**
Investimento-TADE nº 19/2005	876	33.284	24.859	59.019	906	35.132	31.265	218.870	286.173	45.937	2.193.870	2.239.807
FAT FOMENTAR:	**1.223**	**15.181**	**58.197**	**74.601**	**1.380**	**16.900**	**73.435**	**265.908**	**357.623**	**59.365**	**2.730.568**	**2.789.933**
Micros e Pequenas Empresas-TADE nº 21/2005	1.129	10.883	57.195	69.207	1.266	12.346	72.173	244.294	330.079	58.139	2.516.262	2.574.401
Médias e Grandes Empresas-TADE nº 22/2005	94	4.298	1.002	5.394	114	4.554	1.262	21.614	27.544	1.226	214.306	215.532
FAT PNMPO:	**11**	**1**	**-**	**12**	**16**	**4**	**-**	**1.835**	**1.855**	**-**	**-**	**-**
PNMPO-TADE nº 01/2013	11	1	-	12	16	4	-	1.835	1.855	-	-	-
Total	**7.679**	**91.787**	**83.056**	**182.522**	**8.682**	**97.319**	**104.700**	**760.167**	**970.868**	**379.864**	**6.641.363**	**7.021.227**

11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos	
	TJLP	Cambial	Especiais	Total
Saldo no início do exercício	**261.538.065**	**20.992.054**	**7.809.573**	**290.339.692**
. Ingresso de Recursos	7.015.204	-	-	7.015.204
. Variação Cambial	-	7.285.328	-	7.285.328
. Provisão de Juros	5.494.846	252.647	-	5.747.493
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	182.522	182.522
. Capitalização de Juros	802.828	-	-	802.828
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(760.167)	(760.167)
. Pagamento de Juros	(6.504.397)	-	(210.701)	(6.715.098)
. Transferência para Cambial	1.051.306	(1.051.306)	-	-
Saldo no final do período	**269.397.852**	**27.478.723**	**7.021.227**	**303.897.802**

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

	BNDES		Consolidado	
Títulos	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Letras do Tesouro Nacional – LTN	40.575.357	18.035.137	19.057.574	228.588
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	3.202.120	20.307.257	2.653.717	4.539.254
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	2.487.595	17.933	-	-
Total	**46.265.072**	**38.360.327**	**21.711.291**	**4.767.842**
Circulante	46.265.072	38.360.327	21.711.291	4.767.842

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Movimentação das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total	Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	**20.045.180**	**3.222**	**20.048.402**	**20.465.443**	**9.136**	**20.474.579**
Resultado	349.808	16	349.824	1.231.352	(5.914)	1.225.438
Liquidação de contratos – risco PIS-PASEP	3.238	(3.238)	-			
Devoluções	(20.624.569)	-	(20.624.569)	(1.657.815)	-	(1.657.815)
Transferências do FPS	226.343	-	226.343	6.200	-	6.200
Saldo no final do período	**-**	**-**	**-**	**20.045.180**	**3.222**	**20.048.402**

13.1. Outras Obrigações - Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fundo de Participação PIS/PASEP	-	20.061.167	-	20.061.167
Fundo Amazônia (FA)	3.702.109	3.671.268	3.702.109	3.671.268
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.545.593	1.505.981	1.545.593	1.505.981
Fundo de Terras (FT)	981.482	876.694	981.482	876.694
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	950.238	1.008.813	1.168.784	1.185.895
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	586.445	661.724	586.445	661.724
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	242.243	238.750	242.243	238.750
Outros	5.192	2.161	7.347	3.318
Total	**8.013.302**	**28.026.558**	**8.234.003**	**28.204.797**

Fundo de Participação PIS/PASEP

Como uma das medidas do Governo Federal para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19), o Fundo PIS-PASEP foi extinto em 31/05/2020, conforme Medida Provisória nº 946, de 07/04/2020.

A partir da publicação da referida Medida Provisória, o BNDES como agente operador do Fundo, foi autorizado a substituir os recursos do Fundo PIS-Pasep aplicados em operações de empréstimos por recursos de outras fontes disponíveis. O patrimônio do fundo foi transferido para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o encerramento do exercício financeiro do fundo realizado na mesma data.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 eram do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira o BNDES recebia comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data, o risco era do BNDES, que estava autorizado a cobrar do mutuário comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP que geram risco e são administrados pelo BNDES são:

	30/06/2020	31/12/2019
PIS-PASEP	-	20.045.180
Fundo de Participação Social - FPS	-	15.986
Total	**-**	**20.061.166**
Circulante	-	4.601.302
Não circulante	-	15.459.864

(continua)

(continuação)

13.2. Outras obrigações – depósitos a apropriar

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Depósitos para liquidação de operações de crédito	112.291	124.023	193.191	203.224
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	69.913	66.553	69.913	66.553
Outros	4.506	4.279	4.506	4.279
Total	**186.710**	**194.855**	**267.610**	**274.056**
Circulante	186.710	194.855	267.610	274.056

13.3. Outras obrigações – Diversas

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Circulante				
Provisão de desembolso - Fundo Social	338.399	362.364	338.399	362.364
Provisão de desembolso - FUNTEC	141.705	141.492	141.705	141.492
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	24.116	27.800	24.116	27.800
Operações financeiras a liquidar	72.213	216.004	72.213	216.004
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa nº 19.7)	-	174.363	-	180.026
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa nº 19.7)	1.804	1.921	1.804	1.921
Fornecedores	112.467	68.300	71.332	82.924
Obrigações trabalhistas (pessoal)	359.939	296.243	372.961	307.903
Depósitos a apropriar	11.213	7.308	18.378	12.523
Outras	62.770	61.107	160.140	96.416
	1.124.626	**1.356.902**	**1.201.048**	**1.429.373**
Não circulante				
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa nº 19.7)	1.051	1.899	1.051	1.899
	1.051	**1.899**	**1.051**	**1.899**
Total	**1.125.677**	**1.358.801**	**1.202.099**	**1.431.272**

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Debêntures - emissão privada (BNDES)	1.798.150	2.054.299	1.798.150	2.054.299
Letras Financeiras	637.050	2.499.234	637.050	2.499.234
Total	**2.435.200**	**4.553.533**	**2.435.200**	**4.553.533**
Circulante	1.129.117	3.013.799	1.129.117	3.013.799
Não circulante	1.306.083	1.539.734	1.306.083	1.539.734

14.1. Debêntures - Emissão privada - (BNDES)

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
3º emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	384.339	439.190
Juros provisionados (6% a.a.)	979	1.017
2ª série		
Principal corrigido (TR)	384.339	439.190
Juros provisionados (6% a.a.)	979	1.017
3ª série		
Principal corrigido (TR)	384.339	439.190
Juros provisionados (6% a.a.)	979	1.017
4ª série		
Principal corrigido (TR)	384.339	439.190
Juros provisionados (6% a.a.)	979	1.017
5ª série		
Principal corrigido (TR)	256.225	292.793
Juros provisionados (6% a.a.)	653	678
Total	**1.798.150**	**2.054.299**
Circulante	492.067	514.565
Não circulante	1.306.083	1.539.734

14.2. Letras Financeiras

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado		
	Vencimentos	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Valores de emissão (Principal)	2020	587.400	2.287.400
Juros provisionados		49.650	211.834
Total		**637.050**	**2.499.234**
Circulante		637.050	2.499.234

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	**Alíquota**
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
Contribuição para o PIS/PASEP(2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Em 2019, a alíquota era de 15%. Com o advento recente do art. 32 da Emenda Constitucional 103/19, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL para empresas financeiras sofreu majoração e passa a ser 20% Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.
Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa nº 26.18.

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

(continua)

(continuação)

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(175.943)**	**3.937.432**	**9.363.919**	**16.337.200**
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 40%(1)	79.174	(1.574.973)	(4.213.764)	(6.534.880)
Ajustes	**(485.961)**	**367.341**	**(188.431)**	**4.005.264**
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos(2)	(65.747)	163.043	(286.306)	17.891
· Majoração da alíquota da CSLL(3)	-	-	242.270	-
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	(434.931)	168.616	(201.370)	3.898.492
. Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	12.258	30.005	14.557	30.005
· Outras diferenças permanentes	2.459	5.677	42.418	58.876
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(406.787)**	**(1.207.632)**	**(4.402.195)**	**(2.529.616)**
· Tributos Correntes	(1.498.988)	(694.679)	(4.475.740)	(1.968.106)
· Tributos Diferidos	1.092.201	(512.953)	73.545	(561.510)
Alíquota Efetiva (4)	**(231,2%)**	**30,7%**	**47,0%**	**15,5%**

(1) Em 30/06/2019, a alíquota combinada era de 40%.
(2) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.
(3) Refere-se a 5% de majoração na alíquota da CSLL a partir de março de 2020, que passou de 15% para 20%.
(4) Resultado da divisão das despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE pelo Resultado antes da tributação sobre o lucro.

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**2.840**	**4.393.081**	**9.849.950**	**20.679.447**
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 40%(1)	(1.278)	(1.757.233)	(4.432.478)	(8.271.779)
Ajustes	**(584.292)**	**93.952**	**(455.748)**	**1.399.916**
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos(2)	(129.403)	(119.420)	(328.734)	15.611
· Majoração da alíquota da CSLL(3)	-	-	259.807	-
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	(406.484)	164.038	(434.979)	524.510
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	(105.620)	20.762	(6.095)	788.303
. Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	12.335	30.132	14.695	30.132
· Outras diferenças permanentes	44.880	(1.560)	39.558	41.360
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(585.570)**	**(1.663.281)**	**(4.888.226)**	**(6.871.863)**
· Tributos Correntes	(1.815.898)	(1.129.544)	(5.924.507)	(6.592.530)
· Tributos Diferidos	1.230.328	(533.737)	1.036.281	(279.333)
Alíquota Efetiva (4)	**206,19%**	**37,9%**	**49,6%**	**33,2%**

(1) Em 30/06/2019, a alíquota combinada era de 40%.
(2) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.
(3) Refere-se a 5% de majoração na alíquota da CSLL a partir de março de 2020, que passou de 15% para 20%.
(4) Resultado da divisão das despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE pelo Resultado antes da tributação sobre o lucro.

	BNDES	
	30/06/2020	31/12/2019
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	**4.475.740**	**2.713.635**
Ajustes de períodos anteriores	(27.148)	(61)
Tributos correntes devidos no período	**4.448.592**	**2.713.574**
(-) Antecipações	(2.179.848)	(914.095)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	**2.268.744**	**1.799.479**

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	**5.924.507**	**7.598.837**
Ajustes de períodos anteriores	(312.182)	1.881
Tributos correntes devidos no período	**5.612.325**	**7.600.718**
(-) Antecipações	(2.562.671)	(5.267.644)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	**3.049.654**	**2.333.074**

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	BNDES		Consolidado		
Ativo	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.472.744	10.265.154	14.161.334	11.126.522	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	499.675	2.585.490	3.308.657	5.395.151	Alienação de títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	6.962	7.965	256.920	284.991	Alienação de títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	55.606	31.075	598.822	543.702	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	-	78.463	-	80.780	Pagamento
. Ágio amortizado	-	-	92.327	90.595	Alienação de títulos
. Outros	171.307	128.492	232.369	201.420	
Subtotal	**13.206.294**	**13.096.639**	**18.650.429**	**17.723.161**	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-	-	3.251.229	3.263.290	Alienação de títulos
. Perda atuarial – FAMS	45.038	86.274	89.991	145.673	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	**45.038**	**86.274**	**3.341.220**	**3.408.963**	
Total dos créditos tributários diferidos	**13.251.332**	**13.182.913**	**21.991.649**	**21.132.124**	
Circulante	-	2.160.484	-	4.201.288	
Não circulante	13.251.332	11.022.429	21.991.649	16.930.836	

	BNDES		Consolidado		
Passivo	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(181.605)	(145.495)	(146.429)	(255.442)	Alienação de títulos
. Outros	-	-	(5.977)	(5.977)	
Subtotal	**(181.605)**	**(145.495)**	**(152.406)**	**(261.419)**	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(2.840.780)	(8.396.305)	(17.348.321)	(26.508.587)	Alienação de títulos
Subtotal	**(2.840.780)**	**(8.396.305)**	**(17.348.321)**	**(26.508.587)**	
Total dos débitos tributários diferidos	**(3.022.385)**	**(8.541.800)**	**(17.500.727)**	**(26.770.006)**	
Circulante	-	(2.374.036)	-	(6.923.738)	
Não circulante	(3.022.385)	(6.167.764)	(17.500.727)	(19.846.268)	

(continua)

(continuação)

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	BNDES			
Ativo	**31/12/2019**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2020**
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.265.154	4.744.994	(2.537.404)	12.472.744
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	2.585.490	16.477	(2.102.292)	499.675
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	7.965	-	(1.003)	6.962
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	31.075	24.577	(46)	55.606
. Participação dos empregados no lucro	78.463	-	(78.463)	-
. Outros	128.492	108.839	(66.024)	171.307
Subtotal	**13.096.639**	**4.894.887**	**(4.785.232)**	**13.206.294**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-			-
. Perda atuarial – FAMS	86.274	-	(41.236)	45.038
Subtotal	**86.274**	**-**	**(41.236)**	**45.038**
Total dos créditos tributários diferidos	**13.182.913**	**4.894.887**	**(4.826.468)**	**13.251.332**

	BNDES			
Passivo	**31/12/2019**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2020**
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(145.495)	(123.686)	87.576	(181.605)
Subtotal	**(145.495)**	**(123.686)**	**87.576**	**(181.605)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(8.396.305)	-	5.555.525	(2.840.780)
Subtotal	**(8.396.305)**	**-**	**5.555.525**	**(2.840.780)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(8.541.800)**	**(123.686)**	**5.643.101**	**(3.022.385)**

	Consolidado			
Ativo	**31/12/2019**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2020**
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para risco de crédito	11.126.522	6.203.701	(3.168.889)	14.161.334
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	5.395.151	35.494	(2.121.988)	3.308.657
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	284.991	-	(28.071)	256.920
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	543.702	55.181	(61)	598.822
. Participação dos empregados no lucro	80.780	-	(80.780)	-
. Ágio amortizado	90.595	4.625	(2.893)	92.327
. Outros	201.420	115.257	(84.308)	232.369
Subtotal	**17.723.161**	**6.414.258**	**(5.486.990)**	**18.650.429**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	3.263.290	-	(12.061)	3.251.229
. Perda atuarial – FAMS	145.673	16.883	(72.565)	89.991
Subtotal	**3.408.963**	**16.883**	**(84.626)**	**3.341.220**
Total dos créditos tributários diferidos	**21.132.124**	**6.431.141**	**(5.571.616)**	**21.991.649**

	Consolidado			
Passivo	**31/12/2019**	**Constituição**	**Realização**	**30/06/2020**
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(255.442)	(653.698)	762.711	(146.429)
. Outros	(5.977)	-	-	(5.977)
Subtotal	**(261.419)**	**(653.698)**	**762.711**	**(152.406)**
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(26.508.587)	-	9.160.266	(17.348.321)
Subtotal	**(26.508.587)**	**-**	**9.160.266**	**(17.348.321)**
Total dos débitos tributários diferidos	**(26.770.006)**	**(653.698)**	**9.922.977**	**(17.500.727)**

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	BNDES			
		Efeito no		
	31/12/2019	**Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2020**
Créditos tributários diferidos	13.182.913	109.655	(41.236)	13.251.332
Débitos tributários diferidos	(8.541.800)	(36.110)	5.555.525	(3.022.385)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**4.641.113**	**73.545**	**5.514.289**	**10.228.947**

	Consolidado			
		Efeito no		
	31/12/2019	**Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2020**
Créditos tributários diferidos	21.132.124	927.268	(67.743)	21.991.649
Débitos tributários diferidos	(26.770.006)	109.013	9.160.266	(17.500.727)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**(5.637.882)**	**1.036.281**	**9.092.523**	**4.490.922**

	BNDES			
		Efeito no		
	31/12/2018	**Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2019**
Créditos tributários diferidos	11.633.156	(568.424)	33.699	11.098.431
Débitos tributários diferidos	(3.376.761)	6.914	(3.158.024)	(6.527.871)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**8.256.395**	**(561.510)**	**(3.124.325)**	**4.570.560**

	Consolidado			
		Efeito no		
	31/12/2018	**Resultado**	**Efeito no PL**	**30/06/2019**
Créditos tributários diferidos	19.803.075	178.500	(292.476)	19.689.099
Débitos tributários diferidos	(18.040.170)	(457.833)	(4.041.325)	(22.539.328)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	**1.762.905**	**(279.333)**	**(4.333.801)**	**(2.850.229)**

(continua)

(continuação)

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 30 de junho de 2020 não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R$ 4.422.669 (R$ 4.526.845 em 31 de dezembro de 2019) e no Consolidado R$ 5.342.692 (R$ 5.372.246 em 31 de dezembro de 2019), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

	30/06/2020									
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2020	2.942.524	22,2%	(959.669)	31,8%	1.982.855	4.488.574	20,4%	(4.831.338)	27,6%	(342.764)
2021	1.473.524	11,1%	(561.563)	18,6%	911.961	4.188.534	19,0%	(4.371.257)	25,0%	(182.723)
2022	987.507	7,5%	(851.215)	28,2%	136.292	2.486.903	11,3%	(4.105.524)	23,5%	(1.618.621)
2023	1.058.727	8,0%	(240.610)	8,0%	818.117	2.510.658	11,4%	(3.485.743)	19,9%	(975.085)
2024	4.146.880	31,3%	(201.152)	6,7%	3.945.728	4.770.331	21,7%	(201.152)	1,1%	4.569.179
2025 a 2029	2.642.170	19,9%	(216.854)	7,2%	2.425.316	3.538.244	16,1%	(216.855)	1,2%	3.321.389
Após 2029*	-	-	8.678	-0,5%	8.678	8.405	0,1%	(288.858)	1,7%	(280.453)
Total	**13.251.332**	**100%**	**(3.022.385)**	**100%**	**10.228.947**	**21.991.649**	**100%**	**(17.500.727)**	**100%**	**4.490.922**
Valor Presente		**9.861.172**		**(2.475.863)**	**7.385.309**		**16.786.938**		**(14.384.219)**	**2.402.719**

	31/12/2019									
	BNDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2020	2.160.484	16,4%	(2.374.036)	27,7%	(213.552)	4.201.288	19,9%	(6.923.738)	25,9%	(2.722.450)
2021	1.612.131	12,2%	(1.839.064)	21,5%	(226.933)	4.076.755	19,3%	(6.259.375)	23,4%	(2.182.620)
2022	1.513.675	11,5%	(2.101.839)	24,6%	(588.164)	2.916.831	13,8%	(6.522.332)	24,4%	(3.605.501)
2023	1.443.943	11,0%	(1.535.637)	18,0%	(91.694)	2.819.852	13,3%	(5.951.194)	22,2%	(3.131.342)
2024	2.840.451	21,5%	(269.295)	3,2%	2.571.156	3.400.133	16,1%	(269.295)	1,0%	3.130.838
2025 a 2029	3.612.229	27,4%	(329.717)	3,9%	3.282.512	3.708.860	17,6%	(329.718)	1,2%	3.379.142
Após 2029*	-	-	(92.212)	1,1%	(92.212)	8.405	0,0%	(514.354)	1,9%	(505.949)
Total	**13.182.913**	**100,0%**	**(8.541.800)**	**100,0%**	**4.641.113**	**21.132.124**	**100,0%**	**(26.770.006)**	**100,0%**	**(5.637.882)**
Valor Presente		**10.500.862**		**(7.350.196)**	**3.150.666**		**17.380.256**		**(23.061.022)**	**(5.680.766)**

(*) Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução nº 3.059/2002.

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	-	-	541.224	530.843
Imposto de renda retido na fonte	854	68.716	211.239	223.194
Outros	709	644	2.843	2.380
Total no Ativo Circulante	**1.563**	**69.360**	**755.306**	**756.417**

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 26.18.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Processos trabalhistas	58.656	56.325	78.493	75.356
Processos cíveis	64.912	12.736	1.640.798	1.499.540
Total	**123.568**	**69.061**	**1.719.291**	**1.574.896**
Circulante	41	35	91	85
Não circulante	123.527	69.026	1.719.200	1.574.811

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	30/06/2020			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Até 1 ano	4	4	37	87
Entre 1 e 2 anos	38.024	56.144	31	31
Entre 2 e 3 anos	7.215	8.341	2.988	5.933
Entre 3 e 5 anos	12.145	12.736	61.376	1.634.267
Entre 5 e 10 anos	1.268	1.268	477	477
Após 10 anos	-	-	2	2
Total	**58.656**	**78.493**	**64.911**	**1.640.797**

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 107 processos judiciais em andamento no BNDES e 119 no consolidado, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	56.325	50.384	75.356	68.045
Pagamentos	-	(172)	-	(628)
Constituições	2.350	6.547	3.195	8.688
Reversões	(19)	(434)	(58)	(749)
Saldo no final do período	**58.656**	**56.325**	**78.493**	**75.356**

Em 30 de junho de 2020, havia 23 processos judiciais em andamento no BNDES e 37 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 5.395 e R$ 7.925 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, havia 25 processos judiciais em andamento no BNDES e 41 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 5.223 e R$ 7.729 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

(continua)

(continuação)

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 20 processos (26 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Saldo no início do exercício	12.736	13.456	1.499.540	1.418.408
Pagamentos	-	(153)	-	(153)
Constituições	52.262	1.784	141.344	83.839
Reversões	(86)	(2.351)	(86)	(2.554)
Saldo no final do período	**64.912**	**12.736**	**1.640.798**	**1.499.540**

Em 30 de junho de 2020, havia 29 processos judiciais em andamento no BNDES e 45 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 30.180 e R$ 1.490.875 no BNDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, havia 29 processos judiciais em andamento no BNDES e 46 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 100.450 e R$ 1.543.912 no BNDES e Consolidado, respectivamente.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa nº 26.15

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Passivo atuarial – PBB	2.574.843	2.320.016	3.079.564	2.847.764
Passivo atuarial – PAS	3.500.244	4.218.286	4.202.796	4.981.630
	6.075.087	**6.538.302**	**7.282.360**	**7.829.394**
Circulante				
Passivo atuarial – PBB	186.322	158.667	239.403	203.956
Passivo atuarial – PAS	46.186	43.364	74.303	69.610
	232.508	**202.031**	**313.706**	**273.566**
Não circulante				
Passivo atuarial – PBB	2.388.521	2.161.349	2.840.161	2.643.808
Passivo atuarial – PAS	3.454.058	4.174.922	4.128.493	4.912.020
	5.842.579	**6.336.271**	**6.968.654**	**7.555.828**

17.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 31 de maio de 2020 e atualizada até 30 de junho de 2020.

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Valor presente da obrigação atuarial	13.805.913	14.920.089	16.623.053	17.921.751
Valor justo dos ativos do plano	(11.231.070)	(12.600.073)	(13.543.489)	(15.073.987)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	**2.574.843**	**2.320.016**	**3.079.564**	**2.847.764**

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Valor presente no início do exercício	14.920.089	11.657.682	17.921.751	14.217.687
Custo do serviço corrente	306.985	635.544	309.565	641.486
Custo de juros	527.236	1.076.144	629.883	1.312.463
Contribuição dos participantes do plano	40.287	78.575	41.384	80.668
Perdas (ganhos) atuariais	(1.687.385)	2.052.498	(1.889.945)	2.421.802
Mudança de premissas (crescimento salarial)	30.241	-	30.544	-
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(1.538.969)	3.267.599	(1.739.228)	3.725.664
Ajuste de experiência	(178.657)	(1.215.868)	(181.261)	(1.304.695)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	767	-	833
Benefícios pagos	(301.299)	(580.354)	(389.585)	(752.355)
Valor presente no final do período	**13.805.913**	**14.920.089**	**16.623.053**	**17.921.751**

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Valor justo no início do exercício	12.600.073	8.560.899	15.073.987	10.527.879
Receita de juros	437.170	790.274	521.499	971.850
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(1.617.997)	3.609.075	(1.787.862)	4.082.245
Contribuições recebidas do empregador	72.836	141.604	84.066	163.700
Contribuições recebidas dos participantes	40.287	78.575	41.384	80.668
Benefícios pagos	(301.299)	(580.354)	(389.585)	(752.355)
Valor justo no final do período	**11.231.070**	**12.600.073**	**13.543.489**	**15.073.987**

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R$ 150.843 (R$ 174.102 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 19,65 anos em 30 de junho de 2020 (20,53 anos em 31 de dezembro de 2019).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2020 para os próximos anos:

Plano PBB	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Entre 5 e 10 anos**	**Após 10 anos**	**Total**
BNDES	674.164	677.205	675.374	1.352.590	3.577.656	46.342.940	53.299.929
Consolidado	874.230	877.035	874.503	1.745.401	4.527.104	49.096.730	57.995.003

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2019 para os próximos anos:

Plano PBB	**Até 1 ano**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
BNDES	660.744	662.536	1.984.615	49.401.986	52.709.881
Consolidado	856.818	857.819	2.565.991	53.131.692	57.412.320

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	**30/06/2019**	**30/06/2020**	**30/06/2019**
Custo do serviço corrente	(149.150)	(195.659)	(306.985)	(322.371)
Custo dos juros da obrigação	(270.387)	(266.003)	(527.236)	(526.197)
Receita de juros dos ativos	222.310	195.340	437.170	386.416
Subtotal	**(197.227)**	**(266.322)**	**(397.051)**	**(462.152)**
Contribuições recebidas do empregador	36.121	17.543	72.836	71.204
Total	**(161.106)**	**(248.779)**	**(324.215)**	**(390.948)**

(continua)

(continuação)

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(150.394)	(197.691)	(309.565)	(326.037)
Custo dos juros da obrigação	(322.216)	(324.415)	(629.883)	(641.748)
Receita de juros dos ativos	264.823	240.222	521.499	475.200
Subtotal	**(207.787)**	**(281.884)**	**(417.949)**	**(492.585)**
Contribuições recebidas do empregador	41.729	18.655	84.066	82.266
Total	(166.058)	(263.229)	(333.883)	(410.319)

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado (1)	
Outros Resultados Abrangentes - PL	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	937.851	(618.726)	747.295	(913.148)
Ganhos (Perdas) atuariais	1.687.385	(2.052.498)	1.889.945	(2.421.802)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(1.617.997)	3.609.075	(1.787.862)	4.082.245
Saldo no final do período	**1.007.239**	**937.851**	**849.378**	**747.295**

(1) Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

	BNDES							
	30/06/2020				31/12/2019			
Ativos por categoria	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fundos de investimento	1.120.726	5.139.131	4.029.253	10.289.110	1.838.489	5.463.079	4.423.970	11.725.538
Ações	329.274	-	-	329.274	659.437	-	-	659.437
Renda fixa	2	-	-	2	2	-	-	2
Multimercado	761.611	5.139.131	3.647.216	9.547.958	1.179.050	5.463.079	4.056.879	10.699.008
Participações	-	-	382.037	382.037	-	-	367.091	367.091
Fundos Imobiliários	29.839	-	-	29.839	-	-	-	-
Imóveis [1]	-	800.313	-	800.313	-	746.505	-	746.505
Locados a terceiros	-	735.896	-	735.896	-	664.757	-	664.757
Locados aos patrocinadores	-	64.417	-	64.417	-	81.748	-	81.748
Empréstimos e financiamentos	-	-	354.297	354.297	-	-	346.016	346.016
Subtotal	**1.120.726**	**5.939.444**	**4.383.550**	**11.443.720**	**1.838.489**	**6.209.584**	**4.769.986**	**12.818.059**
Outros ativos não avaliados a valor justo [2]				97.168				79.801
Outras deduções [3]				(297.142)				(310.549)
Total 31/05/2020 e 30/11/2019				**11.243.746**				**12.587.311**
Atualização de data-base [4]				(12.676)				12.762
Total				**11.231.070**				**12.600.073**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 14.282 em 30 de junho de 2020 (R$ 13.921 em 31 de dezembro de 2019).
[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.
[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.
[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2020 para 30/06/2020. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2020.

	Consolidado							
	30/06/2020				31/12/2019			
Ativos por categoria	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fundos de investimento	1.352.101	6.200.107	4.861.095	12.413.303	2.200.406	6.538.516	5.294.852	14.033.774
Ações	397.253	-	-	397.253	789.251	-	-	789.251
Renda fixa	2	-	-	2	2	-	-	2
Multimercado	918.846	6.200.107	4.400.186	11.519.139	1.411.153	6.538.516	4.855.497	12.805.166
Participações	-	-	460.909	460.909	-	-	439.355	439.355
Fundos imobiliários	36.000	-	-	36.000	-	-	-	-
Imóveis [1]	-	965.536	-	965.536	-	893.459	-	893.459
Locados a terceiros	-	887.820	-	887.820	-	795.618	-	795.618
Locados aos patrocinadores	-	77.716	-	77.716	-	97.841	-	97.841
Empréstimos e financiamentos	-	-	427.442	427.442	-	-	414.131	414.131
Subtotal	**1.352.101**	**7.165.643**	**5.288.537**	**13.806.281**	**2.200.406**	**7.431.975**	**5.708.983**	**15.341.364**
Outros ativos não avaliados a valor justo [2]				117.229				95.510
Outras deduções [3]				(358.487)				(371.682)
Total 31/05/2019 e 30/11/2019				**13.565.023**				**15.065.192**
Atualização de data base [4]				(21.534)				8.795
Total				**13.543.489**				**15.073.987**

[1] O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R$ 17.231 em 30 de junho de 2020 (R$ 16.662 em 31 de dezembro de 2019).
[2] Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis
[3] Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos
[4] Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2020 para 30/06/2020. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2020.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 30 de junho de 2020, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	**Valor do impacto sobre a obrigação atuarial**	**Variação % sobre a obrigação atuarial**	**Valor do impacto sobre a obrigação atuarial**	**Variação % sobre a obrigação atuarial**
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.861.085)	(13,48)%	(2.120.494)	(12,76)%
Redução de 1% a.a.	2.404.332	17,42%	2.712.270	16,32%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	324.202	2,35%	393.706	2,37%
Redução de 1 ano na idade	(328.774)	(2,38)%	(399.214)	(2,40)%
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	762.245	5,52%	766.311	4,61%
Redução de 1% a.a.	(649.398)	(4,70)%	(653.256)	(3,93)%

(continua)

(continuação)

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contratos de 2002 (a)	799.013	773.327	1.021.149	988.321
Contratos de 2004 (b)	55.161	54.126	76.030	74.604
Total	**854.174**	**827.453**	**1.097.179**	**1.062.925**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o BNDES possui prazo para se pronunciar a respeito de pedido de ingresso da União como assistente simples no processo.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(a) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R$ 395.262 em junho de 2009, R$ 11.479 em julho de 2010 e R$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6° da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU. Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.500.244	4.218.286	4.202.796	4.981.630
Passivo líquido	**3.500.244**	**4.218.286**	**4.202.796**	**4.981.630**

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	4.218.286	2.528.499	4.981.631	3.098.715
Custo do serviço corrente	122.161	250.719	124.340	255.312
Custo de juros da obrigação	151.839	233.411	178.346	286.048
Perdas (Ganhos) atuariais	(959.905)	1.269.721	(1.037.225)	1.423.993
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(576.219)	1.289.449	(645.268)	1.445.608
Ajuste de experiência	(383.686)	(44.781)	(391.957)	(47.131)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	25.053	-	25.516
Benefícios pagos	(32.137)	(64.064)	(44.296)	(82.438)
Saldo no final do período	**3.500.244**	**4.218.286**	**4.202.796**	**4.981.630**

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(59.555)	(62.578)	(122.161)	(107.808)
Custo dos juros da obrigação	(78.534)	(57.694)	(151.839)	(114.129)
Subtotal	**(138.089)**	**(120.272)**	**(274.000)**	**(221.937)**
Benefícios pagos	14.869	17.188	32.137	30.968
Total	**(123.220)**	**(103.084)**	**(241.863)**	**(190.969)**

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(60.617)	(63.752)	(124.340)	(109.920)
Custo dos juros da obrigação	(92.018)	(70.706)	(178.346)	(139.868)
Subtotal	**(152.635)**	**(134.458)**	**(302.686)**	**(249.788)**
Benefícios pagos	20.584	22.309	44.296	38.774
Total	**(132.051)**	**(112.149)**	**(258.390)**	**(211.014)**

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado (1)	
Outros resultados abrangentes - PL	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	(1.681.788)	(412.067)	(2.054.365)	(630.372)
Ganhos (Perdas) atuariais	959.905	(1.269.721)	1.037.225	(1.423.993)
Saldo no final do período	**(721.883)**	**(1.681.788)**	**(1.017.140)**	**(2.054.365)**

(1) Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDES, BNDESPAR e FINAME.

(continua)

(continuação)

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R$ 79.082 (R$ 110.227 no consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 27,05 anos em 30 de junho de 2020 (28,33 anos em 31 de dezembro de 2019).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2020 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	79.082	83.586	87.363	185.950	568.119	20.400.710	21.404.810
Consolidado	110.227	116.493	121.873	258.766	769.525	21.562.131	22.939.015

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 30 de junho de 2020, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

	BNDES		Consolidado	
Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(660.272)	(18,86)%	(745.710)	(17,74)%
Redução de 1% a.a.	910.944	26,03%	1.018.233	24,23%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	152.413	4,35%	181.794	4,33%
Redução de 1 ano na idade	(149.449)	(4,27)%	(178.167)	(4,24)%
Taxa aumento dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	891.279	25,46%	996.355	23,71%
Redução de 1% a.a.	(660.543)	(18,87)%	(746.018)	(17,75)%

17.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2020	31/12/2019
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000 - Basic	AT 2000 - Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,33% a.a.	3,33% a.a.
Grupo Apoio	3,43% a.a.	3,43% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	7,00% a.a.	7,00% a.a.
Grupo Apoio	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de desconto nominal	7,74% a.a.	7,05% a.a.
Taxa de inflação	3,55% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	7,74% a.a.	7,05% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

17.3. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
	Valor	14.249	-
Classificação: Provável	Quantidade	20	-
	Valor	48.310	408
Classificação: Possível	Quantidade	75	27

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R$ 14.249 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, não existem processos considerados como perda provável.

Conforme Resolução CMN nº 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R$ 48.310 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R$ 408 e, em sua maioria, se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde.

17.4. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Vale-refeição	8.183	8.642	16.358	17.368
Assistência Educacional	3.619	3.643	7.241	7.195
Total	**11.802**	**12.285**	**23.599**	**24.563**

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Vale-refeição	14.878	14.900	29.742	29.944
Assistência Educacional	6.580	6.280	13.165	12.405
Total	**21.458**	**21.180**	**42.907**	**42.349**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O tratamento contábil dos itens componentes do patrimônio líquido estão descritos na Nota Explicativa nº 26.20.

18.1 Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Está em curso um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R$ 6.734.004, sem emissão de novas ações, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 30 de abril de 2020. Uma vez que o pleito para o aumento de capital seja autorizado pelo BACEN, nos termos da Circular BACEN nº 3.180/2003, o capital passará a ser de R$ 53.983.180.

(continua)

(continuação)

18.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	30/06/2020	31/12/2019
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	2.393.010	1.068.567
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	330.396	(657.665)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de controladas	(157.861)	37.590
Ajuste – outros resultados abrangentes - reflexo de coligada	(240.008)	(666.620)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda[1]	25.771.815	39.592.465
De títulos próprios	25.752.441	39.604.937
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)	19.374	(12.472)
Total	**28.097.352**	**39.374.337**

[1] Para efeito da Resolução CMN nº 4.175/2002, vide Nota Explicativa nº 7.1.2.

19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009.

19.1. Transações com controladas

As seguintes operações entre as empresas, incluídas na consolidação, foram eliminadas nas demonstrações consolidadas:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Finame	BNDESPAR	Total	Finame	BNDESPAR	Total
Ativo						
Operações de repasses	76.079.190	-	76.079.190	76.213.916	-	76.213.916
Dividendos a receber	-	-	-	241.398	2.481.526	2.722.924
Pagamentos a ressarcir	41.630	97.781	139.411	63.554	78.649	142.203
Passivo						
Operações compromissadas	2.340.129	22.213.652	24.553.781	2.129.261	31.463.224	33.592.485
Outras obrigações	1.984	-	1.984	-	-	-

	Três meses findos					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Finame	BNDESPAR	Total	Finame	BNDESPAR	Total
Receitas						
Operações de repasses						
. Moeda nacional	385.709	-	385.709	1.217.478	-	1.217.478
. Moeda estrangeira	1.199.120	-	1.199.120	(200.308)	-	(200.308)
Operações de repasses com recursos do PIS/PASEP	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	12.465	147.366	159.831	13.511	84.924	98.435
Despesas						
Operações compromissadas	(25.550)	(225.309)	(250.859)	(59.676)	(462.841)	(522.517)

	Seis meses findos					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Finame	BNDESPAR	Total	Finame	BNDESPAR	Total
Receitas						
Operações de repasses						
. Moeda nacional	1.388.940	-	1.388.940	2.443.490	-	2.443.490
. Moeda estrangeira	6.025.903	-	6.025.903	(41.168)	-	(41.168)
Operações de repasses com recursos do PIS/PASEP						
Outras receitas	14.915	172.553	187.468	17.907	84.924	102.831
Despesas						
Operações compromissadas	(50.697)	(549.719)	(600.416)	(108.528)	(926.717)	(1.035.245)

19.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa nº 6)	53.686.962	62.532.696	53.726.120	62.532.696
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 19.2.1)	658.218	900.289	1.207.039	1.926.652
Passivo				
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa nº 10.1.c)	174.248.965	162.897.855	174.248.965	162.897.855
Outras obrigações com STN	3.932	3.331	28.440	42.032
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 19.3)	36.872.694	36.849.594	36.872.694	36.849.594

	BNDES			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	1.407.969	1.916.345	2.786.633	3.414.421
Receitas com outros créditos – equalização	168.873	522.172	606.568	1.042.417
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.124.978)	(3.791.040)	(5.471.730)	(8.178.034)
Despesas com outras obrigações – equalização	(2.389)	(267)	(3.943)	(304)

(continua)

(continuação)

	Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	1.416.644	1.917.235	2.786.547	3.417.752
Receitas com outros créditos – equalização	279.435	1.112.357	1.153.725	2.259.032
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.124.978)	(3.791.040)	(5.471.730)	(8.178.034)
Despesas com outras obrigações – equalização	(22.197)	(1.824)	(28.706)	(4.345)

19.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	603.615	848.031	1.152.436	1.874.393
Outros créditos	54.603	52.258	54.603	52.259
Total	**658.218**	**900.289**	**1.207.039**	**1.926.652**

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria nº 950, de 24 de dezembro de 2015 os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Valores Apurados em:				
2020	601.801	-	1.148.949	-
2019	180	709.318	180	1.434.879
Anteriores a 2019	1.634	138.713	3.307	439.514
Total	**603.615**	**848.031**	**1.152.436**	**1.874.393**

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	BNDES					
	30/06/2020			31/12/2019		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	280.142	567.889	848.031	480.367	765.542	1.245.909
.Valores apurados no período	180.722	421.080	601.802	678.107	1.066.831	1.744.938
. Atualização Monetária	-	76	76	-	1.130	1.130
. Recebimentos	(279.961)	(429.254)	(709.215)	(878.332)	(1.270.190)	(2.148.522)
. Constituição de Provisões (*)	-	(137.079)	(137.079)	-	-	-
. Outras	-	-	-	-	4.576	4.576
Saldo no final do período	**180.903**	**422.712**	**603.615**	**280.142**	**567.889**	**848.031**

* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 26.3.1.

	Consolidado					
	30/06/2020			31/12/2019		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	901.968	972.425	1.874.393	1.682.563	1.327.323	3.009.886
.Valores apurados no período	601.378	547.572	1.148.950	2.228.553	1.458.480	3.687.033
. Atualização Monetária	-	85	85	-	705	705
. Recebimentos	(901.788)	(532.997)	(1.434.785)	(3.009.148)	(1.818.573)	(4.827.721)
. Constituição de Provisões (*)	-	(436.207)	(436.207)	-	-	-
. Outras	-	-	-	-	4.490	4.490
Saldo no final do período	**601.558**	**550.878**	**1.152.436**	**901.968**	**972.425**	**1.874.393**

* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 26.3.1.

19.2.2 Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa nº 10.1.c.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 30 de junho de 2020 existem quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013:

(i) Contrato nº 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna.

(ii) Contratos nº 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R$ 8.731.760 e R$ 6.807.216, respectivamente.

(iii) Contrato nº 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	Nº do contrato (STN)	31/12/2019	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	30/06/2020
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	15.553.177	9.749	-	15.562.926
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	9.053.769	5.678	-	9.059.447
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	7.058.256	4.424	-	7.062.680
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.184.392	3.249	-	5.187.641
Total		**36.849.594**	**23.100**	**-**	**36.872.694**
Circulante		1.310.618			1.333.718
Não circulante		35.538.976			35.538.976

(continua)

(continuação)

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer nº 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses e outros créditos	71.761.897	78.670.558	79.060.396	87.554.170
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(669.085)	(660.141)	(670.174)	(661.392)
Passivo				
Depósitos e Repasses	345.346.720	346.190.645	345.567.420	346.368.884

19.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa nº 17:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo				
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	2.574.843	2.320.016	3.079.564	2.847.764
Passivo atuarial - Plano de assistência médica (PAS)	3.500.244	4.218.286	4.202.796	4.981.630
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	1.007.239	937.851	1.007.239	937.851
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	(721.883)	(1.681.788)	(721.883)	(1.681.788)

	BNDES				Consolidado			
	Três meses findos		Seis meses findos		Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas								
PBB	(161.106)	(248.779)	(324.215)	(390.948)	(166.058)	(263.229)	(333.883)	(410.319)
PAS	(123.220)	(103.084)	(241.863)	(190.969)	(132.051)	(112.149)	(258.390)	(211.014)

19.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				
Direitos e recebíveis	115.564	80.351	115.564	80.351
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.915)	(323)	(1.915)	(323)

19.6. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES: membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais:

	BNDES		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Benefícios de curto prazo:				
Honorários, benefícios e encargos	7.510	6.704	7.911	7.693
RVA (Parcela à vista)	-	645	-	645
Benefícios pós emprego:				
Remuneração compensatória – quarentena	535	910	535	910
Benefícios de Longo Prazo:				
RVA (Parcelas diferidas)	999	903	999	903
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:				
Férias proporcionais e indenizadas	-	84	-	84

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do Bacen.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2020		30/06/2019		30/06/2020		30/06/2019	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	75,65	87,39	72,53	80,84	75,65	87,39	72,53
Menor Salário	8,10	3,94	4,05	3,78	8,10	3,94	4,05	3,78
Salário Médio	35,00	30,77	31,16	28,63	28,21	30,86	21,05	28,75

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da BNDESPAR e da FINAME, ambas realizadas em 23.03.2020, foram aprovadas alterações dos seus Estatutos Sociais, estabelecendo-se que os Conselhos de Administração e Fiscal dessas empresas passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDES. Assim, o Sistema BNDES passou a ter a unificação dos seus Conselhos.

(continua)

(continuação)

19.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	BNDES				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	3.820	174.363	3.833	83.879	3.820	180.026	3.833	87.123
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	34	(4.962)	(291)	82.623	34	(5.059)	(291)	85.959
Pagamentos realizados	(999)	(169.401)	(1.614)	(166.502)	(999)	(174.967)	(1.614)	(173.082)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	-	-	419	-	-	-	419	-
Provisão do exercício	-	-	1.473	174.363	-	-	1.473	180.026
Saldo no fim do período	**2.855**	**-**	**3.820**	**174.363**	**2.855**	**-**	**3.820**	**180.026**

(*) O ajuste dos valores diferidos decorre dos seguintes motivos: i) reajustamento dos honorários dos Dirigentes; ii) diferença na apuração dos indicadores, com base no relatório da auditoria interna; iii) redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e iv) Atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN nº 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

	BNDES e Consolidado	
RVA	30/06/2020	31/12/2019
2020	896	1.921
2021	1.153	1.109
2022	560	544
2023	246	246
Total	**2.855**	**3.820**

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa nº 26.16, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES referentes ao primeiro semestre de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior:

	Consolidado				
	30/06/2020				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	14.656.414	-	-	-	14.656.414
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	571.910	-	4.114.835	-	4.686.745
Despesas de Captação	(9.860.278)	(1.466.822)	(1.162.543)	-	(12.489.643)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	201.657	-	201.657
PRODUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**5.368.046**	**(1.466.822)**	**3.153.949**	**-**	**7.055.173**
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	(1.775.705)	-	(494.845)	-	(2.270.550)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.592.341**	**(1.466.822)**	**2.659.104**	**-**	**4.784.623**
Resultado com Participações Societárias	-	7.367.874	-	-	7.367.874
Despesas Administrativas e com Pessoal	(941.963)	(96.818)	(73.786)	-	(1.112.567)
Outras despesas, líquidas	(1.290.787)	(207.229)	308.036	-	(1.189.980)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.359.591**	**5.597.005**	**2.893.354**	**-**	**9.849.950**
(+/-) Tributos sobre o Lucro	(632.673)	(3.094.151)	(1.092.391)	(69.011)	(4.888.226)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**726.918**	**2.502.854**	**1.800.963**	**(69.011)**	**4.961.724**
ATIVOS	**459.502.966**	**79.454.806**	**186.922.925**	**21.991.649**	**747.872.346**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	8.715.197	-	-	8.715.197

	Consolidado				
	30/06/2019				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	19.748.172	-	-	-	19.748.172
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	807.167	-	6.494.422	-	7.301.589
Despesas de Captação	(14.797.020)	(3.338.702)	(630.907)	-	(18.766.629)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(323.326)	-	(323.326)
PRODUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**5.758.319**	**(3.338.702)**	**5.540.189**	**-**	**7.959.806**
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	1.104.944	-	56.023	-	1.160.967
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**6.863.263**	**(3.338.702)**	**5.596.212**	**-**	**9.120.773**
Resultado com Participações Societárias	-	13.469.294	-	-	13.469.294
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.034.053)	(127.654)	(51.802)	-	(1.213.509)
Outras despesas, líquidas	(802.674)	(162.183)	267.746	-	(697.111)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**5.026.536**	**9.840.755**	**5.812.156**	**-**	**20.679.447**
(+/-) Tributos sobre o Lucro	(2.043.741)	(2.779.044)	(2.211.781)	162.703	(6.871.863)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**2.982.795**	**7.061.711**	**3.600.375**	**162.703**	**13.807.584**
ATIVOS	**487.631.690**	**108.255.773**	**183.768.733**	**19.689.099**	**799.345.295**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	8.890.006	-	-	8.890.006

21. GESTÃO DE RISCOS

21.1. Gerenciamento de Riscos e Controle Interno

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseados nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de Gestão de Riscos e Controle Interno para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;

(continua)

(continuação)

- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar cultura de controle interno e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES; e
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos e de controle interno.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controle interno do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e controle interno.

Cabe destacar que, com o intuito de atender à Resolução CMN nº 4.557/2017, o BNDES dispõe de estrutura organizacional de gerenciamento de capital, que possui como um de seus produtos a elaboração do relatório ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*). A estrutura de gerenciamento de capital engloba as seguintes unidades da instituição: Área de Gestão de Riscos, responsável por realizar o cálculo da necessidade de capital pra cobertura dos riscos e realizar testes de estresse; Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; Área de Planejamento Estratégico, responsável por elaborar proposta de orçamento plurianual do BNDES, descrever a estratégia da instituição e elaborar cenários e projeções para as variáveis macroeconômicas, tanto em situação de normalidade quanto de estresse; Área de Integridade e *Compliance*, por meio do Departamento de Validação, que elabora o relatório de validação independente do ICAAP; e a Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital da instituição.

Atendendo às diretrizes dispostas na Circular BACEN nº 3.678/13 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-gerenciamento-riscos/.

21.1.1. Risco Operacional e Controle Interno

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, no qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Já o Controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da instituição, tendo grande importância na gestão dos riscos operacionais.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, avaliação e monitoramento de riscos e controles associados. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco e controle.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno e de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

A disseminação da cultura de riscos operacionais e de controle interno na Instituição é suportada por um Plano de Comunicação, desenvolvido com o objetivo de guiar as ações de comunicação e de divulgação de informações, que incluem apresentações/palestras de divulgação de risco operacional, treinamentos sobre utilização de ferramentas de suporte às atividades de risco operacional e inserções na mídia interna. Também estão disponíveis informações sobre os temas na intranet.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R$ 43.896.228, em 31 de dezembro de 2019, para R$ 38.269.089, em 30 de junho de 2020. A redução da parcela ocorreu em função da redução significativa do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2019, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 30 de junho de 2020. O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

21.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN nº 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

(continua)

(continuação)

Os valores para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	30/06/2020	31/12/2019
Juros	145.431	133.884
Câmbio	23.996	48.203
Ações	3.872.030	2.255.956
Efeito Diversificação	(85.132)	(114.812)
VaR total	**3.956.325**	**2.323.231**

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

As tabelas a seguir apresentam os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

NII

Fatores de risco	30/06/2020	31/12/2019
Prefixado	(182.569)	549.603
Câmbio (Taxa de Juros)	2.230.399	(2.125.526)
Inflação	(324.729)	4.285.020
Taxa de Juros (outras)	(933.222)	(366.032)
Efeito Diversificação	-	-
Total	**789.879**	**2.343.065**

EVE

Fatores de risco	30/06/2020	31/12/2019
Prefixado	48.734.393	47.805.480
Câmbio (Taxa de Juros)	(13.058.147)	2.640.880
Inflação	2.842.067	(394.630)
Taxa de Juros (outras)	(11.017.634)	2.554.648
Efeito Diversificação	-	-
Total	**27.500.679**	**52.606.378**

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD}) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo a de risco de mercado (RWA_{MPAD}) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA_{MPAD}	30/06/2020	31/12/2019
RWA_{JUR1}	692.968	1.278.562
RWA_{JUR2}	-	-
RWA_{JUR3}	941.780	1.450.023
RWA_{CAM}	17.822.581	24.118.911
Total parcela RWA_{MPAD}	**19.457.329**	**26.847.496**
IRRBB	**2.670.319**	**5.881.603**

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos períodos analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES 30/06/2020	BNDES 31/12/2019	CONSOLIDADO 30/06/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	(120.895.782)	(92.560.658)	(97.431.439)	(63.052.704)
Juros	TJLP	(22.774.250)	(25.491.864)	(16.517.125)	(16.994.437)
Juros	Prefixado	2.410.111	1.919.389	2.679.352	4.001.378
Juros	IGPM	3.131.649	3.748.233	3.517.748	4.078.025
Juros	IPCA	7.389.195	13.437.213	9.361.271	16.208.304
Juros	TR	(5.145.639)	(7.425.842)	(6.741.363)	(8.931.677)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(721.129)	275.158	(1.031.569)	259.297
Operações de renda variável					
Preços	Ações	5.998.008	32.115.009	66.376.840	102.987.678
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	-	-	1.617.508	2.254.425
Preços	Opções de ações	345	335	58.104	33.718

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Circular BACEN nº 3.959/2019, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

BNDES

			30/06/2020		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	271.289	(472.763)	(945.525)
Juros	TJLP	Alta TJLP	57.118	(185.633)	(371.266)
Juros	Prefixado	Queda PRE	16.725	(3.113)	(5.188)
Juros	IGPM	Queda IGPM	31.614	(9.592)	(15.987)
Juros	IPCA	Queda IPCA	29.128	(25.094)	(41.823)
Juros	TR	Alta TR	4.755	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Alta USD	5.960	(118.986)	(237.972)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	325.569	(989.671)	(1.979.343)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(101)	(199)

BNDES

			31/12/2019		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	137.078	(696.068)	(1.392.136)
Juros	TJLP	Alta TJLP	4.218	(234.283)	(468.566)
Juros	Prefixado	Queda PRE	42.497	(2.479)	(4.132)
Juros	IGPM	Queda IGPM	2.148	(20.450)	(34.083)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(5.806)	(74.593)	(124.321)
Juros	TR	Alta TR	5.300	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	2.085	(36.321)	(60.535)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	2.161.864	(5.298.976)	(10.597.953)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(94)	(186)

(continua)

(continuação)

CONSOLIDADO					
			30/06/2020		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	218.635	(381.005)	(762.011)
Juros	TJLP	Alta TJLP	41.425	(134.631)	(269.262)
Juros	Prefixado	Queda PRE	18.594	(3.461)	(5.768)
Juros	IGPM	Queda IGPM	35.511	(10.775)	(17.958)
Juros	IPCA	Queda IPCA	36.902	(31.791)	(52.985)
Juros	TR	Alta TR	6.229	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Alta USD	8.526	(170.209)	(340.418)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	3.054.003	(10.959.447)	(21.918.896)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(405.413)	(783.940)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(11.009)	(14.938)

CONSOLIDADO					
			31/12/2019		
Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	93.378	(474.165)	(948.329)
Juros	TJLP	Alta TJLP	62.811	(156.187)	(312.375)
Juros	Prefixado	Queda PRE	88.595	(5.168)	(8.614)
Juros	IGPM	Queda IGPM	2.337	(22.249)	(37.081)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(7.003)	(89.976)	(149.960)
Juros	TR	Alta TR	6.374	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	1.965	(34.227)	(57.045)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	6.216.591	(16.992.967)	(33.985.934)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(541.694)	(992.863)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(6.519)	(9.163)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Circular BACEN nº 3.959/2019, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Indicadores de Risco de Liquidez	30/06/2020	31/12/2019
Liquidity Coverage Ratio (LCR)	18,5	8,7
Índice de Caixa Mínimo - 3 meses (ICM)	5,0	8,2
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	1,4	1,3

21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplemento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

(continua)

(continuação)

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen nº 3.644/13 e nº 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.227.919	24.902
Títulos e Valores Mobiliários	81.529.967	121.114.063
Repasses Interfinanceiros	80.876.026	84.846.172
Operações de Crédito	214.607.328	199.947.860
Outros Direitos a receber	3.189.869	1.985.202
Investimentos e Imobilizado de Uso	8.183.664	8.330.842
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	23.053.813	21.999.034
Créditos Tributários	14.161.334	11.126.521
Demais itens do RWA_{CPAD}	1.819.435	1.109.775
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	**429.649.355**	**450.484.371**

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN nº 2.844/2001 e nº 4.589/17, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

	Posição Mitigada	
Descrição do Mitigador	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	46.515.573	49.978.767
Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação - FGE	17.443.875	14.952.968
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) (1)	10.104.629	10.463.813
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	6.813.400	15.550.891
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.473.943	1.128.731
Total	**82.351.420**	**92.075.170**

(1) A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros		
Mantidos até o vencimento		
Títulos e Valores Mobiliários	6.050.675	9.403.865
Operações de crédito	294.361.645	277.975.816
Repasses Interfinanceiros	168.226.642	178.232.663
Outros Créditos	211.218	1.904.630
Negociação		
Títulos e Valores Mobiliários	32.151.470	26.498.801
Disponíveis para venda		
Títulos e Valores Mobiliários	101.221.260	149.512.082
Compromissos a Liberar em até 360 dias	**77.777.146**	**78.313.089**
Total	**680.000.056**	**721.840.946**

21.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

	Fórmulas	30/06/2020	31/12/2019
I- Fator "F" do PR	**PR / RWA**	**8,0%**	**8,0%**
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	**ACP / RWA**	**1,25%**	**2,5%**
Conservação	ACP Conservação / RWA	1,25%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	**(PR + ACP) / RWA**	**9,25%**	**10,5%**
Capital Principal + ACP	**(Capital Principal + ACP) / RWA**	**5,75%**	**7,0%**
Nível I + ACP	**(Nível I + ACP) / RWA**	**7,25%**	**8,5%**

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - CONSOLIDADO (1)	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Patrimônio De Referência (PR = Nível I + Nível II)	**180.260.289**	**191.684.071**
Patrimônio De Referência Nível I (PR_I = CP + CC)	**132.849.204**	**139.005.088**
Capital Principal – CP	**132.849.204**	**139.005.088**
Capital Social	53.983.180	47.249.176
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	11.453.074	18.187.078
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	28.106.287	39.519.711
Sobras ou Lucros Acumulados	4.961.724	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	35.538.976	35.538.976
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	8.934	145.373
Ajustes Negativos ao Valor de Mercado de Derivativos	8.934	145.373
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	1.185.102	1.344.480
Ajuste Prudencial I - Ágios Pagos	784.088	867.167
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	14.421	17.930
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	386.593	459.383
Patrimônio de referência Nível II	**47.411.085**	**52.678.983**

	30/06/2020	31/12/2019
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (2)	**487.375.772**	**521.228.096**
Risco de crédito (RWA_{CPAD})	429.649.355	450.484.371
Risco de mercado (RWA_{MPAD})	19.457.328	26.847.497
Risco operacional (RWA_{OPAD})	38.269.089	43.896.228
Risco Bancário (RBAN)	2.670.319	5.881.603
Total	**490.046.091**	**527.109.699**

(continua)

(continuação)

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (3)	**38.990.062**	**41.698.248**
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	**138.599.908**	**144.104.221**
Adicional de Capital Principal (ACP)	**6.132.583**	**13.030.702**
ACP Conservação (4)	6.092.197	13.030.702
ACP Contracíclico (5)	40.386	-

Índices	30/06/2020	31/12/2019
Índice de Basileia (IB)	36,99%	36,78%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	27,26%	26,67%
Índice de Capital Principal (ICP)	27,26%	26,67%
Razão de Alavancagem (RA)	16,38%	17,53%

(1) Apuração conforme Circular CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores.
(2) Apuração conforme Circular CMN nº 4.193/2013.
(3) O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.
(4) Instituído pelas Resoluções CMN nº 4.443/2015 e nº 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2020; e de 1,25% de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021.
(5) Apuração conforme Circular CMN nº 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019. Conforme Comunicado Bacen nº 35.761/2020, o ACCP Brasil continua fixado em 0%

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R$ 11.423.782. Essa queda se deve principalmente ao efeito dos Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram uma redução de R$ 33.852.324 (6,5%), principalmente devido à redução da parcela $RWA_{CPAD.}$

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de fundos e programas

Delegada pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor, ou agente operador dos seguintes fundos: PIS/PASEP, Fundo de Participação Social (FPS), Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC), Fundo Amazônia (FA), Fundo Setorial Audiovisual (FSA), Fundo de Terras (FT), Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD), Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), Fundo de Garantia à Exportação (FGE), Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais (FAT-DE), Fundo Nacional de Desestatização (FND) e Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB).

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES*

Valores aplicados	30/06/2020	31/12/2019
PIS/PASEP	-	20.064.389
FMM	28.058.067	23.376.302
FT	981.482	876.694
FSA	1.657.482	1.625.942
FNMC	1.168.784	1.185.896
FA	3.612.724	3.581.776
FUNTTEL	244.816	244.816
FRD	242.243	238.750
FAT-DE	7.010.679	7.772.070
FNRB	2.008	-
FGI-PEAC **	5.001.799	-
Total	**47.980.084**	**58.966.635**

* Valores mantidos nas disponibilidades do BNDES e/ou aplicados em operações de crédito diretamente realizadas pelo Banco. Os recursos disponíveis referentes ao Fundo Amazônia se encontram segregados nos Fundos Gaia I e II, administrados pelo Banco do Brasil.
** Corresponde ao patrimônio do FGI-PEAC – Programa Emergencial de Acesso ao Crédito.

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES*

Ativos dos Fundos	30/06/2020	31/12/2019
FGI	1.333.547	1.272.010
FGE	38.051.833	36.888.379
FGPC	2.335.717	2.259.038
Total	**41.721.097**	**40.419.427**

*** O FGE e o FGPC têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. As disponibilidades do FGI, não relacionadas ao PEAC (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito), são mantidas no Banco do Brasil.

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações "*Greenfield*", "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca", e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos, o total de R$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades lesadas, o montante de R$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como "ativo contingente", nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, os "ativos contingentes" não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19

As incertezas geradas pela Pandemia da COVID-19 reduziram o nível de previsibilidade sobre as operações de maneira geral. Os efeitos das ações de distanciamento social e das ações emergenciais do Governo Federal com objetivo anticíclico ainda são incertos, com impacto na Economia local e global. Nesse contexto, o BNDES como indutor de ações com efetividade sobre as atividades econômicas está atuante.

Após 30 de junho de 2020, até a data de autorização da emissão destas Demonstrações Financeiras, 06 de agosto de 2020, destacamos:

Em 30 de junho de 2020, o BNDES possuía investimentos em ações classificadas na categoria disponível para venda no montante de R$ 5.998.009 no BNDES individual e de R$ 66.420.895 no Consolidado, uma recuperação de 38% de seu valor de mercado no BNDES individual e 30% no Consolidado em relação ao fechamento do 1º trimestre de 2020, quando essas carteiras apresentaram uma desvalorização de 39% no individual do BNDES e 36% no Consolidado, em relação à posição de 31 de dezembro de 2019. Esses ativos estão sujeitos à alta volatilidade do mercado de ações brasileiro (cuja negociação é realizada através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), que está diretamente afetado pela capacidade de retorno das atividades econômicas do Brasil, em decorrência da pandemia COVID-19. Subsequentemente a 30 de junho de 2020, até a data de autorização da emissão destas Demonstrações Financeiras, 06 de agosto de 2020, os efeitos dessa volatilidade foram positivos em aproximadamente R$ 904 milhões no BNDES e em R$ 7.556 milhões no Consolidado.

Em relação à carteira de operações de crédito do BNDES, vale destacar que as operações são de longo prazo, com prazo médio (*duration*) de 74 meses. É esperado que as ações do Governo Federal de postergação do pagamento de tributos e as ações anticíclicas supramencionadas atenuem o efeito sobre a saúde financeira dos mutuários do BNDES e propiciem o recebimento das operações de crédito e repasse no médio e longo prazos. Entretanto, apesar das dificuldades de mensuração dos impactos sobre a carteira de operações de crédito após 30 de junho de 2020, advindos do aumento da incerteza sobre os cenários econômicos futuros, a Administração permanece reavaliando continuamente as suas operações, seus gerenciamentos de riscos e seus respectivos níveis de provisionamento para fazer face as possíveis perdas futuras. Para

(continua)

(continuação)

30 de junho de 2020, considerando as melhores informações disponíveis, incrementamos nosso nível de provisionamento, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

Devolução de recursos à União - PESE

O BNDES realizou, em 30/07/2020, a devolução dos recursos aportados pela União e não repassados às instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Emprego (PESE), conforme disposto no § 4º do Art 9º da MP nº 944. O valor total devolvido foi de R$ 13.216.857, sendo R$ 13.089.997 referente à Principal e R$ 126.860 referente a Juros Selic.

Alienação de *UNITS* – AES TIETÊ ENERGIA S/A

Conforme comunicado ao mercado divulgado nos dias 28 e 29 de julho de 2020, a AES *Holdings* Brasil Ltda. ("AES Brasil"), por meio da AES *Holdings* Brasil II S.A., sagrou-se vencedora do processo competitivo de alienação promovido pela Companhia, comprometendo-se a adquirir 73.834.706 (setenta e três milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e seis) *units* de emissão da AES TIETÊ ENERGIA S/A de propriedade da BNDESPAR, equivalentes a 18,5% do capital social da AES Tietê Energia S/A, e formalizou com a AES Brasil contrato de compra e venda de ações característico de operações desta natureza, cuja liquidação ocorreu em 05 de agosto de 2020. Após a conclusão da referida operação a BNDESPAR permanece com participação de 9,91% na companhia.

Com relação à nova estrutura acionária e simplificação da governança corporativa, após a conclusão da transação, a AES passará a deter, por meio de suas controladas, um total de 42,9% do capital social da AES Tietê Energia S.A. Em decorrência da Transação, o Acordo de Acionistas celebrado entre AES e BNDESPAR deixará de vigorar. Não obstante, a AES se comprometeu contratualmente a, no prazo de até 6 (seis) meses contados a partir do fechamento da Operação, submeter ao Conselho de Administração e aos demais acionistas da Companhia proposta de migração para o segmento especial de listagem da B3 "Novo Mercado", e manterá seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito.

Alienação de bloco de ações ordinárias da VALE S/A via leilão na bolsa de valores (B3)

Em 4 de agosto de 2020, a BNDESPAR alienou, mediante leilão (*block trade*) na bolsa de valores (B3), um lote formado por 135 milhões de ações ordinárias de emissão da VALE S/A, correspondentes a 2,55% do capital total e votante da Companhia investida, no montante total de R$ 8.135.000, ao preço unitário de R$ 60,26 por ação ordinária (VALE3), fazendo com que a participação do Sistema BNDES na VALE S/A fosse reduzida de 6,12% para 3,57% do capital total e votante da Companhia investida, passando a deter o total de 188.496.276 ações ordinárias da VALE S/A.

Ressalta-se que a supracitada alienação refere-se a ações da BNDESPAR não vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia do qual a BNDESPAR é signatária, de forma que este permanece vigente.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

A subsidiária BNDES *Limited* – BNDES *Ltd*, empresa sediada em Londres, Inglaterra, teve seu processo de dissolução concluído em novembro de 2019, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.2.1. item (b).

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

(i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;

(ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;

(iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e

(iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor

(continua)

(continuação)

recuperável (*impairment*). Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

26.3.1 - Redução ao valor recuperável de ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

Adicionalmente, a existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o exercício apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	nº 6 e 7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	nº 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	nº 7
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	nº 15
Provisões trabalhistas e cíveis	nº 16
Benefícios a empregados	nº 17

26.5. Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com a definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. Historicamente, a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída pelo BNDES de acordo com a classificação de risco de suas operações se mostrou suficiente para cobrir as perdas esperadas com a carteira de crédito.

26.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001. As classificações são em três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os critérios de reconhecimento de perda permanente previstas no artigo 6º da Circular BACEN nº 3.068/2001 não se aplicam a algumas ações recebidas pelo BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria de "títulos disponíveis para venda", conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.175/2012.

Na análise de perda permanente em ações classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda", o BNDES avalia o declínio significativo ou prolongado no valor justo dos instrumentos por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos. Os parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do Sistema BNDES e principalmente o perfil de sua carteira de participações societárias, compatíveis com seu papel institucional. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN nº 3.068/2001.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN nº 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN nº 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de

(continua)

(continuação)

equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e excluindo os efeitos de orientações dos CPCs ainda não referendadas pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa nº 7.2.1.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei nº 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição que será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de até 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada, conforme comentado na Nota Explicativa nº 7.2.2.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (que não derivados de aportes da BNDESPAR) são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do período.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) são baixados quando ocorrem as alienações dos investimentos.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos dividendos e juros sobre o capital próprio esperados, acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada, não são reconhecidas perdas adicionais, a menos que existam obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta da coligada.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “Disponível para Venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. Aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado para (a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e (b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013 e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda – consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos que apresentam perda de caráter permanente. Para tal a Administração baseia-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, e da avaliação do caráter permanente da perda.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações”, na categoria “Disponível para Venda” e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica “Participação em Coligadas”.

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa nº 7.1.1.

(continua)

(continuação)

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.10. Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

26.11. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.11.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.11.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

26.11.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.11.2. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.12. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.14. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

26.15. Benefícios a empregados

26.15.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), R$ 5.476,27 em 30/06/2020.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30/06/2020 era de R$ 6.101,06 (seis mil, cento e um reais e seis centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e

- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

(continua)

(continuação)

a) complementação de aposentadoria;

b) complementação de pensão;

c) complementação de auxílio-reclusão;

d) complementação de abono anual (13º salário);

e) complementação de auxílio-doença; e

f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional nº 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;

- **Lei Complementar nº 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;

- **Lei Complementar nº 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;

- **Resolução CNPC nº 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.s 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e

- **Resoluções CGPAR nºs 9/2016 e 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 15/06/2020, com vencimento em 2035, que correspondeu a 4,05 % ao ano.

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31/10/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial corresponde a 100% do valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

26.15.2. Plano de assistência médica – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de junho de 2020, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2020 e atualizada até 30 de junho de 2020, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

26.15.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

26.15.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.16. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração, para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Dire-

(continua)

(continuação)

toria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio. Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "Financiamentos"; (ii) "Participações Societárias"; e (iii) "Tesouraria / ALM" (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento "Financiamentos": financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento "Participações Societárias": financiado pela gestão integrada de recursos ("ALM") com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento "Tesouraria / ALM": contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de "ALM", que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

A partir de junho de 2020, as despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, passaram a ser alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação passou a ser feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Permanecem classificados como "Não Alocado" apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas. Para fins de comparabilidade, os mesmos critérios foram aplicados às informações de 2019.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.17. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

26.17.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – *LIBOR* – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – "*Treasury Bonds*"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – "*euro area yield curve*".

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

26.17.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.18. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 no mês (R$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa nº 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(continua)

(continuação)

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN nº 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN nº 3.059/2002.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A alíquota vigente da CSLL em 2019 foi de 15% e com o advento recente do art. 32 da Emenda Constitucional 103/19, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL para empresas financeiras sofre nova majoração e passa a ser definitivamente de 20%. O BNDES registrou seus ativos e passivos fiscais diferidos considerando a alíquota majorada.

26.19. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido com um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico [1].

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

[1] Corresponde à Metodologia de Avaliação da Estimativa de Risco e de Valor Financeiro em processos contenciosos judiciais e administrativos do Sistema BNDES (MAERV).

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão de integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

26.20. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e FINAME, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.
A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei nº 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo

26.21. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo, honorários dos conselhos e despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2020 e 2019 foram:

	2020		2019	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	8.636.107	55%	7.982.188	58%
BNDESPAR	4.916.411	31%	3.175.571	23%
FINAME	2.226.268	14%	2.532.126	19%
Total do Sistema	**15.778.786**		**13.689.885**	

(continua)

(continuação)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente

Fábio de Barros Pinheiro

Heloisa Belotti Bedicks

João Laudo de Camargo

Juan Pedro Jensen Perdomo

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Waldery Rodrigues Junior

Walter Baere de Araújo Filho

William George Lopes Saab

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente

Ângela Brandão Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

CONSELHO FISCAL

Eduardo Garcia de Araújo Jorge

Pricilla Maria Santana

Leonardo Silveira do Nascimento – Suplente

Danilo Soares Pacheco de Medeiros - Suplente

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Luciana Torres Bastos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Maria da Conceição Viviane Tavora de Freitas

CRC RJ 093.073/O-5

(continua)

(continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), identificadas como BNDES e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 30 de junho de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados;

- avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e

- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Conforme Notas Explicativas nº 5.6 e 26.5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O BNDES classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo.

O BNDES aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.

A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do BNDES, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas de crédito dessas carteiras.

Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

• avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco ("ratings") e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;

• avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo BNDES, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, restruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19;

• avaliação, com base em amostragem, se o BNDES atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;

• avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

(continua)

(continuação)

3. Títulos e valores mobiliários

Conforme Notas Explicativas nº 6 e 26.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares n° 3.068/2001 e n° 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações sobre esses saldos de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores.

Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.

Desta forma consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros;

- para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados;

- recálculo por amostragem, do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento”; e

- avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras ndividuais e consolidadas descritas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na “Disponíveis para Venda” e “Mantidos até o Vencimento” e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

4. Participações em Coligadas

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 26.7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O BNDES, através de sua controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como, contribuem de forma relevante para os resultados auferidos pelo BNDES ao longo do período.

Esses investimentos são classificados na categoria contábil de “participações em coligadas” e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dessas premissas, agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19 e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave definidos pelo BNDES voltados principalmente a gestão de suas participações em coligadas, principalmente os relacionados ao teste de redução ao valor recuperável;

- comparação do valor de mercado das principais companhias de capital aberto com o valor contábil, e, para os casos em que o valor de mercado fosse inferior, avaliamos se essa indicação de que a participação em coligada possa ter sofrido desvalorização evidenciaria uma redução ao valor recuperável (“*impairment*”);

- pesquisa de dados de mercado das coligadas que servem de insumo para análises qualitativas e que podem indicar perdas no valor recuperável das participações em coligadas;

- avaliação, quando aplicável, com envolvimento dos nossos especialistas em modelagem econômico-financeira, para analisar os estudos de valor recuperável preparados pelo BNDES. Os principais procedimentos estão relacionados a verificação da razoabilidade dos modelos matemáticos dentro de padrões de mercado aceitos, e, análise das projeções de fluxos de caixa e a capacidade de execução dos planos de negócios de cada participação em coligada, sob os quais as avaliações econômico-financeiras foram estruturadas; e

- avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o tratamento contábil sobre as participações societárias e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do BNDES, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do BNDES é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

(continuação)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador
CRC RJ-077911/O-2

PARECER CONSELHO FISCAL - (Nº 05/2020)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, inciso III do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, inciso VI da Lei Nº 6.404/1976, examinou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES referentes ao semestre encerrado em 30/06/2020, e respectivo Relatório da Administração, e, com base em seu exame e no Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 12/08/2020, bem como considerando os relatórios do Comitê de Auditoria, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 30/06/2020, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao semestre encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de agosto de 2020

Pricilla Maria Santana

Eduardo Garcia de Araujo Jorge

Danilo Soares Pacheco de Medeiros

(continua)

(continuação)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
10 SEMESTRE DE 2020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Comitê de Auditoria realizou 24 reuniões ordinárias e 6 reuniões extraordinárias no período de 1º de janeiro até 30 de junho de 2020, e participou das reuniões do Conselho de Administração e Fiscal das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de cumprir jornadas extraordinárias individuais. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria do Banco, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos do BNDES e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

a) O sistema de controles internos do BNDES mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. A despeito disso, o Comitê entende que a Administração deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios;

b) A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União, e os decorrentes de demandas legais.

c) Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e efetividade da atuação da KMPG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para o BNDES, FINAME e Fundos Administrados, e da Grant Thornton Auditores Independentes, para a BNDES Participações S/A, tendo as duas companhias cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades do BNDES, da BNDESPAR e FINAME;

d) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em todos os aspectos relevantes; e

e) Não foram observadas situações nas quais existam divergências relevantes entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020.

Fábio de Barros Pinheiro
Membro do Comitê de Auditoria – Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano
Membro do Comitê de Auditoria

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR Nº 920, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Define procedimentos para validação da operação contratada pelos mutuários em contratos de financiamento habitacional com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 e 5º do art. 5º do Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, e em atendimento às disposições contidas na Resolução do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variação Salariais (CCFCVS) nº 435, de 03 de outubro de 2018, estabelece os procedimentos operacionais a serem adotados pela Administradora do FCVS para apurar a operação contratada pelo mutuário em contratos de financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

1 INÍCIO DA ROTINA DE VALIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONTRATADA

1.1 A rotina de validação da operação contratada inicia-se com a identificação de indício de divergência documental entre vias originais ou cópias de documento apresentado para avaliação de cobertura do FCVS dos saldos devedores remanescentes de operações de financiamento habitacional, no âmbito do SFH, caracterizado pela alteração de conteúdo ou de produção de documentos apresentados pelas instituições na habilitação de contratos para ressarcimento do saldo devedor pelo FCVS, ou, ainda, por ato de liberalidade da Administradora do FCVS em defesa de interesses do Fundo.

1.2 O indício de divergência observado entre via original de um documento e sua correspondente cópia simples não se configura como divergência documental, ao passo que o documento original deverá ser considerado, em detrimento a sua cópia simples correspondente, e analisado em conformidade com as normas vigentes do FCVS para efeito de avaliação de cobertura do saldo devedor remanescente pelo Fundo.

2 VERIFICAÇÃO DE IMPACTO NO SALDO DEVEDOR DO CONTRATO

2.1 Observada uma das ocorrências mencionadas no item 1.1, com exceção dos contratos novados, baixados, totalmente deduzidos e marcados como auditados nos sistemas e controles da Administradora na posição de 31 de agosto de 2017, conforme art. 3º, da Lei n 10.150/2000, a CAIXA avaliará a possibilidade de realizar a simulação da evolução financeira do contrato no Sistema de Administração do FCVS (SICVS), de forma a desconsiderar os documentos com elementos insuficientes ao reconhecimento da certeza da operação contrata pelo mutuário.

2.2 Constatada essa possibilidade, a CAIXA realizará, no SICVS, a simulação da evolução financeira do contrato, desconsiderando a operação contratada objeto da ocorrência identificada, com vistas a calcular o valor, em moeda corrente, da diferença entre os saldos atualizados monetariamente para apurar o percentual máximo aceitável de variação, de acordo com os parâmetros estatísticos utilizados para certificação dos saldos de responsabilidade do FCVS, conforme determina o 23, do art. 3º da Lei n 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

2.2.1 Para contratos com saldo devedor apurado de até R$100.000,00 o percentual de diferença aceitável será correspondente a 5%.

2.2.2 Para contratos com saldo devedor apurado entre R$100.001,00 e R$300.000,00 o percentual de variação aceitável corresponde a 3%.

2.2.3 Para contratos com saldo devedor apurado acima de R$300.001,00 o percentual de variação aceitável é igual a 2%.

2.3 Na simulação da evolução financeira do contrato sendo identificada variação do saldo até o percentual estabelecido para cada faixa de valor apurado, a CAIXA deverá proferir negativa de cobertura para o contrato pelo FCVS, encerrando a ocorrência.

2.3.1 É assegurada às instituições a possibilidade de interposição de recurso, nos prazos estabelecidos no Capítulo XIII do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS (MNPO/FCVS), com a apresentação das vias originais, ou cópias autenticadas em cartório ou extraídas de microfilme, na forma do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, dos documentos envolvidos nas ocorrências mencionadas no item 1.1.

2.4 Na hipótese de variação superior ao percentual máximo estabelecido para cada faixa de valor, conforme descrito no subitem 2.2, ou na impossibilidade de realizar a simulação mencionada no item 2.1, a CAIXA comunicará à instituição o início da rotina de validação da operação contratada pelo mutuário e solicitará a apresentação de documentos e esclarecimentos, na forma do item 3, que comprovem ou justifiquem a operação contratada pelo mutuário.

2.4.1 A instituição terá prazo até o último dia do terceiro mês subsequente contado a partir do recebimento da comunicação, para atendimento da solicitação da Administradora do FCVS, sob pena de negativa de cobertura para o contrato.

2.4.1.1 Ao seu critério, a CAIXA poderá prorrogar o prazo de envio da documentação, mediante solicitação e apresentação de justificativa pela instituição até o prazo limite estabelecido no item 2.4.1.

3 DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PELA INSTITUIÇÃO

3.1 Para fins do disposto no item 2.4 a instituição deverá apresentar as vias originais, ou cópias autenticadas em cartório ou extraídas de microfilme, na forma do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, dos documentos envolvidos na rotina de validação da operação contratada.

3.2 Em substituição aos documentos de que trata o item 3.1, a instituição poderá apresentar documentação básica, complementar ou adicional prevista no Capítulo X do MNPO/FCVS ou no Roteiro de Análise do FCVS RA/FCVS, que comprove a operação contratada pelo mutuário.

3.3 Na ausência de documentação original, de cópias autenticadas em cartório ou de cópias extraídas de microfilme, na forma do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, referente à comprovação de averbação do financiamento junto à Seguradora, a CAIXA acatará cópia simples desde que a operação seja confirmada junto à Seguradora ou ao Cadastro de Averbações da extinta Apólice do Seguro Habitacional.

3.4 Serão aceitas cópias simples no caso de planilha de evolução financeira do contrato de financiamento habitacional emitida pela instituição, bem como da documentação de responsabilidade do mutuário.

3.5 Caso sejam acatados os documentos e os esclarecimentos apresentados pela instituição, comprovando a operação contratada pelo mutuário, a CAIXA encerrará a validação da operação contratada. 3.6 No caso de indeferimento dos documentos ou dos esclarecimentos apresentados pela instituição e decorrente não comprovação da operação contratada pelo mutuário ou diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido no item 2.4.1, a Administradora do FCVS deverá proferir a negativa de cobertura ao contrato, e iniciar diligência adicional na carteira da instituição.

4 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA DILIGÊNCIA ADICIONAL

4.1 A diligência adicional consiste na formação de amostra composta por contratos homologados, a partir do universo de contratos habilitados ao FCVS, cuja documentação tenha sido entregue até 01/07/2012, que estejam registrados no SICVS sob a matrícula da Instituição que originou a validação da operação contratada e em processo de apuração do valor de responsabilidade do Fundo, com exceção dos contratos novados, baixados, totalmente deduzidos e marcados como auditados nos sistemas e controles da Administradora na posição de 31 de agosto de 2017, art. 3º-A da Lei n 10.150/2000 incluído pela Lei n 13.932/2019.

4.1.1 Excepcionalmente, a Administradora poderá promover a diligência em parte do universo dos contratos habilitados, sempre que houver elementos/indícios que atendam aos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e interesse público, incluindo, nesta situação as cessões de carteiras.

4.1.2 Os contratos habilitados para ressarcimento pelo FCVS, cuja documentação foi entregue a partir de 02/07/2012 não deverão compor a formação de amostra, uma vez que, conforme disciplinado pelo subitem 10.4 do MNPO/FCVS, devem ser apresentados à Administradora em via original, salvo cópia, em papel, autenticada em cartório ou de documento microfilmado de acordo com o Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996.

4.2 A amostra de que trata o item 4.1 será constituída da seguinte forma:

4.2.1 A CAIXA adotará parâmetro de confiança, método de seleção, tamanho de amostras e critério para aceitação/rejeição de lotes descritos no plano amostral elaborado pelo Laboratório de Ciência de Dados do Instituto de Estatística da Universidade de Brasília (IE/UnB), que apresenta uma metodologia estatística específica para inferência e emissão de opinião sobre os saldos dos contratos homologados pela Administradora do FCVS.

4.2.2 Para constituição da amostra, a CAIXA encaminhará ofício à instituição financeira contendo a relação dos contratos homologados que serão submetidos à validação amostral da operação contratada pelo mutuário e solicitará a apresentação da respectiva documentação.

4.3 A instituição financeira deverá encaminhar a documentação no prazo estabelecido no subitem 2.4.1, na forma estabelecida no Capítulo X do MNPO/FCVS e no RA/FCVS e atendendo ao disposto no item 3.

4.4 Ao analisar a documentação remetida pela instituição financeira, se constatada a ausência de documento não obrigatório considerado na homologação do contrato, excepcionalmente, a CAIXA desconsiderará o documento faltante e prosseguirá com os procedimentos para validação da operação contratada nos demais documentos apresentados. a) O universo de contratos homologados pelo FCVS será segregado em lotes de 3 (três) mil contratos, (caso o universo seja inferior a 3 (três) mil contratos, o lote corresponderá a todo o universo); b) Em cada lote serão selecionados, por meio de Amostragem Aleatória Simples AAS, 98 (noventa e oito) contratos homologados pelo FCVS.

4.5 A não apresentação pela instituição da documentação solicitada pela CAIXA referente aos 98 (noventa e oito) contratos de que trata o subitem 4.2, dentro do prazo estabelecido no subitem 2.4.1, resultará na aplicação do conceito inconforme à amostra, na negativa de cobertura aos contratos que compõem a amostra e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5 PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO AMOSTRAL DA OPERAÇÃO CONTRATADA

5.1 Havendo o deferimento dos documentos ou esclarecimentos apresentados pela instituição ou comprovação da operação contratada pelos mutuários nos contratos da amostra inicial ou demais extensões amostrais, a amostra receberá o conceito conforme e a CAIXA encerrará a validação da operação contratada do lote.

5.2 Na constatação de inconformidade documental na amostra de 98 (noventa e oito) contratos que resulte na não comprovação da operação contratada pelo mutuário, a CAIXA adotará os seguintes procedimentos para validação amostral da operação contratada:

5.2.1 IDENTIFICAÇÃO DE 1 (UMA) ÚNICA INCONFORMIDADE DOCUMENTAL NA AMOSTRA INICIAL

5.2.1.1 A constatação de inconformidades documentais que resultem na não comprovação de 1 única operação contratada pelo mutuário na amostra de 98 (noventa e oito) contratos, de que trata o item 5.2, resultará na primeira extensão da amostra, composta conforme subitem 4.1, ampliada em mais 58 (cinquenta e oito) contratos.

5.2.1.2 A CAIXA proferirá a negativa de cobertura ao contrato cuja operação não foi comprovada e encaminhará à instituição financeira, por meio de ofício, a identificação dos contratos que deverão compor a primeira extensão da amostra, solicitando a apresentação da respectiva documentação.

5.2.1.3 A instituição financeira deverá encaminhar a documentação dentro do prazo estabelecido no subitem 2.4.1, na forma estabelecida no Capítulo X do MNPO/FCVS e no RA/FCVS e atendendo ao disposto no item 3.

5.2.1.4 A não apresentação pela instituição da documentação solicitada pela CAIXA referente aos 58 (cinquenta e oito) contratos da amostra, dentro do prazo estabelecido, resultará na aplicação do conceito inconforme à amostra, na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra, e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.1.5 Na ausência de inconformidades documentais e consequente comprovação das operações contratadas pelos mutuários nos 58 (cinquenta e oito) contratos de que trata o item 5.2.1.1, a amostra receberá o conceito conforme e a CAIXA encerrará a validação da operação contratada do lote.

5.2.1.6 A constatação de inconformidades documentais, que resultem na não comprovação de 1 operação contratada pelo mutuário em 1 (um) dos 58 (cinquenta e oito) contratos, resultará na segunda extensão da amostra, composta conforme subitem 4.1, ampliada em mais 51 (cinquenta e um) contratos.

5.2.1.7 A Administradora do FCVS proferirá a negativa de cobertura ao contrato cuja operação não foi comprovada e encaminhará à instituição, por meio de ofício, a identificação dos contratos que comporão a segunda extensão da amostra, solicitando a apresentação da respectiva documentação.

5.2.1.8 A instituição deverá encaminhar a documentação dentro do prazo estabelecido no subitem 2.4.1, e na forma estabelecida no Capítulo X do MNPO/FCVS e no RA/FCVS, atendendo ao disposto no item 3.

5.2.1.9 A não apresentação pela instituição da documentação solicitada pela CAIXA referente aos 51 (cinquenta e um) contratos da amostra, dentro do prazo estabelecido, resultará na aplicação do conceito inconforme à amostra, na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra, e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.1.10 Na ausência de inconformidade documental e consequente comprovação das operações contratada pelos mutuários nos 51 (cinquenta e um) contratos, a amostra receberá o conceito conforme e a CAIXA encerrará a validação da operação contratada do lote.

5.2.1.11 A constatação de inconformidades documentais que resultem na não comprovação de 1 ou mais operações contratadas pelos mutuários na amostra de 51 (cinquenta e um) contratos, resultará na aplicação do conceito inconforme , na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.2 IDENTIFICAÇÃO DE 2 (DUAS) INCONFORMIDADES DOCUMENTAIS NA AMOSTRA INICIAL

5.2.2.1 A constatação de inconformidades documentais que resultem na não comprovação de 2 operações contratadas pelos mutuários na amostra inicial, resultará em uma única extensão da amostra em mais 109 (cento e nove) contratos.

5.2.2.2 A CAIXA proferirá a negativa de cobertura ao contrato cuja operação não foi comprovada e encaminhará à instituição, por meio de ofício, a identificação dos contratos que deverão compor a única extensão da amostra, solicitando a apresentação da respectiva documentação.

5.2.2.3 A instituição deverá remeter a documentação, dentro do prazo estabelecido no subitem 2.4.1, na forma estabelecida no Capítulo X do MNPO/FCVS e no RA/FCVS e atendendo ao disposto no item 3.1.

5.2.2.4 A não apresentação pela instituição da documentação solicitada pela CAIXA referente aos 109 (cento e nove) contratos da amostra, dentro do prazo estabelecido, resultará na aplicação do conceito inconforme , na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.2.5 Na ausência de inconformidade documental ou na comprovação da operação contratada pelos mutuários nos 109 (cento e nove) contratos, a amostra receberá o conceito conforme e a CAIXA encerrará a validação da operação contratada do lote.

5.2.2.6 A constatação de inconformidades documentais que resultem na não comprovação de 1 ou mais operações contratadas pelos mutuários na única extensão da amostra de 109 (cento e nove) contratos, resultará na aplicação do conceito inconforme à amostra, na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.3 IDENTIFICAÇÃO DE 3 (TRÊS) OU MAIS INCONFORMIDADES DOCUMENTAIS NA AMOSTRA INICIAL

5.2.3.1 A constatação de inconformidades documentais que resultem na não comprovação de 3 ou mais operações contratadas pelos mutuários na amostra de 98 (noventa e oito) contratos resultará na aplicação do conceito inconforme , na negativa de cobertura pelo FCVS aos contratos que compõem a amostra e na rejeição do lote de contratos da instituição.

5.2.4 É assegurada às instituições a possibilidade de interposição de recurso, nos prazos estabelecidos no Capítulo XIII do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS (MNPO/FCVS), com a apresentação das vias originais, ou cópias autenticadas em cartório ou extraídas de microfilme, na forma do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, dos lotes rejeitados na diligência adicional.

6 HOMOLOGAÇÕES DURANTE A DILIGÊNCIA ADICIONAL

6.1 A partir do início da diligência adicional, e enquanto perdurar essa diligência que integra a rotina de validação da operação contratada, as homologações das instituições financeiras poderão ser suspensas: a) Em caso de inércia da instituição financeira no fornecimento da documentação necessária à validação das operações contratadas; ou b) Na hipótese de ocorrências de divergência documental adicionais identificadas no curso de novas homologações.

7 COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DA DILIGÊNCIA ADICIONAL

7.1 Concluída a diligência adicional na carteira da instituição, a CAIXA confeccionará relatório final com as ocorrências registradas na rotina de validação da operação contratada para envio à instituição financeira, sob a forma de ofício.

8 TRATAMENTO DISPENSADO AOS PROCESSOS DE VALIDAÇÃO DOCUMENTAL EM ANDAMENTO

8.1 Os processos de validação documental, em andamento nesta Administradora, serão submetidos às disposições desta circular.

9 Fica revogada a circular CAIXA nº 840, de 13 de dezembro de 2018.

10 Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

LUCÍOLA AOR VASCONCELOS
Diretora-Executiva
Em Exercício

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Divulga o resultado final da avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2019 - PNLD 2019 Atualização BNCC.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final da avaliação das obras didáticas no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 Atualização BNCC, conforme Edital de Convocação CGPLI nº 01/2019, para atualização, conforme versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministério da Educação, das obras didáticas adquiridas no âmbito do Edital de Convocação nº 1/2017 - CGPLI - PNLD 2019.

Parágrafo único. O resultado final da avaliação das obras didáticas do PNLD 2019 - Atualização BNCC encontra-se disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, o resultado preliminar da etapa de avaliação pedagógica foi publicado por meio da Portaria nº 13, de 9 de julho de 2020, da Secretaria de Educação Básica.

Art. 3º Os pareceres que embasaram o resultado preliminar foram disponibilizados e os pareceres das obras reprovadas e das obras aprovadas condicionadas à correção de falhas pontuais puderam ser objetos de recurso fundamentado por parte do detentor de direito autoral, vedados pedidos genéricos de revisão de avaliação.

Parágrafo único. Os pareceres que fundamentaram o resultado divulgado nesta Portaria estarão disponíveis para acesso dos detentores de direito autoral no endereço www.simec.gov.br, Módulo Livros, aba Avaliação, pelo prazo de 30 dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

ANEXO I

OBRAS DIDÁTICAS APROVADAS

Código	Componente Curricular
0048P19061	Arte
0051P19061	Arte
0053P19061	Arte
0087P19061	Arte
0080P19061	Arte
0014P19031	Ciências
0019P19031	Ciências
0020P19031	Ciências
0024P19031	Ciências
0028P19031	Ciências
0032P19031	Ciências
0084P19031	Ciências
0088P19031	Ciências
0058P19031	Ciências
0063P19031	Ciências
0077P19031	Ciências
0094P19031	Ciências
0054P19363	Ciências, História e Geografia
0072P19363	Ciências, História e Geografia
0074P19363	Ciências, História e Geografia
0081P19363	Ciências, História e Geografia
0091P19363	Ciências, História e Geografia
0110P19363	Ciências, História e Geografia
0023P19161	Educação Física
0056P19161	Educação Física
0057P19161	Educação Física

0114P19161	Educação Física
0027P19051	Geografia
0037P19051	Geografia
0038P19051	Geografia
0042P19051	Geografia
0043P19051	Geografia
0055P19051	Geografia
0066P19051	Geografia
0078P19051	Geografia
0085P19051	Geografia
0025P19041	História
0034P19041	História
0039P19041	História
0040P19041	História
0068P19041	História
0069P19041	História
0079P19041	História
0086P19041	História
0098P19041	História
0109P19041	História
0029P19366	História e Geografia
0059P19366	História e Geografia
0073P19366	História e Geografia
0013P19011	Língua Portuguesa
0015P19011	Língua Portuguesa
0018P19011	Língua Portuguesa
0021P19011	Língua Portuguesa
0022P19011	Língua Portuguesa
0026P19011	Língua Portuguesa
0031P19011	Língua Portuguesa
0041P19011	Língua Portuguesa
0095P19011	Língua Portuguesa
0096P19011	Língua Portuguesa
0035P19001	Educação Infantil
0116P19001	Educação Infantil
0113P19003	Educação Infantil
0117P19002	Educação Infantil
0012P19021	Matemática
0016P19021	Matemática
0030P19021	Matemática
0050P19021	Matemática
0064P19021	Matemática
0067P19021	Matemática
0070P19021	Matemática
0075P19021	Matemática
0076P19021	Matemática
0092P19021	Matemática
0102P19021	Matemática
0107P19021	Matemática
0049P19500	Projetos Integradores
0082P19500	Projetos Integradores
0083P19500	Projetos Integradores
0090P19500	Projetos Integradores

OBRAS DIDÁTICAS REPROVADAS

Código	Componente Curricular
0033P19051	Geografia
0036P19041	História
0052P19041	História
0093P19011	Língua Portuguesa
0097P19011	Língua Portuguesa
0100P19011	Língua Portuguesa
0101P19021	Matemática
0103P19021	Matemática

PORTARIA Nº 21, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Divulga o resultado final complementar da avaliação pedagógica de obras literárias do PNLD 2020 - anos finais do ensino fundamental.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, por força das decisões judiciais exaradas nos autos dos Processos nº 1014244-31.2019.4.01.3800 e 1011838-37.2019.4.01.3800, em trâmite na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, tendo em vista a sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1012223-82.2019.4.01.3800, proposta pela FINO TRAÇO EDITORA LTDA - EPP, em trâmite na referida Seção Judiciária, e o PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA nº 00886/2020/GCM/ER-EDU-PRF1/PGF/AGU, cujas cópias constam no Processo Administrativo nº 23034.044132/2019-70, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final complementar da avaliação pedagógica de obras literárias do PNLD 2020 - anos finais do ensino fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2020, conforme Edital 01/2018 - CGPLI - Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Parágrafo único. O resultado final complementar da avaliação pedagógica de obras literárias do PNLD 2020 encontra-se disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, e ao disposto no item 9.3 do Edital 01/2018 - CGPLI, o resultado preliminar da etapa de avaliação pedagógica das obras literárias avaliadas foi publicado por meio da Portaria nº 11, de 6 de julho de 2020.

Art. 3º Considerando o subitem 9.5 do Edital referido no Art. 1º desta Portaria, não houve interposição de recursos por parte do editor.

Art. 4º As obras literárias aprovadas nesta Portaria de resultados finais da avaliação pedagógica comporão o Guia Digital do PNLD 2020 - Obras Literárias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABEL LIMA PESSOA

ANEXO I

OBRAS LITERÁRIAS APROVADAS

Categoria	Código da Coleção
Categoria 1	0007L20601
Categoria 1	0009L20601
Categoria 1	0012L20602
Categoria 2	0011L20602

ANEXO II

OBRAS LITERÁRIAS REPROVADAS

Categoria	Código da Coleção
Categoria 1	0005L20602
Categoria 1	0006L20602
Categoria 1	0010L20604
Categoria 2	0008L20603

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO Nº 121, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Decide o Processo nº 23000.012013/2020-89

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, tendo em vista os fundamentos expressos na NOTA TÉCNICA Nº 224/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, contida no processo de administrativo de supervisão n° 23000.012013/2020-89, bem como nas normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal, 46 da Lei nº 9.394/96, 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, Decreto nº 9.235/2017 e Portaria MEC nº 315/2018, resolve:

a) O seu descredenciamento institucional.

b) A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou ainda a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

c) A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

d) A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

e) A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

f) O arquivamento após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, do presente Processo MEC nº 23000.012013/2020-89.

MÁRCIO LEÃO COELHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CAMPUS FORMIGA

PORTARIA Nº 106, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS FORMIGA, nomeado pela Portaria IFMG n 1.173, de 20/09/2019, publicada no DOU de 23/09/2019, Seção 2, pág. 29, no uso de suas atribuições legais e das que lhe são conferidas pela Portaria IFMG nº 475/2016 de 06/04/2016, publicada no DOU de 15/04/2016, Seção 2, pág. 17. Retificada pela Portaria IFMG nº 805, de 04 de julho de 2016, publicada no DOU de 06 de julho de 2016, Seção 2, pág. 22. Considerando a Portaria N°. 1078 de 27 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, a partir do dia 16 de agosto de 2020 ao dia 15 de agosto de 2021, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto de que trata o Edital nº 19/2019 do IFMG - Campus Formiga, de 10/07/2019, publicado no DOU em 12/07/2019, seção 3, página 48, homologado no DOU em 16/08/2019, Seção 3, página 66.

Art. 2º. Determinar que a presente Portaria seja devidamente publicada no Diário Oficial da União e no Boletim Eletrônico de Serviços do IFMG.

Art. 3º. Determinar que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON SANTOS DA SILVA

CAMPUS BETIM

PORTARIA Nº 109, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS BETIM, nomeado pela Portaria IFMG nº 1.168, de 20/09/2019, publicada no DOU de 23/09/2019, Seção 2, pág. 29, e no uso das atribuições que lhe são pela Portaria IFMG nº 475 de 06 /04/2016, publicada no DOU de 15/04/2016, Seção 2, pág. 17, retificada pela Portaria IFMG nº 805, de 04/07/2016, publicada no DOU de 06/07/2016, Seção 2, pág. 22, retificada pela Portaria IFMG nº 1078, de 27/09/2016, publicada no DOU de 04/10/2016, Seção 2, pág. 20, resolve:

Art 1º ANULAR o Processo Seletivo Simplificado Edital n° 14/2020 para área de Língua Portuguesa, publicado no Diário Oficial da União n° 143 em 28 de julho de 2020, Seção 3, página 48.

Art. 2º Determinar que a Coordenação de Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 3º Determinar que a presente Portaria seja publicada no Boletim de Serviços do IFMG - Campus Betim e no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELINTON LA FONTAINE LOPES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CAMPUS NATAL-ZONA NORTE

PORTARIA Nº 182, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL PRO TEMPORE DO CAMPUS NATAL - ZONA NORTE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 678/2020-RE/IFRN, de 23 de abril de 2020, e CONSIDERANDO o que estabelece o art. 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o disposto no o art. 10 da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e por fim, o que consta no Processo n° 23058.001216.2020-84, 10 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º SUSPENDER, a partir de 28/05/2020, os prazos de validade dos Processos Seletivos Simplificados para Professor Substituto deste Campus do IFRN, abaixo discriminados, homologados até a data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Processos Seletivos Simplificados				Suspensão e nova validade	
Edital de abertura (DOU)	Edital de homologação (DOU)	Portaria de prorrogação (DOU)	Validade antes do estado de calamidade pública	Tempo suspenso	Nova validade prevista
Edital nº 04/2017 (31/03/2017)	Edital nº 05/2017 (08/05/2017)	Portaria nº 135/2019 (02/05/2019)	07/05/2021	218 dias	11/12/2021
Edital nº 01/2019 (17/01/2019)	Edital nº 06/2019 (20/02/2019)	Não há	19/02/2021	218 dias	25/09/2021
Edital nº 21/2019 (13/06/2019)	Edital nº 27/2019 (09/07/2019)	Não há	08/07/2021	218 dias	11/02/2022

Art. 2º ESTABELECER que os prazos suspensos voltarão a correr a partir do dia seguinte ao término do período de calamidade pública.

EDMILSON BARBALHO CAMPOS NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 409/2020/DDP, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.050389/2019-60 resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 20 de agosto de 2020, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, no Campo de conhecimento: Ciências Sociais., objeto do Edital n° 102/2019/DDP, de 25 de julho de 2019, e homologado pela Portaria n° 459/2019/DDP, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2019.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 410/2020/DDP, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.051214/2019-15 resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 05 de setembro de 2020, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Jornalismo - JOR/CEE, no Campo de conhecimento: Jornalismo e Comunicação, objeto do Edital n° 104/2019/DDP, de 15 de agosto de 2019, e homologado pela Portaria n° 519/2019/DDP, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2019.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

Nº 1.252 - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº. 1247/2020, de 13/08/2020, publicada no DOU em 14/08/2020, Página 44, Seção 1, destinado prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto, objeto do Edital n° 054, de 12/07/2019, publicado no DOU em 17/07/2019, retificado no DOU em 18/07/2019, 23/07/2019 e 14/08/2019, conforme segue:

Onde se lê:

Instituto de Natureza e Cultura	Química (I)
	Química (I)

Leia-se corretamente:

Instituto de Natureza e Cultura	Química (I)
	Química (II)

Nº 1.255 - Art. 1º. RETIFICAR os termos Portaria GR nº. 2793/2019, de 13/09/2019, publicada no DOU em 16/09/2019, página 59, Seção 1, destinado à homologação do processo seletivo objeto do Edital nº 054, de 12/07/2019, publicado no D.O.U. em 17/07/2019, retificado no DOU em 18/07/2019, 23/07/2019 e 14/08/2019, conforme segue:

Onde se lê:

Faculdade de Tecnologia	Engenharia Mecânica

Leia-se corretamente:

Faculdade de Tecnologia	1. Termodinâmica 2. Mecânica dos fluidos 3. Máquinas de fluxo 4. Máquinas térmicas 5. Refrigeração e ar-

Art. 2º. MANTER inalterados os demais itens da Portaria Nº 2793/2019, de 13/09/2019, publicada no DOU em 16/09/2019, página 59, Seção 1.

Nº 1.257 - PRORROGAR por 1 (um) ano, a validade do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto, objeto do Edital nº 054, de 12/07/2019, publicado no D.O.U. em 17/07/2019, retificado no DOU em 18/07/2019, 23/07/2019 e 14/08/2019, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação nº	Prazo de validade (inicial)	Prazo de validade (final)
Faculdade de Tecnologia	1. Termodinâmica 2. Mecânica dos fluidos 3. Máquinas de fluxo 4. Máquinas térmicas 5. Refrigeração e ar-condicionado	Portaria GR n° 2.793 de 13/09/2019, publicada no DOU em 16/09/2019	15/09/2020	14/09/2021

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

PORTARIA Nº 874, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado por Decreto da Presidência da República de 25 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, página 1, de 28 de maio de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e,

CONSIDERANDO que a delegação de competência é utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com a finalidade de assegurar mais celeridade e objetividade às decisões, respeitada a legalidade pertinente, situando-se na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender, conforme o disposto no Art. 11 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

CONSIDERANDO que é facultado às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos, no âmbito de suas atribuições e administração, conforme o Art. 12 do Decreto-Lei supracitado;

CONSIDERANDO que a delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo de validade da delegação, conforme dispõe o parágrafo único do Art. 2° do Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979;

CONSIDERANDO a subdelegação de competências previstas nas Portarias MEC nº 404 e nº 430, de 23 de abril de 2009, publicadas no DOU, de 7 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a Portaria da Reitoria nº 546, de 04 de julho de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 383, de 08 de julho de 2014, que cria a Superintendência de Gestão de Pessoas no âmbito da UFABC e define as Diretrizes Institucionais Gerais da UFABC para a Gestão de Pessoal, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente de Gestão de Pessoas para a prática dos seguintes atos relativos à gestão de pessoas:

I - Designação de membros para comissões, comitês e grupos de trabalho relativos à gestão de pessoas;

II - Designação e dispensa de substitutos eventuais de Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FCC) e Funções Gratificadas (FG), mediante solicitação dos dirigentes das áreas da UFABC;

III - Divulgação da Estrutura Organizacional da UFABC, observando-se a Portaria da Reitoria n° 329, de 16 de setembro de 2019, publicada no Boletim de Serviço n° 878, de 20 de setembro de 2019;

IV - Alteração da unidade administrativa de exercício dos servidores da UFABC, mediante solicitação dos dirigentes das áreas da UFABC, observando-se a Portaria da SUGEPE n° 497, de 30 de abril de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 940, de 05 de maio de 2020;

V - Autorização de contratação por tempo determinado de profissionais aprovados em processos seletivos simplificados, nos termos da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;

VI - Representação da UFABC na formalização dos contratos de trabalho por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme disposto na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;

VII - Tornar pública as autorizações de afastamentos para o exterior dos servidores da UFABC, desde que já aprovadas pelo Reitor no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

VIII - Homologação de estágio probatório de servidores técnico-administrativos e docentes;

IX - Homologação de progressão por capacitação profissional e por mérito de servidores técnico-administrativos, conforme Lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005;

X - Homologação de progressão e promoção de servidores docentes, conforme Lei n° 12.771, de 28 de dezembro de 2012;

XI - Concessão de incentivo à qualificação aos servidores técnico-administrativos, conforme Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;

XII - Concessão de licença para capacitação aos servidores, conforme Art. 87 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto n° 9.991, de 28 de agosto de 2019;

XIII - Concessão de afastamentos nacionais para participação em ações de desenvolvimento, conforme Art. 96A e Inciso IV do Art. 102 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Art. 18 do Decreto n° 9.991, de 28 de agosto de 2019;

XIV - Representação da UFABC na formalização das celebrações de convênios com as instituições de ensino para realização de estágios na UFABC;

XV - Representação da UFABC para formalização dos Termos de Compromisso de Estágio;

XVI - Aprovação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme Art. 5° do Decreto n° 9.991, de 28 de agosto de 2019;

XVII - Representação da UFABC no Programa de Parcerias da Superintendência de Gestão de Pessoas com instituições públicas e privadas;

XVIII - Concessão de readaptação funcional de servidores por redução de capacidade laboral, conforme Art. 24 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990);

XIX - Representação da UFABC na emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário dos servidores, nos termos do Art. 264 da Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015;

XX - Instituição das Comissões Especiais de Avaliação para promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular de Carreira do quadro docente da UFABC, após as respectivas indicações e homologações do Centro, da Comissão Permanente de Pessoal Docente e da Comissão de Vagas;

XXI - Constituição e designação de membros para equipe multiprofissional para análise de solicitação de Auxílio Transporte para servidores com deficiência e análise de outros procedimentos da área de gestão de pessoas que necessitem de equipe multiprofissional;

XXII - Constituição e designação de membros para equipe multiprofissional para análise de solicitação de inscrição de candidato com deficiência, bem como de solicitação de condição especial para realização de provas em concursos públicos e processos seletivos simplificados da UFABC;

XXIII - Emissão de Portarias de nomeação de comissões julgadoras de concursos públicos para o Magistério Superior da UFABC, após as respectivas homologações pela Comissão de Vagas;

XXIV - Designação de membros para as comissões do procedimento de heteroidentificação de concursos públicos e processos seletivos simplificados;

XXV - Retificação de editais de abertura de concursos públicos e processos seletivos simplificados;

XXVI - Prorrogação do prazo de inscrições de concursos públicos e processos seletivos simplificados;

XXVII - Homologação de inscrições em concursos públicos e processos seletivos simplificados;

XXVIII - Divulgação de convocações e resultados das diversas etapas de concursos públicos e processos seletivos simplificados;

XXIX - Emissão e publicação de Editais de movimentação de pessoal;

XXX - Aplicação de penalidades de advertência e suspensão de até 30 dias, determinadas pelas autoridades competentes.

§ 1º Este ato de delegação de competência aplicar-se-á ao substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas durante os impedimentos legais e regulamentares do titular.

§ 2º As competências aqui delegadas poderão ser objeto de subdelegação (quando cabível) por ato formal do Superintendente de Gestão de Pessoas, com anuência do Reitor.

Art. 2° Permanecem sob a competência do Reitor a prática dos seguintes atos relativos à gestão de pessoas:

I - Emissão de Edital de abertura de inscrição, homologação de resultado final e prorrogação de validade do resultado de concursos públicos e processos seletivos simplificados;

II - Nomeação e posse de pessoal efetivo;

III - Nomeação e exoneração de titulares e substitutos eventuais para Cargos de Direção (CD);

IV - Designação e dispensa de titulares para Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FCC) e Funções Gratificadas (FG);

V - Concessão de aposentadoria;

VI - Concessão de pensão;

VII - Declaração de vacância de cargo público;

VIII - Autorização de afastamentos do país;

IX - Concessão de redução de jornada com remuneração proporcional;

X - Autorização para Remoção;

XI - Autorização para Redistribuição;

XII - Autorização para Cessão;

XIII - Autorização para Requisição, quando for cabível ao Reitor;

XIV - Autorização para Colaboração técnica;

XV - Autorização para Exercício provisório;

XVI - Anuência para movimentação de servidor para compor força de trabalho;

XVII - Concessão de licença para tratar de interesses particulares;

XVIII - Julgamento de Processos Administrativos Disciplinares e aplicação das respectivas penalidades previstas pelo inciso I do Art. 1º da Portaria MEC nº 430, de 23 de abril de 2009.

Art. 3º O exercício da competência ora delegada deverá observar, rigorosamente, toda a legislação pertinente aos assuntos em prática, assim como, os procedimentos internos estipulados pela UFABC.

Art. 4º Todos os atos emitidos pelo Superintendente de Gestão de Pessoas consoante às delegações aqui dispostas deverão mencionar a presente Portaria, sob pena de serem inválidos ou não serem considerados válidos.

Art. 5º O Superintendente de Gestão de Pessoas responde solidariamente com o Reitor em todos os atos praticados mediante delegação/subdelegação referenciados nesta Portaria.

Art. 6° Esta Portaria revoga e substitui os seguintes dispositivos:

I - Portaria da Reitoria nº 229, de 09 de abril de 2015, publicada no DOU n° 69, de 13 de abril de 2015;

II - Portaria da Reitoria nº 309, de 19 de agosto de 2016, publicada no DOU n° 163, de 24 de agosto de 2016;

III - Portaria da Reitoria nº 387, de 21 de setembro de 2016, publicada no DOU n° 183, de 22 de setembro de 2016;

IV - Portaria da Reitoria nº 295, de 30 de agosto de 2017, publicada no DOU n° 169, de 01 de setembro de 2017;

V - Portaria da Reitoria nº 325, de 19 de setembro de 2017, publicada no DOU n° 183, de 22 de setembro de 2017.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DÁCIO ROBERTO MATHEUS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 1.029, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, tendo em vista o que conta no Memorando Eletrônico nº 68/2020 - DEPSEC, de 22/07/2020 e Documento nº 23125.013525/2020-72 - DCT, de 04/08/2020. resolve:

Art. 1º - SUSPENDER o prazo de validade do concurso público vigente referente ao Edital nº 07/2019, homologado pelo Edital nº 10 de 17/07/19, DOU nº 139, seção 03, Pág. 80 a 82, de 22/07/2019, em conformidade com Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, publicada no DOU de 28/05/2020.

Art. 2º - Com base no disposto no Art. 10 § 2º da supramencionada Lei Complementar, os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR SA DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O presidente do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, no uso das suas atribuições conferidas pelo Art. 16 do Estatuto da Instituição, aprovado pela Portaria nº 148, de 10/08/2012, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, e alterado pela Decisão nº 21/2014 - Conuni, de 21/03/2014, aprovada pela Portaria nº 01, de 29/03/2019, do Conuni, publicada no DOU nº 61, de 29/03/2019, resolve:

Art. 1° Ficam aprovadas as alterações do Estatuto e do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, dadas conforme a Resolução n° 13/2020 - Conuni, de 13 de agosto de 2020.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDNER DAIZIO RAMOS CLEMENTINO
Vice-Reitor Pro Tempore
No Exercício do Cargo de Reitor Pro Tempore

Ministério da Infraestrutura

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 1.722, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.025016/2020-55, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado AITe, desenvolvido pela EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A (BHTRANS), CNPJ nº 741.657.081/0001-84, situada na Av. Engenheiro Carlos Goulart nº 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte/MG, CEP: 30455-700.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar ao DENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.731, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga até 1º de setembro de 2020 o prazo estabelecido pelo Aviso de Consulta Pública, publicado em 3 de julho de 2020, referente à minuta de Portaria, que institui o processo para designação de Organismo de Certificação Designado (OCD) para a execução de serviços de comprovação de conformidade de identificação e segurança de veículos junto ao DENATRAN.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos XXIV, XXV e XXVI do art. 19, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.043955/2019-48, resolve:

Art. 1º Esta Portaria prorroga até 1º de setembro de 2020 o prazo estabelecido pelo Aviso de Consulta Pública, publicado em 3 de julho de 2020, referente à minuta de Portaria que institui o processo para designação de Organismo de Certificação Designado (OCD) para a execução de serviços de comprovação de conformidade de identificação e segurança de veículos junto ao DENATRAN.

Art. 2º A minuta de Portaria a que se refere o art. 1º encontra-se disponível no sítio eletrônico www.denatran.gov.br na rede mundial de computadores.

Art. 3º As contribuições decorrentes desta Consulta Pública devem ser encaminhadas ao DENATRAN, respeitado o prazo a que se refere o art. 1º.

§ 1º As contribuições a que se refere o caput devem ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico próprio disponível no sítio eletrônico a que se refere o art. 2º.

§ 2º As contribuições encaminhadas por meio diverso do previsto no § 1º não são válidas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO AERONÁUTICO

PORTARIA Nº 2.013, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O GERENTE GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO AERONÁUTICO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1655, de 11 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 21 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.003259/2019-66, resolve:

Art. 1º Tornar pública a REVOGAÇÃO do Certificado de Organização de Produção nº E-9411-01, emitido em favor de AGS AEROHOSES S/A.

Art. 2º Tornar pública a SUSPENSÃO dos Atestados de Produto Aeronáutico Aprovado nº 2006P02-01A, 2006P02-02A, 2006P02-03A, 2006P02-04A, 2006P02-05A, 2006P02-06A, 2006P02-07A, 2006P02-08A, 2006P02-09A, 2006P02-10A, 2006P02-11A, 2006P02-12A, 2006P02-13A, 2006P02-14A, 2006P02-15A, 2006P02-16A, 2006P02-17A, 2006P02-18A, 2006P02-19A, 2006P02-20A, 2006P02-21A, 2006P02-22A e 2006P02-23A, emitidos em favor de AGS - AEROHOSES INDÚSTRIA AERONÁUTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO IGAWA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.820, DE 17 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015799/2020-36, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Dumont - Chiquinho Ribeiro;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1271;

III - município (UF): Bragança Paulista (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 00' 24'' S / 046° 38' 48'' W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.834, DE 21 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022078/2020-82, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Canadá;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0174;

III - município (UF): Itacarambi (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 01' 24'' S / 44° 02' 36'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1467/SIA, de 3 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2010, Seção 1, Páginas 17 e 18.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.898, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021811/2020-41, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Agromaster;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0614;

III - município (UF): Marcelândia (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 51' 51" S / 054° 42' 37" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.958-ANTAQ, DE 17 DE AGOSTO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008068/2020-82, ad referendum da Diretoria Colegiada, , resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 09/2020-Antaq, consubstanciada no documento SEI nº 1112890, relativa ao certame licitatório para arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido de origem vegetal, especialmente açúcar, denominado MAC13, localizado no Porto de Maceió/AL.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura (Minfra) para promover os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do processo e preencher as minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

RESOLUÇÃO Nº 7.959-ANTAQ, DE 17 DE AGOSTO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008236/2020-30, ad referendum da Diretoria Colegiada, , resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 08/2020-Antaq, consubstanciada no documento SEI nº 1112101, relativa ao terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido de origem vegetal, especialmente trigo, denominado MUC01, localizado no Porto Organizado de Fortaleza/CE.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura (Minfra) para promover os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do processo e preencher as minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 374, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 081, de 3 de agosto de 2020, e no que consta dos Processos nº 50501.355077/2018-89 e nº 00424.074514/2020-72, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 320, de 9 de julho de 2020, que suspendeu a vigência da Deliberação nº 116, de 4 de março de 2020, e, por consequência, da Deliberação nº 898, de 17 de setembro de 2019, com efeitos retroativos a 9 de julho de 2020, em atendimento a decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1032644-95.2020.4.01.3400, em trâmite perante a 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Parágrafo único. Entre o cumprimento da tutela no processo judicial nº 1032644-95.2020.4.01.3400 e o atendimento da suspensão de seus efeitos pelo Agravo de Instrumento nº 1020767-76.2020.4.01.0000, a paralisação dos serviços da empresa Guerino Seiscento Transportes S/A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, se deu por cumprimento de decisão judicial.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 375, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 095, de 7 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50501.299607/2018-00, delibera:

Art. 1º Arquivar o pedido de autorização para operar os mercados dos protocolos nºs 50501.299607/2018-00, 50501.299608/2018-46, 50501.299609/2018-91, 50501.299613/2018-59, 50501.299614/2018-01, 50501.299615/2018-48, 50501.299616/2018-92, 50501.299617/2018-37, 50501.299619/2018-26, 50501.299620/2018-51, 50501.299622/2018-40, 50501.303417/2018-96, 50501.303418/2018-31, 50501.303419/2018-85 e 50501.303421/2018-54, pleiteado pela empresa Expresso Ceará Transporte Ltda, CNPJ nº 06.942.216/0001-52, por inobservância ao prazo indicado no §1º do art. 22 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação protocolados pelas empresas Auto Viação 1001 Ltda, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; Viação Cometa S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03; Empresa Gontijo de Transportes Ltda, CNPJ nº 16.624.611/0098-73; Expresso Guanabara S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01 e Consórcio Guanabara de Transportes, CNPJ nº 23.542.573/0001-42.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 376, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 062, de 4 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.354543/2019-08, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP nº 100:

I - De: Anápolis/GO, Para: Aliança do Tocantins/TO, Alvorada/TO, Porto Nacional/TO, Gurupi/TO, Maringá/PR, Presidente Prudente/SP e São Jose do Rio Preto/SP;

II - De: Assis Chateaubriand/PR, Para: Alvorada/TO, Itumbiara/GO, Porangatu/GO, Presidente Prudente/SP, Chapecó/SC, Cruz Alta/RS, Frederico Westphalen/RS, Irai/RS, Julio de Castilhos/RS, Palmeira das Missões/RS, Palmitos/SC, Panambi/RS, Santa Maria/RS, São Carlos/SC, São Jose do Rio Preto/SP, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

III - De: Alvorada/TO, Para: Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

IV - De: Cascavel/PR, Para: Alvorada/TO, Chapecó/SC, Cruz Alta/RS, Frederico Westphalen/RS, Itumbiara/GO, Julio de Castilhos/RS, Palmeira das Missões/RS, Palmitos/SC, Panambi/RS, Presidente Prudente/SP, Santa Maria/RS, Xanxerê/SC, Goiânia/GO, Irai/RS, São Carlos/SC, São Jose do Rio Preto/SP e Xaxim/SC;

V - Chapecó/SC, Para: Alvorada/TO, Cianorte/PR, Cruz Alta/RS, Frederico Westphalen/RS, Irai/RS, Julio de Castilhos/RS, Palmeira das Missões/RS, Panambi/RS, Porangatu/GO, Santa Maria/RS, Toledo/PR, Umuarama/PR, Maringá/PR;

VI - De: Cruz Alta/RS, Para: Pato Branco/PR, Porangatu/GO, São Carlos/SC, Xanxerê/SC, Xaxim/SC, Francisco Beltrão/PR, Palmitos/SC, Realeza/PR, Toledo/PR e Alvorada/TO;

VII - De: Francisco Beltrão/PR, Para: Julio de Castilhos/RS, Palmeira das Missões/RS, Panambi/RS, Santa Maria/RS, Frederico Westphalen/RS e Irai/RS;

VIII - De: Goiânia/GO, Para: Aliança do Tocantins/TO, Alvorada/TO, Maringá/PR, Palmas/TO, Porto Nacional/TO, São Jose do Rio Preto/SP, Gurupi/TO e Presidente Prudente/SP;

IX - De: Irai/RS, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Realeza/PR, Toledo/PR, Pato Branco/PR, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

X - De: Itumbiara/GO, Para: Cianorte/PR, São Jose do Rio Preto/SP, Maringá/PR, Presidente Prudente/SP, Toledo/PR e Umuarama/PR;

XI - De: Cianorte/PR, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Palmitos/SC, Presidente Prudente/SP, São Carlos/SC, São Jose do Rio Preto/SP, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XII - De: Frederico Westphalen/RS, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Toledo/PR, Pato Branco/PR, Realeza/PR, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XIII - De: Julio de Castilhos/RS, Para: Alvorada/TO, Palmitos/SC, Pato Branco/PR, Porangatu/GO, São Carlos/SC, Xanxerê/SC, Xaxim/SC, Realeza/PR e Toledo/PR;

XIV - De: Maringá/PR, Para: Alvorada/TO, Palmitos/SC, Porangatu/GO, Presidente Prudente/SP, São Carlos/SC, São Jose do Rio Preto/SP, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XV - De: Palmas/TO, Para: Porangatu/GO, Uruaçu/GO e Realeza/PR;

XVI - De: Palmeira das Missões/RS, Para: Alvorada/TO, Pato Branco/PR, Porangatu/GO, São Carlos/SC, Xanxerê/SC, Xaxim/SC, Palmitos/SC, Realeza/PR e Toledo/PR;

XVII - De: Palmitos/SC, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Toledo/PR, Umuarama/PR, Panambi/RS e Santa Maria/RS;

XVIII - De: Panambi/RS, Para: Alvorada/TO, Pato Branco/PR, Porangatu/GO, São Carlos/SC, Xanxerê/SC, Xaxim/SC, Realeza/PR e Toledo/PR;

XIX - De: Porangatu/GO, Para: Alvorada/TO, Aliança do Tocantins/TO, Brejinho de Nazaré/TO, Gurupi/TO, Porto Nacional/TO, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XX - De: São Carlos/SC, Para: Alvorada/TO, Santa maria/RS, Porangatu/GO, Toledo/PR e Umuarama/PR;

XXI - De: São Jose do Rio Preto/SP, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Toledo/PR, Umuarama/PR;

XXII - De: Toledo/PR, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Presidente Prudente/SP, Santa Maria/RS, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XXIII - De: Umuarama/PR, Para: Alvorada/TO, Presidente Prudente/SP, Porangatu/GO, Xanxerê/SC e Xaxim/SC;

XXIV - De: Uruaçu/GO, Para: Alvorada/TO, Aliança do Tocantins/TO, Brejinho de Nazaré/TO, Gurupi/TO e Porto Nacional/TO;

XXV - De: Santa Maria/RS, Para: Alvorada/TO, Porangatu/GO, Pato Branco/PR, Realeza/PR, Xanxerê/SC e Xaxim/SC.

Art. 2º Indeferir o pedido da empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, para a inclusão dos mercados a seguir:

I - De: Uberlândia/MG, para: Aliança do Tocantins/TO, Alvorada/TO, Aparecida de Goiânia/GO, Nova Granada/SP, Porto Nacional/TO, Brejinho de Nazaré/TO, Gurupi/TO, PALMAS/TO e Porangatu/GO.

Art. 3º Não conhecer as impugnações apresentadas pelas empresas Unesul de Transportes Ltda, CNPJ nº 92.667.948/0001-13; Empresa de Transportes Andorinha Ltda, CNPJ nº 55.334.262/0001-84; Expresso Guanabara Ltda, CNPJ nº 41.550.112/0001-01; Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; Empresa Gontijo de Transportes Ltda, CNPJ nº 16.625.611/0001-40 e Viação Ouro e Prata S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42.

Art. 4º Conhecer as impugnações apresentadas pela empresa Reunidas Transportes S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 377, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP 061, de 4 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.012995/2019-15, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Expresso São Jose Ltda, CNPJ nº 91.873.372/0001-88, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP nº 95:

I - De: Garopaba/SC, Para: Porto Alegre/RS e Torres/RS.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35, Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda, CNPJ nº 86.431.749/0001-09 e Auto Viação Venâncio Aires Ltda, CNPJ nº 98.593.668/0001-94.

Art. 3º Não conhecer os embargos de declaração apresentados pela empresa Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 378, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMM - 058, de 29 de julho de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.003346/2020-59, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Guerino Seiscento Transportes S/A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP nº 82:

I - De: Assis/SP e Tupã/SP, Para: Londrina/PR, Porecatu/PR e Sertanópolis/PR;

II - De: Curitiba/PR e Imbaú/PR, Para: Assis/SP, Paraguaçu Paulista/SP, Tupã/SP e Quatá/SP;

III - De: Paraguaçu Paulista/SP, Para: Londrina/PR, Sertanópolis/PR e Porecatu/PR;

IV - De: Penápolis/SP, Para: Curitiba/PR, Londrina/PR, Ponta Grossa/PR, Sertanópolis/PR e Porecatu/PR;

V - De: Ponta Grossa/PR, Para: Assis/SP, Paraguaçu Paulista/SP e Tupã/SP; e

VI - De: Quatá/SP, Para: Londrina/PR, Ponta Grossa/PR, Sertanópolis/PR e Porecatu/PR.

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas Viação Motta Ltda, CNPJ nº 55.340.921/0001-95; Rotas de Viação do Triângulo Ltda, CNPJ nº 18.449.504/0001-59; Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; Empresa de Transportes Andorinha S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84; e Expresso de Prata Ltda, CNPJ nº 45.007.937/0001-27, e no mérito negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 146, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.076986/2020-88, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Granel Química LTDA, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 0+983 m, visando a implantação de estrutura metálica tipo Pipe Rack para passagem de dutos de transferência de produtos inflamáveis e não inflamáveis com impacto na malha concedida à Ferrovia Transnordestina Logística S.A., no município de São Luís/MA.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.036839/2020-75, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para contrução de travessia superior da via férrea, no Km 298+148 m, visando a construção de viaduto rodoviário com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A., no município de Ribeirão Preto/SP.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 670, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e CONSIDERANDO a ação ordinária autuada sob o número 5002645-80.2019.4.04.7118/RS , processo de referência nº 00618.009197/2020-46 o que consta no processo nº 50500.023256/2019-41, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa LOPES & OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.423.509/0001-60 para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 138:

I- De: ALTO ARAGUAIA/MT para: JUNDIAÍ/SP, LIMEIRA/SP e SANTA RITA DO ARAGUAIA/GO;

II- De: ALTO GARÇAS/MT para: CATANDUVA/SP, JUNDIAÍ/SP, LIMEIRA/SP e RIO CLARO/SP;

III- De: CUIABÁ/MT para: JUNDIAÍ/SP e LIMEIRA/SP;

IV- De: JATAÍ/GO para: AMERICANA/SP, CATANDUVA/SP, FERNANDÓPOLIS/SP, JALES/SP, JUNDIAÍ/SP, RIO CLARO/SP, SANTA FÉ DO SUL/SP, SÃO CARLOS/SP e SÃO PAULO/SP;

V- De: MINEIROS/GO para: AMERICANA/SP, ARARAQUARA/SP, CATANDUVA/SP, FERNANDÓPOLIS/SP, JALES/SP, JUNDIAÍ/SP, RIO CLARO/SP, SANTA FÉ DO SUL/SP, SÃO CARLOS/SP, SÃO PAULO/SP e VOTUPORANGA/SP;

VI-De: PRIMAVERA DO LESTE/MT para: SÃO PAULO/SP;

VII- De: RIO VERDE/GO para: AMERICANA/SP, ARARAQUARA/SP, CATANDUVA/SP, FERNANDÓPOLIS/SP, JALES/SP, JUNDIAÍ/SP, RIO CLARO/SP, SANTA FÉ DO SUL/SP, SÃO CARLOS/SP, SÃO PAULO/SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP e VOTUPORANGA/SP;

VIII- De: RONDONÓPOLIS/MT para: JUNDIAÍ/SP e LIMEIRA/SP;

IX- De: SANTA RITA DO ARAGUAIA/GO para: CAMPO VERDE/MT, CATANDUVA/SP e RIO CLARO/SP;

X- De: VÁRZEA GRANDE/MT para: AMERICANA/SP, SÃO PAULO/SP, APARECIDA DO TABOADO/MS, ARARAQUARA/SP, CAMPINAS/SP, CATANDUVA/SP, FERNANDÓPOLIS/SP, JALES/SP, JUNDIAÍ/SP, LIMEIRA/SP, PARANAÍBA/MS, RIO CLARO/SP, SANTA FÉ DO SUL/SP, SANTA RITA DO ARAGUAIA/GO, SÃO CARLOS/SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP e VOTUPORANGA/SP;

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas EXPRESSO ITAMARATI S.A.CNPJ nº 59.965.038/0001-41, VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA CNPJ nº 16.624.611/0001-40, CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES CNPJ nº 23.542.573/0001-42, REUNIDAS TURISMO S.A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80 e EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A CNPJ nº 55.334.262/0001-84 e no mérito negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 463, DE 16 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para a instituição da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP e da Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - ENISP e para a elaboração do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PLANISP.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da CRFB, os incisos VIII, X, XV, XVIII e XIX do art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e os incisos IX, XI, XVI, XIX e XX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019,

Considerando a necessidade de definir marcos normativos, estratégicos e finalísticos, à luz do Estado democrático de direito, às atividades de inteligência desenvolvida no âmbito da Segurança Pública;

Considerando a necessidade de estabelecer a atividade de inteligência de Segurança Pública a partir das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública, criado pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018;

Considerando a necessidade de estruturar a atividade de inteligência de Segurança Pública de acordo com as diretrizes e o modelo de funcionamento definidos pela Política Nacional de Inteligência (PNI), fixada por meio do Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, e pela Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT), fixada pelo Decreto de 15 de dezembro de 2017;

Considerando a existência, no âmbito deste Ministério, de estudos em curso relacionados ao objeto do Grupo de Trabalho previsto nessa Portaria, resolve:

Art. 1º Criar Grupo de Trabalho para instituição da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP e da Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - ENISP, e para a elaboração do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PLANISP.

Art. 2º São premissas orientadoras do Grupo de Trabalho:

I - os Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal;

II - a legalidade, a imparcialidade, a legitimidade, a efetividade e a eficácia; e

III - a coerência, clareza e concisão.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por:

I - dois representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um dos quais o coordenará;

II - um representante da Polícia Federal;

III - um representante da Polícia Rodoviária Federal;

IV - um representante do Departamento Penitenciário Nacional; e

V - cinco representantes de Secretarias Estaduais de Segurança Pública, um de cada região geográfica do país, indicados pelo Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

§ 1º O Grupo de Trabalho poderá ser integrado, ainda, por um representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um representante da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional e um representante do Conselho Nacional de Justiça, a critério destes órgãos.

§ 2º Os integrantes do Grupo de Trabalho serão designados por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 3º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá designar secretário-executivo para auxiliar na coordenação dos trabalhos.

§ 4º Os trabalhos serão efetuados de forma presencial ou remota, a critério da coordenação.

§ 5º Para a consecução de seus objetivos, o Grupo de Trabalho poderá constituir subgrupos compostos por seus representantes, bem como promover interação com outros órgãos e instituições ou agentes de notório conhecimento, relacionados aos seus objetivos.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá o prazo de sessenta dias para a conclusão de suas atividades, contados da publicação do ato previsto no § 2º do art. 3º desta Portaria.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho apresentará, à apreciação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, as novas versões da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP, da Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - ENISP e do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PLANISP.

Art. 5º A Consultoria Jurídica deverá indicar um representante para, no exercício das atribuições desta, prestar consulta e assessoramento jurídicos para a adequada execução e consecução dos trabalhos.

Art. 6º A participação dos membros do Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

PORTARIA Nº 15.713.270, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.003777/2020-12-SEI/PF, resolve:

Retificar o Alvará nº 3.938, 07 de agosto de 2020, publicado no D.O.U. em 12 de agosto de 2020, página 63, seção 1, referente à empresa USKON VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ Nº 21.148.870/0001-82, de modo que:

Onde se lê: "XK SEGURANÇA PRIVADA".

Leia-se: "XK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI".

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 15725287 - CGCSP/DIREX/PF, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece normas e procedimentos para o retorno das atividades fiscalizatórias, retomada de prazos dos processos punitivos e autorizativos no âmbito das áreas afetas à Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 49, incisos II e V, do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155-MSP, de 27 de dezembro de 2018, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no DOU nº 1, Seção 1, de 17 de outubro de 2018,

Considerando a edição da Lei n.º 13.979/20 que estabeleceu medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando a não conversão em lei das Medidas Provisórias n.º 927/20 e 928/20;

Considerando o disposto no art. 9.º da Portaria n.º 14327481 e no art. 2.º da Portaria n.º 14882023 (SEI 08211.001544/2020-77) e,

Considerando a flexibilização do isolamento anteriormente imposto, com a consequente retomada gradual das atividades cotidianas, resolve:

Capítulo I - Disposição Geral

Art. 1.º Declarar retomados, a partir de 1º de setembro de 2020, todos os prazos processuais administrativos punitivos e autorizativos em trâmite nas áreas de controle de segurança privada, de armas de fogo e de produtos químicos, que haviam sido suspensos pela Portaria nº 14327481, de 31 de março de 2020.

Capítulo II - Segurança Privada

Art. 2.º Visando estabelecer o retorno gradual e progressivo à normalidade das atividades de segurança privada, incluindo o seu controle e fiscalização, ficam prorrogados, conforme tabela a seguir, os vencimentos (i) da data da última reciclagem dos vigilantes, (ii) da data de validade da autorização e revisão de autorização de funcionamento de empresas em situação de "ativa" ou "ativa em razão de efeito suspensivo" e (iii) da data da validade do certificado de vistoria dos veículos especiais de transporte de valores na situação de "ativo":

Se o mês de vencimento original for (qualquer dia do mês indicado abaixo)	Nova data de vencimento
Março/2020	30/Setembro/2020
Abril/2020	31/Outubro/2020
Maio/2020	30/Novembro/2020
Junho/2020	31/Dezembro/2020
Julho/2020	31/Janeiro/2021
Agosto/2020	28/Fevereiro/2021

Art. 3.º Ficam prorrogados, até 31/10/2020, os vencimentos:

I - Do credenciamento de instrutores, das disciplinas cujo vencimento ocorrer no período compreendido entre 12/3/2020 a 30/10/2020;

II - Da Carteira Nacional de Vigilantes, se o vencimento da carteira ocorrer no período compreendido entre 12/3/2020 a 30/10/2020;

Art. 4.º Os demais documentos autorizativos, tais como autorizações de transporte e compra de armas não terão o vencimento prorrogado além de 31/08/2020.

Art. 5.º Os pedidos de renovação dos documentos a vencer nos prazos descritos nos artigos anteriores poderão ser protocolados, excepcionalmente, com 15 (quinze) dias de antecedência do respectivo vencimento.

Capítulo III - Armas

Art. 6.º Os registros e portes de arma com vencimento entre 23/03/2020 a 30/08/2020 tiveram sua validade alterada no Sistema Nacional de Armas para o dia 31/08/2020, de modo que a renovação daqueles ficará a cargo dos respectivos proprietários.

Art. 7.º Os credenciamentos de psicólogo, armeiro e Instrutor de Armamento e Tiro-IAT com vencimento entre 23/03/2020 a 30/08/2020 tiveram sua validade alterada para o dia 31/08/2020, de modo que a renovação daqueles ficará a cargo dos respectivos interessados.

Art. 8.º Retomar, a partir de 1º/09/2020, os credenciamentos de psicólogo, armeiro e IAT para atuação junto ao SINARM, que haviam sido suspensos pela Portaria nº 14327481, de 31 de março de 2020.

Capítulo IV - Produtos Químicos

Art. 9.º As renovações de licença de funcionamento com vencimento entre 13/03/2020 a 30/08/2020 tiveram sua validade alterada para o dia 31/08/2020.

Art. 10 A obrigação de envio, até o décimo quinto dia do mês, dos mapas de controle de produtos químicos, voltará a correr normalmente a partir de 1º/09/2020.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas que, no período da suspensão, não procederam ao envio dos mapas de controle de produtos químicos deverão enviá-los de forma retroativa, até o décimo quinto dia do mês setembro.

Capítulo V - Disposição Final

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de 01/09/2020.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 823 - Notificar a entidade social ASSOCIAÇÃO DU PROJETUS, com sede em Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.489.174/0001-86, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo que visa a verificar os requisitos de qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000184/2020-38.

Nº 829 - Notificar a entidade social CONFRARIA ROMANA, com sede em Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 06.761.798/0001-70, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo visando à perda de sua qualificação como OSCIP, por falta de atualização cadastral. Fica concedido o prazo de dez (10) dias úteis para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08026.001482/2020-91.

Nº 831 - Notificar a entidade social INSTITUTO PAPEL DE MENINO, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.398.480/0001-44, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo que visa a verificar os requisitos de qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08084.002411/2020-11.

Nº 834 - Notificar a entidade social Central Única das Favelas de Fortaleza - CUFA, com sede em Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.467.183/0001-07, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo visando à perda da sua qualificação como OSCIP. Fica concedido o prazo de dez (10) dias úteis para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000137/2020-94.

FRANCISCO TARGINO DA ROCHA NETO

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria ACAF nº 4, de 12 de março de 2020, publicada no D.O.U. n.º Nº 157, segunda-feira, 17 de agosto de 2020, Seção 1, página 47.

Onde se lê: PORTARIA ACAF N° 04, de 12 de março de 2020.

Leia-se: PORTARIA ACAF Nº 04, de 12 de agosto de 2020.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 10, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Arquivamento Inquérito Administrativo

Processo nº 08700.002532/2018-33

Representantes: Associação Brasileira de Combate às Fraudes de Combustíveis (ABCFC) e Raízen Combustíveis S.A. (Raízen)

Advogados: Vinicius Marques de Carvalho, Eduardo Frade Rodrigues, Ticiana Nogueira da Cruz Lima e outros (as)

Representada: Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda, 76 Oil Distribuidora de Combustiveis S/A, Minuano Petróleo Ltda e Refinaria de Petróleo de Manguinhos S/A

Advogados: Eric Hadmann Jasper, Ozair Felix Ferreira, Luiz Carlos Avila Junior e outros (as)

Acolho a Nota Técnica nº 28/2020/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI 0792484) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento em virtude da inexistência de indícios suficientes de configuração de infração à ordem econômica, nos termos dos arts. 13, inciso IV, e 66 da Lei Federal nº 12.529/2011 c/c os arts. 141 e seguintes do Regimento Interno do Cade. Ao setor processual.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1914, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 157, de 17 de agosto de 2020, Seção 1, página 48, onde se lê: "Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1876, de 17 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de agosto de 2020, seção 1, páginas 68-73.", leia-se: " Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1876, de 11 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de agosto de 2020, seção 1, páginas 68-73.".

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10/GABIN/ICMBIO, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos processos de licenciamento ambiental (Processo 02070.002575/2008-24)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria nº 1.690/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União Extra de 30 de abril de 2019, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020,

Considerando a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

Considerando a Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental;

Considerando o Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, alterado pelo Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional e dá outras providências;

Considerando a Resolução Conama nº 10, de 24 de outubro de 1996, que regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas;

Considerando a Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente;

Considerando a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Resolução Conama nº 347, de 10 de setembro de 2004, que dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico;

Considerando a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências e o Decreto n° 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que a regulamenta;

Considerando a Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 256, de 10 de junho de 2020, que define os preços para a cobrança de ingressos, serviços administrativos, técnicos e outros, prestados pelo Instituto Chico Mendes;

Considerando a Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências, com prazos prorrogados pela Resolução Conama nº 473, de 11 de novembro de 2015;

Considerando a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando o Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União;

Considerando a Portaria ICMBio nº 56, de 27 de maio de 2016, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Considerando a Portaria ICMBio nº 304, de 30 de maio de 2016, que estabelece os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI-ICMBIO, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a alteração trazida pela Portaria nº 488, de 16 de maio de 2018;

Considerando o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 1/2018, de 15 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para concessão de Anuência para Supressão Vegetal no interior de unidades de conservação federais e suas alterações trazidas pela Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 20 de abril de 2018 e pela Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 04 de setembro de 2019;

Considerando a Portaria ICMBio nº 625, de 03 de julho de 2018, que estabelece as sedes e delimita a circunscrição das unidades de conservação às Coordenações Regionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Considerando a Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Ibama nº 8, de 27 de setembro de 2019, que estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes - e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - relacionados à Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, e dá outras providências no âmbito do licenciamento ambiental federal; e

Considerando o Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para manifestação do Instituto Chico Mendes no processo de licenciamento ambiental.

§ 1º Cabe ao Instituto Chico Mendes analisar e avaliar tecnicamente os impactos que as atividades ou empreendimentos em procedimento de licenciamento ambiental causem ou possam causar às unidades de conservação federais e às suas zonas de amortecimento, sem prejuízo de quaisquer das análises de competência do órgão licenciador.

§ 2º Para realizar a análise, o Instituto Chico Mendes pode valer-se dos diversos instrumentos legais que dispõe.

§ 3° A participação do Instituto Chico Mendes nos processos de licenciamento ambiental envolvendo espécie ameaçada ou outro objeto de pesquisa dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC) está definida no Capítulo III.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I - Anuência: documento em que o Instituto Chico Mendes manifesta sua concordância, ao órgão licenciador, sobre a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio) realizada no interior de unidade de conservação federal;

II - Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA): ato administrativo pelo qual o Instituto Chico Mendes autoriza o órgão ambiental competente a proceder ao licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais ou suas zonas de amortecimento;

III - atividades ou empreendimentos de significativo impacto ambiental: aqueles potencialmente causadores de significativa degradação ambiental para os quais o licenciamento dar-se-á com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), definido pelo órgão licenciador;

IV - impacto: efeito da implantação ou operação do empreendimento ou atividade, que represente alteração da qualidade ambiental ou socioambiental;

V - medidas mitigadoras: medidas que visam diminuir a escala, abrangência ou grau de alteração da qualidade ambiental ou socioambiental decorrente dos impactos causados pela implantação ou operação da atividade ou empreendimento;

VI - órgão licenciador: órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), responsável pelo licenciamento ambiental;

VII - Termo de Referência (TR): documento fornecido pelo órgão licenciador ao requerente da licença ambiental, composto por um conjunto de diretrizes e normas essenciais à elaboração dos estudos ambientais exigidos para o licenciamento;

VIII - zona de amortecimento (ZA): o entorno de uma unidade de conservação regularmente estabelecido, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a área protegida; e

IX - Ficha de Caracterização de Atividade (FCA): documento apresentado pelo empreendedor, em conformidade com o modelo indicado pelo órgão licenciador, que deverá conter, obrigatoriamente, além dos requerimentos dispostos por outros normativos, informações sobre a localização geográfica do empreendimento em relação às unidades de conservação.

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução Normativa, a condução do processo administrativo, a interlocução com o órgão licenciador, a decisão sobre a concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental e a competência para sua expedição, e demais manifestações no âmbito do licenciamento ambiental serão realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Sede:

a) para atividades ou empreendimentos com licenciamento ambiental federal;

b) Para atividades ou empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental, com fundamento em EIA-Rima; e

c) para atividades ou empreendimentos que afetem unidades de conservação vinculadas a mais de uma Gerência Regional (GR).

II - Gerência Regional:

a) para atividades ou empreendimentos licenciados pelos estados, Distrito Federal ou municípios, não considerados de significativo impacto ambiental pelo órgão licenciador.

§ 1º Nos processos conduzidos pela Sede, a interlocução com o órgão licenciador será feita pela Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio).

§ 2º A distribuição constante neste artigo não se aplica à manifestação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação de que trata o Capítulo III desta Instrução Normativa.

Art. 4º Caberá à instância responsável pela condução do processo prevista no artigo 3° desta Instrução Normativa, definir o servidor, a equipe ou unidade organizacional responsável:

I - pela análise do TR;

II - pela elaboração do parecer que subsidiará a manifestação de viabilidade da atividade ou empreendimento no procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental; ou

III - pela manifestação para emissão de Anuência à Abio.

Parágrafo único. Nos casos em que a condução do processo seja pela Sede, a definição prevista no caput caberá à Coordenação Geral de Avaliação de Impactos (CGIMP).

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5º O procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - instauração do processo administrativo;

II - manifestação sobre o TR, quando protocolada a consulta pelo órgão licenciador;

III - análise dos estudos aprovados pelo órgão licenciador e emissão de parecer;

IV - se for o caso, comunicação da exigência de estudos complementares, observados o art. 2º, § 2º; e o art. 3º, II, ambos da Resolução Conama nº 428/2010;

V - emissão e pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU);

VI - decisão quanto à Autorização para o Licenciamento Ambiental; e

VII - comunicação ao órgão ambiental licenciador, facultada, mediante solicitação por escrito do interessado, a comunicação também a este.

Art. 6º O processo administrativo deverá ser autuado nas seguintes hipóteses:

I - pelo TR remetido para contribuição, quando a FCA ou documento equivalente indicar afetação a unidade de conservação federal nos termos da Lei nº 9.985/2000 e da Resolução Conama nº 428/2010; ou

II - pela solicitação de ALA pelo órgão licenciador.

Art. 7º A manifestação decorrente da consulta do órgão licenciador quanto ao TR dos estudos ambientais deverá observar o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Instrução Normativa e será de responsabilidade da Sede ou da GR, conforme o art. 3º, observado o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto na Resolução Conama nº 428/2010, contados do protocolo da consulta.

Art. 8º Os estudos ambientais serão recebidos em meio digital, e integrarão o respectivo processo administrativo.

§ 1º Caso os estudos ambientais apresentados sejam insuficientes para subsidiar a análise e manifestação do Instituto Chico Mendes, serão solicitados ao órgão licenciador estudos complementares, desde que previstos no TR e guardem relação com impactos da atividade ou empreendimento às unidades de conservação federais.

§ 2º Caso o órgão licenciador não tenha solicitado manifestação do Instituto Chico Mendes quanto ao TR, poder-se-á pedir, a qualquer tempo, as complementações dos estudos ambientais.

§ 3º Caso haja dúvidas sobre algum ponto contido na documentação ou no processo recebidos, poderão ser solicitados esclarecimentos ao órgão licenciador ou, eventualmente, diretamente ao interessado.

§ 4º Os estudos complementares e os esclarecimentos deverão ter todo o seu escopo definido uma única vez, sendo vedada, após essa oportunidade, a apresentação de novas demandas, salvo quando decorrerem das complementações solicitadas.

Art. 9º A não apresentação dos estudos complementares específicos no prazo acordado com o órgão licenciador para resposta, desde que não justificada, ensejará o arquivamento da solicitação de ALA e comunicação ao órgão licenciador.

Parágrafo único. O arquivamento do processo de ALA não impede a apresentação de nova solicitação, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, inclusive pagamento de novo custo de análise.

Art. 10. A instância responsável pela condução do processo poderá solicitar a outras unidades organizacionais do Instituto Chico Mendes, a qualquer tempo, técnicos ou especialistas para compor a equipe, mediante justificativa.

Art. 11. A análise técnica deverá ser feita utilizando o Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais, em sistema instituído pelo Instituto Chico Mendes para este fim.

§ 1º Até que haja a entrada em operação do sistema, a análise técnica deverá obedecer ao roteiro estabelecido no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 2º A análise técnica deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias, contados a partir da definição do servidor, equipe ou unidade organizacional responsável pela elaboração do parecer que subsidiará a manifestação de viabilidade da atividade ou empreendimento, de que trata o art. 4º, II, desta Instrução Normativa.

§ 3° O servidor, a equipe ou a unidade organizacional designada terá 7 (sete) dias para confirmar a capacidade de atendimento ao parágrafo anterior.

§ 4° Na hipótese de impossibilidade de atendimento, outra equipe poderá ser designada com a definição de novo prazo.

Art. 12. Questões relativas à compensação ambiental, de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000, não deverão ser contempladas na análise nem nas condições propostas para a ALA.

Art. 13. O Instituto Chico Mendes decidirá, de forma motivada, e comunicará ao órgão licenciador, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da solicitação:

I - pela emissão da Autorização para o Licenciamento Ambiental;

II - pela exigência de estudos complementares;

III - pela incompatibilidade com a unidade de conservação da alternativa apresentada para a atividade ou empreendimento; ou

IV - pelo indeferimento da solicitação.

§ 1º A inobservância do prazo fixado no caput deve ser justificada formalmente ao órgão licenciador, mas não enseja, de forma tácita, a concessão da ALA, nem implica a nulidade de qualquer ato administrativo.

§ 2º Na hipótese do inciso II, a contagem do prazo referido no caput será interrompida desde a data do envio da comunicação da necessidade de estudos complementares até o recebimento desses estudos, podendo ser acrescida de mais 30 (trinta) dias em relação ao prazo original.

§ 3º A contagem do prazo referido no caput será interrompida a partir da data do envio de pedido de esclarecimentos ao interessado ou ao órgão licenciador, até o recebimento desses esclarecimentos.

§ 4º A contagem do prazo referido no caput será interrompida a partir da data do envio da GRU ao interessado até o recebimento do respectivo comprovante de quitação.

§ 5º A solicitação de ALA será indeferida sumariamente, prescindindo de análise técnica e de emissão de GRU, nos casos em que a atividade ou empreendimento se demonstre incompatível com os objetivos estabelecidos na Lei nº 9.985/2000 para a categoria de unidade de conservação que seria afetada.

§ 6º A revisão da decisão poderá ser solicitada pelo órgão licenciador, em até 15 (quinze) dias úteis, à mesma instância que a proferiu, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação.

§ 7º A ALA será emitida antes da primeira licença ambiental a ser expedida pelo órgão ambiental licenciador competente à atividade ou empreendimento.

Art. 14. A emissão da GRU deve ser realizada ao término da análise, pela unidade organizacional responsável pela condução do processo e terá seu valor calculado nos termos de normativa específica, devendo considerar no cálculo todos os técnicos envolvidos na análise.

§ 1° A manifestação final do Instituto Chico Mendes, contendo a decisão quanto à solicitação de ALA, bem como a comunicação ao órgão licenciador, somente serão expedidas após o recebimento do comprovante de pagamento da GRU.

§ 2° O não pagamento da GRU no prazo estabelecido, sem justificativa, ensejará a conclusão do processo, devendo o fato ser comunicado ao órgão licenciador.

§ 3º Caso haja a comunicação de pagamento da GRU após o arquivamento, o processo será reaberto e será feita a comunicação da decisão ao órgão licenciador.

Art. 15. A ALA será encaminhada, via ofício, pela instância responsável por sua emissão, ao órgão licenciador e constará do respectivo processo.

§ 1º A ALA será emitida conforme modelo constante do Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 2º Na ALA emitida pela Gerência Regional deverá constar a sigla "GR" e número da respectiva Gerência Regional, após o campo "ano" que compõe a numeração da ALA, conforme modelo do Anexo II.

§ 3º No caso de emissão de ALA pela Sede, a unidade de conservação afetada e a GR à qual está vinculada serão comunicadas por expediente interno, que integrará o processo administrativo.

§ 4º No caso de emissão de ALA pela GR, a unidade de conservação afetada será comunicada por expediente interno, que integrará o processo administrativo.

§ 5º O empreendedor ou seu representante legal poderão, mediante solicitação por escrito, receber por meio eletrônico uma via da ALA, após esta ter sido enviada ao órgão licenciador, sem prejuízo do direito de acesso ao processo administrativo.

§ 6º A manifestação do Instituto Chico Mendes ao órgão licenciador poderá ser acompanhada das Notas Técnicas e Pareceres que a fundamentam, conforme avaliação da Dibio, ou da Gerência Regional no caso de esta ser a responsável pela emissão da ALA.

§ 7º Uma vez feita ao órgão licenciador a comunicação prevista nos incisos I, III ou IV do artigo 13 desta Instrução Normativa, o processo administrativo deverá ser enviado às unidades de conservação afetadas, para conhecimento e acompanhamento.

Art. 16. O processo de Autorização para o Licenciamento Ambiental poderá ser revisto a qualquer tempo pelo Instituto Chico Mendes, que mediante decisão fundamentada, poderá modificar as condições e as medidas de controle e adequação estabelecidas na ALA ou decidir pelo cancelamento, caso ocorra:

I - violação ou inadequação de quaisquer recomendações ou normas legais relacionadas às atividades ou empreendimentos autorizados;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da ALA; e

III - superveniência ao pedido de ALA de fato excepcional ou imprevisível.

§ 1º A retificação da ALA será realizada pela mesma instância que a emitiu.

§ 2º A ALA retificada manterá número e data da assinatura originais da emissão inicial no campo correspondente, devendo ser inserido o termo "Retificação", o número sequencial das retificações, sendo a data da retificação a data da assinatura da nova versão da ALA, conforme Anexo III.

§ 3º Em caso de desistência do projeto por parte do empreendedor, o processo administrativo será arquivado e a ALA já emitida será cancelada.

§ 4º O cancelamento da ALA somente será realizado pelo Presidente do Instituto Chico Mendes, por iniciativa própria ou mediante provocação fundamentada das instâncias responsáveis pela condução do processo administrativo.

Art. 17. Em caso de alteração de projeto ou de envio de estudos complementares após a emissão da ALA, estes serão analisados no âmbito do processo administrativo já instaurado, que seguirá as etapas previstas no artigo 5º desta Instrução Normativa, no que couber.

§ 1º Nos casos previstos no caput poderá ser feita a retificação da ALA emitida.

§ 2º A alteração de projeto poderá resultar em indeferimento da solicitação, independentemente de já ter sido emitida a ALA para a atividade ou empreendimento.

Art. 18. As Gerências Regionais deverão sistematizar e manter a informação sobre as ALA emitidas em seu âmbito, constando de, no mínimo, número total, unidades de conservação afetadas, tipologia das atividades ou empreendimentos e numeração sequencial, com vistas a disponibilizar esses dados à CGIMP, semestralmente ou sempre que solicitados.

Art. 19. Para fins de atendimento aos prazos estabelecidos no procedimento administrativo de Autorização para o Licenciamento Ambiental, de acordo com a Resolução Conama nº 428/2010, considerar-se-á apenas a interlocução com o órgão licenciador.

Parágrafo único. De forma motivada, a interlocução poderá ser feita com o empreendedor, sem prejuízo do direito deste à informação, assegurado pela Lei nº 12.527/2011.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DE CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Art. 20. A manifestação técnica especializada acerca de impactos de atividades ou empreendimentos sobre espécies ameaçadas e os demais objetos de estudo do CNPC poderá ser oriundo de solicitação do órgão licenciador à Dibio, ou de unidade organizacional do próprio Instituto Chico Mendes, mediante justificativa.

Art. 21. Nos casos não passíveis de Autorização para o Licenciamento Ambiental, incluindo a manifestação de que trata a Resolução Conama nº 10/1996, a manifestação técnica dos CNPC poderá ser solicitada:

I - por órgão licenciador à Dibio; ou

II - pela Dibio ou outra unidade organizacional do próprio Instituto Chico Mendes, mediante justificativa.

Parágrafo único. Nas situações previstas no caput, o envio do expediente ao órgão licenciador será feito pela Dibio, em até 60 (sessenta) dias após o protocolo da consulta, após oitiva da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação (CGCON).

Art. 22. Caso avaliada a necessidade de subsídios técnicos nos processos de Autorização para o Licenciamento Ambiental, a solicitação de manifestação aos CNPC será feita:

I - pela CGIMP, nos processos conduzidos pela Sede; ou

II - pela Gerência Regional, nos processos conduzidos pela própria GR.

Art. 23. A manifestação será feita sobre o quesito específico oriundo do órgão licenciador, quando for o caso, ou quanto ao impacto da atividade ou empreendimento sobre a espécie ameaçada ou objeto de estudo do CNPC, sem prejuízo das manifestações das demais unidades organizacionais nos procedimentos de Autorização para o Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único. A manifestação do CNPC, quando não envolver os processos de Autorização para o Licenciamento Ambiental, não terá caráter vinculante.

Art. 24. O CNPC fará a manifestação no prazo de até 30 (trinta) dias e a encaminhará a unidade organizacional solicitante.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AOS LICENCIAMENTOS QUE AFETEM CAVIDADES NATURAIS SUBTERRÂNEAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Art. 25. No processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem o patrimônio espeleológico localizado em unidade de conservação federal, o Instituto Chico Mendes manifestar-se-á ao órgão licenciador sobre os estudos referentes às cavidades naturais subterrâneas no âmbito da Autorização para o Licenciamento Ambiental.

§ 1º Os estudos espeleológicos mencionados no caput deverão ser geoespacializados e conterão as conclusões do empreendedor relativas à classificação do grau de relevância das cavidades naturais, à área de influência das cavidades e às medidas e ações de conservação previstas no art. 4º do Decreto nº 99.556/90, com redação dada pelo Decreto nº 6.640/2008.

§ 2º O Instituto Chico Mendes analisará os estudos espeleológicos e manifestar-se-á ao órgão licenciador:

I - pela concordância com as conclusões apresentadas nos estudos;

II - pela discordância parcial das conclusões acima mencionadas, devidamente fundamentada; ou

III - pela discordância total das conclusões acima mencionadas, devidamente fundamentada.

§ 3º O Instituto Chico Mendes poderá solicitar ao órgão licenciador complementações dos estudos espeleológicos, desde que sobre assunto previsto no TR, sem prejuízo do disposto no artigo 8º, § 2º, desta Instrução Normativa.

§ 4º Nas situações previstas nos incisos I e II do § 2º, o Instituto Chico Mendes poderá apresentar condições específicas para sua concordância, que comporão sua manifestação conclusiva sobre a viabilidade do empreendimento.

Art. 26. O Instituto Chico Mendes manifestar-se-á no âmbito da Autorização para o Licenciamento Ambiental sobre o detalhamento da proposta de medidas, ações de conservação e outras formas de compensação previstas no artigo 4º do Decreto nº 99.556/90, com redação dada pelo Decreto nº 6.640/2008.

§ 1º O Instituto Chico Mendes poderá manifestar-se:

I - pela aprovação do detalhamento das medidas propostas;

II - pela desaprovação parcial do detalhamento das medidas propostas, devidamente fundamentada; ou

III - pela desaprovação total do detalhamento das medidas propostas, devidamente fundamentada.

§ 2º Nos casos previstos no inciso II do parágrafo anterior, o Instituto Chico Mendes emitirá nova manifestação a partir do recebimento das propostas reapresentadas pelo empreendedor.

§ 3º Na hipótese de aprovação dos detalhamentos relativos ao que trata o § 3º do artigo 4º do Decreto nº 99.556/90, a manifestação do Instituto Chico Mendes ao órgão licenciador deverá conter a informação sobre a definição, de comum acordo com o empreendedor, de outras formas de compensação, segundo regramento próprio.

§ 4º Para os casos previstos no parágrafo anterior, o prazo para manifestação do Instituto Chico Mendes será de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento das propostas de compensação.

Art. 27. Para análise e emissão de parecer sobre os estudos e propostas de que tratam os artigos 25 e 26 desta Instrução Normativa, poderá ser constituída equipe específica pela instância responsável pela condução do processo prevista no art. 4º.

Parágrafo único. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav) poderá ser designado para participar ou realizar a análise e parecer de que trata o caput, mediante solicitação da CGIMP, nos processos conduzidos pela Sede, ou da Gerência Regional, nos processos conduzidos pela própria GR.

CAPÍTULO V

DA CIÊNCIA NOS CASOS DE EMPREENDIMENTOS NÃO SUJEITOS A EIA/RIMA

Art. 28. O Instituto Chico Mendes considerar-se-á ciente do licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que se enquadram nos termos do artigo 5º da Resolução Conama nº 428/2010, quando for comunicado quanto a, pelo menos, as seguintes informações:

I - dados cadastrais da atividade ou empreendimento (razão social e CNPJ ou nome e CPF do responsável pela atividade ou empreendimento e endereços eletrônico e para correspondência;

II - tipo de licença ambiental (LP, LI, LO);

III - unidades de conservação afetadas;

IV - localização georreferenciada da atividade ou empreendimento em relação às unidades de conservação federais enquadradas nos casos previstos pelo art. 5º da Resolução Conama nº 428/ 2010;

V - impactos potenciais às unidades de conservação federais; e

VI - medidas para mitigar os impactos às unidades de conservação federais.

§ 1º As informações acima devem ser protocoladas acompanhadas dos estudos ambientais existentes.

§ 2º A insuficiência de informações ou estudos ambientais ensejará comunicação ao órgão licenciador sobre a necessidade da apresentação de estudos complementares, para que o Instituto Chico Mendes possa fazer, caso necessário, contribuições técnicas ao licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento.

Art. 29. Contribuições técnicas produzidas pelo Instituto Chico Mendes em casos de ciência não terão caráter vinculante.

CAPÍTULO VI

DA ANUÊNCIA PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

Art. 30. Cabe ao órgão licenciador expedir a Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no interior de unidade de conservação federal, para atividades ou empreendimentos em processo de licenciamento ambiental.

Parágrafo único. O Instituto Chico Mendes, no prazo de 30 (trinta) dias, dará anuência prévia ao órgão licenciador, por meio de ofício, especificando condições para emissão da Autorização a que se refere o caput, conforme Anexo IV, de acordo com a distribuição constante do artigo 3º desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

DO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES

Art. 31. Caberá à unidade de conservação afetada acompanhar e verificar o atendimento das condições estabelecidas nos instrumentos de Autorização.

§ 1º O Relatório de Atendimento das condições da ALA deverá ser elaborado anualmente, conforme modelo constante do Anexo V, até que todas as condições estejam cumpridas.

§ 2º A unidade de conservação afetada deverá comunicar o não atendimento das condições à instância responsável pela emissão da ALA, a qualquer tempo, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

§ 3º A unidade de conservação afetada poderá solicitar apoio para acompanhamento e elaboração dos relatórios mediante justificativa.

§ 4º A consolidação dos Relatórios de Atendimento, em caso de mais de uma unidade de conservação afetada, será de responsabilidade da instância responsável pela emissão da ALA.

Art. 32. A documentação comprobatória do atendimento das condições da ALA poderá ser recebida no Instituto Chico Mendes do empreendedor, sem prejuízo da comunicação do órgão licenciador.

Art. 33. A instância responsável pela emissão da ALA deverá comunicar ao órgão ambiental licenciador a situação do atendimento das condições, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34. Nos casos de Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades e empreendimentos em processo de regularização ambiental ou licenciamento corretivo, deverão ser observadas as etapas estabelecidas no artigo 5º desta Instrução Normativa, no que couber.

Art. 35. A Sede poderá, em qualquer etapa dos processos administrativos de manifestação no licenciamento ambiental previstos nesta Instrução Normativa, avocar ou atuar supletivamente em caso de complexidade técnica ou retardo no procedimento que comprometa o melhor atendimento ao fim público quando assim for considerado pela Dibio, ouvida a CGIMP.

Parágrafo único. A avocação de que trata o caput dar-se-á por expediente interno do Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade à GR.

Art. 36. Em caso de protocolo de documentos em unidade organizacional que não seja responsável pela condução do processo, este deverá ser remetido imediatamente à unidade responsável conforme a distribuição desta Instrução Normativa.

Art. 37. O processo administrativo em andamento deverá ter a tramitação interna adequada para o atendimento da distribuição constante do artigo 3º desta Instrução Normativa.

Art. 38. Fica revogada a Instrução Normativa nº 7, de 05 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. nº 217, de 10 de novembro de 2014, seção 1, págs. 83/86.

Art. 39. Esta Instrução Normativa entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

ANEXO I

Roteiro para análise de solicitação de Autorização para o Licenciamento Ambiental e elaboração do Parecer Técnico

1 - ABRANGÊNCIA / ESCOPO

Na análise dos estudos ambientais de que trata esta Instrução Normativa, devem ser considerados pelo servidor, equipe ou unidade organizacional a que se refere o art. 4º desta Instrução Normativa:

I - Os impactos ambientais incidentes na unidade de conservação ou sua zona de amortecimento.

II - As restrições e condições para implantação e operação da atividade ou empreendimento, de acordo com o ato de criação, em compatibilidade com os objetivos da unidade de conservação, e em conformidade com as disposições contidas no Plano de Manejo, quando houver.

III - As medidas mitigadoras propostas pelo estudo ambiental e outras identificadas como tecnicamente indicadas.

2 - FERRAMENTAS PARA ANÁLISE E ELABORAÇÃO

Na elaboração do parecer, a equipe poderá utilizar-se de quaisquer recursos técnicos, logísticos ou administrativos de que dispuser no Instituto Chico Mendes, sendo incentivada a utilização de ferramentas de geoprocessamento, bem como demais recursos gráficos para melhor ilustração do parecer, como fotografias, figuras, tabelas e infográficos. Os estudos ambientais recebidos estarão disponíveis em formato digital.

3 - O PARECER TÉCNICO

O parecer que subsidiará manifestação institucional conclusiva deverá ser composto pelas seguintes partes:

I - Introdução: contextualizar a análise dentro do processo de ALA.

- Registrar se houve manifestação anterior pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a exemplo do Termo de Referência dos estudos ambientais e se tal manifestação foi contemplada pelo órgão licenciador;

- Informar o objetivo do parecer técnico, ou seja, qual o foco e razão/motivação da avaliação que está sendo realizada;

- Informar, se for o caso, sobre a necessidade de solicitar complementação dos estudos apresentados, entre outras informações julgadas pertinentes.

II - Empreendimento: caracterizar o empreendimento alvo de licenciamento.

- Dados cadastrais;

- Tipologia e rápida descrição do projeto proposto;

- Percentual da área da unidade de conservação ocupada pelo empreendimento;

- Localização na unidade de conservação de acordo com o zoneamento, quando houver;

- Região, municípios e área de influência considerando os respectivos planos e programas a que estão vinculados (Plano Diretor, Plano de Gerenciamento, dentre outros);

- Cronograma de implantação e operação.

III - Unidade de Conservação afetada: elencar e caracterizar a unidade de conservação afetada pelo empreendimento.

- Ato de criação, objetivos ou finalidades da unidade de conservação;

- Plano de manejo (quando houver), seu zoneamento e eventuais restrições relacionadas às atividades do empreendimento;

- Zona de amortecimento, quando devidamente constituída por ato normativo;

- Relação dos atributos protegidos pela unidade de conservação, suas características e importância, com fundamentação em publicações científicas ou instrumentos legais;

- Lista de espécies ameaçadas de extinção de ocorrência na unidade de conservação;

- Demais informações sobre a unidade de conservação, pertinentes à análise.

IV - Análise: analisar os impactos ambientais do empreendimento em relação à unidade de conservação.

- Identificar cada impacto previsto nos estudos que afete a unidade de conservação;

- Para cada impacto identificado, avaliar as medidas mitigadoras sugeridas nos estudos, justificando decisão sobre sua eventual incorporação ou justificando nova condição proposta pela própria equipe;

- Caso a equipe identifique impactos ambientais decorrentes do empreendimento, que não estejam contemplados nos estudos, mas que afetem a unidade de conservação, descrevê-los e propor medidas mitigadoras a serem incorporadas na ALA.

V - Conclusão:

a) Condições: apresentar sugestões de condições específicas contemplando apenas as medidas mitigadoras relacionadas aos impactos analisados no item IV, para os casos em que o empreendimento for considerado passível de Autorização para o Licenciamento Ambiental, com fundamento no impacto ambiental sobre a unidade de conservação e sua zona de amortecimento;

OU

b) Justificativa para indeferimento: justificar indeferimento da solicitação com base nos apontamentos descritos no item IV, citando os impactos previstos em decorrência da implantação ou operação do empreendimento;

OU

c) Solicitação de estudos complementares: justificar a solicitação de estudos complementares especificando os estudos necessários;

OU

d) Incompatibilidade da alternativa apresentada: justificar a incompatibilidade técnica ou locacional da alternativa apresentada.

VI - Sugestão de encaminhamento: sugestão à chefia imediata quanto à solicitação de Autorização para o Licenciamento Ambiental.

4 - SUGESTÕES DE REDAÇÃO PARA A CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a finalidade de criação das unidades de conservação afetadas, o Plano de Manejo [ou sua ausência], os estudos apresentados e a vistoria realizada [quando for o caso], manifestamo-nos:

FAVORÁVEIS à concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental requerida, mediante as condições aqui sugeridas.

OU

CONTRÁRIOS à concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental requerida, considerando a impossibilidade de mitigação dos impactos previstos à unidade de conservação afetada.

OU

SOLICITAR ESTUDOS COMPLEMENTARES à proposta apresentada, para a continuidade da avaliação da solicitação de Autorização.

OU

INCOMPATIBILIDADE COM A ALTERNATIVA APRESENTADA, havendo a possibilidade de emissão da Autorização para o Licenciamento Ambiental do empreendimento ou atividade, desde que seja apresentada uma alternativa técnica ou locacional compatível com os instrumentos normativos da unidade de conservação afetada ou que possibilite a adequada mitigação dos impactos causados à unidade ou à sua zona de amortecimento.

São estes os subsídios que apresentamos para o prosseguimento do processo de Autorização para o Licenciamento Ambiental.

ANEXO II

Modelo de Autorização para o Licenciamento Ambiental

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE *AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL*	
ALA nº: XX/AAAA	Processo nº:
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade seguindo os trâmites da Instrução Normativa nº 05/2020 e uma vez atendidas as limitações ou restrições abaixo listadas, AUTORIZA o licenciamento ambiental do (*inserir o nome do empreendimento ou atividade*), no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as unidades de conservação federais.	
Unidades de Conservação afetadas e atos de criação:	
Empreendimento / Atividade:	
Órgão Licenciador:	
Empreendedor:	CNPJ/CPF:
1. Condições Gerais:	
1.1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças federais, estaduais e municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento. 1.2. Mediante decisão motivada, o Instituto Chico Mendes poderá alterar as condições, as medidas de controle e adequação, bem cancelar esta Autorização, caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente Autorização para o Licenciamento Ambiental; c) Superveniência ao pedido de Autorização para o Licenciamento Ambiental de fato excepcional ou imprevisível.	
1.3. O Instituto Chico Mendes deverá ser imediatamente comunicado em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar a (*inserir o nome das unidades de conservação afetadas*). 1.4. Encaminhar ao Instituto Chico Mendes, todas as licenças ambientais relacionadas ao empreendimento, assim que forem emitidas. 1.5. Qualquer alteração no projeto deverá ser comunicada ao Instituto Chico Mendes e será objeto de nova análise. 1.6. O não cumprimento das disposições neste documento poderá acarretar seu cancelamento e sujeitará o solicitante às penalidades previstas na legislação ambiental vigente. 2. Condições Específicas:	
NOME COMPLETO Cargo	

ANEXO III

Modelo de Retificação de Autorização para o Licenciamento Ambiental

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE *AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL*	
ALA nº: XX/AAAA - Retificação nº XX	Processo nº:
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade seguindo os trâmites da Instrução Normativa nº 05/2020 e uma vez atendidas as limitações ou restrições abaixo listadas, AUTORIZA o licenciamento ambiental do (*inserir o nome do empreendimento ou atividade*), no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as unidades de conservação federais.	
Unidades de Conservação afetadas e atos de criação:	
Empreendimento / Atividade:	
Órgão Licenciador:	
Empreendedor:	CNPJ/CPF:
1. Condições Gerais:	
1.1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças federais, estaduais e municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento. 1.2. Mediante decisão motivada, o Instituto Chico Mendes poderá alterar as condições, as medidas de controle e adequação, bem cancelar esta Autorização, caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente Autorização para o Licenciamento Ambiental; c) Superveniência ao pedido de Autorização para o Licenciamento Ambiental de fato excepcional ou imprevisível.	

1.3. O Instituto Chico Mendes deverá ser imediatamente comunicado em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar a (*inserir o nome das unidades de conservação afetadas*).
1.4. Encaminhar ao Instituto Chico Mendes todas as licenças ambientais relacionadas ao empreendimento assim que forem emitidas.
1.5. Qualquer alteração no projeto deverá ser comunicada ao Instituto Chico Mendes e será objeto de nova análise.
1.6. O não cumprimento das disposições neste documento poderá acarretar seu cancelamento e sujeitará o solicitante às penalidades previstas na legislação ambiental vigente.
2. Condições Específicas:

Município - UF, DD de MM de AAAA.	NOME COMPLETO
(*inserir a data original da emissão*)	Cargo

ANEXO IV

Anuência para Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico
Ofício nº /AAAA - ICMBio
Município-UF, DD de MM de AAAA.
Ao (À) Senhor (a),
NOME
Divisão, Seção, Coordenação, Diretoria e/ou outros
Órgão
Endereço do Órgão
CEP - Município - UF
Assunto: Anuência para captura, coleta e transporte de material biológico do (inserir nome da atividade ou empreendimento) no interior da (inserir nome da unidade de conservação).
Processo ICMBio nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX
Senhor (a) (Cargo),
1. Este Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem manifestar concordância com os termos propostos para captura, coleta e transporte de material biológico no interior da (inserir nome da unidade de conservação), objetivando a elaboração dos estudos ambientais do meio biótico/monitoramento ambiental, como parte integrante do processo de licenciamento ambiental nº XXX (inserir o nº do processo ambiental e o nome do órgão licenciador), do (inserir nome da atividade ou empreendimento), desde que observadas as seguintes condições:
1.1 Descrever e numerar as condições relacionadas à captura, coleta e transporte de material biológico.
Atenciosamente,
NOME COMPLETO
Cargo

ANEXO V

Modelo de Relatório de Atendimento
Relatório de Atendimento nº XX/AAAA - (inserir o nome da unidade de conservação afetada)
Referências: Autorização para o Licenciamento Ambiental nº XX/AAAA
Processo ICMBio nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX
I - Histórico
Relatar acontecimentos relacionados ao processo a partir da emissão da Autorização para o Licenciamento Ambiental.
II - Análise do atendimento das condições
a) Situação de atendimento:
2.1. (transcrever o texto da condição, conforme consta na Autorização para o Licenciamento Ambiental)
ATENDIDA - aquela cujo enunciado foi inteiramente satisfeito, sem possibilidade de ser alterada a situação, salvo por superveniência de fato excepcional ou imprevisível.
PARCIALMENTE ATENDIDA - pode ser: (a) aquela que teve desatendido pelo menos um, mas não todos, dos fatores que explicitou; e (b) aquela que teve atendido pelo menos um, mas não todos, dos fatores que explicitou.
EM ATENDIMENTO - pode ser: (a) aquela cujo efetivo atendimento somente pode ser atestado ao final de um período definido ainda não expirado e (b) aquela de caráter permanente que não se enquadre como não atendida.
NÃO ATENDIDA - aquela que teve desatendidos, de modo irreversível ou não, todos os fatores que explicitou.
NÃO SE APLICA - aquela tida como não aplicável à atual fase do empreendimento.
b) Justificativa da situação do atendimento.
III - Informações adicionais
Descrever demais informações relevantes para o processo

PORTARIA Nº 867, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Reabertura da visitação pública no Parque Nacional de Anavilhanas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 1.690/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União Extra de 30 de abril de 2019, e

CONSIDERANDO os termos do art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO as Portarias de n° 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020 e a Portaria no 356, de 11 de março de 2020, ambas do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19 e que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil", respectivamente;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19), reconhecida por meio da Portaria nº 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO a Portaria ICMBio nº 227/2020, de 22 de março de 2020, que suspendeu a visitação pública em Unidades de Conservação Federais por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 42.330/2020, que autoriza, na cidade de Manaus, a reabertura das unidades de conservação a partir do dia 17 de agosto de 2020, e estabelece que nos municípios do interior compete aos prefeitos municipais a adoção de medidas sanitárias locais, incluindo a autorização de reabertura de unidades de conservação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 24, de 02 de junho de 2020, que autoriza a reabertura dos parques, espaços públicos e atrações turísticas no município de Novo Airão a partir de 29 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 29, de 13 de julho de 2020, que autoriza a exploração turística por meio de transporte fluvial, passeios de contemplação paisagísticas em áreas turísticas do município de Novo Airão; e

CONSIDERANDO a Portaria SEMA nº 87, de 07 de agosto de 2020, que autoriza a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas a partir de 8 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Reabrir, a partir de 18 de agosto de 2020, o Parque Nacional de Anavilhanas para visitação pública, de forma gradual e monitorada, mediante cumprimento dos protocolos de segurança sanitária estabelecidos por esta Portaria e demais normas vigentes relativas ao tema.

Parágrafo único. A reabertura da unidade de conservação deverá respeitar as medidas de prevenção e a retomada das atividades de turismo e atrativos naturais estabelecidos pelos estados e municípios que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 2º O disposto nesta Portaria se aplica a todos os prestadores de serviços, agências e operadores de turismo que atuam na unidade de conservação.

Parágrafo único. Poderão ser autorizados eventos, filmagens, visitas e pesquisas na unidade de conservação.

Art. 3º As atividades de visitação pública nas unidades de conservação poderão ser realizadas desde que observadas as seguintes medidas de prevenção:

I - uso obrigatório de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, cobrindo a região do nariz e boca.

II - disponibilizar álcool gel 70% ou produto de higienização para as mãos nas estruturas abertas à visitação e nos transportes terrestres e aquaviários, por meio dos concessionários, operadores e prestadores de serviços.

III - para os atrativos que constituem a obrigatoriedade de uso de algum equipamento de proteção individual - EPI, estes não poderão ser compartilhados sem antes proceder a higienização e desinfecção dos equipamentos.

IV - manter ambientes bem ventilados, com janelas e portas abertas, sempre que possível.

V - promover com frequência a limpeza e desinfecção dos ambientes, pisos, corrimãos, lixeiras, balcões, maçanetas, tomadas, torneiras e banheiros, além de outros objetos de uso coletivo, como cadeiras, sofás e bancos.

VI - remover jornais, revistas, panfletos e livros dos locais de comum acesso para evitar a transmissão indireta.

VII - estimular e priorizar a venda on-line de ingressos, serviços e/ou agendamentos, ou organizar o atendimento em filas para evitar aglomerações, considerando a marcação no piso com distanciamento de 2 metros, a partir do balcão e entre os clientes.

VIII - as máquinas de débito e crédito devem estar fixas ou envelopadas com filme plástico e desinfetadas após cada uso.

IX - manter o distanciamento mínimo de 2 metros entre os sofás, mesas, cadeiras e bancos dos espaços comuns do empreendimento.

X - no caso de restaurantes, manter o distanciamento mínimo entre as mesas (2 metros) e cadeiras (1 metro), como também nos ambientes de espera e filas de caixas, com demarcação no piso. Para locais com mesas fixas ou na impossibilidade de remoção, interditar as mesas de forma alternada, comunicando visualmente quais estão livres e interditadas.

XI - proceder a higienização e desinfecção de objetos (inclusive cardápios) e superfícies comuns, como as mesas e cadeiras após cada utilização.

XII - os transportes terrestres e aquaviário de visitantes deverão priorizar a ventilação natural. Ao final de cada viagem, promover a limpeza e desinfecção dos veículos.

XIII - respeitar a capacidade de transporte de cada tipo de veículo e evitar superlotação e/ou aglomeração.

XIV - os prestadores de serviço deverão observar as normas e protocolos de conduta estadual e municipais e o "Protocolo para Reabertura da Visitação nas Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro".

Art. 4º O número de visitantes da unidade de conservação deverá ser reduzido até o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de público, respeitando o espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas.

Art. 5º Não será permitida a visita nas bases avançadas I e II da unidade de conservação, até que expressamente autorizada pelo órgão gestor.

Art. 6º Em atrativos e espaços fechados como abrigos, auditórios, centro de visitantes, lojas de conveniência e souvenirs, o número de visitantes desses locais deverá ser reduzido até o limite de 50% de sua capacidade de público, respeitando o espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas.

Art. 7º Os visitantes deverão ser orientados quanto ao cumprimento das restrições impostas e receber informações referentes aos atrativos disponíveis no parque.

Art. 8º Havendo disposição em contrário quanto ao estabelecido nesta Portaria e nos normativos editados no âmbito Estadual ou Municipal, deverá prevalecer a norma legal do estado ou município que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

PORTARIA Nº 868, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Reabertura da visitação pública no Parque Nacional do Jaú.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 1.690/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União Extra de 30 de abril de 2019, e

CONSIDERANDO os termos do art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO as Portarias de n° 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020 e a Portaria no 356, de 11 de março de 2020, ambas do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19 e que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil", respectivamente;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19), reconhecida por meio da Portaria nº 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO a Portaria ICMBio nº 227/2020, de 22 de março de 2020, que suspendeu a visitação pública em Unidades de Conservação Federais por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 42.330/2020, que autoriza, na cidade de Manaus, a reabertura das unidades de conservação a partir do dia 17 de agosto de 2020, e estabelece que nos municípios do interior compete aos prefeitos municipais a adoção de medidas sanitárias locais, incluindo a autorização de reabertura de unidades de conservação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 24, de 02 de junho de 2020, que autoriza a reabertura dos parques, espaços públicos e atrações turísticas no município de Novo Airão a partir de 29 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 29, de 13 de julho de 2020, que autoriza a exploração turística por meio de transporte fluvial, passeios de contemplação paisagísticas em áreas turísticas do município de Novo Airão; e

CONSIDERANDO a Portaria SEMA nº 87, de 07 de agosto de 2020, que autoriza a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas a partir de 8 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Reabrir, a partir de 18 de agosto de 2020, o Parque Nacional do Jaú para visitação pública, de forma gradual e monitorada, mediante cumprimento dos protocolos de segurança sanitária estabelecidos por esta Portaria e demais normas vigentes relativas ao tema.

Parágrafo único. A reabertura da unidade de conservação deverá respeitar as medidas de prevenção e a retomada das atividades de turismo e atrativos naturais estabelecidos pelos estados e municípios que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 2º O disposto nesta Portaria se aplica a todos os prestadores de serviços, agências e operadores de turismo que atuam na unidade de conservação.

Parágrafo único. Poderão ser emitidas autorizações para realização de eventos, filmagens e pesquisas na unidade de conservação.

Art. 3º As atividades de visitação pública nas unidades de conservação poderão ser realizadas desde que observadas as seguintes medidas de prevenção:

I - uso obrigatório de máscara de proteção facial cobrindo a região do nariz e boca, ainda que artesanal, durante todo o período que estiver no interior do parque.

II - disponibilizar álcool gel 70% ou produto de higienização para as mãos nas estruturas abertas à visitação e nos transportes terrestres e aquaviários, por meio dos operadores e prestadores de serviços.

III - para os atrativos que constituem a obrigatoriedade de uso de algum equipamento de proteção individual - EPI, estes não poderão ser compartilhados sem antes proceder a higienização e desinfecção dos equipamentos.

IV - manter ambientes bem ventilados, com janelas e portas abertas, sempre que possível.

V - promover com frequência a limpeza e desinfecção dos ambientes, pisos, corrimãos, lixeiras, balcões, maçanetas, tomadas, torneiras e banheiros, além de outros objetos de uso coletivo, como cadeiras, sofás e bancos.

VI - remover jornais, revistas, panfletos e livros dos locais de comum acesso para evitar a transmissão indireta.

VII - estimular e priorizar a venda on-line de ingressos, serviços e/ou agendamentos, ou organizar o atendimento em filas para evitar aglomerações, considerando a marcação no piso com distanciamento de 2 metros, a partir do balcão e entre os clientes.

VIII - manter o distanciamento mínimo de 2 metros entre os sofás, mesas, cadeiras e bancos dos espaços comuns do empreendimento.

IX - proceder a higienização e desinfecção de objetos (inclusive cardápios) e superfícies comuns, como as mesas e cadeiras após cada utilização.

X - os transportes terrestres e aquaviário de visitantes deverão priorizar a ventilação natural. Ao final de cada viagem, promover a limpeza e desinfecção dos veículos.

XI - respeitar a capacidade de transporte de cada tipo de veículo e evitar superlotação e/ou aglomeração.

XII - os prestadores de serviço deverão observar as normas e protocolos de conduta estadual e municipais e o "Protocolo para Reabertura da Visitação nas Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro".

Art. 4º O número de visitantes da unidade de conservação deverá ser reduzido até o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de público, de forma que a visitação possa ocorrer respeitando-se o espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas.

Art. 5º Na primeira fase da reabertura, não será permitida a permanência de visitantes nas bases avançadas da unidade de conservação.

Art. 6º Em atrativos e espaços fechados como abrigos, auditórios, centro de visitantes, lojas de conveniência e souvenirs, o número de visitantes desses locais deverá ser reduzido até o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de público, de forma que a visitação possa ocorrer respeitando-se o espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas.

Art. 7º Não será permitida a visitação pública às comunidades quilombolas ou populações tradicionais, onde o contato com os visitantes possa representar risco de contaminação dessas comunidades, até que exista manifestação técnica de viabilidade sanitária da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), anuência dos municípios nos quais a unidade de conservação está inserida e seja realizada consulta às comunidades locais.

Art. 8º Os visitantes deverão ser orientados quanto ao cumprimento das restrições impostas e receber informações referentes aos atrativos disponíveis no parque.

Art. 9º Havendo disposição em contrário quanto ao estabelecido nesta Portaria e nos normativos editados no âmbito Estadual ou Municipal, deverá prevalecer a norma legal do estado ou município que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

Art. 11 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 303, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e o que consta do Processo nº 48390.000072/2020-99, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Técnico de Acompanhamento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina - CT Bacia Carbonífera com a finalidade de supervisionar as ações relativas ao cumprimento da sentença judicial, no âmbito da Ação Civil Pública nº 93.8000533-4.

Art. 2º O CT Bacia Carbonífera será integrado pelos representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades públicas:

I - a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, que o presidirá;

II - a Agência Nacional de Mineração - ANM; e

III - o Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Art. 3º Serão convidados a participarem de reuniões específicas do CT Bacia Carbonífera, sem direito a voto, representantes, titulares e suplentes, dos seguintes Órgãos e Entidades:

I - a Advocacia-Geral da União - AGU;

II - o Ministério da Economia - ME;

III - o Ministério do Meio Ambiente - MMA; e

IV - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

Parágrafo único. Poderão ser convidados para participarem das reuniões específicas do CT Bacia Carbonífera, sem direito a voto, outros Órgãos e Entidades públicas e privadas.

Art. 4º Os membros integrantes do CT Bacia Carbonífera serão indicados pelo Titular do respectivo Órgão ou Entidade, e designados em Ato do Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Art. 5º A participação no CT Bacia Carbonífera não será remunerada não criando vínculos ou direitos com a Administração Pública.

Art. 6º O CT Bacia Carbonífera se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente.

§ 1º As reuniões poderão ser realizadas por videoconferência.

§ 2º O quórum de reunião do CT Bacia Carbonífera é de maioria simples dos membros e o quórum para aprovação de matéria, caso necessário, será de metade mais um dos seus membros.

Art. 7º O CT Bacia Carbonífera terá as seguintes competências:

I - Acompanhar, propor e implementar projetos da União Federal para recuperação ambiental da Bacia Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina, com vistas ao cumprimento da sentença judicial, no âmbito da Ação Civil Pública nº 93.8000533-4;

II - Acompanhar as atividades do Grupo Técnico de Assessoramento à Execução da Sentença (GTA) no monitoramento dos indicadores ambientais e avaliar a evolução dos indicadores ambientais divulgados periodicamente;

III - Propor ações a serem conduzidas de forma conjunta entre as unidades e órgãos vinculados do MME, bem como de outros órgãos no âmbito da Administração Pública Federal, de forma a conferir maior agilidade na recuperação ambiental da Bacia Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina;

IV - Promover a elaboração de estudos e realização de eventos técnicos que contribuam para as atividades de recuperação ambiental da região.

Art. 8º A SGM prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento e à execução dos trabalhos do CTM.

Art. 9º Eventuais despesas de deslocamento e estada necessárias ao bom funcionamento do CTM correrão à conta dos Órgãos e Entidades representados ou convidados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 305, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e o que consta do Processo nº 48370.000570/2019-36, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 418, de 19 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

§ 3º As usinas termoelétricas de que trata o art. 3º, incisos II e III, contratadas no ACR, não irão gerar para seus agentes titulares a obrigação de arcar com o pagamento de montante financeiro de que trata o caput." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 48340.002603/2020-73. Interessada: CEB Distribuição S.A. Assunto: Deslocamento Temporal das Obrigações Contidas nos Anexos II e III, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999. Despacho: Nos termos das Notas Técnicas nº 19/2020/ASSEC e nº 328/2020-DOC/SPE e do Parecer nº 257/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1258/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1263/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta Decisão, e tendo em vista o disposto no art. 11 ,§ 5º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como o que consta no Processo nº 48340.002603/2020-73, aprovo o Deslocamento Temporal das Obrigações Contidas nos Anexos II e III, do Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999, nos termos definidos no Anexo à este Despacho, em caso de transferência de controle, mediante processo licitatório, nos primeiros cinco anos da prorrogação referida na Lei nº 12.783, de 2013.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro

ANEXO

Alterações no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, que deverão ser consideradas na elaboração do novo Termo Aditivo:

a) Caput da Subcláusula Décima Quarta da Cláusula Décima Segunda - Extinção da Concessão e Reversão dos Bens e Instalações Vinculados:

Subcláusula Décima Quarta - Para o período a partir de 2024, a Inadimplência da Concessionária decorrente do Descumprimento de Critérios de Eficiência com relação à Continuidade do Fornecimento ou à Gestão Econômico-Financeira implicará a abertura do Processo de Caducidade, respeitadas as disposições deste Contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, observando:

b) Caput da Cláusula Décima Oitava - Condições de Prorrogação:

Além das disposições anteriores deste Contrato, a Concessionária deverá observar, pelo período de três anos contados de 1º de janeiro de 2021, as Condições de Prorrogação estabelecidas nos Anexos II e III, que foram deslocadas em relação ao Quarto Termo Aditivo, nos termos do art. 11, § 5º, da Lei nº 12.783, de 2013.

c) Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Oitava - Condições de Prorrogação:

Subcláusula Primeira - O descumprimento de uma das Condições de Prorrogação dispostas nos Anexos II e III por dois anos consecutivos ou de quaisquer das Condições ao final do período de três anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições deste Contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

d) Tabela I da Subcláusula Terceira da Cláusula Primeira - Continuidade do Fornecimento, do Anexo II:

Tabela I - Limites Globais Anuais de DECi e FECi.

DECi (Horas)			FECi (Interrupções)		
2021	2022	2023	2021	2022	2023
10,58	8,45	7,90	7,99	6,43	6,03

e) Subcláusula Quarta da Cláusula Primeira - Continuidade do Fornecimento, do Anexo II:

Subcláusula Quarta - O Descumprimento do Critério de Eficiência com relação à Qualidade do Serviço Prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2023, acarretará a Extinção da Concessão, nos termos das Cláusulas Décima Segunda e Décima Oitava.

f) Caput da Cláusula Primeira - Parâmetros Mínimos, do Anexo III:

Os Parâmetros Mínimos de Sustentabilidade Econômica e Financeira citados na Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima ficam definidos, para os anos de 2021 a 2023, pela seguinte Condição:

g) Subcláusula Segunda da Cláusula Primeira - Parâmetros Mínimos, do Anexo III:

Subcláusula Segunda - O atendimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira dependerá da observância das seguintes Inequações:

I) LAJIDA ³ 0 (em 2021, 2022 e 2023);

II) [LAJIDA (-) QRR] ³ 0 (até o término de 2021 e mantida em 2022 e 2023);

III) {Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} £ 1 / (0,8 * SELIC) (até o término de 2022); e
IV) {Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} £ 1 / (1,11 * SELIC) (até o término de 2023).
h) Subcláusula Terceira da Cláusula Primeira - Parâmetros Mínimos, do Anexo III:
Subcláusula Terceira - A verificação das Inequações pertinentes aos respectivos prazos ocorrerá a cada doze meses a contar do início de 2021.
i) Subcláusula Quarta da Cláusula Primeira - Parâmetros Mínimos, do Anexo III:
Subcláusula Quarta - As Inequações são limites que deverão ser alcançados até os prazos estabelecidos e mantidos doravante, observada a Subcláusula Décima Quarta da Cláusula Décima Segunda para o período a partir de 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.139, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.005003/2019-43. Interessada: Transmissora Amapar SPE S.A.
Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 8.305, de 22 de outubro de 2019, que declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Transmissora Amapar SPE S.A., a área de terra necessária à ampliação da Subestação 230/69 kV Jurupari, localizada no município de Almeirim, estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Nº 2.375. Processos nº 48500.000893/2011-40. Interessado: Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 2, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.376. Processos nº 48500.000739/2011-78. Interessado: Eólica Picuí 3 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 3, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.377. Processos nº 48500.000746/2011-70. Interessado: Eólica Picuí 4 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 4, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.378. Processos nº 48500.001407/2013-72. Interessado: Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 5, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.379. Processos nº 48500.000744/2011-81. Interessado: Eólica Picuí 6 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 6, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.380. Processos nº 48500.001664/2013-12. Interessado: Eólica Picuí 7 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 7, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.381. Processos nº 48500.001672/2013-51. Interessado: Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 8, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.382. Processos nº 48500.002755/2020-96. Interessado: Eólica Picuí 9 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 9, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.

Nº 2.383. Processos nº 48500.002749/2020-39. Interessado: Eólica Picuí 10 - Geradora de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Picuí 10, localizada no município de Picuí, no estado da Paraíba.
A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.119, de 22 de abril de 2020, constante no Processo nº 48500.006823/2009-81, publicada no DOU nº 79, de 27 de abril de 2020, Seção 1, página 34 onde se lê: PCH.PH.GO.034877-5.01 ", leia-se: " PCH.PH.GO.040810-7.01 ".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.390, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001897/2014-98, decide restaurar, a partir de 18 de agosto de 2020, a operação comercial da unidade geradora UG1 da PCH Várzea Alegre, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.027572-7.01, localizada no município de Conceição de Ipanema, no estado de Minas Gerais, de propriedade da SPE Várzea Alegre Energia S.A.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.351, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº: 48500.004243/2020-64 Interessado: Companhia Energética Rio da Antas - CERAN. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 100.870,19 (cem mil, oitocentos e setenta reais e dezenove centavos), referente à realização do Projeto de Gestão, código PG-2476-0001-2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
8062870713202097-ROBSON ANTONIO GUIMARAES
Transcrito no Documento SEI nº 8062870713202097

CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
8062870713202097-ROBSON ANTONIO GUIMARAES
Transcrito no Documento SEI nº 8062870713202097

CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
48058.840112/2020-19-MSM EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA - DOU de 17/08/2020 nº Documento SEI: 1638005)

CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
48058.840113/2020-63-MSM EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA - DOU de 17/08/2020 nº Documento SEI: 1638112)

CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
48058.840115/2020-52-MSM EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA - DOU de 17/08/2020 nº Documento SEI: 1638150)

CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 272/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.765/2016-JOSÉ MARIA OTÁVIO MARTINS DUARTE - PLG N°198/2020 - Prazo 05 anos
866.228/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°201/2020 - Prazo 05 anos
866.808/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°205/2020 - Prazo 05 anos
867.082/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°206/2020 - Prazo 05 anos
867.073/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°195/2020 - Prazo 05 anos
866.446/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°202/2020 - Prazo 05 anos
866.650/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°204/2020 - Prazo 05 anos
866.064/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°197/2020 - Prazo 05 anos
867.065/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°194/2020 - Prazo 05 anos
866.561/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°203/2020 - Prazo 05 anos
866.735/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°200/2020 - Prazo 05 anos
866.063/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°196/2020 - Prazo 05 anos
866.249/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°199/2020 - Prazo 05 anos
866.153/2020-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG N°207/2020 - Prazo 05 anos

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 266/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.729/2014-UNIVERSO STONE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. N°2476/2020/DIREM-MG/GER-MG
833.178/2014-IMETAME MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2489/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.871/2012-ADRIANE NUNES CORDEIRO-OF. N°2486/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.059/2015-MIBRAX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2485/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.025/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2479 e 2480/2020/DIREM-MG/GER-MG
833.180/2014-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.-OF. N°2493/2020/DIREM-MG/GER-MG - (Imetame Mineração Ltda)
833.177/2014-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.-OF. N°2491/2020/DIREM-MG/GER-MG - (Imetame Mineração Ltda.)
831.498/2014-JOSÉ ALMIR FAZOLO-OF. N°2466 e 2467/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.493/2014-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°2468/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.916/2015-CARLOS NEI DE ARAUJO EIRELI-OF. N°2469 e 2470/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.899/2015-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA-OF. N°2471/2020/DIREM-MG/GER-MG

831.859/2015-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-OF. N°2473/2020/DIREM-MG/GER-MG

831.157/2013-CONSTRUTORA SILVEIRA PRADO LTDA ME-OF. N°2498/2020/DIREM-MG/GER-MG

830.950/2015-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°2475/2020/DIREM-MG/GER-MG

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

830.729/2014-UNIVERSO STONE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA- AI N°5318/2020/GER-MG/DIREM-MG

833.178/2014-IMETAME MINERAÇÃO LTDA- AI N°5320/2020/GER-MG/DIREM-MG

833.180/2014-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.- AI N°5322/2020/GER-MG/DIREM-MG - (Imetame Mineração Ltda)

833.177/2014-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.- AI N°5321/2020/GER-MG/DIREM-MG - (Imetame Mineração Ltda.)

831.899/2015-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA- AI N°5316/2020/GER-MG/DIREM-MG

831.859/2015-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.- AI N°5317/2020/GER-MG/DIREM-MG

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

831.343/2006-SAULO FAGUNDES JACOME- Área de 989,46 ha para 635,04 ha-QUARTZO (uso Industrial).-MATO VERDE/ MONTE AZUL/MG

832.987/2012-ALIANÇA CERÂMICA LTDA. ME- Área de 596,11 ha para 40,74 ha-AREIA (uso imediato na construção civil)-Congonhas do Norte/MG

Aceita defesa apresentada(241)

831.157/2013-CONSTRUTORA SILVEIRA PRADO LTDA ME

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)

Forquilha I, Forquilha II, Forquilha III, Forquilha IV, Forquilha V, Sul Superior e B3/B4-VALE S A-930.925/2005-OF. N°324/2020/GER - MG/DISBM - MG- No prazo de 30 dias

BARRAGEM MOITA-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI-831.057/2010-OF. N°325/2020/GER - MG/DISBM - MG- No prazo de 90 dias

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)

800.860/1976-FEPASA FERROVIA PAULISTA S.A.-OF. N°1684/2020/DFMNM-MG/GER-MG

831.405/1997-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA-OF. N°1690/2020/DFMNM-MG/GER-MG (VALE FERTILIZANTES S/A)

816.066/1970-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA-OF. N°1692/2020/DFMNM-MG/GER-MG (VALE FERTILIZANTES S/A)

003.499/1935-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO E PARTICO BNDE-OF. N°1694/2020/DFMNM-MG/GER-MG

810.330/1968-VALE S A-OF. N°1696/2020/DFMNM-MG/GER-MG

819.636/1969-MINERAÇÃO IVITURUI LTDA-OF. N°1505/2020/DFMNM-MG/GER-MG

800.676/1970-MINERAÇÃO IVITURUI LTDA-OF. N°1507/2020/DFMNM-MG/GER-MG

002.786/1938-MINERAÇÃO LARANJEIRA LTDA-OF. N°1700/2020/DFMNM-MG/GER-MG

809.299/1974-MINERAÇÃO ANASTEVE LTDA-OF. N°1533/2020/DFMNM-MG/GER-MG

821.923/1972-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-OF. N°1513/2020/DFMNM-MG/GER-MG

831.632/1997-ALVAREZ E CIA LTDA-OF. N°1531/2020/DFMNM-MG/GER-MG

830.400/1982-CAL FLORESTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1529/2020/DFMNM-MG/GER-MG

002.853/1956-CINCO ANZÓIS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1517/2020/DFMNM-MG/GER-MG

004.691/1940-CITALCO MINERAÇÃO DE TALCO LTDA.-OF. N°1515/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

800.860/1976-FEPASA FERROVIA PAULISTA S.A.-OF. N°1685/2020/DFMNM-MG/GER-MG

831.405/1997-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA-OF. N°1691/2020/DFMNM-MG/GER-MG (VALE FERTILIZANTES S/A)

816.066/1970-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA-OF. N°1693/2020/DFMNM-MG/GER-MG (VALE FERTILIZANTES S/A)

003.499/1935-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO E PARTICO BNDE-OF. N°1695/2020/DFMNM-MG/GER-MG

810.330/1968-VALE S A-OF. N°1697/2020/DFMNM-MG/GER-MG

819.636/1969-MINERAÇÃO IVITURUI LTDA-OF. N°1506/2020/DFMNM-MG/GER-MG

800.676/1970-MINERAÇÃO IVITURUI LTDA-OF. N°1508/2020/DFMNM-MG/GER-MG

002.786/1938-MINERAÇÃO LARANJEIRA LTDA-OF. N°1701/2020/DFMNM-MG/GER-MG

809.299/1974-MINERAÇÃO ANASTEVE LTDA-OF. N°1534/2020/DFMNM-MG/GER-MG

821.923/1972-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-OF. N°1514/2020/DFMNM-MG/GER-MG

831.632/1997-ALVAREZ E CIA LTDA-OF. N°1532/2020/DFMNM-MG/GER-MG

830.400/1982-CAL FLORESTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1530/2020/DFMNM-MG/GER-MG

002.853/1956-CINCO ANZÓIS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1518/2020/DFMNM-MG/GER-MG

004.691/1940-CITALCO MINERAÇÃO DE TALCO LTDA.-OF. N°1516/2020/DFMNM-MG/GER-MG

000.139/1951-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-OF. N°1671/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)

833.314/2013-GRANITOS LITORAL LTDA-OF. N°2495/2020/DIREM-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.952/2007-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-OF. N°1743/2020/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

831.457/2018-CONSTRUTORA NATIVA LTDA ME

831.458/2018-CONSTRUTORA NATIVA LTDA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

830.121/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA DA PALMA.-OF. N°1654/2020/DFMNM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 77/2020

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

870.096/1988-MAIORCA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA- Fonte:Nossa Senhora Aparecida;Marca:Maiorca;Embalagem:20 L sem gás- DIAS D'ÁVILA/BA

870.399/1996-MINERAL MINÉRIOS DA BAHIA LTDA ME- Fonte:São Bento de Núrsia I;Marca: NUTRIGOOD;Embalagens:1,5 L sem gás- DIAS D'ÁVILA/BA

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)

870.343/2016-NIVALDA DE SOUZA LIMA

Fase de Licenciamento

Nega o aditamento de substância mineral(1175)

871.554/2014-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SANTOS LTDA ME

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere por Interferencia Total(1339)

870.514/2020-EULALIO CRISTOVAM DE OLIVEIRA BRAGA ME

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

870.530/2020-SETA ENGENHARIA S.A.-Registro de Licença N° 5/2020 - Vencimento em 30/06/2025

870.511/2020-SETA ENGENHARIA S.A.-Registro de Licença N° 4/2020 - Vencimento em 05/06/2030

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

870.147/2020-JAAF CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°158/2020/DIFAM-BA/GER-BA

870.687/2020-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 161/2020/DIFAM-BA/GER-BA

870.106/2020-ARGAMASSA QUARTZOLAR LTDA ME-OF. N°Ofício nº 162/2020/DIFAM-BA/GER-BA

870.679/2020-LUIZ CARLOS SCOTON-OF. N°Ofício nº 163/2020/DIFAM-BA/GER-BA

870.692/2020-ITAMAR ROBERIO CERQUEIRA SANTOS EIRELI-OF. N°Ofício nº 164/2020/DIFAM-BA/GER-BA

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 61/2020

Fase de Autorização de Pesquisa

Torno sem efeito a baixa na transcrição do Alvará de Pesquisa(286)

866.832/2014-GERALDO FERREIRA DE CARVALHO FILHO- ALVARÁ n°414/2015

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 67/2020

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

867.058/2010-TREVO HOLDING DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA-Fonte Parecis - Água Mineral Natural Puríssima, embalagens de 6L, 10L e 20L.-SINOP/MT

Fase de Lavra Garimpeira

Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)

867.231/2008-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - PLG Nº 55/2010 de 23/11/2010- Vencimento em 05/05/2023

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

867.022/2012-R. CAMPAGNOLO & CIA ME- Registro de Licença N° 076/2013 - Vencimento em 09/06/2022

867.021/2012-R. CAMPAGNOLO & CIA ME- Registro de Licença N° 075/2013 - Vencimento em 09/06/2022

867.020/2012-R. CAMPAGNOLO & CIA ME- Registro de Licença N° 074/2013 - Vencimento em 09/06/2022

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

866.814/2014-RAFAEL PEGOLARO SALIONE- Alvará n° 19168/2011 - Cessionário: Extração de Areia e Pedra São Lourenço Ltda- CNPJ 12.793.795/0001-11

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

866.070/2004-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO LTDA.-JACAREACANGA/PA, PARANAÍTA/MT - Guia n° 9/2020-50.000toneladas-Minério de Ouro-Validade:06/03/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Homologa desistência do requerimento de PLG(613)

866.420/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO

Determina arquivamento definitivo do processo(565)

866.102/2014-ABADIO LUCIANO CORREA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

866.693/2019-VÂNIA MARIA AUGUSTIN KRELING-Registro de Licença N° 81/2020 - Vencimento em 02/09/2029

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

866.048/2020-JOS FERNANDO CANUTO BENESI-OF. N°137/2020-DIREM

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

866.819/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-OF. N°109/2020-DIFAM

Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)

866.011/2020-MUNICÍPIO DE CARLINDA- Registro de Extração N°57/2020 de 31/07/2020

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

866.014/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ- Registro de Extração N°56/2020 de 28/07/2020

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 106/2020

Fase de Licenciamento
Determina arquivamento processo adm. cancelamento Registro de Licença(1178)
810.034/2012-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-NOT Nº128/2019/SEFAM - DOU de 18/12/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.070/2009-TELE PEDRAS PARAI LTDA- Registro de Licença N° 20/2012 - Vencimento em 22/06/2030
811.032/2010-ARCOL ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 51/2011 - Vencimento em 01/07/2024
810.831/2006-CERAMICA BURG LTDA- Registro de Licença N° 40/2007 - Vencimento em 23/07/2024
811.168/2016-CERÂMICA KASPARY LTDA- Registro de Licença N° 086/2019 - Vencimento em 25/06/2024
811.122/2015-LUIZ TOMAZIN BASALTO ME- Registro de Licença N° 299/2017 - Vencimento em 22/07/2030
811.192/2010-BRITANATO COMÉRCIO DE BRITAS E SERVIÇOS LTDA.- Registro de Licença N° 48/2015 - Vencimento em 07/07/2021
811.207/2014-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Registro de Licença N° 046/2017 - Vencimento em 07/07/2021
811.208/2014-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Registro de Licença N° 047/2017 - Vencimento em 07/07/2021
810.300/2002-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- Registro de Licença N° 2582/2003 - Vencimento em 27/05/2024
810.105/2007-EGON RAMISCH- Registro de Licença N° 141/2007 - Vencimento em 14/07/2024
810.832/2011-OLÍVIO LOPES- Registro de Licença N° 250/2012 - Vencimento em 02/08/2021
810.335/2007-JAZIDA SÃO JOSÉ LTDA EPP- Registro de Licença N° 165/2007 - Vencimento em 09/01/2022
811.510/2012-J D COMERCIO DE BASALTO EIRELI- Registro de Licença N° 94/2013 - Vencimento em 12/08/2024
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.790/2019-CERÂMICA SÃO LOURENÇO LTDA.-Registro de Licença N° 144/2020 - Vencimento em 06/11/2023
810.445/2020-PALMAS - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-Registro de Licença N° 140/2020 - Vencimento em 30/06/2024
811.088/2012-PEDRO AFONSO ALMEIDA DE SALLES JUNIOR-Registro de Licença N° 141/2020 - Vencimento em 05/08/2024
810.219/2020-CERÂMICA KASPARY LTDA-Registro de Licença N° 142/2020 - Vencimento em 23/03/2025
810.273/2018-SANTA LUCIA BASSAN COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA-Registro de Licença N° 143/2020 - Vencimento em 19/03/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 48/2020

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.343/2010-THOR NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°250/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(445)
800.256/2000-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA- Início:A CONTAR DE 18/02/2020-Término:EM 18/02/2023.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.267/1981-OLYMPIA MINERAL LTDA.-OF. N°241/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
800.569/2014-SEIVA AGUA MINERAL INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA-OF. N°240/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
800.463/2005-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.937/2010-EDFOR CONSTRUÇÕES LTDA ME- Cessionário:R. F URLANI ENGENHARIA LTDA.-- CNPJ 09.496.357/0001- 87- Registro de Licença N° Registro de Licença No 1020/2011-DNPM/CE- Vencimento da Licença: 03/04/2022 (Licença Nº 01 /2020, expedida pela Prefeitura de Tururu/CE)
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
801.020/2012-D FATIMA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS LTDA - ME-OF. N°46/2020/SEFAM-CE /GER - CE.-60 (sessenta) dias
800.672/2007-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-OF. N°237/2020/SEFAM-CE /GER - CE.-60 (sessenta) dias
800.564/2014-CALCÁRIO DO BRASIL S A-OF. N°251/2020/SEFAM-CE /GER - CE.-60 (sessenta) dias
800.117/1999-ITAPISSUMA S A-OF. N°253/2020/SEFAM-CE /GER - CE.-60 (sessenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.332/1995-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°223/2020/SEFAM-CE /GER - CE.
800.229/2004-CEARÁ STONES INDUÚSTRIA EXTRATIVA LTDA.-OF. N°134/2020/SEFAM - CE/GER-CE; Nº 135/2020/SEFAM - CE/GER-C; Nº 136/2020/SEFAM - CE/GER-CE.
800.962/2012-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°256/2020/SEFAM-CE /GER - CE.
Despacho publicado(356)
800.210/2007-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. nº 9406/2018, Art. 31, Parág. 4º - OFICÍO Nº 252/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
800.147/2003-CERÂMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. nº 9406/2018, Art. 31, Parág. 4º - OFICÍO Nº 255/2020/SEFAM - CE/GER - CE.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 23/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.043/2004-AGROINDUSTRIAL CAMARAÍ LTDA.-OF. N°75/2020/NPFAM-SE/GER-SE
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
878.043/2004-AGROINDUSTRIAL CAMARAÍ LTDA.- Fonte Santa Rita, marca LEV, embalagens de 300 ml (com gás), 500 ml (sem gás) e 1,5 l (sem gás)- SÃO CRISTÓVÃO/SE
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.071/2017-ERIBALDO RAMOS SANTOS ME- Registro de Licença N° 170/2019 - Vencimento em 22/06/2023
878.050/2017-DIOGENES DA SILVA OLIVEIRA ME- Registro de Licença N° 144/2017 - Vencimento em 09.07.2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.014/2020-JOSÉ MENEZES DE ALMEIDA-OF. N°76/2020/NPFAM-SE/GER-SE
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.108/2017-JAZIDA LANDIN LTDA ME-Registro de Licença N° 191/2020 - Vencimento em 21/01/2030
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
878.016/2020-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS-OF. N°77/2020/NPFAM-SE/GER-SE
878.018/2020-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS-OF. N°79/2020/NPFAM-SE/GER-SE
878.017/2020-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS-OF. N°78/2020/NPFAM-SE/GER-SE

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 582, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.206853/2020-53 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Açu Petróleo S.A., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 21.778.678/0001-70, autorizada a construir: Área de tancagem com 12 tanques verticais para estocagem de petróleo, 2 tanques verticais de slop, 3 (três) dutos portuários de transporte de petróleo e sistemas complementares para a movimentação e armazenamento de petróleo no seu Terminal Aquaviário localizado no Porto de Açu, Município de São João da Barra / RJ. Os tanques e dutos portuários têm as seguintes características:

Tabela 1 -Características dos tanques .

Bacia	Número do Tanque	Tipo de Tanque	Tipo de Teto	Material	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume Nominal (m^3)	Classe de Produtos
Exportação	T-1001	Vertical	Domo +teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Exportação	T-1002	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Exportação	T-1003	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Exportação	T-1004	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Exportação	T-1005	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Exportação	T-1006	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1007	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1008	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1009	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1010	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1011	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III
Importação/ internalização	T-1012	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	70,00	18,00	69.000,00	CLASSE - III

SLOP	T-1013	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	23,00	19,50	8.100,00	CLASSE - III
SLOP	T-1014	Vertical	Domo + teto flutuante interno "tipo pontoon"	Aço Carbono	23,00	19,50	8.100,00	CLASSE - III

Tabela 2 - Características dos dutos portuários.

TAG	Origem	Destino	Diâmetro (pol.)	Extensão (m)	Temperatura Mínima (°C)	Temperatura Máxima (°C)	Produtos	Classe de Pressão	Vazão (m^3/h)
01-42'-PR-0212-P-O	UTP / T-Oil	T-Oil / UTP	42	8.000	0	260	Petróleo	150	#7.000
01-42'-PR-0214-P-O	UTP / T-Oil	T-Oil / UTP	42	8.000	0	260	Petróleo	150	#7.000
01-42'-PR-0215-P-O	UTP	T-Oil	42	8.000	0	260	Petróleo	150	#7.000

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO Nº 585, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista os documentos que constam do processo ANP nº 48610.211808/2020-11, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 02.709.449/0014-73, autorizada a operar um duto de movimentação de Óleo Diesel S-10 no Terminal Aquaviário de Mucuripe, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, com as características descritas abaixo:

TAG	Origem	Destino	Produto	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Material	Pressão máxima de operação (kgf/cm^2)
12-DS-6113-250-Ba	Píer Petroleiro	Raízen	Óleo Diesel S-10	12	2.650	Aço Carbono API 5L Gr B	12

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP Nº 556, de 07 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2012.
Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 583, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.013489/2017-84, autoriza a empresa SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 00.942.246/0012-35, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação localizada na Rua N, Lotes 22 ao 33, Distrito Industrial, Cuiabá/MT, 78.098-400 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -15:40:06,900; -55:58:51,400 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 855,41 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 106/2003 e ANP 358/2007.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade Nominal (m³)	Classe	Tipo
01	2,48	10,66	51,80	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
02	2,49	10,66	51,75	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
03	2,49	10,66	51,76	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
04	2,49	10,66	51,76	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
05	2,49	10,64	51,66	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
06	2,49	*10,67*	*51,80*	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
07	2,49	10,67	51,81	I, II ou III	Horizontal Semi Enterrado
08	8,50	*5,88*	*339,08*	II ou III	Vertical Aéreo
09	2,55	11,99	61,16	IIIB	Horizonte Subterrâneo
10	2,54	6,08	30,95	II ou III	Skid Horizontal
11	2,54	6,08	30,95	II ou III	Skid Horizontal
12	2,54	6,07	30,93	II ou III	Skid Horizontal

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 584, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.207489/2020-49, autoriza a empresa QUERODIESEL TRANSPORTE E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 89.839.450/0001-86, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 8.907 - Bairro São Luiz - Município de Canoas - RS - CEP: 92420-220 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -29:53:13,132; -51:10:44,479 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 90,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 61 de 04/02/2011.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m^3)	Produto	Classe	Tipo
14	2,90	5,90	45,00	Óleo Diesel B S500	II ou III	vertical aéreo
15	2,90	5,90	45,00	Óleo Diesel B S500	II ou III	vertical aéreo

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 673, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSP0360280	CAMILA MONTANHA DA SILVA DE OLIVEIRA	37.784.929/0001-69	48610.004504/2020-07
GLPMG0360284	CAPITAL GAS LTDA	36.544.508/0001-06	48610.003313/2020-10
GLPAM0360295	EVALDO L CORREA COMERCIO	35.620.028/0001-06	48610.004333/2020-16
GLPMG0360151	FORTE GAS E AGUA LTDA	36.532.973/0001-19	48610.004501/2020-65
GLPMG0360293	GAS ANDRADE E VIEIRA LTDA	10.408.796/0003-31	48610.003335/2020-80
GLPAM0360301	H J B DE LIRA	21.480.048/0001-14	48610.004235/2020-71
GLPRS0360287	JM COMERCIAL DE GAS EIRELI	35.182.159/0001-59	48610.003993/2020-71
GLPPB0360299	JOHN ELVIS FIGUEIREDO DE ALCANTARA DA SILVA	29.585.425/0001-91	48610.003786/2020-17
GLPSP0360282	LEANDRO FERREIRA DA SILVA EIRELI	37.377.956/0001-17	48610.004506/2020-98
GLPMT0360278	LUZINALVA MARQUES DE MORAIS	29.845.240/0001-79	48610.004503/2020-54
GLPBA0360154	OCEANO AZUL TRANSPORTADORA - EIRELI	19.778.099/0001-85	48610.004495/2020-46
GLPBA0360142	POSTO CHAPADA MULUNGU LTDA	27.389.789/0001-70	48610.004496/2020-91
GLPCE0360276	R. M. DE ALENCAR CONSTRUCOES LTDA	31.733.018/0001-26	48610.004502/2020-18
GLPMG0360303	RODRIGO STEFANO DAS NEVES ALVES EIRELI	34.099.831/0001-84	48610.004508/2020-87
GLPRS0360290	S. ARAUJO OLIVEIRA	32.567.550/0001-83	48610.000591/2020-15
GLPSC0360297	TOP GAS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	37.177.678/0001-54	48610.004279/2020-09

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 674, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/CE0201415	AUGUSTO GLEDSON P XIMENES	01.542.296/0001-35	48610.004576/2020-46
PR/MG0201412	AUTO POSTO BRANQUINHO LTDA	37.461.683/0001-94	48610.004595/2020-72
PR/AC0201410	DENISE A. CASTRO EIRELI	32.705.508/0001-81	48610.004631/2020-06
PR/BA0201414	JACUIPE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	23.917.797/0004-34	48610.004404/2020-72
PR/MG0201413	POSTO DE COMBUSTIVEIS DUBAI LTDA	37.480.272/0001-46	48610.004266/2020-21
PR/MT0201409	V N COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	31.951.912/0001-72	48610.004629/2020-29
PR/RS0201411	XTAND COMERCIO DE COMBUSTIVEIS - EIRELI	34.867.428/0001-58	48610.003567/2020-38

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP nº 137 de 26/02/2018, publicada no DOU de 27/02/2018, Seção 1, página 34, no art. 1º, onde se lê: "REVATI S A ACUCAR E ALCOOL", leia-se: "REVATI S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP nº 881 de 23/08/2018, publicada no DOU de 24/08/2018, Seção 1, página 88, onde se lê: "REVATI S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL", leia-se: "REVATI S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.141, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Habilita Municípios e Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola no segundo ano do ciclo 2019/2020 e destina recursos financeiros para os municípios e Distrito Federal aderidos ao Programa Crescer Saudável que alcançaram as metas do Programa.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

Considerando a Portaria nº 1.412/GM/MS, de 10 de julho de 2013, que institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017, que redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Programa Crescer Saudável, iniciativa da agenda de prevenção e controle da obesidade infantil da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), que é vinculado e corrobora com as atividades do Programa Saúde na Escola, resolve:

Art. 1º Habilitar Municípios e Distrito Federal, descritos no anexo a esta Portaria, ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola (PSE) no segundo ano do ciclo 2019/2020, conforme Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017, e destinar recursos financeiros para os Municípios e Distrito Federal aderidos ao Programa Crescer Saudável que alcançaram as metas do Programa.

§ 1º O valor relativo aos municípios e Distrito Federal que fazem jus a transferência do incentivo financeiro referente ao Monitoramento do PSE ciclo 2019/2020, habilitados ao recebimento de até 100% (cem por cento) do valor total pactuado, encontra-se listado na coluna "Repasse financeiro referente ao Monitoramento do PSE ciclo 2019/2020" no Anexo.

§ 2º O valor a ser transferido aos Municípios e Distrito Federal que alcançaram as metas do Programa Crescer Saudável, está disposto na coluna "Repasse financeiro para as ações do Programa Crescer Saudável" do anexo.

Art. 2º As ações dos Programas Saúde na Escola (PSE) e Crescer Saudável são monitoradas pelos sistemas de informação em saúde vigentes da Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar R$ 81.703.453,00 (oitenta e um milhões, setecentos e três mil e quatrocentos e cinquenta e três reais) da Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas e R$ 2.112.243,19 (dois milhões, cento e doze mil duzentos e quarenta e três reais e dezenove centavos) da Funcional Programática 10.306.5033.20QH - Segurança Alimentar e Nutricional para a Saúde, no Plano Orçamentário PO 0000, totalizando R$ 83.815.696,19 (oitenta e três milhões, oitocentos e quinze mil seiscentos e noventa e seis reais e dezenove centavos).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	Repasse financeiro referente ao Monitoramento do PSE ciclo 2019/2020	Repasse financeiro para as ações do Programa Crescer Saudável	Total
AC	ACRELÂNDIA	120001	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AC	BRASILÉIA	120010	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AC	BUJARI	120013	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
AC	CAPIXABA	120017	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	R$ 38.676,00	R$ 23.312,69	R$ 61.988,69
AC	EPITACIOLÂNDIA	120025	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AC	FEIJÓ	120030	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
AC	JORDÃO	120032	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AC	MÂNCIO LIMA	120033	R$ 13.676,00	R$ 8.169,37	R$ 21.845,37
AC	MARECHAL THAUMATURGO	120035	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
AC	PORTO WALTER	120039	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AC	RIO BRANCO	120040	R$ 16.676,00	R$ 16.676,00	R$ 33.352,00
AC	RODRIGUES ALVES	120042	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AC	SANTA ROSA DO PURUS	120043	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
AC	SENA MADUREIRA	120050	R$ 14.676,00	R$ 8.652,60	R$ 23.328,60
AC	TARAUACÁ	120060	R$ 14.676,00	R$ 7.000,00	R$ 21.676,00
AC	XAPURI	120070	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AC	PORTO ACRE	120080	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
AL	ÁGUA BRANCA	270010	R$ 10.676,00	R$ 5.848,10	R$ 16.524,10
AL	ANADIA	270020	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AL	ARAPIRACA	270030	R$ 30.676,00	R$ 30.392,00	R$ 61.068,00
AL	ATALAIA	270040	R$ 19.676,00	R$ 10.441,94	R$ 30.117,94
AL	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	270050	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	270060	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	BATALHA	270070	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	BELÉM	270080	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	BELO MONTE	270090	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	BOCA DA MATA	270100	R$ 11.676,00	R$ 7.519,16	R$ 19.195,16
AL	BRANQUINHA	270110	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
AL	CACIMBINHAS	270120	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	CAJUEIRO	270130	R$ 11.676,00	R$ 6.221,90	R$ 17.897,90
AL	CAMPESTRE	270135	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	R$ 19.676,00	R$ 13.100,34	R$ 32.776,34
AL	CAMPO GRANDE	270150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	CANAPI	270160	R$ 13.676,00	R$ 7.316,76	R$ 20.992,76
AL	CAPELA	270170	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
AL	CARNEIROS	270180	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
AL	CHÃ PRETA	270190	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
AL	COITÉ DO NÓIA	270200	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AL	COQUEIRO SECO	270220	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
AL	CORURIPE	270230	R$ 20.676,00	R$ 18.873,80	R$ 39.549,80
AL	CRAÍBAS	270235	R$ 14.676,00	R$ 8.485,62	R$ 23.161,62
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	R$ 20.676,00	R$ 11.709,47	R$ 32.385,47
AL	DOIS RIACHOS	270250	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AL	FEIRA GRANDE	270260	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
AL	FLEXEIRAS	270280	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	R$ 22.676,00	R$ 9.386,93	R$ 32.062,93
AL	IBATEGUARA	270300	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	IGACI	270310	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	IGREJA NOVA	270320	R$ 13.676,00	R$ 5.764,61	R$ 19.440,61
AL	INHAPI	270330	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	JACARÉ DOS HOMENS	270340	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	JACUÍPE	270350	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	JAPARATINGA	270360	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
AL	JARAMATAIA	270370	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	R$ 12.676,00	R$ 8.126,36	R$ 20.802,36

AL	JUNDIÁ	270390	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
AL	JUNQUEIRO	270400	R$ 13.676,00	R$ 7.789,87	R$ 21.465,87
AL	LAGOA DA CANOA	270410	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
AL	MACEIÓ	270430	R$ 47.676,00	R$ 47.676,00	R$ 95.352,00
AL	MAJOR ISIDORO	270440	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
AL	MARAGOGI	270450	R$ 15.676,00	R$ 9.459,67	R$ 25.135,67
AL	MARAVILHA	270460	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	R$ 20.676,00	R$ 15.091,45	R$ 35.767,45
AL	MARIBONDO	270480	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	MAR VERMELHO	270490	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
AL	MATA GRANDE	270500	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
AL	MESSIAS	270520	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AL	MINADOR DO NEGRÃO	270530	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	MURICI	270550	R$ 15.676,00	R$ 9.565,93	R$ 25.241,93
AL	NOVO LINO	270560	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	270570	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	270580	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	OLHO D'ÁGUA GRANDE	270590	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	OLIVENÇA	270600	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	OURO BRANCO	270610	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
AL	PALESTINA	270620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	R$ 30.676,00	R$ 14.682,86	R$ 45.358,86
AL	PÃO DE AÇÚCAR	270640	R$ 13.676,00	R$ 7.670,96	R$ 21.346,96
AL	PARICONHA	270642	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	PARIPUEIRA	270644	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	270650	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
AL	PAULO JACINTO	270660	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	PENEDO	270670	R$ 20.676,00	R$ 15.564,56	R$ 36.240,56
AL	PIAÇABUÇU	270680	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	PILAR	270690	R$ 14.676,00	R$ 9.543,16	R$ 24.219,16
AL	PINDOBA	270700	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
AL	PIRANHAS	270710	R$ -	R$ 9.080,17	R$ 9.080,17
AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	270720	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	PORTO CALVO	270730	R$ 14.676,00	R$ 7.749,39	R$ 22.425,39
AL	PORTO DE PEDRAS	270740	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	QUEBRANGULO	270760	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AL	RIO LARGO	270770	R$ 24.676,00	R$ 10.910,63	R$ 35.586,63
AL	ROTEIRO	270780	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	R$ 14.676,00	R$ 7.992,27	R$ 22.668,27
AL	SANTANA DO MUNDAÚ	270810	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	SÃO BRÁS	270820	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	270830	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	270840	R$ 17.676,00	R$ 13.100,34	R$ 30.776,34
AL	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	270850	R$ 16.676,00	R$ 10.044,10	R$ 26.720,10
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	270860	R$ 17.676,00	R$ 13.909,94	R$ 31.585,94
AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	270870	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AL	SÃO SEBASTIÃO	270880	R$ 14.676,00	R$ 10.970,08	R$ 25.646,08
AL	SATUBA	270890	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	270895	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AL	TANQUE D'ARCA	270900	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
AL	TAQUARANA	270910	R$ 13.676,00	R$ 5.535,01	R$ 19.211,01
AL	TEOTÔNIO VILELA	270915	R$ 25.676,00	R$ 15.911,17	R$ 41.587,17
AL	TRAIPU	270920	R$ 13.676,00	R$ 6.641,25	R$ 20.317,25
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	R$ 24.676,00	R$ 15.341,29	R$ 40.017,29
AL	VIÇOSA	270940	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	ALVARÃES	130002	R$ 13.676,00	R$ 6.161,18	R$ 19.837,18
AM	AMATURÁ	130006	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	ANAMÃ	130008	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
AM	ANORI	130010	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	APUÍ	130014	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	ATALAIA DO NORTE	130020	R$ 13.676,00	R$ 7.182,67	R$ 20.858,67
AM	AUTAZES	130030	R$ 16.676,00	R$ 11.058,63	R$ 27.734,63
AM	BARCELOS	130040	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AM	BARREIRINHA	130050	R$ 16.676,00	R$ 11.440,66	R$ 28.116,66
AM	BENJAMIN CONSTANT	130060	R$ 21.676,00	R$ 17.411,46	R$ 39.087,46
AM	BERURI	130063	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
AM	BOA VISTA DO RAMOS	130068	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AM	BOCA DO ACRE	130070	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
AM	BORBA	130080	R$ 15.676,00	R$ 9.242,09	R$ 24.918,09
AM	CAAPIRANGA	130083	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AM	CARAUARI	130100	R$ 15.676,00	R$ 10.231,32	R$ 25.907,32
AM	CAREIRO	130110	R$ 11.676,00	R$ 8.541,28	R$ 20.217,28
AM	CAREIRO DA VÁRZEA	130115	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
AM	COARI	130120	R$ 28.676,00	R$ 21.899,68	R$ 50.575,68
AM	CODAJÁS	130130	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AM	EIRUNEPÉ	130140	R$ 20.676,00	R$ 16.212,24	R$ 36.888,24
AM	ENVIRA	130150	R$ 11.676,00	R$ 7.602,65	R$ 19.278,65
AM	FONTE BOA	130160	R$ 14.676,00	R$ 10.066,87	R$ 24.742,87
AM	GUAJARÁ	130165	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	HUMAITÁ	130170	R$ 15.676,00	R$ 11.314,16	R$ 26.990,16
AM	IPIXUNA	130180	R$ 11.676,00	R$ 7.648,19	R$ 19.324,19
AM	IRANDUBA	130185	R$ 28.676,00	R$ 21.927,51	R$ 50.603,51
AM	ITACOATIARA	130190	R$ 33.676,00	R$ 27.399,90	R$ 61.075,90
AM	ITAMARATI	130195	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
AM	ITAPIRANGA	130200	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	JAPURÁ	130210	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
AM	JURUÁ	130220	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	JUTAÍ	130230	R$ -	R$ 9.016,92	R$ 9.016,92
AM	LÁBREA	130240	R$ 13.676,00	R$ 10.820,81	R$ 24.496,81
AM	MANACAPURU	130250	R$ 32.676,00	R$ 29.001,39	R$ 61.677,39
AM	MANAQUIRI	130255	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AM	MANAUS	130260	R$ 125.676,00	R$ 126.000,00	R$ 251.676,00
AM	MANICORÉ	130270	R$ 18.676,00	R$ 15.736,60	R$ 34.412,60
AM	MARAÃ	130280	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AM	MAUÉS	130290	R$ 16.676,00	R$ 10.990,32	R$ 27.666,32
AM	NHAMUNDÁ	130300	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	130310	R$ 16.676,00	R$ 10.036,51	R$ 26.712,51
AM	NOVO AIRÃO	130320	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
AM	NOVO ARIPUANÃ	130330	R$ 12.676,00	R$ 7.258,57	R$ 19.934,57
AM	PARINTINS	130340	R$ 26.676,00	R$ 24.672,56	R$ 51.348,56
AM	PAUINI	130350	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00

AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	130353	R$ 16.676,00	R$ 9.736,07	R$ 26.412,07
AM	RIO PRETO DA EVA	130356	R$ 14.676,00	R$ 7.339,53	R$ 22.015,53
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	130360	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	130370	R$ 16.676,00	R$ 12.632,29	R$ 29.308,29
AM	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	130380	R$ 22.676,00	R$ 11.965,64	R$ 34.641,64
AM	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	130390	R$ 12.676,00	R$ 8.055,52	R$ 20.731,52
AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	130395	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AM	SILVES	130400	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
AM	TABATINGA	130406	R$ 30.676,00	R$ 23.969,22	R$ 54.645,22
AM	TAPAUÁ	130410	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AM	TEFÉ	130420	R$ 36.676,00	R$ 30.815,40	R$ 67.491,40
AM	TONANTINS	130423	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AM	UARINI	130426	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
AM	URUCARÁ	130430	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AM	URUCURITUBA	130440	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AP	SERRA DO NAVIO	160005	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
AP	AMAPÁ	160010	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	160015	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
AP	CALÇOENE	160020	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
AP	CUTIAS	160021	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
AP	LARANJAL DO JARI	160027	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
AP	MACAPÁ	160030	R$ 43.676,00	R$ -	R$ 43.676,00
AP	MAZAGÃO	160040	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
AP	OIAPOQUE	160050	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
AP	PRACUÚBA	160055	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
AP	SANTANA	160060	R$ 15.676,00	R$ 15.676,00	R$ 31.352,00
AP	TARTARUGALZINHO	160070	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
AP	VITÓRIA DO JARI	160080	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	ABAÍRA	290010	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	ABARÉ	290020	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	ACAJUTIBA	290030	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ADUSTINA	290035	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	ÁGUA FRIA	290040	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
BA	ÉRICO CARDOSO	290050	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	AIQUARA	290060	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
BA	ALAGOINHAS	290070	R$ 37.676,00	R$ 18.436,11	R$ 56.112,11
BA	ALCOBAÇA	290080	R$ 13.676,00	R$ 6.309,19	R$ 19.985,19
BA	ALMADINA	290090	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	AMARGOSA	290100	R$ 11.676,00	R$ 7.837,94	R$ 19.513,94
BA	AMÉLIA RODRIGUES	290110	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	AMÉRICA DOURADA	290115	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	ANAGÉ	290120	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	ANDARAÍ	290130	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	ANDORINHA	290135	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	ANGICAL	290140	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	ANGUERA	290150	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ANTAS	290160	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ANTÔNIO CARDOSO	290170	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ANTÔNIO GONÇALVES	290180	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	APORÁ	290190	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	APUAREMA	290195	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	ARACATU	290200	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	ARAÇAS	290205	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ARACI	290210	R$ 17.676,00	R$ 12.958,66	R$ 30.634,66
BA	ARAMARI	290220	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ARATACA	290225	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	ARATUÍPE	290230	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	AURELINO LEAL	290240	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	BAIANÓPOLIS	290250	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	BAIXA GRANDE	290260	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	BANZAÊ	290265	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
BA	BARRA	290270	R$ 25.676,00	R$ 14.400,13	R$ 40.076,13
BA	BARRA DA ESTIVA	290280	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	BARRA DO CHOÇA	290290	R$ 17.676,00	R$ 13.064,92	R$ 30.740,92
BA	BARRA DO MENDES	290300	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	BARRA DO ROCHA	290310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	BARREIRAS	290320	R$ 44.676,00	R$ 26.052,68	R$ 70.728,68
BA	BARRO ALTO	290323	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	BARROCAS	290327	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	BARRO PRETO	290330	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
BA	BELMONTE	290340	R$ 12.676,00	R$ 6.022,67	R$ 18.698,67
BA	BELO CAMPO	290350	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	BIRITINGA	290360	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	BOA NOVA	290370	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	BOA VISTA DO TUPIM	290380	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	BOM JESUS DA LAPA	290390	R$ 13.676,00	R$ 10.383,12	R$ 24.059,12
BA	BOM JESUS DA SERRA	290395	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	BONINAL	290400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	BONITO	290405	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	BOQUIRA	290410	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	BOTUPORÃ	290420	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	BREJÕES	290430	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
BA	BREJOLÂNDIA	290440	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	BROTAS DE MACAÚBAS	290450	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	BRUMADO	290460	R$ 16.676,00	R$ 10.286,35	R$ 26.962,35
BA	BUERAREMA	290470	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00

BA	BURITIRAMA	290475	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	CAATIBA	290480	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	290485	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	CACHOEIRA	290490	R$ 13.676,00	R$ 6.127,03	R$ 19.803,03
BA	CACULÉ	290500	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CAÉM	290510	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CAETANOS	290515	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CAETITÉ	290520	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	CAFARNAUM	290530	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CAIRU	290540	R$ 10.676,00	R$ 3.893,67	R$ 14.569,67
BA	CALDEIRÃO GRANDE	290550	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CAMACAN	290560	R$ 13.676,00	R$ 5.954,36	R$ 19.630,36
BA	CAMAÇARI	290570	R$ 39.676,00	R$ 29.757,00	R$ 69.433,00
BA	CAMAMU	290580	R$ 17.676,00	R$ 9.920,13	R$ 27.596,13
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	290590	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CAMPO FORMOSO	290600	R$ 25.676,00	R$ 20.978,76	R$ 46.654,76
BA	CANÁPOLIS	290610	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	CANARANA	290620	R$ 12.676,00	R$ 7.283,87	R$ 19.959,87
BA	CANAVIEIRAS	290630	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CANDEAL	290640	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	CANDEIAS	290650	R$ 25.676,00	R$ 14.379,26	R$ 40.055,26
BA	CANDIBA	290660	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
BA	CÂNDIDO SALES	290670	R$ 15.676,00	R$ 6.683,00	R$ 22.359,00
BA	CANSANÇÃO	290680	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	CANUDOS	290682	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	290685	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	CAPIM GROSSO	290687	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	CARAÍBAS	290689	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CARAVELAS	290690	R$ 12.676,00	R$ 7.339,53	R$ 20.015,53
BA	CARDEAL DA SILVA	290700	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CARINHANHA	290710	R$ -	R$ 6.882,23	R$ 6.882,23
BA	CASA NOVA	290720	R$ 22.676,00	R$ 14.706,89	R$ 37.382,89
BA	CASTRO ALVES	290730	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	CATOLÂNDIA	290740	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	CATU	290750	R$ 17.676,00	R$ 10.046,63	R$ 27.722,63
BA	CATURAMA	290755	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
BA	CENTRAL	290760	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	CHORROCHÓ	290770	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CÍCERO DANTAS	290780	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	CIPÓ	290790	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	COARACI	290800	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	COCOS	290810	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	CONCEIÇÃO DA FEIRA	290820	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
BA	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	290830	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	290840	R$ 17.676,00	R$ 15.002,90	R$ 32.678,90
BA	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	290850	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	CONDE	290860	R$ 12.676,00	R$ 8.561,52	R$ 21.237,52
BA	CONDEÚBA	290870	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	CONTENDAS DO SINCORÁ	290880	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	CORAÇÃO DE MARIA	290890	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CORDEIROS	290900	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	CORIBE	290910	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CORONEL JOÃO SÁ	290920	R$ 14.676,00	R$ 7.000,00	R$ 21.676,00
BA	CORRENTINA	290930	R$ 13.676,00	R$ 7.322,45	R$ 20.998,45
BA	COTEGIPE	290940	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CRAVOLÂNDIA	290950	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	CRISÓPOLIS	290960	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	CRISTÓPOLIS	290970	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	CRUZ DAS ALMAS	290980	R$ 14.676,00	R$ 8.728,50	R$ 23.404,50
BA	CURAÇÁ	290990	R$ 16.676,00	R$ 8.895,48	R$ 25.571,48
BA	DÁRIO MEIRA	291000	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	DIAS D'ÁVILA	291005	R$ 15.676,00	R$ 14.900,00	R$ 30.576,00
BA	DOM BASÍLIO	291010	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	DOM MACEDO COSTA	291020	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
BA	ELÍSIO MEDRADO	291030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	ENCRUZILHADA	291040	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	ENTRE RIOS	291050	R$ 18.676,00	R$ 5.418,00	R$ 24.094,00
BA	ESPLANADA	291060	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	EUCLIDES DA CUNHA	291070	R$ 15.676,00	R$ 10.079,52	R$ 25.755,52
BA	EUNÁPOLIS	291072	R$ 27.676,00	R$ 20.757,00	R$ 48.433,00
BA	FÁTIMA	291075	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	FEIRA DA MATA	291077	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	FEIRA DE SANTANA	291080	R$ 73.676,00	R$ 65.000,00	R$ 138.676,00
BA	FILADÉLFIA	291085	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	FIRMINO ALVES	291090	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
BA	FLORESTA AZUL	291100	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	291110	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	GANDU	291120	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	GAVIÃO	291125	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	GENTIO DO OURO	291130	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	GLÓRIA	291140	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	GONGOGI	291150	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	291160	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	GUAJERU	291165	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	GUANAMBI	291170	R$ 21.676,00	R$ 14.212,28	R$ 35.888,28
BA	GUARATINGA	291180	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	HELIÓPOLIS	291185	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	IAÇU	291190	R$ 12.676,00	R$ 8.553,93	R$ 21.229,93
BA	IBIASSUCÊ	291200	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	IBICARAÍ	291210	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	IBICOARA	291220	R$ 10.676,00	R$ 5.510,34	R$ 16.186,34
BA	IBICUÍ	291230	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	IBIPEBA	291240	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	IBIPITANGA	291250	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	IBIQUERA	291260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	IBIRAPITANGA	291270	R$ 13.676,00	R$ 5.648,86	R$ 19.324,86
BA	IBIRAPUÃ	291280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	IBIRATAIA	291290	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
BA	IBITIARA	291300	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	IBITITÁ	291310	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	IBOTIRAMA	291320	R$ 13.676,00	R$ 6.711,46	R$ 20.387,46
BA	ICHU	291330	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	IGAPORÃ	291340	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	IGRAPIÚNA	291345	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	IGUAÍ	291350	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	ILHÉUS	291360	R$ 14.676,00	R$ 12.326,16	R$ 27.002,16

BA	INHAMBUPE	291370	R$ 16.676,00	R$ 8.470,44	R$ 25.146,44
BA	IPECAETÁ	291380	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	IPIAÚ	291390	R$ 14.676,00	R$ 8.459,06	R$ 23.135,06
BA	IPIRÁ	291400	R$ 21.676,00	R$ 10.844,21	R$ 32.520,21
BA	IPUPIARA	291410	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	IRAJUBA	291420	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	IRAMAIA	291430	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	IRAQUARA	291440	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
BA	IRARÁ	291450	R$ 12.676,00	R$ 8.004,92	R$ 20.680,92
BA	IRECÊ	291460	R$ 23.676,00	R$ 13.697,42	R$ 37.373,42
BA	ITABELA	291465	R$ 13.676,00	R$ 9.436,90	R$ 23.112,90
BA	ITABERABA	291470	R$ 24.676,00	R$ 13.542,46	R$ 38.218,46
BA	ITABUNA	291480	R$ 31.676,00	R$ 23.757,00	R$ 55.433,00
BA	ITACARÉ	291490	R$ 13.676,00	R$ 6.018,87	R$ 19.694,87
BA	ITAETÉ	291500	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
BA	ITAGI	291510	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	ITAGIBÁ	291520	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
BA	ITAGIMIRIM	291530	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	ITAGUAÇU DA BAHIA	291535	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	ITAJU DO COLÔNIA	291540	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	ITAJUÍPE	291550	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	ITAMARAJU	291560	R$ 23.676,00	R$ 13.493,12	R$ 37.169,12
BA	ITAMARI	291570	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	ITAMBÉ	291580	R$ 13.676,00	R$ 5.827,22	R$ 19.503,22
BA	ITANAGRA	291590	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	ITANHÉM	291600	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	ITAPARICA	291610	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ITAPÉ	291620	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ITAPEBI	291630	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	ITAPETINGA	291640	R$ 14.676,00	R$ 8.822,11	R$ 23.498,11
BA	ITAPICURU	291650	R$ 15.676,00	R$ 10.147,83	R$ 25.823,83
BA	ITAPITANGA	291660	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
BA	ITAQUARA	291670	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	ITARANTIM	291680	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	ITATIM	291685	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	ITIRUÇU	291690	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	ITIÚBA	291700	R$ 13.676,00	R$ 9.472,32	R$ 23.148,32
BA	ITORORÓ	291710	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	ITUAÇU	291720	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	ITUBERÁ	291730	R$ 11.676,00	R$ 5.988,51	R$ 17.664,51
BA	IUIÚ	291733	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	JABORANDI	291735	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	JACARACI	291740	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	JACOBINA	291750	R$ 18.676,00	R$ 14.286,91	R$ 32.962,91
BA	JAGUAQUARA	291760	R$ 21.676,00	R$ 11.409,67	R$ 33.085,67
BA	JAGUARARI	291770	R$ 11.676,00	R$ 5.426,85	R$ 17.102,85
BA	JAGUARIPE	291780	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	JANDAÍRA	291790	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	JEQUIÉ	291800	R$ 27.676,00	R$ 21.747,88	R$ 49.423,88
BA	JEREMOABO	291810	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	JIQUIRIÇÁ	291820	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	JITAÚNA	291830	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	JOÃO DOURADO	291835	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	JUAZEIRO	291840	R$ 44.676,00	R$ 44.676,00	R$ 89.352,00
BA	JUCURUÇU	291845	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	JUSSARA	291850	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	JUSSARI	291855	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	JUSSIAPE	291860	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	LAFAIETE COUTINHO	291870	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	LAGOA REAL	291875	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	LAJE	291880	R$ 12.676,00	R$ 5.273,15	R$ 17.949,15
BA	LAJEDÃO	291890	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	LAJEDINHO	291900	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
BA	LAJEDO DO TABOCAL	291905	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	LAMARÃO	291910	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	LAPÃO	291915	R$ 11.676,00	R$ 7.509,04	R$ 19.185,04
BA	LAURO DE FREITAS	291920	R$ 42.676,00	R$ 18.117,33	R$ 60.793,33
BA	LENÇÓIS	291930	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	LICÍNIO DE ALMEIDA	291940	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	291950	R$ 15.676,00	R$ 9.689,90	R$ 25.365,90
BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	291955	R$ 20.676,00	R$ 15.507,00	R$ 36.183,00
BA	MACAJUBA	291960	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	MACARANI	291970	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	MACAÚBAS	291980	R$ 14.676,00	R$ 11.210,43	R$ 25.886,43
BA	MACURURÉ	291990	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	MADRE DE DEUS	291992	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
BA	MAETINGA	291995	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
BA	MAIQUINIQUE	292000	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
BA	MAIRI	292010	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	MALHADA	292020	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	MALHADA DE PEDRAS	292030	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	MANOEL VITORINO	292040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	MANSIDÃO	292045	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
BA	MARACÁS	292050	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
BA	MARAGOGIPE	292060	R$ 16.676,00	R$ 8.250,33	R$ 24.926,33
BA	MARAÚ	292070	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	MARCIONÍLIO SOUZA	292080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	MASCOTE	292090	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	MATA DE SÃO JOÃO	292100	R$ 21.676,00	R$ 7.415,43	R$ 29.091,43
BA	MATINA	292105	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	MEDEIROS NETO	292110	R$ 12.676,00	R$ 5.297,82	R$ 17.973,82
BA	MIGUEL CALMON	292120	R$ 11.676,00	R$ 7.154,84	R$ 18.830,84
BA	MILAGRES	292130	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	MIRANGABA	292140	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	MIRANTE	292145	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	MONTE SANTO	292150	R$ 21.676,00	R$ 13.449,48	R$ 35.125,48
BA	MORPARÁ	292160	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	MORRO DO CHAPÉU	292170	R$ 15.676,00	R$ 9.634,24	R$ 25.310,24
BA	MORTUGABA	292180	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	MUCUGÊ	292190	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	MUCURI	292200	R$ 17.676,00	R$ 9.153,54	R$ 26.829,54
BA	MULUNGU DO MORRO	292205	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	MUNDO NOVO	292210	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	MUNIZ FERREIRA	292220	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	292225	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	MURITIBA	292230	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00

BA	MUTUÍPE	292240	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	NAZARÉ	292250	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
BA	NILO PEÇANHA	292260	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	NORDESTINA	292265	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	NOVA CANAÃ	292270	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	NOVA FÁTIMA	292273	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	NOVA IBIÁ	292275	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	NOVA ITARANA	292280	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	NOVA REDENÇÃO	292285	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	NOVA SOURE	292290	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	NOVA VIÇOSA	292300	R$ 18.676,00	R$ 10.599,44	R$ 29.275,44
BA	NOVO HORIZONTE	292303	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	NOVO TRIUNFO	292305	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	OLINDINA	292310	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	292320	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
BA	OURIÇANGAS	292330	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	OUROLÂNDIA	292335	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	292340	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	PALMEIRAS	292350	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	PARAMIRIM	292360	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	PARATINGA	292370	R$ 16.676,00	R$ 8.737,99	R$ 25.413,99
BA	PARIPIRANGA	292380	R$ 12.676,00	R$ 7.433,14	R$ 20.109,14
BA	PAU BRASIL	292390	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	PAULO AFONSO	292400	R$ 26.676,00	R$ 25.919,85	R$ 52.595,85
BA	PÉ DE SERRA	292405	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	PEDRÃO	292410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	PEDRO ALEXANDRE	292420	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	PIATÃ	292430	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	PILÃO ARCADO	292440	R$ 12.676,00	R$ 7.481,21	R$ 20.157,21
BA	PINDAÍ	292450	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	PINDOBAÇU	292460	R$ 11.676,00	R$ 5.318,69	R$ 16.994,69
BA	PINTADAS	292465	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	PIRAÍ DO NORTE	292467	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	PIRIPÁ	292470	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	PIRITIBA	292480	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	PLANALTINO	292490	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	PLANALTO	292500	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	POÇÕES	292510	R$ 15.676,00	R$ 14.117,64	R$ 29.793,64
BA	POJUCA	292520	R$ 13.676,00	R$ 7.455,91	R$ 21.131,91
BA	PONTO NOVO	292525	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	PORTO SEGURO	292530	R$ 36.676,00	R$ 27.365,75	R$ 64.041,75
BA	POTIRAGUÁ	292540	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	PRADO	292550	R$ 15.676,00	R$ 11.643,06	R$ 27.319,06
BA	PRESIDENTE DUTRA	292560	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	292570	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	292575	R$ 11.676,00	R$ 7.961,91	R$ 19.637,91
BA	QUEIMADAS	292580	R$ 11.676,00	R$ 5.464,80	R$ 17.140,80
BA	QUIJINGUE	292590	R$ 12.676,00	R$ 7.792,40	R$ 20.468,40
BA	QUIXABEIRA	292593	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	RAFAEL JAMBEIRO	292595	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	REMANSO	292600	R$ 13.676,00	R$ 7.008,10	R$ 20.684,10
BA	RETIROLÂNDIA	292610	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	RIACHÃO DAS NEVES	292620	R$ 12.676,00	R$ 7.435,67	R$ 20.111,67
BA	RIACHÃO DO JACUÍPE	292630	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
BA	RIACHO DE SANTANA	292640	R$ 11.676,00	R$ 8.131,42	R$ 19.807,42
BA	RIBEIRA DO AMPARO	292650	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	RIBEIRA DO POMBAL	292660	R$ 17.676,00	R$ 11.288,23	R$ 28.964,23
BA	RIBEIRÃO DO LARGO	292665	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	RIO DE CONTAS	292670	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	RIO DO ANTÔNIO	292680	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	RIO DO PIRES	292690	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	RIO REAL	292700	R$ 14.676,00	R$ 7.149,78	R$ 21.825,78
BA	RODELAS	292710	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	RUY BARBOSA	292720	R$ 14.676,00	R$ 8.075,76	R$ 22.751,76
BA	SALINAS DA MARGARIDA	292730	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	SALVADOR	292740	R$ 117.676,00	R$ 105.000,00	R$ 222.676,00
BA	SANTA BÁRBARA	292750	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	SANTA BRÍGIDA	292760	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	292770	R$ 12.676,00	R$ 3.802,59	R$ 16.478,59
BA	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	292780	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	SANTA INÊS	292790	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SANTALUZ	292800	R$ 16.676,00	R$ 9.128,24	R$ 25.804,24
BA	SANTA LUZIA	292805	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	292810	R$ 14.676,00	R$ 8.942,92	R$ 23.618,92
BA	SANTANA	292820	R$ 12.676,00	R$ 7.071,35	R$ 19.747,35
BA	SANTANÓPOLIS	292830	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SANTA RITA DE CÁSSIA	292840	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
BA	SANTA TERESINHA	292850	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
BA	SANTO AMARO	292860	R$ 18.676,00	R$ 10.464,71	R$ 29.140,71
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	292870	R$ 11.676,00	R$ 7.787,34	R$ 19.463,34
BA	SANTO ESTÊVÃO	292880	R$ 15.676,00	R$ 9.531,14	R$ 25.207,14
BA	SÃO DESIDÉRIO	292890	R$ 15.676,00	R$ 7.764,57	R$ 23.440,57
BA	SÃO DOMINGOS	292895	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SÃO FÉLIX	292900	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
BA	SÃO FÉLIX DO CORIBE	292905	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	SÃO FELIPE	292910	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	292920	R$ 15.676,00	R$ 10.749,97	R$ 26.425,97
BA	SÃO GABRIEL	292925	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	292930	R$ 13.676,00	R$ 5.250,00	R$ 18.926,00
BA	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	292935	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	292937	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SÃO MIGUEL DAS MATAS	292940	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	292950	R$ 15.676,00	R$ 8.973,91	R$ 24.649,91
BA	SAPEAÇU	292960	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00

BA	SÁTIRO DIAS	292970	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SAUBARA	292975	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SAÚDE	292980	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SEABRA	292990	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	293000	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	SENHOR DO BONFIM	293010	R$ 14.676,00	R$ 8.184,55	R$ 22.860,55
BA	SERRA DO RAMALHO	293015	R$ 16.676,00	R$ 9.459,04	R$ 26.135,04
BA	SENTO SÉ	293020	R$ 15.676,00	R$ 10.059,28	R$ 25.735,28
BA	SERRA DOURADA	293030	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	SERRA PRETA	293040	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	SERRINHA	293050	R$ 24.676,00	R$ 14.944,71	R$ 39.620,71
BA	SERROLÂNDIA	293060	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	SIMÕES FILHO	293070	R$ 19.676,00	R$ 17.715,06	R$ 37.391,06
BA	SÍTIO DO MATO	293075	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	SÍTIO DO QUINTO	293076	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	SOBRADINHO	293077	R$ 12.676,00	R$ 7.162,43	R$ 19.838,43
BA	SOUTO SOARES	293080	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	293090	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	TANHAÇU	293100	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	TANQUE NOVO	293105	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
BA	TANQUINHO	293110	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	TAPEROÁ	293120	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	TAPIRAMUTÁ	293130	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	293135	R$ 22.676,00	R$ 21.072,37	R$ 43.748,37
BA	TEODORO SAMPAIO	293140	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	TEOFILÂNDIA	293150	R$ 13.676,00	R$ 6.278,83	R$ 19.954,83
BA	TEOLÂNDIA	293160	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	TERRA NOVA	293170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
BA	TREMEDAL	293180	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	TUCANO	293190	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	UAUÁ	293200	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	UBAÍRA	293210	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
BA	UBAITABA	293220	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
BA	UBATÃ	293230	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	UIBAÍ	293240	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
BA	UMBURANAS	293245	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	UNA	293250	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
BA	URANDI	293260	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	URUÇUCA	293270	R$ 13.676,00	R$ 5.250,00	R$ 18.926,00
BA	UTINGA	293280	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	VALENÇA	293290	R$ 18.676,00	R$ 12.417,24	R$ 31.093,24
BA	VALENTE	293300	R$ 12.676,00	R$ 3.500,00	R$ 16.176,00
BA	VÁRZEA DA ROÇA	293305	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	VÁRZEA DO POÇO	293310	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
BA	VÁRZEA NOVA	293315	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
BA	VARZEDO	293317	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
BA	VERA CRUZ	293320	R$ 12.676,00	R$ 6.899,31	R$ 19.575,31
BA	VEREDA	293325	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	R$ 37.676,00	R$ 37.676,00	R$ 75.352,00
BA	WAGNER	293340	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
BA	WANDERLEY	293345	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
BA	WENCESLAU GUIMARÃES	293350	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
BA	XIQUE-XIQUE	293360	R$ 14.676,00	R$ 7.331,94	R$ 22.007,94
CE	ABAIARA	230010	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	ACARAPE	230015	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	ACARAÚ	230020	R$ 16.676,00	R$ 12.715,78	R$ 29.391,78
CE	ACOPIARA	230030	R$ 17.676,00	R$ 11.736,67	R$ 29.412,67
CE	AIUABA	230040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	ALCÂNTARAS	230050	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	ALTANEIRA	230060	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	ALTO SANTO	230070	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	AMONTADA	230075	R$ 17.676,00	R$ 12.201,00	R$ 29.877,00
CE	ANTONINA DO NORTE	230080	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	APUIARÉS	230090	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	AQUIRAZ	230100	R$ 20.676,00	R$ 19.766,89	R$ 40.442,89
CE	ARACATI	230110	R$ 12.676,00	R$ 7.172,55	R$ 19.848,55
CE	ARACOIABA	230120	R$ 11.676,00	R$ 8.055,52	R$ 19.731,52
CE	ARARENDÁ	230125	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
CE	ARARIPE	230130	R$ 11.676,00	R$ 7.964,44	R$ 19.640,44
CE	ARATUBA	230140	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	ARNEIROZ	230150	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	ASSARÉ	230160	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	AURORA	230170	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	BAIXIO	230180	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
CE	BANABUIÚ	230185	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
CE	BARBALHA	230190	R$ 15.676,00	R$ 11.883,41	R$ 27.559,41
CE	BARREIRA	230195	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	BARRO	230200	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	BARROQUINHA	230205	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
CE	BATURITÉ	230210	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	BEBERIBE	230220	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	BELA CRUZ	230230	R$ 12.676,00	R$ 8.070,70	R$ 20.746,70
CE	BOA VIAGEM	230240	R$ 18.676,00	R$ 12.946,01	R$ 31.622,01
CE	BREJO SANTO	230250	R$ 16.676,00	R$ 9.892,30	R$ 26.568,30
CE	CAMOCIM	230260	R$ 19.676,00	R$ 12.527,30	R$ 32.203,30
CE	CAMPOS SALES	230270	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	CANINDÉ	230280	R$ 25.676,00	R$ 16.024,39	R$ 41.700,39
CE	CAPISTRANO	230290	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	CARIDADE	230300	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
CE	CARIRÉ	230310	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
CE	CARIRIAÇU	230320	R$ 13.676,00	R$ 8.106,12	R$ 21.782,12
CE	CARIÚS	230330	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	CARNAUBAL	230340	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	CASCAVEL	230350	R$ 14.676,00	R$ 11.099,11	R$ 25.775,11
CE	CATARINA	230360	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	CATUNDA	230365	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
CE	CAUCAIA	230370	R$ 63.676,00	R$ 31.750,00	R$ 95.426,00
CE	CEDRO	230380	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	CHAVAL	230390	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	CHORÓ	230393	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	CHOROZINHO	230395	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	COREAÚ	230400	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	CRATEÚS	230410	R$ 23.676,00	R$ 13.069,98	R$ 36.745,98
CE	CRATO	230420	R$ 20.676,00	R$ 14.900,00	R$ 35.576,00
CE	CROATÁ	230423	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	CRUZ	230425	R$ 11.676,00	R$ 7.703,85	R$ 19.379,85

CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	230426	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	ERERÊ	230427	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	EUSÉBIO	230428	R$ 14.676,00	R$ 8.478,03	R$ 23.154,03
CE	FARIAS BRITO	230430	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	FORQUILHA	230435	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	FORTALEZA	230440	R$ 170.676,00	R$ 170.500,00	R$ 341.176,00
CE	FORTIM	230445	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	FRECHEIRINHA	230450	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
CE	GENERAL SAMPAIO	230460	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	GRAÇA	230465	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	GRANJA	230470	R$ 23.676,00	R$ 12.948,54	R$ 36.624,54
CE	GRANJEIRO	230480	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
CE	GROAÍRAS	230490	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	GUAIÚBA	230495	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	GUARACIABA DO NORTE	230500	R$ 17.676,00	R$ 12.040,27	R$ 29.716,27
CE	GUARAMIRANGA	230510	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	HIDROLÂNDIA	230520	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	HORIZONTE	230523	R$ 15.676,00	R$ 9.098,51	R$ 24.774,51
CE	IBARETAMA	230526	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	IBIAPINA	230530	R$ 11.676,00	R$ 7.129,54	R$ 18.805,54
CE	IBICUITINGA	230533	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	ICAPUÍ	230535	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
CE	ICÓ	230540	R$ 23.676,00	R$ 17.338,09	R$ 41.014,09
CE	IGUATU	230550	R$ 24.676,00	R$ 19.711,23	R$ 44.387,23
CE	INDEPENDÊNCIA	230560	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	IPAPORANGA	230565	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	IPAUMIRIM	230570	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	IPU	230580	R$ 18.676,00	R$ 10.957,43	R$ 29.633,43
CE	IPUEIRAS	230590	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	IRACEMA	230600	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	IRAUÇUBA	230610	R$ 13.676,00	R$ 7.420,49	R$ 21.096,49
CE	ITAIÇABA	230620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	ITAITINGA	230625	R$ 16.676,00	R$ 6.509,69	R$ 23.185,69
CE	ITAPAGÉ	230630	R$ 20.676,00	R$ 10.576,67	R$ 31.252,67
CE	ITAPIPOCA	230640	R$ 28.676,00	R$ 24.128,61	R$ 52.804,61
CE	ITAPIÚNA	230650	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	ITAREMA	230655	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	ITATIRA	230660	R$ 14.676,00	R$ 6.100,46	R$ 20.776,46
CE	JAGUARETAMA	230670	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	JAGUARIBARA	230680	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	JAGUARIBE	230690	R$ 14.676,00	R$ 8.179,49	R$ 22.855,49
CE	JAGUARUANA	230700	R$ 12.676,00	R$ 7.693,73	R$ 20.369,73
CE	JARDIM	230710	R$ 14.676,00	R$ 7.720,93	R$ 22.396,93
CE	JATI	230720	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	230725	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	R$ 28.676,00	R$ 24.201,98	R$ 52.877,98
CE	JUCÁS	230740	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	230750	R$ 12.676,00	R$ 7.600,12	R$ 20.276,12
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	R$ 14.676,00	R$ 11.172,48	R$ 25.848,48
CE	MADALENA	230763	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
CE	MARACANAÚ	230765	R$ 28.676,00	R$ 25.449,27	R$ 54.125,27
CE	MARANGUAPE	230770	R$ 29.676,00	R$ 24.756,05	R$ 54.432,05
CE	MARCO	230780	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
CE	MARTINÓPOLE	230790	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	MASSAPÊ	230800	R$ 11.676,00	R$ 7.546,99	R$ 19.222,99
CE	MAURITI	230810	R$ 15.676,00	R$ 9.191,49	R$ 24.867,49
CE	MERUOCA	230820	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
CE	MILAGRES	230830	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	MILHÃ	230835	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	MIRAÍMA	230837	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
CE	MISSÃO VELHA	230840	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
CE	MOMBAÇA	230850	R$ 11.676,00	R$ 7.539,40	R$ 19.215,40
CE	MONSENHOR TABOSA	230860	R$ 13.676,00	R$ 5.250,00	R$ 18.926,00
CE	MORADA NOVA	230870	R$ 14.676,00	R$ 10.899,24	R$ 25.575,24
CE	MORAÚJO	230880	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	MORRINHOS	230890	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
CE	MUCAMBO	230900	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
CE	MULUNGU	230910	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	NOVA OLINDA	230920	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	NOVA RUSSAS	230930	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	NOVO ORIENTE	230940	R$ 14.676,00	R$ 6.954,34	R$ 21.630,34
CE	OCARA	230945	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
CE	ORÓS	230950	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	PACAJUS	230960	R$ 16.676,00	R$ 10.039,67	R$ 26.715,67
CE	PACATUBA	230970	R$ 21.676,00	R$ 12.440,01	R$ 34.116,01
CE	PACOTI	230980	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	PACUJÁ	230990	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	PALHANO	231000	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
CE	PALMÁCIA	231010	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
CE	PARACURU	231020	R$ 16.676,00	R$ 11.425,48	R$ 28.101,48
CE	PARAIPABA	231025	R$ 14.676,00	R$ 7.117,52	R$ 21.793,52
CE	PARAMBU	231030	R$ 14.676,00	R$ 6.758,90	R$ 21.434,90
CE	PARAMOTI	231040	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	PEDRA BRANCA	231050	R$ 18.676,00	R$ 10.828,40	R$ 29.504,40
CE	PENAFORTE	231060	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
CE	PENTECOSTE	231070	R$ 15.676,00	R$ 8.159,25	R$ 23.835,25
CE	PEREIRO	231080	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	PINDORETAMA	231085	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	PIQUET CARNEIRO	231090	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	PIRES FERREIRA	231095	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	PORANGA	231100	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
CE	PORTEIRAS	231110	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	POTENGI	231120	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	POTIRETAMA	231123	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	QUITERIANÓPOLIS	231126	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
CE	QUIXADÁ	231130	R$ 27.676,00	R$ 20.591,67	R$ 48.267,67
CE	QUIXELÔ	231135	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	QUIXERAMOBIM	231140	R$ 19.676,00	R$ 17.469,65	R$ 37.145,65
CE	QUIXERÉ	231150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	REDENÇÃO	231160	R$ 11.676,00	R$ 5.868,97	R$ 17.544,97
CE	RERIUTABA	231170	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
CE	RUSSAS	231180	R$ 23.676,00	R$ 13.844,16	R$ 37.520,16
CE	SABOEIRO	231190	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
CE	SALITRE	231195	R$ 11.676,00	R$ 7.132,07	R$ 18.808,07
CE	SANTANA DO ACARAÚ	231200	R$ 13.676,00	R$ 8.478,03	R$ 22.154,03
CE	SANTANA DO CARIRI	231210	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	SANTA QUITÉRIA	231220	R$ 17.676,00	R$ 11.048,51	R$ 28.724,51
CE	SÃO BENEDITO	231230	R$ 17.676,00	R$ 9.481,81	R$ 27.157,81

CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	231240	R$ 23.676,00	R$ 13.521,59	R$ 37.197,59
CE	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	231250	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
CE	SÃO LUÍS DO CURU	231260	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
CE	SENADOR POMPEU	231270	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	SENADOR SÁ	231280	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
CE	SOBRAL	231290	R$ 47.676,00	R$ 47.676,00	R$ 95.352,00
CE	SOLONÓPOLE	231300	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
CE	TABULEIRO DO NORTE	231310	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	TAMBORIL	231320	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
CE	TARRAFAS	231325	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
CE	TAUÁ	231330	R$ 22.676,00	R$ 11.088,99	R$ 33.764,99
CE	TEJUÇUOCA	231335	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
CE	TIANGUÁ	231340	R$ 17.676,00	R$ 17.037,02	R$ 34.713,02
CE	TRAIRI	231350	R$ 21.676,00	R$ 18.071,79	R$ 39.747,79
CE	TURURU	231355	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	UBAJARA	231360	R$ 13.676,00	R$ 7.366,10	R$ 21.042,10
CE	UMIRIM	231375	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	URUBURETAMA	231380	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
CE	URUOCA	231390	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	VARJOTA	231395	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
CE	VÁRZEA ALEGRE	231400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
CE	VIÇOSA DO CEARÁ	231410	R$ 12.676,00	R$ 9.495,09	R$ 22.171,09
DF	BRASÍLIA	530010	R$ 212.676,00	R$ 159.375,00	R$ 372.051,00
ES	AFONSO CLÁUDIO	320010	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
ES	ÁGUIA BRANCA	320013	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
ES	ÁGUA DOCE DO NORTE	320016	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
ES	ALEGRE	320020	R$ 11.676,00	R$ 7.256,04	R$ 18.932,04
ES	ALFREDO CHAVES	320030	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
ES	ANCHIETA	320040	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
ES	APIACÁ	320050	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
ES	ARACRUZ	320060	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
ES	ATILIO VIVACQUA	320070	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
ES	BAIXO GUANDU	320080	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	320120	R$ 29.676,00	R$ 14.713,22	R$ 44.389,22
ES	CARIACICA	320130	R$ 19.676,00	R$ 19.676,00	R$ 39.352,00
ES	CASTELO	320140	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
ES	COLATINA	320150	R$ 27.676,00	R$ 12.989,02	R$ 40.665,02
ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	320160	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
ES	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	320180	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
ES	DOMINGOS MARTINS	320190	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
ES	DORES DO RIO PRETO	320200	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
ES	GUAÇUÍ	320230	R$ 10.676,00	R$ 3.788,68	R$ 14.464,68
ES	GUARAPARI	320240	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
ES	IBATIBA	320245	R$ 12.676,00	R$ 3.650,79	R$ 16.326,79
ES	IBIRAÇU	320250	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
ES	IBITIRAMA	320255	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
ES	ICONHA	320260	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
ES	IRUPI	320265	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
ES	ITAPEMIRIM	320280	R$ 14.676,00	R$ 7.120,69	R$ 21.796,69
ES	ITARANA	320290	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
ES	JAGUARÉ	320305	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
ES	JERÔNIMO MONTEIRO	320310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
ES	JOÃO NEIVA	320313	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
ES	LARANJA DA TERRA	320316	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
ES	LINHARES	320320	R$ 25.676,00	R$ -	R$ 25.676,00
ES	MARATAÍZES	320332	R$ -	R$ 5.421,16	R$ 5.421,16
ES	MARECHAL FLORIANO	320334	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
ES	MARILÂNDIA	320335	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
ES	MIMOSO DO SUL	320340	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
ES	MONTANHA	320350	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
ES	MUCURICI	320360	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
ES	MUNIZ FREIRE	320370	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
ES	MUQUI	320380	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
ES	NOVA VENÉCIA	320390	R$ 18.676,00	R$ 9.589,97	R$ 28.265,97
ES	PANCAS	320400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
ES	PEDRO CANÁRIO	320405	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
ES	PONTO BELO	320425	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
ES	PRESIDENTE KENNEDY	320430	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
ES	RIO NOVO DO SUL	320440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
ES	SANTA LEOPOLDINA	320450	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
ES	SANTA MARIA DE JETIBÁ	320455	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
ES	SANTA TERESA	320460	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	320465	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	320470	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
ES	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	320480	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
ES	SÃO MATEUS	320490	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
ES	SOORETAMA	320501	R$ -	R$ 2.590,09	R$ 2.590,09
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	320506	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
ES	VIANA	320510	R$ 20.676,00	R$ -	R$ 20.676,00
ES	VILA PAVÃO	320515	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
ES	VILA VALÉRIO	320517	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
ES	VILA VELHA	320520	R$ 28.676,00	R$ 21.507,00	R$ 50.183,00
ES	VITÓRIA	320530	R$ 72.676,00	R$ -	R$ 72.676,00
GO	ABADIA DE GOIÁS	520005	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
GO	ACREÚNA	520013	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	ADELÂNDIA	520015	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	520017	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	ÁGUA LIMPA	520020	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	520025	R$ 35.676,00	R$ 33.889,35	R$ 69.565,35
GO	ALEXÂNIA	520030	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
GO	ALOÂNDIA	520050	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	ALTO HORIZONTE	520055	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	520060	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	ALVORADA DO NORTE	520080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
GO	AMARALINA	520082	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	AMERICANO DO BRASIL	520085	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	AMORINÓPOLIS	520090	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	ANÁPOLIS	520110	R$ 58.676,00	R$ 30.000,00	R$ 88.676,00
GO	ANHANGUERA	520120	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	ANICUNS	520130	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	R$ 32.676,00	R$ 32.676,00	R$ 65.352,00
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	520145	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	APORÉ	520150	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	ARAÇU	520160	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	ARAGARÇAS	520170	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00

GO	ARAGOIÂNIA	520180	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	ARAGUAPAZ	520215	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	ARENÓPOLIS	520235	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	ARUANÃ	520250	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
GO	AURILÂNDIA	520260	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	AVELINÓPOLIS	520280	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	BALIZA	520310	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	BARRO ALTO	520320	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
GO	BELA VISTA DE GOIÁS	520330	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
GO	BOM JARDIM DE GOIÁS	520340	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	BOM JESUS DE GOIÁS	520350	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
GO	BONFINÓPOLIS	520355	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	BONÓPOLIS	520357	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	BRAZABRANTES	520360	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	BRITÂNIA	520380	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	BURITI ALEGRE	520390	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	BURITI DE GOIÁS	520393	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	BURITINÓPOLIS	520396	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	CABECEIRAS	520400	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	CACHOEIRA ALTA	520410	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	CACHOEIRA DE GOIÁS	520420	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	CACHOEIRA DOURADA	520425	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	CAÇU	520430	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	CAIAPÔNIA	520440	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
GO	CALDAS NOVAS	520450	R$ 19.676,00	R$ 9.624,12	R$ 29.300,12
GO	CALDAZINHA	520455	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	CAMPESTRE DE GOIÁS	520460	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	CAMPINORTE	520470	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	520480	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	520485	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	CAMPOS BELOS	520490	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
GO	CAMPOS VERDES	520495	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	CARMO DO RIO VERDE	520500	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	CASTELÂNDIA	520505	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	CATALÃO	520510	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
GO	CATURAÍ	520520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	CAVALCANTE	520530	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
GO	CERES	520540	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
GO	CEZARINA	520545	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	CHAPADÃO DO CÉU	520547	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	R$ 23.676,00	R$ 12.906,80	R$ 36.582,80
GO	COCALZINHO DE GOIÁS	520551	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
GO	COLINAS DO SUL	520552	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	CÓRREGO DO OURO	520570	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	CORUMBÁ DE GOIÁS	520580	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	CORUMBAÍBA	520590	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	CRISTALINA	520620	R$ 21.676,00	R$ 8.887,89	R$ 30.563,89
GO	CRISTIANÓPOLIS	520630	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	CRIXÁS	520640	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
GO	CROMÍNIA	520650	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	CUMARI	520660	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	DAMIANÓPOLIS	520670	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	DAMOLÂNDIA	520680	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	DAVINÓPOLIS	520690	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	DIORAMA	520710	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	DOVERLÂNDIA	520725	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
GO	EDEALINA	520735	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	EDÉIA	520740	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	ESTRELA DO NORTE	520750	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	FAINA	520753	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	FAZENDA NOVA	520760	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	FIRMINÓPOLIS	520780	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	FLORES DE GOIÁS	520790	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	FORMOSA	520800	R$ 23.676,00	R$ -	R$ 23.676,00
GO	FORMOSO	520810	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	GAMELEIRA DE GOIÁS	520815	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	520830	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	GOIANÁPOLIS	520840	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	GOIANDIRA	520850	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	GOIANÉSIA	520860	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
GO	GOIÂNIA	520870	R$ 74.676,00	R$ 37.000,00	R$ 111.676,00
GO	GOIANIRA	520880	R$ 18.676,00	R$ 7.178,88	R$ 25.854,88
GO	GOIÁS	520890	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	GOIATUBA	520910	R$ 9.676,00	R$ 3.662,18	R$ 13.338,18
GO	GOUVELÂNDIA	520915	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	GUAPÓ	520920	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
GO	GUARAÍTA	520929	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	GUARANI DE GOIÁS	520940	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	GUARINOS	520945	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	HEITORAÍ	520960	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	HIDROLÂNDIA	520970	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	HIDROLINA	520980	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	IACIARA	520990	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
GO	INACIOLÂNDIA	520993	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	INDIARA	520995	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	INHUMAS	521000	R$ 10.676,00	R$ 10.001,09	R$ 20.677,09
GO	IPAMERI	521010	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
GO	IPIRANGA DE GOIÁS	521015	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	IPORÁ	521020	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
GO	ISRAELÂNDIA	521030	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	ITABERAÍ	521040	R$ 14.676,00	R$ 6.851,87	R$ 21.527,87
GO	ITAGUARI	521056	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	ITAGUARU	521060	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	ITAJÁ	521080	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	ITAPACI	521090	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
GO	ITAPIRAPUÃ	521100	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	ITAPURANGA	521120	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	ITARUMÃ	521130	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	ITAUÇU	521140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	ITUMBIARA	521150	R$ 18.676,00	R$ 18.676,00	R$ 37.352,00
GO	IVOLÂNDIA	521160	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	JANDAIA	521170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	JARAGUÁ	521180	R$ 10.676,00	R$ 4.335,16	R$ 15.011,16
GO	JATAÍ	521190	R$ 18.676,00	R$ 9.338,00	R$ 28.014,00
GO	JAUPACI	521200	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	JESÚPOLIS	521205	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00

GO	JOVIÂNIA	521210	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	JUSSARA	521220	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	LAGOA SANTA	521225	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	LEOPOLDO DE BULHÕES	521230	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	LUZIÂNIA	521250	R$ 30.676,00	R$ 23.007,00	R$ 53.683,00
GO	MAIRIPOTABA	521260	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	MAMBAÍ	521270	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	MARA ROSA	521280	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	MARZAGÃO	521290	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	MATRINCHÃ	521295	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	MAURILÂNDIA	521300	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	MIMOSO DE GOIÁS	521305	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	MINAÇU	521308	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
GO	MINEIROS	521310	R$ 11.676,00	R$ 11.676,00	R$ 23.352,00
GO	MOIPORÁ	521340	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	521350	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	MONTES CLAROS DE GOIÁS	521370	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	MONTIVIDIU	521375	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	521377	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	MORRINHOS	521380	R$ 14.676,00	R$ 4.187,15	R$ 18.863,15
GO	MORRO AGUDO DE GOIÁS	521385	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	MOSSÂMEDES	521390	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	MOZARLÂNDIA	521400	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
GO	MUNDO NOVO	521405	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	MUTUNÓPOLIS	521410	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	NAZÁRIO	521440	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	NERÓPOLIS	521450	R$ 12.676,00	R$ 3.533,15	R$ 16.209,15
GO	NIQUELÂNDIA	521460	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
GO	NOVA AMÉRICA	521470	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	NOVA AURORA	521480	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	NOVA CRIXÁS	521483	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	521487	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	NOVA ROMA	521490	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	NOVA VENEZA	521500	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	NOVO BRASIL	521520	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	NOVO GAMA	521523	R$ 26.676,00	R$ 11.840,40	R$ 38.516,40
GO	NOVO PLANALTO	521525	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	ORIZONA	521530	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
GO	OURO VERDE DE GOIÁS	521540	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	OUVIDOR	521550	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	PALESTINA DE GOIÁS	521565	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	PALMEIRAS DE GOIÁS	521570	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
GO	PALMELO	521580	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	PALMINÓPOLIS	521590	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	PANAMÁ	521600	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
GO	PARANAIGUARA	521630	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	PARAÚNA	521640	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	PEROLÂNDIA	521645	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	PETROLINA DE GOIÁS	521680	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	PILAR DE GOIÁS	521690	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	PIRACANJUBA	521710	R$ 10.676,00	R$ 1.750,00	R$ 12.426,00
GO	PIRANHAS	521720	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	PIRENÓPOLIS	521730	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
GO	PIRES DO RIO	521740	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
GO	PLANALTINA	521760	R$ 25.676,00	R$ -	R$ 25.676,00
GO	PONTALINA	521770	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	PORANGATU	521800	R$ 15.676,00	R$ 7.548,26	R$ 23.224,26
GO	PORTEIRÃO	521805	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	PORTELÂNDIA	521810	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	POSSE	521830	R$ 15.676,00	R$ 6.922,08	R$ 22.598,08
GO	PROFESSOR JAMIL	521839	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	QUIRINÓPOLIS	521850	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	RIALMA	521860	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
GO	RIANÁPOLIS	521870	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	RIO QUENTE	521878	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
GO	RIO VERDE	521880	R$ 20.676,00	R$ 15.507,00	R$ 36.183,00
GO	RUBIATABA	521890	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	SANCLERLÂNDIA	521900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	521910	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	SANTA CRUZ DE GOIÁS	521920	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	SANTA FÉ DE GOIÁS	521925	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	521930	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
GO	SANTA ISABEL	521935	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	521940	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	521945	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	SANTA ROSA DE GOIÁS	521950	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	SANTA TEREZA DE GOIÁS	521960	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	521970	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
GO	SANTO ANTÔNIO DA BARRA	521971	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	521973	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	521975	R$ 20.676,00	R$ 9.516,60	R$ 30.192,60
GO	SÃO DOMINGOS	521980	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	521990	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	SÃO JOÃO DA PARAÚNA	522005	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	522010	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00

GO	SÃO LUÍZ DO NORTE	522015	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	522020	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
GO	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	522026	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	SÃO PATRÍCIO	522028	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
GO	SÃO SIMÃO	522040	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
GO	SENADOR CANEDO	522045	R$ 31.676,00	R$ 15.838,00	R$ 47.514,00
GO	SERRANÓPOLIS	522050	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
GO	SILVÂNIA	522060	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	SIMOLÂNDIA	522068	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
GO	SÍTIO D'ABADIA	522070	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	TAQUARAL DE GOIÁS	522100	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
GO	TERESINA DE GOIÁS	522108	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
GO	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	522119	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	TRÊS RANCHOS	522130	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
GO	TRINDADE	522140	R$ 18.676,00	R$ 9.338,00	R$ 28.014,00
GO	TROMBAS	522145	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
GO	TURVÂNIA	522150	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
GO	TURVELÂNDIA	522155	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
GO	URUAÇU	522160	R$ 15.676,00	R$ 4.674,18	R$ 20.350,18
GO	URUANA	522170	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	URUTAÍ	522180	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS	522185	R$ 24.676,00	R$ 18.507,00	R$ 43.183,00
GO	VARJÃO	522190	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
GO	VIANÓPOLIS	522200	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
GO	VICENTINÓPOLIS	522205	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
GO	VILA BOA	522220	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
GO	VILA PROPÍCIO	522230	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MA	AÇAILÂNDIA	210005	R$ 29.676,00	R$ 27.091,24	R$ 56.767,24
MA	AFONSO CUNHA	210010	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	210015	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	ALCÂNTARA	210020	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MA	ALDEIAS ALTAS	210030	R$ 15.676,00	R$ 9.897,36	R$ 25.573,36
MA	ALTAMIRA DO MARANHÃO	210040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	210043	R$ 14.676,00	R$ 9.333,17	R$ 24.009,17
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	210047	R$ 15.676,00	R$ 10.904,30	R$ 26.580,30
MA	ALTO PARNAÍBA	210050	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	AMAPÁ DO MARANHÃO	210055	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MA	AMARANTE DO MARANHÃO	210060	R$ 15.676,00	R$ 10.089,64	R$ 25.765,64
MA	ANAJATUBA	210070	R$ 12.676,00	R$ 8.308,52	R$ 20.984,52
MA	ANAPURUS	210080	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	APICUM-AÇU	210083	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MA	ARAGUANÃ	210087	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	ARAIOSES	210090	R$ 17.676,00	R$ 13.932,71	R$ 31.608,71
MA	ARAME	210095	R$ 12.676,00	R$ 8.149,13	R$ 20.825,13
MA	ARARI	210100	R$ 15.676,00	R$ 10.173,13	R$ 25.849,13
MA	AXIXÁ	210110	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	BACABAL	210120	R$ 33.676,00	R$ 27.324,00	R$ 61.000,00
MA	BACABEIRA	210125	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	BACURI	210130	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	BACURITUBA	210135	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	BALSAS	210140	R$ 22.676,00	R$ 14.625,93	R$ 37.301,93
MA	BARÃO DE GRAJAÚ	210150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	BARRA DO CORDA	210160	R$ 15.676,00	R$ 12.994,08	R$ 28.670,08
MA	BARREIRINHAS	210170	R$ 23.676,00	R$ 19.455,70	R$ 43.131,70
MA	BELÁGUA	210173	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MA	BELA VISTA DO MARANHÃO	210177	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MA	BENEDITO LEITE	210180	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MA	BEQUIMÃO	210190	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	BERNARDO DO MEARIM	210193	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MA	BOA VISTA DO GURUPI	210197	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	BOM JARDIM	210200	R$ 20.676,00	R$ 13.037,72	R$ 33.713,72
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	210203	R$ -	R$ 8.248,43	R$ 8.248,43
MA	BOM LUGAR	210207	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	BREJO	210210	R$ 11.676,00	R$ 8.009,98	R$ 19.685,98
MA	BREJO DE AREIA	210215	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	BURITI	210220	R$ 15.676,00	R$ 9.527,98	R$ 25.203,98
MA	BURITI BRAVO	210230	R$ 12.676,00	R$ 7.167,49	R$ 19.843,49
MA	BURITICUPU	210232	R$ 30.676,00	R$ 19.817,49	R$ 50.493,49
MA	BURITIRANA	210235	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	CACHOEIRA GRANDE	210237	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	CAJAPIÓ	210240	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	CAJARI	210250	R$ -	R$ 7.858,18	R$ 7.858,18
MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	210255	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	CÂNDIDO MENDES	210260	R$ 11.676,00	R$ 6.273,14	R$ 17.949,14
MA	CANTANHEDE	210270	R$ 12.676,00	R$ 5.529,32	R$ 18.205,32
MA	CAPINZAL DO NORTE	210275	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	CAROLINA	210280	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	CARUTAPERA	210290	R$ 14.676,00	R$ 10.656,36	R$ 25.332,36
MA	CAXIAS	210300	R$ 35.676,00	R$ 35.676,00	R$ 71.352,00
MA	CEDRAL	210310	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	CENTRAL DO MARANHÃO	210312	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	CENTRO DO GUILHERME	210315	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MA	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	210317	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	CHAPADINHA	210320	R$ 19.676,00	R$ 17.239,42	R$ 36.915,42
MA	CIDELÂNDIA	210325	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	CODÓ	210330	R$ 31.676,00	R$ 22.899,03	R$ 54.575,03
MA	COELHO NETO	210340	R$ 21.676,00	R$ 17.477,24	R$ 39.153,24
MA	COLINAS	210350	R$ 17.676,00	R$ 12.161,71	R$ 29.837,71
MA	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	210355	R$ 11.676,00	R$ 7.301,58	R$ 18.977,58
MA	COROATÁ	210360	R$ 29.676,00	R$ 24.017,29	R$ 53.693,29
MA	CURURUPU	210370	R$ 13.676,00	R$ 9.257,27	R$ 22.933,27
MA	DAVINÓPOLIS	210375	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	DOM PEDRO	210380	R$ -	R$ 5.307,31	R$ 5.307,31
MA	DUQUE BACELAR	210390	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	ESPERANTINÓPOLIS	210400	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	ESTREITO	210405	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	210407	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MA	FERNANDO FALCÃO	210408	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	210409	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	210410	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	FORTUNA	210420	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	GODOFREDO VIANA	210430	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MA	GONÇALVES DIAS	210440	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	GOVERNADOR ARCHER	210450	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	210455	R$ 12.676,00	R$ 5.701,99	R$ 18.377,99
MA	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	210460	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00

MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	210462	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	210465	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	210467	R$ 13.676,00	R$ 8.043,50	R$ 21.719,50
MA	GRAÇA ARANHA	210470	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	GRAJAÚ	210480	R$ 12.676,00	R$ 7.817,70	R$ 20.493,70
MA	GUIMARÃES	210490	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	210500	R$ 11.676,00	R$ 9.606,41	R$ 21.282,41
MA	ICATU	210510	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	IGARAPÉ DO MEIO	210515	R$ 14.676,00	R$ 5.250,00	R$ 19.926,00
MA	IGARAPÉ GRANDE	210520	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	IMPERATRIZ	210530	R$ 40.676,00	R$ 29.027,96	R$ 69.703,96
MA	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	210535	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	ITAPECURU MIRIM	210540	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	ITINGA DO MARANHÃO	210542	R$ 13.676,00	R$ 6.049,23	R$ 19.725,23
MA	JATOBÁ	210545	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	210547	R$ 15.676,00	R$ 8.459,06	R$ 24.135,06
MA	JOÃO LISBOA	210550	R$ 12.676,00	R$ 6.457,19	R$ 19.133,19
MA	JOSELÂNDIA	210560	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	JUNCO DO MARANHÃO	210565	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MA	LAGO DA PEDRA	210570	R$ 19.676,00	R$ 14.650,00	R$ 34.326,00
MA	LAGO DO JUNCO	210580	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MA	LAGO VERDE	210590	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MA	LAGOA DO MATO	210592	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	LAGO DOS RODRIGUES	210594	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	210596	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MA	LAJEADO NOVO	210598	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MA	LIMA CAMPOS	210600	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MA	LORETO	210610	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	LUÍS DOMINGUES	210620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	MAGALHÃES DE ALMEIDA	210630	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MA	MARACAÇUMÉ	210632	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	MARAJÁ DO SENA	210635	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	MARANHÃOZINHO	210637	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
MA	MATA ROMA	210640	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
MA	MATINHA	210650	R$ 11.676,00	R$ 7.223,15	R$ 18.899,15
MA	MATÕES	210660	R$ 17.676,00	R$ 12.715,78	R$ 30.391,78
MA	MATÕES DO NORTE	210663	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MA	MILAGRES DO MARANHÃO	210667	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	MIRADOR	210670	R$ 12.676,00	R$ 7.149,78	R$ 19.825,78
MA	MIRANDA DO NORTE	210675	R$ 13.676,00	R$ 6.386,99	R$ 20.062,99
MA	MIRINZAL	210680	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	MONÇÃO	210690	R$ 13.676,00	R$ 7.428,08	R$ 21.104,08
MA	MONTES ALTOS	210700	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	MORROS	210710	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	NINA RODRIGUES	210720	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MA	NOVA COLINAS	210725	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MA	NOVA IORQUE	210730	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	210735	R$ 13.676,00	R$ 5.975,23	R$ 19.651,23
MA	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	210740	R$ 14.676,00	R$ 7.098,55	R$ 21.774,55
MA	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	210745	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	PAÇO DO LUMIAR	210750	R$ 21.676,00	R$ 19.488,59	R$ 41.164,59
MA	PALMEIRÂNDIA	210760	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	PARAIBANO	210770	R$ 11.676,00	R$ 7.496,39	R$ 19.172,39
MA	PARNARAMA	210780	R$ 13.676,00	R$ 9.396,42	R$ 23.072,42
MA	PASSAGEM FRANCA	210790	R$ 11.676,00	R$ 5.635,58	R$ 17.311,58
MA	PASTOS BONS	210800	R$ -	R$ 6.041,64	R$ 6.041,64
MA	PAULINO NEVES	210805	R$ 13.676,00	R$ 6.597,61	R$ 20.273,61
MA	PAULO RAMOS	210810	R$ 13.676,00	R$ 5.899,33	R$ 19.575,33
MA	PEDREIRAS	210820	R$ 14.676,00	R$ 10.271,80	R$ 24.947,80
MA	PEDRO DO ROSÁRIO	210825	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MA	PENALVA	210830	R$ 18.676,00	R$ 10.140,24	R$ 28.816,24
MA	PERI MIRIM	210840	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	PERITORÓ	210845	R$ 15.676,00	R$ 9.426,78	R$ 25.102,78
MA	PINDARÉ-MIRIM	210850	R$ 11.676,00	R$ 7.283,87	R$ 18.959,87
MA	PINHEIRO	210860	R$ 24.676,00	R$ 20.338,67	R$ 45.014,67
MA	PIO XII	210870	R$ 12.676,00	R$ 8.331,29	R$ 21.007,29
MA	PIRAPEMAS	210880	R$ 13.676,00	R$ 6.320,57	R$ 19.996,57
MA	POÇÃO DE PEDRAS	210890	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MA	PORTO FRANCO	210900	R$ 13.676,00	R$ 4.492,02	R$ 18.168,02
MA	PORTO RICO DO MARANHÃO	210905	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	PRESIDENTE DUTRA	210910	R$ 16.676,00	R$ 5.490,10	R$ 22.166,10
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	210920	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	PRESIDENTE MÉDICI	210923	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	PRESIDENTE SARNEY	210927	R$ 12.676,00	R$ 7.610,24	R$ 20.286,24
MA	PRESIDENTE VARGAS	210930	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	PRIMEIRA CRUZ	210940	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MA	RAPOSA	210945	R$ 13.676,00	R$ 8.025,16	R$ 21.701,16
MA	RIACHÃO	210950	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	RIBAMAR FIQUENE	210955	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	ROSÁRIO	210960	R$ 12.676,00	R$ 10.269,27	R$ 22.945,27
MA	SAMBAÍBA	210970	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	210975	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	SANTA HELENA	210980	R$ 23.676,00	R$ 14.900,00	R$ 38.576,00
MA	SANTA INÊS	210990	R$ 25.676,00	R$ 17.379,20	R$ 43.055,20
MA	SANTA LUZIA	211000	R$ 30.676,00	R$ 20.067,96	R$ 50.743,96
MA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	211003	R$ 11.676,00	R$ 7.805,05	R$ 19.481,05
MA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	211010	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	SANTA RITA	211020	R$ 14.676,00	R$ 10.992,85	R$ 25.668,85
MA	SANTANA DO MARANHÃO	211023	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MA	SANTO AMARO DO MARANHÃO	211027	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	211030	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	211040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	SÃO BENTO	211050	R$ 11.676,00	R$ 6.218,11	R$ 17.894,11
MA	SÃO BERNARDO	211060	R$ 19.676,00	R$ 9.841,70	R$ 29.517,70
MA	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	211065	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	211070	R$ 13.676,00	R$ 10.319,87	R$ 23.995,87
MA	SÃO FÉLIX DE BALSAS	211080	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	211085	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MA	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	211090	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	SÃO JOÃO BATISTA	211100	R$ 12.676,00	R$ 5.849,99	R$ 18.525,99
MA	SÃO JOÃO DO CARÚ	211102	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	211105	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	SÃO JOÃO DO SOTER	211107	R$ 13.676,00	R$ 8.156,72	R$ 21.832,72
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	211110	R$ 14.676,00	R$ 6.804,44	R$ 21.480,44
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	211120	R$ 37.676,00	R$ 28.257,00	R$ 65.933,00
MA	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	211125	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00

MA	SÃO LUÍS	211130	R$ 76.676,00	R$ 65.000,00	R$ 141.676,00
MA	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	211140	R$ 13.676,00	R$ 8.237,68	R$ 21.913,68
MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	211150	R$ 14.676,00	R$ 10.130,12	R$ 24.806,12
MA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	211153	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MA	SÃO PEDRO DOS CRENTES	211157	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	211160	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MA	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	211163	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MA	SÃO ROBERTO	211167	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	SÃO VICENTE FERRER	211170	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	SATUBINHA	211172	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	211174	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	SENADOR LA ROCQUE	211176	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	SERRANO DO MARANHÃO	211178	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	SÍTIO NOVO	211180	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	SUCUPIRA DO NORTE	211190	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MA	SUCUPIRA DO RIACHÃO	211195	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MA	TASSO FRAGOSO	211200	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	TIMBIRAS	211210	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MA	TIMON	211220	R$ 34.676,00	R$ 29.102,59	R$ 63.778,59
MA	TRIZIDELA DO VALE	211223	R$ 12.676,00	R$ 6.020,77	R$ 18.696,77
MA	TUFILÂNDIA	211227	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	TUNTUM	211230	R$ 11.676,00	R$ 7.767,10	R$ 19.443,10
MA	TURIAÇU	211240	R$ 17.676,00	R$ 12.604,46	R$ 30.280,46
MA	TURILÂNDIA	211245	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MA	TUTÓIA	211250	R$ 27.676,00	R$ 17.536,70	R$ 45.212,70
MA	URBANO SANTOS	211260	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MA	VARGEM GRANDE	211270	R$ 18.676,00	R$ 16.326,09	R$ 35.002,09
MA	VIANA	211280	R$ 16.676,00	R$ 13.662,00	R$ 30.338,00
MA	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	211285	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MA	VITÓRIA DO MEARIM	211290	R$ 17.676,00	R$ 9.652,58	R$ 27.328,58
MA	VITORINO FREIRE	211300	R$ 16.676,00	R$ 10.494,44	R$ 27.170,44
MA	ZÉ DOCA	211400	R$ 23.676,00	R$ 13.502,61	R$ 37.178,61
MG	ABADIA DOS DOURADOS	310010	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ABAETÉ	310020	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ABRE CAMPO	310030	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ACAIACA	310040	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ÁGUA BOA	310060	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ÁGUA COMPRIDA	310070	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	AGUANIL	310080	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ÁGUAS FORMOSAS	310090	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	ÁGUAS VERMELHAS	310100	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	AIMORÉS	310110	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	ALAGOA	310130	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ALÉM PARAÍBA	310150	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ALFENAS	310160	R$ 12.676,00	R$ 6.338,00	R$ 19.014,00
MG	ALFREDO VASCONCELOS	310163	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ALMENARA	310170	R$ 17.676,00	R$ 10.691,78	R$ 28.367,78
MG	ALPERCATA	310180	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
MG	ALPINÓPOLIS	310190	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	ALTEROSA	310200	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ALTO CAPARAÓ	310205	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ALTO RIO DOCE	310210	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ALVARENGA	310220	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	ALVINÓPOLIS	310230	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	ALVORADA DE MINAS	310240	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	AMPARO DO SERRA	310250	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ANDRADAS	310260	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	CACHOEIRA DE PAJEÚ	310270	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ANDRELÂNDIA	310280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ANGELÂNDIA	310285	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ANTÔNIO CARLOS	310290	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ANTÔNIO DIAS	310300	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	310310	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ARAÇAÍ	310320	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	ARACITABA	310330	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ARAÇUAÍ	310340	R$ 16.676,00	R$ 8.422,37	R$ 25.098,37
MG	ARAGUARI	310350	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	ARANTINA	310360	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	ARAPONGA	310370	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ARAPORÃ	310375	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ARAPUÁ	310380	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	ARAÚJOS	310390	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ARAXÁ	310400	R$ 18.676,00	R$ 9.338,00	R$ 28.014,00
MG	ARCEBURGO	310410	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ARCOS	310420	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	AREADO	310430	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	ARGIRITA	310440	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	ARICANDUVA	310445	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ARINOS	310450	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	ASTOLFO DUTRA	310460	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ATALÉIA	310470	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	AUGUSTO DE LIMA	310480	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BALDIM	310500	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	BAMBUÍ	310510	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	BANDEIRA	310520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BANDEIRA DO SUL	310530	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	BARÃO DE COCAIS	310540	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BARÃO DE MONTE ALTO	310550	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BARBACENA	310560	R$ 15.676,00	R$ 9.111,80	R$ 24.787,80
MG	BARRA LONGA	310570	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BARROSO	310590	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	BELA VISTA DE MINAS	310600	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00

MG	BELMIRO BRAGA	310610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	R$ 244.676,00	R$ -	R$ 244.676,00
MG	BELO ORIENTE	310630	R$ 12.676,00	R$ 7.726,62	R$ 20.402,62
MG	BELO VALE	310640	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BERILO	310650	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BERTÓPOLIS	310660	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BERIZAL	310665	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BETIM	310670	R$ 39.676,00	R$ 39.676,00	R$ 79.352,00
MG	BIAS FORTES	310680	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BICAS	310690	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	BIQUINHAS	310700	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	BOA ESPERANÇA	310710	R$ 13.676,00	R$ 10.092,17	R$ 23.768,17
MG	BOCAINA DE MINAS	310720	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BOCAIÚVA	310730	R$ 16.676,00	R$ 10.261,68	R$ 26.937,68
MG	BOM DESPACHO	310740	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BOM JARDIM DE MINAS	310750	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	BOM JESUS DA PENHA	310760	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BOM JESUS DO AMPARO	310770	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	BOM JESUS DO GALHO	310780	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	BOM REPOUSO	310790	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	BOM SUCESSO	310800	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	BONFIM	310810	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BONFINÓPOLIS DE MINAS	310820	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MG	BONITO DE MINAS	310825	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	BORDA DA MATA	310830	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BOTELHOS	310840	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	BOTUMIRIM	310850	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	BRASILÂNDIA DE MINAS	310855	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	BRASÍLIA DE MINAS	310860	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BRÁS PIRES	310870	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BRAÚNAS	310880	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	BRAZÓPOLIS	310890	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	BRUMADINHO	310900	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
MG	BUENO BRANDÃO	310910	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	BUENÓPOLIS	310920	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BUGRE	310925	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	BURITIS	310930	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	BURITIZEIRO	310940	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	CABECEIRA GRANDE	310945	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	CABO VERDE	310950	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CACHOEIRA DA PRATA	310960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CACHOEIRA DE MINAS	310970	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	CACHOEIRA DOURADA	310980	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAETANÓPOLIS	310990	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CAETÉ	311000	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
MG	CAIANA	311010	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CAJURI	311020	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CALDAS	311030	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	CAMACHO	311040	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CAMANDUCAIA	311050	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	CAMBUÍ	311060	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
MG	CAMBUQUIRA	311070	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	CAMPANÁRIO	311080	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAMPANHA	311090	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	CAMPESTRE	311100	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CAMPINA VERDE	311110	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MG	CAMPO AZUL	311115	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAMPO BELO	311120	R$ 10.676,00	R$ 7.650,72	R$ 18.326,72
MG	CAMPO DO MEIO	311130	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAMPO FLORIDO	311140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAMPOS ALTOS	311150	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	CAMPOS GERAIS	311160	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	CANAÃ	311170	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CANÁPOLIS	311180	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CANA VERDE	311190	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CANDEIAS	311200	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CANTAGALO	311205	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CAPARAÓ	311210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAPELA NOVA	311220	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CAPELINHA	311230	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	CAPETINGA	311240	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CAPIM BRANCO	311250	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CAPINÓPOLIS	311260	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	CAPITÃO ANDRADE	311265	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	CAPITÃO ENÉAS	311270	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	CAPITÓLIO	311280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CAPUTIRA	311290	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CARAÍ	311300	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	CARANAÍBA	311310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CARANDAÍ	311320	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	CARANGOLA	311330	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	CARATINGA	311340	R$ 29.676,00	R$ 17.508,23	R$ 47.184,23
MG	CARBONITA	311350	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CAREAÇU	311360	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CARLOS CHAGAS	311370	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CARMÉSIA	311380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CARMO DA CACHOEIRA	311390	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	CARMO DA MATA	311400	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CARMO DE MINAS	311410	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	CARMO DO CAJURU	311420	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	CARMO DO PARANAÍBA	311430	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CARMO DO RIO CLARO	311440	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	CARMÓPOLIS DE MINAS	311450	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	CARNEIRINHO	311455	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	CARRANCAS	311460	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CARVALHÓPOLIS	311470	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CARVALHOS	311480	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CASA GRANDE	311490	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CASCALHO RICO	311500	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CÁSSIA	311510	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS	311520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CATAGUASES	311530	R$ 17.676,00	R$ 7.051,11	R$ 24.727,11
MG	CATAS ALTAS	311535	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	311540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CATUJI	311545	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	CATUTI	311547	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00

MG	CAXAMBU	311550	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	CEDRO DO ABAETÉ	311560	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CENTRAL DE MINAS	311570	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CENTRALINA	311580	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CHÁCARA	311590	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	CHALÉ	311600	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CHAPADA DO NORTE	311610	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	CHAPADA GAÚCHA	311615	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	CIPOTÂNEA	311630	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CLARAVAL	311640	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CLARO DOS POÇÕES	311650	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	CLÁUDIO	311660	R$ 12.676,00	R$ 5.605,22	R$ 18.281,22
MG	COIMBRA	311670	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	COLUNA	311680	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	COMENDADOR GOMES	311690	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	COMERCINHO	311700	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	311710	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MG	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS	311720	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	311730	R$ 12.676,00	R$ 7.736,74	R$ 20.412,74
MG	CONCEIÇÃO DE IPANEMA	311740	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	311750	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CONCEIÇÃO DO PARÁ	311760	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	311770	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	CONCEIÇÃO DOS OUROS	311780	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	CÔNEGO MARINHO	311783	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CONFINS	311787	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
MG	CONGONHAL	311790	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MG	CONGONHAS	311800	R$ 11.676,00	R$ 7.658,31	R$ 19.334,31
MG	CONGONHAS DO NORTE	311810	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CONQUISTA	311820	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	311830	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CONSELHEIRO PENA	311840	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CONTAGEM	311860	R$ 42.676,00	R$ 32.007,00	R$ 74.683,00
MG	COQUEIRAL	311870	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CORAÇÃO DE JESUS	311880	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	CORDISBURGO	311890	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CORDISLÂNDIA	311900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CORINTO	311910	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	COROACI	311920	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	COROMANDEL	311930	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CORONEL FABRICIANO	311940	R$ 18.676,00	R$ 14.007,00	R$ 32.683,00
MG	CORONEL MURTA	311950	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CORONEL PACHECO	311960	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CORONEL XAVIER CHAVES	311970	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	CÓRREGO DANTA	311980	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	CÓRREGO DO BOM JESUS	311990	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CÓRREGO FUNDO	311995	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CÓRREGO NOVO	312000	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS	312010	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	CRISÓLITA	312015	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CRISTAIS	312020	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	CRISTÁLIA	312030	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	CRISTIANO OTONI	312040	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CRISTINA	312050	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CRUCILÂNDIA	312060	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	312070	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	CRUZÍLIA	312080	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	CUPARAQUE	312083	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CURRAL DE DENTRO	312087	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	CURVELO	312090	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DATAS	312100	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	DELFIM MOREIRA	312110	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	DELFINÓPOLIS	312120	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	DELTA	312125	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MG	DESCOBERTO	312130	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	312140	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	DESTERRO DO MELO	312150	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DIAMANTINA	312160	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	DIOGO DE VASCONCELOS	312170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DIONÍSIO	312180	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	DIVINÉSIA	312190	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DIVINO	312200	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	312210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DIVINOLÂNDIA DE MINAS	312220	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	DIVINÓPOLIS	312230	R$ 13.676,00	R$ 9.975,79	R$ 23.651,79
MG	DIVISA ALEGRE	312235	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	DIVISA NOVA	312240	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	DIVISÓPOLIS	312245	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	DOM BOSCO	312247	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DOM CAVATI	312250	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DOM JOAQUIM	312260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DOM SILVÉRIO	312270	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DOM VIÇOSO	312280	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DONA EUSÉBIA	312290	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DORES DE CAMPOS	312300	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	DORES DE GUANHÃES	312310	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	DORES DO TURVO	312330	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	DORESÓPOLIS	312340	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	DOURADOQUARA	312350	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	DURANDÉ	312352	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ENGENHEIRO CALDAS	312370	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	312380	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	ENTRE FOLHAS	312385	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	312390	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ERVÁLIA	312400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	ESPERA FELIZ	312420	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ESPINOSA	312430	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	312440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ESTIVA	312450	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	ESTRELA DALVA	312460	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ESTRELA DO INDAIÁ	312470	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ESTRELA DO SUL	312480	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	EUGENÓPOLIS	312490	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	EWBANK DA CÂMARA	312500	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	EXTREMA	312510	R$ 15.676,00	R$ 5.808,88	R$ 21.484,88
MG	FAMA	312520	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	FARIA LEMOS	312530	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	FELÍCIO DOS SANTOS	312540	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	312550	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FELISBURGO	312560	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FELIXLÂNDIA	312570	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FERNANDES TOURINHO	312580	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FERROS	312590	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MG	FERVEDOURO	312595	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FLORESTAL	312600	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	FORMIGA	312610	R$ 11.676,00	R$ 6.115,64	R$ 17.791,64

MG	FORMOSO	312620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FORTALEZA DE MINAS	312630	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FORTUNA DE MINAS	312640	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	FRANCISCO BADARÓ	312650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FRANCISCO DUMONT	312660	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FRANCISCO SÁ	312670	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MG	FRANCISCÓPOLIS	312675	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FREI GASPAR	312680	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FREI INOCÊNCIO	312690	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	FREI LAGONEGRO	312695	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	FRONTEIRA	312700	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	FRONTEIRA DOS VALES	312705	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	FRUTA DE LEITE	312707	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	FRUTAL	312710	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
MG	FUNILÂNDIA	312720	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GALILÉIA	312730	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	GAMELEIRAS	312733	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GOIABEIRA	312737	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GOIANÁ	312738	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GONÇALVES	312740	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	GONZAGA	312750	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GOUVEIA	312760	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	R$ 45.676,00	R$ 31.500,00	R$ 77.176,00
MG	GRÃO MOGOL	312780	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	GRUPIARA	312790	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	GUANHÃES	312800	R$ 14.676,00	R$ 8.149,13	R$ 22.825,13
MG	GUAPÉ	312810	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	GUARACIABA	312820	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GUARACIAMA	312825	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GUARANÉSIA	312830	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	GUARANI	312840	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	GUARARÁ	312850	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GUARDA-MOR	312860	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	GUAXUPÉ	312870	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
MG	GUIDOVAL	312880	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	GUIRICEMA	312900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	GURINHATÃ	312910	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	HELIODORA	312920	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	IAPU	312930	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IBERTIOGA	312940	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	IBIÁ	312950	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	IBIAÍ	312960	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	IBIRACATU	312965	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IBIRACI	312970	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IBIRITÉ	312980	R$ 25.676,00	R$ 25.676,00	R$ 51.352,00
MG	IBITIÚRA DE MINAS	312990	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	IBITURUNA	313000	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	ICARAÍ DE MINAS	313005	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IGARAPÉ	313010	R$ 11.676,00	R$ 5.831,65	R$ 17.507,65
MG	IGARATINGA	313020	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IGUATAMA	313030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ILICÍNEA	313050	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	IMBÉ DE MINAS	313055	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	INCONFIDENTES	313060	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	INDAIABIRA	313065	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	INDIANÓPOLIS	313070	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	INHAPIM	313090	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	INHAÚMA	313100	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	INIMUTABA	313110	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IPABA	313115	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IPANEMA	313120	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	IPATINGA	313130	R$ 61.676,00	R$ 40.875,00	R$ 102.551,00
MG	IPIAÇU	313140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	IPUIÚNA	313150	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	IRAÍ DE MINAS	313160	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	ITABIRA	313170	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
MG	ITABIRINHA	313180	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	ITABIRITO	313190	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	ITACAMBIRA	313200	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	ITACARAMBI	313210	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	ITAGUARA	313220	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAIPÉ	313230	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	ITAJUBÁ	313240	R$ 21.676,00	R$ 18.921,87	R$ 40.597,87
MG	ITAMARANDIBA	313250	R$ 11.676,00	R$ 7.028,34	R$ 18.704,34
MG	ITAMARATI DE MINAS	313260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ITAMBACURI	313270	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	313280	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	ITAMOGI	313290	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ITAMONTE	313300	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MG	ITANHANDU	313310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ITANHOMI	313320	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAOBIM	313330	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MG	ITAPAGIPE	313340	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAPECERICA	313350	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	ITAPEVA	313360	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	ITATIAIUÇU	313370	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAÚ DE MINAS	313375	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAÚNA	313380	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	ITAVERAVA	313390	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ITINGA	313400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	ITUETA	313410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ITUIUTABA	313420	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MG	ITUMIRIM	313430	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ITURAMA	313440	R$ 10.676,00	R$ 4.436,36	R$ 15.112,36
MG	JABOTICATUBAS	313460	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JACINTO	313470	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	JACUÍ	313480	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JACUTINGA	313490	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	JAGUARAÇU	313500	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	JAÍBA	313505	R$ 17.676,00	R$ 12.596,87	R$ 30.272,87
MG	JAMPRUCA	313507	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JANAÚBA	313510	R$ 23.676,00	R$ 17.269,78	R$ 40.945,78
MG	JANUÁRIA	313520	R$ 27.676,00	R$ 14.529,16	R$ 42.205,16
MG	JAPARAÍBA	313530	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JAPONVAR	313535	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	JECEABA	313540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JENIPAPO DE MINAS	313545	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	JEQUERI	313550	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00

MG	JEQUITAÍ	313560	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	JEQUITIBÁ	313570	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	JEQUITINHONHA	313580	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	JESUÂNIA	313590	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JOAÍMA	313600	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	JOANÉSIA	313610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JOÃO MONLEVADE	313620	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
MG	JOÃO PINHEIRO	313630	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MG	JOAQUIM FELÍCIO	313640	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JORDÂNIA	313650	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	313652	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JOSÉ RAYDAN	313655	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JOSENÓPOLIS	313657	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NOVA UNIÃO	313660	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JUATUBA	313665	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MG	JUIZ DE FORA	313670	R$ 17.676,00	R$ 14.102,22	R$ 31.778,22
MG	JURAMENTO	313680	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JURUAIA	313690	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	JUVENÍLIA	313695	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	LADAINHA	313700	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	LAGAMAR	313710	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LAGOA DA PRATA	313720	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	LAGOA DOS PATOS	313730	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LAGOA DOURADA	313740	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	LAGOA FORMOSA	313750	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	LAGOA GRANDE	313753	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	LAGOA SANTA	313760	R$ 14.676,00	R$ 10.191,47	R$ 24.867,47
MG	LAJINHA	313770	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LAMIM	313790	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	LARANJAL	313800	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LASSANCE	313810	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	LAVRAS	313820	R$ 15.676,00	R$ 10.815,75	R$ 26.491,75
MG	LEANDRO FERREIRA	313830	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LEME DO PRADO	313835	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	LEOPOLDINA	313840	R$ 11.676,00	R$ 8.457,79	R$ 20.133,79
MG	LIBERDADE	313850	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	LIMA DUARTE	313860	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	LIMEIRA DO OESTE	313862	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	LONTRA	313865	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	LUISBURGO	313867	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	LUISLÂNDIA	313868	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	LUMINÁRIAS	313870	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	LUZ	313880	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	MACHACALIS	313890	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MACHADO	313900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	313910	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MALACACHETA	313920	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MAMONAS	313925	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MANGA	313930	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MANHUAÇU	313940	R$ 14.676,00	R$ 14.676,00	R$ 29.352,00
MG	MANHUMIRIM	313950	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MANTENA	313960	R$ 13.676,00	R$ 5.250,00	R$ 18.926,00
MG	MARAVILHAS	313970	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	MAR DE ESPANHA	313980	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	MARIA DA FÉ	313990	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MARIANA	314000	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	MARILAC	314010	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	MÁRIO CAMPOS	314015	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	MARIPÁ DE MINAS	314020	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MARLIÉRIA	314030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MARTINHO CAMPOS	314050	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	MARTINS SOARES	314053	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	MATA VERDE	314055	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MATERLÂNDIA	314060	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MATEUS LEME	314070	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MG	MATIAS BARBOSA	314080	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	MATIAS CARDOSO	314085	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MATIPÓ	314090	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	MATO VERDE	314100	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MATOZINHOS	314110	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	MATUTINA	314120	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MEDEIROS	314130	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	MEDINA	314140	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	MENDES PIMENTEL	314150	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MERCÊS	314160	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	MESQUITA	314170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MINAS NOVAS	314180	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	MIRABELA	314200	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MIRADOURO	314210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MIRAÍ	314220	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MIRAVÂNIA	314225	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MOEDA	314230	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	MOEMA	314240	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	MONJOLOS	314250	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	MONSENHOR PAULO	314260	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	MONTALVÂNIA	314270	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	314280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MONTE AZUL	314290	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MONTE BELO	314300	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MONTE CARMELO	314310	R$ 15.676,00	R$ 9.603,88	R$ 25.279,88
MG	MONTE FORMOSO	314315	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MONTE SANTO DE MINAS	314320	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	MONTES CLAROS	314330	R$ 88.676,00	R$ 65.250,00	R$ 153.926,00
MG	MONTE SIÃO	314340	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	MONTEZUMA	314345	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	MORADA NOVA DE MINAS	314350	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	MORRO DA GARÇA	314360	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	MORRO DO PILAR	314370	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00

MG	MUNHOZ	314380	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	MURIAÉ	314390	R$ 16.676,00	R$ 16.676,00	R$ 33.352,00
MG	MUTUM	314400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	MUZAMBINHO	314410	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	NACIP RAYDAN	314420	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NANUQUE	314430	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	NAQUE	314435	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NATALÂNDIA	314437	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	NATÉRCIA	314440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NAZARENO	314450	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	NEPOMUCENO	314460	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MG	NINHEIRA	314465	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	NOVA BELÉM	314467	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	NOVA ERA	314470	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	NOVA LIMA	314480	R$ 16.676,00	R$ 16.676,00	R$ 33.352,00
MG	NOVA MÓDICA	314490	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NOVA PONTE	314500	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	NOVA PORTEIRINHA	314505	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	NOVA RESENDE	314510	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	NOVA SERRANA	314520	R$ 23.676,00	R$ 17.757,00	R$ 41.433,00
MG	NOVO CRUZEIRO	314530	R$ 14.676,00	R$ 7.000,00	R$ 21.676,00
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	314535	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	NOVORIZONTE	314537	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	OLARIA	314540	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	OLHOS-D'ÁGUA	314545	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	OLÍMPIO NORONHA	314550	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	OLIVEIRA	314560	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	OLIVEIRA FORTES	314570	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	ONÇA DE PITANGUI	314580	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ORATÓRIOS	314585	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ORIZÂNIA	314587	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	OURO BRANCO	314590	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	OURO FINO	314600	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	OURO PRETO	314610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	OURO VERDE DE MINAS	314620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PADRE CARVALHO	314625	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PADRE PARAÍSO	314630	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	PAINEIRAS	314640	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PAINS	314650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PAI PEDRO	314655	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PAIVA	314660	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PALMA	314670	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PALMÓPOLIS	314675	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PAPAGAIOS	314690	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	PARACATU	314700	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
MG	PARÁ DE MINAS	314710	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
MG	PARAGUAÇU	314720	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	PARAISÓPOLIS	314730	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	PARAOPEBA	314740	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
MG	PASSABÉM	314750	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PASSA QUATRO	314760	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	PASSA TEMPO	314770	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	PASSA-VINTE	314780	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PASSOS	314790	R$ 16.676,00	R$ 8.338,00	R$ 25.014,00
MG	PATIS	314795	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PATOS DE MINAS	314800	R$ 25.676,00	R$ 25.676,00	R$ 51.352,00
MG	PATROCÍNIO	314810	R$ 23.676,00	R$ 11.663,93	R$ 35.339,93
MG	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	314820	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PAULA CÂNDIDO	314830	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PAULISTAS	314840	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PAVÃO	314850	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PEÇANHA	314860	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PEDRA AZUL	314870	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	PEDRA BONITA	314875	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PEDRA DO ANTA	314880	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PEDRA DO INDAIÁ	314890	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	PEDRA DOURADA	314900	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PEDRALVA	314910	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	314915	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PEDRINÓPOLIS	314920	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	R$ 13.676,00	R$ 8.800,61	R$ 22.476,61
MG	PEDRO TEIXEIRA	314940	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PEQUERI	314950	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PEQUI	314960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PERDIGÃO	314970	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	PERDIZES	314980	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	PERDÕES	314990	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	PERIQUITO	314995	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	PESCADOR	315000	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PIAU	315010	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	PIEDADE DE CARATINGA	315015	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PIEDADE DE PONTE NOVA	315020	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	315030	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	PIEDADE DOS GERAIS	315040	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	PIMENTA	315050	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PINGO-D'ÁGUA	315053	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	PINTÓPOLIS	315057	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	PIRACEMA	315060	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	PIRAJUBA	315070	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	PIRANGA	315080	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PIRANGUÇU	315090	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PIRANGUINHO	315100	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PIRAPETINGA	315110	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	PIRAPORA	315120	R$ 16.676,00	R$ 10.305,32	R$ 26.981,32
MG	PIRAÚBA	315130	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PITANGUI	315140	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	PIUMHI	315150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	PLANURA	315160	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
MG	POÇO FUNDO	315170	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	POÇOS DE CALDAS	315180	R$ 27.676,00	R$ 23.023,00	R$ 50.699,00
MG	POCRANE	315190	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	POMPÉU	315200	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
MG	PONTE NOVA	315210	R$ 21.676,00	R$ 6.662,76	R$ 28.338,76
MG	PONTO CHIQUE	315213	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PONTO DOS VOLANTES	315217	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	PORTEIRINHA	315220	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00

MG	PORTO FIRME	315230	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	POTÉ	315240	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	R$ 19.676,00	R$ 14.436,18	R$ 34.112,18
MG	POUSO ALTO	315260	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	PRADOS	315270	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PRATA	315280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PRATÁPOLIS	315290	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PRATINHA	315300	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	PRESIDENTE BERNARDES	315310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	315320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	315330	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	PRESIDENTE OLEGÁRIO	315340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	ALTO JEQUITIBÁ	315350	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	PRUDENTE DE MORAIS	315360	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	QUARTEL GERAL	315370	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	QUELUZITO	315380	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	RAPOSOS	315390	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	RAUL SOARES	315400	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	RECREIO	315410	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	REDUTO	315415	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	RESENDE COSTA	315420	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	RESPLENDOR	315430	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	RESSAQUINHA	315440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	RIACHINHO	315445	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	RIACHO DOS MACHADOS	315450	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	315460	R$ 34.676,00	R$ 26.007,00	R$ 60.683,00
MG	RIBEIRÃO VERMELHO	315470	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	RIO ACIMA	315480	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	RIO CASCA	315490	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MG	RIO DOCE	315500	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	RIO DO PRADO	315510	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	RIO ESPERA	315520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	RIO MANSO	315530	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	RIO NOVO	315540	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MG	RIO PARANAÍBA	315550	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	RIO PARDO DE MINAS	315560	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	RIO PIRACICABA	315570	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	RIO POMBA	315580	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MG	RIO PRETO	315590	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	RIO VERMELHO	315600	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	RITÁPOLIS	315610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	RODEIRO	315630	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	ROMARIA	315640	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	ROSÁRIO DA LIMEIRA	315645	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	RUBELITA	315650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	RUBIM	315660	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SABARÁ	315670	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SABINÓPOLIS	315680	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SACRAMENTO	315690	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
MG	SALINAS	315700	R$ 15.676,00	R$ 9.454,61	R$ 25.130,61
MG	SALTO DA DIVISA	315710	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	SANTA BÁRBARA	315720	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
MG	SANTA BÁRBARA DO LESTE	315725	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE	315727	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO	315730	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	315733	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	315737	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	315740	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	315750	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	SANTA FÉ DE MINAS	315760	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA HELENA DE MINAS	315765	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTA JULIANA	315770	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SANTA LUZIA	315780	R$ 60.676,00	R$ 36.674,88	R$ 97.350,88
MG	SANTA MARGARIDA	315790	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	315800	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTA MARIA DO SALTO	315810	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	315820	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MG	SANTANA DA VARGEM	315830	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTANA DE CATAGUASES	315840	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	315850	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTANA DO GARAMBÉU	315870	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTANA DO JACARÉ	315880	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SANTANA DO MANHUAÇU	315890	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTANA DO PARAÍSO	315895	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
MG	SANTANA DO RIACHO	315900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTANA DOS MONTES	315910	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA RITA DE CALDAS	315920	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	315930	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA RITA DE MINAS	315935	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	315940	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTA RITA DO ITUETO	315950	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	315960	R$ 15.676,00	R$ 7.531,18	R$ 23.207,18

MG	SANTA ROSA DA SERRA	315970	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTA VITÓRIA	315980	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	315990	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO	316000	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA	316010	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	316020	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	316030	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO MONTE	316040	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	316045	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO	316050	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	SANTO HIPÓLITO	316060	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	SANTOS DUMONT	316070	R$ 15.676,00	R$ 4.705,80	R$ 20.381,80
MG	SÃO BENTO ABADE	316080	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	316090	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	316095	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	SÃO DOMINGOS DO PRATA	316100	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	SÃO FÉLIX DE MINAS	316105	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SÃO FRANCISCO	316110	R$ 20.676,00	R$ 15.949,12	R$ 36.625,12
MG	SÃO FRANCISCO DE PAULA	316120	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO FRANCISCO DE SALES	316130	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	316140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO GERALDO	316150	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	SÃO GERALDO DA PIEDADE	316160	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SÃO GERALDO DO BAIXIO	316165	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	316170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO GONÇALO DO PARÁ	316180	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	316190	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	316200	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MG	SÃO GOTARDO	316210	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	316220	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
MG	SÃO JOÃO DA LAGOA	316225	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOÃO DA MATA	316230	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	SÃO JOÃO DA PONTE	316240	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	316245	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MG	SÃO JOÃO DEL REI	316250	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU	316255	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	316257	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOÃO DO ORIENTE	316260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOÃO DO PACUÍ	316265	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	316270	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	SÃO JOÃO EVANGELISTA	316280	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	316290	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	316292	R$ 13.676,00	R$ 6.318,68	R$ 19.994,68
MG	SÃO JOSÉ DA BARRA	316294	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO JOSÉ DA LAPA	316295	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	SÃO JOSÉ DA SAFIRA	316300	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOSÉ DA VARGINHA	316310	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	SÃO JOSÉ DO ALEGRE	316320	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	SÃO JOSÉ DO DIVINO	316330	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOSÉ DO GOIABAL	316340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO JOSÉ DO JACURI	316350	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	316360	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO LOURENÇO	316370	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
MG	SÃO MIGUEL DO ANTA	316380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO PEDRO DA UNIÃO	316390	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SÃO PEDRO DOS FERROS	316400	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	316410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO ROMÃO	316420	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	316430	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	316440	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	316443	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	316447	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	316450	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO OESTE	316460	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	316470	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO	316480	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	316490	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SÃO TIAGO	316500	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SÃO TOMÁS DE AQUINO	316510	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO THOMÉ DAS LETRAS	316520	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	316530	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	SAPUCAÍ-MIRIM	316540	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MG	SARDOÁ	316550	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	SARZEDO	316553	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
MG	SETUBINHA	316555	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	SEM-PEIXE	316556	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SENADOR AMARAL	316557	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SENADOR CORTES	316560	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
MG	SENADOR FIRMINO	316570	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SENADOR JOSÉ BENTO	316580	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	316590	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	316600	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SENHORA DO PORTO	316610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SENHORA DOS REMÉDIOS	316620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SERICITA	316630	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	SERITINGA	316640	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	316650	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SERRA DA SAUDADE	316660	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SERRA DOS AIMORÉS	316670	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SERRA DO SALITRE	316680	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	SERRANIA	316690	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MG	SERRANÓPOLIS DE MINAS	316695	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SERRO	316710	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	SETE LAGOAS	316720	R$ 37.676,00	R$ 29.082,35	R$ 66.758,35
MG	SILVEIRÂNIA	316730	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SILVIANÓPOLIS	316740	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	SIMÃO PEREIRA	316750	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	SIMONÉSIA	316760	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	SOBRÁLIA	316770	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TABULEIRO	316790	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TAIOBEIRAS	316800	R$ 13.676,00	R$ 8.247,80	R$ 21.923,80
MG	TAPARUBA	316805	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TAPIRA	316810	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	TAPIRAÍ	316820	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	TAQUARAÇU DE MINAS	316830	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TARUMIRIM	316840	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00

MG	TEIXEIRAS	316850	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	TEÓFILO OTONI	316860	R$ 13.676,00	R$ 12.614,58	R$ 26.290,58
MG	TIMÓTEO	316870	R$ 10.676,00	R$ 7.736,11	R$ 18.412,11
MG	TIRADENTES	316880	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	TIROS	316890	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TOCANTINS	316900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TOCOS DO MOJI	316905	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TOLEDO	316910	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	TOMBOS	316920	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TRÊS CORAÇÕES	316930	R$ 22.676,00	R$ -	R$ 22.676,00
MG	TRÊS MARIAS	316935	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	TUMIRITINGA	316950	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	TUPACIGUARA	316960	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MG	TURMALINA	316970	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	TURVOLÂNDIA	316980	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MG	UBÁ	316990	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	UBAÍ	317000	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	UBAPORANGA	317005	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MG	UBERABA	317010	R$ 52.676,00	R$ 26.250,00	R$ 78.926,00
MG	UBERLÂNDIA	317020	R$ 83.676,00	R$ 63.750,00	R$ 147.426,00
MG	UMBURATIBA	317030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	UNAÍ	317040	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MG	UNIÃO DE MINAS	317043	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MG	URUANA DE MINAS	317047	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	URUCÂNIA	317050	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MG	URUCUIA	317052	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	VARGEM ALEGRE	317057	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	VARGEM BONITA	317060	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	317065	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	VARGINHA	317070	R$ 20.676,00	R$ 19.812,43	R$ 40.488,43
MG	VARJÃO DE MINAS	317075	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	VÁRZEA DA PALMA	317080	R$ 14.676,00	R$ 8.275,63	R$ 22.951,63
MG	VARZELÂNDIA	317090	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	VAZANTE	317100	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MG	VERDELÂNDIA	317103	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	VEREDINHA	317107	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MG	VERÍSSIMO	317110	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	VERMELHO NOVO	317115	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	VESPASIANO	317120	R$ -	R$ 4.333,26	R$ 4.333,26
MG	VIÇOSA	317130	R$ 17.676,00	R$ 9.170,62	R$ 26.846,62
MG	VIEIRAS	317140	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MG	MATHIAS LOBATO	317150	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MG	VIRGEM DA LAPA	317160	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MG	VIRGINÓPOLIS	317180	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	VIRGOLÂNDIA	317190	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	317200	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MG	VOLTA GRANDE	317210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MG	WENCESLAU BRAZ	317220	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MS	ALCINÓPOLIS	500025	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MS	AMAMBAI	500060	R$ 14.676,00	R$ 10.071,93	R$ 24.747,93
MS	ANASTÁCIO	500070	R$ 12.676,00	R$ 4.012,58	R$ 16.688,58
MS	ANGÉLICA	500085	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MS	ANTÔNIO JOÃO	500090	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MS	APARECIDA DO TABOADO	500100	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
MS	AQUIDAUANA	500110	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
MS	ARAL MOREIRA	500124	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MS	BANDEIRANTES	500150	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MS	BATAGUASSU	500190	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MS	BELA VISTA	500210	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
MS	BRASILÂNDIA	500230	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MS	CAARAPÓ	500240	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MS	CAMAPUÃ	500260	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
MS	CAMPO GRANDE	500270	R$ 92.676,00	R$ -	R$ 92.676,00
MS	CASSILÂNDIA	500290	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MS	CHAPADÃO DO SUL	500295	R$ 10.676,00	R$ 7.969,50	R$ 18.645,50
MS	CORGUINHO	500310	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MS	CORONEL SAPUCAIA	500315	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MS	CORUMBÁ	500320	R$ 22.676,00	R$ 10.206,02	R$ 32.882,02
MS	COSTA RICA	500325	R$ 10.676,00	R$ 3.829,16	R$ 14.505,16
MS	COXIM	500330	R$ 14.676,00	R$ 4.991,69	R$ 19.667,69
MS	DEODÁPOLIS	500345	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI	500348	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MS	DOURADINA	500350	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MS	DOURADOS	500370	R$ 23.676,00	R$ 23.676,00	R$ 47.352,00
MS	ELDORADO	500375	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
MS	FÁTIMA DO SUL	500380	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MS	FIGUEIRÃO	500390	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MS	GLÓRIA DE DOURADOS	500400	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	500410	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MS	IGUATEMI	500430	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MS	ITAPORÃ	500450	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MS	IVINHEMA	500470	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MS	JARAGUARI	500490	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MS	JARDIM	500500	R$ 13.676,00	R$ 6.326,27	R$ 20.002,27
MS	JATEÍ	500510	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MS	JUTI	500515	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MS	LAGUNA CARAPÃ	500525	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MS	MARACAJU	500540	R$ 12.676,00	R$ 8.417,31	R$ 21.093,31
MS	MIRANDA	500560	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MS	NAVIRAÍ	500570	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MS	NIOAQUE	500580	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	500600	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MS	NOVA ANDRADINA	500620	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MS	PARANAÍBA	500630	R$ 12.676,00	R$ 2.283,33	R$ 14.959,33
MS	PEDRO GOMES	500640	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MS	PONTA PORÃ	500660	R$ 36.676,00	R$ -	R$ 36.676,00
MS	PORTO MURTINHO	500690	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
MS	RIO BRILHANTE	500720	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
MS	ROCHEDO	500750	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MS	SETE QUEDAS	500770	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MS	SELVÍRIA	500780	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
MS	SIDROLÂNDIA	500790	R$ 12.676,00	R$ 6.629,87	R$ 19.305,87
MS	TAQUARUSSU	500797	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MS	TERENOS	500800	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MS	VICENTINA	500840	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MT	ÁGUA BOA	510020	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00

MT	ALTA FLORESTA	510025	R$ 22.676,00	R$ -	R$ 22.676,00
MT	ALTO ARAGUAIA	510030	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	ALTO BOA VISTA	510035	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	ALTO GARÇAS	510040	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	ALTO PARAGUAI	510050	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	ALTO TAQUARI	510060	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	APIACÁS	510080	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	ARAGUAIANA	510100	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MT	ARAGUAINHA	510120	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
MT	ARAPUTANGA	510125	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MT	ARENÁPOLIS	510130	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MT	ARIPUANÃ	510140	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MT	BARÃO DE MELGAÇO	510160	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MT	BARRA DO BUGRES	510170	R$ 12.676,00	R$ 8.672,84	R$ 21.348,84
MT	BARRA DO GARÇAS	510180	R$ 17.676,00	R$ 6.785,46	R$ 24.461,46
MT	BOM JESUS DO ARAGUAIA	510185	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MT	BRASNORTE	510190	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	CÁCERES	510250	R$ 12.676,00	R$ 11.218,02	R$ 23.894,02
MT	CAMPINÁPOLIS	510260	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	510263	R$ 15.676,00	R$ 5.831,65	R$ 21.507,65
MT	CAMPO VERDE	510267	R$ 13.676,00	R$ 6.559,66	R$ 20.235,66
MT	CAMPOS DE JÚLIO	510268	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	CANABRAVA DO NORTE	510269	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MT	CANARANA	510270	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MT	CARLINDA	510279	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	CASTANHEIRA	510285	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MT	CHAPADA DOS GUIMARÃES	510300	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MT	CLÁUDIA	510305	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MT	COCALINHO	510310	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	COLÍDER	510320	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MT	COLNIZA	510325	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
MT	COMODORO	510330	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MT	CONFRESA	510335	R$ 12.676,00	R$ 6.485,66	R$ 19.161,66
MT	CONQUISTA D'OESTE	510336	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	COTRIGUAÇU	510337	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	CUIABÁ	510340	R$ 40.676,00	R$ 40.676,00	R$ 81.352,00
MT	DENISE	510345	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	DIAMANTINO	510350	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
MT	DOM AQUINO	510360	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	FELIZ NATAL	510370	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MT	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	510380	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
MT	GAÚCHA DO NORTE	510385	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	GENERAL CARNEIRO	510390	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	GUARANTÃ DO NORTE	510410	R$ 12.676,00	R$ 6.440,12	R$ 19.116,12
MT	INDIAVAÍ	510450	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
MT	IPIRANGA DO NORTE	510452	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	ITANHANGÁ	510454	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MT	ITAÚBA	510455	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MT	ITIQUIRA	510460	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MT	JACIARA	510480	R$ 12.676,00	R$ 3.687,48	R$ 16.363,48
MT	JANGADA	510490	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MT	JUARA	510510	R$ 10.676,00	R$ 6.039,74	R$ 16.715,74
MT	JUÍNA	510515	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	JURUENA	510517	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
MT	JUSCIMEIRA	510520	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MT	LAMBARI D'OESTE	510523	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
MT	LUCAS DO RIO VERDE	510525	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
MT	LUCIARA	510530	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MT	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	510550	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MT	MARCELÂNDIA	510558	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	MATUPÁ	510560	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
MT	MIRASSOL D'OESTE	510562	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOBRES	510590	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MT	NORTELÂNDIA	510600	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	510610	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
MT	NOVA BANDEIRANTES	510615	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MT	NOVA NAZARÉ	510617	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	NOVA LACERDA	510618	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	NOVA SANTA HELENA	510619	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOVA BRASILÂNDIA	510620	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	510621	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
MT	NOVA MUTUM	510622	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
MT	NOVA OLÍMPIA	510623	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
MT	NOVA UBIRATÃ	510624	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MT	NOVO MUNDO	510626	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	510627	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MT	NOVO SÃO JOAQUIM	510628	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	PARANAÍTA	510629	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
MT	PARANATINGA	510630	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
MT	NOVO SANTO ANTÔNIO	510631	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MT	PEDRA PRETA	510637	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	510642	R$ 12.676,00	R$ 6.054,92	R$ 18.730,92
MT	PLANALTO DA SERRA	510645	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	POCONÉ	510650	R$ 14.676,00	R$ 8.429,96	R$ 23.105,96
MT	PONTE BRANCA	510670	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
MT	PONTES E LACERDA	510675	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	510677	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
MT	PORTO DOS GAÚCHOS	510680	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00

MT	PORTO ESPERIDIÃO	510682	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MT	PORTO ESTRELA	510685	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	POXORÉO	510700	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	R$ 24.676,00	R$ 10.775,27	R$ 35.451,27
MT	QUERÊNCIA	510706	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
MT	RESERVA DO CABAÇAL	510715	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	510718	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
MT	RIBEIRÃOZINHO	510719	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	SANTA CARMEM	510724	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	SANTO AFONSO	510726	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	510730	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MT	SÃO JOSÉ DO XINGU	510735	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
MT	SÃO PEDRO DA CIPA	510740	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	RONDOLÂNDIA	510757	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	R$ 39.676,00	R$ -	R$ 39.676,00
MT	ROSÁRIO OESTE	510770	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
MT	SALTO DO CÉU	510775	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	510776	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	SANTA TEREZINHA	510777	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	510780	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
MT	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	510785	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MT	SERRA NOVA DOURADA	510788	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
MT	SINOP	510790	R$ 18.676,00	R$ 14.007,00	R$ 32.683,00
MT	SORRISO	510792	R$ 29.676,00	R$ 27.174,73	R$ 56.850,73
MT	TABAPORÃ	510794	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
MT	TANGARÁ DA SERRA	510795	R$ 23.676,00	R$ 11.838,00	R$ 35.514,00
MT	TAPURAH	510800	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
MT	TERRA NOVA DO NORTE	510805	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
MT	TORIXORÉU	510820	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
MT	UNIÃO DO SUL	510830	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	VALE DE SÃO DOMINGOS	510835	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	R$ 26.676,00	R$ 26.676,00	R$ 53.352,00
MT	VERA	510850	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	VILA RICA	510860	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
MT	NOVA GUARITA	510880	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOVA MARILÂNDIA	510885	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
MT	NOVA MARINGÁ	510890	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PA	ABAETETUBA	150010	R$ 40.676,00	R$ 40.676,00	R$ 81.352,00
PA	ABEL FIGUEIREDO	150013	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PA	ACARÁ	150020	R$ 16.676,00	R$ 12.983,96	R$ 29.659,96
PA	AFUÁ	150030	R$ 21.676,00	R$ 15.781,51	R$ 37.457,51
PA	ÁGUA AZUL DO NORTE	150034	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PA	ALENQUER	150040	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PA	ALMEIRIM	150050	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
PA	ALTAMIRA	150060	R$ 15.676,00	R$ 13.391,29	R$ 29.067,29
PA	ANAJÁS	150070	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	ANANINDEUA	150080	R$ 53.676,00	R$ 52.000,00	R$ 105.676,00
PA	ANAPU	150085	R$ -	R$ 8.209,85	R$ 8.209,85
PA	AUGUSTO CORRÊA	150090	R$ 19.676,00	R$ -	R$ 19.676,00
PA	AURORA DO PARÁ	150095	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PA	BAGRE	150110	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PA	BAIÃO	150120	R$ 15.676,00	R$ 9.760,74	R$ 25.436,74
PA	BANNACH	150125	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PA	BARCARENA	150130	R$ 21.676,00	R$ 18.845,97	R$ 40.521,97
PA	BELÉM	150140	R$ 85.676,00	R$ 86.600,00	R$ 172.276,00
PA	BELTERRA	150145	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PA	BENEVIDES	150150	R$ 25.676,00	R$ 14.885,89	R$ 40.561,89
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	150157	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PA	BONITO	150160	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PA	BRAGANÇA	150170	R$ 23.676,00	R$ -	R$ 23.676,00
PA	BRASIL NOVO	150172	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	150175	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PA	BREU BRANCO	150178	R$ 21.676,00	R$ 13.569,02	R$ 35.245,02
PA	BREVES	150180	R$ 24.676,00	R$ 24.676,00	R$ 49.352,00
PA	BUJARU	150190	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
PA	CACHOEIRA DO PIRIÁ	150195	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	CACHOEIRA DO ARARI	150200	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	CAMETÁ	150210	R$ 24.676,00	R$ 23.033,12	R$ 47.709,12
PA	CANAÃ DOS CARAJÁS	150215	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
PA	CAPANEMA	150220	R$ 26.676,00	R$ 15.730,28	R$ 42.406,28
PA	CAPITÃO POÇO	150230	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
PA	CASTANHAL	150240	R$ 25.676,00	R$ 22.256,41	R$ 47.932,41
PA	COLARES	150260	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	150270	R$ 17.676,00	R$ 8.923,94	R$ 26.599,94
PA	CONCÓRDIA DO PARÁ	150275	R$ 20.676,00	R$ 10.595,64	R$ 31.271,64
PA	CUMARU DO NORTE	150276	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PA	CURIONÓPOLIS	150277	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
PA	CURRALINHO	150280	R$ -	R$ 8.586,19	R$ 8.586,19
PA	CURUÁ	150285	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	CURUÇÁ	150290	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PA	DOM ELISEU	150293	R$ 18.676,00	R$ 11.360,33	R$ 30.036,33
PA	ELDORADO DOS CARAJÁS	150295	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
PA	FARO	150300	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	150304	R$ 10.676,00	R$ 7.440,73	R$ 18.116,73
PA	GARRAFÃO DO NORTE	150307	R$ 12.676,00	R$ 7.501,45	R$ 20.177,45
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ	150309	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PA	GURUPÁ	150310	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	IGARAPÉ-AÇU	150320	R$ 13.676,00	R$ 9.350,88	R$ 23.026,88
PA	IGARAPÉ-MIRI	150330	R$ 23.676,00	R$ -	R$ 23.676,00
PA	INHANGAPI	150340	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PA	IPIXUNA DO PARÁ	150345	R$ 20.676,00	R$ 16.002,25	R$ 36.678,25
PA	IRITUIA	150350	R$ 11.676,00	R$ 8.757,00	R$ 20.433,00
PA	ITAITUBA	150360	R$ 40.676,00	R$ -	R$ 40.676,00
PA	ITUPIRANGA	150370	R$ 18.676,00	R$ 12.422,30	R$ 31.098,30
PA	JACAREACANGA	150375	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PA	JACUNDÁ	150380	R$ 20.676,00	R$ 14.481,72	R$ 35.157,72
PA	JURUTI	150390	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
PA	LIMOEIRO DO AJURU	150400	R$ 14.676,00	R$ 9.293,96	R$ 23.969,96
PA	MÃE DO RIO	150405	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PA	MAGALHÃES BARATA	150410	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PA	MARABÁ	150420	R$ 44.676,00	R$ 22.338,00	R$ 67.014,00
PA	MARAPANIM	150440	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
PA	MARITUBA	150442	R$ 43.676,00	R$ 18.586,65	R$ 62.262,65
PA	MEDICILÂNDIA	150445	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PA	MOCAJUBA	150460	R$ 11.676,00	R$ 8.227,56	R$ 19.903,56
PA	MOJU	150470	R$ 19.676,00	R$ 14.757,00	R$ 34.433,00

PA	MOJUÍ DOS CAMPOS	150475	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PA	MONTE ALEGRE	150480	R$ 26.676,00	R$ 22.074,25	R$ 48.750,25
PA	MUANÁ	150490	R$ -	R$ 10.168,70	R$ 10.168,70
PA	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	150495	R$ 12.676,00	R$ 9.641,83	R$ 22.317,83
PA	NOVA IPIXUNA	150497	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PA	NOVA TIMBOTEUA	150500	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PA	NOVO PROGRESSO	150503	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PA	NOVO REPARTIMENTO	150506	R$ 19.676,00	R$ -	R$ 19.676,00
PA	ÓBIDOS	150510	R$ 11.676,00	R$ 7.802,52	R$ 19.478,52
PA	OEIRAS DO PARÁ	150520	R$ -	R$ 7.929,02	R$ 7.929,02
PA	ORIXIMINÁ	150530	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
PA	OURÉM	150540	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PA	OURILÂNDIA DO NORTE	150543	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
PA	PACAJÁ	150548	R$ 12.676,00	R$ 8.068,17	R$ 20.744,17
PA	PALESTINA DO PARÁ	150549	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PA	PARAGOMINAS	150550	R$ 19.676,00	R$ 12.736,02	R$ 32.412,02
PA	PARAUAPEBAS	150553	R$ 51.676,00	R$ 25.500,00	R$ 77.176,00
PA	PAU D'ARCO	150555	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PA	PEIXE-BOI	150560	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PA	PIÇARRA	150563	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PA	PLACAS	150565	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PA	PONTA DE PEDRAS	150570	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PA	PORTEL	150580	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
PA	PORTO DE MOZ	150590	R$ 11.676,00	R$ 7.536,87	R$ 19.212,87
PA	PRAINHA	150600	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
PA	PRIMAVERA	150610	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PA	QUATIPURU	150611	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PA	REDENÇÃO	150613	R$ 25.676,00	R$ 21.588,49	R$ 47.264,49
PA	RIO MARIA	150616	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
PA	RONDON DO PARÁ	150618	R$ 13.676,00	R$ 7.497,02	R$ 21.173,02
PA	RURÓPOLIS	150619	R$ 14.676,00	R$ 10.011,21	R$ 24.687,21
PA	SALINÓPOLIS	150620	R$ 20.676,00	R$ 7.108,04	R$ 27.784,04
PA	SALVATERRA	150630	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PA	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	150635	R$ 13.676,00	R$ 5.963,84	R$ 19.639,84
PA	SANTA IZABEL DO PARÁ	150650	R$ 24.676,00	R$ 14.802,40	R$ 39.478,40
PA	SANTA LUZIA DO PARÁ	150655	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	150658	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PA	SANTA MARIA DO PARÁ	150660	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	150670	R$ 16.676,00	R$ 12.561,45	R$ 29.237,45
PA	SANTARÉM	150680	R$ 67.676,00	R$ 67.500,00	R$ 135.176,00
PA	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	150700	R$ 15.676,00	R$ 7.696,26	R$ 23.372,26
PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	150710	R$ 10.676,00	R$ 5.364,23	R$ 16.040,23
PA	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	150715	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PA	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	150720	R$ 19.676,00	R$ -	R$ 19.676,00
PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	150730	R$ 20.676,00	R$ 18.947,17	R$ 39.623,17
PA	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	150740	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PA	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	150745	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PA	SÃO JOÃO DE PIRABAS	150747	R$ 12.676,00	R$ 5.405,98	R$ 18.081,98
PA	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	150750	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	150760	R$ 23.676,00	R$ -	R$ 23.676,00
PA	SAPUCAIA	150775	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PA	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	150780	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PA	SOURE	150790	R$ -	R$ 7.364,20	R$ 7.364,20
PA	TAILÂNDIA	150795	R$ 22.676,00	R$ 22.676,00	R$ 45.352,00
PA	TERRA ALTA	150796	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PA	TERRA SANTA	150797	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PA	TRACUATEUA	150803	R$ 13.676,00	R$ 10.335,05	R$ 24.011,05
PA	TRAIRÃO	150805	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PA	TUCUMÃ	150808	R$ 15.676,00	R$ 10.591,85	R$ 26.267,85
PA	TUCURUÍ	150810	R$ 33.676,00	R$ -	R$ 33.676,00
PA	ULIANÓPOLIS	150812	R$ 13.676,00	R$ 9.181,37	R$ 22.857,37
PA	URUARÁ	150815	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PA	VIGIA	150820	R$ 21.676,00	R$ 13.117,42	R$ 34.793,42
PA	VISEU	150830	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
PA	VITÓRIA DO XINGU	150835	R$ 10.676,00	R$ 3.519,23	R$ 14.195,23
PA	XINGUARA	150840	R$ 18.676,00	R$ 10.495,07	R$ 29.171,07
PB	ÁGUA BRANCA	250010	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	AGUIAR	250020	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	ALAGOA GRANDE	250030	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PB	ALAGOA NOVA	250040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	ALAGOINHA	250050	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	ALCANTIL	250053	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	ALGODÃO DE JANDAÍRA	250057	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	ALHANDRA	250060	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	250070	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
PB	AMPARO	250073	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	APARECIDA	250077	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	ARAÇAGI	250080	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	ARARA	250090	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	ARARUNA	250100	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PB	AREIA	250110	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	AREIA DE BARAÚNAS	250115	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PB	AREIAL	250120	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	AROEIRAS	250130	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	ASSUNÇÃO	250135	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	BAÍA DA TRAIÇÃO	250140	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	BANANEIRAS	250150	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PB	BARAÚNA	250153	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	BARRA DE SANTANA	250157	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	BARRA DE SANTA ROSA	250160	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	BARRA DE SÃO MIGUEL	250170	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	BAYEUX	250180	R$ 18.676,00	R$ 12.042,80	R$ 30.718,80
PB	BELÉM	250190	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	250200	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	BERNARDINO BATISTA	250205	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	BOA VENTURA	250210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	BOA VISTA	250215	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	BOM JESUS	250220	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	BOM SUCESSO	250230	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	BONITO DE SANTA FÉ	250240	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PB	BOQUEIRÃO	250250	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	IGARACY	250260	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PB	BORBOREMA	250270	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	BREJO DO CRUZ	250280	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	CAAPORÃ	250300	R$ 12.676,00	R$ 7.099,18	R$ 19.775,18
PB	CABACEIRAS	250310	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00

PB	CABEDELO	250320	R$ 13.676,00	R$ 9.899,89	R$ 23.575,89
PB	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	250330	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	CACIMBA DE AREIA	250340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	CACIMBA DE DENTRO	250350	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PB	CACIMBAS	250355	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	CAIÇARA	250360	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	CAJAZEIRAS	250370	R$ 18.676,00	R$ 11.934,01	R$ 30.610,01
PB	CAJAZEIRINHAS	250375	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	CALDAS BRANDÃO	250380	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	CAMALAÚ	250390	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	CAMPINA GRANDE	250400	R$ 36.676,00	R$ 36.676,00	R$ 73.352,00
PB	CAPIM	250403	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	CARAÚBAS	250407	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	CARRAPATEIRA	250410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	CASSERENGUE	250415	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	CATINGUEIRA	250420	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	CATURITÉ	250435	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	CONCEIÇÃO	250440	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PB	CONDADO	250450	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	CONDE	250460	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PB	CONGO	250470	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	COREMAS	250480	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	COXIXOLA	250485	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	250490	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	CUBATI	250500	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	CUITÉ	250510	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	CUITEGI	250520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	CUITÉ DE MAMANGUAPE	250523	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	CURRAL DE CIMA	250527	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	CURRAL VELHO	250530	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	DAMIÃO	250535	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	DESTERRO	250540	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	VISTA SERRANA	250550	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	DIAMANTE	250560	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	DONA INÊS	250570	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	DUAS ESTRADAS	250580	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	EMAS	250590	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	ESPERANÇA	250600	R$ 14.676,00	R$ 7.612,77	R$ 22.288,77
PB	FAGUNDES	250610	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	FREI MARTINHO	250620	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PB	GADO BRAVO	250625	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	GUARABIRA	250630	R$ 13.676,00	R$ 8.956,20	R$ 22.632,20
PB	GURINHÉM	250640	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	GURJÃO	250650	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	IBIARA	250660	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	IMACULADA	250670	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	INGÁ	250680	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	ITABAIANA	250690	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PB	ITAPORANGA	250700	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	ITAPOROROCA	250710	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PB	ITATUBA	250720	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	JACARAÚ	250730	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	JERICÓ	250740	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	JOÃO PESSOA	250750	R$ 105.676,00	R$ 67.500,00	R$ 173.176,00
PB	JUAREZ TÁVORA	250760	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	JUAZEIRINHO	250770	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	JUNCO DO SERIDÓ	250780	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	JURIPIRANGA	250790	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	JURU	250800	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	LAGOA	250810	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	LAGOA DE DENTRO	250820	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	LAGOA SECA	250830	R$ 13.676,00	R$ 6.284,52	R$ 19.960,52
PB	LASTRO	250840	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	LIVRAMENTO	250850	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	LOGRADOURO	250855	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	LUCENA	250860	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	MÃE D'ÁGUA	250870	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	MALTA	250880	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	MAMANGUAPE	250890	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	MANAÍRA	250900	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PB	MARCAÇÃO	250905	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	MARI	250910	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PB	MARIZÓPOLIS	250915	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PB	MASSARANDUBA	250920	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	MATARACA	250930	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	MATINHAS	250933	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PB	MATURÉIA	250939	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	MOGEIRO	250940	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PB	MONTADAS	250950	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	MONTE HOREBE	250960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	MONTEIRO	250970	R$ 13.676,00	R$ 7.769,63	R$ 21.445,63
PB	MULUNGU	250980	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	NATUBA	250990	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PB	NAZAREZINHO	251000	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	NOVA FLORESTA	251010	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	NOVA OLINDA	251020	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	NOVA PALMEIRA	251030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	OLHO D'ÁGUA	251040	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	OLIVEDOS	251050	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	OURO VELHO	251060	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	PARARI	251065	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PB	PASSAGEM	251070	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PB	PATOS	251080	R$ 16.676,00	R$ 15.749,25	R$ 32.425,25
PB	PAULISTA	251090	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PB	PEDRA LAVRADA	251110	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	PEDRAS DE FOGO	251120	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00

PB	PIANCÓ	251130	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	PICUÍ	251140	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	PILAR	251150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	PILÕES	251160	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	PILÕEZINHOS	251170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	PIRPIRITUBA	251180	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	PITIMBU	251190	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PB	POCINHOS	251200	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	POÇO DANTAS	251203	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	251207	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	POMBAL	251210	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
PB	PRATA	251220	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	PRINCESA ISABEL	251230	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PB	PUXINANÃ	251240	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	QUEIMADAS	251250	R$ 18.676,00	R$ 9.998,56	R$ 28.674,56
PB	QUIXABÁ	251260	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PB	REMÍGIO	251270	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PB	PEDRO RÉGIS	251272	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	RIACHÃO	251274	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	RIACHÃO DO BACAMARTE	251275	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PB	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	251278	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	RIACHO DOS CAVALOS	251280	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	RIO TINTO	251290	R$ 12.676,00	R$ 7.147,25	R$ 19.823,25
PB	SALGADINHO	251300	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SALGADO DE SÃO FÉLIX	251310	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	SANTA CECÍLIA	251315	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SANTA CRUZ	251320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SANTA HELENA	251330	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PB	SANTA INÊS	251335	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SANTA LUZIA	251340	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	251350	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SANTANA DOS GARROTES	251360	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	JOCA CLAUDINO	251365	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SANTA RITA	251370	R$ 37.676,00	R$ 13.643,03	R$ 51.319,03
PB	SANTA TERESINHA	251380	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	SANTO ANDRÉ	251385	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	SÃO BENTO	251390	R$ 15.676,00	R$ 6.280,73	R$ 21.956,73
PB	SÃO BENTINHO	251392	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	251394	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PB	SÃO DOMINGOS	251396	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	SÃO FRANCISCO	251398	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOÃO DO CARIRI	251400	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	SÃO JOÃO DO TIGRE	251410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	251420	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	SÃO JOSÉ DE CAIANA	251430	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	251440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	251445	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	251450	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	251455	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOSÉ DO BONFIM	251460	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	251465	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	SÃO JOSÉ DO SABUGI	251470	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	251480	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	SÃO MAMEDE	251490	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	SÃO MIGUEL DE TAIPU	251500	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	251510	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	251520	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	SAPÉ	251530	R$ 13.676,00	R$ 7.886,01	R$ 21.562,01
PB	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	251540	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PB	SERRA BRANCA	251550	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	SERRA DA RAIZ	251560	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SERRA GRANDE	251570	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	SERRA REDONDA	251580	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SERRARIA	251590	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	SERTÃOZINHO	251593	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PB	SOBRADO	251597	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	SOLÂNEA	251600	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PB	SOLEDADE	251610	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PB	SOSSÊGO	251615	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	SOUSA	251620	R$ 18.676,00	R$ 14.393,17	R$ 33.069,17
PB	SUMÉ	251630	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PB	TACIMA	251640	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	TAPEROÁ	251650	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PB	TAVARES	251660	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PB	TEIXEIRA	251670	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	TENÓRIO	251675	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PB	TRIUNFO	251680	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PB	UIRAÚNA	251690	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PB	UMBUZEIRO	251700	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PB	VÁRZEA	251710	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PB	VIEIRÓPOLIS	251720	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PB	ZABELÊ	251740	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PE	ABREU E LIMA	260005	R$ 18.676,00	R$ 11.314,79	R$ 29.990,79
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	260010	R$ 14.676,00	R$ 9.925,19	R$ 24.601,19
PE	AFRÂNIO	260020	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	AGRESTINA	260030	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PE	ÁGUA PRETA	260040	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
PE	ÁGUAS BELAS	260050	R$ 17.676,00	R$ 11.777,15	R$ 29.453,15
PE	ALAGOINHA	260060	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	ALIANÇA	260070	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
PE	ALTINHO	260080	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	AMARAJI	260090	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	ANGELIM	260100	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	ARAÇOIABA	260105	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	ARARIPINA	260110	R$ 19.676,00	R$ 19.676,00	R$ 39.352,00
PE	ARCOVERDE	260120	R$ 19.676,00	R$ 16.283,08	R$ 35.959,08
PE	BARRA DE GUABIRABA	260130	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PE	BARREIROS	260140	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
PE	BELÉM DE MARIA	260150	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	BELÉM DO SÃO FRANCISCO	260160	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	BELO JARDIM	260170	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
PE	BETÂNIA	260180	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	BEZERROS	260190	R$ 16.676,00	R$ 11.347,05	R$ 28.023,05
PE	BODOCÓ	260200	R$ 14.676,00	R$ 8.435,02	R$ 23.111,02
PE	BOM CONSELHO	260210	R$ 18.676,00	R$ 9.963,77	R$ 28.639,77
PE	BOM JARDIM	260220	R$ 14.676,00	R$ 8.855,00	R$ 23.531,00

PE	BONITO	260230	R$ 12.676,00	R$ 7.202,91	R$ 19.878,91
PE	BREJÃO	260240	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	BREJINHO	260250	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	260260	R$ 19.676,00	R$ 7.268,69	R$ 26.944,69
PE	BUENOS AIRES	260270	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PE	BUÍQUE	260280	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	260290	R$ 24.676,00	R$ 18.507,00	R$ 43.183,00
PE	CABROBÓ	260300	R$ 13.676,00	R$ 7.964,44	R$ 21.640,44
PE	CACHOEIRINHA	260310	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PE	CAETÉS	260320	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	CALÇADO	260330	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	CALUMBI	260340	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PE	CAMARAGIBE	260345	R$ 19.676,00	R$ 14.757,00	R$ 34.433,00
PE	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	260350	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	CAMUTANGA	260360	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PE	CANHOTINHO	260370	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PE	CAPOEIRAS	260380	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	CARNAÍBA	260390	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	CARPINA	260400	R$ 22.676,00	R$ 12.399,53	R$ 35.075,53
PE	CARUARU	260410	R$ 48.676,00	R$ 48.676,00	R$ 97.352,00
PE	CASINHAS	260415	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	CATENDE	260420	R$ 13.676,00	R$ 7.812,64	R$ 21.488,64
PE	CEDRO	260430	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	CHÃ DE ALEGRIA	260440	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	CHÃ GRANDE	260450	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
PE	CONDADO	260460	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	CORRENTES	260470	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PE	CORTÊS	260480	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	CUMARU	260490	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	CUPIRA	260500	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PE	CUSTÓDIA	260510	R$ 16.676,00	R$ 9.487,50	R$ 26.163,50
PE	DORMENTES	260515	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	ESCADA	260520	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
PE	EXU	260530	R$ 14.676,00	R$ 8.690,55	R$ 23.366,55
PE	FEIRA NOVA	260540	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	FERNANDO DE NORONHA	260545	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PE	FERREIROS	260550	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	FLORES	260560	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	FLORESTA	260570	R$ 12.676,00	R$ 7.903,72	R$ 20.579,72
PE	FREI MIGUELINHO	260580	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	GAMELEIRA	260590	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	GARANHUNS	260600	R$ 40.676,00	R$ 20.870,60	R$ 61.546,60
PE	GLÓRIA DO GOITÁ	260610	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	GOIANA	260620	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
PE	GRANITO	260630	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PE	GRAVATÁ	260640	R$ 21.676,00	R$ 11.913,77	R$ 33.589,77
PE	IATI	260650	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	IBIMIRIM	260660	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	IBIRAJUBA	260670	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PE	IGARASSU	260680	R$ 18.676,00	R$ 16.404,52	R$ 35.080,52
PE	IGUARACY	260690	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	INAJÁ	260700	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	INGAZEIRA	260710	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PE	IPOJUCA	260720	R$ 29.676,00	R$ 27.151,96	R$ 56.827,96
PE	IPUBI	260730	R$ 15.676,00	R$ 10.294,57	R$ 25.970,57
PE	ITACURUBA	260740	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PE	ITAÍBA	260750	R$ 13.676,00	R$ 6.732,33	R$ 20.408,33
PE	ILHA DE ITAMARACÁ	260760	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PE	ITAMBÉ	260765	R$ 12.676,00	R$ 7.207,97	R$ 19.883,97
PE	ITAPETIM	260770	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	ITAPISSUMA	260775	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PE	ITAQUITINGA	260780	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	R$ 60.676,00	R$ 60.676,00	R$ 121.352,00
PE	JAQUEIRA	260795	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PE	JATAÚBA	260800	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	JATOBÁ	260805	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PE	JOÃO ALFREDO	260810	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
PE	JOAQUIM NABUCO	260820	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PE	JUCATI	260825	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PE	JUPI	260830	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PE	JUREMA	260840	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	LAGOA DO CARRO	260845	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	LAGOA DE ITAENGA	260850	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	LAGOA DO OURO	260860	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	LAGOA DOS GATOS	260870	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	LAGOA GRANDE	260875	R$ 13.676,00	R$ 5.749,43	R$ 19.425,43
PE	LAJEDO	260880	R$ 16.676,00	R$ 12.569,04	R$ 29.245,04
PE	LIMOEIRO	260890	R$ 18.676,00	R$ 10.109,88	R$ 28.785,88
PE	MACAPARANA	260900	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
PE	MACHADOS	260910	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	MANARI	260915	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
PE	MARAIAL	260920	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PE	MIRANDIBA	260930	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	MORENO	260940	R$ 16.676,00	R$ 8.361,65	R$ 25.037,65
PE	NAZARÉ DA MATA	260950	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	OLINDA	260960	R$ 25.676,00	R$ 25.676,00	R$ 51.352,00
PE	OROBÓ	260970	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
PE	OROCÓ	260980	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PE	OURICURI	260990	R$ 21.676,00	R$ 14.900,00	R$ 36.576,00
PE	PALMARES	261000	R$ 14.676,00	R$ 8.619,71	R$ 23.295,71
PE	PALMEIRINA	261010	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PE	PANELAS	261020	R$ 13.676,00	R$ 3.500,00	R$ 17.176,00
PE	PARANATAMA	261030	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	PARNAMIRIM	261040	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PE	PASSIRA	261050	R$ 12.676,00	R$ 7.301,58	R$ 19.977,58
PE	PAUDALHO	261060	R$ 20.676,00	R$ -	R$ 20.676,00
PE	PAULISTA	261070	R$ 36.676,00	R$ 12.438,75	R$ 49.114,75
PE	PEDRA	261080	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	PESQUEIRA	261090	R$ 24.676,00	R$ 17.935,17	R$ 42.611,17
PE	PETROLÂNDIA	261100	R$ 14.676,00	R$ 10.575,40	R$ 25.251,40
PE	PETROLINA	261110	R$ 59.676,00	R$ 60.000,00	R$ 119.676,00

PE	POÇÃO	261120	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	POMBOS	261130	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PE	PRIMAVERA	261140	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	QUIPAPÁ	261150	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PE	QUIXABA	261153	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	RECIFE	261160	R$ 42.676,00	R$ 42.676,00	R$ 85.352,00
PE	RIACHO DAS ALMAS	261170	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PE	RIBEIRÃO	261180	R$ 15.676,00	R$ 6.430,63	R$ 22.106,63
PE	RIO FORMOSO	261190	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PE	SAIRÉ	261200	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	SALGADINHO	261210	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PE	SALGUEIRO	261220	R$ 14.676,00	R$ 13.328,04	R$ 28.004,04
PE	SALOÁ	261230	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	SANHARÓ	261240	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	SANTA CRUZ	261245	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	261247	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	261250	R$ 23.676,00	R$ 19.116,68	R$ 42.792,68
PE	SANTA FILOMENA	261255	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	261260	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	261270	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	SANTA TEREZINHA	261280	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	261290	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PE	SÃO BENTO DO UNA	261300	R$ 12.676,00	R$ 8.197,20	R$ 20.873,20
PE	SÃO CAITANO	261310	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PE	SÃO JOÃO	261320	R$ 12.676,00	R$ 7.175,08	R$ 19.851,08
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	261330	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	261340	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	261350	R$ 12.676,00	R$ 7.751,92	R$ 20.427,92
PE	SÃO JOSÉ DO EGITO	261360	R$ 13.676,00	R$ 8.791,75	R$ 22.467,75
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	261370	R$ 23.676,00	R$ 12.893,51	R$ 36.569,51
PE	SÃO VICENTE FERRER	261380	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	SERRA TALHADA	261390	R$ 20.676,00	R$ 18.038,90	R$ 38.714,90
PE	SERRITA	261400	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PE	SERTÂNIA	261410	R$ 14.676,00	R$ 7.873,36	R$ 22.549,36
PE	SIRINHAÉM	261420	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	MOREILÂNDIA	261430	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PE	SOLIDÃO	261440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PE	SURUBIM	261450	R$ 18.676,00	R$ 11.379,94	R$ 30.055,94
PE	TABIRA	261460	R$ 12.676,00	R$ 7.620,36	R$ 20.296,36
PE	TACAIMBÓ	261470	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	TACARATU	261480	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PE	TAMANDARÉ	261485	R$ 12.676,00	R$ 7.099,18	R$ 19.775,18
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	261500	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	TEREZINHA	261510	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PE	TERRA NOVA	261520	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	TIMBAÚBA	261530	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PE	TORITAMA	261540	R$ 14.676,00	R$ 10.236,38	R$ 24.912,38
PE	TRACUNHAÉM	261550	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PE	TRINDADE	261560	R$ 14.676,00	R$ 10.345,17	R$ 25.021,17
PE	TRIUNFO	261570	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PE	TUPANATINGA	261580	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PE	TUPARETAMA	261590	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PE	VERDEJANTE	261610	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PE	VERTENTE DO LÉRIO	261618	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PE	VERTENTES	261620	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PE	VICÊNCIA	261630	R$ 10.676,00	R$ 5.352,85	R$ 16.028,85
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	261640	R$ 19.676,00	R$ 19.676,00	R$ 39.352,00
PE	XEXÉU	261650	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PI	ACAUÃ	220005	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	AGRICOLÂNDIA	220010	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	ÁGUA BRANCA	220020	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PI	ALAGOINHA DO PIAUÍ	220025	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	ALEGRETE DO PIAUÍ	220027	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	ALTO LONGÁ	220030	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PI	ALTOS	220040	R$ 19.676,00	R$ -	R$ 19.676,00
PI	ALVORADA DO GURGUÉIA	220045	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	AMARANTE	220050	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PI	ANGICAL DO PIAUÍ	220060	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	ANÍSIO DE ABREU	220070	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	ANTÔNIO ALMEIDA	220080	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	AROAZES	220090	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	AROEIRAS DO ITAIM	220095	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	ARRAIAL	220100	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	220105	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
PI	AVELINO LOPES	220110	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	220115	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PI	BARRA D'ALCÂNTARA	220117	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	BARRAS	220120	R$ 22.676,00	R$ 15.233,13	R$ 37.909,13
PI	BARREIRAS DO PIAUÍ	220130	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	BARRO DURO	220140	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	BATALHA	220150	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
PI	BELA VISTA DO PIAUÍ	220155	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	BELÉM DO PIAUÍ	220157	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	BENEDITINOS	220160	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PI	BERTOLÍNIA	220170	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	BETÂNIA DO PIAUÍ	220173	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	BOA HORA	220177	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PI	BOCAINA	220180	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	BOM JESUS	220190	R$ 14.676,00	R$ 7.627,95	R$ 22.303,95
PI	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	220191	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	BONFIM DO PIAUÍ	220192	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	220194	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	BRASILEIRA	220196	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	BREJO DO PIAUÍ	220198	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	BURITI DOS LOPES	220200	R$ 12.676,00	R$ 5.536,91	R$ 18.212,91
PI	BURITI DOS MONTES	220202	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PI	CABECEIRAS DO PIAUÍ	220205	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	220207	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	220208	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	220209	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CAMPINAS DO PIAUÍ	220210	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	220211	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	220213	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CAMPO LARGO DO PIAUÍ	220217	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PI	CAMPO MAIOR	220220	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00

PI	CANAVIEIRA	220225	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	CANTO DO BURITI	220230	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PI	CAPITÃO DE CAMPOS	220240	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PI	CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	220245	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	CARACOL	220250	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	CARAÚBAS DO PIAUÍ	220253	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CARIDADE DO PIAUÍ	220255	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CASTELO DO PIAUÍ	220260	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
PI	CAXINGÓ	220265	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	COCAL	220270	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
PI	COCAL DE TELHA	220271	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	COCAL DOS ALVES	220272	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	COIVARAS	220273	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	COLÔNIA DO GURGUÉIA	220275	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	COLÔNIA DO PIAUÍ	220277	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	220280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CORONEL JOSÉ DIAS	220285	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	CORRENTE	220290	R$ 13.676,00	R$ 5.939,18	R$ 19.615,18
PI	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	220300	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	CRISTINO CASTRO	220310	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PI	CURIMATÁ	220320	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	CURRAIS	220323	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	CURRALINHOS	220325	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	CURRAL NOVO DO PIAUÍ	220327	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	DEMERVAL LOBÃO	220330	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PI	DIRCEU ARCOVERDE	220335	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	DOM EXPEDITO LOPES	220340	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	DOMINGOS MOURÃO	220342	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	DOM INOCÊNCIO	220345	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	ELESBÃO VELOSO	220350	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	ELISEU MARTINS	220360	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	ESPERANTINA	220370	R$ 18.676,00	R$ 12.295,80	R$ 30.971,80
PI	FARTURA DO PIAUÍ	220375	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	FLORES DO PIAUÍ	220380	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	FLORESTA DO PIAUÍ	220385	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	FLORIANO	220390	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
PI	FRANCINÓPOLIS	220400	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	FRANCISCO AYRES	220410	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	FRANCISCO MACEDO	220415	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PI	FRANCISCO SANTOS	220420	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	FRONTEIRAS	220430	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PI	GEMINIANO	220435	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	GILBUÉS	220440	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	GUADALUPE	220450	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PI	GUARIBAS	220455	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	HUGO NAPOLEÃO	220460	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	ILHA GRANDE	220465	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	INHUMA	220470	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PI	IPIRANGA DO PIAUÍ	220480	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PI	ISAÍAS COELHO	220490	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	ITAINÓPOLIS	220500	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PI	ITAUEIRA	220510	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PI	JACOBINA DO PIAUÍ	220515	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	JAICÓS	220520	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PI	JARDIM DO MULATO	220525	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	JATOBÁ DO PIAUÍ	220527	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	JERUMENHA	220530	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	JOÃO COSTA	220535	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	JOAQUIM PIRES	220540	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	JOCA MARQUES	220545	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PI	JOSÉ DE FREITAS	220550	R$ 18.676,00	R$ 11.746,79	R$ 30.422,79
PI	JUAZEIRO DO PIAUÍ	220551	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	JÚLIO BORGES	220552	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	JUREMA	220553	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	LAGOINHA DO PIAUÍ	220554	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	LAGOA ALEGRE	220555	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	220556	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	LAGOA DE SÃO FRANCISCO	220557	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	LAGOA DO PIAUÍ	220558	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	LAGOA DO SÍTIO	220559	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	LANDRI SALES	220560	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	LUÍS CORREIA	220570	R$ 16.676,00	R$ 7.961,91	R$ 24.637,91
PI	LUZILÂNDIA	220580	R$ 14.676,00	R$ 8.849,94	R$ 23.525,94
PI	MADEIRO	220585	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PI	MANOEL EMÍDIO	220590	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	MARCOLÂNDIA	220595	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PI	MARCOS PARENTE	220600	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	MASSAPÊ DO PIAUÍ	220605	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	MATIAS OLÍMPIO	220610	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PI	MIGUEL ALVES	220620	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
PI	MIGUEL LEÃO	220630	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
PI	MILTON BRANDÃO	220635	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	MONSENHOR GIL	220640	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	MONSENHOR HIPÓLITO	220650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	220660	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PI	MORRO CABEÇA NO TEMPO	220665	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	220667	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	MURICI DOS PORTELAS	220669	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
PI	NAZARÉ DO PIAUÍ	220670	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	NAZÁRIA	220672	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	220675	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	220680	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	220690	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	NOVO SANTO ANTÔNIO	220695	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	OEIRAS	220700	R$ 17.676,00	R$ 7.536,87	R$ 25.212,87
PI	OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ	220710	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	PADRE MARCOS	220720	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	PAES LANDIM	220730	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	PAJEÚ DO PIAUÍ	220735	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	PALMEIRA DO PIAUÍ	220740	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	PALMEIRAIS	220750	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PI	PAQUETÁ	220755	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	PARNAGUÁ	220760	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	PARNAÍBA	220770	R$ 31.676,00	R$ 15.838,00	R$ 47.514,00
PI	PATOS DO PIAUÍ	220777	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	PAU D'ARCO DO PIAUÍ	220779	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00

PI	PAULISTANA	220780	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	PAVUSSU	220785	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	PEDRO II	220790	R$ 16.676,00	R$ 9.629,18	R$ 26.305,18
PI	PEDRO LAURENTINO	220793	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	NOVA SANTA RITA	220795	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	PICOS	220800	R$ 27.676,00	R$ 15.850,45	R$ 43.526,45
PI	PIMENTEIRAS	220810	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PI	PIO IX	220820	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PI	PIRACURUCA	220830	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
PI	PIRIPIRI	220840	R$ 23.676,00	R$ 11.643,06	R$ 35.319,06
PI	PORTO	220850	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PI	PRATA DO PIAUÍ	220860	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	QUEIMADA NOVA	220865	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	REDENÇÃO DO GURGUÉIA	220870	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	REGENERAÇÃO	220880	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PI	RIACHO FRIO	220885	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	RIBEIRA DO PIAUÍ	220887	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	RIBEIRO GONÇALVES	220890	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	RIO GRANDE DO PIAUÍ	220900	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PI	SANTA CRUZ DO PIAUÍ	220910	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	220915	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	SANTA FILOMENA	220920	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SANTA LUZ	220930	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PI	SANTANA DO PIAUÍ	220935	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SANTA ROSA DO PIAUÍ	220937	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	220940	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	220950	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	220955	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	220960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	220965	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ	220970	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	220975	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	220980	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PI	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	220985	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	220987	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SÃO JOÃO DA SERRA	220990	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PI	SÃO JOÃO DA VARJOTA	220995	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	220997	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	221000	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PI	SÃO JOSÉ DO DIVINO	221005	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SÃO JOSÉ DO PEIXE	221010	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	221020	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PI	SÃO JULIÃO	221030	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	221035	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SÃO LUIS DO PIAUÍ	221037	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	221038	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	221039	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	221040	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
PI	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	221050	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	SÃO RAIMUNDO NONATO	221060	R$ 12.676,00	R$ 8.192,14	R$ 20.868,14
PI	SEBASTIÃO BARROS	221062	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	SEBASTIÃO LEAL	221063	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	SIGEFREDO PACHECO	221065	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	SIMÕES	221070	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PI	SIMPLÍCIO MENDES	221080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PI	SOCORRO DO PIAUÍ	221090	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PI	SUSSUAPARA	221093	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PI	TAMBORIL DO PIAUÍ	221095	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PI	TANQUE DO PIAUÍ	221097	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	TERESINA	221100	R$ 103.676,00	R$ 105.000,00	R$ 208.676,00
PI	UNIÃO	221110	R$ 13.676,00	R$ 7.000,00	R$ 20.676,00
PI	URUÇUÍ	221120	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PI	VALENÇA DO PIAUÍ	221130	R$ 13.676,00	R$ 3.500,00	R$ 17.176,00
PI	VÁRZEA BRANCA	221135	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PI	VÁRZEA GRANDE	221140	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PI	VERA MENDES	221150	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PI	VILA NOVA DO PIAUÍ	221160	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	ABATIÁ	410010	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	ADRIANÓPOLIS	410020	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	AGUDOS DO SUL	410030	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	410040	R$ -	R$ 8.338,00	R$ 8.338,00
PR	ALTAMIRA DO PARANÁ	410045	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	ALTO PARANÁ	410060	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	ALTO PIQUIRI	410070	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	ALVORADA DO SUL	410080	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	AMAPORÃ	410090	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	AMPÉRE	410100	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	ANAHY	410105	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	ANDIRÁ	410110	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	ÂNGULO	410115	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	ANTÔNIO OLINTO	410130	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	APUCARANA	410140	R$ 34.676,00	R$ 7.276,91	R$ 41.952,91
PR	ARAPONGAS	410150	R$ 29.676,00	R$ 11.915,04	R$ 41.591,04
PR	ARAPOTI	410160	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	ARARUNA	410170	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00

PR	ARIRANHA DO IVAÍ	410185	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	ASSAÍ	410190	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	410200	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	ATALAIA	410220	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	BALSA NOVA	410230	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	BARRACÃO	410260	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	BARRA DO JACARÉ	410270	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	BELA VISTA DA CAROBA	410275	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	410280	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	BITURUNA	410290	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PR	BOA ESPERANÇA	410300	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	410304	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	410305	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	BOM JESUS DO SUL	410315	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	BOM SUCESSO	410320	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	BOM SUCESSO DO SUL	410322	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	BORRAZÓPOLIS	410330	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	BRAGANEY	410335	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	BRASILÂNDIA DO SUL	410337	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	CAFEARA	410340	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	CAFELÂNDIA	410345	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PR	CAFEZAL DO SUL	410347	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	CALIFÓRNIA	410350	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	CAMBARÁ	410360	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PR	CAMBÉ	410370	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	CAMBIRA	410380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	CAMPINA DA LAGOA	410390	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	CAMPINA DO SIMÃO	410395	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	410400	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PR	CAMPO BONITO	410405	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	CAMPO DO TENENTE	410410	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	CAMPO LARGO	410420	R$ 23.676,00	R$ -	R$ 23.676,00
PR	CAMPO MAGRO	410425	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	CAMPO MOURÃO	410430	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	CÂNDIDO DE ABREU	410440	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	CANTAGALO	410445	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	CAPANEMA	410450	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	CARAMBEÍ	410465	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	CASCAVEL	410480	R$ 50.676,00	R$ 38.007,00	R$ 88.683,00
PR	CASTRO	410490	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	CERRO AZUL	410520	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	CÉU AZUL	410530	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	CHOPINZINHO	410540	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PR	CIANORTE	410550	R$ 21.676,00	R$ 8.752,54	R$ 30.428,54
PR	CIDADE GAÚCHA	410560	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	CLEVELÂNDIA	410570	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	COLOMBO	410580	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	COLORADO	410590	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	410610	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	CONTENDA	410620	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	CORBÉLIA	410630	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	410640	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	410645	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	CORONEL VIVIDA	410650	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	410657	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	CRUZEIRO DO OESTE	410660	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	CRUZEIRO DO SUL	410670	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	CRUZ MACHADO	410680	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	CRUZMALTINA	410685	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	CURITIBA	410690	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
PR	CURIÚVA	410700	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	DIAMANTE D'OESTE	410715	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	DOIS VIZINHOS	410720	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
PR	DOURADINA	410725	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	ENÉAS MARQUES	410740	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	ENGENHEIRO BELTRÃO	410750	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	410753	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	410754	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	FAROL	410755	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	FAXINAL	410760	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	FAZENDA RIO GRANDE	410765	R$ 20.676,00	R$ -	R$ 20.676,00
PR	FÊNIX	410770	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	FERNANDES PINHEIRO	410773	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	FIGUEIRA	410775	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	FLORAÍ	410780	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	410785	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	FLORESTA	410790	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	FLORESTÓPOLIS	410800	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	R$ 15.676,00	R$ 15.676,00	R$ 31.352,00
PR	FRANCISCO BELTRÃO	410840	R$ 11.676,00	R$ 11.605,11	R$ 23.281,11
PR	FOZ DO JORDÃO	410845	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	GENERAL CARNEIRO	410850	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	GODOY MOREIRA	410855	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	GOIOERÊ	410860	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	GOIOXIM	410865	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	GRANDES RIOS	410870	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	GUAÍRA	410880	R$ 9.676,00	R$ 4.326,30	R$ 14.002,30
PR	GUAMIRANGA	410895	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	GUAPOREMA	410910	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	GUARACI	410920	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	GUARANIAÇU	410930	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	GUARAQUEÇABA	410950	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	HONÓRIO SERPA	410965	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	IBAITI	410970	R$ 9.676,00	R$ 3.648,26	R$ 13.324,26
PR	IBEMA	410975	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	IBIPORÃ	410980	R$ 18.676,00	R$ 10.660,16	R$ 29.336,16
PR	ICARAÍMA	410990	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	IGUATU	411005	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	INÁCIO MARTINS	411020	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PR	INDIANÓPOLIS	411040	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	IPIRANGA	411050	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PR	IPORÃ	411060	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
PR	IRACEMA DO OESTE	411065	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
PR	IRATI	411070	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	IRETAMA	411080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	ITAIPULÂNDIA	411095	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00

PR	ITAMBARACÁ	411100	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	ITAPEJARA D'OESTE	411120	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	IVAÍ	411140	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	IVAIPORÃ	411150	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	IVATÉ	411155	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	IVATUBA	411160	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	JABOTI	411170	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	JACAREZINHO	411180	R$ 12.676,00	R$ 4.206,13	R$ 16.882,13
PR	JAGUARIAÍVA	411200	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	JANDAIA DO SUL	411210	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	JANIÓPOLIS	411220	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	JAPIRA	411230	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	JAPURÁ	411240	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	JARDIM ALEGRE	411250	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	JATAIZINHO	411270	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	JOAQUIM TÁVORA	411280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	JUNDIAÍ DO SUL	411290	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	JURANDA	411295	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	JUSSARA	411300	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
PR	KALORÉ	411310	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	LAPA	411320	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	LARANJAL	411325	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	LARANJEIRAS DO SUL	411330	R$ 10.676,00	R$ 9.161,13	R$ 19.837,13
PR	LEÓPOLIS	411340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	LOBATO	411360	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	LONDRINA	411370	R$ 17.676,00	R$ 17.676,00	R$ 35.352,00
PR	LUIZIANA	411373	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	LUNARDELLI	411375	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	LUPIONÓPOLIS	411380	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	MALLET	411390	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	MAMBORÊ	411400	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	MANDAGUARI	411420	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
PR	MANDIRITUBA	411430	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	MANFRINÓPOLIS	411435	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	MANGUEIRINHA	411440	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
PR	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	411460	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	MARIA HELENA	411470	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
PR	MARIALVA	411480	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
PR	MARILÂNDIA DO SUL	411490	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	MARILENA	411500	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	MARINGÁ	411520	R$ 79.676,00	R$ 38.000,00	R$ 117.676,00
PR	MARIPÁ	411535	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
PR	MARMELEIRO	411540	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	MARUMBI	411550	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	MATELÂNDIA	411560	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	MATO RICO	411573	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	MAUÁ DA SERRA	411575	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	MEDIANEIRA	411580	R$ 12.676,00	R$ 6.338,00	R$ 19.014,00
PR	MERCEDES	411585	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	MIRADOR	411590	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	MISSAL	411605	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	MOREIRA SALES	411610	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	MORRETES	411620	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	411650	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	NOVA AURORA	411670	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	NOVA CANTU	411680	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	NOVA ESPERANÇA	411690	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	411695	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
PR	NOVA FÁTIMA	411700	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	NOVA OLÍMPIA	411720	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	NOVA SANTA BÁRBARA	411721	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	NOVA SANTA ROSA	411722	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	NOVA PRATA DO IGUAÇU	411725	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	NOVA TEBAS	411727	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	NOVO ITACOLOMI	411729	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	OURO VERDE DO OESTE	411745	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	PALMAS	411760	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	PALMEIRA	411770	R$ 10.676,00	R$ 3.521,76	R$ 14.197,76
PR	PALMITAL	411780	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	PALOTINA	411790	R$ 11.676,00	R$ 4.362,99	R$ 16.038,99
PR	PARAÍSO DO NORTE	411800	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	PARANAGUÁ	411820	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
PR	PARANAPOEMA	411830	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	PARANAVAÍ	411840	R$ 14.676,00	R$ 14.676,00	R$ 29.352,00
PR	PATO BRAGADO	411845	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	PATO BRANCO	411850	R$ 10.676,00	R$ 10.676,00	R$ 21.352,00
PR	PAULA FREITAS	411860	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	PAULO FRONTIN	411870	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	PEABIRU	411880	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	PEROBAL	411885	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	PÉROLA D'OESTE	411900	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	PIÊN	411910	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	PINHAIS	411915	R$ 11.676,00	R$ 10.648,77	R$ 22.324,77
PR	PINHALÃO	411920	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	PINHAL DE SÃO BENTO	411925	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	PINHÃO	411930	R$ 10.676,00	R$ 5.770,30	R$ 16.446,30
PR	PIRAÍ DO SUL	411940	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	PIRAQUARA	411950	R$ 33.676,00	R$ -	R$ 33.676,00
PR	PITANGA	411960	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
PR	PLANALTINA DO PARANÁ	411970	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	PLANALTO	411980	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	PONTA GROSSA	411990	R$ 33.676,00	R$ 33.676,00	R$ 67.352,00
PR	PORECATU	412000	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	PORTO AMAZONAS	412010	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	PORTO VITÓRIA	412030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	PRANCHITA	412035	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	PRUDENTÓPOLIS	412060	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	QUARTO CENTENÁRIO	412065	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	QUATIGUÁ	412070	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	QUATRO BARRAS	412080	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
PR	QUATRO PONTES	412085	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	412090	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	QUERÊNCIA DO NORTE	412100	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	QUINTA DO SOL	412110	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	QUITANDINHA	412120	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	RAMILÂNDIA	412125	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00

PR	RANCHO ALEGRE	412130	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	412135	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	REALEZA	412140	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	REBOUÇAS	412150	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	RENASCENÇA	412160	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
PR	RESERVA DO IGUAÇU	412175	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	RIBEIRÃO CLARO	412180	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	RIBEIRÃO DO PINHAL	412190	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	RIO AZUL	412200	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	RIO BOM	412210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	RIO BONITO DO IGUAÇU	412215	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	RIO BRANCO DO IVAÍ	412217	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	RIO NEGRO	412230	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PR	ROLÂNDIA	412240	R$ 13.676,00	R$ 10.257,00	R$ 23.933,00
PR	RONCADOR	412250	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	RONDON	412260	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	ROSÁRIO DO IVAÍ	412265	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	SABÁUDIA	412270	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	SALGADO FILHO	412280	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
PR	SALTO DO ITARARÉ	412290	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
PR	SANTA AMÉLIA	412310	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	412320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	SANTA FÉ	412340	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	SANTA HELENA	412350	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
PR	SANTA INÊS	412360	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	412380	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	SANTA LÚCIA	412382	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SANTA MARIANA	412390	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SANTA MÔNICA	412395	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	SANTANA DO ITARARÉ	412400	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	412402	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	412405	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
PR	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	412410	R$ 16.676,00	R$ 5.491,37	R$ 22.167,37
PR	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	412440	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
PR	SANTO INÁCIO	412450	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	SÃO CARLOS DO IVAÍ	412460	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	412500	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
PR	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	412510	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	SÃO JORGE D'OESTE	412520	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	412535	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	412540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	412550	R$ 19.676,00	R$ -	R$ 19.676,00
PR	SÃO MANOEL DO PARANÁ	412555	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SÃO MATEUS DO SUL	412560	R$ 12.676,00	R$ 9.960,61	R$ 22.636,61
PR	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	412570	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
PR	SÃO PEDRO DO IVAÍ	412580	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SÃO PEDRO DO PARANÁ	412590	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
PR	SÃO TOMÉ	412610	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SAPOPEMA	412620	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	SAUDADE DO IGUAÇU	412627	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	SENGÉS	412630	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	SERTANÓPOLIS	412650	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
PR	SIQUEIRA CAMPOS	412660	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
PR	SULINA	412665	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	TAMARANA	412667	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	TAPEJARA	412680	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	TAPIRA	412690	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	TEIXEIRA SOARES	412700	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
PR	TELÊMACO BORBA	412710	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
PR	TERRA BOA	412720	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
PR	TERRA RICA	412730	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
PR	TERRA ROXA	412740	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
PR	TIJUCAS DO SUL	412760	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
PR	TOLEDO	412770	R$ 27.676,00	R$ 27.676,00	R$ 55.352,00
PR	TOMAZINA	412780	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	412785	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	TUNEIRAS DO OESTE	412790	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	TUPÃSSI	412795	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	TURVO	412796	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
PR	UBIRATÃ	412800	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
PR	UMUARAMA	412810	R$ -	R$ 11.225,61	R$ 11.225,61
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	412820	R$ 9.676,00	R$ 7.362,30	R$ 17.038,30
PR	UNIFLOR	412830	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
PR	URAÍ	412840	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
PR	WENCESLAU BRAZ	412850	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
PR	VERA CRUZ DO OESTE	412855	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
PR	ALTO PARAÍSO	412862	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
PR	VIRMOND	412865	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
PR	VITORINO	412870	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
PR	XAMBRÊ	412880	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	R$ 26.676,00	R$ 15.899,15	R$ 42.575,15
RJ	APERIBÉ	330015	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
RJ	ARARUAMA	330020	R$ -	R$ 14.804,30	R$ 14.804,30
RJ	AREAL	330022	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	330023	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RJ	ARRAIAL DO CABO	330025	R$ -	R$ 2.193,51	R$ 2.193,51

RJ	BARRA DO PIRAÍ	330030	R$ 11.676,00	R$ 8.174,43	R$ 19.850,43
RJ	BARRA MANSA	330040	R$ 22.676,00	R$ 22.676,00	R$ 45.352,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	R$ 64.676,00	R$ 49.643,66	R$ 114.319,66
RJ	BOM JARDIM	330050	R$ 10.676,00	R$ 1.750,00	R$ 12.426,00
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	330060	R$ 11.676,00	R$ 7.901,19	R$ 19.577,19
RJ	CABO FRIO	330070	R$ 23.676,00	R$ 11.838,00	R$ 35.514,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	R$ 14.676,00	R$ 5.517,93	R$ 20.193,93
RJ	CAMBUCI	330090	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RJ	CARAPEBUS	330093	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	330095	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	330100	R$ 39.676,00	R$ 39.676,00	R$ 79.352,00
RJ	CANTAGALO	330110	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RJ	CARDOSO MOREIRA	330115	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RJ	CARMO	330120	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RJ	CASIMIRO DE ABREU	330130	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	CONCEIÇÃO DE MACABU	330140	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	CORDEIRO	330150	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	DUAS BARRAS	330160	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	R$ 47.676,00	R$ 35.757,00	R$ 83.433,00
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	330180	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RJ	GUAPIMIRIM	330185	R$ 17.676,00	R$ 6.394,58	R$ 24.070,58
RJ	IGUABA GRANDE	330187	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RJ	ITABORAÍ	330190	R$ 45.676,00	R$ 33.475,70	R$ 79.151,70
RJ	ITAGUAÍ	330200	R$ 14.676,00	R$ 12.295,80	R$ 26.971,80
RJ	ITALVA	330205	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RJ	ITAOCARA	330210	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
RJ	ITAPERUNA	330220	R$ 18.676,00	R$ 11.088,99	R$ 29.764,99
RJ	ITATIAIA	330225	R$ 12.676,00	R$ 4.344,01	R$ 17.020,01
RJ	JAPERI	330227	R$ -	R$ 10.699,37	R$ 10.699,37
RJ	LAJE DO MURIAÉ	330230	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RJ	MACAÉ	330240	R$ 12.676,00	R$ 9.158,60	R$ 21.834,60
RJ	MACUCO	330245	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RJ	MAGÉ	330250	R$ 28.676,00	R$ 28.676,00	R$ 57.352,00
RJ	MANGARATIBA	330260	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
RJ	MARICÁ	330270	R$ -	R$ 13.338,00	R$ 13.338,00
RJ	MENDES	330280	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RJ	MESQUITA	330285	R$ 17.676,00	R$ 13.257,00	R$ 30.933,00
RJ	MIGUEL PEREIRA	330290	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RJ	MIRACEMA	330300	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	NATIVIDADE	330310	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RJ	NILÓPOLIS	330320	R$ 19.676,00	R$ 8.970,12	R$ 28.646,12
RJ	NITERÓI	330330	R$ 24.676,00	R$ 22.972,40	R$ 47.648,40
RJ	NOVA FRIBURGO	330340	R$ 13.676,00	R$ 9.834,74	R$ 23.510,74
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	R$ 86.676,00	R$ 43.300,00	R$ 129.976,00
RJ	PARACAMBI	330360	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	R$ 15.676,00	R$ 6.001,16	R$ 21.677,16
RJ	PARATY	330380	R$ 14.676,00	R$ 4.960,07	R$ 19.636,07
RJ	PATY DO ALFERES	330385	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	R$ 20.676,00	R$ 18.076,85	R$ 38.752,85
RJ	PINHEIRAL	330395	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
RJ	PIRAÍ	330400	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
RJ	PORCIÚNCULA	330410	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RJ	PORTO REAL	330411	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RJ	QUATIS	330412	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	QUEIMADOS	330414	R$ 12.676,00	R$ 9.115,59	R$ 21.791,59
RJ	QUISSAMÃ	330415	R$ -	R$ 7.121,95	R$ 7.121,95
RJ	RESENDE	330420	R$ 21.676,00	R$ 21.676,00	R$ 43.352,00
RJ	RIO BONITO	330430	R$ 13.676,00	R$ 6.158,02	R$ 19.834,02
RJ	RIO CLARO	330440	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	RIO DAS FLORES	330450	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RJ	RIO DAS OSTRAS	330452	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	R$ 690.676,00	R$ 245.000,00	R$ 935.676,00
RJ	SANTA MARIA MADALENA	330460	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	330470	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	330475	R$ 18.676,00	R$ 7.329,41	R$ 26.005,41
RJ	SÃO FIDÉLIS	330480	R$ 13.676,00	R$ 3.764,64	R$ 17.440,64
RJ	SÃO GONÇALO	330490	R$ 60.676,00	R$ 30.250,00	R$ 90.926,00
RJ	SÃO JOÃO DA BARRA	330500	R$ 12.676,00	R$ 8.223,77	R$ 20.899,77
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	330510	R$ 40.676,00	R$ 20.338,00	R$ 61.014,00
RJ	SÃO JOSÉ DE UBÁ	330513	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RJ	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	330515	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	SÃO PEDRO DA ALDEIA	330520	R$ 24.676,00	R$ 11.063,69	R$ 35.739,69
RJ	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	330530	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RJ	SAPUCAIA	330540	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RJ	SAQUAREMA	330550	R$ 20.676,00	R$ 5.165,63	R$ 25.841,63
RJ	SEROPÉDICA	330555	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
RJ	SILVA JARDIM	330560	R$ 11.676,00	R$ 5.512,24	R$ 17.188,24
RJ	SUMIDOURO	330570	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RJ	TANGUÁ	330575	R$ -	R$ 4.080,89	R$ 4.080,89
RJ	TERESÓPOLIS	330580	R$ 14.676,00	R$ 9.522,92	R$ 24.198,92
RJ	TRAJANO DE MORAES	330590	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RJ	TRÊS RIOS	330600	R$ 17.676,00	R$ 13.257,00	R$ 30.933,00
RJ	VALENÇA	330610	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
RJ	VARRE-SAI	330615	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RJ	VASSOURAS	330620	R$ 12.676,00	R$ 7.296,52	R$ 19.972,52
RJ	VOLTA REDONDA	330630	R$ 36.676,00	R$ 18.338,00	R$ 55.014,00
RN	ACARI	240010	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	AÇU	240020	R$ 17.676,00	R$ 12.822,04	R$ 30.498,04
RN	AFONSO BEZERRA	240030	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	ÁGUA NOVA	240040	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	ALEXANDRIA	240050	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RN	ALMINO AFONSO	240060	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RN	ALTO DO RODRIGUES	240070	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	ANGICOS	240080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	ANTÔNIO MARTINS	240090	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RN	APODI	240100	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
RN	AREIA BRANCA	240110	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
RN	ARÊS	240120	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	AUGUSTO SEVERO	240130	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	BAÍA FORMOSA	240140	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RN	BARAÚNA	240145	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	BARCELONA	240150	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	BENTO FERNANDES	240160	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	BODÓ	240165	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	BOM JESUS	240170	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	BREJINHO	240180	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00

RN	CAIÇARA DO NORTE	240185	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	CAIÇARA DO RIO DO VENTO	240190	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	CAICÓ	240200	R$ 17.676,00	R$ 7.785,44	R$ 25.461,44
RN	CAMPO REDONDO	240210	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RN	CANGUARETAMA	240220	R$ 16.676,00	R$ 8.212,38	R$ 24.888,38
RN	CARAÚBAS	240230	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
RN	CARNAÚBA DOS DANTAS	240240	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	CARNAUBAIS	240250	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	CEARÁ-MIRIM	240260	R$ 17.676,00	R$ 10.975,14	R$ 28.651,14
RN	CERRO CORÁ	240270	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	CORONEL EZEQUIEL	240280	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	CORONEL JOÃO PESSOA	240290	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	CRUZETA	240300	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	CURRAIS NOVOS	240310	R$ 15.676,00	R$ 6.614,69	R$ 22.290,69
RN	DOUTOR SEVERIANO	240320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	PARNAMIRIM	240325	R$ 27.676,00	R$ 12.307,19	R$ 39.983,19
RN	ENCANTO	240330	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RN	EQUADOR	240340	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	ESPÍRITO SANTO	240350	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RN	EXTREMOZ	240360	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	FELIPE GUERRA	240370	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RN	FERNANDO PEDROZA	240375	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	FLORÂNIA	240380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	FRANCISCO DANTAS	240390	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RN	FRUTUOSO GOMES	240400	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	GALINHOS	240410	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	GOIANINHA	240420	R$ 15.676,00	R$ 7.990,37	R$ 23.666,37
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	240430	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	GROSSOS	240440	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	GUAMARÉ	240450	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
RN	IELMO MARINHO	240460	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	IPANGUAÇU	240470	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	IPUEIRA	240480	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RN	ITAJÁ	240485	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	ITAÚ	240490	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	JAÇANÃ	240500	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	JANDAÍRA	240510	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RN	JANDUÍS	240520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	JANUÁRIO CICCO	240530	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	JAPI	240540	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	JARDIM DE PIRANHAS	240560	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	JARDIM DO SERIDÓ	240570	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	JOÃO CÂMARA	240580	R$ 15.676,00	R$ 8.176,96	R$ 23.852,96
RN	JOÃO DIAS	240590	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RN	JOSÉ DA PENHA	240600	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	JUCURUTU	240610	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RN	JUNDIÁ	240615	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	LAGOA D'ANTA	240620	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	LAGOA DE PEDRAS	240630	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	LAGOA DE VELHOS	240640	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	LAGOA NOVA	240650	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RN	LAGOA SALGADA	240660	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RN	LAJES	240670	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RN	LAJES PINTADAS	240680	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RN	LUCRÉCIA	240690	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	LUÍS GOMES	240700	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	MACAÍBA	240710	R$ 17.676,00	R$ 8.079,56	R$ 25.755,56
RN	MACAU	240720	R$ 12.676,00	R$ 5.498,96	R$ 18.174,96
RN	MAJOR SALES	240725	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	MARCELINO VIEIRA	240730	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	MARTINS	240740	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	MESSIAS TARGINO	240760	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	MONTANHAS	240770	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	MONTE ALEGRE	240780	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	240790	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	MOSSORÓ	240800	R$ 42.676,00	R$ 21.338,00	R$ 64.014,00
RN	NATAL	240810	R$ 44.676,00	R$ 27.336,65	R$ 72.012,65
RN	NÍSIA FLORESTA	240820	R$ 12.676,00	R$ 9.027,04	R$ 21.703,04
RN	NOVA CRUZ	240830	R$ 15.676,00	R$ 11.013,09	R$ 26.689,09
RN	OLHO-D'ÁGUA DO BORGES	240840	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	OURO BRANCO	240850	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	PARANÁ	240860	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RN	PARAÚ	240870	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RN	PARAZINHO	240880	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RN	PARELHAS	240890	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
RN	RIO DO FOGO	240895	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	PASSA E FICA	240910	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	PASSAGEM	240920	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	PATU	240930	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	SANTA MARIA	240933	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	PAU DOS FERROS	240940	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	PEDRA GRANDE	240950	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RN	PEDRA PRETA	240960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	PEDRO AVELINO	240970	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	PEDRO VELHO	240980	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RN	PENDÊNCIAS	240990	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	PILÕES	241000	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	POÇO BRANCO	241010	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RN	PORTALEGRE	241020	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RN	PORTO DO MANGUE	241025	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	SERRA CAIADA	241030	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RN	PUREZA	241040	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RN	RAFAEL FERNANDES	241050	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	RAFAEL GODEIRO	241060	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	RIACHO DA CRUZ	241070	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	RIACHO DE SANTANA	241080	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RN	RIACHUELO	241090	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	RODOLFO FERNANDES	241100	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	TIBAU	241105	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	RUY BARBOSA	241110	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SANTA CRUZ	241120	R$ 13.676,00	R$ 9.457,14	R$ 23.133,14
RN	SANTANA DO MATOS	241140	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	SANTANA DO SERIDÓ	241142	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RN	SANTO ANTÔNIO	241150	R$ 12.676,00	R$ 3.523,03	R$ 16.199,03
RN	SÃO BENTO DO NORTE	241160	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00

RN	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	241170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	SÃO FERNANDO	241180	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SÃO FRANCISCO DO OESTE	241190	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	241200	R$ 27.676,00	R$ 11.520,36	R$ 39.196,36
RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	241210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	241220	R$ 14.676,00	R$ 10.111,78	R$ 24.787,78
RN	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	241230	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RN	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	241240	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	SÃO MIGUEL	241250	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	241255	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	SÃO PAULO DO POTENGI	241260	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
RN	SÃO PEDRO	241270	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	SÃO RAFAEL	241280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	SÃO TOMÉ	241290	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	SÃO VICENTE	241300	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SENADOR ELÓI DE SOUZA	241310	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	241320	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SERRA DE SÃO BENTO	241330	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	SERRA DO MEL	241335	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	241340	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RN	SERRINHA	241350	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	SERRINHA DOS PINTOS	241355	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	SEVERIANO MELO	241360	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	SÍTIO NOVO	241370	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RN	TABOLEIRO GRANDE	241380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	TAIPU	241390	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RN	TANGARÁ	241400	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
RN	TENENTE ANANIAS	241410	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	241415	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	TIBAU DO SUL	241420	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RN	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	241430	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RN	TOUROS	241440	R$ 15.676,00	R$ 8.041,61	R$ 23.717,61
RN	TRIUNFO POTIGUAR	241445	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	UMARIZAL	241450	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RN	UPANEMA	241460	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RN	VÁRZEA	241470	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RN	VENHA-VER	241475	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RN	VERA CRUZ	241480	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RN	VIÇOSA	241490	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RN	VILA FLOR	241500	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	110001	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
RO	ARIQUEMES	110002	R$ 23.676,00	R$ 11.838,00	R$ 35.514,00
RO	CABIXI	110003	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RO	CACOAL	110004	R$ 22.676,00	R$ 9.258,54	R$ 31.934,54
RO	CEREJEIRAS	110005	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
RO	COLORADO DO OESTE	110006	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RO	CORUMBIARA	110007	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RO	COSTA MARQUES	110008	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
RO	ESPIGÃO D'OESTE	110009	R$ 13.676,00	R$ 4.314,92	R$ 17.990,92
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	R$ 17.676,00	R$ 8.614,65	R$ 26.290,65
RO	JARU	110011	R$ 17.676,00	R$ 10.011,21	R$ 27.687,21
RO	JI-PARANÁ	110012	R$ 15.676,00	R$ 10.387,49	R$ 26.063,49
RO	MACHADINHO D'OESTE	110013	R$ 12.676,00	R$ 3.939,21	R$ 16.615,21
RO	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	110014	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
RO	OURO PRETO DO OESTE	110015	R$ 16.676,00	R$ 5.800,03	R$ 22.476,03
RO	PIMENTA BUENO	110018	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RO	PORTO VELHO	110020	R$ 47.676,00	R$ -	R$ 47.676,00
RO	PRESIDENTE MÉDICI	110025	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RO	RIO CRESPO	110026	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RO	ROLIM DE MOURA	110028	R$ 20.676,00	R$ 4.011,32	R$ 24.687,32
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	110029	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	VILHENA	110030	R$ 28.676,00	R$ 18.715,04	R$ 47.391,04
RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	110032	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
RO	NOVA MAMORÉ	110033	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RO	ALVORADA D'OESTE	110034	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	110037	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	ALTO PARAÍSO	110040	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RO	BURITIS	110045	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
RO	CACAULÂNDIA	110060	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RO	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	110070	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RO	CANDEIAS DO JAMARI	110080	R$ 13.676,00	R$ 6.679,20	R$ 20.355,20
RO	CASTANHEIRAS	110090	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RO	CHUPINGUAIA	110092	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RO	CUJUBIM	110094	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	110100	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RO	MINISTRO ANDREAZZA	110120	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RO	MIRANTE DA SERRA	110130	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	MONTE NEGRO	110140	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	NOVA UNIÃO	110143	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RO	PARECIS	110145	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	110146	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RO	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	110147	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RO	SÃO FELIPE D'OESTE	110148	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RO	TEIXEIRÓPOLIS	110155	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RO	THEOBROMA	110160	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	URUPÁ	110170	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RO	VALE DO PARAÍSO	110180	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RR	AMAJARI	140002	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RR	ALTO ALEGRE	140005	R$ 10.676,00	R$ 3.553,39	R$ 14.229,39
RR	BOA VISTA	140010	R$ 34.676,00	R$ 34.676,00	R$ 69.352,00
RR	BONFIM	140015	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RR	CARACARAÍ	140020	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RR	CAROEBE	140023	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RR	IRACEMA	140028	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RR	MUCAJAÍ	140030	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RR	NORMANDIA	140040	R$ -	R$ 6.134,62	R$ 6.134,62
RR	PACARAIMA	140045	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RR	RORAINÓPOLIS	140047	R$ 11.676,00	R$ 6.153,59	R$ 17.829,59

RR	SÃO JOÃO DA BALIZA	140050	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RR	SÃO LUIZ	140060	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RR	UIRAMUTÃ	140070	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	ACEGUÁ	430003	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	ÁGUA SANTA	430005	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	AGUDO	430010	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	AJURICABA	430020	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	ALECRIM	430030	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	ALEGRETE	430040	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RS	ALEGRIA	430045	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	ALPESTRE	430050	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	ALTO ALEGRE	430055	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	ALVORADA	430060	R$ 45.676,00	R$ 26.212,07	R$ 71.888,07
RS	AMARAL FERRADOR	430063	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	AMETISTA DO SUL	430064	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	ANTA GORDA	430070	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	ARARICÁ	430087	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	ARROIO DO MEIO	430100	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	ARROIO DO SAL	430105	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	ARROIO DO TIGRE	430120	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	ARROIO GRANDE	430130	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	ARVOREZINHA	430140	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	AUGUSTO PESTANA	430150	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	ÁUREA	430155	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	BAGÉ	430160	R$ 22.676,00	R$ 10.791,08	R$ 33.467,08
RS	BALNEÁRIO PINHAL	430163	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	BARÃO DE COTEGIPE	430170	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	BARRACÃO	430180	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	BARRA DO GUARITA	430185	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	BARRA DO QUARAÍ	430187	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	BARRA DO RIBEIRO	430190	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	BARRA DO RIO AZUL	430192	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
RS	BARRA FUNDA	430195	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	BARROS CASSAL	430200	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	430205	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	R$ 15.676,00	R$ 14.046,56	R$ 29.722,56
RS	BOA VISTA DAS MISSÕES	430215	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	BOA VISTA DO BURICÁ	430220	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	BOA VISTA DO CADEADO	430222	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	BOA VISTA DO INCRA	430223	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	BOM JESUS	430230	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	BOM PRINCÍPIO	430235	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	BOM PROGRESSO	430237	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	BOQUEIRÃO DO LEÃO	430245	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	BOSSOROCA	430250	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	BRAGA	430260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	BROCHIER	430265	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	BUTIÁ	430270	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	CAÇAPAVA DO SUL	430280	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	CACEQUI	430290	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	CACHOEIRA DO SUL	430300	R$ 15.676,00	R$ 7.630,48	R$ 23.306,48
RS	CACHOEIRINHA	430310	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
RS	CACIQUE DOBLE	430320	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	CAIBATÉ	430330	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CAIÇARA	430340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CAMARGO	430355	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	CAMBARÁ DO SUL	430360	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CAMPINA DAS MISSÕES	430370	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	CAMPINAS DO SUL	430380	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	CAMPO BOM	430390	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CANDELÁRIA	430420	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CÂNDIDO GODÓI	430430	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	CANDIOTA	430435	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	CANELA	430440	R$ 13.676,00	R$ 7.588,10	R$ 21.264,10
RS	CANGUÇU	430450	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	CANOAS	430460	R$ 47.676,00	R$ 47.676,00	R$ 95.352,00
RS	CANUDOS DO VALE	430461	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CAPÃO BONITO DO SUL	430462	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	CAPÃO DO CIPÓ	430465	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CAPÃO DO LEÃO	430466	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
RS	CAPIVARI DO SUL	430467	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	CAPELA DE SANTANA	430468	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	CAPITÃO	430469	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	CARAZINHO	430470	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RS	CARLOS GOMES	430485	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CASEIROS	430495	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	CAXIAS DO SUL	430510	R$ 38.676,00	R$ 29.007,00	R$ 67.683,00
RS	CENTENÁRIO	430511	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CERRO GRANDE	430515	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	CERRO GRANDE DO SUL	430517	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	CERRO LARGO	430520	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	CHAPADA	430530	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RS	CHARQUEADAS	430535	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
RS	CHIAPETTA	430540	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	CHUVISCA	430544	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	CIDREIRA	430545	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	COLORADO	430560	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	CONDOR	430570	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	CONSTANTINA	430580	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	COQUEIRO BAIXO	430583	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	COQUEIROS DO SUL	430585	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	CORONEL BARROS	430587	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CORONEL BICACO	430590	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	COXILHA	430597	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	CRISSIUMAL	430600	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RS	CRISTAL	430605	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	CRISTAL DO SUL	430607	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	CRUZ ALTA	430610	R$ 19.676,00	R$ 10.912,52	R$ 30.588,52
RS	CRUZALTENSE	430613	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	CRUZEIRO DO SUL	430620	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	DAVID CANABARRO	430630	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
RS	DERRUBADAS	430632	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	430635	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	430642	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	DOIS LAJEADOS	430645	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	DOM FELICIANO	430650	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00

RS	DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	430655	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	DOM PEDRITO	430660	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	DONA FRANCISCA	430670	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	430673	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	DOUTOR RICARDO	430675	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	ELDORADO DO SUL	430676	R$ 14.676,00	R$ 7.096,65	R$ 21.772,65
RS	ENCANTADO	430680	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	430690	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
RS	ENGENHO VELHO	430692	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	ENTRE-IJUÍS	430693	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	ENTRE RIOS DO SUL	430695	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	EREBANGO	430697	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	ERECHIM	430700	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
RS	ERNESTINA	430705	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	ERVAL GRANDE	430720	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	ERVAL SECO	430730	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	ESMERALDA	430740	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	ESPERANÇA DO SUL	430745	R$ 5.676,00	R$ 1.750,00	R$ 7.426,00
RS	ESPUMOSO	430750	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	ESTAÇÃO	430755	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	ESTEIO	430770	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	ESTRELA	430780	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	EUGÊNIO DE CASTRO	430783	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	FAGUNDES VARELA	430786	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	FARROUPILHA	430790	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	FAXINAL DO SOTURNO	430800	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	FAXINALZINHO	430805	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	FAZENDA VILANOVA	430807	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	FELIZ	430810	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	FLORIANO PEIXOTO	430825	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	FONTOURA XAVIER	430830	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	FORQUETINHA	430843	R$ 5.676,00	R$ 1.750,00	R$ 7.426,00
RS	FORTALEZA DOS VALOS	430845	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	FREDERICO WESTPHALEN	430850	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
RS	GARRUCHOS	430865	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	GENTIL	430885	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	GETÚLIO VARGAS	430890	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	GIRUÁ	430900	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	GRAMADO	430910	R$ 14.676,00	R$ 2.554,04	R$ 17.230,04
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	430912	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	GRAMADO XAVIER	430915	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	GRAVATAÍ	430920	R$ 15.676,00	R$ 14.089,57	R$ 29.765,57
RS	GUABIJU	430925	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	GUAÍBA	430930	R$ 12.676,00	R$ 7.000,00	R$ 19.676,00
RS	GUAPORÉ	430940	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	GUARANI DAS MISSÕES	430950	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	HARMONIA	430955	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	HERVEIRAS	430957	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	HORIZONTINA	430960	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
RS	HUMAITÁ	430970	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	IBIRAIARAS	430990	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	IBIRAPUITÃ	430995	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	IBIRUBÁ	431000	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	IJUÍ	431020	R$ 13.676,00	R$ 8.354,06	R$ 22.030,06
RS	ILÓPOLIS	431030	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	IMBÉ	431033	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
RS	IMIGRANTE	431036	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	INDEPENDÊNCIA	431040	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
RS	INHACORÁ	431041	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	IPÊ	431043	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	IPIRANGA DO SUL	431046	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	IRAÍ	431050	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	ITAARA	431053	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	ITACURUBI	431055	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	ITAPUCA	431057	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	ITAQUI	431060	R$ 14.676,00	R$ 4.360,46	R$ 19.036,46
RS	ITATI	431065	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	ITATIBA DO SUL	431070	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	IVORÁ	431075	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	JABOTICABA	431085	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	JACUIZINHO	431087	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	JACUTINGA	431090	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	JAGUARÃO	431100	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	JAGUARI	431110	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	JARI	431113	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	JÓIA	431115	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	JÚLIO DE CASTILHOS	431120	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
RS	LAGOA BONITA DO SUL	431123	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	LAGOÃO	431125	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	LAGOA DOS TRÊS CANTOS	431127	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	LAGOA VERMELHA	431130	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	LAJEADO	431140	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
RS	LAJEADO DO BUGRE	431142	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
RS	LAVRAS DO SUL	431150	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
RS	LIBERATO SALZANO	431160	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	MACHADINHO	431170	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	MAÇAMBARÁ	431171	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	MANOEL VIANA	431175	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RS	MAQUINÉ	431177	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	MARATÁ	431179	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00

RS	MARCELINO RAMOS	431190	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	MARIANO MORO	431200	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	MATA	431210	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	MATO CASTELHANO	431213	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	MATO LEITÃO	431215	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	MATO QUEIMADO	431217	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	431220	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	MINAS DO LEÃO	431225	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	MIRAGUAÍ	431230	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	MONTAURI	431235	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	431237	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	MONTENEGRO	431240	R$ 13.676,00	R$ 8.813,89	R$ 22.489,89
RS	MORMAÇO	431242	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	MORRINHOS DO SUL	431244	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	MORRO REUTER	431247	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
RS	MUÇUM	431260	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	MULITERNO	431262	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	NÃO-ME-TOQUE	431265	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	NICOLAU VERGUEIRO	431267	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	NONOAI	431270	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	NOVA ALVORADA	431275	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	NOVA ARAÇÁ	431280	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	NOVA BOA VISTA	431295	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	NOVA BRÉSCIA	431300	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	NOVA CANDELÁRIA	431301	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	NOVA ESPERANÇA DO SUL	431303	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	NOVA HARTZ	431306	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
RS	NOVA PALMA	431310	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
RS	NOVA PETRÓPOLIS	431320	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RS	NOVA PRATA	431330	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
RS	NOVA RAMADA	431333	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	NOVA SANTA RITA	431337	R$ 12.676,00	R$ 2.030,33	R$ 14.706,33
RS	NOVO CABRAIS	431339	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	R$ 14.676,00	R$ 13.310,33	R$ 27.986,33
RS	NOVO MACHADO	431342	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	NOVO TIRADENTES	431344	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	NOVO XINGU	431346	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	NOVO BARREIRO	431349	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	OSÓRIO	431350	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	PAIM FILHO	431360	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	PALMEIRA DAS MISSÕES	431370	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	PALMITINHO	431380	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
RS	PANAMBI	431390	R$ 14.676,00	R$ 5.557,15	R$ 20.233,15
RS	PANTANO GRANDE	431395	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	PARAÍ	431400	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	PARAÍSO DO SUL	431402	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	PARECI NOVO	431403	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	PAROBÉ	431405	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RS	PASSA SETE	431406	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	PASSO DO SOBRADO	431407	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	PASSO FUNDO	431410	R$ 22.676,00	R$ 13.827,08	R$ 36.503,08
RS	PAULO BENTO	431413	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	PAVERAMA	431415	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	PEDRAS ALTAS	431417	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	PEDRO OSÓRIO	431420	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	PEJUÇARA	431430	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	PELOTAS	431440	R$ 63.676,00	R$ 39.750,00	R$ 103.426,00
RS	PICADA CAFÉ	431442	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	PINHAL	431445	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	PINHAL DA SERRA	431446	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	PINHEIRINHO DO VALE	431449	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	PINHEIRO MACHADO	431450	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	PINTO BANDEIRA	431454	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	PIRAPÓ	431455	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	PLANALTO	431470	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	PONTÃO	431477	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	PONTE PRETA	431478	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	PORTO ALEGRE	431490	R$ 155.676,00	R$ 116.250,00	R$ 271.926,00
RS	PORTO LUCENA	431500	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	PORTO MAUÁ	431505	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	PORTO VERA CRUZ	431507	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	PORTO XAVIER	431510	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	POUSO NOVO	431513	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	PROGRESSO	431515	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	PROTÁSIO ALVES	431517	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	PUTINGA	431520	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	QUARAÍ	431530	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
RS	QUEVEDOS	431532	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	431535	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	REDENTORA	431540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	RELVADO	431545	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	RESTINGA SECA	431550	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	RIO DOS ÍNDIOS	431555	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	RIO GRANDE	431560	R$ 52.676,00	R$ 22.132,44	R$ 74.808,44
RS	RIO PARDO	431570	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	RIOZINHO	431575	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	ROCA SALES	431580	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	RODEIO BONITO	431590	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	ROLADOR	431595	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	RONDA ALTA	431610	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	RONDINHA	431620	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	ROQUE GONZALES	431630	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	ROSÁRIO DO SUL	431640	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	SAGRADA FAMÍLIA	431642	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SALDANHA MARINHO	431643	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	SALTO DO JACUÍ	431645	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	SALVADOR DAS MISSÕES	431647	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SALVADOR DO SUL	431650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	SANANDUVA	431660	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
RS	SANTA CECÍLIA DO SUL	431673	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SANTA CLARA DO SUL	431675	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SANTA CRUZ DO SUL	431680	R$ 28.676,00	R$ 18.956,03	R$ 47.632,03
RS	SANTA MARIA	431690	R$ 30.676,00	R$ 14.803,03	R$ 45.479,03
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	431695	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	431697	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00

RS	SANTANA DA BOA VISTA	431700	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	431710	R$ 12.676,00	R$ 8.839,82	R$ 21.515,82
RS	SANTA ROSA	431720	R$ 24.676,00	R$ 8.079,56	R$ 32.755,56
RS	SANTA TEREZA	431725	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	431730	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
RS	SANTIAGO	431740	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	SANTO ANTÔNIO DO PALMA	431755	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	431760	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RS	SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	431770	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO	431775	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SANTO AUGUSTO	431780	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SANTO CRISTO	431790	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
RS	SÃO BORJA	431800	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	SÃO DOMINGOS DO SUL	431805	R$ 5.676,00	R$ 1.750,00	R$ 7.426,00
RS	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	431810	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SÃO FRANCISCO DE PAULA	431820	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	SÃO GABRIEL	431830	R$ 13.676,00	R$ 6.546,38	R$ 20.222,38
RS	SÃO JERÔNIMO	431840	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
RS	SÃO JOÃO DA URTIGA	431842	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	SÃO JOÃO DO POLÊSINE	431843	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	431845	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO JOSÉ DO HERVAL	431846	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO JOSÉ DO INHACORÁ	431849	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO JOSÉ DO NORTE	431850	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	SÃO JOSÉ DO OURO	431860	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	431862	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SÃO LEOPOLDO	431870	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	431880	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RS	SÃO LUIZ GONZAGA	431890	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
RS	SÃO MARCOS	431900	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	SÃO MARTINHO	431910	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SÃO MARTINHO DA SERRA	431912	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	431915	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	SÃO NICOLAU	431920	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	SÃO PAULO DAS MISSÕES	431930	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	SÃO PEDRO DAS MISSÕES	431936	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SÃO PEDRO DO BUTIÁ	431937	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO PEDRO DO SUL	431940	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
RS	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	431950	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RS	SÃO SEPÉ	431960	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RS	SÃO VALENTIM	431970	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO VALENTIM DO SUL	431971	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SÃO VALÉRIO DO SUL	431973	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	SÃO VENDELINO	431975	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SAPIRANGA	431990	R$ 27.676,00	R$ 12.080,75	R$ 39.756,75
RS	SAPUCAIA DO SUL	432000	R$ 21.676,00	R$ 10.073,20	R$ 31.749,20
RS	SARANDI	432010	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
RS	SEBERI	432020	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
RS	SEDE NOVA	432023	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SEGREDO	432026	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SELBACH	432030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	SENADOR SALGADO FILHO	432032	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SENTINELA DO SUL	432035	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SERAFINA CORRÊA	432040	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	SÉRIO	432045	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	SERTÃO	432050	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	SERTÃO SANTANA	432055	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	SETE DE SETEMBRO	432057	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	432060	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	SILVEIRA MARTINS	432065	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	SINIMBU	432067	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
RS	SOBRADINHO	432070	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
RS	SOLEDADE	432080	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
RS	TABAÍ	432085	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	TAPERA	432100	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	TAPES	432110	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
RS	TAQUARA	432120	R$ -	R$ 3.080,28	R$ 3.080,28
RS	TAQUARUÇU DO SUL	432132	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	TENENTE PORTELA	432140	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
RS	TERRA DE AREIA	432143	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	TEUTÔNIA	432145	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
RS	TIO HUGO	432146	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	TIRADENTES DO SUL	432147	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	TOROPI	432149	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	TORRES	432150	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	TRAVESSEIRO	432162	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	TRÊS ARROIOS	432163	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	TRÊS CACHOEIRAS	432166	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	TRÊS COROAS	432170	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
RS	TRÊS DE MAIO	432180	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
RS	TRÊS FORQUILHAS	432183	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	TRÊS PALMEIRAS	432185	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	TRÊS PASSOS	432190	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
RS	TRINDADE DO SUL	432195	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
RS	TRIUNFO	432200	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
RS	TUCUNDUVA	432210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	TUPANCI DO SUL	432218	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	TUPANCIRETÃ	432220	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	TUPARENDI	432230	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
RS	TURUÇU	432232	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	UBIRETAMA	432234	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	UNIÃO DA SERRA	432235	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	URUGUAIANA	432240	R$ 39.676,00	R$ 15.849,19	R$ 55.525,19
RS	VACARIA	432250	R$ 16.676,00	R$ 10.421,07	R$ 27.097,07
RS	VALE VERDE	432252	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	VALE DO SOL	432253	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	VALE REAL	432254	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
RS	VANINI	432255	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
RS	VERA CRUZ	432270	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	VESPASIANO CORREA	432285	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	VIAMÃO	432300	R$ 25.676,00	R$ 12.684,16	R$ 38.360,16
RS	VICENTE DUTRA	432310	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
RS	VICTOR GRAEFF	432320	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
RS	VILA LÂNGARO	432335	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00

RS	VILA MARIA	432340	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	VISTA ALEGRE	432350	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	432360	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
RS	VISTA GAÚCHA	432370	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
RS	VITÓRIA DAS MISSÕES	432375	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
RS	WESTFALIA	432377	R$ 5.676,00	R$ 1.750,00	R$ 7.426,00
RS	XANGRI-LÁ	432380	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SC	ABDON BATISTA	420005	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	ABELARDO LUZ	420010	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SC	AGROLÂNDIA	420020	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	ÁGUA DOCE	420040	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	ÁGUAS DE CHAPECÓ	420050	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ÁGUAS FRIAS	420055	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	ÁGUAS MORNAS	420060	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ALFREDO WAGNER	420070	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	ALTO BELA VISTA	420075	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	ANCHIETA	420080	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	ANITÁPOLIS	420110	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	ANTÔNIO CARLOS	420120	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	APIÚNA	420125	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	ARABUTÃ	420127	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	ARAQUARI	420130	R$ 12.676,00	R$ 5.927,79	R$ 18.603,79
SC	ARARANGUÁ	420140	R$ 11.676,00	R$ 8.938,49	R$ 20.614,49
SC	ARMAZÉM	420150	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	ARROIO TRINTA	420160	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	ARVOREDO	420165	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	ATALANTA	420180	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	420195	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	420200	R$ 15.676,00	R$ 7.838,00	R$ 23.514,00
SC	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	420205	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	BALNEÁRIO GAIVOTA	420207	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	BANDEIRANTE	420208	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	BARRA BONITA	420209	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	BARRA VELHA	420210	R$ 9.676,00	R$ 5.667,83	R$ 15.343,83
SC	BELA VISTA DO TOLDO	420213	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	BELMONTE	420215	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	BENEDITO NOVO	420220	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	BIGUAÇU	420230	R$ 12.676,00	R$ 8.305,36	R$ 20.981,36
SC	BLUMENAU	420240	R$ 25.676,00	R$ -	R$ 25.676,00
SC	BOCAINA DO SUL	420243	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	BOMBINHAS	420245	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SC	BOM JARDIM DA SERRA	420250	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	BOM JESUS	420253	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	BOM JESUS DO OESTE	420257	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	BOM RETIRO	420260	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	BOTUVERÁ	420270	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	BRAÇO DO NORTE	420280	R$ 9.676,00	R$ 7.486,27	R$ 17.162,27
SC	BRUNÓPOLIS	420287	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	BRUSQUE	420290	R$ 20.676,00	R$ 10.338,00	R$ 31.014,00
SC	CAÇADOR	420300	R$ 14.676,00	R$ 7.011,90	R$ 21.687,90
SC	CAIBI	420310	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	CALMON	420315	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	CAMBORIÚ	420320	R$ 21.676,00	R$ 5.419,00	R$ 27.095,00
SC	CAPÃO ALTO	420325	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	CAMPO ALEGRE	420330	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	CAMPO ERÊ	420350	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	CAMPOS NOVOS	420360	R$ 13.676,00	R$ 4.714,66	R$ 18.390,66
SC	CANELINHA	420370	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	CANOINHAS	420380	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	CAPINZAL	420390	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SC	CAPIVARI DE BAIXO	420395	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	CATANDUVAS	420400	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SC	CAXAMBU DO SUL	420410	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	CELSO RAMOS	420415	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	CHAPADÃO DO LAGEADO	420419	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	CHAPECÓ	420420	R$ 22.676,00	R$ 17.745,42	R$ 40.421,42
SC	COCAL DO SUL	420425	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	CONCÓRDIA	420430	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SC	CORDILHEIRA ALTA	420435	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SC	CORONEL FREITAS	420440	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	CORONEL MARTINS	420445	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	CORUPÁ	420450	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SC	CORREIA PINTO	420455	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	CRICIÚMA	420460	R$ 28.676,00	R$ -	R$ 28.676,00
SC	CUNHA PORÃ	420470	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	CUNHATAÍ	420475	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	CURITIBANOS	420480	R$ 10.676,00	R$ 7.896,13	R$ 18.572,13
SC	DESCANSO	420490	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	420500	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	DONA EMMA	420510	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	DOUTOR PEDRINHO	420515	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	ENTRE RIOS	420517	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ERMO	420519	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	ERVAL VELHO	420520	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	FAXINAL DOS GUEDES	420530	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00

SC	FLOR DO SERTÃO	420535	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	R$ 67.676,00	R$ -	R$ 67.676,00
SC	FORMOSA DO SUL	420543	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	FORQUILHINHA	420545	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	GAROPABA	420570	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	GARUVA	420580	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
SC	GASPAR	420590	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	420600	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	GRÃO PARÁ	420610	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	GRAVATAL	420620	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	GUABIRUBA	420630	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	GUARACIABA	420640	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	GUARAMIRIM	420650	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	GUARUJÁ DO SUL	420660	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	GUATAMBÚ	420665	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	HERVAL D'OESTE	420670	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SC	IBIAM	420675	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	IBICARÉ	420680	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	IBIRAMA	420690	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	IÇARA	420700	R$ 16.676,00	R$ 6.742,45	R$ 23.418,45
SC	ILHOTA	420710	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SC	IMARUÍ	420720	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SC	IMBITUBA	420730	R$ 11.676,00	R$ 4.550,21	R$ 16.226,21
SC	IMBUIA	420740	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	INDAIAL	420750	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SC	IOMERÊ	420757	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	IPIRA	420760	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	IPORÃ DO OESTE	420765	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	IPUAÇU	420768	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	IPUMIRIM	420770	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	IRACEMINHA	420775	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	IRANI	420780	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	IRATI	420785	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	IRINEÓPOLIS	420790	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	ITÁ	420800	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ITAIÓPOLIS	420810	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SC	ITAJAÍ	420820	R$ 28.676,00	R$ 16.255,88	R$ 44.931,88
SC	ITAPEMA	420830	R$ 19.676,00	R$ 8.395,81	R$ 28.071,81
SC	ITAPIRANGA	420840	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SC	ITAPOÁ	420845	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ITUPORANGA	420850	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SC	JABORÁ	420860	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	JACINTO MACHADO	420870	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	JAGUARUNA	420880	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	JARAGUÁ DO SUL	420890	R$ 30.676,00	R$ 15.338,00	R$ 46.014,00
SC	JARDINÓPOLIS	420895	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	JOAÇABA	420900	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SC	JOINVILLE	420910	R$ 97.676,00	R$ 75.000,00	R$ 172.676,00
SC	JOSÉ BOITEUX	420915	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	JUPIÁ	420917	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	LACERDÓPOLIS	420920	R$ 5.676,00	R$ 1.750,00	R$ 7.426,00
SC	LAGES	420930	R$ 16.676,00	R$ 12.507,00	R$ 29.183,00
SC	LAGUNA	420940	R$ 13.676,00	R$ 8.948,61	R$ 22.624,61
SC	LAJEADO GRANDE	420945	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	LAURENTINO	420950	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	LAURO MULLER	420960	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	LEOBERTO LEAL	420980	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	LONTRAS	420990	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	LUIZ ALVES	421000	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	LUZERNA	421003	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	MACIEIRA	421005	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	MAFRA	421010	R$ 20.676,00	R$ 7.894,87	R$ 28.570,87
SC	MAJOR VIEIRA	421030	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	MARAVILHA	421050	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	MAREMA	421055	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	MASSARANDUBA	421060	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	MATOS COSTA	421070	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	MELEIRO	421080	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	MIRIM DOCE	421085	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SC	MODELO	421090	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	MONDAÍ	421100	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	MONTE CARLO	421105	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SC	MORRO GRANDE	421125	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	NAVEGANTES	421130	R$ 27.676,00	R$ 13.838,00	R$ 41.514,00
SC	NOVA ERECHIM	421140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	NOVA ITABERABA	421145	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	NOVA TRENTO	421150	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	NOVA VENEZA	421160	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	NOVO HORIZONTE	421165	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	ORLEANS	421170	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SC	OTACÍLIO COSTA	421175	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	OURO	421180	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	PAIAL	421187	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	PALHOÇA	421190	R$ 30.676,00	R$ -	R$ 30.676,00
SC	PALMA SOLA	421200	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	PALMEIRA	421205	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SC	PAPANDUVA	421220	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SC	PARAÍSO	421223	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	PASSO DE TORRES	421225	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	PASSOS MAIA	421227	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	PAULO LOPES	421230	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	PEDRAS GRANDES	421240	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	PENHA	421250	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	PERITIBA	421260	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	PESCARIA BRAVA	421265	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	PETROLÂNDIA	421270	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SC	BALNEÁRIO PIÇARRAS	421280	R$ 11.676,00	R$ 7.891,07	R$ 19.567,07
SC	PINHALZINHO	421290	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SC	PINHEIRO PRETO	421300	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	PIRATUBA	421310	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	PLANALTO ALEGRE	421315	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	POMERODE	421320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	PONTE ALTA	421330	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	PORTO BELO	421350	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SC	PORTO UNIÃO	421360	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
SC	POUSO REDONDO	421370	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00

SC	PRAIA GRANDE	421380	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	421390	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	PRESIDENTE GETÚLIO	421400	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SC	PRESIDENTE NEREU	421410	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	PRINCESA	421415	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	QUILOMBO	421420	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	RANCHO QUEIMADO	421430	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SC	RIO DAS ANTAS	421440	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SC	RIO DO CAMPO	421450	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	RIO DO OESTE	421460	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	RIO DOS CEDROS	421470	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	RIO DO SUL	421480	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
SC	RIO FORTUNA	421490	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	RIO NEGRINHO	421500	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SC	RODEIO	421510	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	ROMELÂNDIA	421520	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	SALETE	421530	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	SALTINHO	421535	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	SALTO VELOSO	421540	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	SANGÃO	421545	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SC	SANTA CECÍLIA	421550	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SC	SANTA HELENA	421555	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SANTA ROSA DE LIMA	421560	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SANTA ROSA DO SUL	421565	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	421568	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SANTIAGO DO SUL	421569	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	421570	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SC	SÃO BERNARDINO	421575	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SÃO BONIFÁCIO	421590	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SÃO CARLOS	421600	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	421605	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	SÃO DOMINGOS	421610	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	SÃO FRANCISCO DO SUL	421620	R$ 12.676,00	R$ 2.819,69	R$ 15.495,69
SC	SÃO JOÃO BATISTA	421630	R$ 10.676,00	R$ 3.776,03	R$ 14.452,03
SC	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	421635	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SC	SÃO JOÃO DO SUL	421640	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
SC	SÃO JOAQUIM	421650	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	SÃO JOSÉ	421660	R$ 14.676,00	R$ 11.635,47	R$ 26.311,47
SC	SÃO JOSÉ DO CEDRO	421670	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	SÃO JOSÉ DO CERRITO	421680	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SC	SÃO LOURENÇO DO OESTE	421690	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	SÃO LUDGERO	421700	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	421715	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	421720	R$ 10.676,00	R$ 4.288,35	R$ 14.964,35
SC	SAUDADES	421730	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	SCHROEDER	421740	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	SEARA	421750	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	SERRA ALTA	421755	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	SIDERÓPOLIS	421760	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	SOMBRIO	421770	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SC	SUL BRASIL	421775	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	TAIÓ	421780	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SC	TANGARÁ	421790	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	TIGRINHOS	421795	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	TIJUCAS	421800	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
SC	TIMBÉ DO SUL	421810	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	TIMBÓ	421820	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	TRÊS BARRAS	421830	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SC	TREVISO	421835	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	TREZE DE MAIO	421840	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	TROMBUDO CENTRAL	421860	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	TUBARÃO	421870	R$ 14.676,00	R$ 7.669,70	R$ 22.345,70
SC	TUNÁPOLIS	421875	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SC	TURVO	421880	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SC	UNIÃO DO OESTE	421885	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	URUBICI	421890	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SC	URUPEMA	421895	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	URUSSANGA	421900	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SC	VARGEM	421915	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SC	VARGEM BONITA	421917	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SC	VIDAL RAMOS	421920	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
SC	VIDEIRA	421930	R$ 11.676,00	R$ 4.308,59	R$ 15.984,59
SC	VITOR MEIRELES	421935	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SC	WITMARSUM	421940	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SC	XANXERÊ	421950	R$ 9.676,00	R$ 6.479,96	R$ 16.155,96
SC	XAVANTINA	421960	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SC	XAXIM	421970	R$ 10.676,00	R$ 6.483,76	R$ 17.159,76
SC	ZORTÉA	421985	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SC	BALNEÁRIO RINCÃO	422000	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
SE	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	280010	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SE	AQUIDABÃ	280020	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SE	ARACAJU	280030	R$ 39.676,00	R$ 39.676,00	R$ 79.352,00
SE	ARAUÁ	280040	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SE	AREIA BRANCA	280050	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SE	BARRA DOS COQUEIROS	280060	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SE	BOQUIM	280067	R$ 12.676,00	R$ 5.263,67	R$ 17.939,67
SE	BREJO GRANDE	280070	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
SE	CAMPO DO BRITO	280100	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SE	CANHOBA	280110	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	280120	R$ 16.676,00	R$ 10.904,30	R$ 27.580,30
SE	CAPELA	280130	R$ 12.676,00	R$ 9.398,95	R$ 22.074,95
SE	CARIRA	280140	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
SE	CARMÓPOLIS	280150	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
SE	CEDRO DE SÃO JOÃO	280160	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SE	CRISTINÁPOLIS	280170	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SE	CUMBE	280190	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SE	DIVINA PASTORA	280200	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SE	ESTÂNCIA	280210	R$ 14.676,00	R$ 8.515,98	R$ 23.191,98
SE	FEIRA NOVA	280220	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SE	FREI PAULO	280230	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SE	GARARU	280240	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SE	GENERAL MAYNARD	280250	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SE	GRACHO CARDOSO	280260	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SE	ILHA DAS FLORES	280270	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SE	INDIAROBA	280280	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
SE	ITABAIANA	280290	R$ 24.676,00	R$ 17.591,09	R$ 42.267,09

SE	ITABAIANINHA	280300	R$ 17.676,00	R$ 11.734,14	R$ 29.410,14
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	280320	R$ 13.676,00	R$ 9.664,60	R$ 23.340,60
SE	JAPARATUBA	280330	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SE	JAPOATÃ	280340	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SE	LAGARTO	280350	R$ 17.676,00	R$ 13.813,80	R$ 31.489,80
SE	LARANJEIRAS	280360	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SE	MACAMBIRA	280370	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SE	MALHADA DOS BOIS	280380	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SE	MALHADOR	280390	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SE	MARUIM	280400	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SE	MOITA BONITA	280410	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	280420	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SE	MURIBECA	280430	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SE	NEÓPOLIS	280440	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	280450	R$ 13.676,00	R$ 9.550,75	R$ 23.226,75
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	280460	R$ 13.676,00	R$ 7.253,51	R$ 20.929,51
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	280470	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	280480	R$ 34.676,00	R$ 24.798,43	R$ 59.474,43
SE	PACATUBA	280490	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
SE	PEDRA MOLE	280500	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SE	PEDRINHAS	280510	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SE	PINHÃO	280520	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SE	PIRAMBU	280530	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SE	POÇO REDONDO	280540	R$ 15.676,00	R$ 7.961,91	R$ 23.637,91
SE	POÇO VERDE	280550	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
SE	PORTO DA FOLHA	280560	R$ 11.676,00	R$ 7.000,00	R$ 18.676,00
SE	PROPRIÁ	280570	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
SE	RIACHÃO DO DANTAS	280580	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
SE	RIACHUELO	280590	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SE	RIBEIRÓPOLIS	280600	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SE	ROSÁRIO DO CATETE	280610	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SE	SALGADO	280620	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	280630	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SE	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	280640	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SE	SANTA ROSA DE LIMA	280650	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	280660	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SE	SÃO CRISTÓVÃO	280670	R$ 21.676,00	R$ 16.035,14	R$ 37.711,14
SE	SÃO DOMINGOS	280680	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SE	SÃO FRANCISCO	280690	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SE	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	280700	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SE	SIMÃO DIAS	280710	R$ 16.676,00	R$ 10.982,73	R$ 27.658,73
SE	SIRIRI	280720	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SE	TELHA	280730	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SE	TOBIAS BARRETO	280740	R$ 16.676,00	R$ -	R$ 16.676,00
SE	TOMAR DO GERU	280750	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SE	UMBAÚBA	280760	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SP	ADAMANTINA	350010	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SP	ADOLFO	350020	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	AGUAÍ	350030	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	ÁGUAS DE LINDÓIA	350050	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	350055	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	350060	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	AGUDOS	350070	R$ -	R$ 5.254,81	R$ 5.254,81
SP	ALFREDO MARCONDES	350080	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	ALTAIR	350090	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	ÁLVARES FLORENCE	350120	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	ÁLVARES MACHADO	350130	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SP	ÁLVARO DE CARVALHO	350140	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	ALVINLÂNDIA	350150	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	AMÉRICO BRASILIENSE	350170	R$ 14.676,00	R$ 8.269,31	R$ 22.945,31
SP	AMÉRICO DE CAMPOS	350180	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	AMPARO	350190	R$ 9.676,00	R$ 7.802,52	R$ 17.478,52
SP	ANGATUBA	350220	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	ANHUMAS	350240	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	APARECIDA	350250	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SP	APARECIDA D'OESTE	350260	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	APIAÍ	350270	R$ 11.676,00	R$ 3.500,00	R$ 15.176,00
SP	ARAÇATUBA	350280	R$ 18.676,00	R$ 9.338,00	R$ 28.014,00
SP	ARAPEÍ	350315	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	ARARAQUARA	350320	R$ 15.676,00	R$ 11.757,00	R$ 27.433,00
SP	ARARAS	350330	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
SP	ARCO-ÍRIS	350335	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SP	AREIAS	350350	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	AREIÓPOLIS	350360	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	ARUJÁ	350390	R$ 28.676,00	R$ -	R$ 28.676,00
SP	ASSIS	350400	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SP	ATIBAIA	350410	R$ 14.676,00	R$ 11.007,00	R$ 25.683,00
SP	AURIFLAMA	350420	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	BADY BASSITT	350460	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	BALBINOS	350470	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	BANANAL	350490	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	BARÃO DE ANTONINA	350500	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	BARBOSA	350510	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	BARIRI	350520	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	BARRA DO TURVO	350540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	BARRETOS	350550	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SP	BARRINHA	350560	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SP	BARUERI	350570	R$ 43.676,00	R$ 42.000,00	R$ 85.676,00
SP	BASTOS	350580	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	BATATAIS	350590	R$ -	R$ 2.472,44	R$ 2.472,44
SP	BAURU	350600	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	BEBEDOURO	350610	R$ 12.676,00	R$ 9.507,00	R$ 22.183,00

SP	BILAC	350640	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	BIRIGUI	350650	R$ 15.676,00	R$ 15.676,00	R$ 31.352,00
SP	BOA ESPERANÇA DO SUL	350670	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	BOITUVA	350700	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	BOM JESUS DOS PERDÕES	350710	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	BOM SUCESSO DE ITARARÉ	350715	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	BORACÉIA	350730	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SP	BOREBI	350745	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	BOTUCATU	350750	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	BRAGANÇA PAULISTA	350760	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
SP	BREJO ALEGRE	350775	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	BURI	350800	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	BURITAMA	350810	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	CABRÁLIA PAULISTA	350830	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	CABREÚVA	350840	R$ 11.676,00	R$ 6.627,97	R$ 18.303,97
SP	CAÇAPAVA	350850	R$ 17.676,00	R$ 8.479,30	R$ 26.155,30
SP	CACHOEIRA PAULISTA	350860	R$ 12.676,00	R$ 5.250,00	R$ 17.926,00
SP	CAFELÂNDIA	350880	R$ 7.676,00	R$ 1.750,00	R$ 9.426,00
SP	CAIABU	350890	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	CAIUÁ	350910	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	CAJAMAR	350920	R$ 13.676,00	R$ 12.837,22	R$ 26.513,22
SP	CAJATI	350925	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	350960	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	CAMPOS DO JORDÃO	350970	R$ 16.676,00	R$ 7.385,07	R$ 24.061,07
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	350980	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	CÂNDIDO MOTA	351000	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SP	CANITAR	351015	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	CAPÃO BONITO	351020	R$ 17.676,00	R$ -	R$ 17.676,00
SP	CAPIVARI	351040	R$ 18.676,00	R$ -	R$ 18.676,00
SP	CARAGUATATUBA	351050	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	CARAPICUÍBA	351060	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SP	CARDOSO	351070	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	CASA BRANCA	351080	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	CASTILHO	351100	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
SP	CATANDUVA	351110	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
SP	CEDRAL	351130	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	CERQUEIRA CÉSAR	351140	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
SP	CHARQUEADA	351170	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
SP	CLEMENTINA	351190	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	COLINA	351200	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	COLÔMBIA	351210	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	COROADOS	351250	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	CORONEL MACEDO	351260	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	COSMÓPOLIS	351280	R$ 19.676,00	R$ 12.347,03	R$ 32.023,03
SP	COTIA	351300	R$ 36.676,00	R$ -	R$ 36.676,00
SP	CRAVINHOS	351310	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SP	CRISTAIS PAULISTA	351320	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	CRUZEIRO	351340	R$ 16.676,00	R$ 7.234,54	R$ 23.910,54
SP	CUBATÃO	351350	R$ 13.676,00	R$ 6.750,04	R$ 20.426,04
SP	CUNHA	351360	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	DESCALVADO	351370	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	DIADEMA	351380	R$ 98.676,00	R$ 50.000,00	R$ 148.676,00
SP	DIVINOLÂNDIA	351390	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	DOBRADA	351400	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	DRACENA	351440	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	ECHAPORÃ	351470	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	ELDORADO	351480	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	EMBU-GUAÇU	351510	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	EMILIANÓPOLIS	351512	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	ESTRELA D'OESTE	351520	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	ESTRELA DO NORTE	351530	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	351535	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	FARTURA	351540	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	FERNANDÓPOLIS	351550	R$ 13.676,00	R$ 13.676,00	R$ 27.352,00
SP	FERNANDO PRESTES	351560	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	FERNÃO	351565	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	FLORA RICA	351580	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SP	FLOREAL	351590	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	FLORÍNIA	351610	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SP	FRANCISCO MORATO	351630	R$ 38.676,00	R$ -	R$ 38.676,00
SP	FRANCO DA ROCHA	351640	R$ 26.676,00	R$ 13.338,00	R$ 40.014,00
SP	GABRIEL MONTEIRO	351650	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	GÁLIA	351660	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	GARÇA	351670	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	GASTÃO VIDIGAL	351680	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	GAVIÃO PEIXOTO	351685	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	GENERAL SALGADO	351690	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	GLICÉRIO	351710	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	GUAIÇARA	351720	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	GUAIMBÊ	351730	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	GUAPIAÇU	351750	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	GUAPIARA	351760	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SP	GUARÁ	351770	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	GUARAÇAÍ	351780	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	GUARANI D'OESTE	351800	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	GUARANTÃ	351810	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	GUARATINGUETÁ	351840	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	GUARUJÁ	351870	R$ 50.676,00	R$ 50.676,00	R$ 101.352,00
SP	GUARULHOS	351880	R$ 202.676,00	R$ 101.250,00	R$ 303.926,00
SP	GUATAPARÁ	351885	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	HERCULÂNDIA	351900	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	HOLAMBRA	351905	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	IACANGA	351910	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	IARAS	351925	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	IBIRAREMA	351950	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	IBITINGA	351960	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SP	ICÉM	351980	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	IEPÊ	351990	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	IGARAPAVA	352010	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	IGUAPE	352030	R$ 12.676,00	R$ 5.474,29	R$ 18.150,29
SP	ILHABELA	352040	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SP	ILHA COMPRIDA	352042	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	ILHA SOLTEIRA	352044	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	INDAIATUBA	352050	R$ 24.676,00	R$ 16.492,00	R$ 41.168,00
SP	INDIANA	352060	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	INDIAPORÃ	352070	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00

SP	INÚBIA PAULISTA	352080	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	IPAUSSU	352090	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	IPERÓ	352100	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	IPEÚNA	352110	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	IPUÃ	352130	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SP	IRAPUÃ	352150	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	IRAPURU	352160	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	ITAÍ	352180	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	ITAJOBI	352190	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	ITAÓCA	352215	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	ITAPETININGA	352230	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	ITAPEVA	352240	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	ITAPIRA	352260	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
SP	ITAPORANGA	352280	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	ITAPURA	352300	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	ITARIRI	352330	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	ITATIBA	352340	R$ 10.676,00	R$ 5.250,00	R$ 15.926,00
SP	ITATINGA	352350	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	ITIRAPUÃ	352370	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	ITOBI	352380	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	ITUPEVA	352400	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	ITUVERAVA	352410	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	JABORANDI	352420	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	JACAREÍ	352440	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SP	JACI	352450	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	JACUPIRANGA	352460	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	JALES	352480	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	JAMBEIRO	352490	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	JARINU	352520	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	JERIQUARA	352540	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SP	JOANÓPOLIS	352550	R$ 8.676,00	R$ 1.750,00	R$ 10.426,00
SP	JOÃO RAMALHO	352560	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	352570	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	JÚLIO MESQUITA	352580	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	JUNDIAÍ	352590	R$ 18.676,00	R$ 14.007,00	R$ 32.683,00
SP	JUNQUEIRÓPOLIS	352600	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SP	JUQUIÁ	352610	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
SP	JUQUITIBA	352620	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	LAGOINHA	352630	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	LAVÍNIA	352650	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	LEME	352670	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	LENÇÓIS PAULISTA	352680	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SP	LINS	352710	R$ 14.676,00	R$ 9.075,74	R$ 23.751,74
SP	LORENA	352720	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	LOURDES	352725	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	LOUVEIRA	352730	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	LUIZIÂNIA	352770	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	LUPÉRCIO	352780	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	LUTÉCIA	352790	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	MACATUBA	352800	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
SP	MACAUBAL	352810	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	MACEDÔNIA	352820	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	MAIRIPORÃ	352850	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	MANDURI	352860	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	MARABÁ PAULISTA	352870	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	MARAPOAMA	352885	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	MARÍLIA	352900	R$ 21.676,00	R$ 10.838,00	R$ 32.514,00
SP	MARTINÓPOLIS	352920	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	MAUÁ	352940	R$ 11.676,00	R$ 11.676,00	R$ 23.352,00
SP	MENDONÇA	352950	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	MERIDIANO	352960	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	MIGUELÓPOLIS	352970	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	MINEIROS DO TIETÊ	352980	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	MIRACATU	352990	R$ 11.676,00	R$ 5.250,00	R$ 16.926,00
SP	MIRA ESTRELA	353000	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	353020	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	MIRASSOLÂNDIA	353040	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	MOCOCA	353050	R$ 21.676,00	R$ 7.610,24	R$ 29.286,24
SP	MOGI DAS CRUZES	353060	R$ 14.676,00	R$ 13.414,06	R$ 28.090,06
SP	MOGI GUAÇU	353070	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	MOGI MIRIM	353080	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SP	MOMBUCA	353090	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	MONGAGUÁ	353110	R$ 18.676,00	R$ 8.980,24	R$ 27.656,24
SP	MONTE ALTO	353130	R$ 13.676,00	R$ 9.353,41	R$ 23.029,41
SP	MONTE CASTELO	353160	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	MORRO AGUDO	353190	R$ 11.676,00	R$ 6.269,34	R$ 17.945,34
SP	MORUNGABA	353200	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SP	MOTUCA	353205	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	MURUTINGA DO SUL	353210	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	NANTES	353215	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	NARANDIBA	353220	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	NATIVIDADE DA SERRA	353230	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	NIPOÃ	353270	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	NOVA ALIANÇA	353280	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	NOVA CAMPINA	353282	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	NOVA CANAÃ PAULISTA	353284	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	NOVA EUROPA	353290	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	NOVA GRANADA	353300	R$ 9.676,00	R$ 1.750,00	R$ 11.426,00
SP	NOVA GUATAPORANGA	353310	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	NOVA INDEPENDÊNCIA	353320	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	OLÍMPIA	353390	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SP	ORINDIÚVA	353420	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	OSASCO	353440	R$ 27.676,00	R$ -	R$ 27.676,00
SP	OSCAR BRESSANE	353450	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	OSVALDO CRUZ	353460	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SP	OUROESTE	353475	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	OURO VERDE	353480	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	PACAEMBU	353490	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SP	PARAGUAÇU PAULISTA	353550	R$ 15.676,00	R$ 8.404,03	R$ 24.080,03
SP	PARAPUÃ	353600	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	PARDINHO	353610	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	PARISI	353625	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	PAULISTÂNIA	353657	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	PAULO DE FARIA	353660	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	PEDERNEIRAS	353670	R$ 10.676,00	R$ 5.338,00	R$ 16.014,00
SP	PEDRA BELA	353680	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	PEDRANÓPOLIS	353690	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SP	PEDREGULHO	353700	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SP	PEDREIRA	353710	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	PEDRO DE TOLEDO	353720	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	PENÁPOLIS	353730	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
SP	PEREIRA BARRETO	353740	R$ 10.676,00	R$ 3.500,00	R$ 14.176,00
SP	PERUÍBE	353760	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	PINDAMONHANGABA	353800	R$ 21.676,00	R$ -	R$ 21.676,00
SP	PIQUEROBI	353830	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	PIQUETE	353850	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00

SP	PIRACICABA	353870	R$ 39.676,00	R$ 29.757,00	R$ 69.433,00
SP	PIRAJU	353880	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	PIRAJUÍ	353890	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	PIRANGI	353900	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	PIRAPOZINHO	353920	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	PIRASSUNUNGA	353930	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SP	PIRATININGA	353940	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	PITANGUEIRAS	353950	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	PLANALTO	353960	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	POLONI	353990	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SP	POMPÉIA	354000	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SP	PONGAÍ	354010	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	PONTES GESTAL	354030	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	PORTO FELIZ	354060	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	PORTO FERREIRA	354070	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	POTIM	354075	R$ 9.676,00	R$ 3.500,00	R$ 13.176,00
SP	PRADÓPOLIS	354090	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	PRAIA GRANDE	354100	R$ -	R$ 17.676,00	R$ 17.676,00
SP	PRESIDENTE BERNARDES	354120	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	354130	R$ 14.676,00	R$ 2.315,58	R$ 16.991,58
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	354140	R$ 17.676,00	R$ 17.676,00	R$ 35.352,00
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	354150	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	PROMISSÃO	354160	R$ 8.676,00	R$ 3.500,00	R$ 12.176,00
SP	QUEIROZ	354180	R$ -	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
SP	QUELUZ	354190	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	QUINTANA	354200	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	RAFARD	354210	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	REGENTE FEIJÓ	354240	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	REGISTRO	354260	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	RIBEIRÃO BRANCO	354300	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	354323	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SP	RIBEIRÃO GRANDE	354325	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	RIBEIRÃO PIRES	354330	R$ 14.676,00	R$ -	R$ 14.676,00
SP	RIBEIRÃO PRETO	354340	R$ 45.676,00	R$ 45.676,00	R$ 91.352,00
SP	RINCÃO	354370	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	RIO CLARO	354390	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	RIO GRANDE DA SERRA	354410	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	RIOLÂNDIA	354420	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	ROSANA	354425	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	RUBIÁCEA	354440	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	RUBINÉIA	354450	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	SABINO	354460	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	SAGRES	354470	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SP	SALES OLIVEIRA	354490	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	SALMOURÃO	354510	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	SALTO	354520	R$ 15.676,00	R$ -	R$ 15.676,00
SP	SANDOVALINA	354550	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	SANTA ADÉLIA	354560	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	SANTA BÁRBARA D'OESTE	354580	R$ 24.676,00	R$ 12.338,00	R$ 37.014,00
SP	SANTA BRANCA	354600	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	354640	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
SP	SANTA ERNESTINA	354650	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	SANTA FÉ DO SUL	354660	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
SP	SANTA ISABEL	354680	R$ 12.676,00	R$ -	R$ 12.676,00
SP	SANTA MERCEDES	354710	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	SANTANA DE PARNAÍBA	354730	R$ 42.676,00	R$ 31.500,00	R$ 74.176,00
SP	SANTA RITA D'OESTE	354740	R$ 5.676,00	R$ 3.500,00	R$ 9.176,00
SP	SANTA SALETE	354765	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	SANTO ANDRÉ	354780	R$ 25.676,00	R$ 24.591,60	R$ 50.267,60
SP	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	354790	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	354810	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	SANTO EXPEDITO	354830	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SP	SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	354840	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	SANTOS	354850	R$ 48.676,00	R$ 24.338,00	R$ 73.014,00
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	R$ 79.676,00	R$ 60.000,00	R$ 139.676,00
SP	SÃO CAETANO DO SUL	354880	R$ 29.676,00	R$ 29.676,00	R$ 59.352,00
SP	SÃO CARLOS	354890	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SP	SÃO JOÃO DE IRACEMA	354925	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	354930	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	SÃO JOAQUIM DA BARRA	354940	R$ 10.676,00	R$ -	R$ 10.676,00
SP	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	354960	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	354970	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	354980	R$ 18.676,00	R$ 18.676,00	R$ 37.352,00
SP	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	355000	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	SÃO MANUEL	355010	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355030	R$ 695.676,00	R$ 490.000,00	R$ 1.185.676,00
SP	SÃO PEDRO	355040	R$ 13.676,00	R$ -	R$ 13.676,00
SP	SÃO PEDRO DO TURVO	355050	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	SÃO ROQUE	355060	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	SÃO SEBASTIÃO	355070	R$ 14.676,00	R$ 7.000,00	R$ 21.676,00
SP	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	355080	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	SÃO VICENTE	355100	R$ 10.676,00	R$ 10.676,00	R$ 21.352,00
SP	SARUTAIÁ	355120	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	355130	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	SERRA AZUL	355140	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	SERRA NEGRA	355160	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	SERTÃOZINHO	355170	R$ 11.676,00	R$ 7.893,60	R$ 19.569,60
SP	SETE BARRAS	355180	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
SP	SEVERÍNIA	355190	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	SILVEIRAS	355200	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	SOROCABA	355220	R$ 28.676,00	R$ -	R$ 28.676,00
SP	SUD MENNUCCI	355230	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	SUMARÉ	355240	R$ -	R$ 22.257,00	R$ 22.257,00
SP	SUZANO	355250	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
SP	SUZANÁPOLIS	355255	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	TACIBA	355290	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	TAGUAÍ	355300	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
SP	TAIAÇU	355310	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	TAIÚVA	355320	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
SP	TAMBAÚ	355330	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
SP	TANABI	355340	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	TAPIRATIBA	355360	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	TAQUARAL	355365	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	TAQUARITUBA	355380	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
SP	TAQUARIVAÍ	355385	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00

SP	TARABAI	355390	R$ 6.676,00	R$ 1.750,00	R$ 8.426,00
SP	TARUMÃ	355395	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	TAUBATÉ	355410	R$ 25.676,00	R$ 25.676,00	R$ 51.352,00
SP	TEODORO SAMPAIO	355430	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
SP	TERRA ROXA	355440	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
SP	TIMBURI	355460	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	TUPÃ	355500	R$ 8.676,00	R$ 3.671,03	R$ 12.347,03
SP	TUPI PAULISTA	355510	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
SP	TURIÚBA	355520	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	TURMALINA	355530	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
SP	UBARANA	355535	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
SP	UBIRAJARA	355550	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	UCHOA	355560	R$ 7.676,00	R$ 3.500,00	R$ 11.176,00
SP	UNIÃO PAULISTA	355570	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
SP	URU	355590	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
SP	VALPARAÍSO	355630	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
SP	VARGEM	355635	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
SP	VÁRZEA PAULISTA	355650	R$ 8.676,00	R$ 3.507,85	R$ 12.183,85
SP	VINHEDO	355670	R$ -	R$ 8.639,95	R$ 8.639,95
SP	VIRADOURO	355680	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	VOTUPORANGA	355710	R$ 14.676,00	R$ 14.676,00	R$ 29.352,00
SP	ZACARIAS	355715	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
SP	CHAVANTES	355720	R$ -	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
SP	ESTIVA GERBI	355730	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
TO	ABREULÂNDIA	170025	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	AGUIARNÓPOLIS	170030	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	ALIANÇA DO TOCANTINS	170035	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	ALMAS	170040	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	ALVORADA	170070	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	ANANÁS	170100	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
TO	ANGICO	170105	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	170110	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	ARAGOMINAS	170130	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	ARAGUAÇU	170200	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
TO	ARAGUAÍNA	170210	R$ 39.676,00	R$ 29.757,00	R$ 69.433,00
TO	ARAGUANÃ	170215	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	ARAGUATINS	170220	R$ 10.676,00	R$ 8.156,72	R$ 18.832,72
TO	ARAPOEMA	170230	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	ARRAIAS	170240	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	AUGUSTINÓPOLIS	170255	R$ 10.676,00	R$ 7.000,00	R$ 17.676,00
TO	AURORA DO TOCANTINS	170270	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	AXIXÁ DO TOCANTINS	170290	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	BABAÇULÂNDIA	170300	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	170305	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	BARRA DO OURO	170307	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	BARROLÂNDIA	170310	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	BERNARDO SAYÃO	170320	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	170330	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	170360	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
TO	BREJINHO DE NAZARÉ	170370	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	BURITI DO TOCANTINS	170380	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
TO	CACHOEIRINHA	170382	R$ -	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
TO	CAMPOS LINDOS	170384	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
TO	CARIRI DO TOCANTINS	170386	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	CARMOLÂNDIA	170388	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	CARRASCO BONITO	170389	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	CASEARA	170390	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	CENTENÁRIO	170410	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	CHAPADA DE AREIA	170460	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	170510	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	COLINAS DO TOCANTINS	170550	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
TO	COMBINADO	170555	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	COUTO MAGALHÃES	170600	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	CRISTALÂNDIA	170610	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	CRIXÁS DO TOCANTINS	170625	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	DIANÓPOLIS	170700	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
TO	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	170710	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	170720	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	DUERÉ	170730	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	ESPERANTINA	170740	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	FÁTIMA	170755	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	FIGUEIRÓPOLIS	170765	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	FILADÉLFIA	170770	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	FORTALEZA DO TABOCÃO	170825	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	GOIANORTE	170830	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	GOIATINS	170900	R$ 9.676,00	R$ 5.250,00	R$ 14.926,00
TO	GUARAÍ	170930	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
TO	GURUPI	170950	R$ 12.676,00	R$ 10.494,44	R$ 23.170,44
TO	IPUEIRAS	170980	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	ITACAJÁ	171050	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	ITAGUATINS	171070	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	ITAPIRATINS	171090	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	ITAPORÃ DO TOCANTINS	171110	R$ 5.676,00	R$ 5.250,00	R$ 10.926,00
TO	JAÚ DO TOCANTINS	171150	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	JUARINA	171180	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	LAGOA DA CONFUSÃO	171190	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	LAGOA DO TOCANTINS	171195	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	LAJEADO	171200	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
TO	LAVANDEIRA	171215	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	LIZARDA	171240	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	LUZINÓPOLIS	171245	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	171250	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	MATEIROS	171270	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	171280	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	171320	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
TO	MIRANORTE	171330	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	MONTE DO CARMO	171360	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	171370	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	171380	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	MURICILÂNDIA	171395	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	NATIVIDADE	171420	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	NAZARÉ	171430	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	NOVA OLINDA	171488	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	NOVA ROSALÂNDIA	171500	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	NOVO ACORDO	171510	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	NOVO ALEGRE	171515	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	NOVO JARDIM	171525	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	OLIVEIRA DE FÁTIMA	171550	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	PALMEIRANTE	171570	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PALMEIRÓPOLIS	171575	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	PARAÍSO DO TOCANTINS	171610	R$ 11.676,00	R$ -	R$ 11.676,00
TO	PARANÃ	171620	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	PAU D'ARCO	171630	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	PEIXE	171660	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00

TO	PEQUIZEIRO	171665	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	COLMÉIA	171670	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PIRAQUÊ	171720	R$ 6.676,00	R$ 3.500,00	R$ 10.176,00
TO	PIUM	171750	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	171780	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	171790	R$ 7.676,00	R$ -	R$ 7.676,00
TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	171800	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PORTO NACIONAL	171820	R$ 12.676,00	R$ 12.676,00	R$ 25.352,00
TO	PRAIA NORTE	171830	R$ 8.676,00	R$ 5.250,00	R$ 13.926,00
TO	PRESIDENTE KENNEDY	171840	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PUGMIL	171845	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	RECURSOLÂNDIA	171850	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	RIACHINHO	171855	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	RIO DA CONCEIÇÃO	171865	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	RIO DOS BOIS	171870	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	RIO SONO	171875	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	SAMPAIO	171880	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	SANDOLÂNDIA	171884	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	171886	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	171888	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	171889	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	171890	R$ 6.676,00	R$ 5.250,00	R$ 11.926,00
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	171900	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	172000	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
TO	SÃO BENTO DO TOCANTINS	172010	R$ 7.676,00	R$ 5.250,00	R$ 12.926,00
TO	SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	172015	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
TO	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	172020	R$ 7.676,00	R$ 7.000,00	R$ 14.676,00
TO	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	172025	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	172030	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	SÃO VALÉRIO	172049	R$ 6.676,00	R$ 7.000,00	R$ 13.676,00
TO	SILVANÓPOLIS	172065	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	172080	R$ 8.676,00	R$ 7.000,00	R$ 15.676,00
TO	SUCUPIRA	172085	R$ 5.676,00	R$ -	R$ 5.676,00
TO	TAGUATINGA	172090	R$ 9.676,00	R$ -	R$ 9.676,00
TO	TALISMÃ	172097	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	PALMAS	172100	R$ 50.676,00	R$ 38.007,00	R$ 88.683,00
TO	TOCANTÍNIA	172110	R$ 6.676,00	R$ -	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINÓPOLIS	172120	R$ 12.676,00	R$ 7.339,53	R$ 20.015,53
TO	TUPIRAMA	172125	R$ 5.676,00	R$ 7.000,00	R$ 12.676,00
TO	TUPIRATINS	172130	R$ -	R$ 5.250,00	R$ 5.250,00
TO	WANDERLÂNDIA	172208	R$ 8.676,00	R$ -	R$ 8.676,00
TO	XAMBIOÁ	172210	R$ 9.676,00	R$ 7.000,00	R$ 16.676,00
Total			R$ 51.251.248,00	R$ 32.564.448,19	R$ 83.815.696,19

PORTARIA Nº 2.162, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Suspende o repasse de recurso financeiro destinado à habilitação de Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidades de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Belford Roxo (RJ), pertencentes à Central de Regulação das Urgências (CRU) Nova Iguaçu (Baixada Fluminense).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.981/GM/MS, de 25 de agosto de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Regional de Nova Iguaçu (RJ);

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Relatório do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) nº 16.415;

Considerando o não atendimento dos requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que se enquadram no art. 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192); e

Considerando o Parecer Técnico nº 809/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.095715/2020-15, resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse de recurso financeiro destinado à habilitação da Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidades de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Belford Roxo (RJ), pertencentes à Central de Regulação das Urgências (CRU) Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), conforme descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores que constam no anexo foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Seção VII, Capítulo II, Título VIII, que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	PORTARIA HABILITAÇÃO EM CUSTEIO	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO - ANUAL R$	VALOR DO INCREMENTO DE CUSTEIO EM 2013 - ANUAL R$	VALOR DO REPASSE A SER SUSPENSO - ANUAL R$
330045	RJ	BELFORD ROXO	6989845	MUNICIPAL	USA	PORTARIA Nº 1.981/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2006	330.000,00	132.000,00	462.000,00
			6989853		USB		150.000,00	7.500,00	157.500,00
			7047177		USB		150.000,00	7.500,00	157.500,00
TOTAL R$							630.000,00	147.000,00	777.000,00

PORTARIA Nº 2.164, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Altera os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) alocados no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Estado do Amazonas e de seus municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando os arts. 1º a 16, do Anexo III, da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando Portaria nº 2.663/GM/MS, de 9 de outubro de 2019, que define os valores anuais do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), do Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, destinados às Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS para dispor sobre os Grupos de identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando a decisão da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite-CIT, de 30 de julho de 2020, que pactua pela não prorrogação do prazo para o envio da proposta referente ao PFVS do estado do Amazonas e, pelo cumprimento da pactuação tripartite vigente no que se refere ao PFVS do município de Manaus, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) alocados no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Estado do Amazonas e de seus Municípios.

Art. 2º Os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde foram distribuídos conforme destinação homologada pela respectiva Comissão Intergestores Bipartite, disposta no Anexo I a esta Portaria, ajustados os valores destinados ao Fundo Estadual de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde de Manaus, para cumprimento do per capita mínimo vigente, conforme art. 435 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Ficam definidos que os valores anuais pactuados do Piso Fixo de Vigilância em Saúde de acordo com o Anexo II a esta Portaria serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) para o Fundo Estadual e para os Fundos Municipais de Saúde.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 4º Os valores anuais do Piso Fixo de Vigilância em Saúde definidos para o Estado e Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 40.478.398,43 (quarenta milhões quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos) conforme o Anexo II a esta Portaria.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática das parcelas para os Fundos estadual e municipais de saúde correspondentes.

Art. 6º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.5023.20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao Programa de Trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

UF	Resolução CIB
AM	Resolução nº 101, *Ad Referendum*, de 21 de novembro de 2019

ANEXO II

UF	CÓD. IBGE	ENTE FEDERATIVO	PFVS ANUAL (R$)
AM	130000	SES/AM	7.509.754,12
AM	130002	Alvarães	251.364,36
AM	130006	Amaturá	97.566,84
AM	130008	Anamã	102.464,16
AM	130010	Anori	140.766,12
AM	130014	Apuí	212.891,88
AM	130020	Atalaia do Norte	158.468,52
AM	130030	Autazes	406.315,80
AM	130040	Barcelos	216.456,12
AM	130050	Barreirinha	188.621,16
AM	130060	Benjamin Constant	288.063,12
AM	130063	Beruri	113.488,44
AM	130068	Boa Vista do Ramos	128.826,48
AM	130070	Boca do Acre	204.372,48
AM	130080	Borba	446.193,96
AM	130083	Caapiranga	96.408,00
AM	130090	Canutama	92.630,20
AM	130100	Carauari	197.508,84
AM	130110	Careiro	298.070,03
AM	130115	Careiro da Várzea	256.925,04
AM	130120	Coari	858.920,40
AM	130130	Codajás	166.345,66
AM	130140	Eirunepé	208.630,24
AM	130150	Envira	135.859,20
AM	130160	Fonte Boa	178.327,80
AM	130165	Guajará	97.707,22
AM	130170	Humaitá	544.541,88
AM	130180	Ipixuna	169.228,02
AM	130185	Iranduba	670.830,24
AM	130190	Itacoatiara	795.836,38
AM	130195	Itamarati	54.996,60
AM	130200	Itapiranga	92.911,44
AM	130210	Japurá	195.818,16
AM	130220	Juruá	94.674,00
AM	130230	Jutaí	278.513,76
AM	130240	Lábrea	268.268,78
AM	130250	Manacapuru	984.827,52
AM	130255	Manaquiri	240.869,34
AM	130260	Manaus	16.978.204,08
AM	130270	Manicoré	381.314,76
AM	130280	Maraã	110.815,38
AM	130290	Maués	433.617,60
AM	130300	Nhamundá	124.993,96
AM	130310	Nova Olinda do Norte	253.923,96
AM	130320	Novo Airão	226.401,48
AM	130330	Novo Aripuanã	235.650,60
AM	130340	Parintins	793.409,04
AM	130350	Pauini	180.359,40
AM	130353	Presidente Figueiredo	578.286,60
AM	130356	Rio Preto da Eva	286.837,08
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	221.327,88
AM	130370	Santo Antônio do Içá	137.988,50
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	266.426,94
AM	130390	São Paulo de Olivença	227.521,06
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	80.257,58
AM	130400	Silves	91.635,60
AM	130406	Tabatinga	380.537,30
AM	130410	Tapauá	116.648,64
AM	130420	Tefé	445.321,20
AM	130423	Tonantins	116.660,52
AM	130426	Uarini	80.299,44
AM	130430	Urucará	153.252,48
AM	130440	Urucurituba	132.445,04
TOTAL			40.478.398,43

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 67, 14 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.107409/2019-03

MUNICÍPIO: MANAUS/AM

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h Porte III - Gebes de Melo Medeiros Filho (Proposta SISMOB N° 04365.3260001/09-032)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Centro de Saúde/Unidade Básica Porte VI.

DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.

EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 226/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

DESPACHO Nº 68, 17 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.197772/2019-02

MUNICÍPIO: GAROPABA/SC

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte I (Proposta SISMOB n° 08543.7620001/13-001)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Unidade de Pronto Atendimento, consultório isolado, farmácia, unidade de vigilância em saúde, unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência e emergência e a secretaria de saúde.

DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.

EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 192/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - TOCANTINS

ATO Nº 6, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA TOCANTINS, subordinado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 128, de 31 de janeiro de 2020, publicada no DOU-2 nº 24, em 04 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25066.000239/2017-01, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador, em desfavor da empresa NNC CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ 21.487.930/0001-91, para apurar indícios de descumprimento do Contrato nº 16/2018, decorrente da Tomada de Preços nº 18/2018, que teve seu resultado publicado no DOU - Seção 3 nº205, de 24 de outubro de 2018;

Art. 2º A autuação, instrução e demais procedimentos serão realizados em processo autônomo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e das disposições previstas no Edital 31/2018, com subsídio do Caderno de Logística - Sanções Administrativas, do Governo Federal;

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

SEBASTIÃO DE GOIS BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 17 DA AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 532ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2020, julgou os seguintes processos referentes a recursos de Índice de Desempenho de Saúde Suplementar:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.012620/2020-30	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	DIPRO	Aprovado por unanimidade o conhecimento e o não provimento do recurso interposto, mantendo inalterado o resultado da operadora no Programa de Qualificação de Operadoras - PQO, referente ao resultado obtido no ano de 2019 (ano base 2018).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 70, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Altera o art. 3º da Instrução Normativa - IN nº 20, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o estatuto do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o art. 24 da Resolução Normativa - RN nº 305, de 9 de outubro de 2012; e o art. 20, I, "a" cumulado com art. 29, I, "a", da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017, e, ainda, considerando a aprovação da Diretoria Colegiada - DICOL, em reunião realizada em 13 de agosto de 2020, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa.

Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN altera a Instrução Normativa - IN da Diretoria de Desenvolvimento Setorial nº 20, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o estatuto do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS.

Art. 2º A IN DIDES nº 20, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O órgão deliberativo do COPISS tem composição interinstitucional, e os membros efetivos e respectivos suplentes são representativos dos seguintes setores e instituições, no quantitativo previsto:

.....

IV - prestadores de serviços de saúde: 10 (dez) representantes das entidades:

.....

i) Federação Nacional dos Médicos; e

j) Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica - ABRAMED;

....." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.083, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Golimumabe
185/2015
25351.380736/2015-96 0775996/20-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. - 18.774.815/0001-93
AMG 510
33/2019
25351.852437/2018-18 2090558/20-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - 10.588.595/0010-92
Venglustat
09/2020
25351.613115/2019-28 2373218/20-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.084, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução RDC Nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução RDC Nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no Art. 17 da Resolução RDC Nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A
NOSINT 25351011937201970
2698572201 SIMILAR - Inclusão maior de equipamento

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
DORMIUM 250000190849494
1860597204 SIMILAR - Inclusão de local de fabricação de medicamento estéril
1860655205 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
1860600208 SIMILAR - Mudança maior da forma e dimensões da embalagem primária do medicamento
1924337205 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.085, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
VAC31518
68/2020
25351.723536/2020-08 2452830/20-7
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.823628/2020-89 2748480/20-7
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.064, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Medida Preventiva nº 1 do Anexo da RESOLUÇÃO-RE N° 1.830, DE 8/07/2019, PUBLICADA NO DOU Nº 131, DE 10/07/2019, SEÇÃO 1, PÁG. 64, conforme as informações constantes no ANEXO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - CNPJ: 95.433.397/0001-11
Produto - (Lote): ELETROCARDIÓGRAFO BIONET (todos os lotes); ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL 12 CANAIS BIONET (todos os lotes); MEDIDOR DE SINAIS VITAIS (todos os lotes); MONITOR DE SINAIS VITAIS BIONET (todos); MONITOR FETAL CARDIOTOCÓGRAFO FETALCARE (todos os lotes); MONITOR FETAL CARDIOTOCÓGRAFO GEMELAR (todos os lotes);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2714463/20-1
Assunto: 70358 - Revogação de Medida Preventiva
Ações de fiscalização revogadas: Suspensão - Importação
Motivação: Considerando a publicação da Resolução-RE nº 2.775 de 7/10/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.065, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Rodrigo Berlink Apolloni - CNPJ: 06148064960
Produto - (Lote): STOP RONCO (LOTES A PARTIR DE 01/10/2001);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0218485/19-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação e comercialização do produto sem registro ou cadastro na Anvisa, por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, em desacordo com os arts. 12 e 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.066, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Devintex Cosméticos LTDA - CNPJ: 01.773.518/0001-20
Produto - (Lote): GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS, MARCA SALON LINE (229815);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 2683180/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerado o resultado insatisfatório no ensaio de Teor de Álcool Etílico comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 1375.1P.0.2020, emitido pelo INCQS/FIOCRUZ e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.068, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve;

Art. 1º Revogar a Resolução - RE nº 2.217, de 1º de julho de 2020 publicada no DOU nº 125, de 2 de julho de 2020, Seção 1, pág. 60 conforme medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: O.S.S. INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 05.678.757/0002-33
Produto - (Lote): GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS MARCA ALCOOSS OSS(DA644-14);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 2701786/20-9
Assunto: 70358 - Revogação de Medida Preventiva
Ações de fiscalização revogadas: Apreensão, Proibição - Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Revogar a Resolução nº 2.217, de 1º de julho de 2020 que proibiu de fabricação, distribuição, propaganda, uso, recolhimento e apreensão do produto GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MAOS, Marca: ALCOOSS OSS, Data de Fabricação: 05/2020, Data de Validade: 05/2022, Número de lote: DA644-14, por apresentar insatisfatoriedade no ensaio de teor alcoólico, conforme Laudo de Análise nº 1553.1P.0/2020, considerando as inconsistências publicadas e acatadas no recurso tempestivo expediente n° 2184005/20-7, onde a empresa alega não ter fabricado o referido lote e que possui AFE para fabricar cosméticos.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.069, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

RAMIRO COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.557.187/0001-76
25351.725406/2020-00 / 7737114
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456017201

MARTINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.242.435/0001-90
25351.703959/2020-01 / 7736461
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388999203

BIO SANTOS FARMACIA E MANIPULAÇÃO LTDA / 057.580.995/0002-05
25351.725389/2020-01 / 7736963
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455983201

ASM COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTIVOS EIRELI / 013.912.657/0001-77
25351.713911/2020-01 / 7736720
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418950202

L M CELLA DROGARIAS LTDA / 032.584.694/0002-29
25351.725396/2020-02 / 7737193
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455997201

MENDES COSMETICOS LTDA / 036.189.783/0001-40
25351.730368/2020-07 / 7736977
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471319208
---
jonatan sena do nascimento / 034.820.876/0001-04
25351.708869/2020-07 / 7736548
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403811203

R PLUS COMERCIAL VAREJISTA LTDA / 007.322.719/0012-40
25351.713499/2020-11 / 7736596
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2417886201

EXCELENCIA 100% DROGARIA LTDA / 034.791.990/0001-45
25351.730364/2020-11 / 7737010
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471311202

DROGA SUPER EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 037.120.253/0001-09
25351.713902/2020-11 / 7736660
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418933202

GS FARMA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA / 025.404.162/0005-40
25351.708865/2020-11 / 7736517
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403804201

DROGARIA E PERFUMARIA NOTA 100 LTDA / 001.341.549/0001-02
25351.725404/2020-11 / 7737131
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456013208
---
drogaria farla ltda me / 005.634.117/0001-40
25351.708872/2020-12 / 7736579
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403817202

TACIANA FRIZON / 004.270.183/0001-16
25351.725411/2020-12 / 7737071
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456027208

DROGARIA NOVA VIDAPHARMA LTDA / 037.676.366/0001-95
25351.703957/2020-12 / 7736430
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388995201

COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LEAL EIRELI / 028.695.244/0001-55
25351.725394/2020-13 / 7736929
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455993208

DROGARIA SAO JUDAS TADEU LTDA / 035.999.471/0001-30
25351.713900/2020-13 / 7736642
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418929204
---
elisete da silva / 036.736.590/0001-62
25351.703955/2020-15 / 7736412
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388991208
---
lucas candido magalhaes lourenço - eireli / 037.196.046/0001-38

25351.712350/2020-15 / 7736582
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2416142200

FARMACIA DO TRABALHADOR DE REMIGIO COMERCIO VARJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 034.353.965/0001-80
25351.713918/2020-15 / 7736778
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418964202

DROGARIA E PERFUMARIA DONA TECLA LTDA / 036.348.592/0001-84
25351.725392/2020-16 / 7736946
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455989200

Gerondo & Previtale Drogaria Ltda. / 037.559.636/0001-88
25351.730366/2020-18 / 7736994
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471315205

GUARANI DROGARIA DRUGSTORE LTDA / 037.580.026/0001-66
25351.730362/2020-21 / 7737037
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471307204

A F COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTA / 035.216.491/0001-97
25351.708870/2020-23 / 7736551
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403813200

GEOVA S. PALHANO & CIA LTDA / 036.139.332/0002-80
25351.555445/2020-25 / 7736488
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1924061209

M DIAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 031.601.521/0001-28
25351.713916/2020-26 / 7736751
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418960200

DROGARIA CASAGRANDE LTDA / 033.357.489/0001-02
25351.703953/2020-26 / 7736397
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388987200
---
maria de souza paz frota / 007.108.960/0001-19
25351.713899/2020-27 / 7736639
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418927208

MICHELLE QUERUBINO DE FREITAS / 030.430.420/0001-79
25351.725390/2020-27 / 7736950
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455985207

MARIA EDUARDA GONÇALVES FARIAS DE AMORIM / 028.694.815/0002-18
25351.703960/2020-28 / 7736474
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2389001201

MURILO PEREIRA RIBEIRO / 035.962.124/0001-32
25351.587894/2020-32 / 7735999
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2372857204

ROCHA & BARRETOS LTDA / 017.948.434/0011-92
25351.730360/2020-32 / 7737054
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471303201

F LUIS FEITOSA E CIA LTDA / 036.472.411/0001-27
25351.725409/2020-35 / 7737099
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456022207

Farmacia Gomes Oliveira Ltda. / 035.712.950/0001-23
25351.713907/2020-35 / 7736691
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418942201

NOGUEIRA E NUNES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 037.499.468/0001-82
25351.703951/2020-37 / 7736366
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388983207
---
drogaria e perfumaria matildes drugtore eirelli / 036.507.563/0001-18
25351.725399/2020-38 / 7737162
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456003201
---
drogaria naturefarma ltda / 037.750.082/0001-00
25351.713897/2020-38 / 7736611
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418923205

RIBEIRO E KILESSE LTDA / 036.833.255/0001-82
25351.612309/2020-40 / 7736491
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2105193203

LUIZ ANDRE RODRIGUES JOSINO DA COSTA / 030.509.219/0001-81
25351.725407/2020-46 / 7737101
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456019207

Vital Farma Itapeva Ltda / 057.897.464/0011-31
25351.725397/2020-49 / 7737180
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455999207

ROBERTO SATO AMARO & CIA LTDA / 037.450.060/0001-16
25351.725395/2020-50 / 7736915
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2671481207

ALCIDES PEREIRA DA SILVA DE MORPARA / 001.650.055/0001-00
25351.603605/2020-50 / 7735985
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2227510200

DROGARIA WC LTDA / 037.144.569/0001-30
25351.708868/2020-54 / 7736534
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403809201

E. H. LOPES E SILVA EIRELI / 036.149.751/0001-11
25351.730367/2020-54 / 7736981
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471317201

DROGARIA SANTA DULCE DOS POBRES LTDA / 035.832.756/0001-81
25351.725405/2020-57 / 7737128
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456015204

VARGAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 037.354.183/0001-53
25351.713903/2020-57 / 7736673
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418935209
---
figueiredo e lopes comercio de medicamentos ltda / 037.499.390/0001-04
25351.703958/2020-59 / 7736443
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388997207
---
gilson jose de matos - me / 000.595.692/0001-68
25351.713910/2020-59 / 7736716
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418948201

ANA CAROLINA PEREIRA TOTTI EIRELI / 020.614.514/0003-06
25351.708836/2020-59 / 7736503
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403746200

LM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA / 007.729.248/0001-37
25351.725412/2020-59 / 7737068
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456029204

MULTFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 013.000.452/0052-65
25351.703956/2020-60 / 7736426
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388993204

DROGARIA ECONOMIZE MAIS LTDA / 036.752.177/0001-91
25351.713919/2020-60 / 7736781
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418966209

L.DOS REIS PAZ / 036.413.083/0002-79
25351.725410/2020-60 / 7737085
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456024203

YASMOGIL FARMACIA LTDA / 004.082.156/0001-10
25351.725393/2020-61 / 7736932
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455991201

DROGARIA POPULAR PAN LTDA / 029.464.821/0001-60
25351.730365/2020-65 / 7737006
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471313209

FARMACIA PEROLA DO VALE LTDA / 036.452.097/0001-10
25351.708866/2020-65 / 7736521
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403806207

FARMACIA ESTRELA REAL EIRELI / 035.779.844/0001-67
25351.713901/2020-68 / 7736656
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418931206

FRANCILIO HILDERBRANDO FERNANDES RODRIGUES - ME / 007.159.873/0001-90
25351.725403/2020-68 / 7737145
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456011201

DIELGUE EDER CAMILO / 034.607.195/0001-54
25351.462784/2020-69 / 7736457
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1640391206

A W GUIMARAES COMERCIO LTDA-ME / 018.510.335/0003-87
25351.713917/2020-71 / 7736764
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418962206

Farmacias J L B Brito Eireli / 035.804.791/0001-97
25351.703954/2020-71 / 7736409
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388989206

DROGARIA SAUDE & VIDA LTDA / 027.138.451/0001-46
25351.509307/2020-74 / 7735971
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2216894200

DROGARIA PRECO POPULAR DE PETROPOLIS LTDA / 034.460.643/0001-30
25351.730363/2020-76 / 7737023
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471309201

DROGARIA E PERFUMARIA EDDYS LTDA - ME / 020.365.164/0001-20
25351.708871/2020-78 / 7736565
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2403815206

Drogaria Villas Farma Eireli / 007.590.697/0001-47
25351.725401/2020-79 / 7737159
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456007203

FARMACIA FAZENDA GRANDE DO RETIRO EIRELI / 026.402.528/0001-80
25351.713908/2020-80 / 7736702
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418944208

RENATA VIEIRA DE SOUSA / 037.207.436/0001-66
25351.713915/2020-81 / 7736747
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418958208

DROGARIA SAO PAULO S.A. / 061.412.110/0972-13
25351.703952/2020-81 / 7736370
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2388985203
---
araujo e nogueira medicamentos ltda / 037.175.085/0001-59
25351.713898/2020-82 / 7736625
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418925201

REDE DE FARMACIAS RAFA EIRELI / 036.995.067/0001-50
25351.579308/2020-86 / 7736383
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2169820201

Luane de Oliveira Rocha Medicamentos / 037.367.690/0001-21
25351.730361/2020-87 / 7737041
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2471305208

MICARLA SOUZA AQUINO ALVES BEZERRA / 035.653.513/0001-86
25351.713906/2020-91 / 7736687
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418940205

SÃO PEDRO FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 036.875.472/0001-35
25351.713913/2020-92 / 7736733
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418954205

C DA SILVA FERNANDES / 009.173.858/0001-22
25351.713896/2020-93 / 7736608
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2418921209

V M LIMA FARMA / 034.290.060/0001-08
25351.725398/2020-93 / 7737176
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456001204

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.070, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

LUPERINE & ROMANELLI DROGARIA LTDA. / 057.694.234/0001-01
25351.526179/2013-02 / 0998181
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181027203

ANATALIA MACARIO DOS SANTOS ME / 015.589.831/0001-18
25351.106587/2015-03 / 7365560
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2166670209

FARMA ROCHA LTDA ME / 004.988.982/0001-22
25351.376950/2012-03 / 0858495
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2181045201

CSB DROGARIAS S/A / 042.225.938/0041-47
25351.756784/2013-06 / 7077687
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133589203

DROGARIA ROSARIO S/A / 000.447.821/0078-50
25351.701720/2011-06 / 0813199
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133591205

LS FARMACIAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS SEM MANIPULAÇÃO DE FORMULAS LTDA / 024.802.005/0001-04
25351.353242/2016-10 / 7478100
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181021204

GIM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 036.266.241/0001-24
25351.500554/2020-13 / 7726893
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2166666201

DROGARIA FORTE FAN LTDA - ME / 027.719.838/0001-96
25351.505039/2017-16 / 7542488
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181023201
25351.505039/2017-16 / 7542488
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166676208

CCA - BIOPHARMA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 035.581.431/0001-73
25351.471862/2020-16 / 7725594
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2358102206

ADIÇÃO DISTRIBUIÇÃO EXPRESS LTDA / 004.149.637/0028-15
25351.648747/2013-17 / 7018241
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133603202

BEM VIVER COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 001.833.199/0001-00
25351.021369/2014-19 / 7087007
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133601206

DROGARIA AMIGAO LTDA / 015.263.347/0001-02
25351.479381/2013-20 / 0986502
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166682202

NATHALIA PEREIRA DOS SANTOS FARMACIA EIRELI / 023.794.265/0001-04
25351.787251/2015-20 / 7429637
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133595208
25351.787251/2015-20 / 7429637
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133621201
25351.787251/2015-20 / 7429637
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133561203
---
farmácia e drogaria nissei ltda / 079.430.682/0235-05
25351.452251/2014-21 / 7256436
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166680206

DROGARIA LUZITHANIA LTDA / 007.216.872/0006-45
25351.452628/2015-22 / 7405433
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133607205

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 088.212.113/0176-81
25351.507079/2010-26 / 0687220
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2166668207

LFB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 080.073.570/0001-40
25351.166811/2014-27 / 7150055
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1841460205

SAUDE E VIDA COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA / 029.355.101/0001-67
25351.241700/2018-31 / 7581370
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2225418208

D DA S BAIA - ME / 010.725.371/0001-94
25351.524999/2014-32 / 7287860
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133599201
---
drogarias pacheco S/A / 033.438.250/0165-94
25351.051513/2014-33 / 7098701
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2181039207

REVIMMAG COMMERCE DROGARIA LTDA - EPP / 029.210.870/0001-77
25351.281539/2018-38 / 7586025
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2181037201
25351.281539/2018-38 / 7586025
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2181043205

Eliane Forsin Rodrigues / 028.800.250/0001-25
25351.726716/2017-38 / 7561178
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2184242206

DIONISIO & BEZERRA LTDA / 023.587.134/0001-56
25351.069152/2016-43 / 7456796
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133575203

ACT DE OLIVEIRA DROGARIA / 036.269.760/0001-46
25351.500562/2020-51 / 7726771
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2166664204

OLIVEIRA & ISHIYAMA LTDA ME / 008.924.432/0001-09
25351.712664/2015-51 / 7424597
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2184139200

SABION & LOURENCO DROGARIA LTDA / 017.100.624/0001-83
25351.356769/2013-53 / 0945287
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166678204
25351.356769/2013-53 / 0945287
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2166654207

DROGARIA SOUSA NEVES LTDA ME / 015.399.718/0001-70
25351.183128/2014-54 / 7154469
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166686205

ISIS RAIANNI DE SANTANA LIMA / 035.262.313/0001-00
25351.357768/2020-55 / 7720691
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133597204

DROGAMED-DROGARIA E PERFUMARIA DE GUAIRA LTDA-ME / 007.261.848/0001-13
25351.749454/2013-56 / 7074650
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166672205

LOURENCO & SABION DROGARIA LTDA / 031.510.656/0001-88
25351.767847/2018-56 / 7621959
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2166656203

DUOFARM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 011.836.572/0001-21
25351.196264/2011-61 / 0762781
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133585201

FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 079.430.682/0167-11
25351.209558/2011-61 / 0763708
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133623207

FERREIRA E FERREIRA COM DE PROD FARMACEUTICOS LTDA / 033.723.234/0001-16
25351.725935/2019-61 / 7698797
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181031201

DROGARIA ATIVA EIRELI / 017.409.200/0001-03
25351.808321/2016-71 / 7432314
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133563200
25351.808321/2016-71 / 7432314
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133611203

FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 079.430.682/0016-09
25351.549330/2013-72 / 7022597
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133609201

Ribeiro Lima & Dutra comércio de produtos farmacêuticos ltda / 031.958.959/0001-68
25351.813624/2018-78 / 7644395
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2166688201

DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A. / 007.781.007/0036-67
25351.329277/2019-81 / 7659888
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133593201

W R DROGARIAS LTDA - ME / 022.868.436/0001-30
25351.559389/2018-83 / 7602644
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1006146201

DROGAVITA DROGARIA E MEDICAMENTOS LTDA / 026.513.862/0001-01
25351.236980/2017-84 / 7517242
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133581208
25351.236980/2017-84 / 7517242
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2133577200

SEROMA FARMACIAS E PERFUMARIAS LTDA / 009.580.548/0016-09
25351.295000/2017-85 / 7520743
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2181047208

DROGARIA SAÚDE NOVA GRANADA LTDA / 017.096.613/0001-77
25351.317512/2013-86 / 0947166
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181033208

ANDRADE E PRADO LTDA / 000.814.611/0001-73
25351.578873/2014-88 / 7296553
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2166658200

DROGARIA AOE PHARMA LTDA / 014.309.746/0001-96
25351.401080/2013-91 / 0968238
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2181051206
25351.401080/2013-91 / 0968238
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181025207

ANDRE L R DE ARAUJO FARMACIA / 033.449.829/0001-25
25351.596781/2019-94 / 7686724
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133583204

FAGNER TRAMONTINI & CIA LTDA / 010.469.184/0001-97
25351.616179/2013-95 / 7012829
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2181029200

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.071, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

CCA - BIOPHARMA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 035.581.431/0001-73
25351.583380/2020-16 / 1241464
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2010422207

R E LEDA VERAS FILHO FARMA E FORMULA MANIPULAÇÃO E DROGARIA / 029.755.085/0001-08
25351.448897/2020-51 / 1241447
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2201408200

Farmavip drogaria e manipulação ltda. / 018.037.434/0001-21
25351.724759/2020-84 / 1241478
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2454641201

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.072, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

A PHARMACÊUTICA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME / 022.554.144/0001-22
25351.529771/2015-10 / 1146066
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 2131608202

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.073, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

mdl farma eireli / 035.056.710/0001-18
25351.725402/2020-13 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456009200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. Adicionalmente, a empresa não preencheu as atividades requeridas no formulário de petição.
---
pharmacia total farma / 002.457.318/0002-02
25351.725400/2020-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2456005207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

DROGARIA NALU LTDA ME / 026.625.803/0003-97
25351.725391/2020-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2455987203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.074, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

FARMACIA E PERFUMARIA MARIAN LTDA / 082.367.442/0001-35
25351.635233/2013-00 / 7013105
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2133587207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O documento apresentado informa endereço diferente daquele cadastrado nos sistemas da agência.

DROGARIA DOSE CERTA DE PRIMAVERA LTDA / 026.787.014/0001-90
25351.321759/2017-21 / 7523740
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133605209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FARMACIA DO TRABALHADOR DE SALINOPOLIS EIRELI / 021.746.981/0001-90
25351.523265/2019-41 / 7678564
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2166662208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

DIONISIO & BEZERRA LTDA / 023.587.134/0001-56
25351.069152/2016-43 / 7456796
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2133619209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.075, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

TRANSPORTADORA PEREGRINA EIRELI / 008.158.720/0001-91
25351.309255/2019-02 / 3095931
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0470212193

HIGIA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 035.979.054/0001-25
25351.796344/2020-11 / 3095959
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2667697201

MIRO TRANSPORTES LTDA / 018.442.810/0001-63
25351.578348/2020-19 / 3095914
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2585459209

HIGH TECH HEALTH REPRESENTACOES EIRELI / 033.318.034/0001-88
25351.276026/2020-20 / 8204857
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2179773200

COMINTER BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 000.815.785/0003-12
25351.730002/2020-20 / 8204874
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2470313201

ZMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS / 023.690.002/0001-55
25351.495167/2020-40 / 1241451
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2169053204

Cominter Brasil Importação e Exportação Ltda / 000.815.785/0001-50
25351.796225/2020-50 / 8204861
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2667531205

ZMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS / 023.690.002/0001-55
25351.495253/2020-52 / 3095928
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2169041206

LF LOG TRANSPORTES EIRELI / 000.905.253/0001-04
25351.262309/2020-94 / 3094984
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2282043201

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.076, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME / 024.175.423/0001-00
25351.056498/2020-68 / 3092111
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0267010201

MEDIHOSP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR - EIRELI - ME / 022.949.063/0001-21
25351.411309/2016-84 / 8143127
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2714072208

HOTECHANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 081.181.794/0001-39
25000.037688/98-28 / 3021264
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1608433201

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.077, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente o Cancelamento do pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para a Empresa, abaixo citada, publicada pela Resolução-RE n° 606, de 28 de fevereiro de 2020, no Diário Oficial da União nº 41, de 2 de março de 2020, Seção 1 págs. 75 e 76.

Art. 2º. Conceder Autorização de Funcionamento a empresa constante do anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: Chimin & Vargas Ltda - Me
ENDEREÇO: AV. WINSTON CHURCHILL, 2633
BAIRRO: PINHEIRINHO CEP: 81150051 - CURITIBA /PR
CNPJ: 81.668.931/0002-45
PROCESSO: 25351.022566/2020-95 AUTORIZ/MS: 7.70262-4
EXPEDIENTE: 0118531/20-4
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N.º 2.052, de 30 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 5 de agosto de 2019, Seção 1, pág. 52, e em Suplemento págs. 56 e 85.

Onde se lê:
EMPRESA: R.M. ANTUNES & SANTOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida BRASIL 1940
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 85601660 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 05.779.417/0002-07
PROCESSO: 25351.015364/2014-49 AUTORIZ/MS: 7.08278.1
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: R.M. ANTUNES & SANTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA UNIÃO DA VITORIA 1940
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 85601660 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 05.779.417/0002-07
PROCESSO: 25351.015364/2014-49 AUTORIZ/MS: 7.08278.1
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE n.º 2.052, de 30 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 5 de agosto de 2019, Seção 1 pág. 52, e em Suplemento págs. 56 e 109.

Onde se lê:
EMPRESA: DINAMICA HOSPITALAR EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua CAPITAO JOSE DA LUZ 115
BAIRRO: COELHOS CEP: 50070540 - RECIFE/PE
CNPJ: 02.684.571/0001-18
PROCESSO: 25351.205612/2015-11 AUTORIZ/MS: P1726HL063Y9 (8.11966.8)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: DINAMICA HOSPITALAR EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua CAPITAO JOSE DA LUZ, 115, EDF. EMPRESARIAL BEIRA RIO I, SALAS 101, 601 E 602
BAIRRO: COELHOS CEP: 50070540 - RECIFE/PE
CNPJ: 02.684.571/0001-18
PROCESSO: 25351.205612/2015-11 AUTORIZ/MS: P1726HL063Y9 (8.11966.8)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n.º 4.910, de 23 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 251, de 29 de dezembro de 2014, Seção 1 pág. 27, e em Suplemento págs. 92 e 96.

Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA C. AGUIAR LTDA
ENDEREÇO: RUA NICOLA PELANDA Nº1283 LOJA 03
BAIRRO: PINHEIRINHO CEP: 81880000 - CURITIBA/PR
CNPJ: 68.788.637/0001-28
PROCESSO: 25351.757852/2014-27 AUTORIZ/MS: 7.34563.1
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA C. AGUIAR LTDA
ENDEREÇO: RUA NICOLA PELANDA Nº1286 LOJA 03
BAIRRO: PINHEIRINHO CEP: 81880000 - CURITIBA/PR
CNPJ: 68.788.637/0001-28
PROCESSO: 25351.757852/2014-27 AUTORIZ/MS: 7.34563.1
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n.º 1.331, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 71, de 14 de abril de 2014, Seção 1 pág. 49, e em Suplemento págs. 73 e 86.

Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA CRISTAL LTDA
ENDEREÇO: AV. AFONSO VAZ DE MELO N 1450 LOJA 01
BAIRRO: BARREIRO DE BAIXO CEP: 30640655 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 10.429.168/0001-70
PROCESSO: 25351.051515/2014-22 AUTORIZ/MS: 7.09883.6
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CRISTAL LTDA
ENDEREÇO: rua julio de castilho 1227 - loja 3
BAIRRO: cinquentenario CEP: 30570080 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 10.429.168/0001-70
PROCESSO: 25351.051515/2014-22 AUTORIZ/MS: 7.09883.6
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n.º 509, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 38, de 26 de fevereiro de 2020, Seção 1 págs. 107 e 114.

Onde se lê:
EMPRESA: MARLY FELIX DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: RUA FELICIANO PEDROSA, 1504
BAIRRO: CENTRO CEP: 58255000 - BELÉM/PB
CNPJ: 20.859.793/0001-06
PROCESSO: 25351.688059/2019-85 AUTORIZ/MS: 7.69509.9
EXPEDIENTE: 3287345/19-0
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: MARLY FELIX DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: RUA FELICIANO PEDROSA, 1504
BAIRRO: CENTRO CEP: 58255000 - BELÉM/PB
CNPJ: 20.859.793/0001-06
PROCESSO: 25351.688059/2019-85 AUTORIZ/MS: 7.69509.9
EXPEDIENTE: 3287345/19-0
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na Resolução - RE n.º 2.052, de 30 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 5 de agosto de 2019, Seção 1 pág. 52, e em Suplemento págs. 56 e 80.

Onde se lê:
EMPRESA: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE RIBEIRÃO PRETO
ENDEREÇO: Rua GENERAL OSORIO 415
BAIRRO: CAMPOS ELISEOS CEP: 14080100 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 55.978.118/0004-23
PROCESSO: 25351.241328/2014-39 AUTORIZ/MS: 7.17118.9
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
Leia-se:
EMPRESA: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE RIBEIRÃO PRETO
ENDEREÇO: Rua MARQUES DE POMBAL 415
BAIRRO: CAMPOS ELISEOS CEP: 14080100 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 55.978.118/0004-23
PROCESSO: 25351.241328/2014-39 AUTORIZ/MS: 7.17118.9
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 520, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 06 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
171685 - Palhiare
Nicole Velloso Marangoni
CNPJ/CPF: 355.506.818-03
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Prazo de Captação: 15/08/2020 à 31/12/2020

179009 - AUTO DA PAIXAO DE CRISTO 22a EDIÇÃO
cristiano dias de souza
CNPJ/CPF: 821.831.041-04
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/07/2020 à 31/12/2020

184768 - Curta cultura com a gente II Edição
Fernanda Costa Franco
CNPJ/CPF: 006.444.358-28
Cidade: Araraquara - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

185917 - "DANÇA ITALIANA NO OESTE CATARINENSE"
GRUPO CULTURAL ITALIANO COLONIA CELLA
CNPJ/CPF: 12.367.486/0001-80
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

194292 - INCENTIVE + GENTILEZA
Incentive Projetos e Eventos Ltda ME
CNPJ/CPF: 12.226.554/0001-90
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 16/08/2020 à 31/12/2020

201079 - Reciclagem Alunos Escola I
PIERRE PEREIRA RODRIGUES 11060775638
CNPJ/CPF: 22.173.931/0001-24
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 16/08/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
193539 - Projeto Portinari - Plano anual 2020
Associação Cultural Candido Portinari
CNPJ/CPF: 35.798.198/0001-85
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181630 - Ícaro
MARIANE ELIZABETE DE FREITAS
CNPJ/CPF: 817.466.289-87
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193390 - Uxua - Economia Criativa
Maria Elisa Tedde Cavelheiro
CNPJ/CPF: 093.725.328-60
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/08/2020 à 31/12/2020

193419 - Emancipação do Hemisfério Sul
TEDDE DEISIGN LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.739.574/0001-25
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 15/08/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
201740 - Aquisição de obras para o Museu de Arte da Bahia
Etherea Consultoria Ltda
CNPJ/CPF: 04.258.569/0001-02
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 16/08/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
193636 - Nossas Vozes, Nossos Cantos Ilú Obá 15 Anos
Ilú Obá De Min Educação, Cultura e Arte Negra
CNPJ/CPF: 08.027.962/0001-46
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 521, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 06 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 184816 - Amazônia Azul, publicado na portaria nº 0733/18 de 23/11/2018, no D.O.U. de 26/11/2018, para Amazônia Azul: Brasil Marinho .

PRONAC: 191626 - A contribuição dos refugiados do nazifascismo: 250 perfis de refugiados, publicado na portaria nº 0478/19 de 14/08/2019, no D.O.U. de 15/08/2019, para DICIONRIO DOS REFUGIADOS DO NAZIFASCISMO NO BRASIL.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 191479 - Território Inventivo, publicado na portaria nº 0449/19 de 01/08/2019, publicada no D.O.U. em 02/08/2019.

Onde se lê: Realização de uma mostra itinerante com uma programação cultural diversificada livre e gratuita, através de exibição pública de espetáculos de artes cênicas, shows musicais e artes urbanas em praças, distritos, comunidades quilombolas, indígenas e zona rural da cidade de Itapipoca, além de ações formativas para profissionais da cultura, palestras para formação de plateia, cursos e oficinas.

Leia-se: Realização de uma mostra itinerante com uma programação cultural diversificada livre e gratuita, através de exibição pública nos formatos virtuais e presenciais de espetáculos de artes cênicas, shows musicais e artes urbanas em praças, distritos, comunidades quilombolas, indígenas e zona rural da cidade de Itapipoca, além de ações formativas para profissionais da cultura, palestras para formação de plateia, cursos e oficinas.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA

PORTARIA Nº 522, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 06 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193516- III ORQUESTRA SANFÔNICA CANTA LUIZ
ASSOCIAÇÃO BRINCANTES DO FOLCLORE NORDESTINO
CNPJ/CPF: 10.267.450/0001-07
Cidade: Floriano- PI;
Valor Reduzido: R$ 2.227,50
Valor total atual: R$ 565.339,50

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 51, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 543, de 6 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Homologar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

190094 - RECIFEANDO
LADY DIANA AQUINO BRITO
CNPJ/CPF: 041.564.024-52
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 80.598,30
Valor total atual em: R$ 199.999,88

192169 - CINEMA AQUI 3ª edição
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 664,25
Valor total atual: R$ 547.669,61

193452 - Cinema, cultura e lazer - 2ª Edição
CEPAR CONSULTORIA E PARTICIPACOES S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 58.928.128/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 15.328,06
Valor total atual: R$ 634.601,22

193764 - Riquezas de Santa Catarina - Parte I: O Planalto Serrano
VIDA PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.293.241/0001-20
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 3.641,05
Valor total atual: R$ 194.224,01

193928 - GRANDE PRÊMIO DO CINEMA BRASILEIRO 2020
ACADEMIA BRASILEIRA DE CINEMA
CNPJ/CPF: 05.136.659/0001-93
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 162.463,34
Valor total atual: R$ 567.534,40

Art. 2.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313/1991, Decreto n.º 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

203250 - JOÃO AMBIENTE - JUNTOS EM UM NOVO MUNDO
IRENE RULIAN SOARES - ME
CNPJ/CPF: 08.046.502/0001-65
Processo: 01400003240202078
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 599.488,56
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Média metragem com 26 minutos de duração, finalizado no formato Full HD, para exibição na TV Paga, Internet (site), Redes Sociais e em um circuito itinerante destinado a escolas públicas. De forma didática, o filme abordará as principais questões de sustentabilidade ambiental, social e financeira. O documentário e animação tem como protagonistas "João Ambiente" (pássaro João de Barro) e "Teca" (uma tartaruga) que se inspiram nas atitudes da família Modelo e os cuidados que ela tem com a sustentabilidade e meio ambiente, a qual observam o dia a dia pela janela da casa do João de Barro provando que as atitudes podem aumentar a renda familiar.

203251 - Festival Internacional de Cinema Arte Ciência
RKF RIO EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.033.777/0001-58
Processo: 01400003241202012
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 399.759,84
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de um Festival Internacional de Cinema Arte Ciência com exibição de filmes que tenham como eixo central a ciência numa perspectiva artística. Filmes de ficção,animação e documentários de curta, média e longa duração produzidos por cineastas profissionais e amadores de várias partes do mundo. Ao longo de 4 dias de programação, o festival apresentará uma seleção internacional de filmes curiosos, instigantes e divertidos para todas as idades. Uma celebração do poder da imagem em movimento para contar histórias sobre o mundo e nosso lugar no espaço. A emoção ocasional da descoberta, a incrível escala do nosso universo, a beleza da natureza ou como a tecnologia moldará nosso futuro, existem centenas de histórias científicas que queremos ver na tela. Os produtos constantes desse projeto: Festival, contrapartidas sociais e catálogo.

203252 - PROGRAMA INTENSIVO DE CINEMA PIAUÍ
DALSON CARVALHO CUNHA JUNIOR 99799537304
CNPJ/CPF: 14.864.415/0001-18
Processo: 01400003242202067
Cidade: Teresina - PI;
Valor Aprovado: R$ 195.387,50
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Programa Intesivo de Cinema é um curso completo, do zero ao curta-metragem. O programa é direcionado para todos aqueles que desejam trabalhar profissionalmente com o audiovisual, seja na produção de filmes, produção de conteúdo, pesquisas ou análise crítica. Os participantes são guiados por uma metodologia prática, através de diversos exercícios que simulam situações reais do mercado de trabalho. O programa é dividio em módulos que engloba as cinco princiais funções cinematográficas: Roteiro, Direção, Fotografia, Edição e Produção. O curso também possúi dezenas de aulas cobrindo todo o conteúdo de figurino, maquiagem, direção de arte, som, efeitos especiais e produção executiva. O curso acontece na sede da Academia Piauense de Cinema, de segunda a sexta. Tem duração de 8 meses, sendo que cinco meses são aulas e exercícios e 3 meses são para o projeto de conclusão: a produção de um curta-metragem.

203253 - Nosso olhar, nossa história
Propósito Gestão de Projetos Sociais e Culturais Eireli
CNPJ/CPF: 31.551.315/0001-50
Processo: 01400003243202010
Cidade: Cachoeirinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 133.336,34
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020

Resumo do Projeto: Nosso olhar, nossa história é um projeto de curta-metragem documental que apresentará os diferentes olhares de um grupo de jovens de escolas públicas sobre suas comunidades por meio do universo da educomunicação, incentivando a cultura e a preservação da história local. Toda a estrutura do projeto se baseará no jovem enquanto comunicador da sua própria realidade. O curta-metragem, de 15 minutos e em formato HD, vai acompanhar oficinas de educomunicação e será exibido à comunidade escolar como forma de compartilhar os resultados das ações com todos os participantes.

203254 - Operação Zona Fantasma
PETERSON FROTA DA SILVA
CNPJ/CPF: 307.540.318-02
Processo: 01400003244202056
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.599,39
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Operação zona fantasma" realizará a produção e gravação de um audiovisual em curta metragem de 15 minutos e finalização em HD de um texto de ação e terror no melhor estilo sobrevivência, incluindo atividades de formação audiovisual como contrapartida social.

203256 - VII - Curta Coremas
Kennel Rogis Paulino Batista Nunes
CNPJ/CPF: 071.374.484-70
Processo: 01400003246202045
Cidade: Coremas - PB;
Valor Aprovado: R$ 40.059,17
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Curta Coremas é um festival de cinema que oferece a população da cidade e seus visitantes exibições de filmes, debates, oficinas e capacitações na área audiovisual congregando também atividades de dança, teatro e música através de apresentações diversas durante a programação. O evento acontece durante 04(quatro) dias, na praça Pe. Guilherme Town, centro da cidade, e em escolas da rede pública e privada (as chamadas sessões cinema e educação) com ações totalmente gratuitas e acessíveis ao público geral. A primeira edição aconteceu em abril de 2011, indo anualmente até 2016, totalizando 6 festivais com milhares de pessoas contempladas.

203257 - Bom dia - Curta Metragem
MATEUS PIRES ARAGAO
CNPJ/CPF: 043.619.955-67
Processo: 01400003247202090
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 199.705,77
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Trata-se de um Curta-Metragem com duração de 15 minutos. De forma artística e ficcional o filme transmitirá os sentimentos e conflitos de Nelson, um jovem advogado que foi designado para defender o assassino de um bárbaro crime ocorrido na cidade de Jequié, interior da Bahia.

203258 - EQUILÍBRIO
DUMELA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 26.318.472/0001-80
Processo: 01400003248202034
Cidade: Barueri - SP;
Valor Aprovado: R$ 507.246,30
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto visa a produção do média metragem documentário "EQUILÍBRIO" de 69 minutos, Full HD 1080p, que traz um estudo de caso com base em situações reais de disfunções psicológicas, vícios sociais e de problemas comportamentais produzidos pela tecnologia e pela vivência nos grandes centros, trazendo um alerta e propondo um convite ao equilíbrio.

203259 - O Hidromel Mágico
ALEXANDER ANTHONY NEWTON SILVA
CNPJ/CPF: 043.712.549-18
Processo: 01400003249202089
Cidade: Colombo - PR;
Valor Aprovado: R$ 199.914,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "O Hidromel Mágico" realizará a produção e lançamento de um média metragem de aproximadamente 40 minutos e finalização em HD que conta a história de um jovem integrante de uma banda de música celta, que se vê envolvido em uma trama surreal onde a realidade se mistura com um universo de fantasia.

203260 - CINE ECOLOGIA 2021
Instituto Eco Ambiental e Social
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Processo: 01400003250202011
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 786.003,68
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de um circuito de apresentações de filmes em cinco cidades, com sete apresentações, acompanhados da realização de sete oficinas de produção de cinema e a realização de 21 curtas metragens por estudantes de escolas publicas

203261 - Matrona
ADIMAR SIMIL SILVA JUNIOR
CNPJ/CPF: 071.480.286-71
Processo: 01400003251202058
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.832,80
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto é para a produção do filme Matrona; é um média metragem de ficção com aproximadamente 26 minutos de duração, Matrona será gravado em 4K e finalizado em 2K. É uma história original que esperamos exibir nos festivais de cinema no Brasil e no mundo, como janela principal exibição e como Janela secundária de exibição canais de televisão voltados para produções audiovisuais. Este filme possui como tema central da história, a força inabalável de uma mulher determinada e nele contaremos a história da Luciana, uma detetive particular que, após ter o marido assassinado ela buscará deter o criminoso, para que ninguem sinta a dor que ela sente.

203262 - MOSTRA CINE LITERÁRIO
Ponto das Artes de Anchieta Ltda.
CNPJ/CPF: 00.793.584/0001-08
Processo: 01400003252202001
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 235.462,50
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Visa estimular o acesso à leitura através do cinema e promover o acesso ao cinema através da leitura. Trata-se da realização de uma Mostra de Cinema, com exibições de 10 filmes brasileiros, baseados em livros da literatura brasileira, seguidas de debates com os respectivos diretores e escritores das obras que deram origem aos filmes.

203263 - II Festival de Cinema de Soledade
GABRIEL LIMA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 700.649.594-65
Processo: 01400003253202047
Cidade: Soledade - PB;
Valor Aprovado: R$ 41.055,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O II Festival de Cinema de Soledade-PB é uma mostra de filmes que oferece para a população da cidade e seus visitantes exibições de filmes, debates, oficinas e capacitações na área de cinema e teatro. O festival tem caráter regional, apenas filmes da região Nordeste compõe a mostra competitiva. O evento será organizado na Quadra da Escola Prof: Municipal Luiz Gonzaga Burity com programação gratuita e acessível para toda a comunidade. A 1º edição foi realizada no ano de 2020, no mês de janeiro, e reuniu cerca de 2.000 mil pessoas em sua programação.

203264 - 20 ANOS DA MOSTRA DE CINEMA INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS
Lume Produções Culturais
CNPJ/CPF: 04.703.940/0001-06
Processo: 01400003254202091
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 540.000,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Em 2021, a Mostra irá celebrar 20 anos. Este projeto contempla a realização de mais uma edição da Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis, que inclui uma mostra competitiva de curtas nacionais selecionados anualmente, pré-estreia de longas-metragens nacionais, assim como a exibição de longas e curtas estrangeiros especialmente dedicados ao público infantil. A programação inclui filmes, mostras competitivas, encontros e debates com diretores, atores, personalidades do cinema, sessões especiais com experiências de acessibilidade, oficinas e atividades itinerantes em bairros e instituições de assistência social. Em paralelo, há uma programação para o público adulto com a realização do Encontro Nacional do Cinema Infantil e do Fórum de Cinema e Educação.

203265 - Mulher com a Palavra
Maré Produções Culturais Eireli ME
CNPJ/CPF: 22.056.319/0001-71
Processo: 01400003255202036
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 199.056,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Mulher com a Palavra trata-se de um programa de TV de quatro episódios(formato Full HD com duração de 40mim cada) com nomes representantes da arte e da cultura contemporânea brasileira. A Veiculação será na TVE(TV Educativa). Pretendemos atingir, com a distribuição dos programas audiovisuais, pelo menos, 3 mil pessoas por edição. O projeto será gravado no municipio de Salvador.

203311 - Dinho
MARCIA MARIA PEREIRA ALVES 26502585604
CNPJ/CPF: 14.321.672/0001-03
Processo: 01400003301202005
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 196.428,90
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de um filme Média metragem de ficção com 60 minutos, colorido, captado e finalizado em digital. Conta a estória de um rapaz chamado Dinho que é obrigado a internar em uma clínica para pessoas com sofrimento mental. Os conflitos acontecem fora e dentro da clínica. O filme conta com cerca de 120 pessoas entre elenco e equipe técnica. As locações serão em clínicas, lares, bares, salão de festas, cemitério, ruas e aeroporto.

203313 - Luisinho Roc Roc - Curta
Ana Maria Cordeiro Silva
CNPJ/CPF: 147.489.161-68
Processo: 01400003303202096
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 173.217,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produzir um curta-metragem ficção entitulado "Luisinho Roc Roc", com duração de 10 minutos, formato digital de alta definição, DVD como produto final . O curta é uma adaptação homonima do livro infantil da escritora e roteirista goaina Ana Maria Cordeiro. O curta é destinado à faixa etária infantil, e conta as aventuras do menino Luisinho em sua motoca.

203314 - Moã - Mostra de cinema negro e indígena
THIAGO ANDRE DE LIMA COSTA
CNPJ/CPF: 096.607.904-30
Processo: 01400003304202031
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 46.471,50
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A MOÃ - Mostra de Cinemas Negros e Indígenas é um espaço criado e voltado para realizadores negros e indígenas com uma grande produção cinematográfica identitária que vem sendo produzida nos últimos anos no brasil de modo que essas epistemologias e produtos sejam difundidas e exibidas em território paraibano. Tem como proposta pensar e praticar o cinema e a educação, pensando estratégias para formação novos realizadores, críticos e curadores. O evento acontece em quatro (04) dias no Teatro Santa Catarina, no centro de Cabedelo-PB, com sessões acessíveis e gratuitas para toda a população local e das redondezas.

203315 - PROCESSO CRIATIVO AUDIOVISUAL

HELVECIO CARLOS DE FIGUEIREDO 67352766634
CNPJ/CPF: 31.567.841/0001-09
Processo: 01400003305202085
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 157.378,65
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Processo Criativo - Audiovisual pretende, através de encontros formativos, apontar caminhos e mostrar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área de audiovisual na construção de suas carreiras, abordando temas específicos do universo audiovisual, visando inspirar uma nova geração de cineastas mineiros. Ao final dos encontros o projeto ainda promoverá um curso de produção para TV e cinema. Todo o projeto foi pensado para ser realizado nos formatos presencial e virtual.

203316 - A Baleia Mágica
Douglas Alves Ferreira
CNPJ/CPF: 182.692.098-64
Processo: 01400003306202020
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 119.045,38
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020

Resumo do Projeto: Produção do curta metragem em animação 2d digital, de 11 minutos de duração, intitulado " A Baleia Mágica". Captação via Edital da Petrobrás/animação infantil 2020. "A baleia mágica" é um curta sobre as aventuras de 3 crianças que vivem em uma bela e pequena cidade do litoral do Brasil. Um dia essas crianças salvam um filhote de baleia, que se torna mágica e passa a levá-los voando em suas costas para viverem aventuras pelo mundo todo, atravessando nuvens, livres, e com o sol batendo no rosto, formando assim um grupo de super heróis, sempre salvando animais ou ambientes naturais em perigo iminente! Juntos eles descobrem e aprendem sobre vários lugares, ecologia e a biodiversidade. E percebem o quão vasto é o mundo, e o quão importante é ajudar os animais, preservar a natureza e ter consciência ecológica.

203420 - Semeando nas Dunas
RAFAELA VIANNA SAWAKI
CNPJ/CPF: 006.412.223-94
Processo: 01400003410202014
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 90.288,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de um curta-metragem, de aproximadamente 15 minutos, do gênero documentário e com formato de finalização em FULL-HD, que contará a história de agricultores urbanos na cidade de Fortaleza, no Ceará.

203421 - Pessoa na Escola
BARBARA DA SILVA ARAUJO
CNPJ/CPF: 092.895.704-74
Processo: 01400003411202069
Cidade: Varginha - MG;
Valor Aprovado: R$ 140.723,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Pessoa na Escola - Projeto de produção e exibição cinematográfica em forma de simpósio com a produção de 1 (um) filme de Ficção com 15 minutos, Full HD e com a temática:Lembranças e devaneios sobre um passado de sonhos - inspirada na obra do poeta lusitano Fernando Pessoa; contando ainda, com a exibição de 20 sessões gratuitas em escolas públicas de três municípios mineiros.

203422 - Impacto da Pandemia no setor de Eventos Sul de Santa Catarina
DANIEL BARG VIEIRA
CNPJ/CPF: 999.162.589-53
Processo: 01400003412202011
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: objetivo do projeto é produzir um documentário média metragem de 45 minutos em formato digital sobre a pandemia no Brasil. Este projeto visa documentar, em audiovisual, com a captação e finalização em full HD.

203423 - III Mostra Negritude Infinita
Francisco Clebson dos Santos Moura
CNPJ/CPF: 608.389.043-86
Processo: 01400003413202058
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 158.385,70
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar a "III Mostra Negritude Infinita". A mostra é composta pelas sessões Panorama e Infantil, um seminário e um ciclo de 3 oficinas onde serão apresentados e debatidos temas e assuntos relacionados ao cinema e a sociedade.

203424 - CLIP - TEM ALGUÉM NO SEU LUGAR
GERALDINO LUIZ DE MOURA FILHO
CNPJ/CPF: 074.822.028-38
Processo: 01400003414202001
Cidade: Sumaré - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.987,59
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na gravação do videoclipe (produção de conteúdo audiovisual de curta metragem) da música autoral do proponente, junto com seu companheiro de dupla (Xico amado e Xodó). O formato será em Full HD, com edição em até 06 minutos. O projeto prevê ainda a realização de palestras de contrapartida social.

203425 - Violeiros de Pedreira
Cláudio Luiz Cassiani
CNPJ/CPF: 051.364.608-65
Processo: 01400003415202047
Cidade: Pedreira - SP;
Valor Aprovado: R$ 188.358,50
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar a produção do filme documentário "Violeiros de Pedreira", com duração de 60min, formato 16:9, Full HD (1980 x 1280). Realizar oficinas de viola, violão e catira para 90 pessoas, com duração total de 12 horas.

203426 - CineForte - Mostra Audiovisual de Cabedelo-PB Edição 2021
Orbe Produções Audiovisuais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.643.108/0001-53
Processo: 01400003416202091
Cidade: Cabedelo - PB;
Valor Aprovado: R$ 42.847,05
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O CineForte, que já acontece desde 2018, visa a exibições de obras audiovisuais de curta-metragem nacionais, realizado na Fortaleza de Santa Catarina, monumento histórico símbolo da cidade de Cabedelo-PB. É dividido em três mostras: Mostra Canhoneira, que exibe filmes produzidos na Cidade de Cabedelo-PB; Mostra Muralha, com filmes produzidos nas demais cidades do estado da Paraíba e; Mostra Baluarte, que exibe filmes dos demais estados da Federação. Os filmes selecionados têm Classificação Indicativa 14 Anos ou menor, principalmente pelo fato de acontecer em local público com entrada franca. O período escolhido para a realização do festival, janeiro, é um dos meses de maior movimentação turística do município, quando a população praticamente dobra de tamanho. O evento também abrange a realização de oficinas na área audiovisual através de parceria com o projeto "Cinema Instantâneo" apoiado pela UEPB com a realização de um curta-metragem.

203427 - Cinema em Movimento ano XVII Circuito Universitário e Circuito Escola
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Processo: 01400003417202036
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 998.992,84
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Cinema em Movimento é um projeto de difusão que organiza circuitos de exibição gratuita de filmes de longa, média e curta-metragem, da recente produção audiovisual brasileira nas 27 unidades da federação, com sessões ao ar-livre ou indoor , no projeto atuara através de 03 circuitos:Circuito Escola, capacitação e Circuito Universitário. O projeto prevê a exibição de 07 filmes, a realização de 166 lives-debates, capacitação em audiovisual de 27 jovens universitários, capacitação de 54 professores da rede de ensino, a realização de 54 sessões escolas com abrangência em 27 municipios nas 26 unidades da federação e Distrito Federal.

203428 - Saru e Anta
PIXEL PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 18.165.736/0001-85
Processo: 01400003418202081
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.267,20
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Saru & Anta é um curta metragem de animação 2D com 6 minutos de duração no formato 2K(2048x1080). O curta apresentará 2 personagens da fauna brasileira, uma Anta,personagem engraçado, atrapalhado e divertido e Saru uma gambá esperta e destemida. O curta-metragem tem como objetivo apresentar ao mundo, dois animais que são predominantemente brasileiros, com suas características únicas. A Anta que é um animal tipicamente brasileiro, sendo o maior mamífero terrestre da América Latina e a Gambá, um dos poucos marsupiais do Brasil e que ocupa todo o território braileiro. Iremos apresentá-los de forma divertida e universal, tendo como objetivo, resgatar a narrativa engraçada e de fácil compreensão dos desenhos animados antigos e que ainda fazem sucesso, tais como "Coiote e Papa-Legas" e "Tom & Jerry". O curta apresentará os dois personagens em 3 (três) histórias sequenciais diferentes de ação e aventura. O ponto forte do projeto é que o mesmo não tem diálogo, tornando-o um produto universal com grande potencial para novos desdobramentose de fácil compreensão e aceitação em todo o planeta.

203429 - QUE QUINTAL!
MVMIX CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 26.552.164/0001-15
Processo: 01400003419202025
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 164.675,16
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: QUE QUINTAL! é um projeto de curta-metragem de animação 2D, no formato full-hd (1920X1080), em torno de 6 minutos, com roteiro da escritora Thais Guimarães, baseado na obra homônima da renomada escritora mineira Laís Corrêa de Araújo. Com uma linguagem poética e lúdica, focada no público infantil, QUE QUINTAL! irá conectar o espectador, em idade pré-escolar, com o universo de sons, rimas e ritmo - que favorecem o reconhecimento dos fonemas, abrindo portas para a leitura. A música tem um papel importante na narrativa. Através dos "barulhos" que acontecem em um quintal, são apresentados os personagens: bichos, pessoas e eventos naturais. O uso de onomatopeias reforça o tom de brincadeira e permite às crianças perceberem como os seres e a natureza têm sua musicalidade própria. Assim, surgem as vozes dos animais, o choro de um bebê, as atividades cotidianas ou o vento se movendo, em sincronia harmônica entre animação e trilha musical exclusiva.

203430 - Guerreiros
L2R PRODUCAO DE AUDIO VISUAL LTDA
CNPJ/CPF: 31.067.792/0001-45
Processo: 01400003420202050
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.861,09
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto pretende gerar produto cultural média metragem que vai falar sobre DOENÇAS RARAS,com aproximadamente 60 minutos de duração em formato digital FULL HD. Contrapartida social : exibição do documentário e um debate sobre o tema com profissionais da saúde, poder público e representantes de associações de portadores de doenças raras e publico em geral ,distribuição gratuita de 120 dvds a Escolas,universidades e instituiçoes de portadores de doenças raras .

203431 - Programa Judaico
DANIELA WASSERSTEIN ANGHINAH 10351578889
CNPJ/CPF: 24.889.361/0001-07
Processo: 01400003421202002
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 190.344,00
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Programa Judaico é uma plataforma de streaming e debates para promoção do cinema independente on-line, nacional e internacional , sobre temática judaica e afins. Criada em abril de 2020, já realizou 4 eventos promovendo cinema on-line e debates. Os resultados foram excelentes e a repercussão muito boa. Para darmos continuidade , vamos buscar apoio. O projeto pretende realizar mais 12 eventos (1 por mês) durante 12 meses. Os filmes são de temas judaicos mas ao mesmo tempo universais. Vamos promover um intercâmbio cultural , buscando reflexão sobre temas como direitos humanos, tolerância, identidade, educação, cultura e tecnologia nessas áreas. Um debate com diretores e produtores online acompanhara todo eveto.

ANEXO II - Artigo 26

203255 - O Álbum das Mulheres Incríveis
Boulevard Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 12.126.484/0001-07
Processo: 01400003245202009
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 233.688,24
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção da websérie "O Álbum das Mulheres Incríveis", de 16 episódios com duração de 5 a 8 minutos cada. Finalização Digital/ HD. A websérie original brasileira apresentada pela roteirista e diretora Natalia Milano conta, em linguagem lúdica, dinâmica e atual, a história de mulheres inspiradoras de todas as épocas.

203312 - Intemporal
ANDERSON FELLIPP GOMES STOFEL
CNPJ/CPF: 105.275.727-80
Processo: 01400003302202041
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 199.513,60
Prazo de Captação: 18/08/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Intemporal" realizará um jogo eletrônico de plataforma 2.5D, cuja temática é jogabilidade do personagem em um multiverso científico, fazendo referências ao Estado do Espírito Santo e ao Brasil como um todo em seu roteiro, utilizando, também, o folclore e elementos da cultura pop anos 90

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 316, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, considerando o contido na Informação nº 10600/2020/ASTECC/SGP (PGR-00266419/2020) e no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR/MPU n° 683, de 26 de setembro de 2013 e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º da Lei n° 13.316/2016, de 20 de julho de 2016, resolve:

Publicar o quadro-resumo, constante do anexo desta portaria, demonstrando a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão do Ministério Público da União, com dados vigentes em 30 de junho de 2020.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2020								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	659	81,46%	44	5,44%	6	0,74%	100	12,36%	809
FC-2	1.686	91,28%	80	4,33%	8	0,43%	73	3,95%	1.847
FC-3	427	92,83%	7	1,52%	1	0,22%	25	5,43%	460
Subtotal FC	2.772	88,96%	131	4,20%	15	0,48%	198	6,35%	3.116
CC-1	105	80,77%	5	3,85%	15	11,54%	5	3,85%	130
CC-2	863	48,98%	37	2,10%	626	35,53%	236	13,39%	1.762
CC-3	174	80,93%	2	0,93%	18	8,37%	21	9,77%	215
CC-4	286	62,04%	11	2,39%	158	34,27%	6	1,30%	461
CC-5	128	57,66%	46	20,72%	46	20,72%	2	0,90%	222
CC-6	29	46,77%	15	24,19%	15	24,19%	3	4,84%	62
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2	100,00%	2
CNE	-		2		-		-	0,00%	2
Subtotal CC	1.585	55,50%	118	4,13%	878	30,74%	275	9,63%	2.856
TOTAL	4.357	72,96%	249	4,17%	893	14,95%	473	7,92%	5.972

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2020								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	48	45,71%	47	44,76%	-	0,00%	10	9,52%	105
FC-2	71	78,02%	18	19,78%	-	0,00%	2	2,20%	91
FC-3	89	89,00%	10	10,00%	-	0,00%	1	1,00%	100
Subtotal FC	208	70,27%	75	25,34%	-	0,00%	13	4,39%	296
CC-1	63	79,75%	1	1,27%	14	17,72%	1	1,27%	79
CC-2	48	85,71%	1	1,79%	7	12,50%		0,00%	56
CC-3	22	95,65%	-	0,00%	1	4,35%	-	0,00%	23
CC-4	10	55,56%	1	5,56%	7	38,89%		0,00%	18
CC-5	9	64,29%	-	0,00%	5	35,71%	-	0,00%	14
CC-6	1	50,00%	-	0,00%	1	50,00%		0,00%	2
CC-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal CC	153	79,69%	3	1,56%	35	18,23%	1	0,52%	192
TOTAL	361	73,98%	78	15,98%	35	7,17%	14	2,87%	488

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2020								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	42	63,64%	21	31,82%	-	0,00%	3	4,55%	66
FC-2	391	87,67%	49	10,99%	-	0,00%	6	1,35%	446
FC-3	251	81,76%	48	15,64%	-	0,00%	8	2,61%	307
Subtotal FC	684	83,52%	118	14,41%	-	0,00%	17	2,08%	819
CC-1	209	65,72%	27	8,49%	79	24,84%	3	0,94%	318
CC-2	145	72,14%	21	10,45%	35	17,41%	-	0,00%	201

CC-3	28	84,85%	1	3,03%	4	12,12%	-	0,00%	33
CC-4	71	75,53%	10	10,64%	12	12,77%	1	1,06%	94
CC-5	10	55,56%	3	16,67%	5	27,78%	-	0,00%	18
CC-6		-		-		-		-	-
CC-7		-		-		-		-	-
Subtotal CC	463	69,73%	62	9,34%	135	20,33%	4	0,60%	664
TOTAL	1.147	77,34%	180	12,14%	135	9,10%	21	1,42%	1.483

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2020								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	82	68,33%	32	26,67%		0,00%	6	5,00%	120
FC-2	350	83,33%	53	12,62%		0,00%	17	4,05%	420
FC-3	125	93,98%	8	6,02%		0,00%		0,00%	133
Subtotal FC	557	82,76%	93	13,82%	-	0,00%	23	3,42%	673
CC-1	104	72,22%	6	4,17%	34	23,61%		0,00%	144
CC-2	293	54,46%	25	4,65%	218	40,52%	2	0,37%	538
CC-3	48	55,81%	18	20,93%	20	23,26%		0,00%	86
CC-4	124	60,19%	6	2,91%	75	36,41%	1	0,49%	206
CC-5	3	27,27%	1	9,09%	7	63,64%		0,00%	11
CC-6	1	100,00%		0,00%		0,00%		0,00%	1
CC-7		-		-		-		-	-
Subtotal CC	573	58,11%	56	5,68%	354	35,90%	3	0,30%	986
TOTAL	1.130	68,11%	149	8,98%	354	21,34%	26	1,57%	1.659

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2020								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	-	-	-	-		-		-	-
FC-2	1	33,33%	-	0,00%		0,00%	2	66,67%	3
FC-3	23	71,88%	2	6,25%		0,00%	7	21,88%	32
Subtotal FC	24	68,57%	2	5,71%	-	0,00%	9	25,71%	35
CC-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CC-2	14	51,85%	1	3,70%	8	29,63%	4	14,81%	27
CC-3	3	42,86%	3	42,86%	-	0,00%	1	14,29%	7
CC-4	2	40,00%	-	0,00%	3	60,00%	-	0,00%	5
CC-5	-	0,00%	1	33,33%	2	66,67%	-	0,00%	3
CC-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CC-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal CC	19	45,24%	5	11,90%	13	30,95%	5	11,90%	42
TOTAL	43	55,84%	7	9,09%	13	16,88%	14	18,18%	77

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos autorizados em Lei que necessitam de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 7, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2020, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição no 1º Ofício Geral da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, nos dias 03 e 04 de setembro de 2020, observado o contido no artigo 5º, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 2, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre os parâmetros das atividades correicionais durante a situação de emergência nacional em face da pandemia de coronavírus e dá outras diretrizes;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANNI RATTACASO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE JULHO/2020

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
SANDRA LIA SIMÓN [1]	106	225	6	327	10
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS[2]	91	85	14	140	50
ANDRÉA ISA RÍPOLI[3]	91	184	20	285	10
ANDRÉ LACERDA[4]	307	240	13	471	89
ILEANA NEIVA MOUSINHO[5]	568	405	35	484	524
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	5	396	16	416	1
MARIANE JOSVIAK	108	49	0	157	0
ADRIANA SILVEIRA MACHADO[6]	7	345	2	351	3
DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS	94	413	26	527	6
GLAUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA	179	413	23	521	94
SORAYA TABET SOUTO MAIOR[7]	100	42	0	130	12
ELAINE NORONHA NASSIF	3	412	15	426	4
IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS	1	294	0	295	0
JANINE MILBRATZ FIOROT	0	132	9	128	13
TOTAL	1660	3635	179	4658	816

Observação: Última distribuição - 27/07/2020 - segunda-feira.
1 - Férias 8 a 17/7/2020;
2 - Férias 6 a 26/7/2020;
3 - Férias 1 a 20/7/2020;
4 - Férias 20 a 29/7/2020;
5 - Férias 29/6 a 8/7/2020;
6 - Férias 29/6 a 8/7/2020;
7 - Férias 8 a 17/7/2020;

II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	3588
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	3635
Total de procedimentos deliberados no mês	454
Procedimentos em diligência na Secretaria	239

Brasília-DF, 31 de julho de 2020.
SANDRA LIA SIMON
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 658 -CJF, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a alteração do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF n. 267, de 2 de dezembro de 2013, publicada no DOU, Seção: 1, Página: 110/112, 10/12/2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo n. 0001401-23.2019.4.90.8000, na sessão realizada em 3 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução n. 267, de 2 de dezembro de 2013, na forma do anexo.

Art. 2º O Manual será disponibilizado na página eletrônica do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ANEXO

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA OS CÁLCULOS NA JUSTIÇA FEDERAL

CAPÍTULO 1 - CUSTAS PROCESSUAIS

1.1 Diretrizes gerais

1.1.1 Normatização

Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996.

1.1.2 Arrecadação

O pagamento inicial das custas e contribuições deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal ou, não existindo agência dessa instituição no local, no Banco do Brasil ou em outro estabelecimento bancário oficial (art. 2º da Lei n. 9.289/1996).

Caberá ao diretor da secretaria da vara velar pela exatidão das custas e pelo seu recolhimento, levando ao conhecimento do juiz as irregularidades constatadas (art. 3º da Lei n. 9.289/1996).

1.1.3 Determinação do valor

Com exceção das custas com valores invariáveis, prefixados na tabela respectiva, nas ações cíveis em geral, o cálculo é feito mediante aplicação de percentual sobre o valor da causa, observados os valores mínimos e máximos das Tabelas constantes da Lei n. 9.289/1996.

1.1.3.1 Base de cálculo

1.1.3.1.1 Valor da causa

Nas ações em geral, o valor da causa é aquele indicado na petição inicial ou o decorrente de julgamento de impugnação (arts. 292 e 293 do CPC). Nas execuções fiscais, o valor da causa será o total da dívida, nele incluídos os acréscimos legais (art. 6º, § 4º, da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980).

Quando o pagamento das custas for efetuado em mês diverso do ajuizamento da ação, o valor da causa será corrigido monetariamente observando o encadeamento previsto para as ações condenatórias em geral (Capítulo 4, item 4.2.1).

1.1.3.1.2 Causas de valor inestimável

Nas causas de valor inestimável (não confundir com a omissão do valor da causa), serão devidas custas nos termos da Tabela I, "c", da Lei n. 9.289/1996.

1.1.4 Cobrança

Extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar dentro de quinze dias, o diretor da secretaria encaminhará os elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição como dívida ativa da União (art. 16 da Lei n. 9.289/1996).

1.1.4.1 Levantamento de caução e fiança

Não se fará levantamento de caução ou de fiança sem pagamento das custas (art. 13 da Lei n. 9.289/1996).

1.1.5 Isenções

São isentos de pagamento de custas (art. 4º da Lei n. 9.289/1996):

a) a União, os Estados, os Municípios, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações;

b) os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária gratuita;

c) o Ministério Público;

d) os autores nas ações populares, e nas ações civis públicas e nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 9.289/1996).

Não são devidas custas nos processos de habeas corpus e habeas data (art. 5º da Lei n. 9.289/1996), bem como na reconvenção (art. 7º da Lei n. 9.289/1996).

Nos processos de competência dos Juizados Especiais Federais, não são devidas custas no ajuizamento da ação, sujeitando-se, entretanto, o recurso ao respectivo preparo (arts. 42, § 1º, e 54 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995).

1.1.6 Processos recebidos na Justiça dos Estados

Declinada a competência para a Justiça Federal, será devido o pagamento das custas. Como exceção à regra geral, mesmo sem o recolhimento destas, o processo deverá ser distribuído, cabendo ao juiz do feito observar o disposto no art. 290 do CPC.

1.1.7 Processos remetidos a outro órgão da Justiça Federal

Em caso de redistribuição a outro órgão da Justiça Federal, não haverá novo pagamento de custas (art. 9º da Lei n. 9.289/1996).

1.1.8 Processos remetidos a órgão não pertencente à Justiça Federal

Não se fará restituição das custas quando se declinar da competência para outros órgãos jurisdicionais não integrantes da Justiça Federal (art. 9º da Lei n. 9.289/1996).

1.1.9 Códigos da Receita

Devem-se adotar os códigos e documentos de arrecadação indicados na regulamentação mais recente do respectivo tribunal, referente a essa matéria.

1.2 Ações cíveis em geral

1.2.1 Momento do pagamento

O montante do pagamento inicial será calculado pelo próprio autor ou requerente por ocasião da distribuição do feito, ou, não havendo distribuição, logo após o despacho da inicial, constituindo-se de metade do valor fixado na Tabela I da Lei n. 9.829/1996 e da totalidade dos valores referentes às despesas estimadas. A outra metade será exigível àquele que recorrer ou ao vencido, quando, não havendo recurso, for cumprida, desde logo, a sentença e, ainda, se, embora não recorrendo, o sucumbente oferecer defesa à execução do julgado ou procurar embaraçar-lhe o cumprimento (art. 14, incs. I a IV, da Lei n. 9.289/1996).

Nos casos de urgência, despachada a petição fora do horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários credenciados para o recolhimento das custas judiciais, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente.

1.2.1.1 Reclamações trabalhistas

Nas reclamações trabalhistas remanescentes, as custas serão pagas ao final pelo vencido, nos termos da Tabela I, "a" (Das Ações Cíveis em geral), da Lei n. 9.289/1996.

1.2.2 Complementação

Em caso de recolhimento efetuado a menor no momento da distribuição ou em razão de correção do valor da causa de ofício (art. 292, § 3º, do CPC), deverá o juiz intimar o autor ou requerente para imediata complementação, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC), ressalvada a hipótese de já se haver estabelecido a relação jurídico-processual (RSTJ n. 54/342), como na acolhida de impugnação ao valor da causa (art. 293 do CPC), hipótese em que o processo deverá ser extinto, com fundamento no art. 485, inc. III e § 1º, do CPC, se o autor, intimado, não recolher a complementação devida.

1.2.3 Litisconsórcio ativo e assistência

Na admissão de assistente e de litisconsorte ativo voluntário após a distribuição, exigir-se-á, de cada um, pagamento de custas iguais às pagas pelo autor (art. 14, § 2º, da Lei n. 9.289/1996).

1.2.4 Oposição

Na oposição, serão devidas custas iguais às pagas pelo autor (art. 14, § 2º, da Lei n. 9.289/1996).

1.2.5 Desistência

A desistência da ação não dispensa o pagamento das custas já exigíveis (art. 14, § 1º, da Lei n. 9.289/1996).

1.2.6 Reembolso

Não havendo recurso e, executado o julgado, o vencido reembolsará ao vencedor as despesas por ele antecipadas, ficando obrigado ao pagamento das custas remanescentes (art. 14, inc. III, da Lei n. 9.289/1996).

1.3 Recursos cíveis

1.3.1 Apelação

A segunda metade das custas, devidas por ocasião da apelação, será paga de acordo com a tabela vigente na data de interposição do recurso e com base no valor da causa, corrigido monetariamente, observando-se eventual modificação do valor inicial decorrente de impugnação ao valor da causa.

1.3.1.1 Momento do pagamento

O pagamento das custas devidas pelo recurso deverá ser comprovado no ato de sua interposição, sob pena de deserção, caso o recorrente, intimado na pessoa do seu advogado para suprir a falta, não comprovar o seu recolhimento, em dobro, no prazo de 5 dias (art. 14, inc. II, da Lei n. 9.289/1996 c/c art. 1.007, caput e §§ 2º e 4º, do CPC).

1.3.2 Recursos para os Tribunais Superiores

As custas observarão ao que dispuserem as tabelas dos respectivos normativos (Lei n. 11.636, de 20 de dezembro de 2007 e Resoluções do STF e do STJ), inclusive quanto a isenções.

1.3.3 Porte de remessa e de retorno

Nos recursos processados nos próprios autos, caberá ao recorrente recolher, por ocasião do pagamento das custas, o valor correspondente ao porte de remessa e de retorno.

Cada Tribunal Regional Federal divulgará periodicamente tabela com os valores relativos ao porte de remessa e retorno para as Seções e Subseções Judiciárias da respectiva Região, com base nas tarifas praticadas pelos Correios.

É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos (art. 1.007, § 3º, do CPC).

1.4 Execução

1.4.1 Liquidação

Na liquidação de sentença não são devidas custas, correndo por conta do credor as despesas relativas à realização de perícia e de outras diligências.

1.4.2 Cumprimento da sentença

Processando-se nos próprios autos, não são devidas custas na execução por título judicial.

1.4.2.1 Impugnação

A impugnação prevista no art. 525, § 1º, do CPC é fato gerador do pagamento da segunda metade das custas, nos termos do art. 14, inc. IV, da Lei n. 9.289/1996.

1.4.3 Execução por título extrajudicial

Observa-se o disposto para as ações cíveis em geral.

1.4.4 Execução fiscal

Havendo o pagamento do débito nas execuções fiscais, o executado deverá pagar a totalidade das custas, calculadas conforme Tabela I, "a", da Lei n. 9.289/1996.

1.4.5 Arrematação, adjudicação e remição

Nos leilões e nas praças, as custas devidas são as previstas na Tabela III da Lei n. 9.289/1996, sendo pagas antes da assinatura dos autos de arrematação, adjudicação ou remição.

1.5 Embargos

1.5.1 Embargos à execução e impugnações à arrematação

Os embargos à execução, distribuídos por dependência, não estão sujeitos ao pagamento de custas (art. 7º da Lei n. 9.289/1996).

Também não se sujeitam ao pagamento de custas as arguições de invalidade, ineficácia ou inadimplência na arrematação, que se desenvolvem nos próprios autos da execução (art. 903, § 1º, do CPC).

Tal isenção não abrange os recursos para os Tribunais Superiores (Lei n. 11.636/2007 e STJ - AgInt no AREsp n. 1.537.529), nos quais, além das custas, ainda é exigível o porte de remessa e retorno (itens 1.3.2 e 1.3.3).

1.5.2 Ação autônoma de invalidação da arrematação e da adjudicação

Na ação autônoma para invalidação da arrematação ou adjudicação (art. 903, § 4º, do CPC), são devidas custas nos termos da Tabela I da Lei n. 9.289/1996.

1.5.3 Embargos de terceiros

Os embargos de terceiros, inclusive à adjudicação e à arrematação (arts. 675 e 676 do CPC), estão sujeitos a pagamento de custas, de acordo com a Tabela I da Lei n. 9.289/1996.

1.6 Incidentes processuais

Nos incidentes processuais autuados em apenso, não haverá recolhimento de custas. Quando sujeitos a preparo, por expressa disposição legal, o pagamento inicial das custas será calculado com aplicação integral dos índices previstos na Tabela I da Lei n. 9.289/1996.

1.7 Mandados de segurança

São devidas custas em mandado de segurança, conforme a Tabela I da Lei n. 9.289/1996, mesmo quando impetrado no âmbito de processo criminal (STJ - AgRg nos EDcl no RMS n. 62.011).

1.8 Ações penais

1.8.1 Ação penal pública

Nas ações penais públicas, as custas serão pagas ao final pelo réu, se condenado. O mesmo deve ser observado quanto às ações penais privadas subsidiárias.

1.8.2 Ação penal privada

As custas, nas ações penais privadas, serão antecipadas pelo querelante.

1.8.3 Recursos penais

Com exceção do porte de remessa e retorno em recursos interpostos pelo querelante, não são devidas custas pela interposição de recursos penais.

1.9 Diversos

1.9.1 Correios (AR)

Os avisos de recebimento (AR) observarão os valores fixados pelos Correios.

1.9.2 Editais

Para a publicação de editais, será cobrado o equivalente aos preços praticados pelo respectivo órgão de imprensa.

CAPÍTULO 2 - DÍVIDA FISCAL

2.1 Diretrizes gerais

Incluem-se, neste capítulo, os débitos do contribuinte para com a Fazenda Pública Federal, de natureza tributária ou não, mesmo aqueles que têm regras específicas, como as contribuições devidas ao INSS e obrigações diversas devidas ao Funrural, ao FGTS e a outros órgãos públicos.

Os débitos da Fazenda Pública para com o contribuinte encontram-se no item 4.4 do capítulo 4 (Repetição de Indébito Tributário).

Os débitos incluídos neste capítulo podem ser cobrados e/ou discutidos mediante os seguintes procedimentos:

¸ pelo rito da execução fiscal, em caso de dívida cobrada pela Fazenda Pública: a Certidão de Dívida Ativa - CDA (§ 5º, incs. I a IV, e § 6º do art. 2º da Lei n. 6.830/1980), que instrui o feito, deverá conter os elementos completos e precisos sobre a identificação do devedor, o valor originário da dívida, o termo inicial, a forma de cálculo, o fundamento legal, a origem, a natureza e o demonstrativo do valor inscrito;

¸ por outro rito: caso haja necessidade de se calcular o exato valor devido, o balizador do cálculo será o título judicial em execução (sentença e/ou acórdão), que prevalecerá sobre as orientações deste manual, caso haja divergência.

Também é possível que a lide resida justamente na forma adotada para se calcular o tributo, sendo os autos encaminhados ao setor de cálculos, antes da existência de título judicial transitado em julgado, funcionando o referido setor na qualidade de perito judicial, sendo imprescindível, nesse caso, que o juiz defina as diretrizes que entenda devam ser seguidas.

2.2 Principal

O valor do principal é calculado na forma contida na legislação que rege cada um dos tributos a ser indicado na CDA, no título judicial ou nas instruções do juízo onde corre o processo, conforme a hipótese em que se enquadre a questão, nas formas descritas no item anterior.

2.3 Dívidas fiscais da Fazenda Nacional

2.3.1 Correção monetária

2.3.1.1 Legislação aplicável

¸ Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964: a partir de 1964, instituiu-se a correção monetária, desmembrada do imposto e da multa (OTN);

¸ Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981 (ORTN);

¸ Decreto n. 86.649, de 25 de novembro de 1981 (art. 4º) (observar regra própria);

¸ Decreto-lei n. 2.284, de 11 de março de 1986;

¸ Decreto-lei n. 2.323, de 26 de fevereiro de 1987;

¸ Decreto-lei n. 2.331, de 18 de maio de 1987 - Anistia (débitos até dez/1987);

¸ Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (BTN);

¸ Lei n. 7.799, de 10 de julho de 1989;

¸ Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;

¸ Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (Ufir);

¸ Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (art. 84, inc. I e § 8º) (TMMCTN);

¸ Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995 (art. 13) (Selic);

¸ Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995 (art. 36, § 3º a 5º);

¸ Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (Selic);

¸ Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 61, § 3º; art. 75, parágrafo único);

¸ MP n. 1.973-67, de 26 de outubro de 2000, convertida na Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (arts. 17 e 30).

2.3.1.2 Indexadores

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./1986	ORTN	
De mar./1986 a jan./1989	OTN	Os débitos anteriores a jan./1989 devem ser multiplicados, nesse mês: a) para o Imposto de Renda (IR): por 6,92; b) para o Imposto de Importação (II): por 6,17.
De jan./1989 a jan./1991	BTN	O último BTN corresponde a 126,8621.
De fev./1991 a dez./1991	Não há	Não há correção monetária, somente juros de mora equivalentes à TRD (vide item 2.3.2.2).
A partir de jan./1992	Para fatos geradores ocorridos: a) Até 31/12/1994: I. Até jan./1997: Ufir; II. A partir de jan./97: taxa Selic, até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento. b) A partir de jan./1995: I. De jan./95 a mar./1995: TMMCTN; II. A partir de abr./1995: taxa Selic até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento.	

2.3.1.3 Orientações diversas sobre correção monetária
¸Tributos que seguem a metodologia do Imposto de Renda (IR) para a correção monetária:
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- FINSOCIAL;
- Programa de Integração Social (Pis);
- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).
¸Tributos que seguem a metodologia do Imposto de Importação (II) para a correção monetária:
- Imposto Único sobre Minerais (IUM);
- Imposto sobre Transportes Rodoviários (ISTR);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE);
- Imposto Único sobre Lubrificantes Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG);
- Imposto sobre Serviços de Comunicações (ISSC);
- Imposto sobre Transportes (IST);
- Imposto Único sobre Álcool Etílico e Óleos Vegetais;
- Taxa de Melhoramento de Portos;
- Taxa Adicional de Tarifa Portuária;
- Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante;
- Taxa de Fiscalização da Comunicação (TFIC) - (Telebrás);
- Empréstimo Compulsório;
- Imposto Territorial Rural (ITR).

¸O mês da mudança do indexador deve ser considerado, sob pena de solução de continuidade.
¸A correção monetária, salvo determinação em contrário, deve seguir a variação mensal do indexador correspondente.
¸A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e a TMMCTN (Taxa Média Mensal de Captação do Tesouro Nacional):
a) devem ser capitalizadas de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;
b) devem ser aplicadas a partir do mês seguinte ao da competência da parcela devida até o mês anterior ao pagamento, e 1% no mês do pagamento.
¸O mês de janeiro de 1989 marca o termo final da OTN e o início da BTN. Entretanto, por serem indexadores nominais, este fato não implica duplicidade de correção monetária, pois a OTN de janeiro serve para definir a inflação de dez./1988, e a BTN de janeiro, comparada com a de fevereiro, para fixar a inflação de jan./1989.

2.3.2 Juros de mora
2.3.2.1 Legislação aplicável
¸Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964 (art. 7º, § 6º);
¸Lei n. 5.421, de 25 de abril de 1968 (art. 2º);
¸Decreto-lei n. 1.680, de 28 de março de 1979 (art. 2º, parágrafo único);
¸Decreto-lei n. 1.704, de 23 de outubro de 1979 (art. 5º, § 4º);
¸Decreto-lei n. 1.736, de 20 de dezembro de 1979 (art. 2º, parágrafo único);
¸Decretos-leis n. 1.967 e 1.968, de 23 de novembro de 1982;
¸Decreto-lei n. 2.323, de 26 de fevereiro de 1987 (art. 2º);
¸Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991 (TR);
¸Lei n. 8.218, de 29 de agosto de 1991 (art. 30) (TRD);
¸Lei n. 8.383, de 23 de dezembro de 1991 (art. 54, § 2º);
¸Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (art. 84, inc. I e § 8º) (TMMCTN);
¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 61, § 3º);
¸Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995 (art. 13) (Selic);
¸Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (arts. 17 e 30).
2.3.2.2 Percentuais

Período	Taxa mensal	Obs.
De jul./1964 a abr./1968	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor-base trimestral do débito cor/mon.
De maio/1968 a set./1979	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor originário do débito.
De out./1979 a dez./1979	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.
De jan./1980 a dez./1982	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor originário do débito, contados do dia seguinte ao do vencimento.
De jan./1983 a jan./1991	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.
De fev./1991 a 2/1/92	Equivalente à TRD.	Art. 30 da Lei n. 8.218/1991.
De 3/1/92 a 31/1/92	-	Não há aplicação de juros de mora, por falta de previsão legal.
A partir de fev./1992	1%, sendo que, para fatos geradores ocorridos: a) até 31/12/94: taxa Selic, a partir de jan./1997 até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento; b) a partir de jan./1995: I. De jan./1995 a mar./1995: TMMCTN; II. A partir de abr./1995: taxa Selic até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento.	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.

2.3.2.3 Orientações diversas sobre juros de mora
¸Os juros de mora não incidem sobre a multa de mora;
¸A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e a TMMCTN (Taxa Média Mensal de Captação do Tesouro Nacional):
a) devem ser capitalizadas de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;
b) devem ser aplicadas a partir do mês seguinte ao da competência da parcela devida até o mês anterior ao pagamento, e 1% no mês do pagamento.
2.3.3 Multa de mora
A multa de mora decorre da falta de pagamento do tributo na data do vencimento.
2.3.3.1 Legislação aplicável
¸Lei n. 2.862, de 4 de setembro de 1966;
¸Lei n. 4.154, de 28 de novembro de 1962 (art. 15);
¸Decreto-lei n. 1.736, de 20 de dezembro de 1979 (art. 1º);
¸Decretos-leis n. 1.967 e 1.968, de 23 de novembro de 1982;
¸Decreto-lei n. 2.323, de 26 de fevereiro de 1987 (art. 15, parágrafo único);
¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989 (art. 23);
¸Lei n. 7.799, de 10 de julho de 1989;
¸Lei n. 8.218, de 29 de agosto de 1991 (art. 3º, inciso II);
¸Lei n. 8.383, de 23 de dezembro de 1991;
¸Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 61, §§ 1º e 2º).
2.3.3.2 Percentuais
¸Até 1962: até 50%;
¸De 1962 a 31/12/79: de 5% a 30% sobre o valor do imposto atualizado monetariamente;
¸De 1/1/80 a 31/12/82: 30% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸De 1/1/83 a 28/2/87: 20% sobre o valor do imposto atualizado monetariamente;
¸De 1/3/87 a 31/1/89: 20% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸De 1/2/89 a 31/5/89: 30% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸De 1/6/89 a 29/8/91: 20% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸De 30/8/91 a 31/12/91: multa de mora escalonada (vide art. 3º, inciso II, da Lei n. 8.218/1991);
¸De 1/1/92 a 20/1/95: 20% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸De 21/1/95 a 27/12/96: 30% sobre o valor do débito atualizado monetariamente;
¸A partir de 28/12/96: 20% sobre o valor do débito atualizado monetariamente.
2.3.3.3 Orientações diversas sobre multa de mora
¸Na CDA deve constar o valor da multa de mora devidamente discriminado (art. 202, inciso III, do CTN).
¸O art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN determina a aplicação retroativa da legislação mais benéfica ao contribuinte à época do pagamento.
¸A multa será calculada à taxa de 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição e até o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitada a 20% (art. 61, caput, e §§ 1º e 2º, da Lei n. 9.430/1996).

2.3.4 Multa punitiva

A multa punitiva decorre de infração à legislação tributária (ex.: entrada irregular de mercadoria no país). É diferente da multa de mora, pois esta decorre da falta de pagamento do tributo na data do vencimento.

2.3.4.1 Legislação aplicável

¸ Lei n. 4.502, de 30 de novembro de 1964 (arts. 66 e 80);
¸ Lei n. 8.218, de 29 de agosto de 1991 (art. 3º, § 2º, e arts. 4º e 5º);
¸ Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 44);
¸ Lei n· 10.426, de 24 de abril de 2002 (art. 9º);
¸ Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007 (arts. 13, 14 e 16).

2.3.4.2 Orientações diversas sobre multa punitiva

¸ Esta multa terá fundamento legal indicado na correspondente Certidão de Dívida Ativa, incidindo sobre o débito apenas correção monetária e juros.
¸ As multas punitivas previstas no Regulamento do Imposto de Renda contido no Decreto n. 47.373/1959, salvo norma legal em contrário, foram substituídas pelas multas de mora estabelecidas pelo art. 15 da Lei n. 4.154/1962; o qual, por sua vez, foi revogado pelo art. 13 do Decreto-lei n. 1.736/1979. Atualmente, podem ser cumuladas multas punitiva e de mora, como nos arts. 44 e 61 da Lei n. 9.430/1996.

2.3.5 Encargos diversos

O encargo previsto no art. 1º do Decreto-lei n. 1.025, de 21 de outubro de 1969, no percentual de 20%, substitui a verba honorária.

2.4 Orientações diversas sobre dívidas fiscais da Fazenda

Encontram-se, neste item, alguns aspectos que dizem respeito apenas a um tributo específico, somente a ele aplicáveis.

2.4.1 Imposto de Importação (II)

A multa punitiva decorrente da entrada irregular de mercadoria no país é calculada:

¸ A partir de 8/4/1976: no equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria (arts. 18 e 23 do Decreto-lei n. 1.455/1976);
¸ A partir de 11/4/1985: em valores fixos ou percentuais variáveis sobre o valor do imposto incidente sobre a importação da mercadoria (arts. 521 a 532 do Decreto n. 91.030/1985);
¸ A partir de 27/12/2002: em percentuais variáveis sobre o valor do imposto incidente sobre a importação da mercadoria (arts. 628, 633, 645 e 646 do Decreto n. 4.543/2002);
¸ A partir de 6/2/2009: em percentuais variáveis sobre a totalidade ou a diferença do imposto devido (art. 725 do Decreto n. 6.759/2009 c/c art. 44, § 2º, da Lei n. 9.430/1996, com a redação dada pelo art. 14 da Lei n. 11.488/2007).

As multas assim calculadas são acrescidas de juros de 1% sobre o valor originário. A partir do Decreto-lei n. 2.323, de 26 de fevereiro de 1987 (art. 16), calculam-se os juros sobre o valor corrigido.

2.4.2 Contribuição previdenciária

2.4.2.1 Correção monetária

2.4.2.1.1 Legislação aplicável

¸ Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964, art. 7º (OTN);
¸ Decreto-lei n. 1.816, de 10 de dezembro de 1980, art. 1º;
¸ Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986 (ORTN);
¸ Decreto-lei n. 2.290, de 21 de novembro de 1986;
¸ Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (BTN);
¸ Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989;
¸ Lei n. 7.777, de 19 de junho de 1989;
¸ Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;
¸ Lei n. 8.012, de 4 de abril de 1990 –Correção pelo BTN Fiscal –para contribuições com fatos geradores ocorridos a partir de 1/4/90;
¸ Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991 (art. 34 e art. 35);
¸ Lei n. 8.218, de 29 de agosto de 1991 (TRD);
¸ Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (Ufir);
¸ Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (art. 84, inciso I, e art. 91, parágrafo único, a.2) (TMMCTN);
¸ Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995 (art. 13);
¸ Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995 (art. 36, §§ 3º a 5º);
¸ Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (art. 5º, § 3º; art. 61, § 3º; art. 75, parágrafo único);
¸ Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
¸ Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009.

2.4.2.1.2Indexadores

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a dez./1991		Mesmos critérios de cor/mon para o Imposto de Renda, indicado no item 2.3.1.2.
A partir de jan./1992	Para fatos geradores ocorridos: a) Até 31/12/94: I. Até jan./97: Ufir; II. De fev./97 a mar./97: sem cor/mon; III. A partir de abr./97: taxa Selic, até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento. b) A partir de jan./95: I. De jan./95 a mar./95: TMMCTN; II. A partir de abr./95: taxa Selic até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento.	

2.4.2.2 Juros de mora

2.4.2.2.1 Legislação aplicável

¸ Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964 (art. 7º, § 6º);
¸ Decreto-lei n. 1.816, de 10 de dezembro de 1980 (arts. 30 e 40);
¸ Decreto n. 84.028, de 25 de setembro de 1979 (arts. 10 e 20);
¸ Decreto n. 84.062, de 8 de outubro de 1979 (art. 10);
¸ Decreto n. 83.081, de 24 de novembro de 1979 (art. 61);
¸ Decreto n. 90.847, de 17 de janeiro de 1985 (art. 61);
¸ Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991 (desindexação - TR/TRD);
¸ Lei n. 8.218, de 29 de agosto de 1991 (TRD - Juros);
¸ Decreto 612, de 21 de julho de 1992 (art.58, § 2º);
¸ Lei n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993;
¸ Lei n. 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (art. 84, inciso I e § 8º) (TMMCTN);
¸ Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995 (art. 13) (Selic);
¸ Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
¸ Lei n. 9.639, de 25 de maio de 1998;
¸ Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (arts. 17 e 30).

2.4.2.2.2 Percentuais

Período	Taxa mensal	Obs.
Até abr./68	1% (calendário ou fração)	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.
De maio/68 a set./79	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor originário do débito.
De out./79 a jan./91	1%	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.
De fev./91 a 2/1/92	Equivalentes à TRD	Art. 30 da Lei n. 8.218/1991 (sem a incidência de qualquer outro fator de correção monetária).
De 3/1/92 a 31/1/92	-	Não há aplicação de juros de mora, por falta de previsão legal.
A partir de fev./92	1%, sendo que, para fatos geradores ocorridos: a) Até 31/12/94: taxa Selic, a partir de abr./97 até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento; b) A partir de jan./95: I. De jan./95 a mar./95: TMMCTN; II. A partir de abr./95: taxa Selic até o mês anterior ao pagamento; 1% no mês do pagamento.	Juros simples, incidentes sobre o valor do débito cor/mon.

2.4.2.3 Multas

As multas moratórias do INSS, conhecidas como multas automáticas, devidas por atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias, são fixadas em percentual variável e atualizadas monetariamente, ou não, conforme o momento da ocorrência do fato gerador da contribuição.

¸ Até ago./89: multa de 50% sobre o débito atualizado (art. 61 do Decreto n. 90.817/1985);
¸ De set./89 a ago./91: multa de 60% sobre o débito atualizado (art. 10 da Lei n. 7.787/1989);
¸ De set./91 a dez./91: multa de 40% sobre o débito atualizado (art. 3º da Lei n. 8.218/1991);
¸ De jan./92 a mar./97: multa de 60% (art. 61, inciso IV, da Lei n. 8.383/1991);
¸ De abr./97 a out./99: multa de 40%, após o ajuizamento da execução fiscal, e de 50%, após o ajuizamento da execução fiscal, se o crédito houver sido objeto de parcelamento (art. 35, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei n. 8.212/1991, com a redação da Lei n. 9.528/1997);
¸ De nov./99 a nov./08: multa de 80%, após o ajuizamento da execução fiscal, e de 100%, após o ajuizamento da execução fiscal, se o crédito houver sido objeto de parcelamento (art. 35, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei n. 8.212/1991, com a redação da Lei n. 9.876/1999);
¸ A partir de dez./08: multa calculada à taxa de 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento da contribuição até o dia em que ocorrer o pagamento, e limitada a 20% (art. 61 da Lei n. 9.430/1996 c/c art. 35 da Lei n. 8.212/1991, com a redação da MP n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009).
¸ NOTA: Tratando-se de débito em execução judicial, aplica-se a multa pelo teto, já que decorreram os prazos anteriores previstos, que previam percentuais menores.

2.4.2.4 Honorários advocatícios/encargos

Verbas honorárias fixadas em percentual aplicável sobre o montante do débito atualizado, acrescido de juros de mora, multa e outros consectários. O percentual em geral é de 10%.

Com a assunção da cobrança dos débitos do INSS pela Fazenda Nacional, é devido o encargo de 20%, previsto no art. 1º do Decreto-lei n. 1.025/1969.

2.4.3 Funrural

Para o cálculo da correção monetária, juros e honorários advocatícios, aplicam-se os mesmos critérios cabíveis à contribuição previdenciária.

Quanto à multa, aplica-se 10% por semestre ou fração por atraso, no recolhimento da contribuição (art. 15, inciso II, § 3º, da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971).

A multa automática poderá ser calculada conforme a seguinte tabela:

MESES	MULTA SERÁ	MESES	MULTA SERÁ
1 a 6	10%	31a 36	60%
7 a 12	20%	37 a 42	70%
13 a 18	30%	43 a 48	80%
19 a 24	40%	49 a 54	90%
25 a 30	50%	e sucessivamente	

2.4.4 Fundo de Garantia por Tempo se Serviço – FGTS

2.4.4.1 Atualização monetária (correção monetária, juros e multa)

Em virtude de sistemática própria, neste item serão incluídos os índices de correção monetária e juros para atualização dos valores devidos ao FGTS. Para realização desses cálculos, devem-se adotar as tabelas de atualização mensalmente publicadas pela Caixa Econômica Federal.

¸ Até set./89: mesmos índices do coeficiente de remuneração das contas vinculadas (JCM), composta por índices mensais de correção de forma trimestral, multiplicados pela taxa de juros pro rata para o trimestre (1,0075, ou seja, a taxa mínima, aplicada para a capitalização de 3% ao ano). Os índices básicos da correção monetária eram a ORTN, até setembro de 1983, a UPC (Unidade Padrão de Capital) e os índices básicos de atualização dos saldos da poupança. O valor do débito deve ser convertido em BTNF, em 1º/11/89, aplicando-se juros mensais de 1% simples e multa de 20% (arts. 18 e 19 da Lei n. 5.107/1966, com as alterações do Decreto-lei n. 20/1966 e do Decreto-lei n. 1.432/1975);

¸ De out./89 até fev./91: correção monetária pelo BTN Fiscal, juros de 1% ao mês, contados desde o vencimento, e multa de mora de 20% (art. 20 da Lei n. 7.839/1989 e art. 22 da Lei n. 8.036/1990). Os valores convertidos em BTN deverão ser convertidos em cruzeiros, em 1º/2/91, com a multiplicação por 126,8621;

¸ De fev./91 a maio/2000: correção monetária e juros calculados pela variação da TRD (art. 9º da Lei n. 8.177/1991, alterada pela Lei n. 8.218/1991, resultante da conversão da MP n. 298/1991), mais multa de mora de 20% (art. 22 da Lei n. 8.036/1990);

¸ A partir de maio/2000: correção monetária calculada pela variação da TR (Súmula n. 459/STJ), por dia de atraso, e juros de mora de 0,5% ao mês, simples, contados da data de vencimento de cada recolhimento, aplicados sobre os depósitos atualizados, sem a parcela de multa, esta calculada à taxa de 5%, se o pagamento ocorrer no mês de vencimento, ou 10% a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação (art. 22, §§ 1º, 2º e 2º-A da Lei n. 8.036/1990 com a redação da Lei n. 9.964/2000).

2.4.4.2 Multa moratória

¸ Até out./79: 10% por semestre de atraso, sobre o débito atualizado;

¸ Nov./79 a abr./82: máximo de 30% sobre o débito atualizado;

¸ Maio/82 a out./89: máximo de 20% sobre o débito atualizado;

¸ Nov./89 a abr./2000: 20% sobre o débito atualizado (art. 20 da Lei n. 7.839/1989 e art. 22 da Lei n. 8.036/1990);

¸ A partir de maio/2000: 5%, se o pagamento ocorrer no mês de vencimento, ou 10% a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, sobre o débito atualizado (art. 22, § 2º-A, da Lei n. 8.036/1990 com a redação da Lei n. 9.964/2000).

2.4.4.3 Honorários advocatícios/encargos

Nos créditos ajuizados a partir de 28/6/95, incide encargo de 20%, reduzido para 10%, nos ajuizados a partir de 6/10/99 (art. 2º, § 4º, da Lei n. 8.844/1994 - MP n. 1.039/1995, convertida na Lei n. 9.467/1997; MP n. 1.923/1999, convertida na Lei n. 9.964/2000).

O encargo legal substitui os honorários advocatícios.

2.4.5 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

Para correção monetária, adotam-se os mesmos critérios do Imposto de Renda, indicados no item 2.3.1.2.

2.4.5.1 Juros de mora

¸ Até abr./90: 12% ao ano, de forma simples, incidentes sobre o total das parcelas de imposto, taxas ou multas originários, contados a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente, aplicados sobre o montante devido em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior. Nota: não sofrem a incidência de correção monetária (art. 2º, § 1º, do Decreto-lei n. 57/1966);

¸ A partir de maio/90: adotam-se os mesmos critérios de juros para o Imposto de Renda, indicados no item 2.3.2.2.

2.4.5.2 Multa moratória

¸ Até abr./90: multa de mora variável conforme a natureza do principal. Em geral, a multa moratória consistia em um percentual de 20% incidente sobre o montante principal originário do débito, calculado cumulativamente a cada exercício, contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte (1º de janeiro). A exemplo dos juros nesse período, não há incidência de correção sobre tais acréscimos.

¸ A partir de maio/90: máximo de 20%, aplicados sobre o valor principal do débito corrigido monetariamente.

2.4.5.3 Multa punitiva

Varia conforme a natureza da infração e época em que é aplicada. Deve-se consultar o fundamento legal especificado na Certidão de Dívida Ativa (item 2.3.4.1).

2.5 Tributos extintos

A Constituição Federal de 1988 extinguiu vários tributos, listados a seguir. Caso haja necessidade de consulta à legislação pertinente, a referência respectiva consta de quadro próprio, encartado ou disponível no Portal da Justiça Federal. Os tributos extintos são os seguintes:

¸ Imposto Único sobre Minerais - IUM;

¸ Imposto sobre Transportes Rodoviários - ISTR;

¸ Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE;

¸ Imposto Único sobre Lubrificantes Combustíveis Líquidos e Gasosos - IULCLG;

¸ Imposto sobre Serviços de Comunicações - ISSC;

¸ Imposto sobre Transportes - IST;

¸ Imposto Único sobre Álcool Etílico e Óleos Vegetais;

¸ Adicional de Tarifa Portuária;

¸ Empréstimo Compulsório sobre Combustíveis;

¸ Empréstimo Compulsório sobre Aquisição de Veículos Automotores.

2.6 Contribuições devidas aos conselhos profissionais

Inscrevem-se em dívida ativa débitos decorrentes de anuidades, bem como multas moratórias e punitivas aplicadas com base na legislação pertinente, cuja consulta pode ser feita no quadro próprio, encartado ou disponível no Portal da Justiça Federal. Para a atualização do débito constante da CDA, são utilizados critérios de correção monetária idênticos aos do Imposto de Renda, indicados no item 2.3.1.2.

2.7 Dívidas não tributárias

2.7.1 Foro, laudêmio e taxa de ocupação

Laudêmio é a parcela devida pela transmissão do uso de imóveis de titularidade da União por ocasião da lavratura ou registro de escritura definitiva de compra e venda. Foro e taxa de ocupação são valores devidos anualmente à União pelo uso de terrenos de sua titularidade.

2.7.1.1 Atualização monetária e encargos

Adotam-se os mesmos critérios de correção monetária para o Imposto de Importação, indicados no item 2.3.1.2.

2.8 Multas administrativas

As multas administrativas são impostas pela autoridade administrativa em virtude de infração à legislação pertinente, cujo quadro se encontra encartado a este manual. Para a atualização do débito, são utilizados os critérios contidos nas diretrizes gerais, exceto se estiver sujeito a regras específicas.

2.8.1 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - Ibama

2.8.2 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - Sudepe

2.8.3 Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF

2.8.4 Banco Central do Brasil - Bacen

2.8.5 Atualização monetária, honorários e encargos

Adotam-se os mesmos critérios de correção monetária para o Imposto de Renda, indicados no item 2.3.1.2.

2.9 Falência

Na falência, a correção monetária dos débitos fiscais do falido será feita até a data da sentença declaratória da falência, ficando suspensa, por um ano, a partir dessa data. Após esse prazo, se não liquidado o débito, calcula-se a correção no período integral, desprezando-se a suspensão (art. 1º, caput e § 1º, do Decreto-lei n. 858, de 11 de setembro de 1969).

Os juros de mora são aplicados até a data da quebra (art. 26 do Decreto-lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945; art. 124 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

CAPÍTULO 3 - DÍVIDAS DIVERSAS

Títulos de crédito, contratos bancários, contratos cíveis e outros, envolvendo a Caixa Econômica Federal, ECT, Conab etc.

Os débitos incluídos neste capítulo podem estar sendo cobrados e/ou discutidos mediante execução de título extrajudicial ou outro rito (ação anulatória, monitória, revisional etc.).

Os cálculos serão realizados na forma prevista no respectivo título extrajudicial, com as eventuais alterações determinadas pelo juízo.

CAPÍTULO 4 - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

4.1 Diretrizes gerais

¸ Este capítulo oferece o método tradicional de cálculo utilizado nas liquidações, no âmbito da Justiça Federal, bem como as principais alternativas surgidas em razão de divergências verificadas na jurisprudência.

¸ Além de se destinarem ao cálculo de liquidação de sentença, as orientações deste capítulo também podem ser utilizadas para cálculos anteriores à sentença, como, por exemplo, para aferir o valor da causa.

¸ A decisão judicial é o balizador do cálculo e prevalece sobre as orientações deste manual caso haja divergência.

¸ Assume relevância a conferência daqueles detalhes ou pontos que foram objeto de reforma pelas instâncias superiores, de sorte que permita uma liquidação fiel ao que foi decidido nos autos. Havendo dúvida sobre a interpretação do julgado, é aconselhável consultar o juiz da causa.

4.1.1 Principal

O "principal" é apurado com base nos dados contidos nos autos e/ou definidos na decisão judicial.

4.1.2 Correção monetária

Será tratada nas seções seguintes e contemplará cada tipo de liquidação, exceto quanto às notas e itens abaixo:

¸ NOTA 1: Incide correção monetária ainda que omisso o pedido inicial ou a sentença.

¸ NOTA 2: Os cálculos de liquidação observarão o disposto no respectivo título judicial, salvo em relação ao indexador de cor/mon no caso de mudança superveniente da legislação.

¸ NOTA 3: Efetuando-se mera atualização de cálculo original, já aceito pelas partes, deve-se seguir a mesma metodologia do cálculo anterior, ressalvado o constante na Nota 2.

4.1.2.1 Expurgos inflacionários

Devem-se considerar, também, os expurgos inflacionários, IPC/IBGE integrais (descontando o BTN ou outro índice utilizado, evitando bis in idem), já consolidados pela jurisprudência, salvo decisão judicial em contrário, nos seguintes períodos:

- jan./89 = 42,72%;
- fev./89 = 10,14%;
- mar./90 a fev./91 = IPC/IBGE em todo o período.

4.1.2.2 Deflação

Salvo decisão judicial em contrário, os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização. Contudo, se, no resultado final do cálculo, a atualização implicar redução do principal, considerada cada parcela do principal, deve prevalecer o valor nominal. A redução do valor nominal como consequência da correção monetária representaria o descumprimento do título executivo e infringiria a coisa julgada. Ademais, poderia acarretar reduções vedadas constitucionalmente. (REsp. n. 1.265.580).

4.1.2.3 Condenação em salários-mínimos

Ocorrendo condenação em múltiplos do salário-mínimo, este deve ser convertido para a moeda corrente na data da parcela devida definida pela decisão judicial e corrigido pelos indexadores do respectivo tipo de ação, pois o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal veda sua utilização como indexador de correção monetária.

4.1.2.4 Indexadores nominais e percentuais

Os indexadores serão determinados segundo cada tipo de liquidação.

Para um correto encadeamento dos indexadores, importa esclarecer a diferença entre índices nominais e percentuais:

a) Nominais: são os fixados em valores nominais, na moeda corrente da época. Ex.: Ufir, BTN, OTN, ORTN; refletem a inflação do mês (ou dia) anterior à data do valor divulgado.

b) Percentuais (ou reais): são os fixados em valores percentuais. Ex.: INPC, IGP-DI, IGP-M. Refletem a inflação do próprio mês de competência e terão aplicação prática no mês (ou dia) seguinte à data da divulgação.

4.1.3 Juros de mora

Serão tratados nas seções seguintes e definidos segundo cada tipo de liquidação, exceto quanto às notas abaixo:

¸ NOTA 1: Segundo a Súmula n. 254/STF, incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação.

¸ NOTA 2: Os cálculos de liquidação observarão o disposto no respectivo título judicial, salvo em relação à taxa de juros de mora no caso de mudança superveniente da legislação (REsp n. 1.112.746, Tema 176/STJ).

¸NOTA 3: Efetuando-se mera atualização de cálculo original, já aceito pelas partes, deve-se seguir a mesma metodologia do cálculo anterior, ressalvado o constante na Nota 2.

¸NOTA 4: Os juros de mora também incidem sobre as parcelas do principal vencidas antes do seu termo inicial.

¸NOTA 5: Os juros de mora devem ser calculados excluindo-se o mês de início e incluindo-se o mês da conta e incidem sobre o valor atualizado da condenação, ressalvadas as exceções legais.

4.1.4 Honorários

A data da sentença (ou do ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 (EAREsp 1.255.986).

4.1.4.1 Fixados sobre o valor da causa

Atualiza-se o valor da causa, desde o ajuizamento da ação (Súmula n. 14/STJ), aplicando-se o percentual determinado na decisão judicial. A correção monetária deve seguir o encadeamento das ações condenatórias em geral, indicado no capítulo 4, item 4.2.1.

Os juros de mora serão contados a partir da citação no processo de execução, quando houver, ou do fim do prazo do art. 523 do CPC, observando-se as taxas indicadas no item 4.2.2 do Capítulo 4.

4.1.4.2 Fixados sobre o valor da condenação

Aplica-se o percentual determinado na decisão judicial sobre o valor atualizado da condenação, atentando-se para eventual majoração de honorários em fase recursal (art. 85, § 11, do CPC).

Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, devem ser considerados, conforme o caso, os percentuais estabelecidos pelo juiz para cada faixa de valores (art. 85, § 3º, do CPC), de modo que o cálculo de honorários deve observar o percentual da faixa inicial e, naquilo que a exceder, o percentual da faixa subsequente, e assim sucessivamente (art. 85, § 5º, do CPC).

4.1.4.3 Fixados em valor certo

Atualiza-se desde a decisão judicial que os arbitrou. A correção monetária deve seguir o encadeamento das ações condenatórias em geral, indicado neste capítulo, item 4.2.1.

Os juros de mora serão contados a partir do trânsito em julgado do título judicial (art. 85, § 16, do CPC), observando-se as taxas indicadas no item 4.2.2 do Capítulo 4.

4.1.4.4 Fixados em múltiplos do salário-mínimo (em que pese a vedação da Súmula n. 201/STJ)

Converte-se o salário-mínimo em moeda corrente, considerado o valor vigente, quando prolatada sentença líquida ou o que estiver em vigor na data da decisão de liquidação (art. 85, § 4º, IV, do CPC) - o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal veda sua utilização como indexador de correção monetária - e corrige-se pelos indexadores das ações condenatórias em geral, conforme o Capítulo 4, item 4.2.1.

Os juros de mora serão contados a partir da citação no processo de execução, quando houver, ou do fim do prazo do art. 523 do CPC, observando-se as taxas indicadas no item 4.2.2 do Capítulo 4.

4.1.4.5 Omitidos

Ocorrendo omissão na fixação dos honorários advocatícios, recomenda-se consultar o juiz da causa sobre o procedimento a ser adotado. Nesse caso, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança dos honorários (art. 85, § 18, do CPC).

4.1.4.6 Honorários no cumprimento de sentença

No cálculo dos honorários advocatícios devidos em cumprimento de sentença, não se inclui a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 523, § 1º, do CPC, pelo descumprimento da obrigação dentro do prazo legal (REsp n. 1.757.033).

4.1.5 Custas e despesas judiciais

¸Reembolso. O valor antecipado pela parte deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do recolhimento, de acordo com os índices das ações condenatórias em geral (Capítulo 4, item 4.2.1), sem a inclusão de juros.

¸Reembolso de outras despesas processuais. Exemplos:

- diárias de oficial de justiça;
- tradutor público;
- honorários de perito;
- deslocamento de testemunhas.

Nessas hipóteses, o reembolso deverá ocorrer mediante a atualização monetária incidente a partir da data da despesa, com os índices das ações condenatórias em geral (Capítulo 4, item 4.2.1), sem a inclusão de juros.

¸Conforme resoluções do CJF, as remunerações dos defensores dativos, peritos e tradutores/intérpretes normalmente são fixadas de acordo com as tabelas anexas às resoluções.

¸Na hipótese de fixação de honorários de perito/tradutor em múltiplos do salário-mínimo, este deve ser convertido para a moeda corrente na data da decisão judicial, pois o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal veda sua utilização como indexador de correção monetária, e corrigido pelos indexadores das ações condenatórias em geral, de conformidade com o Capítulo 4, item 4.2.1.

4.1.6 Multas e indenizações processuais

As multas e indenizações processuais são determinadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, devendo ser calculadas nos termos da decisão judicial que as fixou. Atualiza-se o valor de acordo com os índices das ações condenatórias em geral (Capítulo 4, item 4.2.1), sem a inclusão de juros.

¸ Na hipótese de fixação de multas e indenizações processuais em múltiplos do salário-mínimo, este deve ser convertido para a moeda corrente na data da decisão judicial que as arbitrou, pois o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal veda sua utilização como indexador de correção monetária, e corrigido pelos indexadores das ações condenatórias em geral, segundo indicado no item 4.2.1 deste capítulo.

4.1.7 Multas

- Moratórias: art. 411 do Código Civil;
- Compensatórias: art. 411 do Código Civil;
- Penitenciais: art. 420 do Código Civil;
- Cominatórias: art. 497 do Código de Processo Civil.

Só será permitida a inclusão de quaisquer dessas multas se houver condenação nesse sentido, constante de decisão judicial.

Atualiza-se o valor de acordo com os índices das ações condenatórias em geral (Capítulo 4, item 4.2.1), sem a inclusão de juros.

¸Na hipótese de fixação dessas multas em múltiplos do salário-mínimo, este deve ser convertido para a moeda corrente na data da decisão judicial que as arbitrou, pois o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal veda sua utilização como indexador de correção monetária, e corrigido pelos indexadores das ações condenatórias em geral, conforme indicado no Capítulo 4, item 4.2.1.

4.1.8 Imputação de pagamento

Ocorrendo pagamento parcial de crédito não sujeito à requisição (art. 100 da Constituição Federal), a imputação do pagamento observará o disposto no art. 354 do Código Civil.

4.2 Ações condenatórias em geral

4.2.1 Correção monetária

¸Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964 (ORTN);

¸Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, regulamentada pelo Decreto n. 86.649, de 25 de novembro de 1981 (OTN);

¸Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986, art. 33 - atualiza, converte em cruzados e congela;

¸Decreto-lei n. 2.290, de 21 de novembro de 1986, art. 60;

¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (BTN);

¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989;

¸Lei n. 7.777, de 19 de junho de 1989;

¸Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;

¸Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (Ufir);

¸Lei n. 9.065, de 20 de junho de 1995;

¸Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995;

¸Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

¸Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001;

¸MP n. 1973-67, de 26 de outubro de 2000, convertida na Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002.

4.2.1.1 Indexadores

Observar regras gerais no item 4.1.2 deste capítulo.

Caso não haja decisão judicial em contrário, utilizar os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./86	ORTN	
De mar./86 a jan./89	OTN	Os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17.
Jan./89	IPC/IBGE de 42,72%	Expurgo, em substituição ao BTN.
Fev./89	IPC/IBGE de 10,14%	Expurgo, em substituição ao BTN.
De mar./89 a mar./90	BTN	
De mar./90 a fev./91	IPC/IBGE	Expurgo, em substituição ao BTN e ao INPC de fev./91.
De mar./91 a nov./91	INPC	
Em dez./91	IPCA série especial	Art. 2º, § 2º, da Lei n. 8.383/1991.
De jan./92 a dez./2000	Ufir	Lei n. 8.383/1991
A partir de jan./2001	IPCA-E/IBGE (em razão da extinção da Ufir como indexador, pelo art. 29, § 3º, da MP n. 1.973-67/2000).	RE n. 870.947 e RE n. 870.947 ED (Tema 810), REsps n. 1.492.221, n. 1.495.144 e n. 1.495.146 (Tema 905). O percentual a ser utilizado em janeiro de 2001 deverá ser o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE).

¸NOTA 1: Tratando-se de dívida por ato ilícito, incide correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ), e, no caso de dano moral, a correção monetária será a partir do arbitramento (Súmula n. 362/STJ).

¸NOTA 2: Se os juros de mora corresponderem à taxa Selic (ver item 4.2.2, a seguir), o IPCA-E deixa de ser aplicado como indexador de cor/mon, a partir da incidência da Selic (que engloba juros e cor/mon).

¸NOTA 3: Para as remunerações dos servidores e empregados públicos, o termo inicial da correção monetária deve ser o mês da competência, e não o mês de pagamento.

4.2.2 Juros de mora

Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.

Os juros são contados a partir da citação, salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalizaçã	Obs.
Até dez./2002	0,5% - simples	Arts. 1.062, 1.063 e 1.064 do antigo Código Civil.
De jan./2003 a jun./2009	Selic	Art. 406 da Lei n. 10.406/2002 - Código Civil.
De jul./2009 a abr./2012	1) Devedor Fazenda Pública: - 0,5%, simples 2) Devedor não enquadrado como Fazenda Pública: - Selic	1) Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, combinado com a Lei n. 8.177/1991. 2) Art. 406 da Lei n. 10.406/2002 - Código Civil.
A partir de maio/2012	1) Devedor Fazenda Pública: O mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%; 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos. 2) Devedor não enquadrado como Fazenda Pública: Selic	1) Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, combinado com a Lei n. 8.177/1991, com alterações da MP n. 567, convertida na Lei n. 12.703/2012. 2) Art. 406 da Lei n. 10.406/2002 - Código Civil.

¸ NOTA 1: A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):

a) deve ser capitalizada de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;

b) deve ser aplicada a partir do mês seguinte ao da competência da parcela devida até o mês anterior ao pagamento, e 1% no mês do pagamento.

¸NOTA 2: Havendo legislação específica prevendo outra taxa de juros, esta deve ser aplicada. Como exemplos, citam-se os benefícios previdenciários, as desapropriações e as ações trabalhistas (tratadas no Capítulo 4, itens 4.3, 4.5, 4.6 e 4.7).

¸NOTA 3: Nos créditos referentes a servidores e empregados públicos, no período anterior a julho/2009, os juros serão computados à taxa de:
a) 1% ao mês até julho/2001 (Decreto-lei n. 2.322/1987; AgRg no REsp n. 1.085.995);
b) 0,5% ao mês de agosto/2001 a junho/2009 (MP n. 2.180-35, publicada em 24 de agosto de 2001, que acrescentou o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997).
¸NOTA 4: Os juros de mora à base de 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, quanto esta for igual ou inferior a 8,5%, incidirão independentemente da data de vencimento do principal ou do termo inicial dos juros de mora.
¸NOTA 5: Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula n. 54/STJ).
4.2.3 Honorários advocatícios
Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.
4.2.4 Custas, despesas judiciais e multas
Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.
4.3 Benefícios previdenciários
4.3.1 Correção monetária
¸Súmula n. 71/TFR;
¸Lei n. 6.899/1981, a partir de abril de 1981, regulamentada pelo Decreto n. 86.649, de 25 de novembro de 1981, art. 1º (OTN);
¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (BTN);
¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989;
¸Lei n. 7.777, de 19 de junho de 1989;
¸Lei n. 7.801, de 11de julho de 1989;
¸Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 41, § 6º (a partir de 25/7/91) (INPC);
¸Lei n. 8.542, de 23 de dezembro de 1992 (IRSM);
¸Lei n. 8.880, de 27 de maio de 1994 (IPC-r);
¸MP n. 1.053, de 30 de junho de 1995, convertida na Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 (INPC);
¸MP n. 1.415, de 29 de abril de 1996, convertida na Lei n.10.192, de 14 de fevereiro de 2001 (IGP-DI);
¸Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
¸MP n. 316, de 11 de agosto de 2006, convertida na Lei n. 11.430, de 26 de dezembro de 2006 (INPC).
4.3.1.1 Indexadores
Observar regras gerais no item 4.1.2 deste capítulo.
Caso não haja decisão judicial em contrário, utilizar os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./86	ORTN	
De mar./86 a jan./89	OTN	Os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17.
Jan./89	IPC/IBGE de 42,72%	Expurgo, em substituição ao BTN.
Fev./89	IPC/IBGE de 10,14%	Expurgo, em substituição ao BTN.
De mar./89 a mar./90	BTN	
De mar./90 a fev./91	IPC/IBGE	Expurgo, em substituição ao BTN e ao INPC de fev./91.
De mar./91 a dez./92	INPC/IBGE	Art. 41, § 6º, da Lei n. 8.213/1991.
De jan./93 a fev./94	IRSM	Art. 9º, § 2º, da Lei n. 8.542/1992.
De mar./94 a jun./94	Conversão em URV (MP n. 434/94, Lei n. 8.880, de 27 de maio de 1994 - art. 20, § 5º), nos seguintes percentuais: 46,0150% em mar./94: referente à variação da URV de 28/ 2/94 e 1º/4/94, conforme o art. 20, § 5º, da Lei n. 8.880/1994; 42,1964% em abr./94: referente à variação da URV de 1º/4/94 e 1º/5/94; 44,1627% em maio/94: referente à variação da URV de 1º/5/94 e 1º/6/94; 44,0846% em jun./94: referente à variação da URV de 1º/6/94 e 1º/7/94.	MP n. 434/1994, art. 20, § 5º, Lei n. 8.880/1994.
De jul./94 a jun./95	IPC-R	Art. 20, § 6º, da Lei n. 8.880/1994.
De jul./95 a abr./96	INPC/IBGE	Art. 8º, § 3º, da MP n. 1.053/1995, e Lei n. 10.192/2001.
De maio/96 a ago./2006	IGP-DI	MP n. 1.415/1996 e Lei n. 10.192/2001.
A partir de set./2006	INPC/IBGE	Lei n. 10.741/2003, MP n. 316/2006 e Lei n. 11.430/2006. RE n. 870.947 e RE n. 870.947 ED (Tema 810), REsps ns. 1.492.221, 1.495.144 e 1.495.146 (Tema 905).

¸NOTA 1: A Súmula n. 71/TFR foi revogada pela Súmula n. 148/STJ. Porém, se a decisão judicial, com trânsito em julgado, houver determinado a aplicação da Súmula n. 71/TFR, deverão ser observados os critérios nela estabelecidos, ou seja, correção monetária com base na variação do salário-mínimo, até o ajuizamento da ação (posição anterior do STJ - vide REsp n. 72.163).
¸NOTA 2: O termo inicial da correção monetária deve ser o mês de competência, e não o mês de pagamento.
¸NOTA 3: Nas condenações relativas a benefícios de natureza assistencial, aplica-se a correção monetária das ações condenatórias em geral (item 4.2.1.1 deste manual) (RE n. 870.947 e RE n. 870.947 ED - Tema 810, REsps n. 1.492.221, n. 1.495.144 e n. 1.495.146 - Tema 905).
Obs.: Embora o art. 18 da Lei n. 8.870, de 15 de abril de 1994, determine a conversão, em Ufir, do total da conta de liquidação, não é recomendável fazê-la, porque a Lei n. 8.880, de 27 de maio de 1994, art. 20, §§ 5º e 6º, previu outros índices de correção monetária para os benefícios pagos com atraso.

4.3.2 Juros de mora
Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.
Os juros são contados a partir da citação, salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até jun./2009	1,0% - simples	Decreto-lei n. 2.322/1987.
De jul./2009 a abr./2012	0,5% - simples	Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, combinado com a Lei n. 8.177/1991.
A partir de maio/2012	O mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: a) 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%; b) 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.	Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, combinado com a Lei n. 8.177/1991, com alterações da MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012.

¸NOTA: Os juros de mora à base de 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, quando esta for igual ou inferior a 8,5%, incidirão independentemente da data de vencimento do principal ou do termo inicial dos juros de mora.
4.3.3 Honorários advocatícios
Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo, com a seguinte observação:
¸De acordo com a Súmula n. 111 do STJ, os honorários advocatícios, em ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença. Nos casos em que o reconhecimento do direito à concessão/revisão do benefício ocorrer apenas em sede recursal (sentença de improcedência), a base de cálculo dos honorários é estendida até a prolação do respectivo acórdão (STJ, 1ª Turma, REsp n. 824.577, e 2ª Turma, REsp n. 1.557.782).
4.3.4 Custas, despesas judiciais e multas
Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.
4.4 Repetição de indébito tributário
4.4.1 Correção monetária
¸Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964 (OTN);
¸Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, regulamentada pelo Decreto n. 86.649, de 25 de novembro de 1981 (ORTN);
¸Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986;
¸Decreto-lei n. 2.290, de 21 de novembro de 1986, art. 60;
¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (BTN);
¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989;
¸Lei n. 7.777, de 19 de junho de 1989;
¸Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;
¸Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (Ufir);
¸Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995;
¸Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (Selic);
¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
4.4.1.1 Indexadores
Observar regras gerais no item 4.1.2 deste capítulo.
Caso não haja decisão judicial em contrário, utilizar os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./86	ORTN	
De mar./86 a jan./89	OTN	Os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17.
Jan./89	IPC/IBGE de 42,72%	Expurgo, em substituição ao BTN.
Fev./89	IPC/IBGE de 10,14%	Expurgo, em substituição ao BTN.
De mar./89 a mar./90	BTN	
De mar./90 a fev./91	IPC/IBGE	Expurgo, em substituição ao BTN e ao INPC de fev./91.
De mar./91 a nov./91	INPC/IBGE	
Dez./91	IPCA série especial	Art. 2º, § 2º, da Lei n. 8.383/1991.
De jan./92 a jan./96	Ufir	Lei n. 8.383/1991.
A partir de jan./96	Selic	Art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/1995.

¸NOTA 1: A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):
a) deve ser capitalizada de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;
b) deve ser aplicada a partir do mês seguinte ao recolhimento indevido até o mês anterior à repetição, e 1% no mês da repetição.
¸NOTA 2: A correção monetária para débitos tributários, salvo determinação em contrário, deve seguir a variação mensal da inflação.
¸NOTA 3: Os juros e a correção monetária nas repetições de indébito tributário são calculados pela Selic, em razão do princípio da simetria/isonomia (REsp n. 722.890, REsp n. 1.111.189, REsp n. 1.086.603, AGA n. 1.133.737, AGA n. 1.145.760) entre os créditos do Fisco e do contribuinte, da especificidade da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, bem como do parágrafo único do art. 170 do CTN, não se aplicando o art. 1º-F da Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960, de 29 de junho de 2009, nesse ponto declarada inconstitucional pelo STF (ADI n. 4.425).

4.4.2 Juros de mora

Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.

Os juros são contados a partir do trânsito em julgado (art. 167, parágrafo único, do CTN), salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até 31/12/95	1,0% - simples	Art. 161, § 1º, do CTN.
A partir de 1º/1/96	Selic	Art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

¸NOTA: A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):
deve ser capitalizada de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;
b) deve ser aplicada a partir do mês seguinte ao recolhimento indevido até o mês anterior à repetição, e 1% no mês da repetição.

4.4.3 Honorários advocatícios

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

4.4.4 Custas, despesas judiciais e multas

Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

4.5 Desapropriações diretas

Ações expropriatórias ajuizadas por órgãos públicos.

4.5.1 Correção monetária

¸Súmula n. 75/TFR, a partir do laudo da avaliação;
¸Súmula n. 136/TFR, ORTN;
¸Lei n. 4.686, de 21 de junho de 1965, art. 1º, § 2º;
¸CF/1988, arts. 182, § 3º, e 184, caput e § 1º;
¸Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;
¸Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991;
¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
¸Súmula n. 67 do STJ.
¸NOTA: A correção monetária é contada a partir da data do laudo do perito (Súmula n. 75/TFR).

4.5.1.1 Indexadores

Observar regras gerais no item 4.1.2 deste capítulo.

Caso não haja decisão judicial em contrário, utilizar os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./86	ORTN	
De mar./86 a jan./89	OTN	Os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17.
Jan./89	IPC/IBGE de 42,72%	Expurgo, em substituição ao BTN.
Fev./89	IPC/IBGE de 10,14%	Expurgo, em substituição ao BTN.
De mar./89 a mar./90	BTN	
De mar./90 a fev./91	IPC/IBGE	Expurgo, em substituição ao BTN e ao INPC de fev./91.
De mar./91 a dez./91	IPC/FGV	
De jan./92 a dez./2000	Ufir	Lei n. 8.383/1991.
A partir de jan./2001	IPCA-E/IBGE (em razão da extinção da Ufir como indexador, pelo art. 29, § 3º, da MP n. 1.973-67/2000).	O percentual a ser utilizado em janeiro de 2001 deverá ser o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE).

4.5.2 Juros moratórios

Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.

Os juros são contados conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até dez./2009	0,5% - simples	Art. 15-B do Decreto-lei n. 3.365/1941.
De jan./2010 a abr./2012	0,5% - simples	Art. 97, § 16, do ADCT (incluído pela EC n. 62/2009), combinado com a Lei n. 8.177/1991.
A partir de maio/2012	O mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%; 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.	Art. 97, § 16, do ADCT (incluído pela EC n. 62/2009), combinado com a Lei n. 8.177/1991, com alterações da MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012.

- Os juros de mora incidem sobre a diferença apurada entre o valor do bem fixado na sentença e 80% do valor ofertado pelo expropriante (AgRg no Ag n. 1.197.998 e REsp n. 1.273.242), corrigida monetariamente e, quando for o caso, acrescida dos juros compensatórios (Súmulas n. 12/STJ e n. 102/STJ e REsp n. 1.118.103), contados:
a) a partir da data do trânsito em julgado (Súmulas n. 70/TFR e n. 70/STJ), no caso de sentença proferida até 26/9/99;
b) a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição Federal e do art. 15-B do Decreto-lei n. 3.365/1941 (incluído pela MP n. 1.901/1999 e mantido nas sucessivas reedições), no caso de sentença proferida a partir de 27/9/99 (REsp n. 1.118.103).

4.5.3 Juros compensatórios

Os juros compensatórios são contados a partir da data da imissão da posse (Súmula n. 69/STJ), certificada no mandado, excluindo-se o mês de início e incluindo-se o mês da conta, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até 10/6/1997	1% - simples	Súmulas n. 618/STF e n. 110/TFR.
A partir de 11/6/1997	0,5% - simples	Art. 15-A do Decreto-lei n. 3.365/1941, introduzido pela MP n. 1.577/1997 e suas sucessivas reedições, e MP n. 2.183-56/2001, neste ponto reconhecida a constitucionalidade pelo STF (ADI n. 2332).

Os juros compensatórios incidem:
a) sobre o valor atualizado da indenização (Súmula n. 113/STJ), no caso de sentença proferida até 10/6/97;
b) sobre a diferença apurada entre o preço ofertado e o valor do bem fixado na sentença (MP n. 1.577/1997 e suas sucessivas reedições e EDcl no REsp n. 1.215.458), no caso de sentença proferida entre 11/6/97 até 12/9/2001;
c) sobre a diferença apurada entre o valor do bem fixado na sentença e 80% do valor ofertado pelo expropriante (MP n. 1.577/1997 e ADI n. 2.332), no caso de sentença proferida a partir de 13/9/2001;
d) nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária, ver nota ao item 4.5.4.
¸NOTA: Se a sentença determinou a aplicação da Súmula n. 74/TFR, a liquidação deverá observá-la, tal qual nela se contém.

4.5.4 TDAs complementares - data de conversão e base de cálculo

A conversão em TDAs complementares deverá ser efetuada com base na data da respectiva conta de atualização.

A conta de atualização deverá abranger a correção monetária com base nos índices referidos no item 4.5.1, desde a data do laudo, além de juros de mora, nos termos do item 4.5.2, e de juros compensatórios, nos termos do item 4.5.3, até julho de 2017, e, a partir agosto de 2017, em percentual correspondente ao fixado para os TDAs depositados como oferta inicial (art. 5, § 9º, da Lei n. 8.629/1993, com alterações da Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017).
¸Nota: Nas desapropriações para fins de reforma agrária, a partir de agosto de 2017, se houver imissão prévia na posse, os juros compensatórios serão calculados sobre a diferença entre o valor fixado na sentença e o preço ofertado em juízo, "em percentual correspondente ao fixado para os títulos da dívida agrária depositados como oferta inicial para a terra nua, vedado o cálculo de juros compostos" (art. 9º da Lei n. 8.629/1993, com alterações da Lei n. 13.465/2017).

4.5.5 Honorários advocatícios

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo, com a seguinte observação:

Para o cálculo dos honorários advocatícios, deve-se aplicar o comando emergente das Súmulas n. 131/STJ e n. 141/STJ, ou seja, serão calculados sobre a diferença entre a oferta e a indenização, atualizados monetariamente, incluindo-se juros compensatórios e moratórios.

4.5.6 Honorários do perito

Os honorários do perito serão fixados pelo juiz, nos termos do art. 10 da Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996 (Lei de Custas da Justiça Federal).

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

¸NOTA 1: Cabe ao expropriante depositar previamente esses honorários (RTFR n. 108/18 e REsp n. 992.115).
¸NOTA 2: Caso o expropriante não deposite os honorários, incidirá correção monetária a partir da data da decisão ou sentença que os tiver fixado, do desembolso feito pela parte ou da entrega do laudo pericial.

4.5.7 Honorários dos assistentes técnicos

Em princípio, prevalece a regra do art. 95 do CPC, pela qual cada parte pagará a remuneração do seu assistente técnico. Ao final, condenado o expropriante ao pagamento da diferença de preço, a este caberá reembolsar os honorários do assistente técnico do expropriado (Súmula n. 69/TFR e Recurso Extraordinário n. 85.705), em valor não excedente ao fixado para o perito.

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

4.5.8 Honorários do curador especial (art. 72, CPC)

Considerando que o art. 1º, § 2º, da Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996, não exclui as despesas estabelecidas na legislação processual comum, cabe ao juiz fixar os honorários do curador especial, que correrão por conta do expropriante. Incidirá correção monetária a partir da data da sentença ou decisão que os tiver fixado, ou da data do primeiro ato por ele praticado no processo.

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

4.5.9 Custas judiciais e multas

Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

4.6 Desapropriações indiretas

Ações de indenização, propostas por particulares contra órgãos públicos, alegando a expropriação de seus bens sem o devido processo legal.

4.6.1 Correção monetária

¸Súmula n. 75/TFR, a partir do laudo de avaliação;
¸Súmula n. 136/TFR (Lei n. 6.427, de 1º de julho de 1977);
¸Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, art. 26, § 2º, introduzido pela Lei n. 4.686, de 21 de junho de 1965; CF/1988, art. 182, § 3º;
¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989;
¸Lei n. 7.801, de 11 de julho de 1989;
¸Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991;
¸Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
¸Súmula n. 67/STJ.

4.6.1.1 Indexadores

Observar regras gerais no item 4.1.2 deste capítulo.

Caso não haja decisão judicial em contrário, utilizar os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
De 1964 a fev./86	ORTN	
De mar./86 a jan./89	OTN	Os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados, neste mês, por 6,17.
Jan./89	IPC / IBGE de 42,72%	Expurgo, em substituição ao BTN.
Fev./89	IPC / IBGE de 10,14%	Expurgo, em substituição ao BTN.
De mar./89 a mar./90	BTN	
De mar./90 a fev./91	IPC / IBGE	Expurgo, em substituição ao BTN e ao INPC de fev./91.
De mar./91 a dez./91	IPC / FGV	
De jan./92 a dez./2000	Ufir	Lei n. 8.383/1991.
A partir de jan./2001	IPCA-E / IBGE (em razão da extinção da Ufir como indexador, pelo art. 29, §3º, da MP n. 1.973-67/2000).	O percentual a ser utilizado em janeiro de 2001 deverá ser o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE).

4.6.2 Juros moratórios

Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.

Os juros são contados conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até dez./2009	0,5% - simples	Art. 15-B do Decreto-lei n. 3.365/41.
De jan./2010 a abr./2012	0,5% - simples	Art. 97, § 16, do ADCT (incluído pela EC n. 62/2009), combinado com a Lei n. 8.177/1991.
A partir de maio/2012	O mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%; 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.	Art. 97, § 16, do ADCT (incluído pela EC n. 62/2009), combinado com a Lei n. 8.177/1991, com alterações da MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012.

- Os juros de mora incidem sobre o valor atualizado da condenação, acrescido, quando for o caso, dos juros compensatórios (Súmulas n. 12/STJ e n. 102/STJ e REsp n. 1.118.103), contados:

a) a partir da data do trânsito em julgado (Súmulas n. 70/TFR e n. 70/STJ), no caso de sentença proferida até 26/9/99;

b) A partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição Federal e do art. 15-B do Decreto-lei n. 3.365/1941 (incluído pela MP n. 1.901/1999 e mantido nas sucessivas reedições), no caso de sentença proferida a partir de 27/9 /1999 (REsp n. 1.118.103).

4.6.3 Juros compensatórios

Os juros compensatórios incidem sobre o valor atualizado da condenação e são contados a partir da data da efetiva ocupação do imóvel (Súmula n. 69/STJ), excluindo-se o mês de início e incluindo-se o mês da conta, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até 10/6/1997	1% - simples	Súmulas n. 618/STF e n. 110/TFR.
A partir de 11/6/1997	0,5% - simples	Art. 15-A do Decreto-lei n. 3.365/1941, introduzido pela MP n. 1.577/1997 e suas sucessivas reedições, e MP n. 2.183-56/2001, neste ponto reconhecida a constitucionalidade pelo STF (ADI n. 2332).

4.6.4 Honorários advocatícios

Ver regras gerais no item 4.1.4 e 4.5.5 deste capítulo.

4.6.5 Honorários do perito

Ver regras gerais no item 4.1.4 e 4.5.6 deste capítulo.

¸NOTA: Cabe à parte que requereu a prova pericial o ônus de adiantar os honorários periciais, aplicando-se a regra geral do procedimento comum ordinário (REsp n. 948.351 e REsp n. 1.149.584).

4.6.6 Custas e despesas judiciais

Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

4.7 Ações trabalhistas

Os cálculos de liquidação das sentenças proferidas em ações trabalhistas são elaborados com base nos dados constantes dos autos e referidos na decisão liquidanda.

¸NOTA: Este capítulo se aplica apenas a ações trabalhistas relativas a contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho –CLT anteriores à promulgação da vigente Constituição Federal, nos termos do art. 27, § 10, do ADCT/1988, não se aplicando a ações relativas a servidores públicos sob regime estatutário.

4.7.1 Correção monetária

¸Decreto-lei n. 75, de 21 de novembro de 1966 - correção monetária dos débitos trabalhistas;
¸Decreto-lei n. 2.322, de 26 de fevereiro de 1987, art. 3º, § 1º (OTN);
¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989, art. 6º, inciso V (mesmo indexador da poupança);
¸Lei n. 8.177, de 31 de março de 1991, art. 39 (TRD);
¸Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 27, § 6º (TRD);
¸Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, art. 879, § 7º, incluído pela Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017 (TR).
¸NOTA 1: Nas reclamações trabalhistas, deve-se proceder à dedução do percentual da contribuição previdenciária devida pelo reclamante, com base no valor da condenação.
¸NOTA 2: Para o cálculo da correção monetária dos débitos trabalhistas, deve-se utilizar a tabela de coeficientes trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
¸NOTA 3: O termo inicial da correção monetária deve ser o mês de competência, e não o mês de pagamento.

4.7.2 Juros de mora

Ver regras gerais no item 4.1.3 deste capítulo.

Os juros são contados a partir da notificação inicial (Súmula n. 224/STF), salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até fev./87	0,5% - simples	
De mar./87 a mar./91	1,0% - composta	Art. 3º do Decreto-lei n. 2.322/1987.
De abr./91 a jul./2001	1,0% - simples	Art. 39 da Lei n. 8.177/1991.
A partir de ago./2001 a abr./2012	1) Devedor: Fazenda Pública: 0,5% - simples; 2) Devedor: empresas públicas e prestadores de serviços: 1,0% - simples	Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1991, incluído pela MP n. 2.180-35/2001, combinado com a Lei n. 8.177/1991.
A partir de maio/2012	1) Devedor: Fazenda Pública: O mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%; 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos. 2) Devedor: empresas públicas e prestadores de serviço: 1,0% - simples	Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, combinado com a Lei n. 8.177/1991, com alterações da MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012.

4.7.3 Honorários advocatícios

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

4.7.4 Custas, despesas judiciais e multas

Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

4.8 FGTS

Caso não haja decisão judicial em contrário, os valores apurados deverão ser corrigidos com base nos critérios adotados para as contas fundiárias (JAM - juros e atualização monetária), com os indexadores seguintes.

¸NOTA 1: Se o título judicial determinar a aplicação de juros e correção dos valores devidos como dívida comum (ex.: REsp. n. 630.372) e, não havendo previsão de índice na sentença, aplicam-se os indexadores previstos para as condenações em geral (Seção 4.2 deste capítulo).

¸NOTA 2: Se o título judicial determinar a correção e juros pelos critérios fundiários somente até a data do saque integral (ex.: REsp n. 694.365; AgRg no REsp n. 622.298), devem ser aplicados, a contar do saque integral e, se não houver previsão de índice na sentença, os indexadores previstos para as condenações em geral (Seção 4.2 deste capítulo).

4.8.1 Correção monetária

¸Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966;
¸Lei n. 5.958, de 10 de dezembro de 1973;
¸Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986, art. 4º;
¸Decreto-lei n. 2.311, de 23 de dezembro de 1986;
¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989, art. 17;
¸Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989, art. 6º;
¸Lei n. 7.751, de 14 de abril de 1989, art. 6º;
¸Lei n. 7.839, de 12 de outubro de 1989, art. 11;
¸Lei n. 8.024, de 12 de abril de 1990, art. 6º;
¸Lei n. 8.036, de 11 de setembro de 1990, art. 13;
¸Lei n. 8.088, de 31 de outubro de 1990, art. 2º;
¸Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, arts. 12, 13 e 17;
¸Lei n. 8.660, de 28 de maio de 1993, art. 7º.

4.8.1.1 Indexadores

Período	Indexador
De jan./67 a fev./86	ORTN
De mar./86 a jan./87	IPC
Fev./87	LBC
De mar./87 a jun./87	OTN
De jul./87 a set./87	LBC - 0,5%
De out./87 a dez./88	OTN
De jan./89 a abr./89	LFT - 0,5%
De maio/89 a mar./90	IPC
De abr./90 a jan./91	BTN
De fev./91 a abr./93	TRD
A partir de maio/93	TR

¸NOTA 1: Expurgos inflacionários. Para ações de FGTS que discutem os expurgos inflacionários, somente incluir os períodos definidos pelo julgado.

¸NOTA 2: Expurgos inflacionários. Se a ação de revisão dos saldos do FGTS não discutir os expurgos inflacionários (ex.: juros progressivos), a liquidação deve incluir os expurgos inflacionários reconhecidos pelo STJ em casos de FGTS: 42,72% em jan./89 e 44,80% em abr./90.

4.8.2 Juros remuneratórios

- 3% ao ano (Lei n. 5.705/1971 e art. 13 da Lei n. 8.036/1990)
- 3%, 4%, 5% ou 6%, progressivos, para contas existentes em 22/9/71 (art. 4º da Lei n. 5.107/1986, art. 13, § 3º, da Lei n. 8.036/1990 e Súmula n. 154/STJ)
- 6% ao ano para os casos enquadrados no art. 1º da Lei n. 8.678/1993 e durante o prazo previsto nesse dispositivo.

4.8.3 Juros de mora

Os juros são contados a partir da citação, salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até dez./2002	0,5% - simples	Arts. 1.062, 1.063 e 1.064 do antigo Código Civil.
A partir de jan./2003	Selic	Art. 406 da Lei n. 10.406/2002 - Código Civil.

¸NOTA 1: A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):

a) deve ser capitalizada de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;

b) deve ser aplicada a partir do mês seguinte ao de competência da parcela devida até o mês anterior ao pagamento, e 1% no mês do pagamento.

¸NOTA 2: Os juros remuneratórios e moratórios incidem concomitantemente, ou seja, não são reciprocamente excludentes (REsp n. 897.043).

¸NOTA 3: No caso de juros moratórios pela taxa Selic, não deve incidir concomitantemente a correção monetária, já contemplada, mas tão somente deverão incidir os juros remuneratórios respectivos. A Selic incidirá sobre o principal acrescido dos juros remuneratórios (REsp n. 1.102.552).

4.8.4 Honorários advocatícios

Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.

4.8.5 Custas, despesas judiciais e multas

Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

4.9 Cadernetas de poupança

As orientações deste capítulo são aplicáveis aos casos em que a decisão judicial tenha determinado a atualização dos créditos relativos à caderneta de poupança pelos critérios desta.

Não determinando a decisão judicial a aplicação dos critérios próprios da caderneta de poupança, os cálculos seguirão, quanto à correção monetária e juros moratórios, as orientações constantes do item 4.2 (Ações condenatórias em geral) do Capítulo 4 deste manual (REsp n. 1.075.627; Resp n. 754.013; REsp. n. 1.314.478; EDcl no REsp n. 1.355.333), considerando-se como termo inicial o mês em que o crédito deveria ter sido efetivado na conta.

Referem-se, ainda, à chamada poupança "livre", a mais encontrada. Para modalidades específicas de cadernetas de poupança (v.g. vinculada, programada, a prazo fixo, de rendimentos crescentes etc.), raramente encontradas, deve-se consultar o juízo sobre a utilização.

4.9.1 Correção monetária (remuneração básica)

¸Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964;
¸Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986;
¸Decreto-lei n. 2.290, de 21 de novembro de 1986;
¸Decreto-lei n. 2.311, de 23 de dezembro de 1986;
¸Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989;
¸Lei n. 7.751, de 14 de abril de 1989;
¸Lei n. 8.024, de 12 de abril de 1990;
¸Lei n. 8.088, de 31de outubro de 1990;
¸Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991;
¸Lei n. 8.660, de 28 de maio de 1993;
¸Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995.

4.9.1.1 Indexadores

Havendo decisão judicial determinando a correção monetária dos valores apurados com base nos critérios adotados para as contas de poupança, aplicam-se os seguintes indexadores:

Período	Indexador	Obs.
Até abr./67	ORTN	
De maio/67 a jun./83	UPC	
De jul./83 a fev./86	ORTN	Fev./86: ORTN *pro rata* até 28/2/86 (art. 4º, parágrafo único, do DL n. 2.284/1986 e art. 1º, inciso I, "a", do Decreto n. 92.492/1986).
De mar./86 a jan./87	IPC/IBGE	
De fev./87 a jun./87	LBC	
De jul./87 a set./87	LBC - 0,5%	
De out./87 a dez./88	OTN	
De jan./89 a abr./89	LFT - 0,5%	
De maio/89 a mar./90	IPC/IBGE	Mar./90: contas com data-base e depósitos efetuados entre 19 e 28/3 - BTNF (art. 6º da Lei n. 8.024/1990 - conv. MP n. 168/1990).
De abr./90 a jan./91	BTN	Jan./91: BTNF desde o último crédito efetuado até 31/1/91 + TRD de 1º/2 /91 até a data do crédito (parágrafo único do art. 13 da Lei n. 8.177/1991 - conv. MP n. 294/1991).
De fev./91 a abr./93	TRD	Abr./93: TRD desde o último crédito efetuado até 2/5/93 + TR *pro rata* de 3/5/93 até a data do crédito (§ 2º do art. 7º da Lei n. 8.660/1993 - conv. MP n. 319/1993).
A partir de maio/93	TR	Jun./94: TR *pro rata* desde o último crédito efetuado até 30/6/1994 + TR *pro rata* de 1º/7/1994 até a data do crédito (§§ 1º e 2º do art. 16 da Lei n. 9.069/1995 - conv. MP n. 542/1994).

¸NOTA 1: Se a sentença determinar a aplicação dos índices próprios da poupança a partir de quando era devido o crédito, sem fixar o termo final, o cômputo deve-se dar até o efetivo pagamento.

¸NOTA 2: O termo inicial de correção pelos critérios da caderneta de poupança é o dia em que o crédito deveria ter sido efetivado, aplicando-se, em cada aniversário, os índices relativos à data-base da conta.

¸NOTA 3: Para correção de cruzados novos bloqueados na forma da Lei n. 8.024, de 12 de abril de 1990 - Plano Collor (conversão da MP n. 168, de 15 de março de 1990), aplicam-se os seguintes índices até a data da conversão:

BTNF desde o bloqueio até jan./91;

TRD, de fev./91 em diante.
4.9.2 Juros remuneratórios
- 0,5% ao mês (art. 52 do Decreto n. 24.427/1934; art. 12 do DL n. 2.284/1986; art. 2º da Lei n. 8.088/1990 e art. 12 da Lei n. 8.177/1991);
- 6% ao ano ou fração pro rata, para cruzados novos bloqueados (art. 6º da Lei n. 8.024/1990; art. 7º da Lei n. 8.177/1991).
¸ NOTA 1: Os juros remuneratórios são capitalizados mensalmente, agregando-se ao principal em cada período a que se referem (REsp n. 780.085; AgRg-Ag n. 1.192.553; AgRg-Ag n. 1.217.521; AgRg no REsp n. 1.554.66; AgRg no Ag n. 1.098.926).
¸ NOTA 2: Tratando-se de contas abertas a partir de maio/2012 (art. 12 da Lei n. 8.177/1991 com alterações da MP n. 567/2012, convertida na Lei n. 12.703/2012):
- 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%;
- 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.
4.9.3 Juros de mora
Os juros de mora são contados a partir da citação, salvo determinação judicial em outro sentido, conforme os seguintes critérios:

Período	Taxa mensal - capitalização	Obs.
Até dez./2002	0,5% - simples	Arts. 1.062, 1.063 e 1.064 do antigo Código Civil.
A partir de jan./2003	Selic	Art. 406 do atual Código Civil.

¸ NOTA 1: A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):
a) deve ser capitalizada de forma simples, sendo vedada sua incidência cumulada com os juros de mora e com a correção monetária;
b) deve ser aplicada a partir do mês seguinte ao de competência da parcela devida até o mês anterior ao pagamento, e 1% no mês do pagamento.
¸ NOTA 2: Os juros remuneratórios e moratórios incidem concomitantemente, ou seja, não são reciprocamente excludentes (REsp n. 466.732).
¸ NOTA 3: No caso de juros moratórios pela taxa Selic, que também contempla correção monetária, não devem incidir concomitantemente com a remuneração básica, mas tão somente com os juros remuneratórios respectivos. A Selic incidirá sobre o principal acrescido dos juros remuneratórios.
4.9.4 Honorários advocatícios
Ver regras gerais no item 4.1.4 deste capítulo.
4.9.5 Custas, despesas judiciais e multas
Observar o disposto nos itens 4.1.5 a 4.1.7 deste capítulo.

CAPÍTULO 5 - REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1 Fundamentação legal
¸ Constituição da República Federativa do Brasil, art. 100;
¸ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, arts. 78, 86 e 87;
¸ Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), art. 10;
¸ Leis de Diretrizes Orçamentárias;
¸ Lei n. 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais), arts. 3º e 17, § 1º;
¸ Lei n. 10.833/2003, alterada pela Lei n. 10.865/2004, art. 27 (retenção do imposto de renda).
5.2 Requisição complementar
O montante da condenação será corrigido monetariamente e acrescido de juros, segundo os critérios determinados no respectivo título judicial. Entretanto, em face do lapso existente entre a realização desses cálculos e a extinção do débito, pode ser deferida a expedição de requisição complementar.
Requisição complementar é aquela utilizada para pagamento de diferenças:
a) De juros resultantes da mora:
a.1) no período entre a data do cálculo e a data de apresentação do precatório (1º de julho) ou da RPV (entrada no Tribunal ou recebimento na entidade devedora, quando a requisição é feita diretamente - Exemplo: Estados, Municípios, Correios) (STF - Tema 96);
a.2) no período posterior ao prazo constitucional e/ou legal de pagamento da requisição.
b) De correção monetária:
b.1) no período entre a data do cálculo e a data de apresentação da requisição, quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o utilizado administrativamente pelo Tribunal;
b.2) no período posterior ao prazo constitucional e/ou legal de pagamento da requisição.
¸ NOTA 1: Suspendem-se os juros moratórios no prazo constitucional de pagamento dos precatórios de 1º de julho até o final do exercício seguinte (Súmula Vinculante n. 17 e Tema 1.037, ambos do STF), inclusive nas desapropriações.
¸ NOTA 2: Aplica-se o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal às requisições de pequeno valor, suspendendo-se os juros moratórios no prazo legal para pagamento (sessenta dias, a partir da data de apresentação).
¸ NOTA 3: Nos casos de precatórios parcelados (arts. 78 e 86 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e § 20 do artigo 100, todos da CF/88), aplicam-se juros a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela, com base no percentual indicado na Resolução do CJF que trata da atualização de precatórios e de requisições de pequeno valor.
¸ NOTA 4: O cálculo da requisição complementar deve seguir os seguintes indexadores:
a) o indexador utilizado na conta originária até a data da apresentação da requisição;
b) no período constitucional e/ou legal de pagamento da requisição:
- O IPCA-E/IBGE nos precatórios das propostas orçamentárias de 2001 a 2010;
- A partir de 2011, aplicar o indexador de correção monetária indicado na Resolução do CJF que trata da atualização de precatórios e de requisições de pequeno valor.
c) novamente o indexador da conta originária após este período (18 meses no caso de precatório e 60 dias no caso de RPV).
¸ NOTA 5: Salvo decisão judicial em contrário, não deve ser aplicado o art. 354 do Código Civil, que, no pagamento do débito, determina abater primeiramente os acessórios e, após, o principal. No caso, o precatório complementar é uma situação distinta da indicada pelo Código Civil, pois segue legislação própria.
¸ NOTA 6: Salvo decisão judicial em contrário, é considerada como pagamento a data do efetivo depósito, quando o Tribunal Regional Federal credita o valor em favor do beneficiário na instituição financeira.
¸ NOTA 7: Na desapropriação, não cabem juros compensatórios em precatório complementar, pois, conforme jurisprudência do STJ, a compensação pela perda da posse se resolve com a consolidação do montante devido ao expropriado (REsp n. 802.248 e REsp n. 840.703). Entretanto, os juros vencidos antes da consolidação (1º de julho), e não computados no montante requisitado, devem ser incluídos (Resp n. 920.078, REsp n. 811.437, REsp n. 938.630, REsp n. 1.118.103).
5.2.1 Cálculo das diferenças devidas de precatório complementar
A apuração do resíduo pode ser feita mediante dois procedimentos: o método resumido ou o método detalhado. Salvo decisão judicial em contrário ou necessidade de informações específicas, deve-se utilizar o cálculo resumido.
Para qualquer método utilizado, separam-se as parcelas que compõem o total do débito (principal, juros, honorários etc.)
5.2.1.1 Cálculo resumido
Neste procedimento, a conta leva em consideração o abatimento dos valores pagos, sem a incidência de juros sobre juros, quando for o caso de aplicar juros, para uma única data de atualização, partindo dos valores do cálculo original.
Exemplo:
1) Valor devido em jan./2016:
a) Principal: R$ 20.000,00;
b) Juros: R$ 3.000,00;
c) Honorários advocatícios: 10%;
d) Cor/mon: pela variação do INPC;
e) Juros de mora: o mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a:
- 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5%;
- 70% da taxa Selic ao ano, mensalizada, nos demais casos.
2) Valor pago em ago./2018 (meramente ilustrativo), dentro do prazo constitucional (precatório apresentado em 1º/jul./2017):

Data	Principal	Coeficiente de cor/mon	Princ. Cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL
Jan./16	20.000,00	1,1883716656	23.767,43	14,15	3.363,09	27.130,52
Juros	3.000,00	1,1883716656	(juros cor/mon)		3.565,11	3.565,11
Ago./18	-21.000,00	1,0567647130	-22.192,05	5,15	-1.142,89	-23.334,94
Juros	-3.150,00	1,0567647130	(juros cor/mon)		-3.328,80	-3.328,80
TOTAL:			1.575,38		2.456,51	4.031,89
Honorários advocatícios: 10%			157,53		245,65	403,18
TOTAL DA CONTA (em maio/2020):			1.732,91		2.702,16	4.435,07

Obs.:
- Cálculos atualizados até maio/2020;
- Cor/mon:
Pela variação do INPC até jun./2017 (período até a data de apresentação do precatório);
Pela variação do IPCA-E de jul./2017 a dez/2018 (período constitucional);
Pela variação do INPC a partir de jan./2019 (período posterior ao prazo constitucional).
- Juros:
% devido até jul./2017 (período até a data de apresentação do precatório);
Sem juros de ago./2017 a jan./2019 (período constitucional);
% devido a partir de fev./2019 (período posterior ao prazo constitucional).
5.2.1.2 Cálculo detalhado
Neste procedimento, a conta é elaborada passo a passo, partindo-se dos valores originários, com a aplicação da cor/mon e juros devidos, com o abatimento dos valores pagos, nos seguintes momentos:
1º) até a data da apresentação do precatório;
2º) até a data final do prazo constitucional;
3º) até a data final de atualização.
Exemplo: com base nos mesmos valores do item anterior.

Data	Principal	Coeficiente de cor/mon	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL

1º passo: atualizar o valor originário pela variação do INPC e juros devidos até a data de apresentação do precatório, ou seja, jul./2017.

1/2016	20.000,00	1,0777734324	21.555,46	9,00	1.939,99	23.495,45
juros	3.000,00	1,0777734324	*(juros cor/mon)*		3.233,32	3.233,32
TOTAL			21.555,46		5.173,31	26.728,77

2º passo: atualizar o valor encontrado em jul./2017, abatendo-se o valor pago em ago./2018, pela variação do IPCA-E, até a data final do prazo constitucional, ou seja, jan./2019.

7/2017	21.555,46	1,0520636054	22.677,71	0,00	0,00	22.677,71
juros	5.173,31	1,0520636054	(juros cor/mon)		5.442,65	5.442,65
8/2018	(21.000,00)	1,0083132766	(21.174,57)	0,00	0,00	(21.174,57)
juros	(3.150,00)	1,0083132766	(juros cor/mon)		(3.176,18)	(3.176,18)
TOTAL			1.503,14		2.266,47	3.769,61

3º passo: atualizar o valor remanescente encontrado em jan./2019, com base nos critérios da conta original (neste exemplo: cor/mon pela variação do INPC e juros devidos), até a data da apresentação da conta (maio/2020).

Jan./19	1.503,14	1,0480519672	1.575,36	5,15	81,13	1.656,49
juros	2.266,47	1,0480519672	(juros cor/mon)		2.375,37	2.375,37
TOTAL:			1.575,36		2.456,50	4.031,86
Honorários advocatícios: 10%			157,53		245,65	403,18
TOTAL DA CONTA (em maio/2020):			1.732,89		2.702,15	4.435,04

Obs.: Os métodos devem levar à obtenção de valores iguais, podendo ocorrer pequenas variações, como no caso anteriormente descrito (de R$ 0,03 de diferença), o que não é proveniente de erro, mas de arredondamento de casas decimais no decorrer do cálculo, sendo a diferença desprezível.

5.3 Requisição suplementar

Requisição suplementar é aquela emitida para o pagamento de valor residual ou faltante:

a) que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou

b) em razão de erro material na conta que subsidiou a requisição originária, reconhecido judicialmente.

¸ NOTA 1: "Surge constitucional expedição de precatório ou requisição de pequeno valor para pagamento da parte incontroversa e autônoma do pronunciamento judicial transitada em julgado, observada a importância total executada para efeitos de dimensionamento como obrigação de pequeno valor" (STF - Tema 28 da Repercussão Geral).

¸ NOTA 2: Se houver a necessidade de apuração de requisição complementar e de requisição suplementar concomitantes, aconselha-se efetuar o cálculo separadamente, e, atualizando-os até a mesma data-base, efetuar a soma de ambos, separadamente em juros e principal corrigido, para fins de nova requisição.

5.3.1 Cálculo dos valores devidos de precatório suplementar

- Parcela residual ou faltante perfeitamente destacável (exemplos: requisição parcial da indenização do dano material, que se tornou incontroversa, e requisição suplementar em relação ao dano moral): a parcela será atualizada monetariamente pelos critérios do título executivo.

- Parcela residual ou faltante não facilmente destacável (exemplo: tema 810 do STF, tendo a requisição parcial utilizado a TR como correção monetária, que deve ser substituída pelo INPC ou IPCA-E): deve-se efetuar novamente a conta originária, com a mesma data-base e com os novos critérios definidos, apurando-se as diferenças de principal e de juros. Essa diferença será atualizada monetariamente pelos critérios do título executivo, com a inclusão de eventuais parcelas posteriores à data-base do cálculo original, vedada a incidência de juros sobre juros.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 560, de 24 de julho de 2020, publicada no DOU, Seção 1, pág. 138, de 27/07/2020, no § 1º do Art. 1º, onde se lê: Resolução CFBio nº 314, de 12 de abril de 2014; leia-se: Resolução CFBio nº 314, de 12 de abril de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 325, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece normas para reuniões de comissões dos Conselhos Regionais de Biomedicina.

O Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, Considerando que o Conselho Federal de Biomedicina, no âmbito de sua atuação, e no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.684, de 03 de setembro de 1979, que regulamentou a profissão do Biomédico, devidamente desmembrado pela lei nº. 7.017 de 30 de agosto de 1982; e instituído pelo Decreto n. 88.439/1983; Considerando a decisão do plenário, que aprovou o livre arbítrio em relação à quantidade de reuniões das comissões a serem estabelecidas pelos Conselhos Regionais de Biomedicina; Considerando o disposto no artigo 5º, XIII da Constituição Federal, que outorga a liberdade de exercício, trabalho ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer; Considerando que o Conselho Federal de Biomedicina, no âmbito de sua área específica de atuação e como Conselho de Profissão Regulamentada, exerce atividade típica do Estado; resolve:

Art. 1º À critério dos Conselhos Regionais de Biomedicina, e através de portarias, poderão regulamentar as atividades das comissões relativo às reuniões mensais.

Art. 2º As portarias publicadas em conformidade com essa resolução deverão ser obrigatoriamente enviadas ao Conselho Federal de Biomedicina, tão logo faça a publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2020 - Gestão 2019/2021)

PAUTA DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2020

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 01 de setembro de 2020
INÍCIO: 15h00
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Mett.
RELATOR: Conselheiro LUIGI ANTÔNIO GERACE/RS

1- Processo-COFECI nº 3016/2016. Recte: DOUGLAS APARECIDO VIEIRA RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 1602/2017. Recte: CLAYDERMAN LOIOLA MENEZES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 840/2018. Recte: ADVENTOS IMÓVEIS EMP E NEGÓCIOS IMOB LTDA - CRECI J-23150. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 2986/2016. Recte: ALISSON HENRIQUE GOMES REAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 2987/2016. Recte: JOSÉ ALBERTO BICHIR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 2988/2016. Recte: TÁBITA MENDES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 2989/2016. Recte: JEFFERSON PAVANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2990/2016. Recte: ANDREA VALERIO BORGES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 2991/2016. Recte: SIDNEY SÁ DE CASTRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro OSCAR HUGO MONTEIRO GUIMARÃES/GO

1- Processo-COFECI nº 2996/2016. Recte: VALDEIR DONIZETE CLEMENTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 2997/2016. Recte: LUIZ RODRIGO DE FAVERI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 3001/2016. Recte: EMILIO RAFAEL SPADARI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 3002/2016. Recte: CIBELE CRISTINA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro CARLOS EDUARDO ANTÔNIO CHEMIN/SC

1- Processo-COFECI nº 2932/2016. Recte: MARCOS ANTÔNIO TADEU RUGGIERO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 2933/2016. Recte: RIVANILDO HENRIQUE DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 2934/2016. Recte: ANGELINA BRANDÃO DE JESUS SOARES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 2935/2016. Recte: CHISLEY DINIZ BATISTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2945/2016. Recte: HELIO EPHIM MINDLIN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 2946/2016. Recte: EMANUEL ALVES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 2951/2016. Recte: MAXIMO AUGUSTO CELLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 2952/2016. Recte: CHABETAI CLAUDE SOUROUR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 2955/2016. Recte: TASSIO SOUZA RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2956/2016. Recte: ELIZABETH DEDONO DE MEDEIROS ARRUDA REIZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 2959/2016. Recte: ALEXANDRE GOMES DE MOURA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 2960/2016. Recte: MAURENICE DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 2961/2016. Recte: GILBERTO ALVES FEITOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 2962/2016. Recte: FELIPE DE LIMA TAVARES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 2965/2016. Recte: MARCELO RESIO MONDINE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 932/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 933/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA. QUEZADA - CRECI 40089. 3- Processo-COFECI nº 947/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 958/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA C. QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 961/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 962/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA C. QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 2967/2016. Recte: MARINO MASSAAKI KOBAYASHI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 1707/2017. Recte: ROSICLER PIRES TAURO VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 1708/2017. Recte: GILBERTO MESSIAS DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília (DF), 17 de agosto de 2020
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.280, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Fixa os valores das anuidades e taxas para o exercício de 2021, fixa regras para inscrição e execução dos créditos na dívida ativa e recuperação de crédito e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e

CONSIDERANDO o que determina a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa e dá outras providências;

CONSIDERANDO o previsto no art. 156, III, do Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, nos Autos do Processo nº 003.314/2007-3, que deu origem ao Acórdão nº 1.793/2008 - TCU - 2ª Câmara, no qual exarou determinação para que os Conselhos de Fiscalização Profissional examinem as solicitações de quitação fracionada dos débitos à luz dos princípios da economicidade, da racionalização administrativa e da eficiência, levando em consideração que o seu acatamento quase sempre se revela a medida mais vantajosa para os cofres públicos;

CONSIDERANDO que os Tribunais Regionais Federais estão acionando os Conselhos de Fiscalização para estabelecer regras a serem utilizadas nos acordos que deverão ser celebrados nas ações de execução fiscal em curso;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, e pela Nota Técnica SEJUR nº 22/2015;

CONSIDERANDO o decidido na sessão plenária de 6 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Os valores das anuidades, taxas de serviços e multas, referentes ao exercício de 2021, bem como a cobrança e os procedimentos relacionados às anuidades de exercícios anteriores são regulamentados de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS

Seção I

Dos valores, prazos e condições

Art. 2º O valor integral da anuidade de pessoa física para o exercício de 2021 será de R$ 772,00 (setecentos e setenta e dois reais), com vencimento até o dia 31 de março de 2021.

§ 1º O pagamento integral da anuidade poderá ser efetuado com desconto ou parcelado nos seguintes prazos e valores:

I - do pagamento com desconto:

a) até 31 de janeiro de 2021, no valor de R$ 733,40 (setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos);

b) até 28 de fevereiro de 2021, no valor de R$ 748,84 (setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

II - do pagamento parcelado:

a) fica autorizado o pedido de parcelamento da anuidade do exercício vigente em até cinco vezes, sem desconto, apenas uma vez no exercício;

b) os pedidos efetuados até o mês de janeiro de 2021 terão vencimentos no último dia dos meses de janeiro a maio de 2021;

c) a partir de fevereiro de 2021, os Conselhos Regionais de Medicina poderão autorizar o parcelamento da anuidade do exercício vigente em até cinco vezes, sem desconto, com vencimentos sucessivos no último dia do mês vigente do pedido e dos meses subsequentes, sendo que as parcelas que ultrapassarem o mês de março de 2021 sofrerão os acréscimos previstos no § 4º deste artigo;

d) havendo inadimplência de alguma das parcelas, será aplicado o disposto no § 4º deste artigo;

e) no caso de revogação do parcelamento, será aplicada a regra prevista no § 2º do art. 25 desta Resolução.

§ 2º Não havendo expediente bancário no dia do vencimento estabelecido nos incisos I e II do § 1º, o prazo fica prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

§ 3º Quando da primeira inscrição do médico em qualquer Conselho Regional de Medicina, o pagamento da anuidade será efetuado com base no valor estabelecido no caput deste artigo, obedecendo à proporcionalidade dos meses do ano e com desconto de 60% (sessenta por cento).

§ 4º Após os prazos estabelecidos, as anuidades e as parcelas não quitadas das pessoas físicas sofrerão os seguintes acréscimos:

I - multa de 2% (dois por cento);

II - juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados de acordo com a regra pro rata die.

Art. 3° Quando houver pedido de transferência ou transformação para um Conselho Regional de Medicina no qual o médico não possua inscrição secundária ativa, este deverá quitar integralmente a anuidade no Conselho Regional de Medicina de origem, ficando isento do recolhimento da anuidade no Conselho para onde estiver sendo transferido.

Art. 4º O médico poderá manter quantas inscrições secundárias desejar. Nesse caso, terá de pagar as anuidades em todos os Conselhos Regionais de Medicina onde estiver inscrito, proporcionalmente ao número de meses restantes, a partir da data de sua inscrição, até o final do exercício, independentemente de estar exercendo ou não a medicina naqueles estados.

Art. 5º Em casos de cancelamento de inscrição, de qualquer espécie, a anuidade será calculada em duodécimos até o mês do protocolo do respectivo requerimento junto ao Conselho Regional de Medicina, exceto quanto ao estabelecido no art. 10 desta Resolução.

Art. 6° O médico que solicitar o cancelamento por transferência para um estado onde já possua inscrição secundária ativa fará o pagamento da anuidade do exercício no Conselho Regional de Medicina de origem em duodécimo.

Seção II

Das isenções

Art. 7º Ficam dispensados do pagamento da anuidade referida no caput do art. 2º desta Resolução os médicos que até o exercício de 2021 completaram ou venham a completar 70 (setenta) anos de idade, sem prejuízo da cobrança de anuidades de exercícios anteriores.

Art. 8º Ficam também isentos do pagamento da anuidade referida no caput do art. 2º desta Resolução os médicos que estiverem exercendo a medicina exclusivamente na condição de médico militar, ou seja, que não estejam desenvolvendo qualquer atividade médica na área civil, mediante apresentação anual da Declaração de Médico Militar, conforme estabelecido na Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979.

Art. 9º Poderão ficar isentos do pagamento de anuidade, temporária ou definitivamente, os médicos que são portadores das doenças a seguir elencadas: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilite anquilosante, nefropatia grave, estados adiantados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, hepatopatia grave e fibrose cística (mucoviscidose), devidamente comprovadas mediante a apresentação de laudo emitido pelo médico assistente.

§ 1º O Conselho Regional analisará, individualmente, os requerimentos ensejadores dos pedidos, levando em consideração o fato de os profissionais estarem desempregados com auxílio-doença, com limitação da capacidade laborativa, mesmo que temporária, devendo ser apresentada cópia do laudo mencionado no artigo anterior, que será autenticado pelo Conselho Regional no ato do pedido.

§ 2º As doenças declaradas incapacitantes para o exercício profissional, representando risco ao atendimento de pacientes, serão averiguadas através de procedimento administrativo.

§ 3º A apresentação de documentos de conteúdo inverídico ensejará ao beneficiário e ao emitente a apuração dos fatos através de regular Processo Ético-Profissional, sem prejuízo de outras providências judiciais.

Art. 10 O falecimento do médico é motivo para o cancelamento de inscrição de pessoa física. Além disso, os possíveis débitos originados serão anistiados, mediante realização de processo administrativo, aprovado em sessão plenária, em obediência ao princípio da economicidade da ação administrativa.

Art. 11 O médico que estiver respondendo a sindicâncias, processos éticos e administrativos e/ou cumprindo interdição cautelar não poderá ter sua inscrição cancelada. Porém, mediante solicitação, e caso não esteja exercendo a medicina no estado onde tramitam os processos, ficará isento da anuidade daquele ano e até a finalização do processo.

CAPÍTULO II

DAS ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS

Seção I

Dos valores, prazos e condições

Art. 12 A anuidade de pessoa jurídica para o exercício de 2021, seja matriz ou filial, dentro ou fora do estado, com vencimento até o dia 31 de janeiro de 2021, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

Faixas	Capital social	Valor da anuidade
1ª	Até R$ 50.000,00	R$ 772,00
2ª	Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00	R$ 1.544,00
3ª	Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00	R$ 2.316,00
4ª	Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00	R$ 3.088,00
5ª	Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00	R$ 3.860,00
6ª	Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00	R$ 4.632,00
7ª	Acima de R$ 10.000.000,00	R$ 6.176,00

Art. 13 Fica autorizado o pedido de parcelamento da anuidade do exercício vigente em até cinco vezes, sem desconto, em apenas numa oportunidade no exercício.

§ 1º Os pedidos efetuados até o mês de janeiro de 2021 terão vencimentos no último dia dos meses de janeiro a maio de 2021.

§ 2º A partir de fevereiro de 2021, os Conselhos Regionais de Medicina poderão autorizar parcelamento da anuidade do exercício vigente em até cinco vezes, sem desconto, com vencimentos sucessivos no último dia do mês vigente do pedido e dos meses subsequentes, com os acréscimos previstos no art. 17 desta Resolução.

§ 3º Havendo inadimplência de alguma das parcelas, será aplicado o disposto no art. 17 desta Resolução.

Art. 14 Quando da inscrição ou reinscrição de pessoa jurídica em qualquer Conselho Regional de Medicina, o pagamento da anuidade será efetuado com base no valor estabelecido no caput do art. 12, obedecendo à proporcionalidade dos meses do ano.

Art. 15 As empresas, filiais e unidades de saúde que não possuam capital social declarado, dentro ou fora da jurisdição do Conselho Regional, bem como aquelas mantenedoras de ambulatórios de assistência médica a seus funcionários, afiliados e familiares cuja atividade-fim não seja a saúde recolherão as anuidades de acordo com a primeira faixa de capital social estabelecida no caput do art. 12.

Art. 16 Não havendo expediente bancário no dia do vencimento da anuidade ou das respectivas parcelas, o prazo fica prorrogado para o primeiro útil seguinte.

Art. 17 Após os prazos estabelecidos, as anuidades e as parcelas não quitadas das pessoas jurídicas sofrerão os seguintes acréscimos:

I - multa de 2% (dois por cento);

II - juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados de acordo com a regra pro rata die.

Seção II

Das isenções

Art. 18 As pessoas jurídicas compostas por, no máximo, dois sócios, sendo obrigatoriamente um deles médico, enquadradas na primeira faixa de capital social, constituídas exclusivamente para a execução de consultas médicas sem a realização de exames complementares para diagnósticos - feitos em seu próprio consultório -, que não possuam filiais e não mantenham contratação de serviços médicos a serem prestados por terceiros poderão requerer ao Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, até 20 de janeiro de 2022, um desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da anuidade fixada no caput do art. 12. O pagamento deve ser feito de acordo com o estabelecido no art. 12 e parágrafos, mediante apresentação de declaração subscrita pelo médico responsável pela empresa indicando seu enquadramento nessa situação.

Parágrafo único. Para a obtenção do desconto, a pessoa jurídica e os respectivos sócios médicos e responsável técnico deverão estar em situação cadastral regular, bem como quite com o pagamento de todas as obrigações financeiras dos exercícios anteriores.

Art. 19 São isentos do pagamento da anuidade estabelecida no art. 12 desta Resolução e das taxas estabelecidas no art. 20 os estabelecimentos hospitalares e de saúde mantidos pela União, seus estados-membros e municípios - bem como suas autarquias e fundações públicas - e as empresas e/ou instituições prestadoras de serviços exclusivos médico-hospitalares mantidas por associações de pais e amigos de excepcionais e deficientes, devidamente reconhecidas como de utilidade pública, nos termos da lei.

CAPÍTULO III

DAS TAXAS DE PESSOAS FÍSICAS

Art. 20 Os valores das taxas de serviços a serem cobrados de pessoas físicas para o exercício de 2021, que deverão ser quitados integralmente, ficam fixados da seguinte forma:

Incisos	Taxa de pessoa física	Valor
I	Taxa de inscrição ou reinscrição	R$ 109,00
II	Expedição de carteira	R$ 109,00
III	Expedição de cédula de identidade	R$ 109,00
IV	Análise do requerimento de inscrição no quadro de especialista ou área de atuação	R$ 109,00

Parágrafo único. O registro das especialidades do médico oriundo de outro Conselho Regional de Medicina ocorrerá após a conclusão de sua inscrição, em procedimento simplificado e sem cobrança de taxa.

CAPÍTULO IV

DAS TAXAS DE PESSOAS JURÍDICAS

Art. 21 Os valores das taxas de serviços a serem cobrados de pessoas jurídicas para o exercício de 2021, que deverão ser quitados integralmente, ficam fixados da seguinte forma:

Incisos	Taxa de pessoa jurídica	Valor
I	Taxa de inscrição ou reinscrição	R$ 1.001,00
II	Certificado ou renovação de certificado	R$ 139,00
III	Alteração contratual	R$ 139,00

§ 1º O valor referente à taxa de Renovação de Certificado, conforme inciso IV do caput deste artigo, será lançado juntamente com a anuidade devida pela pessoa jurídica, estabelecida no art. 12 desta Resolução.

§ 2º Após a confirmação do recebimento da taxa de Renovação de Certificado, o Conselho Regional de Medicina deverá expedir o referido certificado, obedecidas as regras estabelecidas no Manual de Procedimentos Administrativos, e encaminhar às respectivas empresas, para fins de conclusão dos serviços prestados.

CAPÍTULO V

DA INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA E DAS REGRAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Seção I

Inscrição e execução da dívida ativa

Art. 22 A inscrição do débito na dívida ativa da autarquia, e sua subsequente cobrança judicial, alcança todos os médicos e empresas inadimplentes, independentemente da modalidade de inscrição que possuam no Conselho Regional de Medicina, e obedece ao seguinte critério:

I - os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a quatro vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente, conforme exigência da Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

II - a título de racionalização e economicidade na ação administrativa, com base no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e com vistas a evitar que o custo da cobrança dos créditos oriundos da dívida ativa seja superior ao valor da importância a ser recebida, fica facultado aos Conselhos Regionais de Medicina, após apresentação de estudos técnicos, jurídicos e econômicos, propor a extinção de processos que ainda estejam em andamento, referentes aos créditos inscritos e/ou executados na dívida ativa até o exercício de 2011, ou quando o valor a ser recuperado for menor que o valor dos custos para a realização da cobrança, com a devida formalização e aprovação dos ordenadores de despesas, visando, principalmente, o interesse público e a eficiência na gestão orçamentária.

Seção II

Programa de recuperação de crédito

Art. 23 Fica facultado aos Conselhos Regionais de Medicina instituir o Programa de Parcelamento de Créditos Fiscais Inadimplidos dos Conselhos de Medicina, destinado a promover a regularização de créditos ajuizados em dívida ativa.

§ 1º O ingresso no Programa de Parcelamento de Créditos Fiscais Inadimplidos dar-se-á por opção escrita de pessoa natural ou jurídica inscrita nos quadros dos Conselhos de Medicina. O participante fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere este artigo, seja por meio de mutirões de conciliação na Justiça Federal ou diretamente na tesouraria dos Conselhos Regionais de Medicina de cada unidade da Federação.

§ 2º O parcelamento do débito poderá ser solicitado pelo interessado até o último dia útil do mês de dezembro de 2021 e poderá ocorrer em até 12 (doze) vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 3º A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal dos termos desta Resolução constitui confissão irretratável da dívida.

§ 4º O parcelamento de débitos será feito mediante assinatura de Termo de Confissão e Reconhecimento do Valor da Dívida, conforme Anexo I. No caso de atraso nas parcelas contratadas, o Termo será rescindido e será prosseguida a Ação de Execução Fiscal, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 5º O sistema gerenciador do parcelamento eletrônico gerará automaticamente os boletos, a serem disponibilizados mensalmente para impressão no próprio sítio eletrônico ou diretamente na tesouraria dos Conselhos Regionais de Medicina de cada Unidade da Federação. O tesoureiro é obrigado a emitir relatório semestral do programa, apresentando os parcelamentos em dia e aplicando-se o parágrafo anterior no caso de pagamento em atraso.

§ 6º Os débitos existentes em nome do optante serão consolidados na data da concessão do parcelamento, aplicando-se a tabela de redução progressiva dos encargos moratórios de acordo com o número de parcelas:

Alínea	Quantidade de parcelas	Desconto da multa	Desconto dos juros
a	Única	100,00%	50,00%
b	2 a 6	80,00%	40,00%
c	7 a 12	60,00%	30,00%

Seção III

Protesto extrajudicial

Art. 24 Frustrada a conciliação e permanecendo o débito, ficam os Conselhos Regionais de Medicina autorizados a encaminhar as certidões de dívida ativa para o protesto extrajudicial por falta de pagamento, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

§ 1º As certidões de dívida ativa serão encaminhadas aos Tabelionatos de Protesto de Títulos juntamente com os respectivos documentos de arrecadação.

§ 2º Não serão encaminhados a protesto os créditos cuja exigibilidade esteja suspensa ou em processo de concessão de parcelamento.

CAPÍTULO VI

DO PARCELAMENTO

Art. 25 Os débitos em atraso, referentes a exercícios anteriores, dos médicos inscritos e das empresas registradas no Conselho Regional de Medicina da respectiva jurisdição podem ser parcelados em até 12 (doze) vezes e serão consolidados na data do vencimento da primeira parcela, acrescidos de multa e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados de acordo com a regra pro rata die, e os demais vencimentos com intervalo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A falta de pagamento ou atraso de qualquer das parcelas implicará na revogação do parcelamento, e o débito estará sujeito ao disposto no art. 22 desta Resolução, ficando facultado aos Conselhos Regionais de Medicina encaminhar as certidões de dívida ativa para protesto extrajudicial por falta de pagamento, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os eventuais valores recolhidos aos cofres do Conselho de Medicina serão corrigidos com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde a data dos efetivos créditos até o mês de sua compensação em novos parcelamentos ou em novas anuidades ou, ainda, em eventuais execuções fiscais.

CAPÍTULO VII

DOS RECEBIMENTOS COM CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO

Art. 26 Ficam os Conselhos Regionais de Medicina autorizados a receber valores decorrentes de anuidades, taxas, emolumentos, multas e todos os demais créditos de pessoas físicas e jurídicas por meio de cartões de crédito e de débito, mediante contratação dos serviços por meio de processo regular de licitação, cabendo ao Conselho Regional optante disponibilizar os meios necessários para que os interessados realizem o pagamento nessa modalidade.

§ 1º As despesas operacionais com a arrecadação por meio de cartões de crédito e débito serão de responsabilidade exclusiva do Conselho Regional de Medicina optante por essa modalidade de pagamento.

§ 2º O sistema de arrecadação (SIA), gerenciado pelo Conselho Federal de Medicina, deverá ser adaptado para a operacionalização, o controle e o monitoramento dos créditos recebidos por meio de cartões de crédito e débito pelos Conselhos Regionais de Medicina.

Art. 27 A cota-parte destinada ao Conselho Federal de Medicina incidirá sobre o valor bruto dos recebimentos e será repassada nos termos desta Resolução.

Art. 28 Para a adoção dessa modalidade de recebimento, os Conselhos Regionais de Medicina procederão à abertura de uma conta-corrente específica, que será destinada unicamente ao recebimento dos créditos provenientes do pagamento por meio de cartão de crédito ou de débito, a qual deverá ser periodicamente conciliada.

Art. 29 Na hipótese de valores recebidos de forma parcelada, serão observados o limite máximo de parcelas, a periodicidade das parcelas e o valor mínimo de cada parcela em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Por falta injustificada às eleições realizadas pelos Conselhos Regionais de Medicina, o médico incorrerá na multa de R$ 84,40 (oitenta e quatro reais e quarenta centavos) por cada pleito, conforme estabelecido no § 1º do art. 26 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

§ 1º O fato gerador da multa prevista no caput deste artigo ocorrerá a partir do primeiro dia do mês subsequente ao prazo legal para apresentação de justificativa.

Art. 31 A cobrança das anuidades devidas por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2021 será feita por meio de um sistema em que a parcela do Conselho Federal de Medicina seja automaticamente creditada em sua conta-corrente, após o efetivo recebimento, conforme o percentual estabelecido na legislação vigente.

§ 1º Os Conselhos Regionais de Medicina deverão repassar ao Conselho Federal de Medicina, também de modo imediato, após o efetivo recebimento, as parcelas devidas referentes a anuidades, multas e juros, além das taxas de expedição de carteiras e cédulas de identidade, inclusive segundas vias, recebidas direta ou indiretamente, na forma e no percentual estabelecidos na legislação vigente.

§ 2º Os termos de convênios firmados entre o Conselho Regional de Medicina e as instituições bancárias oficiais para a cobrança de anuidades e taxas deverão ser encaminhados ao Conselho Federal de Medicina até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 32 Para fins estatísticos, ficam estabelecidos para as pessoas físicas e jurídicas os seguintes critérios para a caracterização de anuidades não quitadas no prazo legal:

I - médico ou empresa com anuidade não recolhida nos respectivos prazos de vencimento e até o exercício vigente é considerado inadimplente;

II - médico ou empresa com anuidade não recolhida após 31 de dezembro de cada ano é considerado devedor;

III - nos casos de anuidade não recolhida após cinco anos ou de reconhecida inexistência da pessoa física ou jurídica por meio dos órgãos de registro ou fiscalização, estas são consideradas inoperantes, sem prejuízo de inscrição e execução da dívida ativa, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e demais legislações pertinentes.

§ 1º Enquanto as pessoas físicas e jurídicas estiverem na condição de inoperantes, os respectivos débitos continuarão a ser gerados; porém, até a finalização de investigação interna para conhecimento de endereço certo, serão cessadas as remessas de correspondências.

Art. 33 Objetivando diminuir os custos com impressão e postagem de boletos, além de facilitar seu acesso, fica facultado aos Conselhos Regionais de Medicina a disponibilização exclusiva dos boletos de cobrança por meio da internet, desde que haja monitoramento de sua eficácia.

Art. 34 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 35 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Tesoureiro

ANEXO I

Termo de Confissão e Reconhecimento do Valor da Dívida

O Conselho Regional de Medicina do Estado de _____, doravante denominado CREDOR, neste ato representado pelo Diretor(a) Tesoureiro(a) e o(a) Dr.(a)_____ (se pessoa física), registro CRM nº _____, ou a empresa (se pessoa jurídica)_____, registro CRM nº _____, neste ato representada pelo(a) Dr.(a)_____ (qualificar o representante legal da empresa), doravante denominado DEVEDOR;

Considerando o permissivo previsto no art. 6º, § 2º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que expressamente autoriza os Conselhos de Profissionais Regulamentados a promoverem recuperação de créditos, isenções e conceder descontos; resolveM:

Celebrar CONCILIAÇÃO em relação aos débitos referentes às anuidades dos exercícios _____ (incluir multas eleitorais e outros débitos, se houver), que o devedor, neste ato, reconhece em sua integralidade, devidas por _____ (nome da PF ou PJ) mediante os seguintes termos:

Cláusula primeira: O montante da dívida reconhecida pelo DEVEDOR, nela incluídos juros e multas, correspondente ao valor de R$_____(valor por extenso)].

Cláusula segunda: Para efeitos da presente CONCILIAÇÃO, do montante acima apurado foram descontados os juros e multas previstos no art. 2º, §5º da Resolução CFM nº ___/___, e o valor final do débito (excluídos juros e multa) é de R$_____ (valor por extenso).

Cláusula terceira: Para pagamento à vista e com vencimento imediato, será cobrado o valor apurado na cláusula segunda deste termo. (Seguir texto da resolução aprovada).

Cláusula quarta: Para pagamento parcelado, fica estabelecido que o valor da cláusula segunda será dividido em ____ parcelas, com redução progressiva dos encargos moratórios, na seguinte proporção:

Tabela de descontos, conforme número de parcelas.			
Alínea	Nº DE PARCELAS	DESCONTO NA MULTA	DESCONTO NOS JUROS
I	ÚNICA	100%	50%
II	2 A 6	80%	40%
III	7 A 12	60%	30%

Cláusula quinta: Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados implicará a imediata rescisão deste Termo, com vencimento total do saldo remanescente com os acréscimos legais. (Seguir texto da resolução aprovada).

Cláusula sexta: O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo. O simples e puro inadimplemento já obrigará o DEVEDOR a pagar a totalidade remanescente com os acréscimos legais.

Cláusula sétima: A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito.

Por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em duas vias de igual teor e forma.

_____ de_____ de 20___.

Assinatura das partes

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 24 de 14 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 0650/2019. Origem: CRMV-BA. Decisão: POR UNANIMIDADE - Reconhecer da nulidade da intimação de depoimento, devendo reiniciar os trâmites para que seja renovado o ato com estrita observância do CPEP, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior.

Acórdão nº 27 de 14 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 0351/2019. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Conselheira Revisora, Méd.-Vet. Therezinha Bernardes Porto.
Acórdão nº 29 de 14 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 1211/2019. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior.

Acórdão nº 30 de 15 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 4317/2019. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora, Méd.-Vet. Therezinha Bernardes Porto.
Acórdão nº 35 de 15 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 3481/2019. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora, Méd.-Vet. Therezinha Bernardes Porto.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 953, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Atualiza o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constantes da Resolução CFESS nº 510, de 21 de setembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social, reformulados anualmente.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe conferem a Lei nº 8.662/93; Considerando o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constituídos pela Resolução nº 510, de 21 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 24 de setembro de 2007, Seção 1 e as atualizações posteriores; Considerando, ainda, as deliberações da 217ª Reunião Ordinária de Conselho Pleno do CFESS, realizada entre os dias 25 a 28 de abril de 2019; resolve:

Art. 1º Atualizar o Quadro de Valores das Referências Salariais e a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão, constantes da Resolução 510/2007, na porcentagem de 3,74% (três vírgula setenta e quatro por cento), com base no INPC/IBGE, e 2,23% (dois virgula vinte e três por cento) à titulo de ganho real, para o período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, conforme anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º A presente Resolução passa a vigorar a partir de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2020.

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES

ANEXO

Tabela de Valores das Referências Salariais

Referência	Valor (maio/2020)	Referência	Valor (maio/2020)
1	1.237,22	37	5.077,50
2	1.286,69	38	5.280,62
3	1.338,20	39	5.491,82
4	1.391,75	40	5.706,30
5	1.447,38	41	5.939,98
6	1.505,28	42	6.177,55
7	1.565,49	43	6.424,65
8	1.628,08	44	6.681,65
9	1.693,25	45	6.948,96
10	1.760,96	46	7.226,93
11	1.831,38	47	7.515,95
12	1.904,64	48	7.816,60
13	1.980,81	49	8.129,22
14	2.060,07	50	8.454,40
15	2.142,47	51	8.792,61
16	2.228,21	52	9.144,28
17	2.317,26	53	9.510,08
18	2.409,97	54	9.890,50
19	2.506,40	55	10.286,14
20	2.606,68	56	10.697,54
21	2.710,91	57	11.125,47
22	2.819,37	58	11.570,45
23	2.932,15	59	12.033,27
24	3.049,44	60	12.514,61
25	3.171,36	61	13.015,17
26	3.298,25	62	13.535,83
27	3.430,20	63	14.077,21
28	3.564,14	64	14.640,30
29	3.710,06	65	15.225,95
30	3.858,46	66	15.834,97
31	4.012,84	67	16.468,40
32	4.173,33	68	17.127,09
33	4.340,27	69	17.812,16
34	4.513,87	70	18.525,53
35	4.694,45	71	19.265,62
36	4.882,23		

Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão

Código	Nomenclatura	maio/2020
CCG	Coordenador Executivo	11.444,37
CFO	Coordenador Financeiro	11.444,37
CCA	Assessor Especial	11.444,37
CCA	Assessor de Comunicação Social	11.444,37
CCA	Assessor de Tecnologia da Informação	11.444,37

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 34, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul - Cremers, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957, regulamentadas pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO a suspensão prevista no artigo 10 da LC nº 173/2020, de 27 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para o enfrentamento da Covid-19;

CONSIDERANDO que o CREMERS possui concursos públicos homologados antes de 20 de março de 2020 e que estão vigentes, resolve:

Art. 1º. Ficam suspensos, a contar de 27 de maio de 2020, os prazos de validade dos Concursos Públicos nº 2017/01 e nº 2019/01.

Art. 2º. Os prazos de vigência dos editais voltam a fluir a partir da data do término do estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da Covid-19, não sendo computados, para a contagem do prazo os dias em que permaneceu vigente o estado de calamidade pública.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de março de 2020.

CARLOS ISAIA FILHO

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO

PORTARIA CRN-8 Nº 19, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre o parcelamento de anuidades de exercícios financeiros anteriores, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - 8ª Região, no uso de suas atribuições legais, que lhe concedem a Lei Federal 6583/78, em seu artigo 11, o Decreto Federal 84.444/80, em seu artigo 13, incisos XIX e a Resolução CFN 658/2020.

CONSIDERANDO os termos da Resolução CFN N° 658/2020, que autoriza os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN) a parcelar dívidas dos seus inscritos, no prazo de julho de 2020 a dezembro de 2020, com desconto de juros e multas.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as cobranças desses débitos, no âmbito do CRN-8, objetivando a redução do nível de inadimplência;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, autoriza os Conselhos Federais das Profissionais Regulamentadas a estabelecerem regras de recuperação de créditos, isenções e descontos; e

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer critérios para a cobrança de débitos para com o Conselho Regional de Nutricionistas - 8ª Região, possibilitando aos mesmos, com base nos arts. 171 e 172 do CTN, celebrar transação com os devedores da entidade, facilitando a estes, inclusive, o parcelamento de suas dívidas, resolve:

Art. 1º - Autorizar a negociação dos débitos de pessoas físicas e jurídicas, relacionados a anuidades devidas até o exercício imediatamente anterior.

Art. 2º - Para pessoas físicas, haverá concessão de desconto de 100% dos juros e da multa de mora para pagamentos à vista de anuidades de exercícios anteriores ao vigente, se pagas até o último dia do mês corrente da negociação.

Art. 3º - Para pessoas jurídicas, haverá concessão de redução de 50% dos juros e da multa de mora para pagamentos à vista de anuidades de exercícios anteriores ao vigente, se pagas até o último dia do mês corrente da negociação.

Art. 4º - Os débitos referentes a anuidades de pessoas físicas e jurídicas, poderão ser divididos em até 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, não podendo o valor de cada parcela ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas.

Art. 5º - Para pessoas físicas será concedido desconto de 70% dos juros e da multa de mora para parcelamento em até 6 parcelas, 50% dos juros e da multa de mora para parcelamento de 7 a 12 parcelas e nenhhum desconto para parcelamentos de 13 a 24 parcelas.

Art. 6º - Para pessoas jurídicas será concedido desconto de 40% dos juros e da multa de mora para parcelamento em até 6 parcelas, 30% dos juros e da multa de mora para parcelamento de 7 a 12 parcelas e nenhhum desconto para parcelamentos de 13 a 24 parcelas.

Art. 7º - Havendo atraso no pagamento das prestações mensais objeto de parcelamento, sobre os valores em débito incidirá, a partir do vencimento, os seguintes encargos:

I - atualização monetária calculada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor corrigido;

III - multa de mora de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor corrigido.

Art. 8º - O acordo de parcelamento será rescindido nas seguintes hipóteses:

I. não quitação de qualquer das parcelas até 29 (vinte e nove dias) dias após o respectivo vencimento, facultado ao Conselho Regional de Nutricionistas a sua reativação;

II. falta de quitação tempestiva das anuidades que se vencerem a partir da formalização do acordo de negociação e parcelamento, no caso de este referir-se a débitos de anuidades.

Em caso de pagamento antecipado de parcelas, não haverá outros descontos.

Art. 9º - no caso de rescisão da negociação, retorna o devedor ao cadastro de inadimplentes, devendo o CRN-8 encaminhar o débito à Área de Cobrança e Dívida Ativa, para a respectiva execução fiscal do saldo devedor.

Art. 10º - A baixa total do débito será efetivada após a comprovação da sua liquidação.

Art. 11º - A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida durante a vigência do parcelamento, deverá conter prazo de validade até o vencimento da parcela seguinte, podendo o CRN-8 revalidá-la, sucessivamente durante o exercício.

Art. 12º - O inscrito, com parcelamento ativo e em dia, poderá solicitar nova renegociação nos moldes desta Resolução, concedendo os descontos para parcelas vincendas.

Art. 13º - A presente Portaria entra em vigor em 4 de agosto de 2020 e vigorará até 31 de dezembro de 2020.

ALEXSANDRO WOSNIAKI